

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

CLARICE COSTA CALIXTO

**MÍDIA E CASTIGO: A COBERTURA DO JORNAL NACIONAL SOBRE
A PRISÃO**

Brasília

2019

Clarice Costa Calixto

**MÍDIA E CASTIGO: A COBERTURA DO JORNAL NACIONAL SOBRE A
PRISÃO**

Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, para a obtenção do título de Doutora em Direito, Estado e Constituição.

Linha de pesquisa: Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof^a Dra Ela Wiecko Volkmer de Castilho

Brasília

2019

Após sessão pública de defesa desta Tese de Doutorado, a candidata foi considerada aprovada pela Banca Examinadora.

Profa. Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho
Orientadora

Prof^a. Dra. Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Membro

Prof^a. Dra. Liziane Soares Guazina
Membro

Profa. Dra. Marília Denardin Budó
Membro

Profa. Dra. Valdirene Daufemback
Membro Suplente

Brasília, 18 de março de 2019.

"uma das consequências mais nefastas que o racismo produz:
a impossibilidade de se reconhecer o sofrimento negro"

Ana Flauzina

AGRADECIMENTOS

Fazer doutorado é um privilégio enorme num país como o Brasil. Estou orgulhosa de ter caminhado até aqui, claro. Mas, acima de tudo, tenho que estar profundamente grata a todas as pessoas que me permitiram chegar neste lugar, com seu trabalho ou simplesmente (como se fosse pouco) com o seu amor.

Aos professores todos que dedicaram seu tempo às muitas turmas pelas quais passei nessa vida, devo a capacidade de pensar perguntas, buscar respostas e tentar escrever sobre elas, apesar das limitações de ser uma figurinha bem das pragmáticas, que nunca coube bem no perfil de "acadêmica".

Nesse grupo de educadores, tenho que fazer um agradecimento especial àqueles que se dispuseram a me orientar. No mestrado, a professora Gabriela Delgado generosamente abriu portas para que eu pudesse vivenciar a UnB. E o professor Luiz Gonzaga Motta, achando graça da minha pretensão de tentar entender um pouco de jornalismo, me ensinou a olhar a notícia como narrativa e o jornal como ator político.

Agora, no doutorado, a professora Ela Wiecko acreditou em meu projeto desde que o conheceu, no processo seletivo, e me incentivou muito.

Depois de uma banca de qualificação com mulheres incríveis, minha orientadora me ajudou a procurar soluções pra problemas difíceis. Era preciso apurar o método, como indicou a professora Liziane Guazina, cuja análise de cobertura do Jornal Nacional foi referência essencial neste trabalho. (A falta de formação na área de comunicação me pesa muitíssimo, aqui, mas o desafio de melhorar um pouco era inescapável.) Era preciso radicalizar uma perspectiva que escancarasse o absurdo do cárcere brasileiro, apontou Beatriz Vargas, em meio a risadas acolhedoras e palavras espirituosas, como sempre. Era preciso acreditar na advertência da professora Silvia Ramos, com sua enorme experiência de pesquisas no CeSeC sobre Mídia e Violência: o volume de edições previsto em meu projeto estava altíssimo em relação ao que já se fizera no Brasil em outros estudos empíricos, em especial por se tratar de telejornal. (Pablo Nunes já havia me dito isso, claro, nas longas horas que afetuosamente me doou, mas minha teimosia ainda persistia.)

Diante dessas críticas, a professora Ela teve a ideia de mobilizar novos talentos pelo Grupo Candango de Criminologia, para me acompanharem numa jornada pesada de coleta e tratamento de dados. Foram longos meses.

Espero que os resultados estejam à altura da sua confiança, professora. E espero que se sintam de alguma forma realizados, junto comigo, os pesquisadores assistentes que toparam o trabalho que foi esse estudo. Muito obrigada, Ana Letícia, Diogo, Elis, Giovanni, Igor, Isabela, Lauriane, Michelle, Vinicio e Vitor. Vocês foram maravilhosos. Ao Victor Pires (que me aturou provavelmente porque a comida da Ana Maria é uma delícia), nem sei como agradecer, tenho que partilhar mesmo.

Outros pesquisadores gastaram seu tempo me ajudando a elaborar as ferramentas de pesquisa, criticando os resultados parciais ou emprestando estimados livros: Bruna Angotti, Carolina Ferreira, Celina Pereira, Felipe Freitas, João Paulo de Resende, Júlia Franzoni, Marina Lacerda,

Renato De Vitto, Ricardo Horta, Roberta Saita, Tatiana Moura, Thandara Santos, Victor Pimenta. Como se não bastasse a gostosura que é a amizade de cada um de vocês, ainda tive esse luxo de ouvir sua análise crítica sobre meu trabalho, cada um num momento e de um jeito diferente.

Sobre Valdirene Daufemback, poderia dizer que seus comentários no dia da banca de qualificação foram valiosos. Poderia dizer que foram todas úteis suas sugestões na reunião do GCCRIM em que debatemos a ficha analítica das matérias. Poderia dizer que nossas conversas me tornaram uma pesquisadora mais atenta diante do objeto de estudo. Mas tudo isso seria muito pouco pra falar da sua importância neste trabalho. Quando te conheci, no auge da crise de Pedrinhas, descobri a profundidade que pode ter a entrega pessoal à transformação de uma realidade injusta. Sua empatia com as pessoas presas vai além de qualquer tecnicidade de perspectivas de direitos humanos. Sua obstinação me contaminou de um jeito bonito. Por isso esta tese é sobre o cárcere.

Minha mãe, meu pai, Ninha, Gô. Que bom pertencer a vocês. Sintam-se realizando esse sonho, juntem comigo, porque vocês são enormes em mim. Cris e Beto, obrigada pela companhia e pelos abraços. Pepeu e Bel, vocês são sopro de leveza, me convidam às alegrias mais simples dessa vida.

Preciso falar do Lucas. Este trabalho é interdisciplinar porque a gente partilhava inquietação diante das insuficiências do Direito na compreensão da realidade, desde a época da faculdade. Este trabalho é empírico porque ele dizia que só assim faz sentido (desde que se jogou em análise de jurisprudência quando quase ninguém na FDUFGM sabia que bicho era esse). Apresentei na seleção do doutorado uma proposta de pesquisa com maior capacidade descritiva do que o que eu tinha dado conta no mestrado, porque queria que você se orgulhasse e achasse os resultados importantes. E me esforcei pra aprender um pouco de quanti nessa jornada, ainda que com mil dificuldades. Enfim, muito obrigada pela inspiração. E o mais importante: muito obrigada pelo companheirismo e pela felicidade de tantos deliciosos anos.

Aos meus amigos das Minas, Carol, Júlia, Bê, Vi, Paula, Nanda, Ric, Oya, Lívia, Juju, Adauto (e Crara por honrosa equiparação), muito obrigada por me lembrarem, sempre, de que é feito o coração de uma caipira. Ao meu amigo Marcelo também, que judeuzice parece com mineirice na toada de que amor é (também) obrigação.

Aos meus amigos e colegas das labutas de MJ, MinC, Secretaria de Cultura e AGU, muito obrigada pelos almoços, pelos vinhos (pra quem é disso) e pelas parcerias que me permitiram a doideira da dupla jornada profissional-acadêmica.

Para os pernambucanos e outros cavernícolas queridos, meu carinho grande.

Aos novos amigos de São Paulo (e à Juliana, à Nanda e à Laurinha, que eu trago de antes), obrigada pela acolhida na Babilônia.

Às minhas amigas de querido colo diário, Carla, Célia, Ana, Liana, Tati, Polli e Beta, o reconhecimento de que teria sido impossível ir às aulas e escrever esta tese sem o cuidado de vocês em um processo depressivo que teimou em se arrastar. Vocês me carregaram nos braços até aqui.

Ao João, minha enorme gratidão pelos abraços e cuidados quando o corpo estava fraco e pelo jeito de me dizer devagar, olhando bem nos olhos, que ia dar tudo certo. Obrigada pela franqueza, pelos papos sobre a pesquisa, pelo aprendizado sobre a Globo, pelas traduções, pelos sorrisos, pela comida quente, pelas músicas no violão.

Nosso quintal tá mais bonito neste verão. Nele cabem os nossos sonhos, namorado guapo.

À Clarinha, devo a diversão dos banhos, os rugidos de leões e dinossauros, a gostosura das trocas. Espero que um dia você tope ler os dois "livros" que a gente te dizia que estava escrevendo (por muitas horas), revezando na atenção contigo e nas brincadeiras. Que partilhe com a gente esses incômodos com um mundo tão estranho. E que sonhe e lute com a gente, pra que seja tudo diferente, um dia.

RESUMO

A pesquisa investiga a cobertura do Jornal Nacional sobre os mecanismos de castigo penal, em especial o sistema prisional, durante três anos (nov/2014 a out/2017). O universo é de mais de 17 mil matérias veiculadas em 938 edições consecutivas. A tese apresenta respostas para as seguintes perguntas: Quais aspectos da realidade da execução penal, em especial do sistema prisional, são representados nas narrativas jornalísticas? Como são representadas as pessoas sujeitas à responsabilidade penal? Os resultados encontrados indicam um enquadramento jornalístico que reforça a estigmatização e o racismo do funcionamento do castigo penal, em especial nas variáveis de pesquisa sobre cor/raça dos corpos, subjugação corporal, aspectos de suposta "periculosidade", denominação pejorativa e representação de opinião/posição das pessoas. Foi verificada total omissão da cobertura do Jornal Nacional sobre os processos em curso no Sistema Interamericano de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA em face do Estado brasileiro, referentes a graves violações de direitos humanos nas prisões. Também não houve cobertura de julgamento em que o Supremo Tribunal Federal determinou o descontingenciamento de mais de R\$ 2 bilhões do Fundo Penitenciário Nacional, por reconhecer um estado de coisas inconstitucional na realidade prisional brasileira. Na representação de aspectos de crises prisionais, em especial mortes, rebeliões e fugas, as escolhas dos textos e imagens das narrativas jornalísticas parecem banalizar a tragédia humanitária de sistemáticas violações de direitos humanos e culpabilizar as próprias pessoas presas pelo sofrimento no cárcere. Os dados indicam uma redução da complexa problemática do sistema prisional à necessidade de aumento de controle (evitar fugas e evitar/estancar rebeliões), com ocultamento da dimensão de direitos das pessoas privadas de liberdade e ausência de qualquer elemento de discussão sobre o papel do cárcere na sociedade brasileira.

Palavras-chave: análise de enquadramento jornalístico; Jornal Nacional; sistema prisional; crise prisional; racismo.

ABSTRACT

The research investigates the coverage of Jornal Nacional (most important Brazilian television news program) on the mechanisms of criminal punishment, especially prison system, for three years (nov /2014 to oct/2017). The universe is more than 17,000 news of 938 consecutive editions. The thesis presents answers to these questions: Which aspects of criminal punishment, especially of prison system, are represented in the news narratives? How people subjected to criminal punishment are represented? The research results show that news framing reinforces stigmatization and racism, especially in variables of race, corporal subjugation, aspects of "dangerousness", pejorative denomination and opinion representation. The news coverage did not mention any case against Brazil in the Inter-American Human Rights System of Organization of American States (OAS), about harsh human rights violations in prisons. There was also no coverage of a Brazilian Supreme Court decision that ordered more than R\$ 2 billion of National Penitentiary Fund to be released. That judicial decision declared there is an unconstitutional situation in Brazilian prison reality. The humanitarian tragedy of systematic human rights violations is not important in Jornal Nacional's texts and images about prison crises, especially deaths, riots and escapes. Actually, those narratives blame prisoners themselves for their suffering and reduce the complex problems of prison system to a pretended necessity of increasing control (avoiding escapes and avoiding/stopping riots). News analysed do not show the dimension of prisoners rights and do not offer any element of discussion about the role of prison in Brazilian society.

Keywords: news framing analysis; Jornal Nacional; prison system; prison riots; racism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESeC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Condege - Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais
CorteIDH - Corte Interamericana de Direitos Humanos
CNPCT - Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
Depen - Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça
EUA - Estados Unidos da América
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Infopen - Relatório de Informações Penitenciárias do DEPEN
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JN - Jornal Nacional
LEP - Lei de Execução Penal
MNPCT - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ou Econômico
OEA - Organização dos Estados Americanos
ONU - Organização das Nações Unidas
PE - Pernambuco
RJ - Rio de Janeiro
RN - Rio Grande do Norte
RR - Roraima
SBT - Sistema Brasileiro de Televisão
SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos
SP - São Paulo
STF - Supremo Tribunal Federal
STJ - Superior Tribunal de Justiça
TJ - Tribunal de Justiça
TRF - Tribunal Regional Federal
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UF - Unidade da Federação

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Mapa das facções prisionais no Brasil

Tabela 1 - Fonte de informação dos brasileiros

Tabela 2 - Raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade por UF

Gráfico 1 - Índice de confiança em instituições no Brasil

Gráfico 2 - Audiência das emissoras de TV no Brasil

Gráfico 3 - Distribuição das matérias ao longo do tempo

Gráfico 4 - Duração da matéria

Gráfico 5 - Sujeitos famosos e sujeitos comuns

Gráfico 6 - Tipo de matéria - Dados gerais

Gráfico 7 - Tipo de matéria - Dados comparativos

Gráfico 8 - Tipo de fonte jornalística citada

Gráfico 9 - Foco geográfico das matérias - Relevância

Gráfico 10 - Foco geográfico das matérias - Brasil ou Internacional

Gráfico 11 - Foco geográfico das matérias - Nacional ou específico de uma UF

Gráfico 12 - Abrangência da matéria - Dados gerais

Gráfico 13 - Abrangência da matéria - Dados comparativos

Gráfico 14 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Gênero

Gráfico 15 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Faixa etária

Gráfico 16 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Escolaridade

Gráfico 17 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Estado civil

Gráfico 18 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Pessoas com Deficiência

Gráfico 19 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Nacionalidade

Gráfico 20 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Filhos

Gráfico 21 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Raça/cor

Gráfico 22 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Tipo Penal

Gráfico 23 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Tempo da pena

Gráfico 24 - Taxa de presos sem condenação por Unidade da Federação

Gráfico 25 - Percentual de presos sem condenação com mais de 90 dias de aprisionamento

Gráfico 26 - Representação das pessoas com enfoque individual ou coletivo

Gráfico 27 - Denominação pejorativa das pessoas

Gráfico 28 - Uso do nome próprio das pessoas

Gráfico 29 - Presença de opinião/posicionamento da pessoa sujeita à responsabilidade penal

Gráfico 30 - Emissor de opinião/posicionamento da pessoa sujeita à responsabilidade penal

Gráfico 31 - Raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade e da população total

Gráfico 32 - Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil - Dados gerais

Gráfico 33 - Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil - Dados das mulheres

Gráfico 34 - Cor dos corpos nus e cor dos corpos vestidos

Gráfico 35 - Aspectos de subjugação dos corpos das pessoas

Gráfico 36 - Aspectos de "periculosidade" das pessoas

Gráfico 37 - Assunto dominante

Gráfico 38 - Espaço físico dos estabelecimentos penais

Gráfico 39 - Referência textual a legislação relacionada a execução penal

Gráfico 40 - Referência textual a direitos das pessoas

Gráfico 41 - Referência textual explícita ou sugerida a regalias

Gráfico 42 - Regalias de sujeitos famosos e de sujeitos comuns

Gráfico 43 - Referência textual a motivo de rebeliões

Gráfico 44 - Existência de referência textual a mortes

Gráfico 45 - Referência textual a mortes de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Gráfico 46 - Referência textual a motivos de mortes de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Gráfico 47 - Identificação de pessoas mortas que estavam sujeitas à responsabilidade penal

Gráfico 48 - Existência de referência textual a atos violentos

Gráfico 49 - Vítimas de atos violentos

Gráfico 50 - Indicação de solução para os problemas apresentados

Gráfico 51 - Detalhamento de soluções indicadas para os problemas apresentados

Gráfico 52 - Grau de cumprimento dos tipos de medidas do SIDH

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. A metodologia da pesquisa	38
CAPÍTULO 2. O Jornal Nacional e as características gerais de três anos de cobertura sobre castigo penal	63
CAPÍTULO 3. A representação jornalística das pessoas nas matérias sobre castigo penal: racismo, estigmatização e silenciamento	94
CAPÍTULO 4. A representação jornalística do sistema prisional: banalização da tragédia humanitária e controle como problema principal	134
CONCLUSÕES.....	185
BIBLIOGRAFIA	201
ANEXO I - AMOSTRA FINAL – 375 MATÉRIAS DO JN SOBRE CASTIGO PENAL DE NOV/2014 A OUT/2017.....	216
ANEXO II - TESTES ESTATÍSTICOS	237
ANEXO III - INFORMAÇÕES SOBRE CASOS DO SIDH-OEA	238
ANEXO IV - TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DAS 375 MATÉRIAS	244
ANEXO V - EQUIPE DE ASSISTENTES DE PESQUISA	297

INTRODUÇÃO

“Não temos mortos a lamentar”¹

Coordenador dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado de SP,
sobre rebelião em que morreram 16 pessoas, em 1986

Escrever não é um ato neutro. Minhas escolhas na escrita desta tese decorrem de por que, como e para quem escrevo. Portanto, preciso me explicar um pouco, nesta introdução, antes de expor as perguntas-problema da pesquisa, indicar os seus objetivos, apresentar os caminhos percorridos (Capítulo 1) e discutir os resultados encontrados nos dados primários coletados e tratados (Capítulos 2 a 4).

Conheci o sistema prisional em sua crueza trabalhando na administração pública federal, em que atuo como Advogada da União desde 2010. A partir de 2013, fui assessora especial do Ministro da Justiça nas temáticas de segurança pública e de execução penal, entre outros assuntos. Esse Ministro dizia publicamente, repetidas vezes, que as prisões brasileiras eram masmorras medievais, chegando a afirmar que preferia morrer caso fosse condenado a passar muitos anos preso numa penitenciária brasileira². "Morei" no Maranhão por algumas semanas, em momento agudo de crise no Complexo de Pedrinhas, no início de 2014. Em seguida, exerci a função de chefe de gabinete e diretora-geral substituta do Departamento Penitenciário Nacional, em que permaneci até meados de 2015.

Esses passos explicam boa parte do que conheço e penso sobre a gravidade da realidade prisional brasileira, influenciando o modo como os contornos da pesquisa foram definidos e o modo como analisei os dados empíricos encontrados.

O processo de conhecimento é muito influenciado pela visão de mundo do pesquisador e pelo referencial de seu marco teórico. O modo como um fenômeno é observado e descrito, desde

¹ (ADORNO, 1999)

² (RIBEIRO, 2012); (MARTINS, 2015)

a concepção do objeto até a interpretação dos dados, depende da vivência e da perspectiva de quem conduz a pesquisa (MINAYO; DESLANDES, 2007).

Escrevo para entender como o castigo penal aparece nas narrativas midiáticas contadas pelo principal veículo jornalístico brasileiro: o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. Nessa escrita, vou tentando empurrar os horizontes que delimitam minha mirada, o da obediência e o do desejo.

No horizonte da obediência, escrevo a tese para as professoras doutoras que avaliarão o meu texto, juristas, sociólogas e jornalistas de formação, assim espero, dado o caráter interdisciplinar da pesquisa. Escrevo com os fundamentos acadêmicos e as suas precauções em não parecer certa demais de determinadas afirmações ou apaixonada demais por determinadas perspectivas sobre o que vejo nos dados da pesquisa.

Na busca por legitimidade acadêmica, escrevo para explorar respostas possíveis para algumas perguntas cuidadosamente elaboradas. Ainda que não acredite na existência de uma racionalidade científica perfeita que me permita explicar o mundo com objetividade, tenho que estar atenta à aceitabilidade dessas respostas em uma comunidade discursiva bastante específica, com seus rituais retóricos e seus poderes acadêmicos (BOURDIEU, 2001).

Portanto, se pudesse desenhar uma trajetória linear para a minha escrita nesta tese, diria que alguns passos são (e foram, nos últimos anos) bastante importantes para essa aceitação acadêmica.

Primeiro, preciso situar minha pesquisa em tradições de estudo já consagradas nas chamadas Ciências Humanas e Jurídicas. A relação entre mídia³ e sistema de justiça criminal tem sido objeto de numerosos estudos em todo o mundo. Constata-se uma cobertura jornalística

³ O termo “mídia” é bastante amplo. Nesta pesquisa, optou-se pela expressão “mídia” para referir aos veículos de comunicação social como sujeitos produtores de narrativas jornalísticas. Essa opção pode ser compreendida a partir da seguinte explicação: “Não muito tempo atrás, no final dos anos 80 e início dos anos 90, intelectuais acadêmicos ainda não utilizavam o termo mídia no Brasil. A palavra ainda era de uso restrito dos publicitários e jornalistas para se referirem à divulgação que uma informação recebia nos meios de comunicação. Até os anos 80 os termos da moda intelectual eram meios de massa, cultura de massa, indústria cultural e com menos frequência tecnologias da comunicação. Essas expressões eram traduções das correspondentes em inglês *mass media* e *mass culture*. Quanto à indústria cultural, por questões políticas, este conceito foi muito mais popularizado na América Latina do que nos Estados Unidos e Europa Central. (...) essa perspectiva temporal de mais de 20 anos nos permite perceber que não foi casual a gradativa substituição de todas essas expressões anteriores por um termo genérico e bastante vago como é o termo mídia” (SANTAELLA, 2006).

bastante extensa sobre o sistema penal, cujos aspectos sensacionalistas contribuem para a fabricação de uma cultura de medo e para a estigmatização das pessoas sujeitas ao controle penal⁴:

A imprensa brasileira é um dos mecanismos de insuflação do medo coletivo, principalmente da elite em relação às camadas pobres da população. Em nome da 'sensação de segurança', adotam-se medidas de contenção e afastamento dos pobres, que só participam da vida das metrópoles como pano de fundo da violência. (...) Graças a esta configuração cultural e institucional, o medo realista transformou-se no pavor ou terror irracionais, e propiciou a volta da dicotomia nítida e absoluta entre o bem e o mal (LEITE, 2002, p. 78).

Cria-se a concepção de que a violência e a criminalidade são pragas a serem combatidas e, nessa guerra contra a violência, quaisquer armas serão legítimas – leia-se suprimento de garantias – para, ao final, se eliminar o delinquente, através da máxima repressão (BASTOS, 2010, p. 135).

Mas esse horizonte não me cabe em desejo e curiosidade sobre as possibilidades transformadoras das nossas falas. Escrevo com obrigações ritualísticas da metodologia porque busco reconhecimento, mas escrevo também porque sinto urgência em falar da relevância da construção social da realidade pelo que contam os narradores-jornalistas (BERGER; LUCKMANN, 1966).

Durante as últimas décadas, é nítido no Brasil o fenômeno do hiperencarceramento, que caminhou a largos passos com práticas do sistema penal autorizadas por um conjunto de alterações da legislação e da jurisprudência. Para legitimar esse fenômeno, a narrativa midiática foi essencial, tecendo diariamente novos fios dramáticos de histórias de crimes que demonstram grandes riscos da convivência em sociedade com seres humanos "perigosos".

Por outro lado, acredito que as narrativas midiáticas sobre o hiperencarceramento de pessoas podem tornar-se mais complexas quando o palco é a crise e o enredo adquire tons acentuados de tragédia.

⁴ Nesta tese, serão utilizadas várias expressões para referir-se a pessoas submetidas ao controle penal. Em muitas variáveis da pesquisa, utilizo a expressão genérica "pessoas sujeitas à responsabilidade penal", pois o tipo de castigo penal noticiado pela matéria pode ser não apenas a privação de liberdade (no sistema prisional ou nas unidades de internação do sistema socioeducativo), mas também o uso de tornozeleiras, medidas restritivas, entre outros. Em momentos específicos da tese, utilizo a expressão "pessoas privadas de liberdade", quando o foco é especificamente esse. Em outros momentos, quando dialogo com outros discursos e classificações, utilizo até mesmo o termo "presos", bastante criticável pela invisibilização da sua condição de pessoas, ou seja, sujeitos de direitos.

Ao tratar da relação entre o espectador e o condenado nos rituais públicos de suplício no Antigo Regime, na Europa, Foucault destaca as ambiguidades do que denomina "emoções de cadafalso". Relata agitações e até aclamações que acompanham o condenado no caminho que percorre até a execução:

Durante toda a sua longa caminhada, ele é sustentado pela compaixão dos que têm coração sensível, e os aplausos, a admiração, a inveja [do algoz] dos que são cruéis e duros.

Se a multidão se comprime em torno do cadafalso, não é simplesmente para assistir ao sofrimento do condenado ou excitar a raiva do carrasco: é também para ouvir aquele que não tem mais nada a perder ao maldizer os juízes, as leis, o poder, a religião. O suplício permite ao condenado essas saturnais de um instante, em que nada mais é proibido nem punível. (...)

Há nessas acusações, que só deveriam mostrar o poder aterrorizante do príncipe, todo um aspecto de carnaval em que os papéis são invertidos, os poderes ridicularizados e os criminosos transformados em heróis. A infâmia se transforma no contrário; a coragem deles, seus gritos e lamentos só podem preocupar a lei. (...)

No abandono da liturgia dos suplícios, que papel tiveram os sentimentos de humanidade para com os condenados? Houve de todo modo, de parte do poder, um medo político diante do efeito desses rituais ambíguos (FOUCAULT, 1987, 51).

Essa citação de Foucault é intrigante, porque expõe possíveis ambiguidades que vão além da crítica de sempre, apresentada pelos criminólogos, de que a exposição do espectador às narrativas midiáticas sobre o sistema punitivo produz anseios por mais e mais punição⁵. Cogitar que possa haver "compaixão em corações sensíveis" trouxe inquietações que me influenciaram muito no desenho das possíveis respostas às perguntas que orientam a pesquisa desta tese.

De qualquer forma, o desafio, no horizonte do desejo, é falar para um número maior de pessoas, para além da comunidade discursiva acadêmica, diretamente ou como parte dos ecos dos discursos formais criminológicos na política criminal brasileira. A toda criminologia corresponde

⁵ O sadismo é uma dimensão importante na tentativa de compreender a relação entre o público e o personagem midiático do criminoso. Nessa perspectiva, escrevi breve análise de um episódio do seriado *Black Mirror*, exibido pela plataforma Netflix, em que o sofrimento do castigo penal é transformado em espetáculo diário: "A mulher negra é acusada de um crime. Teria auxiliado o companheiro no assassinato de uma criança. Seu castigo, desde então, é dormir todos os dias com uma lavagem cerebral que acaba com sua memória. Quando ela acorda, todos os dias... a amnésia e a fuga desesperada [diante de agressores que aparecem repentinamente, sem que ela saiba por que]. A plateia são os cidadãos de bem, que podem acompanhar a caçada violenta e filmá-la, como bons espectadores do espetáculo do castigo. Todos os dias, uma nova plateia. Todos os dias, aquela mesma mulher sofre o mesmo sofrimento: lavagem cerebral, acordar e fugir: correria, aperto, desespero, angústia, tensão, medo, correria, aperto, desespero, angústia, tensão, medo, correria, tensão, aperto, medo, angústia, desespero." (CALIXTO, 2017)

A estória do episódio *Urso Branco* apresenta a teatralização do castigo, em espetáculo punitivo repetitivo, que banaliza o sofrimento da mulher negra castigada e revela o sadismo do público. Os espectadores da perseguição da criminosa são, ao mesmo tempo, insensíveis aos seus pedidos desesperados de socorro e atentos a cada cena de violência da caçada, de que participam com proximidade física, tão enxergados pela mulher perseguida quanto os seus algozes e seus companheiros de fuga que, ao final, se apresentam como atores desse teatro do castigo.

uma prática de política criminal nas sociedades contemporâneas, com seus diversos mecanismos de controle.

Não enxergo no crime qualquer essencialidade. Cada sociedade chama de crime determinados atos, em determinado contexto histórico, operando um processo que os acadêmicos denominam criminalização primária. E o fato de uma sociedade chamar de crime um determinado ato não significa que ele será punido, operando um processo denominado criminalização secundária. Entre uma norma que chama um ato de crime e a efetiva aplicação de punição há um intervalo grande, que só será percorrido a depender de uma combinação de fatores sociais e econômicos relacionados ao autor, à vítima, ao local do ato, ao agente de punição, a eventual comoção social e cobertura midiática, entre outras variáveis bastante concretas.

Chamo a punição criminal, nesta tese, de castigo, desde o seu título, seguindo o pensamento de Michel Foucault, que estudou o funcionamento do poder de punir ao longo de muitos séculos e escreveu um dos livros mais famosos do mundo sobre esse tema: *Vigiar e punir* (1987). Nesse livro, Foucault conta a história do "complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade" (FOUCAULT, 1987, p. 26).

Essa escolha por investigar o "castigo" não é uma escolha óbvia, em especial na Faculdade de Direito, porque o Direito Penal dos nossos tempos não enxerga assim a punição que as leis criminais estabelecem. O discurso oficial, chamado de dogmática penal, é de que a pena tem várias finalidades relacionadas ao bem-estar da sociedade e do apenado, então não se trata de castigo, o qual não é algo assim muito politicamente correto enquanto (ainda)⁶ vivemos em um cenário no qual o Estado se pretende democrático e de direito.

Nos mais recentes episódios da história do poder de punir, a pena começa a ser descrita para além da função de retribuição e a palavra castigo passa a ser oficialmente substituída por conceitos que tentam explicar outras supostas funções: ressocialização e reintegração social⁷, por exemplo.

⁶ Escrevo esta tese em 2018, em um cenário político internacional e nacional de fortalecimento da extrema direita e de desvalorização do arcabouço de direitos humanos, em especial após a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro, político de extrema direita, como presidente do Brasil.

⁷ Baratta sustenta, na perspectiva da Criminologia Crítica, que o conceito de "reintegração social" é muito mais adequado do que os termos "ressocialização" e "tratamento", os quais, segundo o autor, são herança da criminologia

Os sistemas punitivos atuais são reflexos de uma construção histórica, em que os castigos explícitos e públicos deram lugar a outras formas de punição, como o surgimento das prisões e a privação de liberdade como pena. O sistema prisional foi pensado como um mecanismo eficiente de adestramento social daqueles sujeitos que possuíam alguma conduta desviante, uma vez que seu objetivo era torná-los aptos a retornar ao convívio da sociedade após estarem devidamente ressocializados (Miyamoto & Krohling, 2012). Assim, as punições por meio dos suplícios dos corpos foram gradativamente sendo substituídas por técnicas de vigilância através de formas de regulação social, as quais estipulariam as regras do comportamento disciplinado (Foucault, 1987).

(...) é sobre o corpo do apenado que a prisão exerce o seu poder, docilizando e submetendo este corpo à sujeição constante de suas forças. O castigo físico dos suplícios, portanto, dá lugar à suspensão dos direitos individuais e, em última instância, à suspensão da vida (BARCINSKI; CUNICO, 2014).

É preciso enxergar um panorama das diversas teorias criminológicas que têm sido desenvolvidas desde o século XIX para compreender a dimensão de questionamento radical em que se situa o marco teórico da pesquisa apresentada nesta tese, a Criminologia Crítica, ou as Criminologias Críticas, no plural, conforme a perspectiva de Máximo Sozzo⁸ (2006).

Segundo Moliné e Pijoan (2001), a primeira teoria desse campo acadêmico surge no contexto de desdobramentos da Revolução Francesa, denominada Escola Clássica. Tal corrente de pensamento teria se debruçado sobre a elaboração de um novo Direito Penal a partir de princípios filosóficos que se pretendiam adequados à superação do Antigo Regime.

Ainda no século XIX, observou-se também o surgimento das teorias biológicas, de cunho positivista. Essas teorias amparavam-se no método científico para estudar o comportamento humano, buscando explicações objetivas para o fenômeno do crime a partir de

positivista, que tratava o apenado como um indivíduo anormal, inferior e "mau", que precisa ser (re)adaptado à sociedade, considerada "boa". Segundo o autor, o conceito de reintegração social é mais adequado porque requer a abertura de um processo de comunicação e interação entre o cárcere e a sociedade. Afirma: "Los muros de la cárcel representan una violenta barrera que separa la sociedad de una parte de sus propios problemas y conflictos. Reintegración social (del condenado) significa, antes que transformación de su mundo separado, transformación de la sociedad que reasuma aquella parte de sus problemas y conflictos que se encuentran 'segregados' en la cárcel. Si observamos la población carcelaria, su composición demográfica, nos damos cuenta de que la marginación carcelaria es, para la mayor parte de los detenidos un proceso secundario de marginación que interviene después de un proceso primario. En efecto, hoy todavía, la mayor parte de los detenidos provienen de los grupos sociales ya marginados, sobre todo en cuanto excluidos de la sociedad activa por obra de los mecanismos del mercado de trabajo. Una reintegración social del condenado significa, por lo tanto, ante todo corregir las condiciones de exclusión de la sociedad activa de los grupos sociales de los que provienen, para que la vida postpenitenciaria no signifique simplemente, como casi siempre sucede, el regreso de la marginación secundaria a la primaria del propio grupo social de pertenencia y desde allí una vez más a la cárcel." (BARATTA, 1991, p. 268)

⁸ Ao tratar da realidade da América Latina, Máximo Sozzo (2006) sustenta que é preciso fomentar formas locais de repensar as criminologias críticas que dêem conta das peculiaridades dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que se desenvolveram nos últimos anos na região.

características pessoais (até mesmo fisionômicas/anatômicas) da figura do criminoso ou de fatores geográficos e ambientais. Nesse contexto, a "ciência do crime e do criminoso" apresentava-se como supostamente capaz de contribuir para a redução (ou mesmo eliminação) da delinquência. "Suas formulações sobre a inferioridade física e moral do delinquente contribuíram para reforçar a ideologia dominante e para justificar as desigualdades de uma sociedade que proclamava ser fundamentalmente igualitária" (OLMO, 2004, p. 45).

No Brasil, o médico legista Nina Rodrigues, inspirado nos estudos positivistas italianos (Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Raffaele Garofalo), propunha uma avaliação antropométrica e psiquiátrica dos acusados, a qual seria capaz de subsidiar o melhor tratamento penal aplicável após a ocorrência do delito (ANITUA, 2008).

O conjunto de obras dessas teorias, enquadrado como constitutivo do paradigma etiológico (estudo das causas), foi duramente criticado por outras teorias criminológicas desenvolvidas ao longo do século XX.

O paradigma etiológico, de maneira geral, operou a partir de marcadores racistas e classistas, legitimando a atuação do sistema penal direcionada a indivíduos contra os quais ele já atuava. Talvez a mais famosa expressão desse campo científico seja a pesquisa desenvolvida por Lombroso, que identificou características físicas típicas de criminosos (considerados seres primitivos ou atávicos) a partir da observação de indivíduos que o sistema penal já havia efetivamente selecionado, alcançando conclusões tão tautológicas quanto servis à seletividade já em curso nos processos de criminalização do final do século XIX e início do século XX (PIMENTA, 2017).

Para além do paradigma etiológico, Moliné e Pijoan (2001) elencam as seguintes teorias em suas lições sobre a história do pensamento criminológico: teoria ecológica (Escola de Chicago), teoria da associação diferencial, teoria da anomia, teoria das subculturas delitivas, teorias do controle, teoria do etiquetamento e criminologia crítica.

Não caberia nos contornos desta tese um detalhamento dos pressupostos e ideias-chave de cada uma dessas teorias, dada sua complexidade. No entanto, é possível destacar que, apesar de bastante diversas, as contribuições da sociologia (em especial, a compreensão do crime como um elemento na construção social da realidade) e dos estudos marxistas sobre o papel do direito

penal foram importantes para preparar o terreno para novas epistemologias⁹, que se contrapõem ao cientificismo da criminologia positivista.

Na perspectiva da criminologia crítica a criminalidade não é mais uma qualidade ontológica de determinados comportamentos e de determinados indivíduos, mas se revela, principalmente, como um status atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas. A criminalidade é (...) um 'bem negativo', distribuído desigualmente conforme a hierarquia dos interesses fixada no sistema socioeconômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos. (...) o direito penal tende a privilegiar os interesses das classes dominantes, e a imunizar do processo de criminalização comportamentos socialmente danosos típicos dos indivíduos a elas pertencentes, e ligados funcionalmente à existência da acumulação capitalista, e tende a dirigir o processo de criminalização, principalmente, para formas de desvio típicas das classes subalternas (BARATTA, 2002, p. 161-165).

Nessa perspectiva, a escolha por investigar a prisão como "castigo" penal, nesta tese, decorre dos contornos do marco teórico da pesquisa. Do ponto de vista da Criminologia Crítica, a ressocialização é uma falácia. A prisão não só é incapaz de produzir efeitos positivos para a ressocialização de uma pessoa como, ao contrário, é criminógena. Os resultados de estudos empíricos sobre a ambiência social da prisão demonstram sua eficácia negativa sobre a oportunidade de reintegração social, sendo que algumas unidades, de condições mais precárias, são piores do que as outras. Por outro lado, deve ser valorizada qualquer medida que seja adotada para tornar menos dolorosa (e danosa) a vida na prisão, quando a motivação é de mudança radical, no sentido de efetivação de direitos, e não mero reformismo tecnocrático a serviço da legitimação do sistema prisional (BARATTA, 1991).

Nesse sentido, é importante lembrar a clássica lição de Augusto Thompson, abordando a complexidade do que chamou de "questão penitenciária":

(...) a questão penitenciária não tem solução "em si", porque não se trata de um problema "em si", mas parte integrante de outro maior: a questão criminal, com referência ao qual não desfruta de qualquer autonomia. A seu turno, a questão criminal também nada mais é que mero elemento de outro problema mais amplo: o das estruturas sócio-político-econômicas. Sem mexer nestas, coisa alguma vai alterar-se em sede criminal e, menos ainda, na área penitenciária (1991, p. 110)

⁹ Uma obra que é referencial de extrema relevância, nesse cenário, é "Cárcere e Fábrica", de Massimo Pavarini e Melossi (1987).

A visão realista da relevância de mudanças concretas no cárcere não é excludente em relação à percepção da enorme necessidade de desencarcerar:

Se trata de considerar seriamente, como política a corto y mediano plazo, una drástica reducción de la aplicación de la pena carcelaria, así como llevar al mismo tiempo al máximo desarrollo las posibilidades ya existentes de régimen carcelario abierto y de realización de los derechos del detenido a la instrucción, al trabajo y a la asistencia, a la vez que desarrollas más estas posibilidades en el plano legislativo y administrativo. (...) Considero que redefinir los tradicionales conceptos de tratamiento y resocialización en términos de servicios y de oportunidades laborales y sociales que se les proporciona durante y después de la detención, por parte de las instituciones y las comunidades, constituye un núcleo importante de la construcción de una teoría y una práctica nuevas de reintegración social de los condenados, conforme a una interpretación progresista de los principios y de las normas constitucionales e internacionales en materia de pena. Otro núcleo es sin duda alguna el desarrollo de estrategias y prácticas eficaces de efectiva descarceración con vistas a que se realicen las condiciones culturales y políticas que permitan a la sociedad "liberarse de la necesidad de la cárcel" (BARATTA, 1991, p. 267).

Nesse cenário, a escrita desta tese se ancora nas ousadias conquistadas pelas Criminologias Críticas para descrever a sujeira das prisões brasileiras. Falo do sistema prisional brasileiro não porque haja uma "falência" a ser enxergada em sucessivas narrativas de rebeliões e "crises". O sistema punitivo tem sido, na verdade, bastante exitoso, com rápido e contínuo processo de crescimento da população carcerária, focado em um grupo específico de pessoas com baixíssimas possibilidades de questionamento da engrenagem: jovens pretos e pardos, de baixa renda e de baixa escolaridade. Ainda que seja lento o ritmo de investigações policiais e de instrução dos processos penais, o sistema punitivo não precisa desacelerar quanto ao encarceramento. Aumenta-se o percentual de pessoas presas sem condenação, não se perde o ritmo de crescimento da população carcerária, masculina e feminina, com suas diferentes nuances e trágicas perdas.

Nessa perspectiva, no horizonte do desejo, escrevo esta tese preocupada com a perplexidade que paralisa e quero tentar enxergar rotas de fuga para um cenário de tantos sofrimentos, ainda que sejam estreitos os caminhos, trabalhosos, e que exijam, portanto, dias e dias e dias e dias de paciência e perseverança nas escavações.

Se esta fosse uma tese com um enfoque predominantemente teórico, as escavações trariam aqui uma revisão de literatura abarcativa, de caráter enciclopédico, que pretendia reunir uma coletânea ampla de obras do meu marco teórico, as Criminologias Críticas, em suas diversas abordagens desenvolvidas a partir da década de 60 do século XX.

Especificamente quanto ao tema desta pesquisa, uma verificação cuidadosa do acervo da Revista Brasileira de Ciências Criminais, periódico de grande relevância no campo dos estudos criminais brasileiros, leva a um extenso número de trabalhos que se dedicam às relações entre a mídia e o sistema de justiça criminal: "Mídia, crime e justiça criminal nos Estados Unidos" (BIDINO, 2014); "Criminologia cultural e mídia" (MASI; MOREIRA, 2014); "Mídia e teoria da pena" (BUDÓ, 2013); "*Una relazione del sub sistema mediatico con la teoria funzionalistica-consequenziale*" (SOUZA, 2012); "Mídia e processo penal", (CUNHA, 2012); "Discurso midiático penal e exasperação repressiva" (SOUZA; FERREIRA, 2012); "Publicidade no processo penal: a mídia e o processo" (RAHAL, 2004), "Mídia, violência e sistema penal" (CARVALHO FILHO, 2003); "Mídia e sistema penal no capitalismo tardio" (BATISTA, 2002); "Mídia e júri" (VIDAL, 2003); "Sociedade, *mass media* e direito penal: uma reflexão" (PELUSO, 2002); "Notas sobre a mídia nos crimes de colarinho branco e o judiciário: os novos padrões" (TORON, 2001); "*La violencia y los mass media*" (BARATA, 2000); "A cidade, a violência e a mídia" (MELLO, 1998); "*Incidencia de las mass media en la expansion del control penal en latinoamerica*" (CERVINI, 1994).

Em um esforço de síntese, pode-se afirmar que essas publicações exploram a questão da espetacularização do crime, da estigmatização do criminoso e da influência da cobertura midiática sobre o respeito (ou desrespeito) ao devido processo legal:

As emissoras de rádio, os jornais diários e até a tevê passaram a comercializar o crime. Destinam atualmente enormes espaços noticiando e até teatralizando acontecimentos criminais, mostrando ações policiais ao vivo e em cores, humilhando os infratores diante das câmeras, num desrespeito à própria Constituição, que garante a integridade física e moral de qualquer cidadão. Não bastasse, insuflam enormes doses de fantasia, projetando o criminoso como herói, a ponto de ser comum a gente ouvir na cadeia: — Que bandido é você, que nunca foi notícia? (LEITE, 2002).

No entanto, esta é uma tese cujo principal objetivo é discutir um grande volume de dados primários, como resultado de esforços de pesquisa bastante concentrados na investigação empírica. E como ciência depende de validação, além de descoberta, explícito, nesta introdução, o caminho percorrido para produzir uma revisão de literatura instrumental (não abarcativa), consoante os rigores escolásticos, expondo as opções desse caminho.

A revisão instrumental está voltada ao levantamento de obras que contribuam especificamente para a formulação das perguntas-problema de determinada investigação

científica e para a definição de variáveis que contribuam para encontrar suas respostas. Nesse sentido, optei por uma revisão de literatura instrumental dada a sua capacidade de permitir avanços mais rápidos na trajetória da investigação. A exiguidade do tempo foi preocupação pragmática que orientou esta pesquisadora em todo o trabalho, tendo em vista o objetivo de realizar um estudo empírico de grande volume de dados primários.

Além disso, tendo em vista que o desenho do objeto de pesquisa remete a uma interação entre criminologia, direito e estudos de mídia, foi desafiante delimitar o escopo dessa revisão de literatura. Pareceu-me que a opção mais adequada seria aquela que enfocasse os estudos de mídia de caráter empírico voltados aos sistemas punitivos, tendo em vista especificamente a delimitação de meu tema de pesquisa: a cobertura jornalística do castigo penal.

Dentro desse tema de pesquisa, busco investigar a caracterização jornalística dos mecanismos de “castigo” no controle penal (em especial o sistema prisional) e dos seres humanos “perigosos” representados principalmente pelo personagem “preso” nas narrativas midiáticas.

O levantamento da revisão de literatura foi realizado em periódicos especializados da área da criminologia e da área de estudos empíricos de mídia, que possuem textos que serviram como atalhos valiosos na etapa de planejamento da pesquisa. Além disso, priorizei a literatura mais recente, por considerar bastante provável que ali estaria contemplado, no que fosse estritamente necessário, o retorno a categorias teóricas consagradas em obras clássicas. Nesse sentido, tive em mente as lições de metodologia de pesquisa de que a revisão de literatura deve retornar ao passado tão somente na medida do que for importante para a exploração do problema de pesquisa delimitado.

Na revisão de literatura instrumental que embasa esta tese, portanto, foram mapeados os estudos de mídia nacionais e internacionais, de caráter empírico, que cuidam da temática sistema de justiça criminal, com um enfoque específico: as narrativas jornalísticas sobre prisões e pessoas privadas de liberdade.

A busca se deu utilizando as bases científicas nacionais e internacionais disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>). Além disso, quanto à literatura brasileira, foi realizada uma pesquisa cuidadosa nos repertórios de teses e dissertações identificáveis por meio da ferramenta de busca do Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>) e no acervo da Revista Brasileira de Ciências Criminais

(<https://www.ibccrim.org.br/rbccrim>), dada a sua relevância no atual contexto acadêmico dos estudos criminológicos.

Em língua portuguesa, a maior parte dos escassos resultados encontrados na busca de estudos de mídia referem-se a algumas teses e dissertações que, ao explorar de maneira mais genérica a cobertura midiática sobre o sistema de justiça criminal, tangenciam o tema das prisões.

Um exemplo interessante, na seara da teoria da comunicação, é a dissertação de mestrado de Isa Stacciarini, que apresenta estudo empírico sobre a cobertura de noticiários populares sobre o "mundo policalesco". Nesse estudo, verifica recursos de linguagem recorrentes como referências ao sistema prisional do Distrito Federal:

(...) para se aproximar dos leitores de impressos populares, o jornal ainda retrata o Complexo Penitenciário da Papuda ou o Presídio Feminino do Distrito Federal, popularmente chamado de Colméia, como “cadeia”, “xilindró”, “grades” e “xadrez”. Com uma linguagem demasiadamente popular, os termos linguísticos empregados tendem a ser de certa forma propositais e as expressões textuais acabam sendo utilizadas como estereótipos com a pretensão de mostrar ao público alvo a violência de forma exagerada, intensiva e de certa forma dramática (STACCIARINI, 2013).

Um outro achado da busca explora uma denúncia de prática sistemática de tortura nas carceragens policiais do município de Diadema-SP:

O caso da Favela Naval foi assunto do Jornal Nacional durante toda a semana. Naquele período, o país viveu sob o impacto de imagens que exibiram a truculência da polícia militar. As reportagens chocaram o país. Rede Globo recebeu inúmeros telefonemas, faxes e mensagens via Internet, que manifestavam a indignação da população. No presente caso, a influência da mídia foi positiva. A truculência dos policiais paulistas se configurava numa verdadeira afronta aos direitos humanos. E graças a ação da mídia a tortura passou a ter tratamento diferenciado no ordenamento jurídico brasileiro. O fato de Diadema, ocorrido em 1997, levou a Assembleia Legislativa paulista a instalar uma CPI, culminando com a expulsão dos envolvidos dos quadros da Polícia Militar do Estado de São Paulo. No entanto, a repercussão dos fatos não se limitou somente aquele Estado. Adquiriu uma conotação nacional, levando o Congresso a aprovar a Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997, que define os crimes de tortura (ZANARDI, 2010).

Nos estudos de caso, ganham destaque as rebeliões, episódios apresentados como escândalo. Alguns estudos problematizam a “naturalização” das crises prisionais narradas pelos jornais e o aspecto de inexorabilidade conferido pelas notícias sobre mortes violentas de pessoas encarceradas (ADORNO, 1999).

O episódio mais explorado nas pesquisas acadêmicas brasileiras analisadas, sem dúvida, é o massacre do Carandiru, em que 111 pessoas morreram após a intervenção da Polícia Militar

de São Paulo no contexto de uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, em outubro de 1992. Conforme demonstra artigo de Dinalmo Almendra (2011), se multiplicaram narrativas sobre o episódio, com representações que possuem interações e divergências nos variados meios e modos de comunicação.

Na ocasião do massacre, na porta da unidade prisional se armou um “circo midiático”, de modo que o espetáculo se tornou mais importante do que o acontecimento em si, conforme explorado no estudo de Carla Leite:

A invasão do complexo penitenciário do Carandiru foi acompanhada ao vivo pela mídia impressa e eletrônica. Os “olhos” da imprensa só não tiveram acesso ao momento exato da entrada dos policiais no presídio. Mas toda a movimentação dos instantes, que precederam a chacina foi vista, inclusive, pelos próprios detentos, como registrado neste trecho do Pavilhão 9: Uma viatura da TV Globo é barrada ao tentar entrar, mas o jornalista salta e entrevista, ao vivo, o juiz corregedor, que garante que não haverá invasão e que as negociações estão em curso. O juiz parece falso, não olha as câmeras de frente. Parece um condenado, nervoso e inseguro. (...) O repórter pergunta por que tanta polícia no local, ele diz que é apenas um procedimento de rotina, para intimidar. Para forçar a negociação. A entrevista é prejudicada quando o zoom da câmera passeia e enfoca um preso discutindo com um guarda da muralha. Cabe-nos perguntar qual foi o verdadeiro papel da imprensa no conflito. Neste pequeno trecho, é possível perceber que ela apenas “sistematizou” e “reforçou” a imagem de violência e exclusão que a sociedade construiu para os detentos. O gesto de interromper a entrevista, justamente para mostrar o preso discutindo com o guarda, só enfatiza o discurso. A imprensa já chegou ao Carandiru com a “história pronta”, ou seja, a invasão era inevitável e necessária, e procurou imagens que reforçavam essa ideia. (...) Os jornais, revistas e a televisão fizeram a leitura dos “vencedores”, no caso, os policiais, que atuaram no conflito. Os “vencidos”, ou melhor, os “presos” foram ignorados na abordagem dos fatos, justamente o lado não espetacular da invasão. (...) Apesar de estar localizado no coração de São Paulo, o presídio jamais fez parte da vida da cidade. A sua “aparente” clandestinidade contribuiu para o jogo espetacular da mídia. E o mais curioso no violento processo de comunicação de massa é que, mesmo diante de tanta exposição na mídia, os mortos do Carandiru foram esquecidos numa contradição aparentemente estapafúrdia (LEITE, 2002).

Em contexto mais recente, outro episódio de grande midiáticação foi a crise no complexo prisional de Pedrinhas, no Estado do Maranhão, cujo auge ocorreu no período entre dezembro de 2013 e fevereiro de 2014. A respeito desse episódio, encontrei apenas um estudo de mídia, apresentado no artigo de *Brena Freitas Rodrigues* que trata da cobertura midiática (especificamente do Portal da BBC):

Neste trabalho, que teve como tema a crise carcerária em Pedrinhas, expomos os fatos e explicamos como se deu o processo de noticiabilidade do caso, relatando a reação da população, a criteriabilidade da imprensa para a construção das notícias, o sensacionalismo sempre presente na divulgação das notícias e a influência que a mídia exerceu quando da pressão para que cessasse a grave onda de criminalidade na capital. O

problema da crise de segurança na cidade gerou várias outras questões que necessitavam de atenção, como a crise carcerária no Brasil, o descaso na assistência dos presidiários, a violação dos direitos humanos, o abandono dos projetos de construções de novos complexos penitenciários, inclusive a reforma do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, e principalmente a falta de segurança que a sociedade sofre nos dias atuais (RODRIGUES, 2014).

Um outro tema relacionado às prisões que aparece em alguns trabalhos acadêmicos com estudos de mídia é a questão dos grupos organizados que atuam no sistema prisional, em especial o PCC - Primeiro Comando da Capital. Dois estudos com esse enfoque merecem destaque: a pesquisa de Lisiane Wandscheer, que utiliza como *corpus* as notícias dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo (WANDSCHEER, 2008); a dissertação de Jairo Camilo, que explora a cobertura dos jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo (CAMILO, 2009).

As narrativas analisadas nesses estudos de caso não são monolíticas. As abordagens dos discursos midiáticos são complexas, oscilam entre a vitimização e a demonização das pessoas presas, dada a complexidade dos fatos nesses episódios de crise do sistema prisional.

Nesse sentido, é bastante interessante a abordagem de Helen Garcez Braun, em um dos poucos estudos encontrados nesta revisão de literatura que enfoca as peculiaridades da representação midiática das mulheres encarceradas. Em determinado trecho da dissertação, Braun explora as ambiguidades relacionadas à relação da mídia com o ambiente prisional:

As ambiguidades encontradas nas narrativas aqui estudadas parecem nos mostrar justamente estas múltiplas maneiras de recepção dos discursos midiáticos e de incorporação dos mesmos na construção das subjetividades. Por isso, a visão que as mulheres apenas desenvolvem sobre a mídia e o discurso que produzem sobre ela ora é de 'mocinha', ora de 'bandida'. Um mesmo programa e apresentador (como o jornalista Alexandre Mota, do Programa Balanço Geral) é, em certos momentos 'amado' e em outros 'odiado' pelas telespectadoras. O mesmo veículo de comunicação pode ser aquele que vai ajudar a solucionar os problemas do sistema prisional, ao dar visibilidade para os maus tratos que sofrem as presas, ou, aquele que as vai julgar injustamente, ao chamá-las de 'vagabundas' (BRAUN, 2013).

Com perspectiva complementar, duas pesquisas encontradas exploram as relações entre os discursos da mídia e as representações sociais das pessoas presas. A dissertação de Fabiana Sena, produzida na área de Serviço Social, problematiza os estereótipos presentes nas narrativas jornalísticas e sua influência na construção do estigma no imaginário coletivo (SENA, 2011).

A tese de Márcia Pedroso, produzida na área de Psicologia Social, identifica repertórios simbólicos construídos acerca das pessoas presas como personagens de livros, artigos e jornais:

Empregamos a teoria das representações sociais como instrumento para a compreensão do estabelecimento das fronteiras entre as pessoas libertas e as pessoas presas e buscamos conhecer seus empregos ideológicos. Nossa problematização possui o intuito de contribuir para a discussão sobre a construção de protótipos, a formação de modelos e a cristalização de discursos que constroem ou mantêm relações de dominação e sustentam a instituição prisional incrustada e inquestionada em nosso tempo, enquanto alternativa para manter a sensação de segurança e de ordem social. Trouxemos a tona nesse trabalho, três argumentos que, a nosso ver, são a base para a permanência histórica das prisões em nosso país: o primeiro deles seria a retórica reformista moderna, que gera a sensação de se estar sempre vivendo em um projeto inacabado de sociedade e que, por consequência, precisa ser continuado e aprimorado dentro da mesma lógica, até seu esgotamento; o segundo seria a permanência ou a perenização de uma ideologia prisional, que gira sempre em torno de si mesma, produzindo e sendo produzida por uma espécie de “presenteísmo midiático alienante”, inventor de crises instantâneas que descolam a instituição prisional de seu contexto sócio-histórico e alimentam a lógica da falta; e por fim, um terceiro aspecto, que se refere à estreita relação entre a história das prisões no Brasil e a antropologia criminal, com sua tomada do ser humano pela via do determinismo biológico e da patologia (PEDROSO, 2010).

Para a revisão da literatura especializada internacional quanto a estudos de mídia sobre a temática prisional, foram mapeados artigos publicados em dezenas de periódicos das áreas de Criminologia e de Teoria da Comunicação, disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, em inglês e espanhol.

Em língua inglesa, explorei com especial atenção os acervos dos seguintes periódicos: *Feminist Criminology*; *Journal of Criminal Justice*; *Prison Journal*; *Journal of Communication, Human Studies, Law and Human Behavior*; *Critical Criminology*; *International Journal of Politics, Culture, and Society*; *Journal of Quantitative Criminology*; *Journal of Experimental Criminology*; *American Journal of Criminal Justice*, *European Journal of Criminology*; *Crime, Media, Culture*; *Howard Journal of Criminal Justice*; *Punishment and Society*; *European Journal on Criminal Policy and Research*; *International Journal of Cultural Studies*; *New Media & Society*, *Television & New Media*.

Em língua espanhola, explorei com especial atenção os acervos dos seguintes periódicos: *Archivos de Criminología, Criminalística y Seguridad Privada*; *Derecho Penal y Criminología*; *Revista Electrónica de Ciencia Penal y Criminología*.

Na literatura internacional, as pesquisas empíricas com estudos de mídia sobre prisões são menos escassas do que na literatura nacional, mas não exploram as especificidades das representações midiáticas relativas à figura da pessoa presa.

Dentre os periódicos internacionais pesquisados, foi essencial, para a revisão de literatura apresentada nesta tese, a busca no acervo da Revista *Crime, Media, Culture*, um veículo internacional fundado em 2005, especificamente voltado para estudos culturais relacionados à criminologia. O periódico se propõe a privilegiar trabalhos que explorem uma ampla gama de suportes midiáticos, incluindo mídia tradicional, meios alternativos e tecnologias de monitoramento, com especial foco em abordagens sobre imagens, representações, significados e estética. Em seu acervo, encontrei um estudo empírico bastante singular em relação aos demais achados da revisão de literatura, tendo em vista a metodologia utilizada, de monitoramento das narrativas da mídia britânica sobre prisões:

This article argues that the populist and highly punitive penal policy in the UK is promoted by media discourses around prison. The combination of over-reporting of violent and sexual crime in the media and fictional constructions of imprisonment has been a highly significant factor in the growth of the prison population in late modernity. Providing a discourse analysis of one month's UK media output on prison, it argues that through a discourse of dangerousness delivered to a fearful public, prison is constructed unproblematically as a solution to crime, echoing the 'what works' mantra of New Labour. The meaning of prison, it argues, is shifted from a place of pain delivery to one which treats and trains. The article further contends that media discourse of the prisoner precludes any rational debate about alternatives to prison. Media representations of incarceration as an institution full of murderers, rapists and paedophiles precludes a long overdue debate about prison suicides, the erosion of prisoners' rights and the rising number of women and children incarcerated (MASON, 2006)¹⁰.

Ainda no acervo da Revista *Crime, Media, Culture*, um outro artigo enfoca especificamente a contribuição dos meios de comunicação na formação de uma visão de mundo punitivista:

¹⁰ Tradução livre: Este artigo defende que a política penal populista e altamente punitiva do Reino Unido é promovida pelos discursos da mídia sobre prisão. A combinação de denúncias excessivas de crimes violentos e sexuais na mídia e construções ficcionais sobre encarceramento tem sido um fator altamente significativo no crescimento da população carcerária na modernidade tardia. Oferecendo uma análise do discurso de um mês da produção midiática britânica sobre prisão, o artigo defende que através de um discurso de periculosidade feito a um público com medo, a prisão é construída acriticamente como uma solução para o crime, ecoando o mantra "o que funciona" do Novo Trabalhismo. O significado da prisão, argumenta, é deslocado de um local de entrega da dor para um que trata e treina. O artigo alega ainda que o discurso da mídia sobre o prisioneiro impede qualquer debate racional sobre alternativas à prisão. As representações midiáticas do encarceramento como uma instituição cheia de assassinos, estupradores e pedófilos impedem um debate há muito atrasado sobre os suicídios nas prisões, a erosão dos direitos dos prisioneiros e o crescente número de mulheres e crianças encarceradas (MASON, 2006).

They overstate the problem of crime; put the blame on marginalised cohorts and level heavy criticism against the administration of prisons purportedly for laxity; issue urgent calls for ever-greater reliance on the use of strict imprisonment by the authorities and the adoption of self-policing measures by local communities and private individuals; and either mute or neutralise the attendant hardships prisoners suffer at the hands of the state. Breaking with discourses of rational linearity, whereby distorted perceptions of criminal danger result in punitive reactions, the claim is made that the imagery of crime and punishment helps audiences resolve at the level of symbolic expression contradictions which remain unconsciously insoluble at the level of everyday life (CHELIOTIS, 2010)¹¹.

Especificamente sobre a cobertura dos veículos midiáticos da televisão, destacam-se vários estudos produzidos, em especial nos Estados Unidos, sobre representações do encarceramento nas narrativas dos programas jornalísticos e peças audiovisuais produzidas por esses veículos (WILSON; O'SULLIVAN, 2004).

De certa forma, esses estudos nos convidam a refletir sobre uma "criminologia visual", a partir da relevância das imagens transmitidas sobre as prisões e as pessoas presas na construção das representações sociais sobre os processos de encarceramento observados globalmente:

Mass incarceration maps onto global neoliberal carceral formations that, in turn, look very much like a visual iconography of social suffering. Camp or prison-like conditions define the daily life of many of the world's inhabitants caught in contexts of detention, incarceration, forced migration, and population displacement. Often depicted as abject subjects, actors in carceral contexts and the people who organize with them seek to find strategies of representation that humanize and politicize their existence. This essay attempts to gain a sense of the visual struggles at the heart of these carceral scenes by way of an analysis of the use of images and newmedia by current and former prisoners, community members, artists, and scholars to counter mass incarceration in the United States. Such scenes are significant sites for examining how a visual criminology might reveal and participate in the contestations and interventions that increasingly challenge the project of mass incarceration (BROWN, 2014)¹².

¹¹ Tradução livre: Eles exageram o problema do crime; põem a culpa em grupos marginalizados e criticam fortemente a administração de prisões supostamente por frouxidão; emitem apelos urgentes por uma dependência cada vez maior do uso de encarceramento estrito por parte das autoridades e pela adoção de medidas de autopoliciamento por parte das comunidades locais e de indivíduos privados; e ou silenciam ou neutralizam as dificuldades que os presos sofrem nas mãos do Estado. Rompendo com os discursos da linearidade racional, em que as percepções distorcidas do perigo criminal resultam em reações punitivas, afirma-se que as imagens do crime e da punição ajudam o público a resolver contradições de expressão simbólica que permanecem inconscientemente insolúveis no nível da vida cotidiana (CHELIOTIS, 2010).

¹² Tradução livre: O encarceramento em massa mapeia as formações carcerárias neoliberais globais que, por sua vez, se parecem muito com uma iconografia visual do sofrimento social. Condições afins às de campos ou de prisões definem a vida cotidiana de muitos dos habitantes do mundo pegos em contextos de detenção, encarceramento, migração forçada e deslocamento da população. Frequentemente retratados como sujeitos abjetos, atores em contextos carcerários e as pessoas que se organizam com eles buscam encontrar estratégias de representação que humanizem e politizem sua existência. Este ensaio busca obter um sentido das lutas visuais no coração dessas cenas carcerárias por meio de uma análise do uso de imagens e da nova mídia por atuais e ex-prisioneiros, membros da comunidade, artistas e estudiosos para combater o encarceramento em massa nos Estados Unidos. Tais cenas são

Generally, people have low levels of exposure to prisons through personal experience and therefore the media plays an important role in informing beliefs and actions. In particular prison films are an important and extensive form of media depiction. However, media depiction of crime and imprisonment has been criticised on ethical, political and social grounds. This article explores how prison films have depicted the relationship between the media, crime and punishment. It argues that this is a significant and integrated part of the prison film genre. It also argues that these representations are important both as a narrative device and in making the media a focus of pressure for reform (BENNETT, 2006)¹³.

Examining local and national television news, broadcast network crime dramas, and the cable television prison drama *Oz*, the book provides a comprehensive analysis of the stories and images of incarceration most widely seen by viewers in the U.S. and around the world. The textual analysis is augmented by interviews with individuals who have spent time in U.S. prisons and jails; their insights provide important context while encouraging readers to critically reflect on their own responses to television images of imprisonment. Appropriate for both undergraduates and postgraduates, *Prime Time Prisons on U.S. TV* is useful for courses in media criticism, media literacy, popular culture, television studies, and criminology" (YOUSMAN, 2009)¹⁴.

"Discusses the influence of television in and on public space, maintaining that with television, the world entered a qualitative new stage in the development of the mass media. Suggests that television facilitates prison growth in the sense of opening up for it dismantling defenses that might otherwise be mustered against escalation. Penal policy has become much more of a commodity, and a change has taken place from political legitimation in terms of principles to legitimation in terms of popularity. Calls for a development of an 'alternative public space' (MATHIESEN, 2001)¹⁵.

lugares significativos para examinar como uma criminologia visual pode revelar e participar das contestações e intervenções que desafiam cada vez mais o projeto de encarceramento em massa (BROWN, 2014).

¹³ Tradução livre: Geralmente, as pessoas têm baixos níveis de exposição a prisões por sua experiência pessoal e, portanto, a mídia desempenha um papel importante na informação de crenças e ações. Em particular, os filmes de prisão são uma forma importante e extensa de representação da mídia. No entanto, a representação da mídia sobre o crime e a prisão tem sido criticada em termos éticos, políticos e sociais. Este artigo explora como os filmes de prisão retratam a relação entre a mídia, o crime e a punição. O artigo defende que esta é uma parte significativa e integrada do gênero de filme de prisão. Também argumenta que essas representações são importantes tanto como um dispositivo narrativo quanto para tornar a mídia um foco de pressão para a reforma (BENNETT, 2006).

¹⁴ Tradução livre: Examinando os noticiários da televisão local e nacional, os dramas policiais das redes de TV e o drama *Oz*, da TV por assinatura, o livro oferece uma análise abrangente das histórias e imagens de encarceramento mais vistas pelos telespectadores nos EUA e em todo o mundo. A análise textual é ampliada por entrevistas com indivíduos que passaram tempo em prisões e cadeias dos EUA; suas percepções fornecem um contexto importante, ao mesmo tempo em que encorajam os leitores a refletirem criticamente sobre suas próprias respostas às imagens televisivas de encarceramento. Adequado para alunos de graduação e pós-graduação, *Prisões em Horário Nobre na TV dos EUA* é útil para cursos de crítica de mídia, alfabetização midiática, cultura popular, estudos de televisão e criminologia (YOUSMAN, 2009).

¹⁵ Tradução livre: Discute a influência da televisão no espaço público, sustentando que, com a televisão, o mundo entrou em uma nova etapa qualitativa no desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Sugere que a televisão facilita o crescimento da prisão, no sentido de abrir espaço para o desmantelamento de defesas que, de outra forma, poderiam ser reunidas contra a escalada. A política penal tornou-se muito mais uma mercadoria, e houve uma mudança da legitimação política em termos de princípios para a legitimação em termos de popularidade. Chama ao desenvolvimento de um "espaço público alternativo" (MATHIESEN, 2001).

Sobre seletividade da mídia quanto a violações de direitos humanos nas prisões, encontrei também diversos estudos que problematizam o viés pouco crítico da cobertura jornalística em determinados casos, em especial quando as vítimas são muçulmanas. Nesse sentido se desenvolve o artigo de Rowling (2011), intitulado "Some Dared Call It Torture: Cultural Resonance, Abu Ghraib, and a Selectively Echoing Press", bem como um célebre texto de Todd Gitlin:

The major news media have given a pass to one egregious feature of these American camps, arguably more egregious than torture, sexual titillation, the use of dogs or the desecration of the Koran: the number of detainees who have died in US custody. (...) I used the LexisNexis database to see what major US news organs have reported about deaths of prisoners in US hands since the beginning of 2005. Here are the results. On television: nothing on CBS, one brief mention on NBC, another on ABC. Nothing on CNN, nothing on Fox, nothing on MSNBC. On public television and radio, now under fire from the head of the Corporation for Public Broadcasting for "liberal bias": After Friedman's column appeared, Jim Lehrer cited 100 deaths, considering twenty to be "homicide," and NPR's *Talk of the Nation* interviewed Amnesty International's William Schulz, who said, "Twenty-seven of those detained by the United States have been ruled to be the victims of homicide by medical examiners." That's it from the broadcasting subversives. Nothing from Time--or Newsweek. Among the top newspapers inventoried by LexisNexis (thus excluding the *Wall Street Journal*), the *Times* is almost alone in giving any attention to deaths suffered at American hands. (...) A *Washington Post* report on Admiral Church's testimony before the Senate Armed Services Committee did not mention deaths at all. That's it from America's major newspapers (GITLIN, 2005)¹⁶.

Assim como na literatura especializada brasileira, a busca nos acervos de periódicos internacionais leva a diversos estudos de caso centrados na cobertura midiática de crises prisionais, em especial quando há rebeliões:

Examination of three infamous prison riots in the US -- in Attica, NY (1971), Santa Fe, NM (1980), & Lucasville, OH (1993) -- reveals important similarities in their underlying conditions. Analysis of secondary data shows the significant role played by

¹⁶ Tradução livre: Os principais meios de comunicação deixaram passar um aspecto notório desses campos americanos, talvez mais notório do que a tortura, a excitação sexual, o uso de cães ou a profanação do Alcorão: o número de detidos que morreram sob custódia dos EUA. (...) Eu usei o banco de dados LexisNexis para ver o que os principais órgãos de notícias dos EUA relataram sobre as mortes de prisioneiros nas mãos dos EUA desde o começo de 2005. Aqui estão os resultados. Na televisão: nada na CBS, uma breve menção na NBC, outra na ABC. Nada na CNN, nada na Fox, nada na MSNBC. Na televisão pública e no rádio, agora sob ataque do chefe da Corporação de Radiodifusão Pública por "viés liberal": após a coluna de Friedman ter surgido, Jim Lehrer citou 100 mortes, considerando vinte como "homicídio", e o *Talk of the Nation*, da NPR, entrevistou William Schulz, da Anistia Internacional, que disse: "vinte e sete dos detidos pelos Estados Unidos foram considerados vítimas de homicídio por médicos-legistas". Dos canais subversivos, é isso. Nada na Time - ou na Newsweek. Entre os principais jornais inventariados pela LexisNexis (excluindo assim o *Wall Street Journal*), o *Times* está quase sozinho ao dar qualquer atenção às mortes sofridas nas mãos americanas. (...) Uma reportagem do *Washington Post* sobre o testemunho do Almirante Church perante o Comitê de Serviços Armados do Senado não fez nenhuma menção a mortes. Dos principais jornais dos Estados Unidos, é isso (GITLIN, 2005).

representatives of the media, both in negotiating with inmates & in reestablishing control. The influence & effect of mediacoverage of prison riots is discussed (MAHAN; LAWRENCE, 1996)¹⁷.

BBC and Independent Television News chiefs were urged by Mrs Mary Whitehouse to reduce detailed television news coverage of the prison troubles to prevent more copycat riots.

Mrs Whitehouse, president of the National Viewers' and Listeners' Association, telephoned both broadcasting organizations to suggest that prison riots should be covered by still pictures and the spoken word of reporters rather than showing film of rooftop protests. She suggested that the extensive television coverage of the recent riots had contributed to their frightening spread.

'Television teaches and the massive and continuous coverage of the technique of violent insurrection used by rioting prisoners can only encourage copycat atrocities now being seen in other prisons,' she said last night.

Mrs Whitehouse recalled how Lord Scarman's inquiry into the Toxteth riots had concluded that television coverage had helped to spread riots. 'It seems as though people have forgotten that.' She added: 'If the prisoners have grievances they should be heard, but not to the extent that they stimulate copycat behaviour' (DETAILED, 1990)¹⁸.

Nesse cenário, a centralidade da violência nas notícias sobre a realidade prisional, sua "espetacularização" e a característica de "negatividade" da cobertura têm sido aspectos identificados em muitas pesquisas empíricas, com diferentes unidades de análise:

Sixty-two percent of newspaper sources supported the government's correctional strategies, and 38% opposed them, in a study of 206 articles on corrections in the New York Times. Correctional topics covered in the Times include institutional violence and riots, programs and rehabilitation, health care inprisons, get-tough campaigns, privatization and corrections as an industry." (WELCH; WEBER; EDWARDS, 2000)¹⁹.

¹⁷ Tradução livre: O exame de três famosas rebeliões nas prisões nos EUA - em Attica, estado de Nova York (1971), Santa Fé, estado do Novo México (1980) e Lucasville, estado de Ohio (1993) - revela semelhanças importantes em suas condições subjacentes. A análise de dados secundários mostra o papel significativo desempenhado pelos representantes da mídia, tanto na negociação com os presos quanto no restabelecimento do controle. São discutidas a influência e o efeito da cobertura da mídia nas rebeliões penitenciárias (MAHAN; LAWRENCE, 1996).

¹⁸ Tradução livre: Os chefes da BBC e da Independent Television News foram instados pela Sra. Mary Whitehouse a reduzir a cobertura detalhada dos noticiários televisivos sobre os problemas na prisão para evitar mais rebeliões imitadas. A Sra. Whitehouse, presidente da Associação Nacional de Espectadores e Ouvintes, telefonou para ambas as organizações de televisão para sugerir que as rebeliões nas prisões deveriam ser cobertas por fotos e relatos de repórteres em vez de exibir filmes de protestos no telhado. Ela sugeriu que a extensa cobertura televisiva das rebeliões recentes contribuiu para sua disseminação assustadora. A televisão ensina, e a cobertura massiva e contínua da técnica de insurreição violenta usada pelos prisioneiros que se amotinam só pode encorajar as atrocidades copiadas que estão sendo vistas agora em outras prisões", disse ela na noite passada. A Sra. Whitehouse lembrou como a investigação de Lorde Scarman sobre as rebeliões de Toxteth concluiu que a cobertura da televisão ajudou a espalhá-las. "Parece que as pessoas esqueceram isso". Ela acrescentou: "se os prisioneiros têm queixas, devem ser ouvidos, mas não na medida em que estimulam o comportamento imitador" (DETAILED, 2016).

¹⁹ Tradução livre: Sessenta e dois por cento das fontes de jornais apoiaram as estratégias penais do governo, e 38% se opuseram a elas, em um estudo de 206 artigos sobre questões penais no New York Times. Questões penais abordadas no Times incluem violência institucional e rebeliões, programas e reabilitação, serviços de saúde nas prisões, campanhas de endurecimento, privatização e penas como indústria (WELCH; WEBER; EDWARDS, 2000).

Most people do not have first-hand knowledge of the prison system; therefore, media images are critical in shaping their understanding of these institutions. While research has examined how prisons are depicted in film, less attention has been paid to images in other facets of the media. This study examined MSNBC Investigates - Lockup in order to determine how televised documentaries depict prisons. Findings indicate that this series presents tales of some of the most extreme institutions and the most violent inmates. By using violence as the main frame, this programme sends messages that support the United States' current use of imprisonment (CECIL; LEITNER, 2009)²⁰.

This research examined attributes of three social problems - pollution, poverty, and incarceration - in 300 news articles from 1995 to 2000. Coverage overwhelmingly indicated no specific cause, effect, or responsible agent for each problem, and rarely mentioned nonprofit citizen organizations or the individual-level terms "environmentalist," "activist," and "advocate" in content. Media coverage also did not discuss any likelihood that these problems could be solved and did not report any calls for reader action. Media content may have promoted political apathy due to a lack of connection between the social problem, nonprofit citizen organization activities, and individual behavior (KENSICKI, 2004)²¹.

If you were to sit down sometime late in the evening, turn on your television and begin flipping aimlessly through the channels, the chances are quite good that you would stumble upon a scene similar to this one. A solitary black male, dressed in a standard-issue fluorescent orange prison jumpsuit, stands defiantly in the middle of a fenced-in exercise yard. Having been granted his one hour of time outside his cell, the inmate has chosen not to go back in. The guards, dressed in full riot-style gear, surround the caged exercise yard and begin trying to spray him through the chain links with pepper spray and tear gas. The inmate, in order to frustrate their efforts, scrambles up to the top of a basketball hoop with what the show's narrator describes as surprising strength and agility. Finding their efforts to spray him into submission wholly futile, the guards proceed to shoot him with rubber bullets. While the narrator emphasizes how painful these shots are, the inmate is pelted two, three, four, five times, before finally choosing to come down. (...) If you have opted to stay on this channel, there is a good chance that you are watching one of the three prison documentary shows that currently run on MSNBC. But you might, however, be watching the National Geographic Channel or even the Discovery Channel. The proliferation of programs like these, which I am calling spectacles of incarceration, is a testament to their rising popularity (RIOFRIO, 2012)²².

²⁰ Tradução livre: A maioria das pessoas não tem conhecimento em primeira mão do sistema prisional; portanto, as imagens da mídia são críticas na formação de sua compreensão dessas instituições. Enquanto a pesquisa examinou como as prisões são retratadas no cinema, menos atenção foi dada às imagens em outras faces da mídia. Este estudo examinou o *MSNBC Investigates - Lockup* para determinar como os documentários televisivos descrevem as prisões. Os resultados indicam que esta série apresenta histórias de algumas das instituições mais extremas e dos presos mais violentos. Ao usar a violência como o quadro principal, este programa envia mensagens que apóiam o uso atual do encarceramento pelos Estados Unidos (CECIL; LEITNER, 2009).

²¹ Tradução livre: Esta pesquisa examinou atributos de três problemas sociais - poluição, pobreza e encarceramento - em 300 matérias jornalísticas de 1995 a 2000. A maioria esmagadora da cobertura não indicou nenhuma causa específica, efeito ou agente responsável para cada problema, e raramente mencionou organizações sem fins lucrativos ou os termos "ambientalista", "ativista" e "defensor" referindo-se a indivíduos. A cobertura da mídia também não discutiu qualquer probabilidade de que esses problemas pudessem ser resolvidos e não relatou nenhum chamado para ação do leitor. O conteúdo de mídia pode ter promovido apatia política devido à falta de conexão entre o problema social, atividades de organização de cidadãos sem fins lucrativos e comportamento individual (KENSICKI, 2004).

²² Tradução livre: Se você se sentasse tarde da noite, ligasse a televisão e começasse a zapear os canais aleatoriamente, é muito provável que você se deparasse com uma cena semelhante a essa. Um homem negro

Especificamente sobre as representações midiáticas dos prisioneiros, ou seja, sobre o modo como são apresentadas as pessoas presas como personagens das narrativas jornalísticas, o principal achado na revisão da literatura internacional foi o seguinte estudo:

‘The Palestinian Prisoners-Shalit Swap’ was a major issue in the media coverage in the Middle East for almost five years. This issue refers to an agreement between Israel and Hamas, the dominant political party governing the Gaza Strip, to release the captivated Israeli soldier Gilad Shalit in exchange for 1,027 Palestinian prisoners held in Israeli prisons. Both the Arab and Israeli media played a role in portraying the image of the released Palestinian Prisoners versus the Israeli soldier to the readers worldwide. The study aimed to identify the online media coverage of the Swap by Aljazeera English and Ha’aretz in terms of the manipulation of language to identify the discursive strategies and the linguistic means of self-justification of both news agencies towards this issue. The results of the critical discourse analysis using the Halliday’s Transitivity Theory revealed that both news agencies employed material process, verbal processes and relational processes differently to highlight certain characters and actions of the Swap from their viewpoint (ALHOSSARY; BIN ABDULLAH, 2014)²³.

Com enfoques bem peculiares, outros achados da revisão de literatura especializada internacional são um estudo das representações midiáticas sobre a monitoração eletrônica no Reino Unido (NELLIS, 2003), um estudo acerca da relação dos reality shows dos EUA com a

solitário, vestido com um macacão laranja de prisão fluorescente, fica desafiador no meio de um pátio de exercícios cercado. Tendo sido concedida a sua uma hora de tempo fora de sua cela, o preso optou por não voltar. Os guardas, vestidos totalmente com equipamentos estilo ‘rebeliões’, cercam o pátio de exercícios enjaulado e começam a tentar borrifar o preso com spray de pimenta e gás lacrimogêneo através das correntes. O preso, a fim de frustrar os esforços dos guardas, salta numa cesta de basquete com o que o narrador da série descreve como surpreendente força e agilidade. Percebendo que seus esforços para atingir o preso são completamente inúteis, os guardas continuam atirando nele com balas de borracha. Enquanto o narrador enfatiza o quão dolorosos são esses tiros, o preso é atingido duas, três, quatro, cinco vezes antes de finalmente escolher descer. (...) Se você optou por permanecer neste canal, há uma boa chance de que você esteja assistindo a um dos três programas de documentário sobre prisão que atualmente são exibidos na *MSNBC*. Mas você pode, no entanto, estar assistindo ao *National Geographic Channel* ou até mesmo ao *Discovery Channel*. A proliferação de programas como esses, que eu chamo de espetáculos de encarceramento, é uma prova de sua crescente popularidade (RIOFRIO, 2012).

²³ Tradução livre: "A troca de palestinos presos por Shalit" foi uma questão importante na cobertura da mídia no Oriente Médio por quase cinco anos. Esta questão refere-se a um acordo entre Israel e o Hamas, o partido político dominante que governa a Faixa de Gaza, para libertar o soldado capturado israelense Gilad Shalit em troca de 1.027 prisioneiros palestinos mantidos em prisões israelenses. Tanto a mídia árabe quanto a israelense desempenharam um papel em retratar a imagem dos prisioneiros palestinos libertados versus o soldado israelense para leitores em todo o mundo. O estudo teve como objetivo identificar a cobertura midiática da troca pela Aljazeera em inglês e pela Ha'aretz em termos de manipulação de linguagem para identificar as estratégias discursivas e os meios linguísticos de autojustificação de ambas as agências de notícias para esta questão. Os resultados da análise crítica do discurso, utilizando a Teoria da Transitoriedade de Halliday, revelaram que as duas agências de notícias empregaram processo material, processos verbais e processos relacionais de forma diferenciada para destacar certos personagens e ações da troca do ponto de vista deles (ALHOSSARY; BIN ABDULLAH, 2014).

temática do sistema prisional (PAGE, 2015), além de uma comparação entre narrativas jornalísticas e textos ficcionais de sucesso (KEARON, 2012).

Dado o amplo universo de periódicos nacionais e internacionais abrangidos nas bases científicas pesquisadas para a revisão de literatura apresentada nesta tese, o pequeno número de estudos de mídia encontrados efetivamente revela que há uma escassez de pesquisas dessa natureza voltadas para a temática da execução penal.

Assim, verificou-se que, embora sejam fartos os estudos de mídia voltados à cobertura sobre os delitos, os sujeitos violadores do direito penal e a atuação policial do Estado, há pouca produção acadêmica internacional (e menos ainda no Brasil) sobre os discursos dos veículos midiáticos quanto aos dias, meses e anos que se seguem ao momento do início do cumprimento da pena.

Uma explicação possível para a escassez da literatura de estudos de mídia sobre prisões pode estar nas próprias insuficiências relacionadas à cobertura da temática (BRUNT, 2000). Essa inferência nos pareceu plausível ao identificar, em especial nos periódicos de língua inglesa, bastantes estudos que tratam das dificuldades de acesso e de liberdade de atuação dos jornalistas quanto ao ambiente prisional (ROSS, 2001), inclusive devido aos desafios verificados na relação com as instituições e os atores responsáveis pela administração das prisões.

Nesse sentido, destaco os seguintes achados da revisão de literatura:

The increase in foreign media requests has made it imperative for corrections professionals to learn how to deftly manage access of foreign journalists to prisons, staff and inmates. The challenge for corrections officials is to utilize the available resources to assist these foreign news organizations while not compromising the security of the staff, inmates and the institution. Foreign media access policy should include verifying the authenticity of a foreign media organization and its representatives (DUNNE, 1998)²⁴.

Correctional institutions need to build a healthy working relationship with the news media to keep the public informed of their policies and actions. A better understanding of corrections through the media will lead to improved public perception of prisons. The media, however, do not always portray prisons positively. Oftentimes, they perpetuate criminal justice stereotypes and provide undue attention that glorifies

²⁴ Tradução livre: O aumento de solicitações da mídia estrangeira tornou imperativo que os profissionais do sistema de justiça criminal aprendam como administrar com habilidade o acesso de jornalistas estrangeiros a presídios, funcionários e internos. O desafio para os funcionários das prisões é utilizar os recursos disponíveis para auxiliar essas organizações jornalísticas estrangeiras, sem comprometer a segurança dos funcionários, dos presos e da instituição. A política de acesso para mídia estrangeira deve incluir a verificação da autenticidade de uma organização de mídia estrangeira e seus representantes (DUNNE, 1998).

inmates and allows them to profit from their crimes. Given media's enormous influence in shaping corrections' image, a balanced approach to media access should thus be adopted (KINDEL, 1998)²⁵.

Reporters covering prisons are faced with more and more impediments as prison coverage becomes more significant with the surge in prison populations and the increase in state budgets for facilities. With the rising costs of operating prisons and jails, the public increasingly clamors for information on how their taxes are spent. Reporters should find ways of coping with the ban on face-to-face interviews and of utilizing sources of prison news. Some tips on getting around prohibitions on inmate interviews and a prison resource list are presented (GREEN, 1998)²⁶.

Por outro lado, é curiosa a reflexão dos estudiosos canadenses Doyle e Ericson, desenvolvida ainda na década de 90, que aponta para os limites dessa explicação:

New media coverage of prisons has been little researched, especially in Canada. Prisons are the most closed institutions in the justice system and receive less media attention than earlier stages of the criminal process. Some analysts suggest this closure stems from tight official control over media knowledge of prisons. Such control seems to fit with critical penal historians' descriptions of a "vetting" of the once highly public spectacle of punishment. Such control also fits with a "dominant ideology model" of the media in which journalists are very subordinate to official sources in deciding news content. We tested these arguments by examining how news of prisons is produced. We conducted 18 open focused interviews with correctional officials, with various alternative news sources and with media workers, along with a literature review and an analysis of prison news stories. Our data indicate that penal authorities cannot simply exert strict control over prison news (...). Instead, officials are only intermittently successful in managing news coverage of prisons. Journalists can access a variety of alternative, critical news sources. Correctional officials are often engaged in damage control regarding bad news from other sources. One newspaper, the Kingston Whig-standard, has maintained a high standard of critical coverage of prisons despite a sometimes difficult relationship with penal authorities (DOYLE; ERICSON, 1996)²⁷.

²⁵ Tradução livre: As instituições penais precisam construir uma relação de trabalho saudável com os meios de comunicação para manter o público informado sobre suas políticas e ações. Uma melhor compreensão das penas por meio da mídia levará a uma melhor percepção pública das prisões. A mídia, no entanto, nem sempre retrata as prisões de maneira positiva. Muitas vezes, eles perpetuam os estereótipos da justiça criminal e fornecem atenção indevida que glorifica os presos e permite que eles lucrem com seus crimes. Dada a enorme influência da mídia na formação da imagem das penas, uma abordagem equilibrada para o acesso à mídia deve ser adotada (KINDEL, 1998).

²⁶ Tradução livre: Os repórteres que cobrem as prisões enfrentam cada vez mais impedimentos à medida que a cobertura prisional se torna mais significativa com o aumento das populações carcerárias e o aumento dos orçamentos estaduais para as instalações. Com o aumento dos custos de operação de prisões e cadeias, o público clama cada vez mais por informações sobre como seus impostos são gastos. Repórteres devem encontrar maneiras de lidar com a proibição de entrevistas face-a-face e de utilizar fontes de notícias da prisão. São apresentadas algumas dicas sobre como contornar as proibições em entrevistas com detentos e uma lista de recursos da prisão (GREEN, 1998).

²⁷ A cobertura das prisões pelas novas mídias tem sido pouco pesquisada, especialmente no Canadá. As prisões são as instituições mais fechadas do sistema judiciário e recebem menos atenção da mídia do que as etapas anteriores do processo criminal. Alguns analistas sugerem que esse fechamento decorre de um controle oficial rígido sobre o conhecimento da mídia sobre as prisões. Tal controle parece se encaixar com as descrições dos historiadores penais críticos de um controle do espetáculo de punição, antes bastante público. Tal controle também se encaixa com um "modelo de ideologia dominante" da mídia em que os jornalistas estão muito subordinados às fontes oficiais na

A escassez de literatura especializada que analise a cobertura midiática sobre prisões tende a implicar a insuficiência de elementos a subsidiar uma análise crítica de narrativas jornalísticas sobre as pessoas privadas de liberdade e suas condições de vida.

Nesse sentido, a pesquisa apresentada nesta tese busca oferecer uma nova contribuição ao campo da criminologia brasileira, ao focar um período significativo de cobertura televisiva sobre os mecanismos de “castigo” do sistema penal²⁸, em especial o sistema prisional, conforme opções metodológicas apresentadas no Capítulo 1.

O processo de construção da notícia depende de um sistema de filtragem de informações. No telejornal, ocorrem três etapas: captação de informações, seleção e, ao final, apresentação da notícia como produto jornalístico de imagens e sons. No cotidiano das edições, portanto, as equipes dos telejornais reúnem um volume substancial de informações de fontes, assessorias de imprensa e agências. Avaliam cada uma delas de acordo com um conjunto de critérios de noticiabilidade, ou seja, com atribuição de valores-notícias²⁹, para então realizar a produção das matérias focadas nos fatos considerados noticiáveis (TRAQUINA, 1993).

decisão do conteúdo noticioso. Testamos esses argumentos examinando como as notícias das prisões são produzidas. Realizamos 18 entrevistas abertas com funcionários do sistema penal, com várias fontes de notícias alternativas e com profissionais da mídia, juntamente com uma revisão de literatura e uma análise das notícias sobre prisão. Nossos dados indicam que as autoridades penais não podem simplesmente exercer controle estrito sobre as notícias da prisão (...). Em vez disso, os funcionários são apenas vez ou outra bem-sucedidos no gerenciamento da cobertura de notícias das prisões. Os jornalistas podem acessar uma variedade de fontes de notícias alternativas e críticas. Funcionários do sistema penal muitas vezes estão envolvidos no controle de danos em relação a más notícias de outras fontes. Um jornal, o Kingston Whig, manteve um alto padrão de cobertura crítica das prisões, apesar de um relacionamento às vezes difícil com as autoridades penais (DOYLE; ERICSON, 1996).

²⁸ Na pesquisa apresentada nesta tese, considere a internação no sistema socioeducativo como uma das formas de castigo penal. Embora o conceito de ato infracional seja distinto do conceito de crime e o conceito de medida de internação seja distinto do conceito de pena, a realidade de privação da liberdade dos adolescentes nas unidades de internação é bastante similar à realidade dos adultos encarcerados. Além disso, na perspectiva da Criminologia Crítica, o controle e o castigo operam no mesmo sentido no funcionamento do sistema prisional e das unidades de internação do sistema socioeducativo: "Hoje, a despeito de a legislação brasileira declarar a prevenção especial positiva como a principal meta da execução penal, a realidade a desmente todos os dias, para confirmar o que não pode ser dito, ao menos não em voz alta: já que não é possível disciplinar, o objetivo da punição é dizimar esses sobrantes que sujam as ruas, corrompem criancinhas, e ameaçam os consumidores. Na realidade da medida “socioeducativa” de internação, também contrariando os preceitos democráticos e emancipatórios do Estatuto da Criança e do Adolescente, a regra nesse sistema vem sendo – como sempre foi, aliás – a antecipação da produção de carreiras criminosas. Ao sair dessas instituições, os adolescentes pouco têm a escolher e muito a desejar" (BUDÓ, 2013, p. 33).

²⁹ O valor-notícia é um fator de resposta à seguinte questão: “quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (WOLF, 2009).

Como não sou jornalista e esta não é uma tese desenvolvida na Faculdade de Comunicação, não pretendo conseguir explorar com profundidade a prática jornalística e nem questionar o processo em si de produção de notícias pelo Jornal Nacional, que os especialistas desse campo explicam pela teoria de *gatekeeping*³⁰, de David Manning White (1950), e pela teoria de *newsmaking*³¹.

O estudo objeto desta tese foi realizado na linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília chamada “Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais”. Tendo em vista um cenário de graves problemas da realidade da execução penal brasileira, com um fenômeno de hiperencarceramento, o objetivo central foi investigar como as narrativas midiáticas contam na televisão essa realidade, compreendendo a cobertura cotidiana e a cobertura das situações mais agudas, chamadas nesta tese de “crises prisionais”.

Meu esforço foi concentrado no sentido de fazer pesquisa interdisciplinar, trazendo uma contribuição empírica para a Criminologia: investigação de dados primários das narrativas jornalísticas sobre castigo penal por uma pesquisadora de formação jurídica.

O estudo empírico empreendido se debruçou sobre a cobertura do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão durante três anos, de novembro de 2014 a outubro de 2017, abrangendo um total de 938 edições em que foram veiculadas mais de 17 mil matérias.

Na Etapa 1, de coleta de dados, foi feito um levantamento de todas as matérias sobre temáticas relativas ao sistema penal (e segurança pública em sentido amplo), com sistematização em 12 categorias conforme o seu tema principal. Após, na Etapa 2, de tratamento de dados, foi analisada apenas a amostra de matérias da categoria “castigo penal”, por meio de fichas analíticas cujo conjunto de variáveis buscava respostas para as seguintes perguntas-problema da pesquisa: A. Quais aspectos da realidade da execução penal, em especial do sistema prisional, são

³⁰ Embora o crescimento das mídias digitais e a expansão das redes sociais tenha modificado profundamente as relações do público com fatos e notícias, há autores que sustentam que o fenômeno do *gatekeeping* continua existindo, embora com características diferentes (SHOEMAKER; VOS, 2011).

³¹ “Começou-se a elaborar a partir da década de 1970, nos Estados Unidos, uma linha de pesquisas denominada *newsmaking*. A partir dessa perspectiva – que se constituiu em uma verdadeira ruptura de paradigma na *communication research*, baseada no interacionismo simbólico e na etnometodologia – tornou-se possível investigar a notícia como forma de controle social” (BUDÓ, 2013, p. 239).

representados nas narrativas jornalísticas? B. Como são representadas nas narrativas jornalísticas as pessoas sujeitas à responsabilidade penal?

O objetivo central desse estudo de mídia era descrever o fenômeno da cobertura jornalística sobre execução penal realizada pelo telejornal de maior audiência no Brasil. Os objetivos específicos eram: (i) mapear a extensão da cobertura sobre execução penal; (ii) identificar eventuais peculiaridades da cobertura das situações de crise prisional, em especial das rebeliões; (iii) investigar eventuais aspectos de racismo no enquadramento; (iv) identificar eventuais elementos da cobertura que contribuem para o processo de estigmatização das pessoas sujeitas à responsabilidade penal; (v) investigar se (e como) a retórica de direitos é utilizada na cobertura sobre execução penal.

No Capítulo 2, abordo a escolha do Jornal Nacional, principal programa jornalístico da Rede Globo de Televisão³², como *corpus* da pesquisa empírica sobre o castigo penal. Além disso, apresento os contornos gerais da cobertura, a partir dos dados de 6 variáveis que abrangem as características das matérias: data da edição (matérias ao longo do tempo); duração da matéria; tipos de matéria (nota seca, nota coberta, reportagem simples ou reportagem com nota pé), tipos de fontes jornalísticas citadas, foco geográfico (relevante ou irrelevante, internacional ou nacional, estadual ou mais amplo) e abrangência da matéria (enfoque episódico apenas factual, episódico não apenas factual ou temático).

No Capítulo 3, são apresentados os resultados relativos à representação nas narrativas jornalísticas das pessoas sujeitas à responsabilidade penal, a partir de 17 variáveis cujos dados oferecem respostas para a pergunta-problema B da pesquisa. Os dois primeiros itens desse Capítulo abordam variáveis relativas aos textos das matérias e o terceiro item aborda variáveis relacionadas às imagens das matérias, conforme descrito a seguir.

O item 3.1 do Capítulo 3 mostra os dados de 10 variáveis que visam identificar se o perfil das pessoas é de alguma forma descrito nos textos das matérias, a partir do referencial de

³² "A maior parte dos estudos sobre o comportamento editorial do Jornal Nacional é dedicada aos períodos eleitorais, especialmente os presidenciais (1989, 1994, 1998, 2002, 2006). Em comparação, ainda são poucas as investigações sobre o papel do jornalismo praticado pelo Jornal Nacional no processo político em períodos não marcados por regras eleitorais" (GUAZINA, 2011, p. 121).

categorias utilizadas no Relatório Infopen: gênero, faixa etária, escolaridade, estado civil, pessoas com deficiência, nacionalidade, filhos, tipo penal, tempo da pena e raça/cor (BRASIL, 2017). O item 3.2 do Capítulo trata de elementos discursivos dos textos relativos ao enfoque e à (im)possibilidade de voz das pessoas sujeitas à responsabilidade penal nas matérias, a partir dos dados de 3 variáveis: representação individual ou coletiva das pessoas, denominação das pessoas (pejorativa, neutra ou por nome próprio), representação de opiniões das pessoas. O item 3.3 do Capítulo apresenta os resultados de quatro variáveis relativas às imagens que aparecem nas matérias: cor/raça dos corpos, nudez dos corpos, subjugação corporal e aspectos de "periculosidade" na representação das pessoas sujeitas à responsabilidade penal.

No Capítulo 4, são apresentados os dados de 10 variáveis sobre elementos discursivos que aparecem nos textos e imagens na constituição do objeto das matérias sobre o castigo penal: assunto dominante, espaço físico de estabelecimentos penais, referência a legislação, direitos, regalias, motivo de rebeliões, motivo de mortes, identificação de mortos, vítimas de atos violentos e indicação de soluções. Além disso, é apresentada uma análise de dois campos abertos da ficha analítica utilizada no tratamento dos dados: identificação da ideia organizadora da notícia; atribuição de responsabilidades ou julgamento (conforme os recursos retóricos e técnicos).

Os Capítulos detalham achados de pesquisa interessantes, em especial: a permanência do tema do castigo penal no enquadramento do telejornal ao longo do tempo, a intensidade da cobertura sobre sujeitos famosos, o enorme predomínio de fontes oficiais, as peculiaridades do enquadramento em crises prisionais, os aspectos de silenciamento, estigmatização e racismo da cobertura, além da omissão quanto a violações de direitos humanos.

Conforme será demonstrado a seguir, os gráficos e textos apontam para uma redução da problemática do sistema prisional à necessidade de aumento de controle (evitar fugas e evitar/estancar rebeliões), com ocultamento da dimensão de direitos das pessoas privadas de liberdade e ausência de elementos de discussão sobre o papel do cárcere na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1

A METODOLOGIA DA PESQUISA

Seguindo a taxonomia de Cláudio de Moura Castro (1976), que classifica as investigações científicas a partir do seu objetivo principal (modalidade exploratória, descritiva ou causal), e tendo em vista o tipo de coleta realizada, pode-se dizer que esta é uma pesquisa descritiva de fontes primárias, pois busca descrever as principais características da cobertura jornalística sobre o castigo penal, por meio de dados primários coletados diretamente na página eletrônica do telejornal, sem a pretensão de apontar relações de causalidade.

Enquanto as pesquisas exploratórias almejam o desenvolvimento de ideias e o aprofundamento da familiaridade com determinado problema, e as pesquisas causais (também chamadas de explicativas ou experimentais) focam na descoberta de motivos e determinantes de uma realidade, as pesquisas descritivas visam identificar elementos que caracterizam determinada população ou fenômeno.

Nas pesquisas descritivas, como é o caso do estudo empírico apresentado nesta tese, é relevante a utilização de técnicas padronizadas para manejo de dados, pelo que optei pela aplicação de questionários simples na etapa de coleta de dados e pelo uso de fichas analíticas na etapa de tratamento de dados, via ferramentas digitais do aplicativo *Googleforms*³³. O detalhamento dessas técnicas será apresentado a seguir, no roteiro de pesquisa constante do item 1.1 e no texto do item 1.2 deste Capítulo.

Quanto ao fator abordagem temporal, a pesquisa apresentada nesta tese pode ser considerada de caráter longitudinal, e não de corte transversal (*cross-sectional*). Em vez de investigar o retrato de uma realidade em um momento pontual, a pesquisa busca perceber a evolução do fenômeno da cobertura jornalística por um mesmo telejornal (Jornal Nacional da TV Globo) ao longo do tempo, no período de três anos. As razões dessa escolha do *corpus* da investigação estão descritas no Capítulo 2.

³³ <https://www.google.com/forms>

Quanto à natureza, a pesquisa apresentada nesta tese se classifica como mista, pois é simultaneamente quantitativa e qualitativa. Além de mapear elementos numéricos que são representativos de algumas características do conjunto de notícias do *corpus*, utilizando contagem de ocorrências e percentagens, há um esforço significativo de avaliação qualitativa do conteúdo das matérias do telejornal. A investigação se dá por variáveis medidas em formato de opções fechadas (resposta única ou resposta múltipla) e também pela identificação da ideia organizadora da notícia, da atribuição de responsabilidades e da indicação de solução, em aplicação do método da análise de enquadramento jornalístico, abordado no item 1.2 deste Capítulo.

Portanto, nos itens deste Capítulo 1, pretendo apresentar de maneira detalhada o passo a passo do processo de planejamento inicial, definição de equipe de assistentes de pesquisa, realização de coleta de dados, formação da amostra final e, em seguida, tratamento e discussão de dados, com a utilização do método da análise de enquadramento jornalístico.

A exposição minuciosa dos caminhos de pesquisa trilhados pretende tornar o trabalho investigativo mais transparente e, portanto, mais adequadamente refutável pelos especialistas tanto do campo da criminologia quanto do campo da comunicação, dada a localização interdisciplinar do objeto de estudo.

Ao longo da tese, discorrerei sobre as potencialidades exploradas e os desafios enfrentados na aplicação do método da análise de enquadramento, diante da amostra final de matérias do Jornal Nacional sobre o castigo penal:

"É impossível para um estudioso identificar enquadramentos midiáticos sem projetar em alguma medida suas próprias perspectivas sobre o conteúdo estudado. Por outro lado, é possível conferir maior objetividade a tais procedimentos caso os critérios utilizados para formalizar tipologias sejam minimamente explicitados e, assim, submetidos ao escrutínio intersubjetivo" (CAMPOS, 2014).

1.1 – Roteiro de pesquisa

A pesquisa que originou esta tese foi desenvolvida conforme o roteiro exposto, de maneira esquemática, a seguir:

PARTE I

Revisão de literatura instrumental, com identificação de estudos empíricos nacionais e internacionais sobre cobertura midiática do castigo penal (apresentada na Introdução desta tese)

PARTE II

Estudo empírico da cobertura do Jornal Nacional da TV Globo por três anos, de novembro de 2014 a outubro de 2017

○ **Etapa 1 - Coleta de dados**

Subetapa 1.1 - Levantamento de todas as matérias sobre temáticas relativas ao controle penal (segurança pública em sentido amplo), e sistematização em 12 categorias, sendo uma delas a categoria castigo penal

Subetapa 1.2 - Categoria castigo penal: identificação de assunto dominante e registro da transcrição integral das matérias

Subetapa 1.3 - Categoria castigo penal: refinamento e correção dos dados brutos das matérias, para composição da amostra final

○ **Etapa 2 - Tratamento de dados das matérias da categoria castigo penal**

Subetapa 2.1 - Aplicação de Ficha de Análise Geral de Enquadramento

Busca de respostas para a seguinte pergunta-problema da pesquisa:

A. Quais aspectos da realidade da execução penal, em especial do sistema prisional, são representados nas narrativas jornalísticas?

Subetapa 2.2 - Aplicação de Ficha de Análise de Personagens

Busca de respostas para a seguinte pergunta-problema da pesquisa:

B. Como são representadas nas narrativas jornalísticas as pessoas sujeitas à responsabilidade penal?

PARTE III

Redação da tese, para apresentação da revisão de literatura e para discussão dos resultados do estudo empírico, com foco nas matérias da categoria castigo penal

1.1.1 – Coleta de Dados - Etapa 1 do estudo empírico

Na etapa 1 do estudo empírico realizado na Parte II da pesquisa, foram verificadas todas as matérias de todas as edições do programa jornalístico televisivo *Jornal Nacional*, no período de três anos delimitado (novembro de 2014 a outubro de 2017), veiculadas diariamente nas noites de segunda-feira a sábado. Nos domingos, não há veiculação do referido programa. Ao todo, foi analisado um conjunto de 17.719 matérias, veiculadas em 938 edições consecutivas.

O objetivo dessa etapa foi não só identificar as matérias jornalísticas sobre castigo penal, objeto de estudo específico desta tese, mas também oferecer uma contribuição de formação de base de dados para futuras pesquisas em criminologia: um levantamento preliminar de todas as notícias de temáticas relativas ao sistema penal, ou seja, à segurança pública em sentido amplo, conforme tipologia utilizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESeC, da Universidade Cândido Mendes³⁴, abrangendo as seguintes categorias:

- Ato violento/criminoso;
- Forças de segurança;
- Judiciário/Ministério Público/legislação;
- Políticas de segurança pública/setor público;
- Drogas;
- Segurança privada;
- Questões da sociedade civil;
- Fenômeno da violência;
- Estatísticas/pesquisas;
- Perfil;
- Violência no trânsito; e
- Castigo penal³⁵.

³⁴ A opção metodológica foi inspirada na pesquisa produzida pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESeC, da Universidade Cândido Mendes, voltada à cobertura jornalística de violência e segurança pública no ano de 2004 (RAMOS; PAIVA, 2007).

³⁵ A categoria “sistema penitenciário” da metodologia do CESeC foi compreendida em nossa coleta como “castigo penal”, abrangendo todas as notícias que tratam do momento posterior ao início da execução penal, seja em caráter provisório ou definitivo, além das notícias sobre internação no sistema socioeducativo. Nesse sentido, são exemplos

Essa decisão por um escopo mais geral de coleta de dados na etapa 1 só foi possível porque, desde o fim do ano de 2017, contei com a colaboração voluntária de dez assistentes de pesquisa, graduandos e recém graduados do curso de Direito da Universidade de Brasília, que se candidataram em processo seletivo realizado pelo Grupo Candango de Criminologia - GCCRIM, conforme relação nominal do Anexo V desta tese. Além disso, a partir da etapa 2, tive o auxílio técnico do jornalista Victor Pires Ferreira Corrêa na sistematização e análise das matérias, também como assistente de pesquisa.

O conjunto de edições do Jornal Nacional de cada um dos seis períodos semestrais da amostra (três anos = 6 semestres) foi analisado por duas pessoas da equipe de pesquisa, isoladamente, como técnica de redundância que aumenta a confiabilidade dos resultados. Cada uma das pesquisadoras ou pesquisadores assistentes analisou mais de 2.900 matérias veiculadas em cerca de 156 edições (e eu assumi o dobro disso³⁶), pois um semestre possui aproximadamente 26 semanas, são veiculadas 6 edições do programa por semana, de segunda a sábado, e cada edição tem uma média de 19 matérias³⁷.

Ao analisar o conjunto de matérias de cada edição, a pesquisadora ou pesquisador selecionava as matérias cuja temática se enquadrava em alguma das 12 categorias da tipologia acima apresentada. Em seguida, realizava a coleta dos dados relativos a cada uma dessas matérias identificadas, com preenchimento *online* dos campos de formulário disponível por meio da ferramenta *Googleforms*.

Nesse levantamento, realizado na subetapa 1.1 da etapa 1 do estudo empírico, foram registrados os seguintes dados:

de assuntos que levaram à classificação de matérias na categoria “castigo”: dados sobre o sistema prisional visto como um todo, construção ou funcionamento de prisões, rebeliões, fugas, uso de tornozeleiras, indulto, saidão, transferência de estabelecimento penal, progressão de regime, entre outros temas relativos à execução penal e à internação no sistema socioeducativo.

³⁶ A divisão de um semestre para cada um dos 10 pesquisadores, com trabalho em duplas, abarcaria apenas 5 semestres. Portanto, assumi pessoalmente a coleta de dados referente a dois semestres, formando dupla de duas pesquisadoras assistentes. Dessa forma, era como se houvesse um total de 12 pesquisadoras e pesquisadores na fase de coleta, organizados em duplas, para se dedicar ao estudo de 6 semestres (três anos) de cobertura.

³⁷ Embora a duração total de uma edição do Jornal Nacional não seja muito variável ao longo do tempo, o número de matérias por edição varia bastante, pois depende da existência de uma ou algumas matérias mais longas naquele dia em específico. A média de 19 matérias por edição foi calculada a partir da aferição de que nas 938 edições analisadas

- nome da matéria - conferido pela emissora no sítio eletrônico em que é disponibilizado o acervo de vídeos do Jornal Nacional, já que matéria de telejornal não tem título, ao contrário do que ocorre com as peças de periódicos impressos e dos portais de notícias digitais;
- data da edição em que a matéria foi veiculada;
- categoria temática central do conteúdo da matéria - conforme 12 categorias da tipologia CESeC adaptada, listadas acima;
- temas secundários abordados na matéria;
- foco geográfico da matéria - de modo a indicar se o foco é relevante ou irrelevante, internacional ou nacional (sendo relevante), localizado ou não em uma ou mais unidades federativas específicas (sendo nacional);
- tipo de matéria:
 - nota seca/pelada
 - nota coberta
 - reportagem simples
 - reportagem com nota pé
- duração / tempo de veiculação da matéria na televisão;
- tipos de fonte jornalística cuja utilização foi explicitada na matéria (era possível escolher mais de uma opção):
 - Oficial – autoridade do Poder Público;
 - Empresarial - representa uma corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio;
 - Sociedade Civil/Institucional - representa uma entidade sem fins lucrativos ou grupo social, sendo também chamada de “fonte independente”, pois defende uma causa social ou política (*advocacy*);
 - Individual - representa a si mesma, podendo ser uma pessoa comum, personalidade política, cultural ou profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social;

- Testemunhal - funciona como álibi para a imprensa, pois representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora;
- Especializada - pessoa ou organização de notório saber específico (especialista, perito, intelectual), relacionado a uma profissão ou área de atuação, a quem o jornalista recorre para analisar tema complexo;
- Referência – referenciais que fundamentam o conteúdo jornalístico, tais como bibliografia, documento, dossiê, mídia, livros, produções científicas, tecnológicas ou culturais;
- Sem indicação de fonte.

A classificação de fontes "por grupo" utilizada no formulário da pesquisa foi extraída do trabalho de Aldo Schmitz (2010), conforme detalhamento apresentado no item 2.2 do Capítulo 2 desta tese.

Nos casos das matérias da categoria “castigo”, dois outros campos também foram preenchidos, como subetapa 1.2 da etapa 1 do estudo empírico:

- assunto dominante, identificado conforme adaptação da tipologia CESeC:
 1. Apreensão de drogas/armas/objetos;
 2. Atuação do crime organizado;
 3. Fundo penitenciário nacional;
 4. Gestão/condições penitenciárias/superlotação;
 5. Maus tratos contra agentes/greve da categoria;
 6. Maus tratos contra detentos/corrupção/prevaricação;
 7. Rebelião;
 8. Restrição de direitos/direitos das pessoas sujeitas à responsabilidade penal;
 9. Questões especiais dos presídios femininos;
 10. Fuga;
 11. Destino de presos/monitorados/condenados conhecidos (Ex. Beira-mar);
 12. Transferência de pessoas presas;
 13. Egressos;
 14. Programas profissionalizantes / educativos;

15. Presos provisórios;

16. Regalias.

- transcrição integral da matéria, conforme texto fornecido pela própria emissora na página eletrônica do Jornal Nacional ou texto transcrito pela pesquisadora³⁸, pois em alguns casos não há transcrição disponível na referida página.

O preenchimento desses dois campos complementares no caso das matérias da categoria "castigo penal" visava subsidiar o trabalho da Etapa 2, de tratamento de dados, restrita ao conjunto de notícias dessa categoria específica.

Nesse sentido, é importante destacar que só foram classificadas nessa categoria as matérias que tratavam de fatos ocorridos após a prisão ou a aplicação de outra medida de castigo penal, como o uso de tornozeleira e a internação no sistema socioeducativo. Não integram a amostra final as matérias cujo principal fato noticiado é "foi condenado" ou mesmo "foi preso". Isso porque a pesquisa desta tese visa compreender a narrativa midiática sobre a realidade da execução da pena (e de outros castigos) no Brasil e não sobre a sua aplicação ou sobre a atuação policial nas suas atividades ostensiva e investigativa.

O resultado obtido no levantamento da subetapa 1.1 da etapa 1 do estudo empírico é uma base de dados brutos de 3.045 matérias, identificadas por um procedimento em que cada edição do Jornal Nacional foi vista por 2 assistentes de pesquisa³⁹.

Como esse universo é muito grande, não seria possível realizar um tratamento minucioso de toda a base de dados, dada a limitação de tempo disponível para a finalização do curso de doutorado. Portanto, permaneceram em estado bruto os dados de 2.670 matérias, referentes a 11 categorias da tipologia utilizada. Conforme já explicitiei na apresentação esquemática do roteiro de pesquisa, foi realizada a análise e tratamento dos dados apenas dos formulários enquadrados na categoria "castigo penal", como núcleo central da pesquisa.

³⁸ As referências à pesquisadora, nesta tese, podem tratar de atividade que realizei pessoalmente ou de atividade realizada originalmente por uma assistente ou um assistente de pesquisa (conforme lista nominal do Anexo V), cujo produto revisei em seguida.

³⁹ A opção pela redundância, já explicitada acima, foi uma sugestão da banca do exame de qualificação do projeto de pesquisa, como uma técnica para aumentar a confiabilidade da coleta de dados.

De qualquer forma, os demais formulários podem ser úteis para futuras pesquisas do Grupo Candango de Criminologia - GCCRIM ou mesmo para outros pesquisadores do campo, eis que a base de dados brutos está em formato de dados abertos, processáveis, e pode ser disponibilizada para qualquer interessado.

Especificamente quanto ao esforço de refinamento e correção de dados do subconjunto de formulários da categoria "castigo penal", realizado na subetapa 1.3 da etapa 1 do estudo empírico, os procedimentos adotados foram:

- correção de erros simples de preenchimento de campos do formulário, em especial de data, duração das matérias e títulos;
- exclusão de formulários preenchidos pelo mesmo pesquisador em duplicidade;
- quanto aos formulários de matérias que foram identificadas como pertinentes à categoria "castigo penal" por apenas por um pesquisador ou pesquisadora, realizei análise metódica de uma a uma, para então decidir se excluía a matéria da amostra ou, quando era pertinente, mantinha na amostra, com conferência dos dados preenchidos em todos os campos do formulário;
- quanto aos formulários de matérias apontadas como pertinentes à categoria do "castigo penal" pelos dois pesquisadores ou pesquisadoras que assistiram à mesma edição, realizei conferência apenas dos campos em que identifiquei incongruências na comparação de dados coletados.

Quanto ao campo de “temas secundários” abordados nas matérias jornalísticas, a variedade de diferenças nas classificações realizadas demonstrou que esse campo era impreciso demais, pelo que os resultados obtidos se mostraram pouco significativos. Assim, optei por desconsiderar os dados coletados quanto a esse campo específico do formulário.

Dessa forma, após a realização dos procedimentos de refinamento e correção de dados brutos de matérias enquadradas na categoria "castigo penal", que constituíram a subetapa 1.3 da etapa 1 do estudo empírico, passou-se à fase de tratamento e análise de dados da amostra final da pesquisa, com 375 matérias jornalísticas do Jornal Nacional veiculadas entre 01/11/2014 e 31/10/2017.

1.1.2 – Tratamento e análise de dados - Etapa 2 do estudo empírico

A etapa 2 foi de análise e tratamento não somente das 375 matérias da amostra final, em cujo teor se identificou a abordagem da temática do castigo penal como central, seja pelo foco em determinado estabelecimento penal de privação de liberdade, em determinada pessoa sujeita à responsabilidade penal, assim como uma abordagem do sistema prisional ou do sistema socioeducativo vistos como conjuntos de unidades ou problemática social.

Os objetivos dessa etapa da pesquisa empírica eram: (i) identificar tendências com parâmetros quantitativos por meio do mapeamento da extensão da cobertura sobre a temática nos três anos delimitados, e explorar alguns de seus principais aspectos; e (ii) realizar análise qualitativa do enquadramento realizado, inclusive pela identificação da ideia organizadora da matéria, da atribuição de responsabilidades e da indicação de soluções.

Nesse contexto, o conjunto de variáveis buscava respostas para as seguintes perguntas-problema da pesquisa:

- A. Quais aspectos da realidade da execução penal, em especial do sistema prisional, são representados nas narrativas jornalísticas?
- B. Como são representadas nas narrativas jornalísticas as pessoas sujeitas à responsabilidade penal?

No que se refere à identificação de tendências com parâmetros quantitativos, tal opção metodológica foi inspirada em estratégia bastante similar empregada em importante pesquisa produzida pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CESeC, da Universidade Cândido Mendes, voltada à cobertura jornalística dos temas relacionados a violência e segurança pública no ano de 2004. Nesse sentido, os pesquisadores daquele Centro explicam sua motivação:

"(...) nos afastamos de uma proposta de estudo que depende sobretudo de interpretações e de juízos de valores prévios. (...) a escolha foi motivada pelo nosso interesse em perceber que temas estão sendo debatidos nos jornais, com que profundidade e abrangência, quais são os atores sociais envolvidos no debate e identificar possíveis novas tendências" (RAMOS; PAIVA, 2007).

Quanto à avaliação qualitativa propiciada pelo método de análise de enquadramento jornalístico, tal opção metodológica foi inspirada na leitura de um trabalho empírico de fôlego desenvolvido por Liziane Guazina (2011), em sua pesquisa de doutorado cursado na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. O referido trabalho tem como objeto de estudo a cobertura jornalística do mensalão realizada exatamente pelo Jornal Nacional, veículo abrangido pelo *corpus* da pesquisa apresentada nesta tese.

1.2 - Método da análise de enquadramento jornalístico

Os métodos de análise e tratamento de dados organizam procedimentos de extração de sentido dos dados de textos e imagens, configurando, portanto, uma metodologia de interpretação (CRESWELL, 2007).

Na execução da etapa de análise e tratamento de dados da pesquisa empírica apresentada nesta tese, a localização interdisciplinar do objeto de estudo tornou o desafio bastante complexo. A proposição de reflexões possíveis a partir dos dados obtidos tentou se equilibrar entre a necessidade de didatismo quanto aos conceitos básicos de cada área envolvida e a exigência de verticalização da abordagem decorrente dos rigores acadêmicos.

Nesse sentido, busquei na teoria da comunicação o método da análise de enquadramento jornalístico como instrumento para compreender como o tema do castigo penal foi representado no período de três anos por um universo de mais de 900 edições do programa jornalístico televisivo de maior audiência do Brasil.

O enquadramento é o cerne do fazer jornalístico. É o que diz uma boa parte dos teóricos da comunicação há algumas décadas, desde que o conceito foi elaborado por Goffman (1986). Cada notícia é construída a partir de um recorte, uma seleção. O jornalista precisa decidir o que vai enfatizar e o que vai omitir, ao colocar uma moldura em determinados fatos e, então, contribuir no processo de construção social da realidade a partir desses recortes. Assim funciona o enquadramento.

Nesta tese, a escolha da análise de enquadramento como método foi essencial para definir um perfil de pesquisa mista, que reúne aspectos quantitativos e qualitativos. Na análise e tratamento dos dados da amostra final de matérias do Jornal Nacional, procurei investigar as ênfases e as omissões nas narrativas jornalísticas sobre o castigo penal, adotando uma perspectiva sobre enquadramento que se baseia em Robert Entman (1993) como referencial. Nesse sentido, foi inspiradora a leitura do trabalho empírico de Liziane Guazina, em que essa perspectiva de enquadramento foi utilizada para estudar a cobertura jornalística do mensalão, especificamente

focada nas notícias do Jornal Nacional, ou seja, mesmo veículo escolhido na pesquisa desta tese (GUAZINA, 2011).

O ato de enquadrar, na definição clássica de Entman (1993, p. 52), consiste em realizar a seleção de determinados aspectos da realidade representada e apresentá-los no texto com maior ou menor saliência, "de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem".

A escolha do método de análise de enquadramento como forma de exploração dos conteúdos das matérias do Jornal Nacional sobre o castigo penal justifica-se por viabilizar, a partir de um acompanhamento ao longo do tempo, a identificação de "um padrão a respeito de determinado tema, que, ao final, revela a representação dominante, isto é, o conjunto de valores associados ao tema. Exatamente por isso é considerado um salto qualitativo na análise de conteúdo" (GUAZINA, 2011, p. 81).

A principal estratégia utilizada nessa etapa de análise e tratamento dos dados foi a aplicação de duas fichas analíticas para explorar o conteúdo das 375 matérias sobre castigo penal que constituíram a amostra final da pesquisa empírica: a Ficha de Análise Geral de Enquadramento e a Ficha de Análise de Personagens.

O uso da Ficha de Análise Geral de Enquadramento visava identificar respostas para a seguinte pergunta-problema da pesquisa:

A. Quais aspectos da realidade da execução penal, em especial do sistema prisional, são representados nas narrativas jornalísticas?

O uso da Ficha de Análise de Personagens visava identificar respostas para a seguinte pergunta-problema da pesquisa:

B. Como são representadas nas narrativas jornalísticas as pessoas sujeitas à responsabilidade penal?

A exploração do conteúdo de um material empírico depende de um exercício de codificação que “corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão”. Além disso, é necessária a categorização, como classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento conforme os caracteres comuns (BARDIN, 2006, p. 103 e 117).

Na Ficha de Análise Geral de Enquadramento, os principais aspectos de investigação foram abrangidos a partir da definição de suas seções. As duas primeiras seções, A e B, tratavam da organização de dados obtidos na Etapa 1 da pesquisa empírica (coleta de dados), além de adicionar alguns novos elementos de análise.

A Seção A - Destaque da matéria na edição, reuniu os dados sobre data da edição, tipo de matéria e duração da matéria, já coletados na Etapa 1 da pesquisa. A Seção B - Fontes e objeto da matéria, reuniu os dados sobre tipos de fonte da matéria e sobre foco geográfico (já coletados na Etapa 1), além de acrescentar quatro novos elementos de análise: abrangência da matéria, representação de rebeliões, espaço físico do estabelecimento penal e referência a legislação.

O elemento analítico da **abrangência** de cada matéria foi tratado a partir da identificação de uma das seguintes hipóteses:

- Enfoque episódico apenas factual;
- Enfoque episódico não apenas factual;
- Enfoque temático.

O elemento analítico da representação de **rebeliões**, essencial para o conceito de crise prisional utilizado nesta pesquisa, foi tratado a partir da identificação de uma das seguintes hipóteses:

- Não trata de rebelião
- Trata de rebelião, sem nenhuma referência ao motivo da rebelião
- Trata de rebelião e indica como motivo a atuação de facções: conflito interno ou disputa entre grupos

- Trata de rebelião e indica como motivo a revolta contra superlotação ou condições precárias
- Trata de rebelião e indica como motivo a revolta contra restrição ao direito de visita
- Trata de rebelião e indica outro motivo que não está listado nas alternativas anteriores

Conforme será detalhado no Capítulo 4, a última alternativa elencada nessa variável, em que a matéria apontava motivo "que não está listado nas alternativas anteriores", representou 3,9% das 79 matérias que tratavam de rebeliões. Como a cobertura de rebeliões parecia especialmente interessante no escopo da pesquisa, a pesquisadora explorou esse subconjunto e encontrou os seguintes motivos, listados como resultados no gráfico 43:

- Trata de rebelião e indica como motivo a revolta contra instalação de bloqueador de celular
- Trata de rebelião e indica como motivo a revolta contra transferência de preso
- Trata de rebelião e indica como motivo a revolta contra denúncia de regalias

O elemento analítico do **espaço físico do estabelecimento penal** foi tratado a partir da identificação de uma das seguintes hipóteses:

- Aparece imagem interna de espaço físico de estabelecimento penal
- Aparece imagem externa de espaço físico de estabelecimento penal
- Aparecem imagem interna e imagem externa de espaço físico de estabelecimento penal
- Não aparece imagem de espaço físico de estabelecimento penal

O elemento analítico da referência a **legislação** foi tratado a partir da identificação de uma das seguintes hipóteses:

- Aparece referência à Constituição
- Aparece referência a normas infraconstitucionais
- Aparece referência a acordos/tratados internacionais
- Aparece referência a normas de outros países
- Não aparece referência a nenhuma norma

Na última seção da Ficha de Análise Geral de Enquadramento, foram realizados três questionamentos formulados com base no roteiro de pesquisa utilizado por Guazina (2011), cujos contornos decorrem da compreensão do papel do enquadramento nas rotinas da produção jornalística. Dois desses questionamentos eram campos abertos no formulário, para livre preenchimento, e o terceiro questionamento apresentava opções a serem escolhidas em formato de múltipla escolha.

O primeiro questionamento dessa seção tratava especificamente da identificação da ideia organizadora da matéria. O desafio era encontrar uma única frase que fosse uma ideia-síntese, subjacente ao conteúdo da matéria. Portanto, a definição dessa frase se deu a partir de uma análise atenta dos textos e imagens das matérias e do título.

Em seguida, o segundo questionamento era formulado da seguinte forma: Como ocorre a **atribuição de responsabilidade e eventual julgamento** diante de situações-problema apresentadas na matéria?

A orientação no formulário era de que esse segundo questionamento fosse respondido considerando as seguintes categorias:

CATEGORIA 1 - Recursos retóricos e de linguagem

- a) palavras-chave, verbos, adjetivos ou relações de causalidade e consequência entre frases – repetições/definição de lógica de pensamento;
- b) ênfases (uso de fontes e declarações);
- c) elementos sonoros/visuais que sinalizam o entendimento do sentido: expressões faciais de apresentadores e repórteres, arquear das sobrancelhas, gestos com as mãos, olhares, forma de interação com os entrevistados

CATEGORIA 2 - Recursos técnicos

- a) efeitos de câmera (planos, câmera lenta, etc)
- b) uso de imagens feitas pelas próprias pessoas presas ou por câmeras de segurança
- c) uso de recursos gráficos
- d) uso de música

Por fim, o terceiro questionamento referia-se à existência ou não de **indicação de solução que dá um “fechamento” de sentido à matéria**, entendida a partir da fala do repórter, dos apresentadores ou das fontes.

As hipóteses de identificação do "fechamento" de sentido das matérias foram previstas no terceiro questionamento com caráter objetivo, em formato de múltipla escolha. As opções disponíveis para o pesquisador ou pesquisadora estavam assim colocadas no formulário da Ficha de Análise Geral de Enquadramento:

- Não aponta solução ou não trata de situação que demandaria solução
- Solução apontada refere-se a medida de controle com recursos locais
- Solução apontada refere-se a medida de controle com recursos federais
- Solução apontada refere-se a medida de controle via transferência para sistema penitenciário federal
- Solução apontada refere-se a medida de efetivação de direitos
- Solução apontada refere-se a medida de redução do encarceramento
- Aponta outra solução que não está listada nas alternativas anteriores

Conforme os resultados detalhados no item 4.1.8 do Capítulo 4, a última alternativa elencada nessa variável, em que a matéria apontava solução "que não está listada nas alternativas anteriores", representou 50,6% das 168 matérias em que é apontada alguma solução. Tendo em vista que esse percentual é altamente significativo, a pesquisadora explorou esse subconjunto e encontrou as seguintes soluções:

- Solução apontada refere-se a apuração de fatos
- Solução apontada refere-se a medida de gestão do Poder Público
- Solução apontada refere-se a estratégia de litigância ou diplomática do Poder Público

Na Ficha de Análise de Personagens, os elementos de análise buscavam características das pessoas representadas nas narrativas jornalísticas, conforme variáveis descritas a seguir.

Quanto à **representação individual ou coletiva das pessoas sujeitas à responsabilidade penal**, optou-se pela identificação das seguintes hipóteses:

- Aparece referência às pessoas sujeitas à responsabilidade penal com enfoque predominantemente coletivo
- Aparece referência às pessoas sujeitas à responsabilidade penal com enfoque predominantemente individual
- Não aparece nenhuma referência às pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Quanto à **denominação das pessoas sujeitas à responsabilidade penal**, optou-se pela distinção entre matérias com e sem expressão pejorativa, além da identificação de matérias com e sem nome próprio. Assim, foram verificadas as seguintes hipóteses:

- Aparece a palavra BANDIDO como denominação pejorativa da pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Aparece a palavra CRIMINOSO como denominação pejorativa da pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Aparece a palavra CONDENADO como denominação neutra da pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Aparece a palavra PRESO como denominação neutra da pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Aparece a palavra PRESIDÁRIO como denominação neutra da pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Aparece a palavra INTERNO como denominação neutra da pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Aparece a palavra DETENTO como denominação neutra da pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Aparece o nome próprio da pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Não aparece nenhuma denominação da pessoa sujeita à responsabilidade penal

Quanto à representação de **posição/opinião da pessoa sujeita à responsabilidade penal**, optou-se pela identificação das seguintes hipóteses:

- A posição/opinião da pessoa sujeita à responsabilidade penal aparece por sua própria voz
- A posição/opinião da pessoa sujeita à responsabilidade penal aparece por meio de seu advogado
- A posição/opinião da pessoa sujeita à responsabilidade penal aparece por meio da família
- A suposta posição/opinião da pessoa sujeita à responsabilidade penal aparece por meio de informação do Poder Público
- Não aparece a posição/opinião da pessoa sujeita à responsabilidade penal

Quanto à representação de **regalias** nas narrativas midiáticas, optou-se pela identificação das seguintes hipóteses:

- Aparece um elemento fático **explicitado** como condição vantajosa indevida da pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Aparece um elemento fático **sugerido** como condição vantajosa indevida da pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Não aparece um elemento fático **explicitado ou sugerido** como condição vantajosa indevida da pessoa sujeita à responsabilidade penal

Quanto à representação de **direitos** nas narrativas midiáticas, optou-se pela identificação das seguintes hipóteses:

- Aparece referência a direitos das pessoas sujeitas à responsabilidade penal
- Não aparece referência a direitos das pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Quanto aos **motivos de mortes**, optou-se pela distinção entre matérias em que havia ou não referência a mortes de pessoas sujeitas à responsabilidade penal. Dentre as matérias com referência a mortes dessas pessoas, foram identificadas as seguintes hipóteses:

- O motivo de morte indicado é a ação de outra pessoa sujeita à responsabilidade penal
- O motivo de morte indicado é um problema de saúde

- O motivo de morte indicado é a ação violenta de agente do Estado
- Há indicação de outro motivo que não está listado nas alternativas anteriores
- Nas referências a mortes, não há indicação de motivo

Conforme demonstram os resultados apresentados no item 4.1.6 do Capítulo 4, a penúltima alternativa elencada nessa variável, em que a matéria apontava outro motivo de morte "que não está listado nas alternativas anteriores", representou 2,9% no conjunto de 67 matérias em que há referência a morte de pessoas sujeitas à responsabilidade penal. A pesquisadora explorou esse subconjunto "outros" e encontrou como motivo o suposto suicídio dessas pessoas, conforme indicado no gráfico 46.

Quanto à **identificação de mortos**, no conjunto de matérias em que há referências à morte de pessoas sujeitas à responsabilidade penal, optou-se pelas seguintes hipóteses:

- Nas referências a mortes, são nominadas todas as pessoas mortas
- Nas referências a mortes, são nominadas algumas das pessoas mortas
- Nas referências a mortes, não são nominadas as pessoas mortas

Quanto à representação de **vítimas** de atos violentos, optou-se pela identificação das seguintes hipóteses:

- Nas referências a atos violentos, há indicação da pessoa sujeita à responsabilidade penal como vítima de ato de outra pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Nas referências a atos violentos, há indicação da pessoa sujeita à responsabilidade penal como vítima de atos de agentes do Estado
- Nas referências a atos violentos, há indicação de "cidadão comum" como vítima de ato de pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Não há referências a atos violentos

Quanto ao perfil de pessoas sujeitas à responsabilidade penal, optou-se pelo uso de categorias bastante similares àquelas que o diagnóstico nacional do Infopen tem utilizado desde o ano de 2014. Essa escolha metodológica visava auxiliar a percepção de ênfases e omissões do

enquadramento jornalístico em perspectiva comparativa com um certo "perfil oficial" das pessoas privadas de liberdade no universo de mais de 1,4 mil estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro, segundo os relatórios recentes divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (BRASIL, 2017).

Dessa forma, segue o rol de categorias utilizadas, com respectivas hipóteses identificadas na aplicação da ficha analítica:

Perfil - Gênero

- Aparece uma referência textual a gênero de pessoas sujeitas à responsabilidade penal
- Não aparece uma referência textual a gênero de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Perfil - Faixa etária

- Aparece uma referência textual à faixa etária de pessoas sujeitas à responsabilidade penal
- Não aparece uma referência textual à faixa etária de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Perfil - Escolaridade

- Aparece uma referência textual à escolaridade de pessoas sujeitas à responsabilidade penal
- Não aparece uma referência textual à escolaridade de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Perfil - Estado civil

- Aparece uma referência textual ao estado civil de pessoas sujeitas à responsabilidade penal
- Não aparece uma referência textual ao estado civil de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Perfil - Pessoas com deficiência

- Aparece uma referência textual ou imagem que retrata deficiências de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

- Não aparece uma referência textual ou imagem que retrata deficiências de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Perfil - Nacionalidade

- Aparece uma referência textual à nacionalidade de pessoas sujeitas à responsabilidade penal
- Não aparece uma referência textual à nacionalidade de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Perfil - Filhos

- Aparece uma referência textual ou imagem sobre a existência/número de filhos de pessoas sujeitas à responsabilidade penal
- Não aparece uma referência textual ou imagem sobre a existência/número de filhos de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Perfil - Tipo penal

- Aparece uma referência textual ao tipo penal pelo que respondem pessoas sujeitas à responsabilidade penal
- Não aparece uma referência textual ao tipo penal pelo que respondem pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Perfil - Tempo da pena

- Aparece uma referência textual ao tempo da pena de pessoas sujeitas à responsabilidade penal
- Não aparece uma referência textual ao tempo da pena de pessoas sujeitas à responsabilidade penal.

Perfil - Raça/cor

- Aparece uma referência textual à raça/cor de pessoas sujeitas à responsabilidade penal
- Não aparece uma referência textual à raça/cor de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Por fim, considerei interessante que a Ficha de Análise de Personagens representados nas narrativas jornalísticas contivesse elementos de análise relacionados a racismo e estigmatização

de pessoas sujeitas ao controle penal, eis que são duas temáticas muito presentes nos estudos da Criminologia Crítica, marco teórico da pesquisa empírica realizada.

Nesse sentido foram inseridos na ficha os seguintes elementos de análise (variáveis), com respectivas alternativas de identificação:

Cor/raça e nudez dos corpos

- As imagens de pessoas sujeitas à responsabilidade penal apresentam corpos nus ou seminus negros
- As imagens de pessoas sujeitas à responsabilidade penal apresentam corpos nus ou seminus brancos
- As imagens de pessoas sujeitas à responsabilidade penal apresentam corpos negros vestidos
- As imagens de pessoas sujeitas à responsabilidade penal apresentam corpos brancos vestidos
- Não aparecem imagens de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Aspectos de subjugação corporal

- Uma ou mais pessoas sujeitas à responsabilidade penal aparecem nas imagens de cabeça baixa
- Uma ou mais pessoas sujeitas à responsabilidade penal aparecem nas imagens em posição ajoelhada ou sentada no chão
- Uma ou mais pessoas sujeitas à responsabilidade penal aparecem nas imagens com rosto coberto em posição corporal subjugada
- Uma ou mais pessoas sujeitas à responsabilidade penal aparecem nas imagens com mãos algemadas
- Uma ou mais pessoas sujeitas à responsabilidade penal aparecem nas imagens com outro aspecto de sujeição corporal que não está listado nas alternativas anteriores
- Não há aspectos de sujeição corporal nas imagens de pessoas sujeitas à responsabilidade penal
- Não aparecem imagens de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Aspectos de "periculosidade"

- Uma ou mais pessoas sujeitas à responsabilidade penal aparecem nas imagens realizando atos de violência
- Uma ou mais pessoas sujeitas à responsabilidade penal aparecem nas imagens portando armas
- Uma ou mais pessoas sujeitas à responsabilidade penal aparecem nas imagens com rosto coberto em posição corporal ativa ou ameaçadora
- Uma ou mais pessoas sujeitas à responsabilidade penal aparecem nas imagens portando ou usando drogas
- Não há aspectos de "periculosidade" nas imagens de pessoas sujeitas à responsabilidade penal
- Não aparecem imagens de pessoas sujeitas à responsabilidade penal

No projeto de pesquisa que originalmente apresentei junto ao Programa de Pós-Graduação e levado ao exame de qualificação, havia a previsão de que, além da análise de enquadramento jornalístico, seriam realizados estudos de casos específicos quanto à cobertura de eventos que pudessem ser categorizados como episódios de "crises prisionais", em que provavelmente haveria picos de cobertura sobre o sistema prisional.

A elaboração desses estudos de caso seria realizada a partir do marco epistemológico da Narratologia (Teoria da Narrativa) como método de análise das práticas culturais, a partir da compreensão de que nas relações humanas os sujeitos sociais constroem os seus significados através da apreensão, compreensão e expressão narrativa da realidade (MOTTA, 2008). Além da tradicional crítica de romances, contos e novelas (obras literárias), a análise de narrativa, quando focada em narrativas fáticas, permite desvelar a cultura de uma sociedade, por meio de seus valores, fábulas e mitos (TODOROV, 2011); (WHITE, 1980).

O objetivo seria, nesses casos, explorar a estrutura dos conflitos, a caracterização e o posicionamento de personagens nas narrativas jornalísticas identificadas, utilizando uma metodologia específica da teoria da comunicação denominada análise pragmática de narrativa jornalística⁴⁰.

⁴⁰ Na metodologia da análise pragmática de narrativa jornalística, a compreensão das histórias jornalísticas é feita em três planos. No plano do discurso (enunciado narrativo), são analisadas as estruturas textuais e os processos argumentativos. No plano da história, são buscados os significados em torno de uma realidade, produzidos por meio

No entanto, a exploração de convergências nas relações entre jornalismo e literatura⁴¹ exigiria o manejo de conceitos da teoria literária centrais para a compreensão dos enredos, criando uma complexidade adicional para o tratamento e a discussão dos dados. Assim, ao final da etapa de coleta de dados, percebi que o tamanho dos esforços para realizar seu tratamento e empregar o método de análise de enquadramento jornalístico já tomaria todo o exíguo tempo disponível para finalizar um estudo empírico com grande volume de dados e discutir seus resultados na redação da tese. Portanto, optei por privilegiar a análise de enquadramento do conjunto de notícias, sem estudos de narratologia de casos específicos.

Os resultados apresentados a seguir, nos Capítulos 2 a 4 desta tese, são bastante significativos para a compreensão do fenômeno da cobertura jornalística sobre execução penal, a partir das variáveis descritas neste Capítulo 1, contidas nas fichas analíticas utilizadas para explorar a amostra final de matérias da pesquisa.

No Capítulo 2, estão descritas as principais características da cobertura do Jornal Nacional sobre o castigo penal. Após um panorama geral da relevância da televisão como meio de informação dos brasileiros (e breves notas sobre a TV Globo e o Jornal Nacional), foram apresentados os dados de 6 variáveis: data da edição; duração da matéria; tipos de matéria; tipos de fontes jornalísticas citadas; foco geográfico; abrangência da matéria.

O Capítulo 3 traz dados de 17 variáveis sobre a representação jornalística das pessoas sujeitas à responsabilidade penal, explorando o seu perfil e investigando os elementos de estigmatização e racismo da cobertura. No Capítulo 4, são identificados diversos aspectos da representação da realidade prisional (e do sistema socioeducativo), por meio de 10 variáveis que tratam de elementos discursivos, de uma breve análise de dois campos abertos da ficha analítica (ideia organizadora e atribuição de responsabilidades) e de uma reflexão sobre a omissão do Jornal Nacional sobre os processos em curso no Sistema Interamericano de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA em face do Estado brasileiro.

de ações temporais e causais desempenhadas por personagens sociais. No plano da metanarrativa, a análise se volta para a compreensão profunda dos significados culturais que são pano de fundo da estória (LADEIRA MOTA, 2005).

⁴¹ A esse respeito, ver: (LIMA, 1981); (CASTRO; GALENO, 2002); (MOTTA, 2007).

CAPÍTULO 2

O JORNAL NACIONAL E AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DE TRÊS ANOS DE COBERTURA SOBRE CASTIGO PENAL (2014/2017)

O estudo empírico que originou esta tese abrangeu um levantamento preliminar de todas as notícias do Jornal Nacional com temáticas relativas ao sistema penal, ou seja, à segurança pública em sentido amplo, veiculadas ao longo de três anos, entre novembro de 2014 e outubro de 2017. Foi explorado um universo de mais de 17 mil matérias veiculadas pelo programa em 938 edições consecutivas, nas noites de segunda-feira a sábado. No entanto, conforme já explicitado no Capítulo 1, a análise de dados abrangeu apenas as matérias em que o castigo penal foi identificado como categoria temática central do enquadramento jornalístico, ou seja, que tratavam de fatos ocorridos após a prisão ou a aplicação de outra medida de castigo penal, como o uso de tornozeleira e a internação no sistema socioeducativo.

O objetivo deste Capítulo 2 é apresentar as características gerais do grupo de 375 matérias que denominei "amostra total" da pesquisa, de modo a demonstrar os contornos gerais da cobertura do Jornal Nacional sobre o castigo penal no período estudado, de 2014 a 2017.

Em esforço de contextualização, para compreensão do formato e do escopo de influência do telejornal escolhido, principal programa jornalístico da maior emissora do Brasil - a Rede Globo de Televisão, o item 2.1 deste Capítulo inicia-se com um panorama geral da relevância da televisão como meio de informação cotidiano dos brasileiros e, em seguida, aborda especificidades da referida emissora e do Jornal Nacional.

Em seguida, inaugurando a apresentação dos resultados da pesquisa empírica que originou esta tese, o item 2.2 expõe os dados de 6 variáveis que abrangem as características gerais das 375 matérias que compõem o período de cobertura explorado na pesquisa: data da edição; duração da matéria; tipos de matéria; tipos de fontes jornalísticas citadas; foco geográfico; abrangência da matéria.

2.1 Escolha do *corpus*: o Jornal Nacional

Nas últimas décadas têm ocorrido acelerado desenvolvimento das mídias digitais e um aumento substancial da relevância da circulação de notícias e informações por meio da Internet e dos aplicativos de celular. No entanto, o hábito de se informar pela televisão ainda é extremamente presente na sociedade brasileira.

Segundo os dados de pesquisa realizada pelo IBOPE em 2016 sobre hábitos de consumo de mídia, em que foram entrevistadas mais de 15 mil pessoas de 740 municípios das 27 unidades federativas, cerca de 77% dos brasileiros assistem televisão todos os 7 dias da semana. Além disso, 63% dos brasileiros apontam a televisão como seu principal meio de informação, sendo que esse percentual sobe para 90% quando considerada a televisão não só em primeiro, mas também em segundo lugar na lista dos meios de comunicação mais importantes apontados pelos entrevistados como fonte de informação (BRASIL, 2016).

A internet e o rádio são indicados em segundo e terceiro lugar, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1 - Fonte de informação dos brasileiros

P01) Em que meio de comunicação o(a) sr(a) se informa mais sobre o que acontece no Brasil? E em segundo lugar? **(ESTIMULADA - ATÉ DUAS MENÇÕES)**

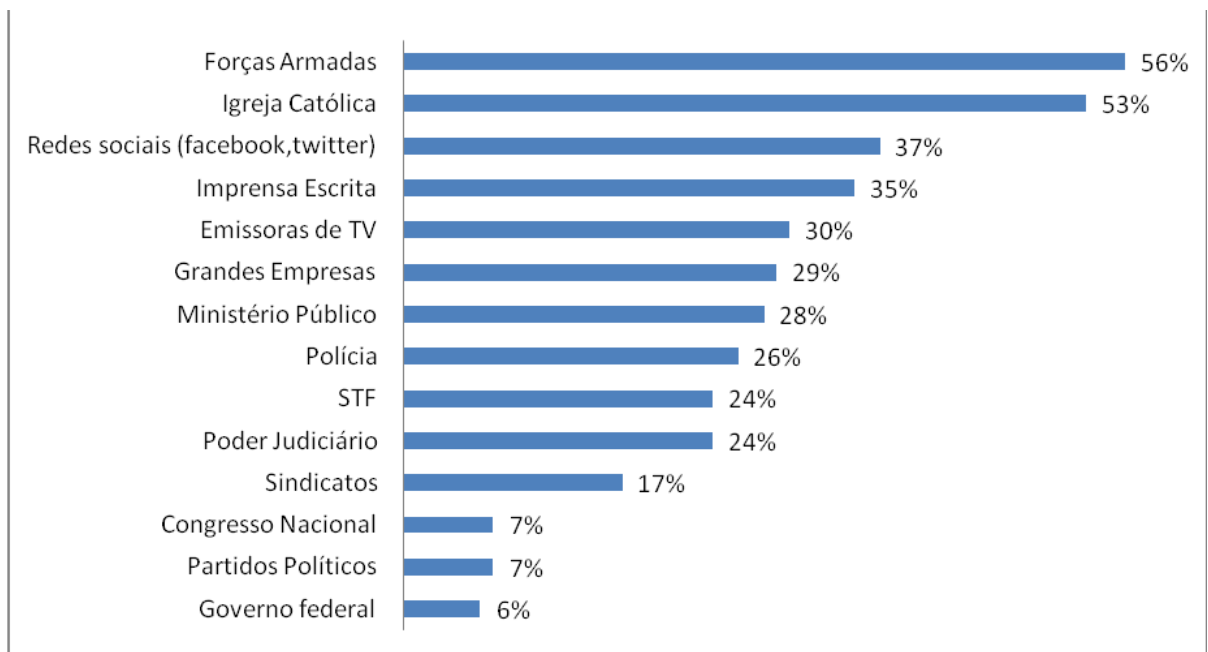
Base: Amostra (15050)	1ª MENÇÃO	1ª+2ª MENÇÕES
TV	63%	89%
Internet	26%	49%
Rádio	7%	30%
Jornal	3%	12%
Revista	0%	1%
Meio externo (placas publicitárias, outdoor, ônibus, elevador, metrô, aeroporto)	0%	0%
Outro (Esp.)	0%	2%
NS/ NR	0%	0%

A referida pesquisa também diagnostica que os brasileiros assistem televisão diariamente por um período médio de três a quatro horas e que a emissora mais assistida, indicada por 73% dos entrevistados, é a TV Globo.

Do ponto de vista do papel do jornalismo televisivo, um dos aspectos mais interessantes dos resultados da pesquisa do IBOPE é a questão da confiabilidade de suas notícias, atestada por 54% das pessoas entrevistadas ("confiam sempre" ou "confiam muitas vezes). Diante desse dado, é curioso lembrar a fala de João Roberto Marinho, segundo o qual o telespectador, ao terminar de assistir ao Jornal Nacional, tem a sensação de que o que acabou de ver, "goste-se ou não, é a pura verdade" (MEMÓRIA GLOBO, 2005, p. 13).

Em pesquisa publicada em 2017 pela Fundação Getúlio Vargas, verifica-se também significativo grau de confiança nas emissoras de televisão como instituições da sociedade brasileira, acima inclusive de entidades estatais como o Ministério Público, a polícia, o Supremo Tribunal Federal e o Poder Judiciário (FGV, 2017).

Gráfico 1 - Índice de confiança em instituições no Brasil



Fonte: FGV, 2017

Na realidade do país, a relação entre cidadãos e o meio televisivo tem significativa profundidade, contribuindo para a formação das mentalidades de gerações brasileiras desde meados do século XX. Conforme demonstra a teoria do agendamento ("agenda setting") e a perspectiva de construção social da realidade, há repercussões importantes no agendamento da sociedade em torno de determinadas pautas jornalísticas, influenciando a visão de mundo preponderante (ALENCAR, 2014).

Especificamente sobre o contexto de criminalização primária, é interessante a reflexão de Zaffaroni (2013) sobre a tendência atual de as leis penais serem elaboradas não mais pelos penalistas, como ocorria nos últimos séculos, mas agora pelos assessores dos políticos, conforme a agenda que os meios de comunicação de massa lhe indicam.

O jornalismo televisivo ocupa um "lugar de referência" no cotidiano da população brasileira, estabelece laços de confiabilidade com os espectadores e organiza uma realidade, pois tem centralidade na rotina dos brasileiros (VIZEU, 2008). Diante dessa percepção, pareceu-me que a escolha do objeto de estudo desta tese deveria recair sobre esse meio.

Uma opção possível de *corpus* da pesquisa poderia ter sido algum dos populares programas de telejornalismo policial, que alguns autores têm classificado como *infotainment* – híbrido de *information* e *entertainment* – ou *faction* – *fact* com *fiction*, pois tratam as temáticas do controle penal com fortes efeitos dramáticos, chegando ao ponto de os jornalistas acompanharem ao vivo perseguições policiais (BUDÓ, 2013), com contornos de espetáculo:

Ao arripio das garantias mínimas de autodefesa e do direito ao silêncio, esses jornalistas enriquecem à custa da ignorância do povo, da ânsia de vingança, consciente ou não, que muitos carregam consigo diante da criminalidade crescente – fenômeno peculiar ao ser humano. Assim, tão logo ficam sabendo da ocorrência de uma prisão – quando não acompanham a atividade policial, relatando e filmando todos os passos, tal como se fosse um seriado barato –, seguem para o distrito e passam a entrevistar o detido, com agressividade e prejulgamentos ímpares, buscando extrair dele a "confissão". Insistem, fazem perguntas capciosas, chegam a ofender o suspeito, contam com a complacência de muitos maus policiais e, enfim, por uma razão ou por outra, acabam conseguindo arrancar do indivíduo uma admissão de culpa, que é gravada e transmitida em rede nacional para todo o país (NUCCI, 1999, p. 226).

O papel desses noticiários, muitas vezes chamados de policialescos, tem sido investigado em trabalhos acadêmicos recentes, que abordam suas características sensacionalistas de exploração dramática do sofrimento da vítima e hiperexposição de crimes violentos.

Nesse sentido, um estudo empírico interessante foi desenvolvido por David Romão, cujo material de análise abrangeu o Brasil Urgente (transmitido pela TV Bandeirantes São Paulo), o Cidade Alerta e o Balanço Geral (ambos transmitidos pela TV Record São Paulo). Os resultados da análise, pela perspectiva da psicologia social, são de que a cobertura jornalística apresenta a realidade social brasileira como "extremamente perigosa", de modo que os brasileiros "somos todos muito vulneráveis", sujeitos ao perigo de conviver com "pessoas de mau caráter": os criminosos. Como resposta a esse cenário, "os apresentadores pedem raivosamente por leis mais fortes e por policiamento mais amplo e eficiente. Para além disso, não há nenhuma discussão aprofundada sobre o problema da violência" (ROMÃO, 2013, p. 8).

Romão chega a falar em "aspecto paranoide" desses noticiários:

O aspecto paranoide do Jornalismo Policial está vinculado à sua forma de apresentar a realidade social. (...) Ao mesmo tempo, um determinado grupo social – no caso, os criminosos – é eleito como bode expiatório, sendo a ele dirigida a raiva proveniente das mais diversas frustrações geradas socialmente.

O ódio presente no discurso dos programas indicaria a necessidade de atacar esse bode expiatório, sendo uma resposta a sua lógica persecutória. Assim, os próprios programas servem de ocasião para expressão da raiva por eles alimentada (ROMÃO, 2013, p. 8).

O sensacionalismo, nesses noticiários, é uma forma específica de enquadramento. "Fruto da negociação entre fontes/audiências, repórteres e organizações, esse novo frame é consolidado nas empresas, não apenas por interesses mercadológicos, mas para reafirmar valores e julgamentos morais" (FRANCISCATO; GOES, 2012)

Em 2015, foi divulgada ampla pesquisa realizada pela ANDI de mensuração de violações a direitos nesses programas policialescos, que explora, inclusive, a construção de um discurso midiático de deslegitimação do sistema de proteção de direitos humanos:

O levantamento dos indicadores de violações cometidas pelos programas classificados como 'policialescos' sinaliza para o distanciamento do projeto editorial que os orienta dos parâmetros qualitativos que regem o exercício do jornalismo. E uma das características em comum desse tipo de discurso midiático é a desqualificação do campo de defesa dos direitos humanos – seus atores e dispositivos de ação. Vinculados a infrações graves à lei, como 'Incitação ao crime e à violência' e 'Incitação à desobediência às leis ou às decisões judiciais', os ataques se dão ora de forma direta, ora indireta, e, em seu conjunto, repassam para o conjunto da sociedade a ideia de que as

leis e aqueles que zelam por sua observância são instrumentos nocivos à segurança e bem-estar da coletividade, numa clara inversão de posições e valores (VARJÃO, 2015).

O espectro bastante específico desses veículos e o fato de que já têm sido objeto de importantes estudos empíricos recentes fez com que não recaísse sobre eles a escolha do *corpus* da pesquisa ora apresentada.

Meu interesse de pesquisa estava mais voltado para a compreensão do modo como o castigo penal é representado na cobertura jornalística de escopo geral, ou seja, nos noticiários que tratam de todos os temas relevantes do debate público brasileiro. Assim, optei por um universo da pesquisa constituído por notícias do Jornal Nacional - JN, programa jornalístico televisivo existente desde setembro de 1969, ou seja, há quase 50 anos no ar, com elevada audiência.

O JN surgiu no período da ditadura militar como o primeiro telejornal a ser exibido em rede para todo o país. Inaugurou o conceito de noticiário nacional na realidade da comunicação social brasileira, em que a maior parte das matérias precisam ser de interesse geral e não de alcance meramente regional. Segundo João Roberto Marinho, filho de Roberto Marinho, "de certa maneira, o Jornal Nacional nasceu adulto" (MEMÓRIA GLOBO, 2005, p. 11)

Um resumo do primeiro dia em que o JN foi veiculado, nas palavras da própria emissora, é ilustrativo do alcance pretendido pelo programa e do momento histórico de seu surgimento:

“O Jornal Nacional da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o Brasil”. Foi assim que o apresentador Hilton Gomes abriu, às 19h45, a primeira edição do Jornal Nacional. A voz de Cid Moreira anunciou: “Dentro de instantes, para vocês, a grande escalada nacional de notícias”.

Uma reviravolta na política era o principal assunto do dia. O país seria entregue a uma junta militar por causa de um problema de saúde do presidente Costa e Silva. O anúncio foi feito pelo ministro Delfim Neto e exibido, em filme, durante 46 segundos.

Outros fatos se destacaram na estreia do JN. Milhares de brasileiros assistiram a imagens inéditas das obras de alargamento da Praia de Copacabana, da morte do campeão mundial dos pesos pesados Rocky Marciano e do gol de Pelé que garantiu a classificação do Brasil para a Copa de 1970, no México.⁴²

⁴² Texto extraído da página eletrônica da Memória Globo:
<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/o-primeiro-dia.htm>

Nesse contexto, a emissora Rede Globo se tornou uma rede nacional de televisão, com cerca de 70% da audiência e 85% da arrecadação publicitária. Alcançou o lugar de principal referência midiática brasileira graças aos talentos da criação dramaturgica, à crise de suas concorrentes e a um jornalismo pró-regime militar, bastante afinado com os responsáveis pela censura (CASTRO, 2018).

Certa vez afirmou o Presidente Emílio Garrastazu Médici:

Sinto-me feliz todas as noites quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho (LIMA et al., 1985, p. 36).

A partir de 1988, com a edição da nova Constituição, houve grandes avanços no cenário da comunicação social no que se refere à liberdade de expressão, como forma de solucionar o grave problema da censura do período militar. Além disso, foi prevista a complementaridade dos sistemas público, estatal e privado de rádio e televisão, entre outros pontos relacionados à busca por democratização dos meios de comunicação. No entanto, décadas depois, ainda permanecem sem efetiva regulamentação e implementação as regras constitucionais de proibição de monopólios e oligopólios, necessidade de produção regional e estímulo à produção independente, previstas no Capítulo V (Da Comunicação Social) do Título VIII (Da Ordem Social). Além disso, a renovação de concessões de radiodifusão tem caráter meramente cartorial, sem caderno de encargos a serem cumpridos pelas beneficiárias, ao contrário do que ocorre em países como Portugal, França e Inglaterra (CASTRO, 2018).

O modelo regulatório dos meios de comunicação é tema bastante polêmico do debate político brasileiro. Qualquer discussão pública sobre pluralidade de conteúdos e questões relacionadas a concentração de propriedade de meios costuma ser rotulado como tentativa autoritária de "controle da mídia", ignorando que a regulação dessa natureza está presente na realidade de várias democracias sólidas, na Europa e nos Estados Unidos.

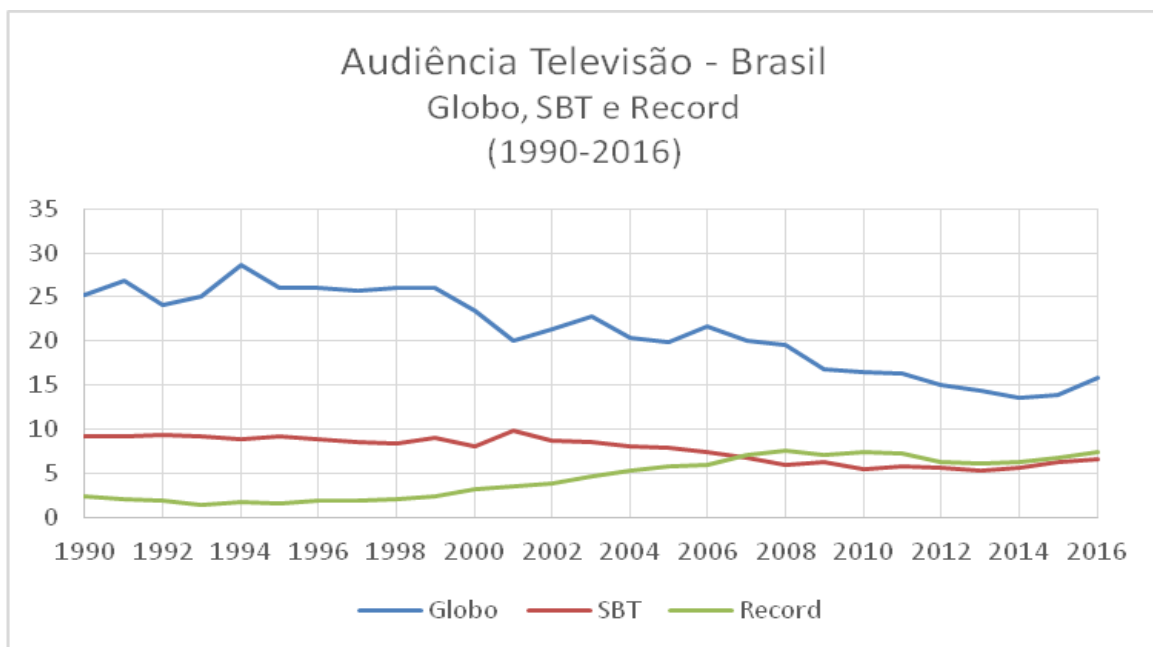
O Grupo Globo é o grande beneficiário da "impossibilidade política" desse debate, pois seria, sem dúvida, o mais afetado por medidas de desconcentração de propriedade:

O Grupo Globo reúne veículos de diversos segmentos. Na televisão, são cinco emissoras próprias (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife) e a atuação como cabeça-de-rede com relação com afiliadas que cobrem todo o território brasileiro. Na TV paga, mantém a Globosat, que inclui mais de 30 canais, incluindo GloboNews e

SporTV. Na Internet, mantém o maior portal brasileiro, o Globo.com. É dono dos jornais O Globo, Valor Econômico e Extra, e das revistas Época, Galileu, Marie Claire, entre outras. Mantém ainda a rádio CBN, líder no segmento de notícias, e Globo AM e FM (CASTRO, 2018, p. 60).

Sua posição no meio televisivo permanece extremamente relevante no Brasil, conforme demonstra o gráfico a seguir, com dados de audiência referentes às três principais emissoras brasileiras, considerando a média anual aferida pelo Painel Nacional de Televisão:

Gráfico 2 - Audiência das emissoras de TV no Brasil



Fonte: CASTRO, 2018

Apesar de nítida uma diminuição da audiência ao longo do tempo, causada pelo aumento do acesso à televisão paga (em que o Grupo Globo possui 30 canais), isso não afetou sua expressiva participação no bolo publicitário e não alterou a posição da Globo como líder de audiência, ostentada desde 1971, de modo que a emissora se mantém com elevada receita e tem bastante influência na agenda pública brasileira (CASTRO, 2018).

O JN é considerado um símbolo de sua solidez, pois está no ar desde 1969, ou seja, há cinco décadas. O programa jornalístico é assistido diariamente por milhões de pessoas, no chamado “horário nobre”.

O projeto de pesquisa que deu origem a este estudo havia previsto, inicialmente, que seria investigada a integralidade das edições do programa Jornal Nacional em um período de cinco anos, compreendido entre 01/01/2013 e 31/12/2017. Fiz essa escolha para privilegiar a compreensão das narrativas jornalísticas mais recentes, sendo o período de cinco anos (60 meses) uma definição arbitrária que visava oferecer uma compreensão significativa da narrativa jornalística ao longo do tempo, em comparação com a maior parte dos estudos empíricos identificados na revisão de literatura, que se debruçaram sobre períodos mais restritos, inferiores a 1 ano.

Como somente estão disponíveis *online*, na página eletrônica do programa, as edições veiculadas a partir de novembro de 2014, verifiquei junto à área de acervo da emissora como poderiam ser acessadas as edições da amostra relativas ao período anterior, que totalizariam cerca de 572 unidades: média de 26 edições por mês, por 22 meses (jan/2013 a out/2014).

Todavia, o resultado da consulta foi bastante insatisfatório. Embora a emissora seja concessionária de um serviço público de radiodifusão, a resposta foi no sentido de que seria cobrado o valor de R\$200,00 (duzentos reais) por cada vídeo. Tendo em vista que o conjunto de edições a serem disponibilizadas por esse caminho seria de cerca de 572 unidades, conforme cálculo acima, o valor total necessário para a composição total do *corpus* da pesquisa seria superior a R\$100.000,00 (cem mil reais).

Portanto, dada a impossibilidade financeira de a pesquisa abranger o período de 5 anos inicialmente almejado (2013 a 2017), optei por um universo de três anos a partir da edição mais antiga disponível na página eletrônica do Jornal Nacional, ou seja, compreendendo o período entre 01/11/2014 e 31/10/2017.

2.2 Características gerais das matérias sobre castigo penal

Os estudos empíricos sobre o comportamento editorial do Jornal Nacional indicam forte tendência oficialista, de alinhamento aos governos não só no período militar, mas também na década de 90. Há exceções pontuais, em especial a cobertura do impeachment de Fernando Collor. No entanto, nas últimas décadas, o telejornal vem se transformando, a fim de garantir seu

papel de centralidade na história brasileira e na política nacional⁴³. A partir das eleições presidenciais do ano de 2002, "os editores do Jornal Nacional vêm se declarando, publicamente, cada vez mais apegados aos valores jornalísticos e ao papel pedagógico do telejornal como explicador dos fatos à audiência". Começam a ganhar corpo séries de reportagens dedicadas a grandes temas nacionais, com foco na cidadania. Em 2006 são veiculadas, por exemplo, reportagens sobre os "desejos do Brasil", exibidas na série Caravana JN⁴⁴ (GUAZINA, 2011, p. 122).

Nesse cenário, por um lado, pode ser identificado um enquadramento adversário à política, cuja expressão mais marcante foi a cobertura do escândalo do "Mensalão". Por outro lado, estudos da primeira metade do século XXI indicam que o Jornal Nacional continuou exercendo sua vocação oficialista na cobertura da reforma previdenciária, da reforma tributária, da política econômica do primeiro Governo Lula (2003-2006) e até mesmo do polêmico caso Waldomiro Diniz (GUAZINA, 2011).

O estudo empírico objeto desta tese se insere no contexto geral da cobertura política do telejornal, mas com uma delimitação temática específica. O objetivo da investigação é compreender os principais aspectos do conjunto de narrativas do Jornal Nacional sobre a temática da execução penal, denominada nesta tese "cobertura sobre o castigo penal", explorando o enquadramento jornalístico realizado sobre os fatos e as pessoas envolvidas.

Os contornos gerais da cobertura do programa Jornal Nacional sobre o castigo penal no período estudado (edições diárias de novembro de 2014 a outubro de 2017, exceto domingos) podem ser percebidos a partir dos dados de 6 variáveis que abrangem características básicas das matérias:

⁴³ Sobre as profundas relações entre o jornalismo e a política, é célebre a perspectiva de Timothy Cook (1998), segundo o qual os veículos midiáticos são atores políticos que disputam espaços e versões no cenário democrático.

⁴⁴ De qualquer forma, Guazina explica que "a concessão de mais espaço à política não é indicador absoluto de jornalismo equilibrado, nem de que a Rede Globo abriu mão de seus princípios político-ideológicos. Dois episódios polêmicos marcaram a cobertura eleitoral do Jornal Nacional em 2006 e 2010. Em 2006, a divulgação, por meio de um delegado da Polícia Federal, às vésperas do primeiro turno, de imagens de pilhas de dinheiro que seriam utilizadas por membros da equipe da campanha do candidato do PT para a compra de um dossiê que incriminava o então candidato adversário Geraldo Alckmin foi apontada por muitos analistas como a grande responsável pela ocorrência do segundo turno da eleição. Já em 2010, a cobertura do episódio em que o candidato da oposição, José Serra, teria sido agredido na cabeça por uma bolinha de papel (ou por uma fita crepe) jogada por militantes do PT em atividade pública foi alvo de intenso debate (outros telejornais mostraram imagens com versões diferentes da apresentada pelo Jornal Nacional). Nas edições subsequentes, o telejornal da Globo levou ao ar, inclusive, um perito

- data da edição (distribuição das matérias ao longo do tempo);
- duração da matéria (menos de 1 minuto, entre 1 e 2 minutos, entre 2 e 3 minutos, entre 3 e 4 minutos, mais de 4 minutos);
- tipos de matéria (nota seca, nota coberta, reportagem simples ou reportagem com nota pé);
- tipos de fontes jornalísticas citadas (oficial, empresarial, referência, testemunhal, sociedade civil/institucional, especializada, individual);
- foco geográfico (relevante ou irrelevante; internacional ou Brasil; nacional ou estadual);
- abrangência da matéria (enfoque episódico apenas factual, enfoque episódico não apenas factual ou enfoque temático).

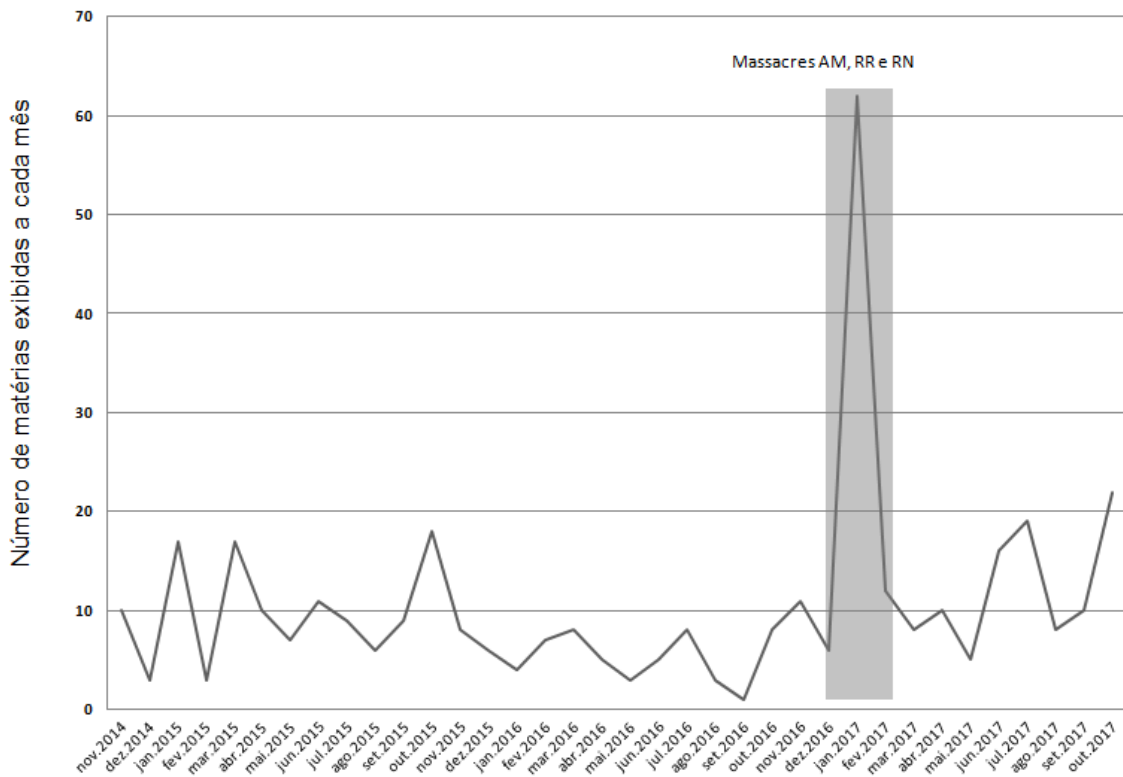
Os resultados relativos a cada uma dessas variáveis serão apresentados em gráficos específicos de elaboração própria⁴⁵, a seguir, seja contendo uma exposição de dados do conjunto geral de matérias, seja em formato comparativo entre grupos de matérias, tais como: matérias sobre sujeitos famosos e matérias sobre sujeitos comuns; matérias sobre rebeliões e matérias sobre demais assuntos. As comparações são propiciadas pelo cruzamento dos resultados de mais de uma variável da pesquisa ou por algum filtro realizado no processo de tratamento dos dados.

2.2.1 Data da edição

Quanto à variável da data da edição, a coleta de dados foi importante para compreender a distribuição das matérias sobre castigo penal ao longo do tempo, no período de três anos objeto da pesquisa. Foram identificadas 120 matérias no primeiro ano de cobertura estudado (matérias identificadas no Anexo I como nº 1 a nº 120), referente a novembro de 2014 a outubro de 2015; 66 matérias no segundo ano (matérias identificadas como nº 121 a nº 186), referente a novembro de 2015 a outubro de 2016; 189 matérias no terceiro ano (matérias identificadas como nº 187 a nº 375), referente a novembro de 2016 a outubro de 2017.

em imagens bastante conhecido do público desde o caso PC Farias, Ricardo Molina, para referendar a existência do objeto, que estava sendo colocada em dúvida" (GUAZINA, 2011, p. 123).

⁴⁵ A elaboração de alguns gráficos que apresentam os dados da pesquisa teve auxílio do especialista Rafael Magalhães, autor do relatório estatístico apresentado no Anexo II.

Gráfico 3 - Distribuição das matérias ao longo do tempo

Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa

Fonte: Elaboração própria

O número de ocorrências por mês variou significativamente ao longo do tempo, mas a contagem mais frequente foi na faixa de 6 a 10 matérias exibidas por mês. Nessa faixa se enquadram 17 dos 36 meses pesquisados. Na faixa de 1 a 5 matérias se enquadram outros 9 meses da amostra. Não houve nenhum mês, no período de novembro de 2014 a outubro de 2017, em que não tenham sido veiculadas matérias sobre o castigo penal.

No período estudado de três anos (36 meses), houve 938 edições do Jornal Nacional, em que foram veiculadas, ao todo, 17.719 matérias. Em cálculo simples, podemos dizer que houve uma média mensal de 492 matérias veiculadas pelo Jornal Nacional sobre as diversas temáticas abrangidas por sua rotina de produção de notícias. Nesse sentido, considerando uma média

mensal de 9 matérias⁴⁶ sobre castigo penal identificadas na pesquisa que originou esta tese, pode-se dizer que a temática do castigo penal representa 1,8% do universo de matérias veiculadas pelo Jornal Nacional. Caso considerados os números absolutos (375 em relação a 17.719), o percentual é de 2,1%.

A exceção que chama atenção ocorreu no início de 2017, quando uma situação de crise bastante aguda em 3 estados (Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte) foi objeto de intensa cobertura jornalística. O pico de cobertura aparece no gráfico 3 na área sombreada, tendo sido identificadas 62 matérias sobre castigo penal apenas no mês de janeiro de 2017. A situação de crise, em que 119 pessoas foram mortas, está ali indicada no referido gráfico como "Massacres AM, RR e RN".

A expressão "massacres" corresponde à denominação conferida pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e pelo Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) em relatório oficial divulgado em 28/11/2018, ou seja, quase 2 anos após a ocorrência dos fatos. O documento, intitulado "Relatório de Monitoramento de Recomendações: Massacres Prisionais dos Estados do Amazonas, do Rio Grande do Norte e de Roraima", apresenta informações e denúncias gravíssimas. Apenas 5% de 185 recomendações tinham sido cumpridas desde os massacres e 71 presos do Rio Grande do Norte permaneciam "desaparecidos"⁴⁷, ou seja, não havia registro de fuga ou transferência e não se sabia se foram mortos no massacre. Além disso, o documento revela que em Alcaçuz, maior penitenciária do Rio Grande do Norte, ocorrem práticas similares às de Abu Ghraib, prisão que foi centro de tortura durante o regime autoritário de Saddam Hussein no Iraque e na qual, em 2004, foram filmadas cenas de tortura praticadas por soldados americanos.

⁴⁶ Essa média foi calculada considerando 313 matérias divididas por 35 meses. Excluí do cálculo o mês de janeiro de 2017 e suas 62 matérias para que fosse possível considerar um comportamento ordinário da contagem do número de matérias por mês. De qualquer forma, caso não fosse realizada essa exclusão, a média mensal subiria de 9 para 10 matérias, o que não significaria alteração muito substancial da estimativa percentual do espaço ocupado pela temática do castigo penal no universo de matérias veiculadas pelo Jornal Nacional.

⁴⁷ A situação de desaparecimento já havia sido identificada desde maio de 2017, conforme demonstra a seguinte notícia do jornal A Tarde: "Foram identificados 71 processos judiciais de pessoas que estariam presas em todos os pavilhões de Alcaçuz, mas que não estão lá", revela trecho do documento. Os peritos afirmaram que os presos podem ter sido transferidos, fugido, recapturados e não registrados, soltos em alvará ou mortos durante o maior massacre da história do Sistema Prisional do Rio Grande do Norte.

O número levantado pelos profissionais do Mecanismo Nacional se aproxima dos relatados por agentes penitenciários, presos e familiares desses à época das rebeliões em janeiro passado. O Governo do Estado, porém, nega a informação." (PENITENCIÁRIA, 2017)

Conforme noticiou a página local do G1 no Rio Grande do Norte, "o texto [do relatório do MNPCT e do CNPCT] traz relatos de casos de humilhação coletiva, desnudamentos, maus-tratos e constrangimentos de mulheres grávidas e crianças parentes de presos. Também há denúncias de agressões extremas, como espancamentos, dedos fraturados e até desmaios causados por espancamento com cassetete" (BARBOSA; RAFAEL, 2018).

A página do jornal O Globo noticiou a divulgação do referido relatório e suas graves denúncias (BORGES, 2018), além do jornal Estadão (CADEIAS, 2018) e de vários portais eletrônicos de notícias, como o Portal Terra (CARVALHO; ARAÚJO; CORREIA, 2018) e o Portal UOL (CARVALHO, 2018). No entanto, tais fatos não foram noticiados no Jornal Nacional nem em nenhum outro programa jornalístico da emissora TV Globo.

Em consulta realizada nos sítios eletrônicos das emissoras, constatei que, em toda a televisão brasileira, o único programa jornalístico que noticiou a divulgação do Relatório foi o SBT Brasil, veiculado à noite pela emissora SBT. A matéria destaca que nada mudou nas prisões de Manaus, Boa Vista e Alcaçuz desde os massacres e fala em "rotina de violações, com relatos até mesmo de agressões a presos", além de "tortura física e psicológica". Transcrevo o texto integral da matéria:

Quase dois anos após os massacres em presídios do Norte e Nordeste que resultaram na morte de 126 detentos, pouca coisa mudou nas prisões de Manaus, Boa Vista e Alcaçuz, no Rio Grande do Norte. É o que aponta o relatório do órgão de prevenção e combate à tortura do Ministério dos Direitos Humanos divulgado hoje. As unidades prisionais em Manaus, Boa Vista e de Alcaçuz, na Grande Natal, ainda têm uma rotina de violações, com relatos até mesmo de agressões a presos. O relatório do Ministério dos Direitos Humanos aponta que os estados do Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte cumpriram menos de 5% das 185 recomendações para melhorar o sistema prisional.

Em Manaus, o Centro de Detenção Provisória Masculino II, inaugurado às pressas, foi uma tentativa de resolver a superlotação carcerária após a morte de 56 presos no Complexo Anísio Jobim em janeiro de 2017. Mas em agosto, 35 presos fugiram. Um túnel de 30 metros foi encontrado no local. O Amazonas é o estado com maior número de presos por cela. São cinco para cada vaga, segundo dados do Ministério da Justiça. Os peritos que estiveram nos presídios logo após os massacres voltaram este ano e encontraram diversos problemas. Aqui no Rio Grande do Norte, 26 presidiários morreram em Alcaçuz e, segundo o relatório, a rotina é de tortura física e psicológica e até de agressões. O documento indica ainda que nem mesmo a apuração da responsabilidade pelos massacres e reparação aos parentes dos mortos avançou. O relatório diz que há presos desaparecidos, que não foram dados como mortos nem como foragidos.

O governo do Rio Grande do Norte diz que o relatório tem incorreções e breves juízos de valor ao apontar suposta prática de tortura na Penitenciária Estadual de Alcaçuz. Diz ainda que não compactua ou aceita qualquer prática fora da Lei de Execuções Penais. Os governos de Amazonas e de Roraima não se pronunciaram (DOIS, 2018)

Dado o fato de que os massacres haviam sido intensamente noticiados no início de 2017, o silêncio do Jornal Nacional na data da divulgação do relatório de monitoramento é ainda mais eloquente quando verifiquei que, nesse mesmo dia (28/11/2018), uma matéria de teor bem menos relevante foi veiculada com a temática de segurança pública/castigo penal. O programa utilizou quase 1 minuto de sua edição para tratar do fato de que motociclistas participavam da distribuição do varejo de drogas em uma cidade do Rio Grande do Sul, destacando que o comando logístico desse varejo seria supostamente realizado por uma pessoa custodiada pelo sistema prisional do estado (JORNAL NACIONAL, 2018⁴⁸).

Embora o universo da pesquisa apresentada nesta tese não abarque as edições de 2018, a análise especificamente da edição do dia 28/11/2018 pareceu interessante como uma pista para compreender como (não) foram cobertos pelo Jornal Nacional os desdobramentos do episódio sanguinolento que foi o momento mais marcante do período estudado. Essa constatação dialoga com a reflexão desenvolvida no Capítulo 4 desta tese sobre a "redução" discursiva da complexa problemática do sistema prisional à necessidade de aumento de controle (evitar fugas e evitar/estancar rebeliões).

Nesse sentido, é interessante perceber como a Secretaria de Justiça, responsável pelo sistema prisional no Rio Grande do Norte, reagiu em nota oficial às denúncias do MNPCT e do CNPCT contidas no citado relatório:

O Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte é hoje exemplo para o Brasil. De todos os estados com problemas em janeiro de 2017 foi o único a implementar mudanças significativas que resultaram num sistema controlado, organizado, estruturado e com mando do estado.

Desde a adoção dos procedimentos atuais, não se verificou mais rebeliões ou fugas nessas unidades. [grifo meu] Portanto, práticas de tortura ou de outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes não integram a pauta de mudanças no Sistema Prisional do RN, mas são artifícios eficientes para desacreditá-lo; e o descrédito do Sispen só serve àqueles que não desejam que ele siga estruturado, profissional e controlado (SECRETARIA, 2018).

O discurso unicamente focado no controle é reiterado pelo Poder Público como solução para a problemática do sistema prisional, após massacres que dizimaram dezenas de pessoas, mesmo diante de um relatório cujo principal enfoque é a violação de direitos, o desaparecimento de pessoas e a crueldade das práticas de tortura.

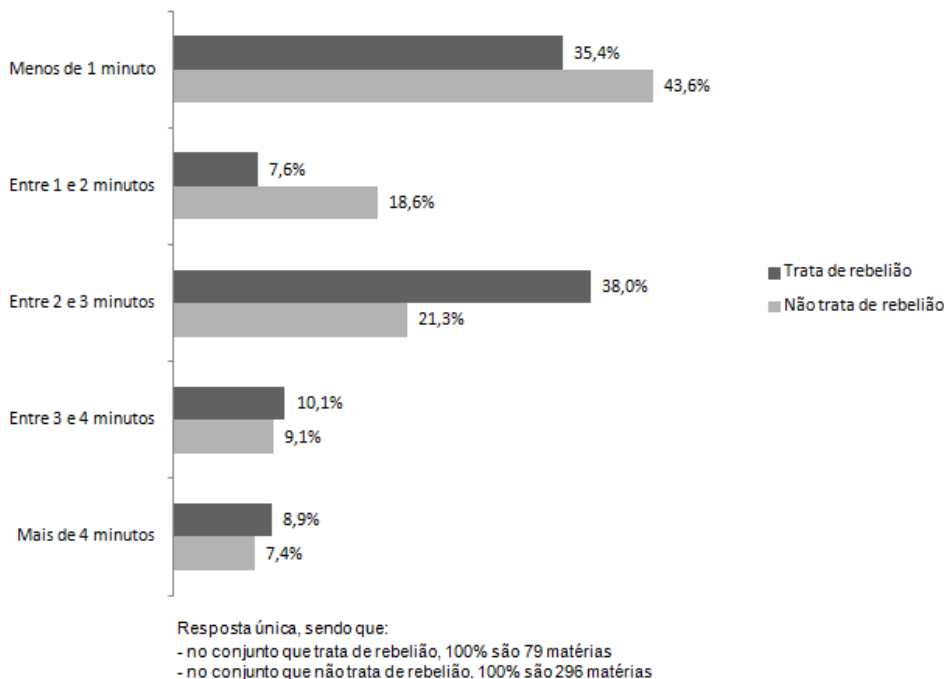
⁴⁸ A referência a essa edição específica do JN está indicada nesse formato porque a matéria em questão, de

2.2.2 Duração da matéria

Quanto à variável da duração da matéria, no tratamento dos dados, defini cinco categorias, de modo a compreender melhor a heterogeneidade do conjunto de matérias abrangidas pela pesquisa: menos de 1 minuto, entre 1 e 2 minutos; entre 2 e 3 minutos; entre 3 e 4 minutos; mais de 4 minutos.

Além disso, considerei que seria interessante comparar dois grupos de matérias: aquelas que possuem alguma referência textual a rebeliões (independente de ser ou não o assunto dominante da matéria) e as demais matérias. Dessa forma, foi possível perceber a peculiaridade da extensão da cobertura jornalística sobre situações de crise prisional, em relação à cobertura "cotidiana" do tema do castigo penal.

Gráfico 4 - Duração da matéria



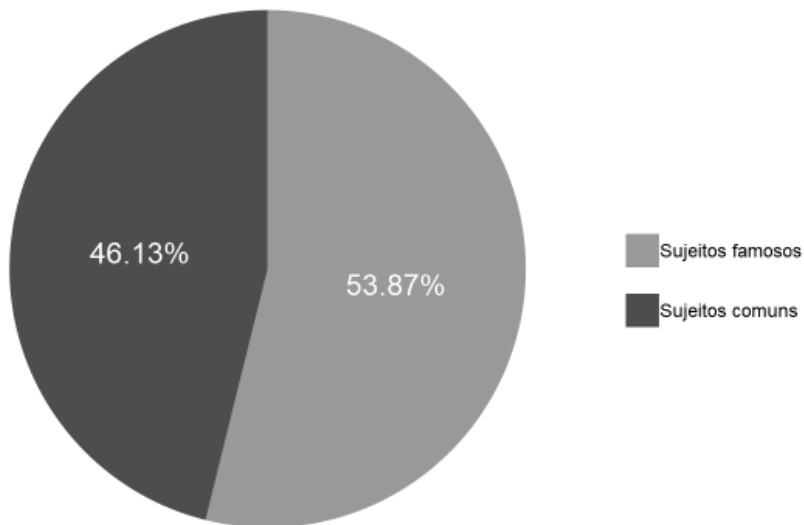
Fonte: Elaboração própria

O gráfico 4 mostra que matérias que possuem referências a rebeliões são, de maneira geral, mais longas do que as demais. Entre as matérias que trataram de rebeliões, 35,4% tiveram menos de um minuto e 7,6% tiveram entre 1 e 2 minutos. A maior distinção entre os dois grupos de matérias comparados está na faixa de 2 a 3 minutos, em que há ocorrência predominante das matérias sobre rebeliões.

2.2.3 Tipo de matéria

Durante o período estudado de três anos de Jornal Nacional (2014 a 2017), 53,8% das matérias sobre execução penal (202 no universo de 375) tratam de situações em que alguma peculiaridade torna notório aquele caso ou a condição individual de determinada pessoa, conforme demonstra o gráfico 5. Tais casos foram enquadrados na categoria 11 da variável "assunto dominante" do formulário (cujos dados estão apresentados em detalhes no Capítulo 4), identificada como "destino de presos/monitorados/condenados conhecidos".

Gráfico 5 - Sujeitos famosos e sujeitos comuns



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria

A pessoa sujeita à responsabilidade penal (privada de liberdade em um estabelecimento penal ou utilizando tornozeleira, por exemplo) pode ser conhecida por uma condição sua (político, artista, atleta, etc), pelo fato de sua vítima ser famosa ou mesmo pelo fato de o seu caso ter se tornado um "caso famoso".

Quanto à primeira hipótese, referente a uma condição individual da pessoa sujeita à responsabilidade penal, a amostra objeto de estudo desta tese reúne dezenas de notícias relacionadas a políticos envolvidos na Operação Lava Jato, além de notícias sobre dirigentes da FIFA e da CBF, sobre o goleiro Bruno e sobre o goleiro Edinho, filho do Pelé.

No caso do casal Cabral, houve intensa exposição, totalizando 14 notícias no período estudado. O político Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro, teve fatos de sua execução penal expostos no Jornal Nacional em 8 notícias, e a situação de sua esposa, Adriana Ancelmo, foi objeto de 6 notícias. O político José Dirceu, ex-deputado e ex-ministro, teve sua situação, como pessoa sujeita à responsabilidade penal, noticiada em 10 matérias no período estudado, entre 2014 e 2017.

Quanto à segunda hipótese, referente à condição de notoriedade da vítima, um exemplo claro que aparece na amostra são as matérias que se referem aos acusados do homicídio do jornalista Santiago Andrade.

Quanto à terceira hipótese, em que o caso em si se torna famoso por alguma peculiaridade que não decorre de fama pretérita do acusado/condenado ou da vítima, as situações são variadas.

A situação da execução penal de Henrique Pizzolatto, um dos condenados do caso conhecido como Mensalão, foi objeto de 15 notícias do Jornal Nacional no período estudado, sendo a maior parte delas relacionada às tratativas e questões jurídicas necessárias à sua extradição da Itália para o Brasil.

Encontrei também na amostra um caso cuja peculiaridade refere-se ao fato de que um brasileiro estava condenado à morte em outro país, a Indonésia. Embora a pessoa não tivesse fama pretérita, a delicadeza diplomática do evento tornou o caso notório, tendo sido objeto de 5 notícias do Jornal Nacional no período.

Um exemplo curioso dessa terceira hipótese (o caso em si é famoso, embora a pessoa não tivesse fama pretérita) encontrado na amostra é o caso do médico Roger Abdelmassih, condenado pelos estupros de 37 pacientes. Seu caso foi retratado em 10 notícias no período estudado⁴⁹. Para que se tenha ideia da excepcionalidade dessa extensão de cobertura, lembrem-se os dados já apresentados de que o caso de José Dirceu foi objeto de 10 notícias e o caso de Sérgio Cabral, que no período foi preso e transferido de estabelecimentos penais algumas vezes, foi objeto de 8 notícias.

Na matéria nº 341 da amostra, o tom de sobriedade e distanciamento que costuma caracterizar as falas dos apresentadores e repórteres do Jornal Nacional é substituído por um tom explicitamente parcial, que expressa uma contundente avaliação negativa sobre a atuação do sistema de justiça criminal em relação ao caso de Roger Abdelmassih. As afirmações são categóricas e indicam um julgamento:

A consequência desse vai e volta de decisões judiciais é que as vítimas de Abdelmassih, primeiro, não sentem que Justiça esteja sendo feita. E, segundo, com as notícias constantes sobre o ex-médico indo e vindo, fica mais difícil para elas pôr um ponto final nesse caso triste e virar a página.

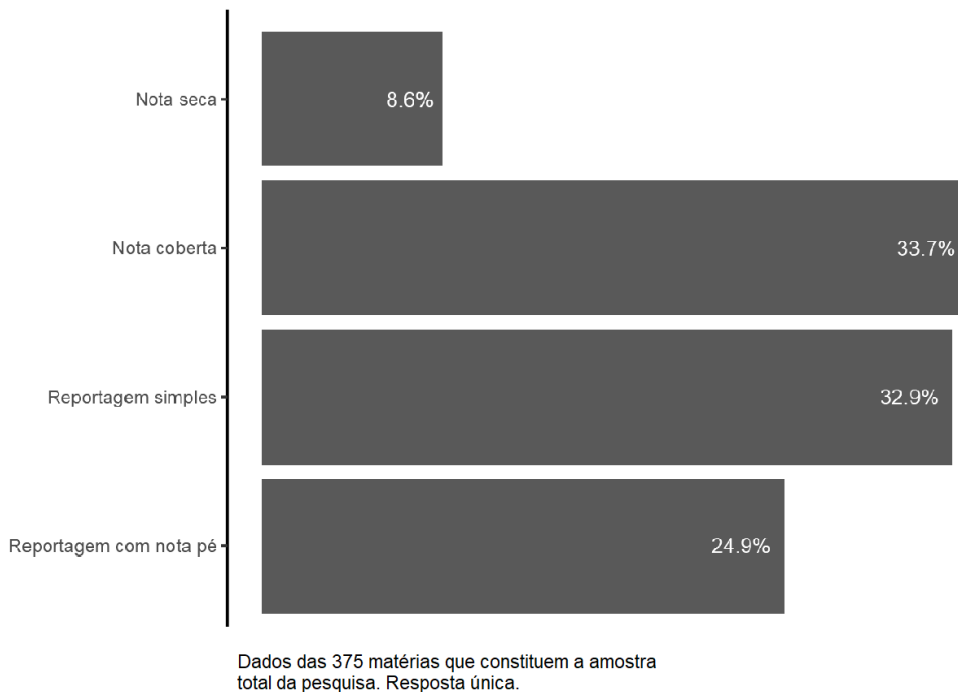
Como foram identificadas significativas peculiaridades no enquadramento das matérias sobre sujeitos famosos, em muitas variáveis da pesquisa decidi avaliar os dados em formato comparativo entre dois grupos da amostra total da pesquisa: matérias sobre sujeitos famosos e matérias sobre sujeitos comuns.

Assim, quanto à variável de tipo de matéria, observei os dados coletados para o conjunto de matérias como um todo (conforme gráfico 6) e, em seguida, procurei verificar se havia distinções relevantes quando comparadas as matérias sobre sujeitos famosos em relação às matérias sobre sujeitos comuns (conforme gráfico 7).

⁴⁹ Uma das polêmicas relacionadas ao caso era o boato de que Fátima Bernardes, jornalista da TV Globo que por muitos anos foi apresentadora do Jornal Nacional, ex-esposa de William Bonner (editor-chefe do Jornal Nacional), teria sido paciente de Roger Abdelmassih. Isso porque o referido médico, especialista em reprodução humana, fizera várias declarações públicas com avaliações técnicas sobre a gravidez de trigêmeos da jornalista.

No entanto, o fato foi desmentido pessoalmente pela jornalista Fátima Bernardes, conforme noticiado pelo Portal de Notícias da UOL: <http://celebridades.uol.com.br/noticias/redacao/2014/08/20/fatima-bernardes-deixa-claro-que-nunca-foi-paciente-de-roger-abdelmassih.htm?mobile>

Gráfico 6 - Tipo de matéria - Dados gerais



Fonte: Elaboração própria

A ordem das ocorrências no gráfico observa o nível de relevância dos tipos de matéria, eis que a presença do repórter (a qual distingue as notas das reportagens) é considerada um elemento de fortalecimento da credibilidade da notícia.

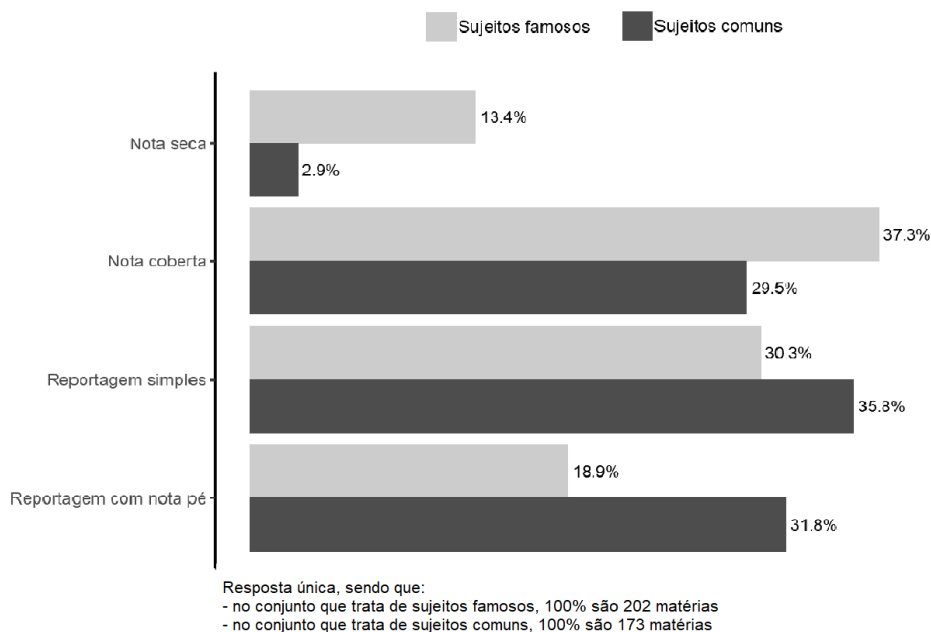
A importância do repórter como condutor da narrativa jornalística está no elo que estabelece com a audiência. Sua imagem no telejornal pode ser assim descrita:

O repórter não é percebido tão somente como um dos sujeitos sociais, e sim como o elemento central no processo de autenticação dos relatos, ao representar a presença simbólica da emissora de televisão no lugar e na duração temporal do acontecimento. Gutmann aponta que o repórter se constrói como um ser social que vive os fatos e, portanto, está autorizado a falar sobre eles. A partir disso, o sujeito que narra o que ocorreu com os terceiros também acaba se tornando um ator ao se incluir na ação que está sendo demonstrada na reportagem. Nos enredos que compõem cada edição de um telejornal, apresentadores, repórteres e público são alçados à condição de cidadãos brasileiros (pais, trabalhadores, clientes de banco, voluntários, consumidores etc.), o que é explícito, por exemplo, nos momentos em que o mediador se dirige ao espectador colocando-se, pelo texto verbal, no lugar de fala de cidadão: nós mulheres, nós, brasileiros, nossa reação aqui (...), nós podemos estar pagando mais (...). Tal qualidade de ator de uma mesma esfera cultural que partilha interesses comuns não destitui o lugar de autoridade do enunciador pai, o telejornal (PEIXOTO; PORCELLO, 2016, p. 129).

A nota seca, também denominada "nota pelada", é aquela em que a notícia é lida pelo apresentador sem qualquer imagem de ilustração. A nota coberta é aquela em que a notícia é lida pelo apresentador com imagem de ilustração. Nesses dois tipos de matéria a equipe de jornalismo não precisa se deslocar até o local dos fatos, limitando-se a relatar o ocorrido a partir de informações que podem ter sido coletadas a distância com suas fontes.

Nos casos em que foi identificada a imagem e a voz de um repórter, a matéria foi classificada, na pesquisa apresentada nesta tese, como uma reportagem. No caso desta pesquisa sobre a cobertura do Jornal Nacional, categorizei essas matérias em dois tipos: reportagem simples, quando a notícia é finalizada com o vídeo do repórter, e reportagem com nota pé, quando após o vídeo do repórter há a leitura de informações complementares pelo apresentador.

Gráfico 7 - Tipo de matéria - Dados comparativos



Fonte: Elaboração própria

Conforme demonstra o gráfico 7, entre as matérias que tratam de sujeitos comuns, predominou o uso de reportagens simples (35,3% dos casos) e de matérias classificadas como reportagens com nota pé (31,8% dos casos).

Entre as matérias sobre sujeitos famosos, predominou o uso de notas cobertas (37,3%) e reportagens simples (30,3%). Por outro lado, em perspectiva comparativa, a maior diferença entre os dois grupos foi observada no uso das notas secas (também apelidadas de notas peladas), as quais, conforme explicado, são matérias bastante enxutas, em que não aparece qualquer imagem de ilustração nem VT de repórter. A diferença é superior a quatro vezes, pois 13,4% das matérias sobre sujeitos famosos são notas secas e apenas 2,9% das matérias sobre sujeitos comuns foram identificadas nessa categoria.

2.2.4 Tipo de fonte jornalística

Em importantes temáticas de impacto social, como a temática ambiental, as entidades da sociedade civil e as universidades passaram a ser mais escutadas como fontes jornalísticas ao longo das últimas décadas, conforme relatam alguns estudos empíricos interessantes:

Com a passagem dos anos, desde a década de 1960, quando se viu o início do debate sobre o tema meio ambiente no Brasil, pôde-se assistir a uma ampliação das tipologias de fontes às quais os jornalistas recorrem quando da construção de uma reportagem sobre o tema. Luciana Costa (2006) estudou as tendências do tratamento oferecido às questões ambientais pela chamada grande imprensa. Utilizou como base a pesquisa PARD/UFPA/CNPq de 2006 em que se analisou 1.300 artigos e/ou reportagens publicadas nas principais revistas (Veja, Isto é, Época) e jornais brasileiros (tais como Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Jornal da Tarde, Correio Braziliense, Jornal do Brasil, O Globo e O Liberal) no período de 1975 a 2002. A conclusão foi que as matérias jornalísticas, predominantemente descritivas e factuais, privilegiaram como suas principais fontes os órgãos governamentais. Tal relato acerca das fontes, no entanto, sofre mudanças ao longo das décadas. Para as décadas de 1990 e 2000, Miranda (2006:42) observa que “consolidam-se como vozes autorizadas e legitimadas pelo discurso jornalístico para falar sobre a Amazônia as fontes do campo científico e ambiental (particularmente as ONGs), além das vozes do campo político”. A pesquisadora aponta que, ainda na década de 1990, as universidades e institutos de pesquisa se consolidaram como uma das fontes principais dos jornalistas (POZOBON; MIRANDA, 2012).

No entanto, no que se refere à temática do controle penal, os criminólogos afirmam que o jornalismo continua extremamente vinculado à narrativa das fontes oficiais, reproduzindo com elevada predominância a visão do Poder Público sobre os fatos relacionados a segurança pública

e sistema prisional. Nesse sentido, fala-se da eficácia das notícias como um dos mecanismos de legitimação do modo de funcionamento do controle penal:

Por privilegiar o aparecimento das fontes oficiais na notícia, toda a definição da forma como deve ser abordado o fato será segundo a ordem dominante, sem a permissão de rupturas ou contradefinições. Nesse sentido, mostra-se o papel do jornalismo na manutenção do status quo. Os filtros do poder nas notícias do delito penetram de forma direta através das fontes que facilitam as informações que depois serão transformadas em notícias. (...) O processo jornalístico de divulgação da atividade de controle do crime pelas agências do sistema penal constitui parte dessa atividade de controle. (...)

A relação da mídia com o direito é fundamental ao se perceber que as notícias que tratam sobre a violação da lei tratam também de como se deve agir “corretamente”. As notícias sobre crimes que trazem as fontes oficiais e se centram no controle são uma fonte de mitos contemporâneos – narrativas que de uma só vez descrevem e justificam – que nos auxiliam a compreender e expressar sensibilidades sobre a ordem social (BUDÓ, 2013, p. 244).

Na pesquisa empírica que originou esta tese, a variável de identificação de tipos de fontes jornalísticas visava contribuir na análise de enquadramento jornalístico, tendo em vista que a escolha de quais fontes consultar é um dos elementos mais importantes da rotina de produção de notícias.

Observei os dados coletados sobre fontes jornalísticas no conjunto de matérias, utilizando a metodologia de classificação "por grupos"⁵⁰ extraída do trabalho de Aldo Schmitz (2010):

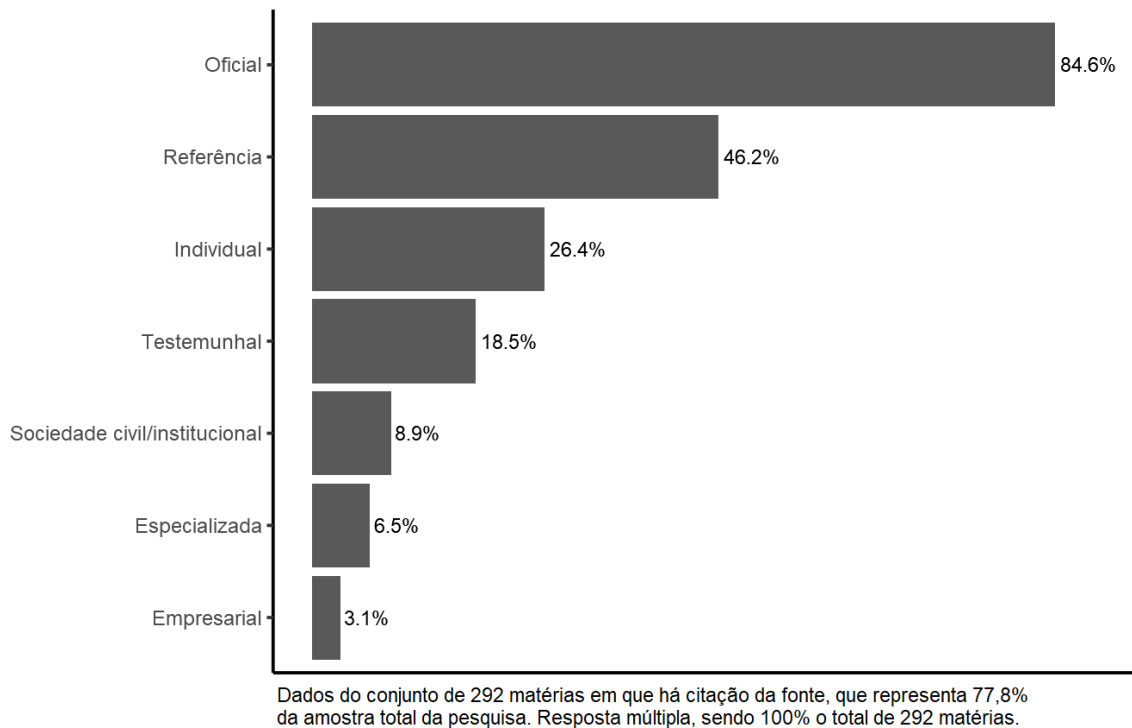
- Fonte Oficial – autoridade do Poder Público;
- Fonte Empresarial - representa uma corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio;
- Fonte Sociedade Civil/Institucional - representa uma entidade sem fins lucrativos ou grupo social, sendo também chamada de “fonte independente”, pois defende uma causa social ou política (*advocacy*);
- Fonte Individual - representa a si mesma, podendo ser uma pessoa comum, personalidade política, cultural ou profissional liberal, desde que não fale por uma organização ou grupo social;
- Fonte Testemunhal - funciona como álibi para a imprensa, pois representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora;

⁵⁰ A classificação abordada por Aldo Schmitz, que se apresenta como dinâmica e estruturada, abrange também outros critérios: por categoria (fontes primária e secundária), por ação (proativa, ativa, passiva e reativa), por crédito (identificada e anônima) e pela qualificação (confiável, credível e duvidosa). No entanto, dado os contornos desta tese, não seria viável trabalhar com todos esses critérios (SCHMITZ, 2010).

- Fonte Especializada - pessoa ou organização de notório saber específico (especialista, perito, intelectual), relacionado a uma profissão ou área de atuação, a quem o jornalista recorre para analisar tema complexo;
- Fonte Referência – referenciais que fundamentam o conteúdo jornalístico, tais como bibliografia, documento, dossiê, mídia, livros, produções científicas, tecnológicas ou culturais.

Utilizadas tais categorias, os resultados encontrados estão contidos no gráfico 8, apresentado a seguir.

Gráfico 8 - Tipo de fonte jornalística citada



Fonte: Elaboração própria

Conforme indica o gráfico 8, o predomínio da fonte oficial é bastante marcante, abrangendo 84,6% das matérias da amostra. A soma das ocorrências de todos os tipos de fonte é bastante superior a 100%, já que esse campo permitia respostas múltiplas, referentes à indicação de todas as fontes expressamente citadas pelo apresentador ou pelo repórter em cada matéria.

Além da tipologia de Schmitz, havia no formulário a alternativa "sem indicação de fonte", como forma de identificar as matérias em que não havia referência expressa, na fala dos jornalistas, à origem da informação. Pela rotina de produção de notícias em telejornais e, em especial, do próprio Jornal Nacional (MEMÓRIA GLOBO, 2005), sabe-se que, nesses casos, é bastante provável que a informação tenha sido extraída de fonte oficial. Portanto, o percentual de 84,6% de matérias com consulta a fontes oficiais provavelmente subiria substancialmente caso fosse possível investigar quais fontes foram consultadas para a confecção das matérias em que não houve sua citação expressa.

A relevância desse predomínio de fontes oficiais nas matérias sobre o sistema penal é objeto de reflexão no estudo empírico conduzido por Marília Budó (2013, p. 251), que afirma que "o uso de fontes credíveis ligadas, sobretudo, a fontes oficiais, que nos casos criminais são agentes do sistema penal, reproduz as suas definições também seletivas e preconceituosas da criminalidade."

Segundo a concepção de responsabilidade social da imprensa que o próprio Jornal Nacional afirma adotar, o jornalismo informativo deve "propiciar relatos fiéis e exatos, separar notícias de opinião, apresentar pontos de vista contrários, assumir um papel educativo". A pluralidade de fontes, portanto, seria essencial para o que o próprio Jornal Nacional entende como 'bom jornalismo', eis que "regido pelos valores da objetividade, exatidão, isenção, diversidade de opiniões e interesse público" (GUAZINA, 2011, p. 127).

A enorme predominância de fontes oficiais no enquadramento jornalístico das notícias sobre execução penal tem consequências significativas:

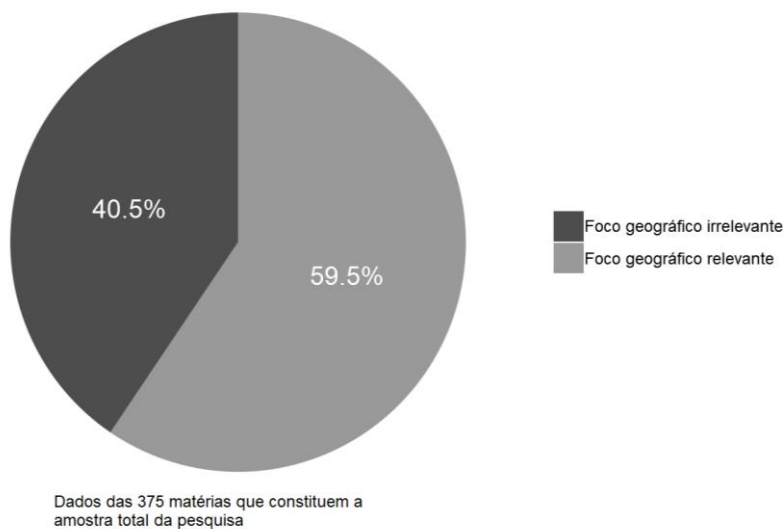
(...) as notícias sobre crimes são também aquelas em que a rotinização do trabalho que lhes dá origem é extrema, sendo possível afirmar que a sua principal característica é a quase total dependência do papel dos definidores primários. Se as agências do sistema penal atuam de forma seletiva e estigmatizante, a reprodução de seu discurso como definidor do que é crime e de seu enquadramento propicia a legitimação desse mesmo sistema. O discurso do poder aí se insere marcando para sempre a notícia sobre o delito. Ao reproduzirem o discurso das agências de controle penal sobre a criminalidade, as notícias incidem no mesmo problema: também se voltarão contra uma parcela da sociedade, bem como contra uma parcela de atos cometidos, os crimes de rua (BUDÓ, 2013, p. 255).

Nesse sentido, o criminólogo Zaffaroni (1991) chega a afirmar que os veículos midiáticos são "aparato de propaganda" do poder disciplinador do sistema penal.

2.2.5 Foco geográfico

Quanto à variável de foco geográfico, o primeiro cuidado de análise dos dados foi a distinção entre matérias em que o foco geográfico era relevante e matérias em que esse fator era irrelevante, conforme indica o gráfico 9.

Gráfico 9 - Foco geográfico das matérias - Relevância



Fonte: Elaboração própria

A decisão por realizar essa distinção veio depois da coleta, na fase de tratamento dos dados, a partir da constatação de que na imensa maioria das notícias sobre sujeitos famosos, o foco geográfico é irrelevante, pois a territorialidade dos fatos não parecia influir como fator significativo para sua noticiabilidade ou mesmo para o seu enquadramento jornalístico.

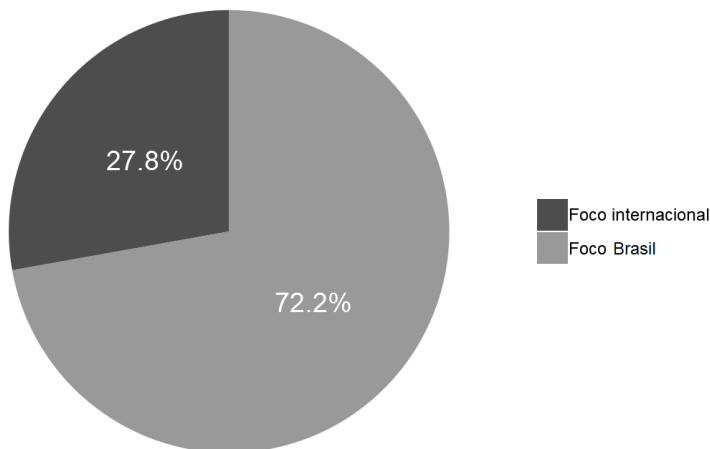
Nesse sentido, ainda que os textos das matérias fizessem referência ao local do fato, eis que sua indicação é um dos principais elementos da rotina da produção de notícias (ritual dos "5 W" - *who, what, when, where, why*⁵¹), o foco geográfico foi identificado como irrelevante na

⁵¹ Explica Tuchman sobre o ritual de produção jornalística em que o uso dos "5 w" é essencial: "discussing the structuring of information, the newsman must relate his notions of 'important' or 'interesting' content. To some extent the newsman's difficulties are mitigated by the familiar formula that news concerns 'who, what, when, where, why, and how.' These 'five w's' are called the most 'material facts' about a story" (TUCHMAN, 1972, p. 670).

maior parte das notícias sobre pessoas ou casos famosos. O percentual é de 74,7%, pois são 151 de um total de 202 notícias desse grupo.

A consequência concreta dessa opção foi a obtenção de resultados mais interessantes apresentados nos gráficos 10 e 11, que permitem leituras mais precisas sobre o modo como é coberta a realidade da execução penal no exterior e, em especial, em diferentes unidades federativas brasileiras e respectivas regiões. Isso é especialmente interessante tendo-se em vista a repartição constitucional de competências federativas, segundo a qual a execução penal é política pública de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

Gráfico 10 - Foco geográfico das matérias - Brasil ou Internacional

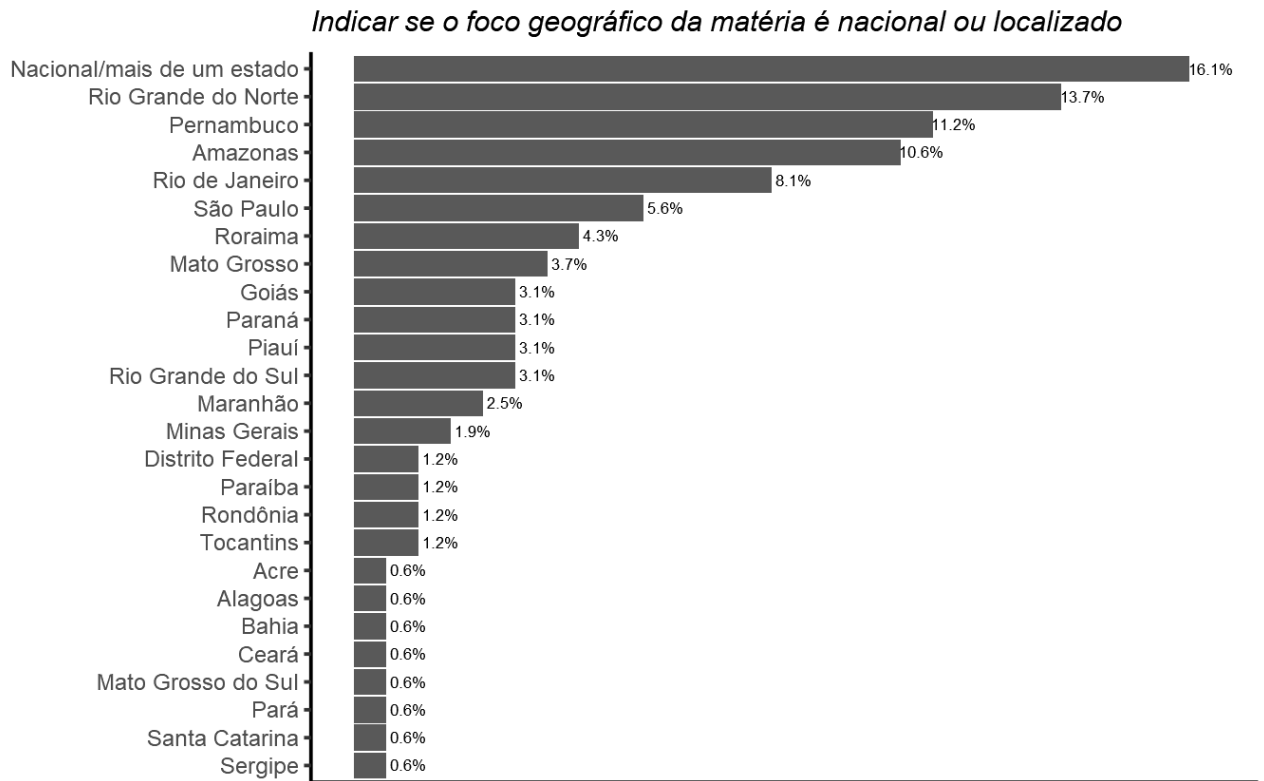


Dados do conjunto de 223 matérias em que o foco geográfico é relevante, que representa 59.5% da amostra total da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria

A partir dessa distinção, uma análise mais detida do conjunto de matérias cujo foco geográfico é internacional permitiu identificar que sua enorme maioria trata de sujeitos famosos. Totalizaram 82%, sendo 51 das 62 matérias de foco internacional. Esse resultado é bastante intuitivo, já que o escopo prioritário do Jornal Nacional são os fatos ocorridos em território brasileiro. A noticiabilidade de um fato ocorrido no exterior acaba se restringindo, portanto, a ocorrências relacionadas a pessoas célebres ou a situações cuja excepcionalidade torna o caso internacionalmente famoso.

Gráfico 11 - Foco geográfico das matérias - Nacional ou específico de uma UF



Dados do conjunto de 161 matérias em que o foco geográfico é nacional, que representa 42,9% da amostra total da pesquisa

Fonte: Elaboração própria

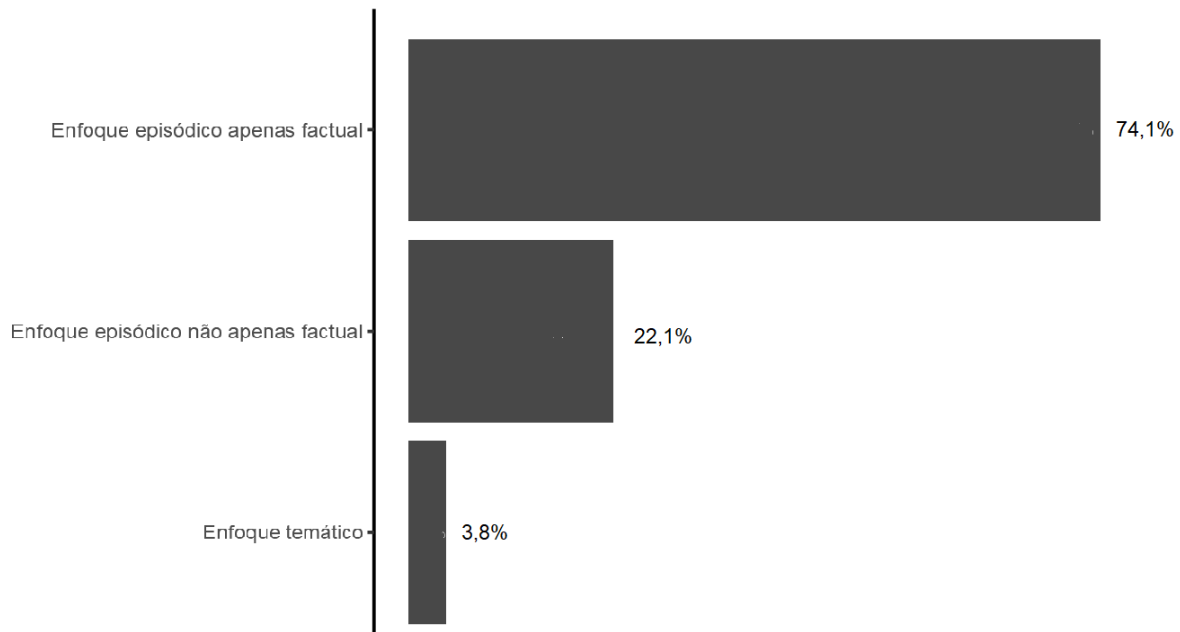
2.2.6 Abrangência da matéria

Para investigar o enfoque dos textos do Jornal Nacional sobre castigo penal no período de cobertura analisado, a pesquisa apresentada nesta tese utilizou uma variável de abrangência da matéria, com as seguintes categorias:

- Enfoque episódico apenas factual - trata de um fato de maneira pontual;
- Enfoque episódico não apenas factual - trata de um fato, mas também recupera o histórico da temática, faz referência à realidade prisional de uma maneira mais ampla, apresenta estatísticas gerais ou demonstra qualquer esforço de avaliação crítica sobre a sistemática de execução penal, para além da narrativa factual; e

- Enfoque temático - trata de representação mais ampla de realidade que se refere à temática do castigo (exemplos: matéria sobre a problemática da superlotação no Brasil ou divulgação de pesquisas nacionais).

Gráfico 12 - Abrangência da matéria - Dados gerais



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

O enfoque episódico foi identificado em 96% das matérias pesquisadas (somando as duas primeiras categorias da classificação), sendo que em apenas 22,1% houve algum tipo de abordagem que extrapola o aspecto factual, ou seja, em que o enquadramento realizado permitiu recuperar o histórico da temática, fazer referência à realidade prisional de uma maneira mais ampla, apresentar estatísticas gerais ou demonstrar qualquer esforço de avaliação crítica sobre a sistemática de execução penal.

O enfoque temático esteve restrito a apenas 3,8% das matérias sobre castigo penal no período de três anos estudado, o que significa 14 matérias. Nesse pequeno grupo se insere a

matéria identificada como nº 76, que é uma breve nota com os dados gerais sobre o sistema prisional brasileiro:

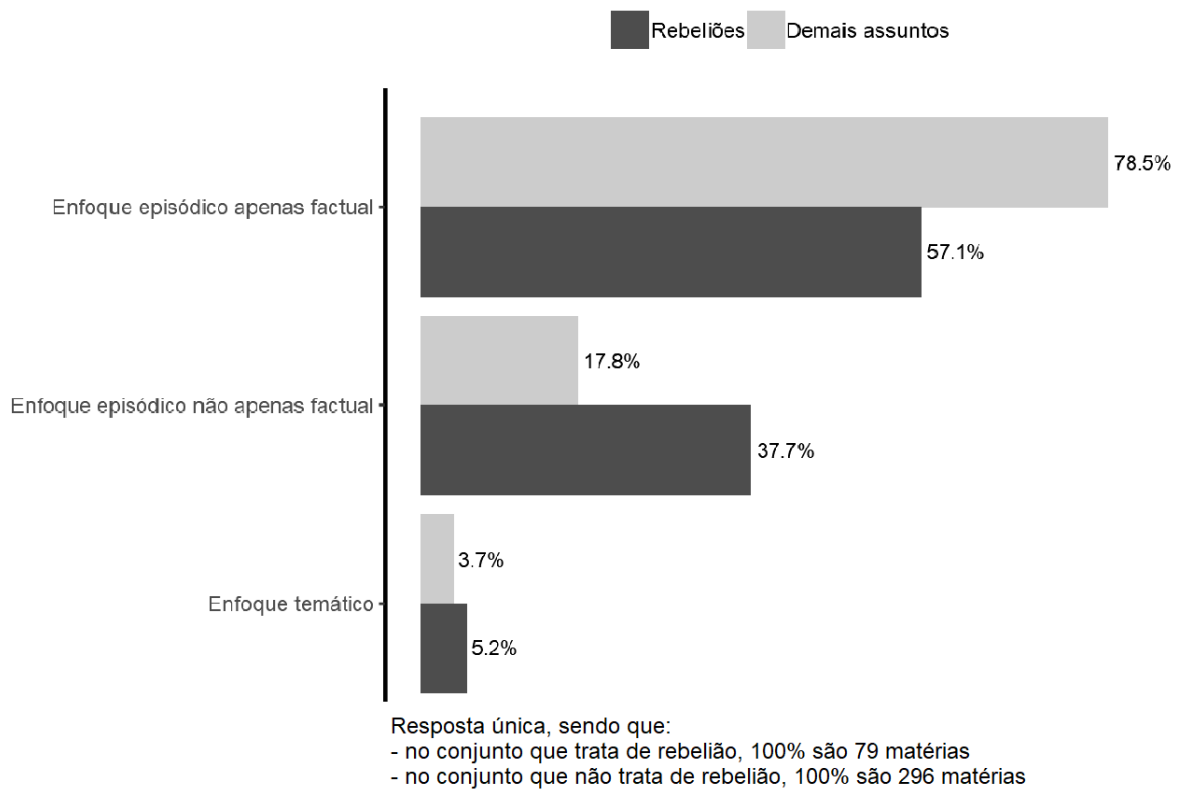
O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, só fica atrás dos EUA, da China e da Rússia. Segundo o Ministério da Justiça, em 14 anos, o número de presos no Brasil cresceu mais de 160%, 10 vezes mais que o aumento da população. Eram 600 mil em 2014. Para cada 16 presos, existem só 10 vagas nos presídios. 41% deles não foram condenados e mais da metade tem entre 18 e 29 anos. Os crimes mais comuns são tráfico de drogas, roubo e homicídio. Para cada 16 presos, existem só 10 vagas nos presídios. 41% deles não foram condenados e mais da metade tem entre 18 e 29 anos. Os crimes mais comuns são tráfico de drogas, roubo e homicídio.

Por um lado, o predomínio do enfoque factual era esperado, dado o modelo de *hard news* do Jornal Nacional, como telejornal diário de amplo espectro de assuntos. Por outro lado, dada a complexidade da temática e a gravidade dos problemas identificados por diversos estudos empíricos e documentos de organismos internacionais sobre a realidade do sistema prisional brasileiro, parecia possível (e relevante) que uma abordagem mais reflexiva fosse realizada.

Os achados da pesquisa na variável ora em análise fazem lembrar um episódio polêmico em que a questão das opções editoriais do Jornal Nacional esteve em debate, ao final de 2005. O jornalista Leal Filho relata que, durante reunião do telejornal com a presença de alunos da USP, Bonner comparou o telespectador do Jornal Nacional com o personagem Homer do desenho "Os Simpsons". Entre outras características toscas, o personagem é apresentado no desenho como uma pessoa de inteligência bastante limitada. Bonner confirma o diálogo, mas tenta se explicar falando da "necessidade de tornar os textos mais claros para a audiência, reforçando o papel pedagógico do telejornal como explicador do mundo. Ao mesmo tempo, porém, classifica o episódio como um ataque de cunho político e publica mensagens eletrônicas de apoio à sua posição." (GUAZINA, 2011, p. 125).

Ainda sobre a variável da abrangência da matéria, no contexto específico da cobertura do Jornal Nacional sobre o castigo penal, pareceu interessante explorar como se comporta o enquadramento do telejornal quando o assunto dominante são situações de crise prisional, em que há rebeliões. Nesse sentido, foram identificados os resultados contidos no gráfico 13.

Gráfico 13 - Abrangência da matéria - Dados comparativos



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 13 demonstra que, quando comparado o grupo de matérias sobre rebeliões com o grupo de matérias sobre os demais assuntos, o enfoque episódico tem percentual bastante similar (94,8% e 96,3%, somando as duas primeiras categorias de classificação). No entanto, é substancial a diferença entre esses grupos quando observado o percentual de matérias em que a abordagem episódica extrapola o aspecto meramente factual.

No grupo em que o assunto dominante é rebelião, o percentual de matérias de enfoque episódico que extrapolam o aspecto meramente factual (37,7%) é mais do que o dobro do percentual encontrado no grupo de matérias de outros assuntos (17,8%).

CAPÍTULO 3

A REPRESENTAÇÃO DAS PESSOAS NAS MATÉRIAS SOBRE CASTIGO PENAL: RACISMO, ESTIGMATIZAÇÃO E SILENCIAMENTO

*"várias fitas erradas na prisão eu vi
injustiças aqui humilhação ali
cadáveres sangrando perto de mim (...)
cadeia um cômodo do inferno
seja no outono ou no inverno"
Dexter⁵²*

Neste Capítulo 3, são apresentados os dados de 17 variáveis que oferecem subsídios para respostas à pergunta-problema B da pesquisa empírica que originou esta tese: Como são representadas nas narrativas jornalísticas as pessoas sujeitas à responsabilidade penal? Os dois primeiros itens deste Capítulo, indicados como 3.1 e 3.2, abordam variáveis relativas aos textos das matérias do Jornal Nacional estudadas. O terceiro item, indicado como 3.3, aborda variáveis relacionadas às imagens veiculadas nessas matérias, conforme descrito minuciosamente a seguir.

O item 3.1 do Capítulo 3 mostra os dados de 10 variáveis que visam identificar se o perfil das pessoas é de alguma forma descrito nos textos das matérias, a partir do referencial do Relatório Infopen: gênero, faixa etária, escolaridade, estado civil, pessoas com deficiência, nacionalidade, filhos, tipo penal, tempo da pena e raça/cor (BRASIL, 2017) (BRASIL, 2018).

O item 3.2 do Capítulo trata de elementos discursivos dos textos relativos ao enfoque e à possibilidade de voz das pessoas sujeitas à responsabilidade penal nas matérias, a partir dos dados de 3 variáveis: representação individual ou coletiva das pessoas, denominação das pessoas (pejorativa, neutra ou por nome próprio), representação de opiniões das pessoas.

⁵² O rapper Marcos Fernandes de Omena, cujo nome artístico é Dexter (nome de um dos filhos de Martin Luther King), compõe e canta várias músicas cujo principal tema é a experiência do encarceramento. Gravou vários discos, alguns deles quando cumpria pena privativa de liberdade, com o grupo 509E (identificação da cela onde vivia Dexter). Seu primeiro CD vendeu mais de 500 mil cópias. Atualmente, tem carreira solo e se encontra em liberdade desde 2011 (DEXTER, 2014).

O item 3.3 do Capítulo apresenta os resultados de 4 variáveis relativas às imagens que aparecem nas matérias: cor/raça dos corpos, nudez dos corpos, subjugação corporal e aspectos de "periculosidade" na representação das pessoas sujeitas à responsabilidade penal. Quanto a essas variáveis, dada a relevância de seus dados, foram realizados testes estatísticos de associação formal, conforme detalhamento do Anexo II.

3.1 Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal

Nos Relatórios Infopen divulgados em 2017 e 2018 pelo Ministério da Justiça, há uma seção intitulada "Perfil da População Prisional", em que são analisadas as categorias que compõem o perfil sociodemográfico da população privada de liberdade no Brasil. Os principais dados dessa seção estão descritos a seguir (BRASIL, 2017) (BRASIL, 2018).

Quanto a gênero, o Infopen indica que a população prisional feminina cresceu de 6 mil mulheres no início dos anos 2000, para 42 mil mulheres em 2016 (aumento de 656%). A população prisional masculina cresceu de 169 mil homens em 2000 para 665 mil em 2016 (aumento de 293%). Em 2016, portanto, a população prisional era composta por 94% de homens e 6% de mulheres.

Quanto a faixa etária, segundo o Infopen, 55% da população prisional é formada por jovens de 18 a 29 anos. Nos dados gerais da população brasileira, essa faixa etária representa apenas 18%.

Quanto a escolaridade, os dados são discutidos com mais minúcia no Capítulo 3 desta tese. Vale destacar, de qualquer forma, que enquanto os dados gerais da população brasileira indicam um percentual de 52% de pessoas que não concluíram o ensino médio (MAIS, 2018), os dados da população prisional contidos no Infopen indicam o impressionante percentual de 90% de pessoas que não possuem ensino médio completo.

Quanto ao estado civil, o levantamento do Infopen indica que o percentual de pessoas solteiras chega a 60% da população prisional brasileira.

Quanto a nacionalidade, 0,4% são estrangeiros, sendo que, no conjunto dessas 2.606 pessoas, 56% são provenientes do continente americano, 27% vêm da África e 13% da Europa.

Quanto à categoria de pessoas com deficiência, o Infopen indica que 1% da população prisional é composta por pessoas com deficiência, sendo que a maior parte delas apresenta deficiência intelectual.

Quanto à existência de filhos, estima-se que 53% dos homens privados de liberdade não têm filhos e que mais de 74% das mulheres da população prisional têm pelo menos um filho. No entanto, a precisão desse dado é baixa, tendo em vista que esse dado só foi disponibilizado no Infopen quanto a 9% da população prisional brasileira.

Quanto a raça/cor, assim como ocorre com a categoria de escolaridade, os dados são discutidos com mais minúcia no Capítulo 3 desta tese. Vale destacar, de qualquer forma, que o percentual de pessoas negras privadas de liberdade no Brasil é significativamente superior (diferença de cerca de 20%) ao percentual geral de pessoas negras da sociedade.

Quanto ao tipo penal, o Infopen destaca que os crimes de tráfico correspondem a 28% das incidências pelas quais as pessoas privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento. Os crimes de roubo e furto somam 37% e os homicídios 11%. Na comparação entre homens e mulheres, é marcante o fato de que o percentual de crimes ligados ao tráfico representa um percentual maior do que o dobro do percentual observado na população prisional masculina. As ocorrências de tráfico totalizam 62% dos registros da população prisional feminina.

Quanto ao tempo da pena, os dados do Infopen indicam que 54% das pessoas privadas de liberdade foram condenadas a até, no máximo, 8 anos de prisão. O percentual de pessoas com condenações superiores a 20 anos é de 13%.

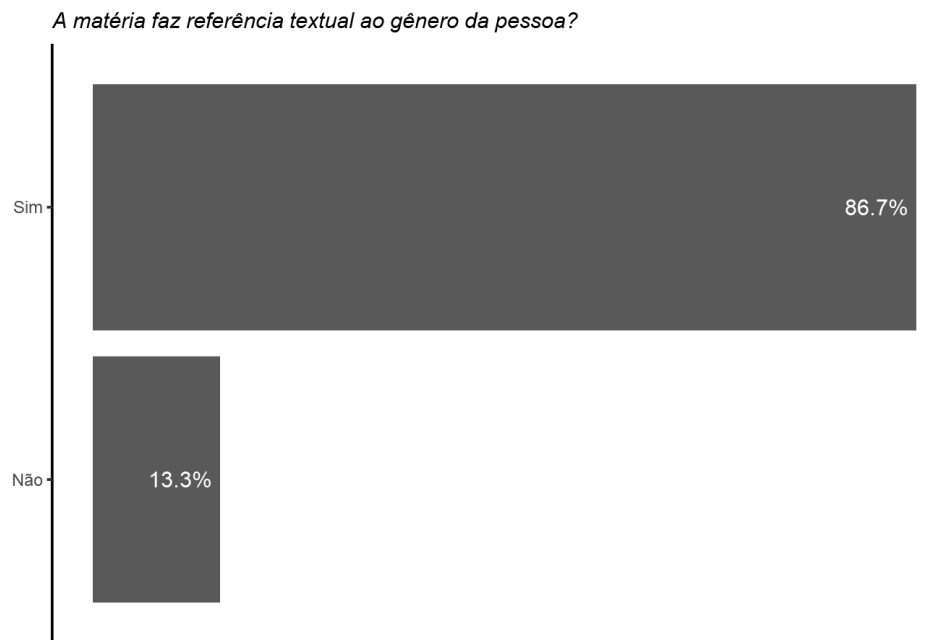
Tendo em vista que a análise de enquadramento jornalístico investiga ênfases e omissões das narrativas, ao definir as variáveis da pesquisa empírica que originou esta tese, pareceu interessante indagar se havia referências textuais nas matérias do Jornal Nacional que abordassem, ainda que em enfoque episódico, os principais aspectos do perfil sociodemográfico da população prisional brasileira.

Portanto, a escolha das variáveis cujos dados são apresentados neste item 3.1 teve como referencial as categorias de perfil cobertas pelo levantamento do Infopen, conforme os gráficos 14 a 23: gênero, faixa etária, escolaridade, estado civil, pessoas com deficiência, nacionalidade, filhos, raça/cor, tipo penal, tempo da pena (BRASIL, 2017).

As variáveis referentes a características dos indivíduos cujos dados estão contidos nos gráficos 15 a 21, neste item 3.1, apresentam resultados similares, que indicam que a imensa maioria das matérias do Jornal Nacional não possuem textualmente, ou seja, em discurso explícito do apresentador ou do repórter, informações detalhadas sobre as pessoas sujeitas à responsabilidade penal. A única exceção, nesse aspecto, é a variável referente a gênero, já que a flexão no uso de artigos, substantivos e adjetivos das falas já é suficiente para a sua identificação em 86,7% das matérias analisadas, conforme indica o gráfico 14.

Quanto aos gráficos 22 e 23, que apresentam dados sobre referências expressas ao tipo penal e ao tempo da pena das pessoas, os resultados são distintos, conforme se verá a seguir.

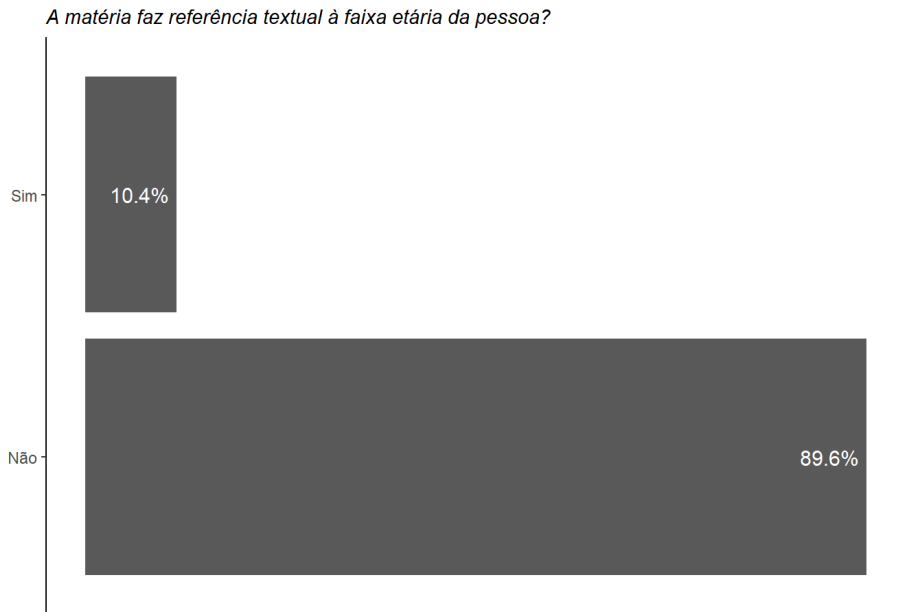
Gráfico 14 - Perfil das Pessoas Sujeitas à responsabilidade penal - Gênero



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

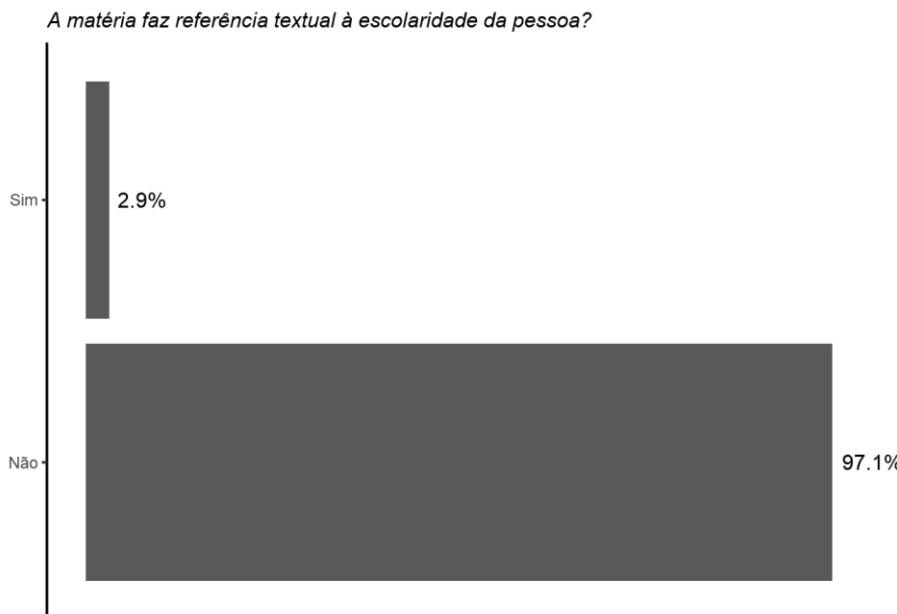
Gráfico 15 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Faixa etária



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

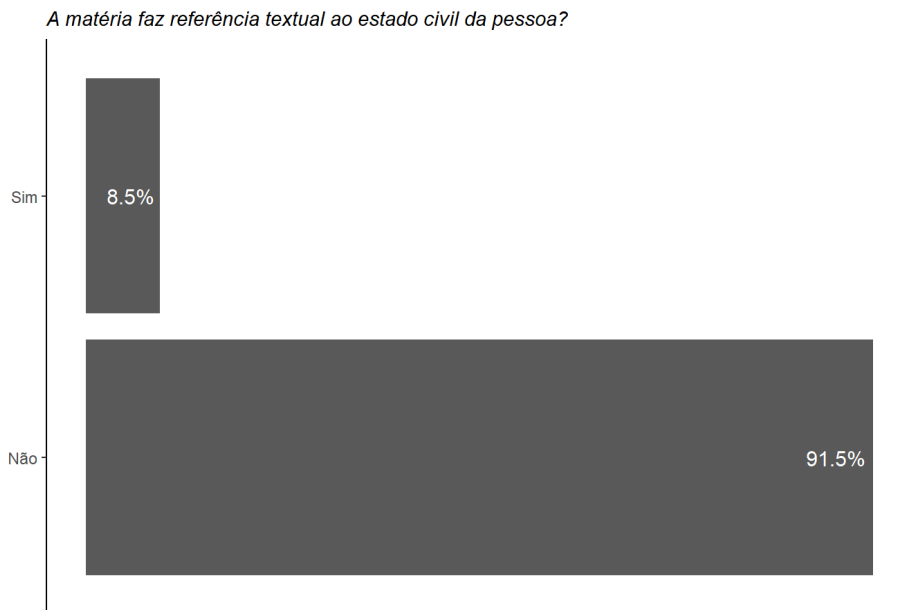
Gráfico 16 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Escolaridade



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

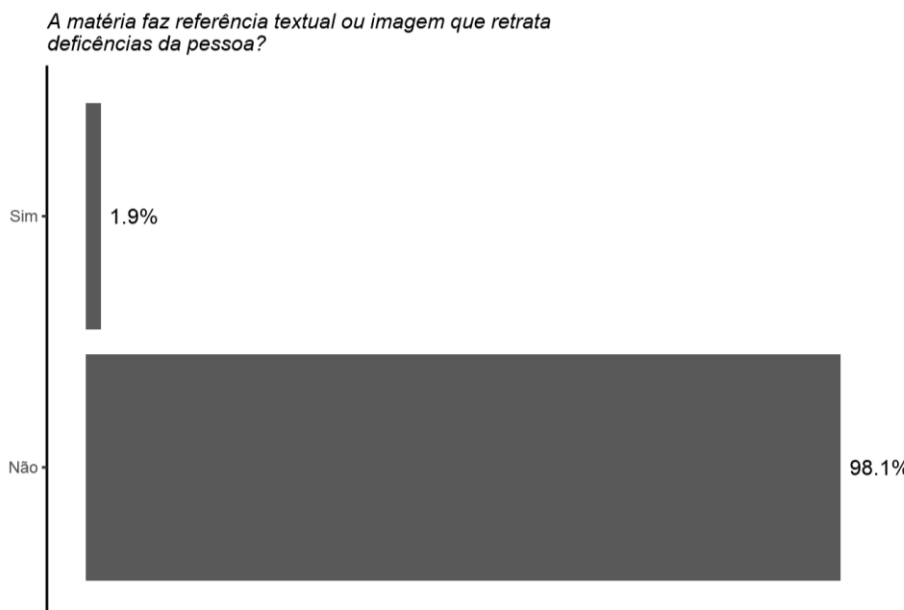
Gráfico 17 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Estado civil



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

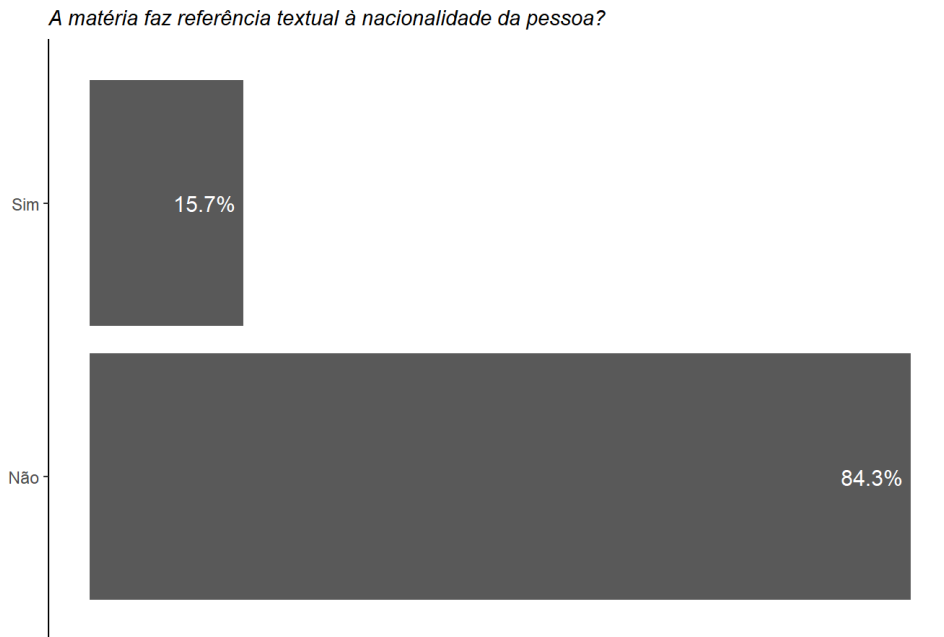
Gráfico 18 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Pessoas com Deficiência



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

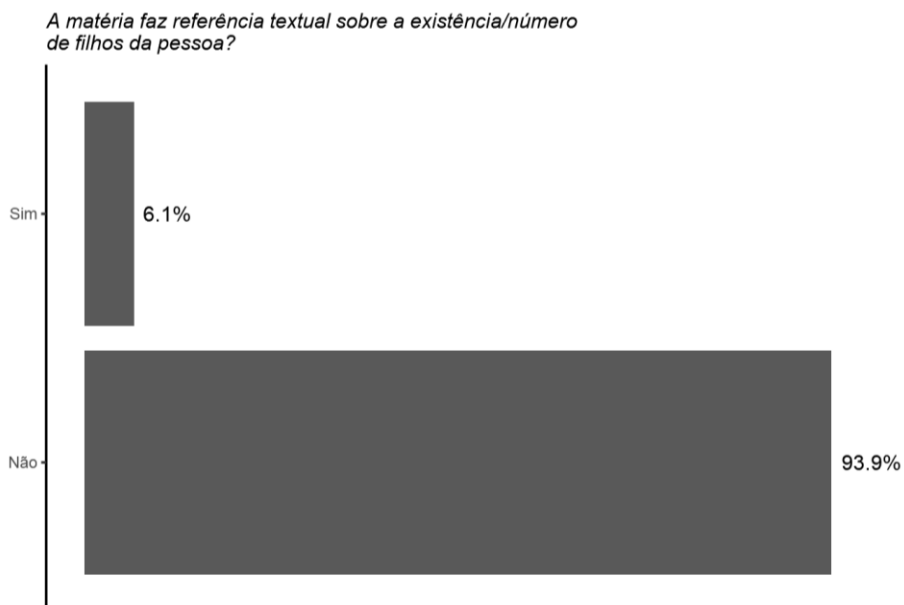
Gráfico 19 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Nacionalidade



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

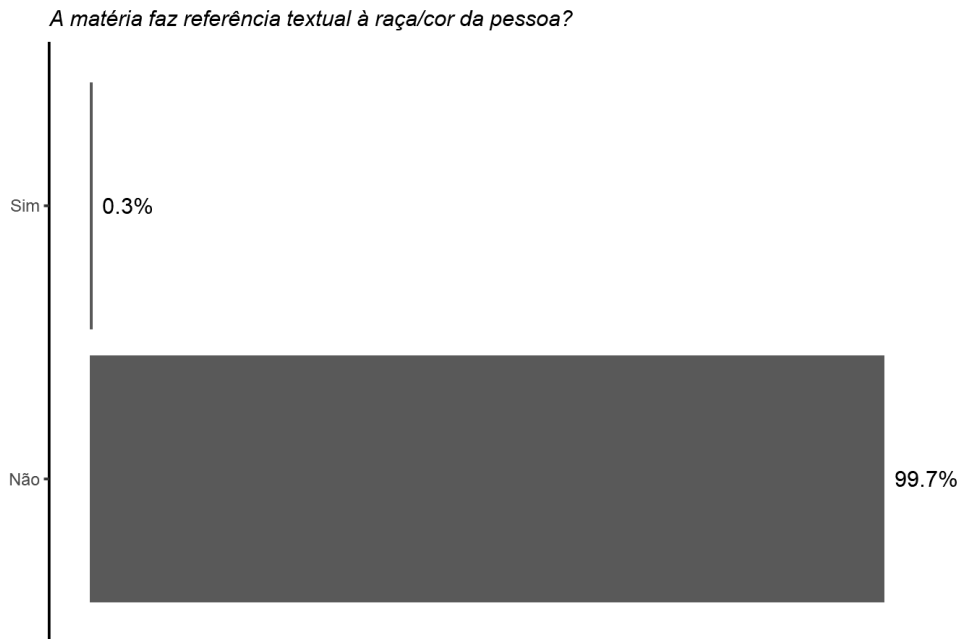
Gráfico 20 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Filhos



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

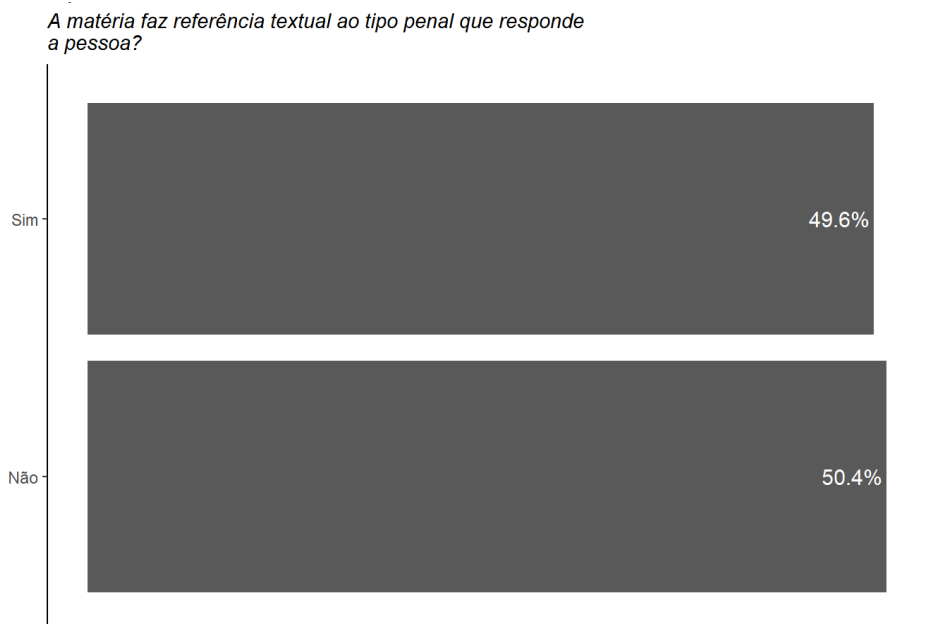
Gráfico 21 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Raça/cor



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 22 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Tipo Penal

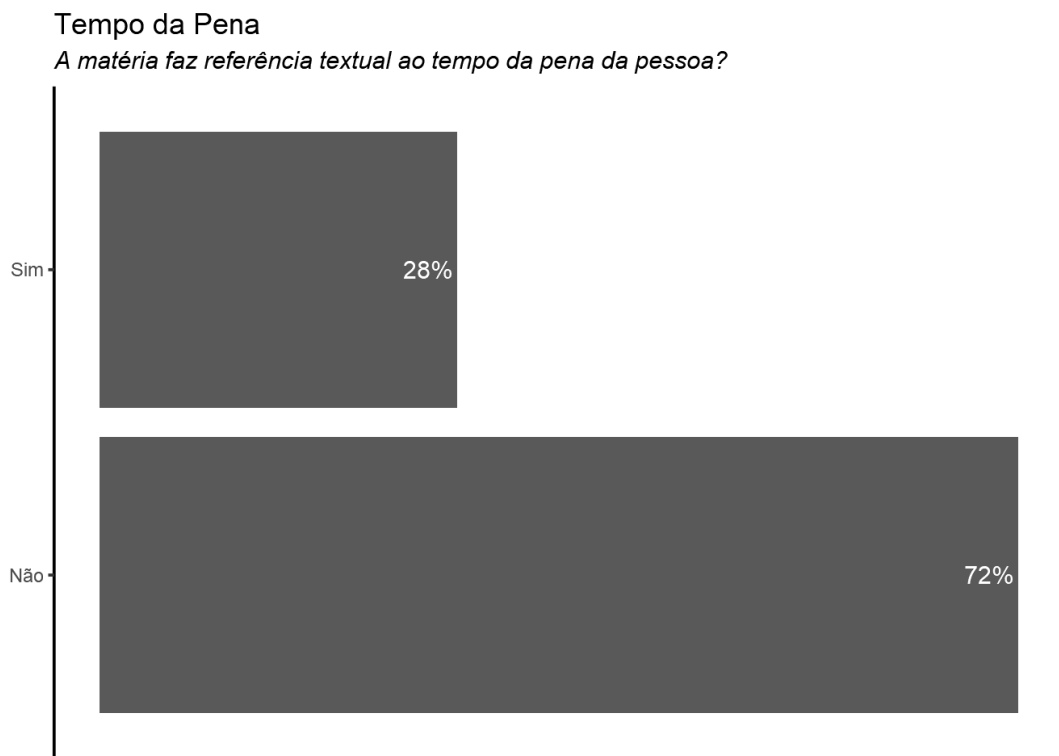


Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

No conjunto de 186 matérias em que há referência ao tipo penal pelo qual responde a pessoa sujeita à responsabilidade penal (49,6% da amostra sobre castigo penal, conforme indicado no gráfico 22), 151 matérias referem-se a sujeitos famosos. Logo, as referências textuais ao tempo da pena estão presentes em 74,7% das matérias sobre sujeitos famosos (151 de 202 matérias) e em 20% das matérias sobre sujeitos comuns (35 de 173 matérias).

Gráfico 23 - Perfil das pessoas sujeitas à responsabilidade penal - Tempo da pena



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

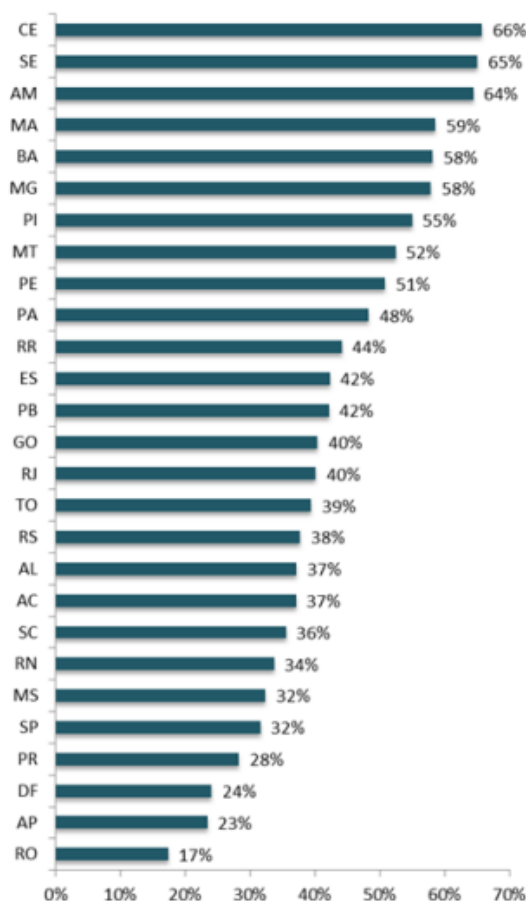
Fonte: Elaboração própria

No conjunto de 105 matérias em que há referência ao tempo da pena da pessoa sujeita à responsabilidade penal (28% da amostra sobre castigo penal, conforme indicado no gráfico 23), 88 matérias referem-se a sujeitos famosos. Logo, as referências textuais ao tempo da pena estão presentes em 43,5% das matérias sobre sujeitos famosos (88 de 202 matérias) e em 9,8% das matérias sobre sujeitos comuns (17 de 173 matérias).

No contexto da representação do tempo da pena, é oportuno lembrar de outro aspecto essencial da população prisional brasileira: o fato de que um percentual muito significativo das pessoas privadas de liberdade está na condição de presos provisórios. Segundo o Infopen, em junho de 2016, 40% das pessoas presas no Brasil não haviam sido ainda julgadas (BRASIL, 2017). Um diagnóstico mais recente, datado de janeiro de 2018, apresenta o percentual de 34,4% - 236,1 mil pessoas⁵³.

Os gráficos a seguir, extraídos do Infopen, indicam a gravidade da situação em todas as unidades federativas brasileiras:

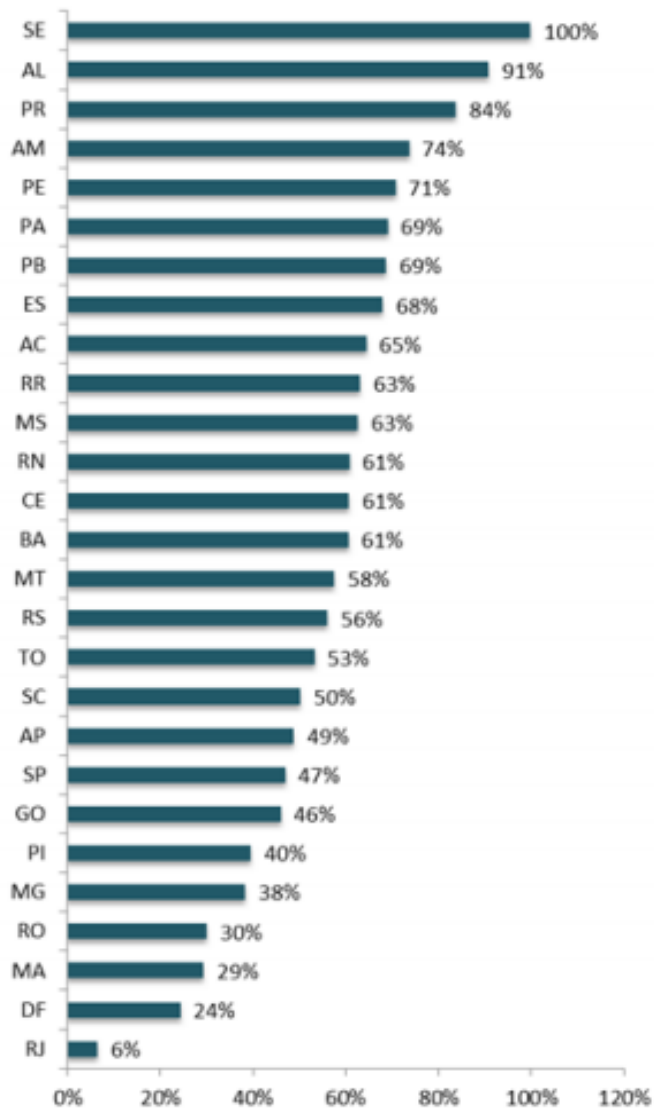
Gráfico 24 - Taxa de presos sem condenação por Unidade da Federação



Fonte: Infopen (BRASIL, 2017)

⁵³ Os dados detalhados, inclusive com infográficos e outras ferramentas interessantes de visualização, podem ser encontrados na página do G1: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/em-um-ano-n-de-presos-provisorios-cai-mas-prisoas-do-pais-seguem-70-acima-da-capacidade.ghtml>

Gráfico 25 - Percentual de presos sem condenação com mais de 90 dias de aprisionamento



Fonte: Infopen (BRASIL, 2017)

Os resultados apresentados no gráfico 25 referem-se aos dados informados por 45% das unidades prisionais brasileiras, as quais possuíam informações sobre o tempo de aprisionamento das pessoas sem condenação sob sua custódia. Tais unidades "concentravam 115.120 presos provisórios e, entre esses, 47% estavam aprisionados há mais de 90 dias, aguardando julgamento e sentença" (BRASIL, 2017, p. 15).

Em que pese a relevância desses dados, a pesquisa empírica que originou esta tese constatou que a questão do percentual de presos provisórios nas unidades prisionais brasileiras é praticamente ignorada na cobertura jornalística do Jornal Nacional sobre o castigo penal. Analisando a transcrição de todas as matérias da amostra, encontra-se a palavra "provisório" como adjetivo referente a estabelecimentos penais, em algumas poucas matérias. Em referência às pessoas privadas de liberdade, a palavra "provisórios" aparece em apenas duas matérias - matérias identificadas como nº 227 e 331 no Anexo I, com enfoque episódico meramente factual.

A única matéria em que há a informação sobre o elevado número de prisões em caráter provisório no Brasil é a matéria nº 231 da amostra, em que o Jornal Nacional narra que o presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais - Condege anunciou um mutirão para rever processos de pessoas privadas de liberdade e disse que "quase a metade da população carcerária no país está presa provisoriamente".

A omissão na abordagem dessa problemática é delicada em um país cujo regime jurídico assegura a presunção de inocência como direito fundamental, previsto no art. 5º, LVII, da Constituição de 1988: "ninguém será considerado culpado até transito em julgado de sentença penal condenatória".

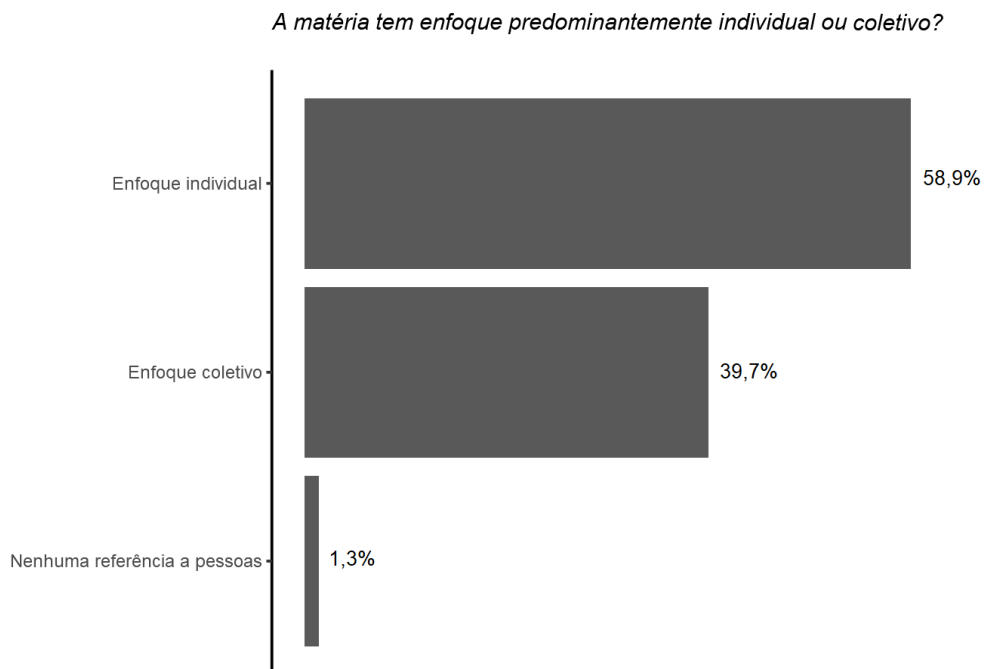
3.2 Elementos discursivos da representação das pessoas

O item 3.2 deste Capítulo trata de elementos discursivos dos textos relativos ao enfoque e à possibilidade de voz das pessoas sujeitas à responsabilidade penal nas matérias, a partir dos dados de 3 variáveis: representação individual ou coletiva das pessoas, denominação das pessoas (pejorativa, neutra ou por nome próprio), representação de opiniões das pessoas.

3.2.1 Representação individual ou coletiva das pessoas

Na variável referente ao enfoque individual ou coletivo da representação das pessoas, verifiquei a predominância do enfoque individual em 58,9% das matérias sobre castigo penal veiculadas no Jornal Nacional no período estudado (221 de 375), conforme indicado no gráfico 26. O enfoque predominantemente coletivo foi identificado em 39,7% das matérias.

Gráfico 26 - Representação das pessoas com enfoque individual ou coletivo



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

Em apenas 5 matérias não foi verificada nenhuma representação das pessoas sujeitas à responsabilidade penal, o que representa 1,3% das matérias sobre castigo penal no período estudado. Esse resultado era esperado, eis que a indicação dos sujeitos é um dos principais elementos da rotina da produção de notícias (ritual dos "5 W" - ***who***, *what*, *when*, *where*, *why*⁵⁴).

3.2.2 Denominação pejorativa, neutra ou por nome próprio das pessoas

A partir da segunda metade do século XX, as rotinas de produção de notícias são influenciadas por uma concepção de que o jornalismo deve "buscar no espírito científico o respeito pelos fatos empíricos e o cuidado para não avançar além daquilo que os fatos permitem ao senso comum inferir" (LAGE, 2006, p. 15).

Defende-se que o "jornalismo independente" é comprometido com um relato objetivo dos acontecimentos e que a influência da subjetividade "não exime o jornalista 'da obrigação de ser o mais objetivo possível', o que significaria 'encarar o fato com distanciamento e frieza', embora não com 'apatia nem desinteresse' (FOLHA DE S. PAULO, 2001).

A objetividade apresenta-se, portanto, como um ritual estratégico, essencial para a legitimidade da prática profissional do jornalismo: "Attacked for a controversial presentation of 'facts', newspapermen invoke their objectivity almost the way a Mediterranean peasant might wear a clove of garlic around his neck to ward off evil spirits"⁵⁵ (TUCHMAN, 1972, p. 660).

No caso do Jornal Nacional, a equipe responsável por sua orientação editorial tentado apresentar, desde 2002, "um discurso organizado de reposicionamento do telejornal em termos de credibilidade e de identidade com os anseios da população". Sustentam a ideia de que há uma responsabilidade social da empresa (Rede Globo) e do telejornal em fazer um jornalismo informativo, de utilidade pública, a partir da "adesão ao profissionalismo e ao 'bom jornalismo', identificado como isento, correto, claro e plural" (GUAZINA, 2011, p. 126).

⁵⁴ (TUCHMAN, 1972, p. 670).

⁵⁵ Tradução livre: "Atacados por uma apresentação polêmica de 'fatos', jornalistas invocam sua objetividade quase como um camponês mediterrâneo poderia usar um dente de alho ao redor do pescoço para afastar os maus espíritos"

Tendo em vista essa perspectiva, na variável referente à denominação das pessoas (pejorativa, neutra ou por nome próprio), o principal objetivo era compreender se a suposta busca por objetividade⁵⁶ no processo de produção de notícias do Jornal Nacional garantia uma denominação neutra das pessoas sujeitas à responsabilidade penal no enquadramento jornalístico das matérias sobre o castigo penal.

No questionamento formulado no tratamento dos dados das matérias, foram listadas algumas opções de termos comuns nessa temática. As expressões "bandido" e "criminoso" foram consideradas pejorativas, tendo em vista que já apresentam as pessoas como responsáveis pela realização de ilícitos penais, mas sem utilizar os termos que seriam adequados conforme a perspectiva jurídica.

As demais expressões identificadas como denominação (em especial, "condenado", "preso", "presidiário", "interno" e "detento") foram consideradas neutras pelo fato de possuírem significado técnico-jurídico, ainda que possam ser consideradas "negativas" em alguns estudos que avaliam valência ou que utilizam referenciais teóricos específicos da linguística e da teoria da comunicação⁵⁷.

Os resultados encontrados foram: as expressões⁵⁸ "bandido" e "bandidos" aparecem em um grupo de 25 matérias e as expressões "criminoso" e "criminosos" aparecem em um grupo de 23 matérias referindo-se às pessoas sujeitas à responsabilidade penal.

Não foram consideradas na contagem as matérias em que as expressões aparecem referindo-se a grupos e não diretamente a pessoas. Portanto, expressões como "facção criminosa", "organização criminosa" e "grupo criminoso" não foram contabilizadas nos resultados dessa variável.

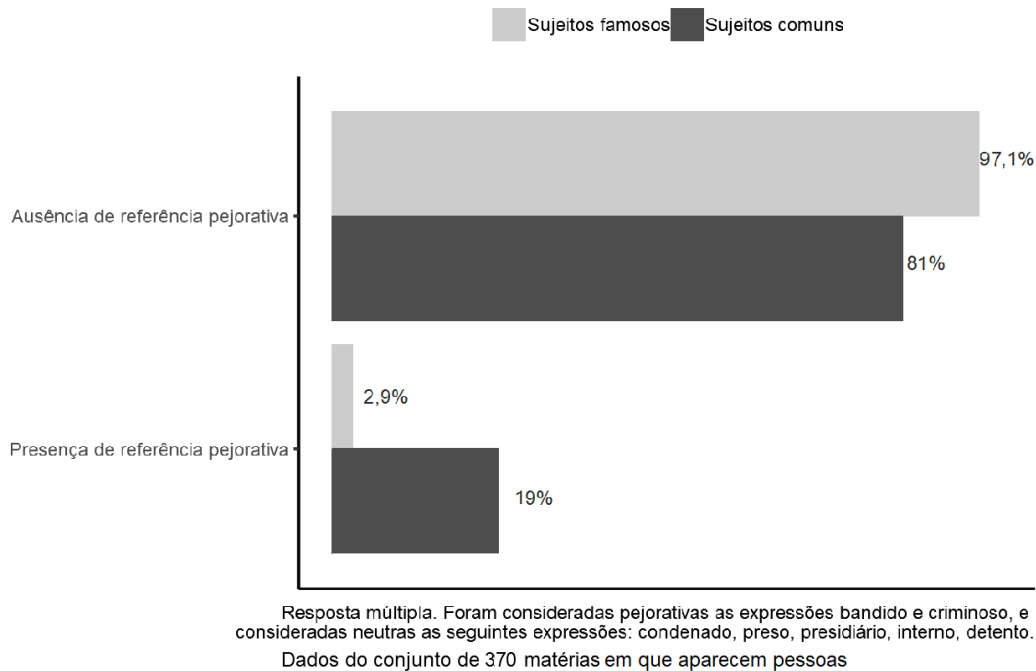
Como 10 matérias são de interseção, ou seja, estão contidas nesses dois grupos (referência a "bandido/bandidos" e também referência a "criminoso/criminosos", pode-se afirmar que há denominação pejorativa das pessoas sujeitas à responsabilidade penal em 38 matérias analisadas na pesquisa.

⁵⁶ Essa suposta busca por objetividade sofre duras críticas na teoria da comunicação: (MORETZSOHN, 2002).

⁵⁷ É ilustrativo o estudo empírico de Welliton Silva, que busca identificar o "potencial de violência simbólica" do modo como os "suspeitos" são mencionados e retratados por imagens nas notícias (SILVA, 2009).

⁵⁸ Não apareceu nenhuma ocorrência no feminino, ou seja, "bandida" ou "bandidas", "criminoso" ou "criminosas".

Gráfico 27 - Denominação pejorativa das pessoas



Fonte: Elaboração própria

Os resultados expostos no gráfico 27 são interessantes. Embora a imensa maioria das matérias não faça referência textual pejorativa à pessoa (apenas 38 matérias do total de 370 matérias em que há referência textual a pessoas), vale notar que praticamente todas as ocorrências de denominação pejorativa ocorreram em matérias sobre sujeitos comuns. Foram identificadas na amostra da pesquisa 32 matérias sobre sujeitos comuns em que aparece alguma forma de denominação pejorativa (19% de 168⁵⁹) e apenas 6 matérias sobre sujeitos famosos com denominação pejorativa (2,9% de 202 matérias).

Além disso, é importante destacar que, no pequeno grupo de 6 matérias sobre sujeitos famosos identificadas com ocorrências nessa variável, a denominação pejorativa só aparece como

⁵⁹ A referência aqui é de 168 matérias (e não de 173, que é o conjunto total de matérias sobre sujeitos comuns da amostra) porque estão excluídas as 5 matérias em que não há referência textual a pessoas. Isso porque o conjunto de 370 matérias em que há referência textual a pessoas sujeitas à responsabilidade penal é formado pelas 202 matérias sobre sujeitos famosos e por 168 matérias sobre sujeitos comuns.

referência às pessoas consideradas "sujeitos famosos" em 2 matérias: as matérias identificadas como nº 136 e nº 319 no Anexo I.

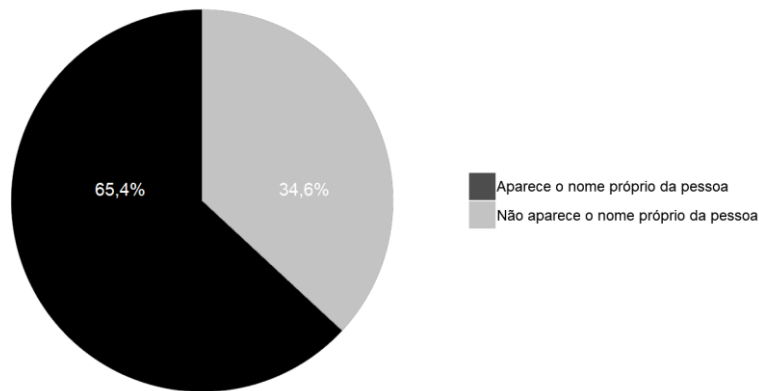
A matéria nº 136, de 09/01/2016, apresenta a narrativa do Jornal Nacional sobre o anúncio do Governo Mexicano de que extraditaria para os Estados Unidos o traficante mexicano "El Chapo" (cujo nome próprio, Joaquín Guzmán, não aparece no texto), identificado como chefe do cartel de Sinaloa. Nessa matéria, ao relatar a história da fuga e da recaptura de "El Chapo", é utilizada a expressão "criminoso", no trecho em que é abordado o fato de que Guzmán tinha interesse em ter sua narrativa de vida representada também pela própria voz: "os investigadores (...) descobriram que El Chapo queria gravar um filme sobre a própria história. Ele chegou a entrar em contato com atores e produtores, o que acabou ajudando a localizar o criminoso".

Na outra ocorrência, matéria nº 319, o Jornal Nacional informa que o político Geddel Vieira Lima (ex-ministro do Governo de Michel Temer) é chamado de "criminoso em série" no pedido de prisão formulado por um membro do Ministério Público.

Nas outras 4 matérias sobre sujeitos famosos em que foram identificadas as denominações pejorativas "bandidos" e "criminosos" (matérias nº 195, 288, 118 e 374), tais expressões aparecem, na verdade, como uma referência a outras pessoas (inclusive em falas dos próprios acusados), ou seja, não são utilizadas em detrimento dos sujeitos famosos.

Em análise minuciosa dos textos transcritos, cuja íntegra está disponível no Anexo IV, aparecem pontualmente outras expressões pejorativas, não nos discursos dos apresentadores ou repórteres, mas em falas de fontes consultadas pelas matérias, foram: "delinquente" (matéria nº 43), "marginais" e "elemento" (matéria nº 163), "bandidagem" (matéria nº 350).

Gráfico 28 - Uso do nome próprio das pessoas



Dados do conjunto de 370 matérias em que aparecem pessoas

Fonte: Elaboração própria

No conjunto de 242 matérias em que aparece o nome próprio da pessoa sujeita à responsabilidade penal (65,4% do total de 370 matérias em que aparece referência textual a pessoas), 197 matérias referem-se a sujeitos famosos.

Os dados apontam uma significativa anonimização dos sujeitos comuns sujeitos à execução penal, pela forma como são representados nas narrativas jornalísticas. Em apenas 45 matérias sobre sujeitos comuns tais pessoas são referenciadas com nomes próprios. Logo, não há qualquer citação de nomes próprios de pessoas sujeitas à responsabilidade penal em 73% das matérias sobre a realidade de sujeitos comuns. Esse percentual considera como referencial apenas as matérias em que aparece referência textual a pessoas (ou seja, a contagem é de 123 das 168 matérias sobre sujeitos comuns).

Mesmo em matérias em que o principal fato noticioso refere-se a uma ou duas pessoas, como casos de fuga, ferimentos graves ou mesmo morte, verificou-se que o Jornal Nacional, via de regra, não cita o nome próprio dessas pessoas. Nesse sentido, a omissão da cobertura quanto aos nomes de pessoas assassinadas sob a custódia do Estado pareceu uma questão tão importante que decidi explorar em variável específica da pesquisa, conforme resultados apresentados no gráfico 47, no item 4.1.6 do Capítulo 4.

Em contrapartida, nas matérias sobre sujeitos famosos, os nomes próprios das pessoas estão presentes em 97,5% das matérias (197 de 202 matérias). As cinco exceções em que os nomes próprios não aparecem tratam de um caso em que a pessoa envolvida é adolescente, e portanto tem sua identidade resguardada por sigilo legal, além de alguns casos em que a notoriedade está relacionada a determinada peculiaridade circunstancial.

Ainda sobre denominação e uso de nomes próprios, é um achado significativo da pesquisa o fato de que, em algumas matérias, os repórteres e apresentadores utilizam apenas um codinome ao fazer referência a alguns personagens das narrativas jornalísticas, como uma espécie de "apelido do crime" (matérias nº 73, 135, 136, 166, 250, 329, 333, 350 e 353).

Na matéria nº 73, o Jornal Nacional relata que "os traficantes Marcinho VP e Elias Maluco administram a facção" dando ordens de dentro da prisão. É citada uma terceira pessoa, denominada na matéria como "traficante Criam", ou seja, também por um apelido. Uma fonte afirma que "eles atuam como se fosse um verdadeiro escritório do crime dentro da prisão". A naturalização dos apelidos é tamanha que o texto da matéria chega a utilizar "Elias Maluco" como se fosse o nome da pessoa, ao se referir a um termo que, na verdade, é um segundo apelido: "a polícia diz que o traficante entregou parte do dinheiro à família do 22, apelido de Elias Maluco".

Na matéria nº 135, o nome da pessoa sujeita à responsabilidade penal, Joaquin Guzmán, aparece no anúncio oficial do Presidente do México, sem nenhuma referência a codinome/apelido. Na matéria seguinte da amostra, nº 136, o texto dos jornalistas do Jornal Nacional refere-se apenas ao apelido "El Chapo", sem o nome próprio da pessoa.

Na matéria nº 166, uma das pessoas sujeitas à responsabilidade penal é apresentada apenas como um traficante de apelido "Pelé" e outra pessoa é apresentada pelo nome próprio: "Valdeci Francisco da Costa, conhecido como Doutor ou C.I., foi preso na cidade de Monte Mor".

Nas matérias nº 329, 333, 350 e 353, algumas das pessoas sujeitas à responsabilidade penal são apresentadas apenas pelo codinome e outras são apresentadas pelo nome próprio: "Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP"; "Marcelo Santos das Dores, o Menor P"; "Antonio Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha".

O uso de apelidos (como opção do enquadramento jornalístico) é um dos recursos retóricos do processo de estigmatização de pessoas sujeitas à responsabilidade penal nas narrativas jornalísticas, reiterando preconceitos. As narrativas jornalísticas reduzem as possibilidades de se criarem espaços de superação, em especial quanto à figura do traficante varejista de drogas, apropriada pela grande imprensa como uma figura inimiga (FELIX; VIANNA, 2015)

Sobre o personagem "traficante" como inimigo público nº 1 e a contradição entre a glamourização de poucos e a vulnerabilidade de muitos, é didática a reflexão de Beatriz Vargas Ramos, ao discutir a política de guerra às drogas:

O proibicionismo cria e apresenta como fato a prisão do traficante, os números da prisão, como demonstrativos de sua eficiência no cumprimento da promessa de livrar a sociedade do perigo da droga e, sobretudo, daquele que representa a encarnação desse perigo, o traficante, não raro nomeado “inimigo público nº 1”. Se o business das drogas promove alguma forma de inclusão de alguns, tendo em vista a alta rentabilidade da mercadoria e a compatibilidade do negócio ao modelo liberal produtivista, tem outra face, a face perversa da exclusão, que atinge um número muito maior de pessoas. O sistema punitivo alcança exatamente a população excluída (no sentido sócio-econômico) que forma a imensa maioria dos encarcerados e dos mortos nessa 'guerra'. (...) A política criminal de combate às drogas não tem influído de forma importante na redução de sua circulação e consumo, ao contrário, o que se vê é o incremento da oferta e da demanda. (...) À permanência do fenômeno, o proibicionismo responde que a vitória ainda não foi alcançada, porque a guerra não começou de verdade. Promete mais recursos, mais armas, mais polícia, mais tecnologia, mais encarceramento, mais leis, mais eficiência, mais velocidade. Acelera-se o tempo da persecução penal e são removidos entraves processuais à rapidez dos julgamentos e à punição dos traficantes. Entra em cena o superdireitopenal – personagem central do espetáculo da eficiência do sistema criminal (REZENDE, 2011).

O padrão narrativo que personaliza a violência na figura do traficante contribui para a legitimação da seletividade do sistema penal, conforme explora o estudo empírico sobre a cobertura midiática de episódios envolvendo dois desses personagens: Elias Pereira da Silva, conhecido como "Elias Maluco", condenado pela morte do jornalista Tim Lopes; Celso Pinheiro Pimenta, conhecido como "Playboy". Conclui o estudo:

Afastados da vivência e da experiência dos fatos, os jornalistas acabam reproduzindo os juízos provisórios hierarquicamente determinados, situação que resulta na inibição da práxis e da imaginação criadora. Assim, a perseguição a indivíduos considerados como inimigos do estado, associados a favelas, são justificadas pelos jornais a partir de narrativas que endereçam exclusivamente a responsabilidade pela violência a estes traficantes. A aproximação com um discurso que se fundamenta somente em fontes oficiais torna as reportagens cada vez mais homogêneas e consensuais. O resultado é a legitimação da atuação das forças policiais, que passam a ser vistas como um bem comum para todas as classes sociais, ainda que sua ação se restrinja a territórios pobres, os únicos identificados com o tráfico. A noção de progresso, associada à incursão em favela e à captura de traficantes pelo Estado, é apresentada como única alternativa decente para garantir a segurança na cidade do Rio de Janeiro (FELIX; VIANNA, 2015, p. 134).

3.2.3 Representação de opiniões das pessoas

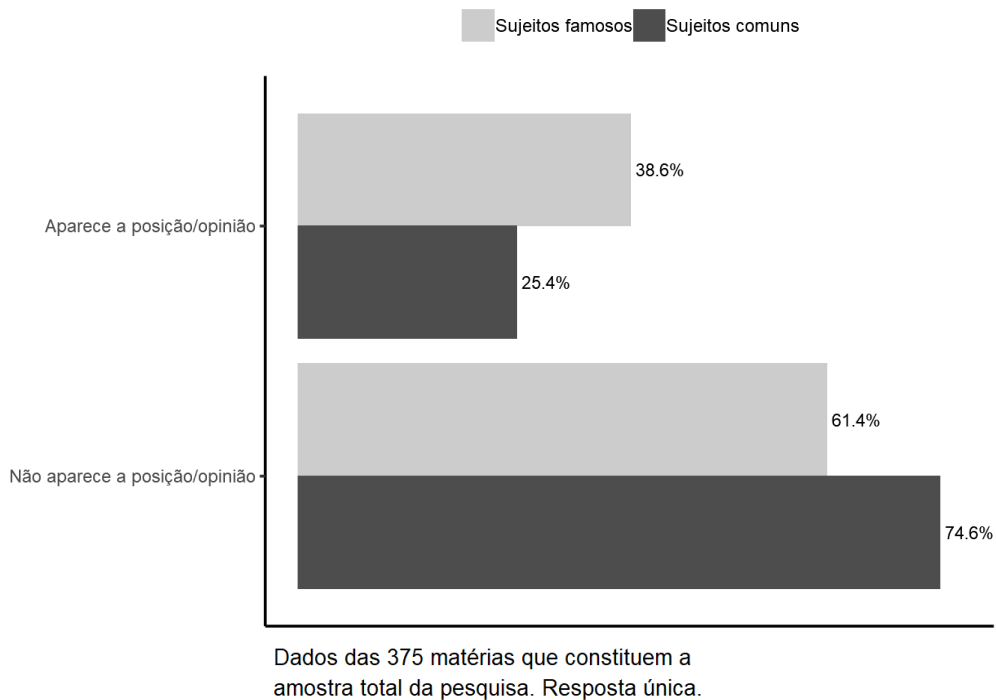
A objetividade como um ritual estratégico de legitimação da prática jornalística, conforme abordado no item 3.2.2 deste Capítulo 3, está bastante relacionada a uma suposta imparcialidade do fazer jornalístico de diferentes veículos midiáticos (pluralismo externo), com o compromisso de "reportar as notícias de forma equilibrada" quanto a diferentes pontos de vista sobre os fatos (pluralismo interno). No entanto, especialistas que estudam as relações entre a comunicação e a política apontam, em perspectiva crítica, os limites do pluralismo midiático nas democracias liberais, construídas em torno de um consenso básico em que vozes dissidentes ou desviantes não precisam ser consideradas (MIGUEL; BIROLI, 2010) (SOARES, 2011).

Robert Hackett afirma que a suposta busca por uma reprodução "imparcial" da realidade é uma perspectiva insuficiente para explicar os processos de produção interpretativa desencadeados pelos meios de comunicação. Ao analisar as práticas do jornalismo televisivo, considera os conceitos de imparcialidade e objetividade "uma parte essencial do trabalho ideológico da televisão". (HACKETT, 1993, p. 126).

Nesse sentido, tendo em vista que os sujeitos importam, na análise de resultados da variável sobre representação de opiniões das pessoas sujeitas à responsabilidade penal, decidi avaliar os dados em formato comparativo entre dois grupos: matérias sobre sujeitos famosos e matérias sobre sujeitos comuns, conforme indica o gráfico 29, a seguir.

Além disso, busquei identificar os emissores das vozes nas matérias em que aparece de alguma forma tal posição/opinião, ou seja, se as pessoas sujeitas à responsabilidade penal têm voz própria ou têm sua voz (supostamente) apresentada por intermediários. Os resultados apresentados no gráfico 30 são bastante reveladores do silenciamento produzido pelo enquadramento do Jornal Nacional, conforme se discute a seguir, nesta tese.

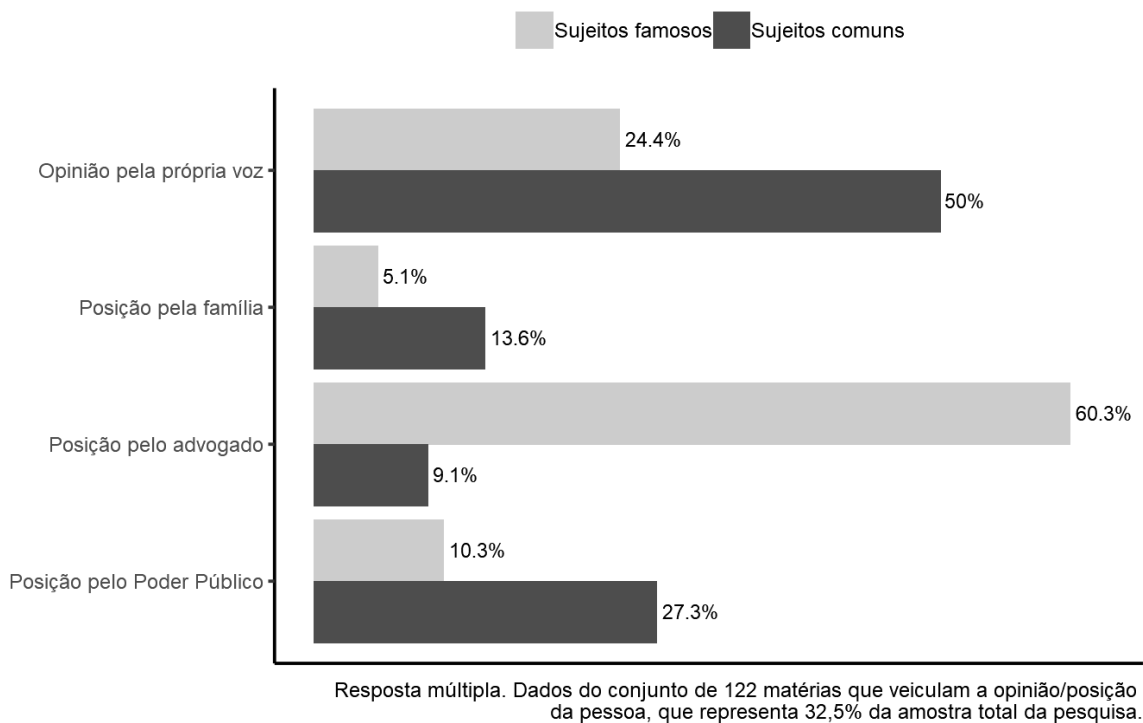
Gráfico 29 - Presença de opinião/posicionamento da pessoa sujeita à responsabilidade penal



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 29 indica que as vozes das pessoas sujeitas à responsabilidade penal parecem não se adequar bem ao “espaço da controvérsia legítima” em que se move a prática cotidiana do Jornal Nacional como veículo jornalístico (MIGUEL; BIROLI, 2010). No conjunto total de 375 matérias analisadas, é inexistente a posição/opinião das pessoas sujeitas à responsabilidade penal em 253 matérias. Isso significa que sua versão ou avaliação sobre os fatos noticiados é omitida em 67,4% da cobertura jornalística sobre o castigo penal.

Além disso, dentro do minoritário grupo de matérias em que essa posição/opinião aparece, a oportunidade de sujeitos famosos expressarem sua opinião/posição sobre determinado fato relacionado à execução de sua pena é pelo menos 50% mais frequente do que a oportunidade de sujeitos comuns se expressarem. Ao longo do período de três anos estudado, sujeitos famosos tiveram sua opinião/posição de alguma forma apresentada em 38,6% das matérias, ainda que com emissores intermediários, conforme demonstrarão os dados do gráfico 30, a seguir. No caso dos sujeitos comuns, sua opinião/posição foi (supostamente) apresentada em apenas 25,4% das matérias analisadas nesta pesquisa empírica.

Gráfico 30 - Emissor de opinião/posicionamento da pessoa sujeita à responsabilidade penal

Fonte: Elaboração própria

Os resultados do gráfico 30, quando analisados em conjunto com os resultados do gráfico 29, expõem a enorme dimensão do silenciamento da opinião/voz dos sujeitos comuns sujeitos à execução penal. Esse silenciamento varia de 74,6% a 82,7% das matérias, a depender dos critérios de análise utilizados, conforme descrito a seguir.

O pequeno percentual de 25,4% de matérias sobre sujeitos comuns em que aparece a opinião/posição da pessoa sujeita à responsabilidade penal (44 matérias), indicado no gráfico 29, cai ainda mais, para 17,3%, se excluirmos da contagem as 14 matérias⁶⁰ em que o Poder Público é quem emite a suposta opinião/posição da pessoa. No cenário de graves violações de direitos e problemas de gestão em que se encontra o sistema prisional brasileiro, é bastante delicado tomar como fidedigna uma versão estatal do que seria a opinião/posição das pessoas sujeitas à responsabilidade penal.

⁶⁰ Tais 14 matérias estão contabilizadas no gráfico 28 em percentual que utiliza como referencial de 100% o total de ocorrências, o qual é maior do que o número de matérias da amostra, já que nessa variável foram admitidas mais de uma resposta para o mesmo questionamento - resposta múltipla.

Além disso, a significativa predominância da voz do advogado nos casos de sujeitos famosos (ocorrência 6 vezes mais frequente do que nos casos de sujeitos comuns) pode ser um indício interessante sobre a diferença do tratamento discursivo conferido pelo Jornal Nacional diante das condições de acesso à justiça desses distintos grupos de pessoas. Ainda que na maioria dos casos os sujeitos comuns não tivessem advogado atuante e disponível para ser consultado como fonte da matéria (o que posso supor hipoteticamente, embora não seja aferível nesta pesquisa), é notório que atualmente a Defensoria Pública possui competência legal e capacidade institucional para falar sobre a realidade da execução penal em defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade.

Diante desses resultados, é interessante refletir sobre as possibilidades de um pluralismo midiático social, que ultrapassaria os limites do pluralismo político, abrindo "espaço à disseminação de visões de mundo associadas às diferentes posições na estrutura social, que são a matéria-prima na construção das identidades coletivas " (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 64).

3.3. Imagens das pessoas

Em pesquisa do CESeC voltada à cobertura do jornalismo impresso sobre segurança pública, cuja metodologia serviu de inspiração para algumas opções do estudo apresentado nesta tese, verificou-se que a pessoa suspeita aparece como foco principal da foto em 25,6% das imagens analisadas, o que significa quase o dobro de vezes em que o foco principal é a cena do local do crime (15,6%) ou as vítimas (15,5%) (RAMOS; PAIVA, 2007).

Nesse sentido, na definição de variáveis da pesquisa empírica que originou esta tese, estava claro que as escolhas relativas às imagens das pessoas sujeitas à responsabilidade penal são essenciais no enquadramento jornalístico de cada uma das matérias objeto de estudo.

Neste item 3.3 do Capítulo 3, apresento os resultados de 4 variáveis relativas às imagens que aparecem nas matérias: cor/raça dos corpos, nudez dos corpos, subjugação corporal e aspectos de "periculosidade" na representação das pessoas sujeitas à responsabilidade penal. A relevância dos resultados dessas variáveis decorre da centralidade dos recortes de raça e classe no funcionamento seletivo do controle penal, objeto de extensas reflexões na Criminologia Crítica, marco teórico da pesquisa, e de diversos estudos empíricos recentes, conforme se verá a seguir.

A comparação sobre raça/cor da população do sistema prisional e os dados gerais da população brasileira indica que o percentual de pessoas negras privadas de liberdade no Brasil é significativamente superior ao percentual geral de pessoas negras da sociedade:

Gráfico 31 - Raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade e da população total

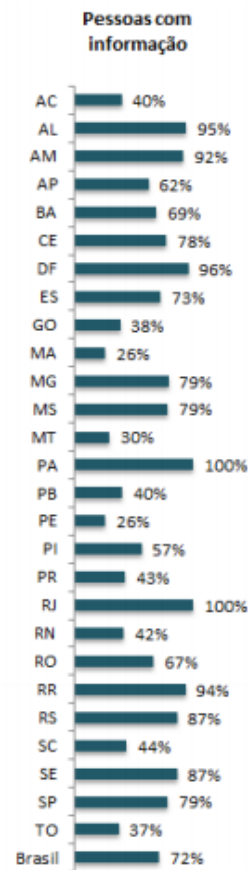


Fonte: Infopen (BRASIL, 2017)

Ainda segundo o Relatório Infopen 2016, em 13 estados brasileiros o número de pessoas negras ultrapassa o percentual de 80% da população prisional, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 2 - Raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade por UF

UF	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Outras
AC	5%	95%	0%	0%	0%
AL	20%	80%	0%	0%	0%
AM	16%	84%	0%	0%	1%
AP	9%	91%	1%	0%	0%
BA	11%	89%	0%	0%	0%
CE	15%	84%	1%	0%	0%
DF	17%	82%	1%	0%	0%
ES	19%	78%	3%	0%	0%
GO	21%	79%	0%	0%	0%
MA	15%	84%	1%	0%	0%
MG	28%	71%	2%	0%	0%
MS	35%	62%	0%	1%	1%
MT	26%	74%	0%	0%	0%
PA	14%	83%	2%	0%	1%
PB	22%	77%	0%	0%	0%
PE	13%	83%	1%	0%	3%
PI	16%	84%	0%	0%	0%
PR	66%	33%	0%	0%	0%
RJ	26%	72%	0%	0%	3%
RN	27%	72%	0%	0%	0%
RO	21%	77%	1%	0%	0%
RR	12%	81%	0%	3%	4%
RS	68%	30%	0%	0%	2%
SC	56%	42%	1%	0%	0%
SE	11%	86%	2%	0%	1%
SP	44%	56%	0%	0%	0%
TO	19%	78%	3%	0%	0%
Brasil	35%	64%	1%	0%	1%



Fonte: Infopen (BRASIL, 2017)

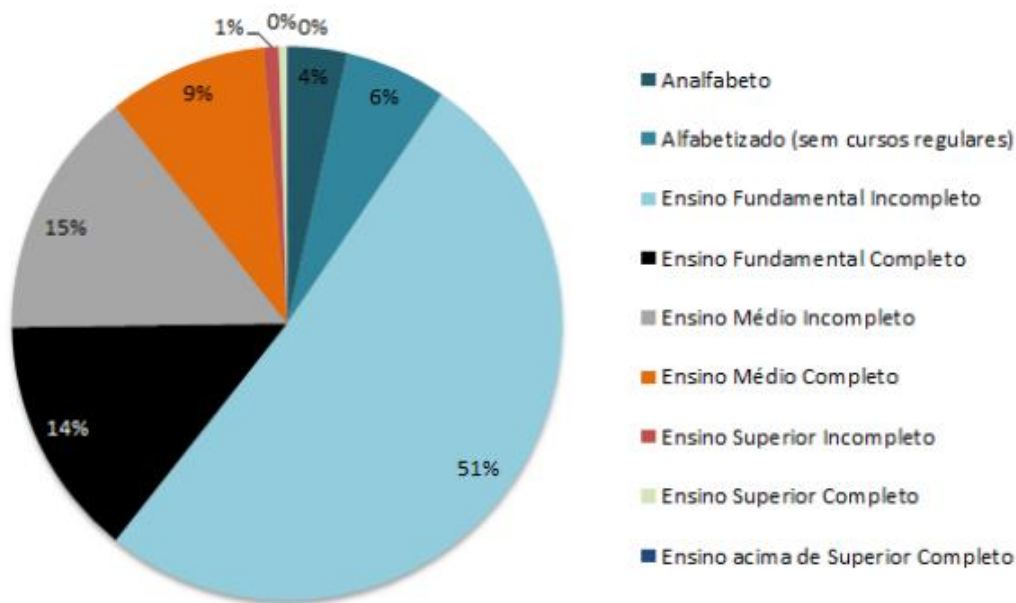
A comparação de dados sobre escolaridade da população do sistema prisional, contidos no Relatório Infopen 2016, e os dados gerais da população brasileira, contidos em estudo da OCDE (MAIS, 2018), indica também com clareza a condição de vulnerabilidade das pessoas privadas de liberdade. Enquanto os dados gerais da população brasileira indicam um percentual de 52% de pessoas que não concluíram o ensino médio (o que lamentavelmente já posiciona o

Brasil muito abaixo da média de escolaridade do conjunto de países da OCDE), os dados da população prisional indicam o impressionante percentual de 90% de pessoas que não possuem ensino médio completo (BRASIL, 2017).

Além disso, em alguns estados brasileiros, o índice de analfabetismo de pessoas privadas de liberdade é bastante significativo, chegando a mais de 20% em Alagoas e no Rio Grande do Norte (BRASIL, 2017).

O gráfico 32 detalha a condição de baixíssima escolaridade das pessoas privadas de liberdade, em cujo universo 61% não completou o ensino fundamental e mais de 75% sequer conseguiu começar o ensino médio:

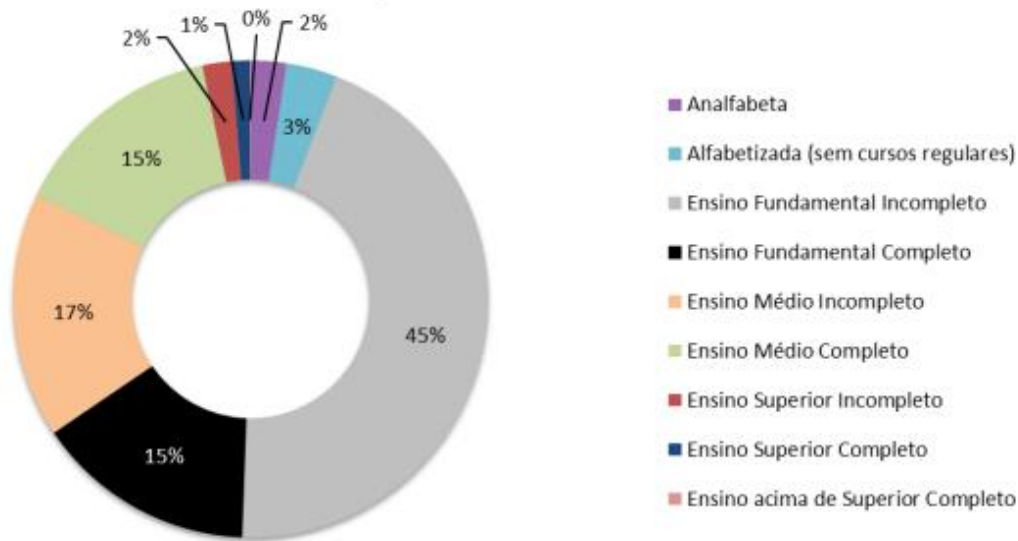
Gráfico 32 - Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil - Dados gerais



Fonte: Infopen (BRASIL, 2017)

No caso específico das mulheres privadas de liberdade, 50% não terminou o ensino fundamental e 66% não conseguiu acesso ao ensino médio nem mesmo para iniciá-lo. Conforme demonstram os dados do gráfico 33, a seguir, totaliza 82% o percentual de presas que não tem ensino médio completo:

Gráfico 33 - Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil - Dados das mulheres



Fonte: Infopen Mulheres (BRASIL, 2018)

Segundo um estudo da OCDE, as pessoas com baixa escolaridade, que não concluíram o ensino médio, "enfrentam não apenas dificuldades no mercado de trabalho, com menores salários, mas também têm competências cognitivas - memória, habilidades motoras, atenção, entre outras - bem inferiores às das pessoas que possuem essa formação" (MAIS, 2018).

Quando observadas as duas condições abordadas neste Capítulo, baixa renda e cor/raça negra, a vulnerabilidade social de uma pessoa é profundamente agravada. Segundo o IBGE constatou em 2016, o número médio de anos de estudo varia bastante conforme a cor/raça do brasileiro. São 9 anos de estudo para as pessoas brancas e 7,1 anos para as pessoas de cor preta ou parda. O acesso à universidade também é muito menor para os negros. É de 22,2% o percentual de pessoas brancas que possuem diploma de nível superior e de apenas 8,8% (menos da metade) o percentual de pessoas pretas ou pardas que conseguiram terminar um curso de graduação. São marcantes as relações entre os recortes de cor/raça, renda e escolaridade da população. Conforme afirma Helena Monteiro, técnica do IBGE: "As pessoas brancas historicamente sempre tiveram

mais acesso a educação. O rendimento das pessoas brancas é historicamente muito maior, então eles acabam tendo mais oportunidade.” (METADE, 2017).

Nesse cenário, é relevante o impacto da desigualdade racial quanto à violência letal e ao exercício do controle penal, que aparece em diagnósticos de diversos estudos empíricos:

É o caso do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, ano base 2015, que demonstrou que o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que o de um jovem branco.

Já o Anuário Brasileiro de Segurança Pública analisou 5.896 boletins de ocorrência de mortes decorrentes de intervenções policiais entre 2015 e 2016, o que representa 78% do universo das mortes no período, e, ao descontar as vítimas cuja informação de raça/cor não estava disponível, identificou que 76,2% das vítimas de atuação da polícia são negras.

A conclusão é que a desigualdade racial no Brasil se expressa de modo cristalino no que se refere à violência letal e às políticas de segurança. Os negros, especialmente os homens jovens negros, são o perfil mais frequente do homicídio no Brasil, sendo muito mais vulneráveis à violência do que os jovens não negros. Por sua vez, os negros são também as principais vítimas da ação letal das polícias e o perfil predominante da população prisional do Brasil. Para que possamos reduzir a violência letal no país, é necessário que esses dados sejam levados em consideração e alvo de profunda reflexão. É com base em evidências como essas que políticas eficientes de prevenção da violência devem ser desenhadas e focalizadas, garantindo o efetivo direito à vida e à segurança da população negra no Brasil (IPEA, 2018).

Os criminólogos apontam, portanto, que o exercício de poder do sistema penal tem uma tradição seletiva e hierarquizadora que opera em uma estrutura social onde ainda permanece a herança escravocrata, aliada aos fenômenos inerentes ao capitalismo tardio (BATISTA, 2003).

Diante desse contexto, um dos principais resultados da pesquisa apresentada nesta tese é a total omissão da cobertura do Jornal Nacional quanto à relevância da questão racial e da desigualdade de renda na realidade do sistema prisional brasileiro. E a expressão "total omissão" não é exagero retórico. Em nenhuma matéria do período pesquisado referente à realidade brasileira apareceu qualquer das seguintes palavras: "racismo", "raça", "racial", "negro", "negra", "desigualdade", "desigual", "renda", "pobre", "pobreza", "analfabeto", "analfabetismo" ou "escolaridade".

Em contraste com todos os diagnósticos oficiais e estudos empíricos de abrangência nacional que destacam a questão da desigualdade de renda e do racismo como problemas estruturais do funcionamento do controle penal no Brasil, no conjunto de mais de 17 mil matérias de 938 edições do maior telejornal do país, entre 2014 e 2017, as duas únicas matérias sobre castigo penal em que aparece a palavra "negro" (ou "negra") - matérias nº 122 e 230 da amostra -

tratavam da realidade dos Estados Unidos. Na matéria nº 122, apareceu também a palavra "pobreza", totalmente ausente das matérias sobre a realidade brasileira.

A matéria identificada na amostra como nº 122, veiculada em 02/11/2015, abordava os esforços do governo norte-americano para reduzir a superpopulação carcerária. Intitulada "Seis mil presos são libertados antes do tempo nos Estados Unidos", a matéria aborda a questão racial quando indica que o perfil dos presos é de minorias: negros e latinos. Além disso, o fechamento da matéria curiosamente dá espaço a um viés crítico que parece sugerir a seletividade do sistema penal naquele país: "O governo vai dar bolsas de estudo, oferecer cursos de requalificação profissional e facilitar o acesso à moradia. A ideia é dar uma segunda chance. E quebrar o ciclo: pobreza, criminalidade, prisão".

Dada a condição absolutamente excepcional do enquadramento dessa matéria, vale destacar a transcrição integral:

Seis mil presos são libertados antes do tempo nos Estados Unidos.
Pena mínima obrigatória para alguns tipos de crime foi reduzida. Um dos objetivos da redução é diminuir a superpopulação carcerária.

O governo dos Estados Unidos anunciou uma série de medidas pra reintegrar presos à sociedade. E também reduzir a imensa população carcerária do país.

De sexta-feira (30) até segunda (2), seis mil presos ganharam a liberdade antes da hora. Eles foram condenados por produzir ou vender drogas, como Greg. Ele conta que era viciado em heroína.

Outros 40 mil presos federais que não cometeram crimes violentos podem ser soltos antes do fim da sentença. É que a pena mínima obrigatória pra esses tipos de crime foi reduzida.

Hina está preocupada com a segurança. "Ter essas pessoas de volta nas ruas pode ser um problema sério", diz ela.

Mas um estudo do governo mostrou que, depois de cinco anos, a taxa de reincidência entre os presos que tiveram a pena reduzida foi ligeiramente menor do que a dos que cumpriram toda a pena.

Um dos objetivos é reduzir a superpopulação carcerária. Os Estados Unidos têm o maior número de presos do planeta: 2,2 milhões. São tantos que cidades como Nova York têm presídios verticais. Um deles tem 10 andares e fica bem no centro da cidade. O número de prisões explodiu com a política rigorosa de combate às drogas nos anos 80 e 90.

A tolerância zero, com penas severas, diminuiu a criminalidade, mas levou pra cadeia principalmente minorias: jovens negros e latinos. Hoje, democratas e republicanos defendem um relaxamento da punição. O argumento pra muitos conservadores não é direitos humanos: é custo.

O país gasta o equivalente a R\$ 300 bilhões por ano para manter os detentos atrás das grades. Pro presidente Barack Obama, reformar a justiça criminal é questão de honra.

Nesta segunda, ele anunciou medidas pra reintegrar os ex-detentos. O governo vai dar bolsas de estudo, oferecer cursos de requalificação profissional e facilitar o acesso à moradia. A ideia é dar uma segunda chance. E quebrar o ciclo: pobreza, criminalidade, prisão.

Já a matéria nº 230 da amostra, de 10/01/2017, identifica como negras as vítimas de um assassinato ocorrido em uma igreja batista no estado da Carolina do Norte, em junho de 2016, apresentado na narrativa jornalística como um crime de ódio.

A ausência da temática da desigualdade racial e do racismo nos textos das matérias sobre a execução penal no Brasil é um problema em si. O papel do racismo como pilar do funcionamento do sistema punitivo é realidade flagrante, profundamente relacionada à estrutura escravocrata que durou séculos no continente americano (STAPLES, 1975).

Nas reflexões sobre racismo da Criminologia da Libertação⁶¹ - uma das principais abordagens da Criminologia Crítica na América Latina, Rosa del Olmo destaca:

Os índios e os negros seriam, para as “minorias ilustradas”, nossos primeiros delinquentes. Os índios cometeriam delitos devido ao seu atraso e ignorância, segundo os “especialistas” da época, em razão de características congênitas que os impediam de se superar, e não à exploração de que haviam sido objeto durante séculos. [...] O mesmo ocorria com os negros, que além disso foram objeto de atenção especial, de parte, sobretudo dos médicos legistas – por praticarem suas religiões trazidas da África, consideradas sintomas de patologia e expressão de bruxaria fomentadora de delinquência (OLMO, 2004, p. 175).

Em pesquisa empírica bastante significativa sobre os aspectos de raça e classe na cobertura midiática de autos de resistência, Kelly Quirino identifica que o enquadramento jornalístico, ao restringir-se a um caráter episódico, sem relacionar os fatos noticiados aos dados sobre a letalidade de jovens pobres negros, deixa de propiciar uma compreensão contextualizada do fenômeno do genocídio da juventude negra⁶². (QUIRINO, 2017)

No entanto, nesta pesquisa empírica, constatei que a situação da cobertura do Jornal Nacional é ainda mais grave do que uma condição de silêncio e omissão nos textos quanto ao aspecto de raça (ou seja, de seletividade do controle) na realidade brasileira do castigo penal. Quando avaliados os resultados da pesquisa sobre o modo como são apresentadas as imagens das

⁶¹ Quanto à abordagem da Criminologia da Libertação: (CASTRO, 2005)

⁶² "Foi realizada uma análise de conteúdo de notícias no período de janeiro de 2003 a julho de 2017. No total foram coletadas 133 notícias, dentre as quais 132 citaram os autos de resistência, 17 apenas citaram a raça, e apenas 5,3% das notícias citou a questão de classe. Nenhuma das notícias da Folha de S. Paulo sobre os autos de resistência relacionou esta questão com o fenômeno do genocídio da juventude negra. As CPIs da Câmara dos Deputados (2015) e do Senado (2016), que investigaram a alta letalidade dos jovens negros no Brasil, também não foram citadas. Também não houve nenhuma notícia que relacionou os autos de resistência com a redução da maioria penal. A conclusão é que a Folha de S. Paulo faz um enquadramento episódico da cobertura: dentre 99 notícias, apenas 35 apresentam um enquadramento temático, ou seja, a cobertura não relaciona os autos de resistência com o genocídio dos jovens negros e os temas correlatos." (QUIRINO, 2017)

pessoas sujeitas à responsabilidade penal, percebe-se que o enquadramento das matérias do Jornal Nacional acaba por reforçar a seletividade do controle penal e o racismo estrutural identificados em estudos empíricos sobre o perfil das pessoas privadas de liberdade no Brasil.

Nesse sentido, são bastante ilustrativos os dados das variáveis sobre imagens de pessoas sujeitas à responsabilidade penal apresentadas neste item 3.3:

- cor dos corpos;
- apresentação dos corpos: nus, seminus ou vestidos;
- aspectos de subjugação corporal: cabeça baixa, posição ajoelhada ou sentada no chão, rosto coberto em posição corporal subjugada, mãos algemadas;
- aspectos de "periculosidade": portando armas, portando ou usando drogas, rosto coberto em posição corporal ativa ou ameaçadora, realizando atos de violência.

Conforme já exposto nesta tese, durante o período estudado, cerca de 54% das matérias sobre execução penal tratam de casos em que alguma peculiaridade torna notória a condição individual de determinada pessoa. Tais casos foram enquadrados na categoria 11 do formulário, identificada como "destino de presos/monitorados/condenados conhecidos"⁶³, e estão apresentados nos gráficos desta tese como "sujeitos famosos". São tão profundas as diferenças observadas na cobertura desses casos, em comparação com os demais, que em muitas variáveis da pesquisa decidi avaliar os dados em formato comparativo entre dois subgrupos da amostra total da pesquisa: matérias relativas a sujeitos famosos e matérias relativas a sujeitos comuns.

Assim, os gráficos deste item 3.3 apresentam os dados das variáveis referentes a cor/raça dos corpos, nudez dos corpos, subjugação corporal e "periculosidade" em formato comparativo entre as matérias relativas a sujeitos famosos e as matérias relativas a sujeitos comuns. Tais dados tratam apenas do conjunto de 301 matérias em que aparecem imagens, que podem ser notas cobertas, reportagens simples ou reportagens com nota pé.

⁶³ A pessoa sujeita à responsabilidade penal (privada de liberdade em um estabelecimento penal ou utilizando tornozeleira, por exemplo) pode ser conhecida por uma condição sua (político, artista, atleta, etc), pelo fato de sua vítima ser famosa ou mesmo pelo fato de o seu caso ter se tornado um "caso famoso".

3.3.1 Cor/raça e nudez dos corpos

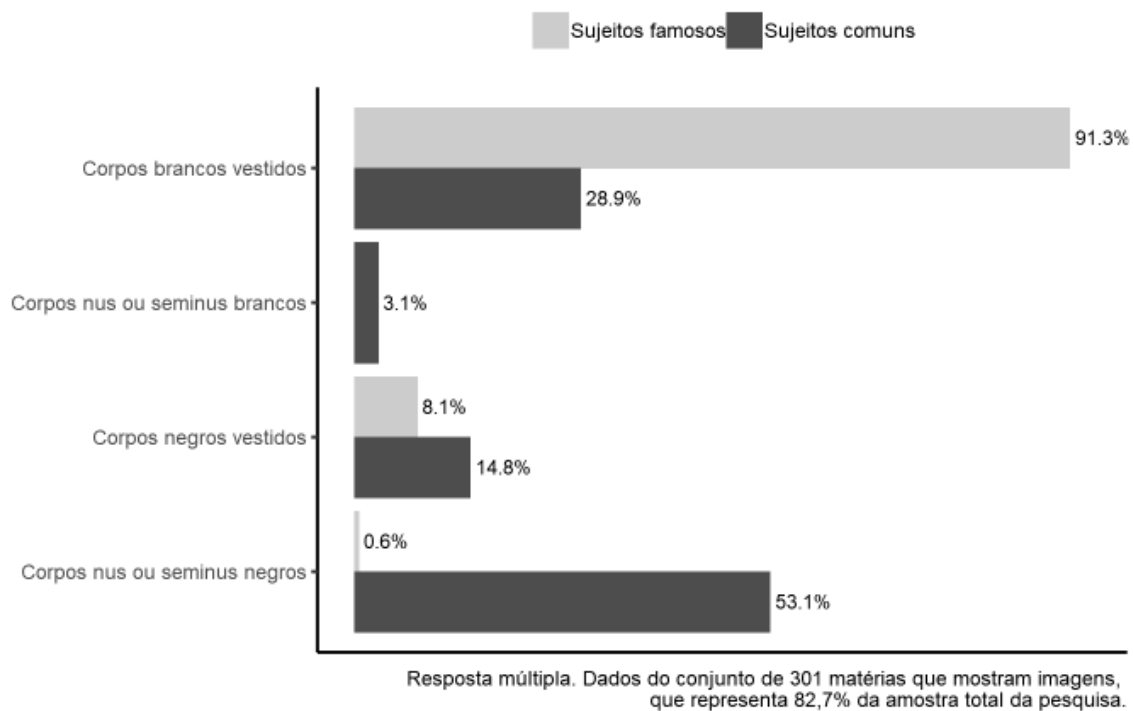
Segundo Erving Goffman, "os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava." Escravos, traidores e criminosos eram ritualmente poluídos, de modo que os sinais em seus corpos indicavam que deveriam ser socialmente evitados. Trazendo o conceito de estigma para refletir sobre a sociedade de sua época, na década de 60, Goffman afirma que a manipulação do estigma é uma ramificação da estereotipia, a partir de nossas expectativas normativas em relação à conduta e ao caráter das pessoas (GOFFMAN, 1963).

Como a visibilidade é um aspecto essencial do processo de estigmatização, as narrativas jornalísticas têm papel importante na construção do estigma das pessoas privadas de liberdade:

[A] construção estereotipada da identidade bandida - da marginalidade e da criminalidade - permanece ainda no século XXI, tanto nos meios de comunicação como nos discursos dos aparelhos repressivos do Estado, seja na ideia de que o criminoso pode ser identificado pelo vestuário, ainda pelo corpo, seja na relação que se conforma entre a pobreza e a criminalidade, entre áreas de risco e grupos sociais com maior possibilidade de se engajarem no "mundo do crime" (TERRA, 2010).

Os dados do gráfico 34, apresentado a seguir, abrangem três elementos das matérias televisivas analisadas na pesquisa empírica apresentada nesta tese, em que aparecem imagens de pessoas sujeitas à responsabilidade penal: a cor/raça dos corpos, simplificada como negros ou brancos⁶⁴, a condição de sujeitos famosos ou comuns, a situação de nudez/seminudez ou de corpos vestidos.

⁶⁴ Uma análise preliminar da amostra indicou que não havia corpos de outra cor/raça/etnia, de modo que optei por simplificarmente prever apenas duas categorias: corpos brancos e corpos negros. A classificação das imagens das pessoas foi realizada a partir da avaliação subjetiva de três pesquisadores: dois assistentes e esta doutoranda.

Gráfico 34 - Cor dos corpos nus e cor dos corpos vestidos

Fonte: Elaboração própria

Nas imagens de matérias sobre sujeitos comuns submetidos à execução penal, as ocorrências de corpos negros nas matérias totalizam 67,9% (14,8% + 53,1%) e as ocorrências de corpos brancos são de 32% (28,9% + 3,1%). Dentro desse universo de sujeitos comuns, um corpo negro aparece nu ou seminu no Jornal Nacional mais do que o triplo de vezes em que aparece vestido nas matérias sobre castigo penal. Já a imagem de um corpo branco vestido é 9 vezes mais frequente do que a imagem de um corpo branco nu ou seminu.

Nas matérias que tratam da realidade da execução penal de sujeitos famosos, os corpos brancos vestidos representam a quase totalidade das imagens do Jornal Nacional, chegando a 91,3% das ocorrências desse subgrupo. Os corpos negros, nessas matérias, são escassos, aparecendo em 8,7% delas: em 8,1% são corpos negros vestidos e em 0,6% são corpos negros nus ou seminus.

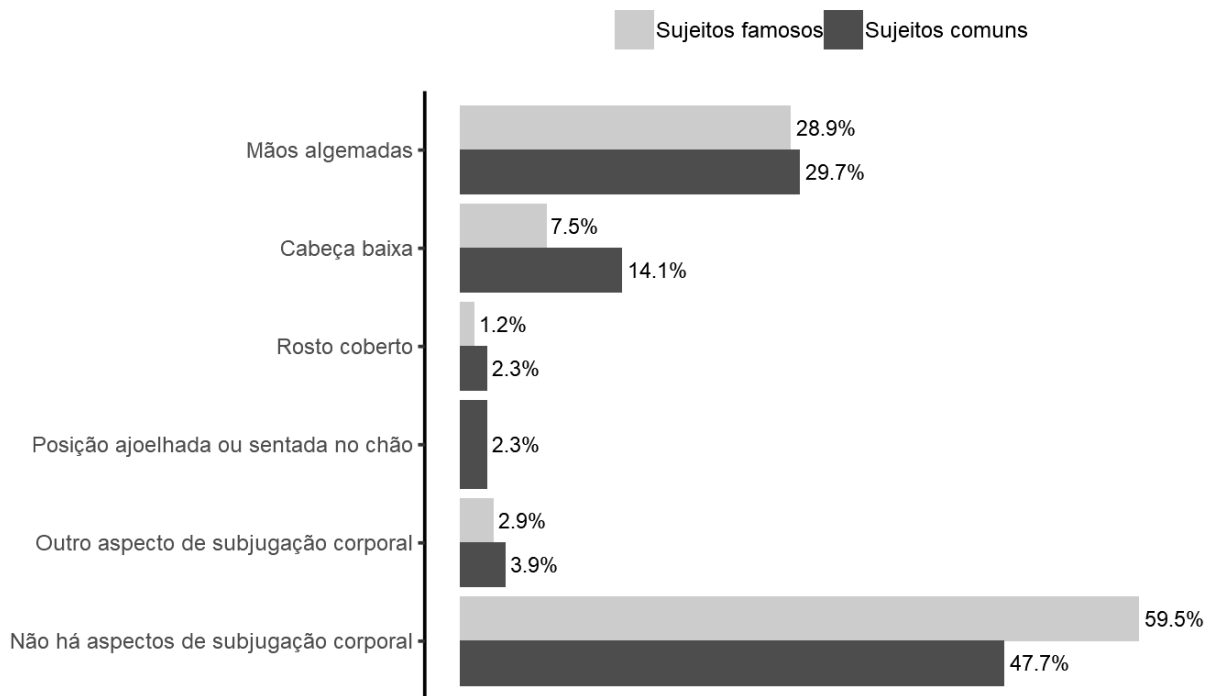
No entanto, a constatação mais impactante proporcionada por esse gráfico me parece a comparação entre os dados de corpos brancos nus/seminus e os dados de corpos negros

nus/seminus, nas matérias sobre sujeitos comuns. Nesse conjunto de matérias, quando um corpo aparece nu/seminu em uma matéria do Jornal Nacional sobre o castigo penal, há 17 vezes mais chance de ser um corpo negro do que um corpo branco. A nudez, portanto, tem cor/raça no enquadramento jornalístico da cobertura do Jornal Nacional sobre o castigo penal. O corpo nu é o corpo negro.

3.3.2 Subjugação dos corpos

O gráfico 35, a seguir, indica como aparecem nas imagens das matérias do Jornal Nacional alguns elementos caracterizadores de subjugação dos corpos das pessoas submetidas ao castigo penal, comparando as diferenças de dados entre o conjunto de matérias sobre sujeitos famosos e o conjunto de matérias sobre sujeitos comuns.

Gráfico 35 - Aspectos de subjugação dos corpos das pessoas



Resposta múltipla. Dados do conjunto de 301 matérias que mostram imagens, que representa 82,7% da amostra total da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria

Uma primeira constatação digna de nota no gráfico 35 é o percentual de matérias em que há aspectos de subjugação dos corpos das pessoas. No conjunto de matérias sobre sujeitos famosos, a subjugação corporal aparece em 40,5% dos casos e no conjunto de matérias sobre sujeitos comuns, a subjugação corporal aparece em 52,3% dos casos.

Em um teste de associação formal entre essa variável de subjugação corporal e a variável de nudez dos corpos conforme cor/raça, percebeu-se uma evidência de associação entre a exibição de corpos nus negros e elementos de subjugação corporal (p -valor $< 0,05$, seguindo o nível de significância padrão de 5%). Corpos brancos, vestidos ou não, estão mais associados às matérias em que não há subjugação corporal, conforme indica o relatório estatístico contido no Anexo II.

Esse resultado faz lembrar o estudo de Stuart Hall que aborda a naturalização da inferioridade (subalternização) do corpo negro, a partir da análise de um amplo conjunto de imagens de corpos negros ao longo de séculos, abrangendo materiais publicitários, cenas do cinema, fotografias de esporte, ilustrações de livros e revistas, obras de arte. (HALL, 2016)

3.3.3 "Periculosidade" dos corpos

Na produção de uma cobertura adversária à política⁶⁵, a mídia brasileira trata cotidianamente da ineficiência na condução das políticas públicas voltadas à segurança pública e da necessidade de encarceramento dos seres humanos que podem criar riscos para a manutenção da ordem pública e da paz para as "pessoas de bem".

Para a construção do estereótipo de delinquente, é reforçada a imagem do criminoso violento, o assaltante a mão armada que não tem pudor em tirar a vida de sua vítima – tipo que, anuncia-se, estaria a cada dia se tornando mais perigoso e recorrente em nossa sociedade. São selecionados crimes em específico, justamente aqueles capazes de promover medo constante e pretensamente explicar, de forma totalizante, a violência que assola a sociedade. Da mesma forma, a representação dessa delinquência deve estar associada ao perfil que se escolhe reprimir, recaíndo, no Brasil, para os jovens, pobres e negros, não por acaso aqueles que efetivamente são encarcerados no país (PIMENTA, 2016).

Estudos sociológicos têm apontado a discrepância entre o 'retrato simbólico da criminalidade' produzido pelas narrativas da mídia e a ocorrência dos fatos criminosos, conforme registros oficiais de criminalização. Marcus Gomes (2015) descreve o fenômeno como um conjunto de "distorções da criminalização nos meios de comunicação".

Pesquisa realizada pelo Ilanud abrangendo 27 telejornais brasileiros das sete emissoras (SBT, TV Globo, TV Bandeirantes, TV Record, TV Manchete, CNT, TV Cultura) ao longo de uma semana identificou 1211 cenas de crime nos noticiários nacionais. Desse total de cenas, 59% tratavam de homicídios e 11,6% de estupros, sendo que, naquele período, as estatísticas de criminalização foram de 1,7% de casos registrados como homicídios e 0,4% de estupros (BUDÓ, 2013).

A necessidade de fortalecimento do Estado Penal, encarcerador, em um fenômeno detidamente analisado por Loïc Wacquant (2001) como produtor de "prisões da miséria", responde aos anseios de um ambiente de “pânico moral” (COHEN, 1972).⁶⁶

As narrativas midiáticas sobre essa necessidade de encarceramento dos seres humanos considerados "perigosos" podem influenciar a realidade da criminalização primária e as práticas do sistema de justiça criminal⁶⁷.

Estudos empíricos demonstram relações entre a cobertura jornalística e a formação de uma opinião pública de tendência punitivista, o que pode implicar riscos significativos para a garantia da presunção de inocência⁶⁸, entre outros direitos:

Opinion polls in Canada, the United States, Great Britain, Australia, and elsewhere suggest that most members of the public would like their criminal courts to be harsher. Does media coverage of criminal sentencing contribute to a preference for harsher sentencing? Most people derive their information about sentencing from the news media, and content analyses of news stories in Canada and the United States demonstrate that crimes of violence and sentences of imprisonment are overrepresented. Moreover, the news media provide little systematic information about the sentencing process or its underlying principles. This article reports the results of three studies examining the effects of media coverage on public opinion about sentencing. Subjects who read actual newspaper stories about sentencing that appeared in Canadian newspapers rated most reported sentences as too lenient. However, the specific account they read influenced their leniency judgments. Furthermore, in one experiment, participants assigned to read a

⁶⁵ Sobre esse conceito de cobertura adversária, ver: (GUAZINA, 2011).

⁶⁶ Um estudo interessante a esse respeito foi desenvolvido pelos pesquisadores Natália Aruguete e Belén Amadeo, a partir da análise de jornais argentinos (ARUGUETE; AMADEO, 2012).

⁶⁷ A esse respeito, ver: (AVOLIO, 2002); (BONJARDIM, 2002); (CUNHA, 2012).

⁶⁸ Alguns autores chegam a falar em "julgamento pela mídia": (CARVALHO, 2008).

newspaper account of a sentencing decision supported harsher sentences than participants who read a summary of actual court documents from the sentencing hearing (ROBERTS; DOOB; 1990).⁶⁹

Na pesquisa, uma das variáveis, denominada aspectos de "periculosidade", visava investigar como aparecem nas imagens do Jornal Nacional alguns elementos caracterizadores de "periculosidade"⁷⁰ das pessoas sujeitas ao castigo penal. Utilizo essa expressão entre aspas como forma de indicar uma ressalva essencial quanto à efetiva existência dessa suposta "periculosidade".

Os criminólogos do marco teórico desta pesquisa são extremamente críticos quanto ao conceito de perigo e, em especial, ao modo como é utilizado⁷¹ como instrumento de legitimação de um sistema penal seletivo, racista e classista. No entanto, ao construir as categorias de análise desta variável, o objetivo foi explicitar como as escolhas dos textos e imagens das notícias podem apresentar as pessoas sujeitas ao castigo penal como figuras ameaçadoras.

Os resultados encontrados estão contidos no gráfico 36, a seguir, em formato comparativo entre os dados do conjunto de matérias sobre sujeitos famosos e do conjunto de matérias sobre sujeitos comuns.

As alternativas utilizadas no tratamento de dados, nesta variável, buscavam se relacionar com o estereótipo do criminoso e o fenômeno de sua estigmatização (GOFFMAN, 1963), objeto

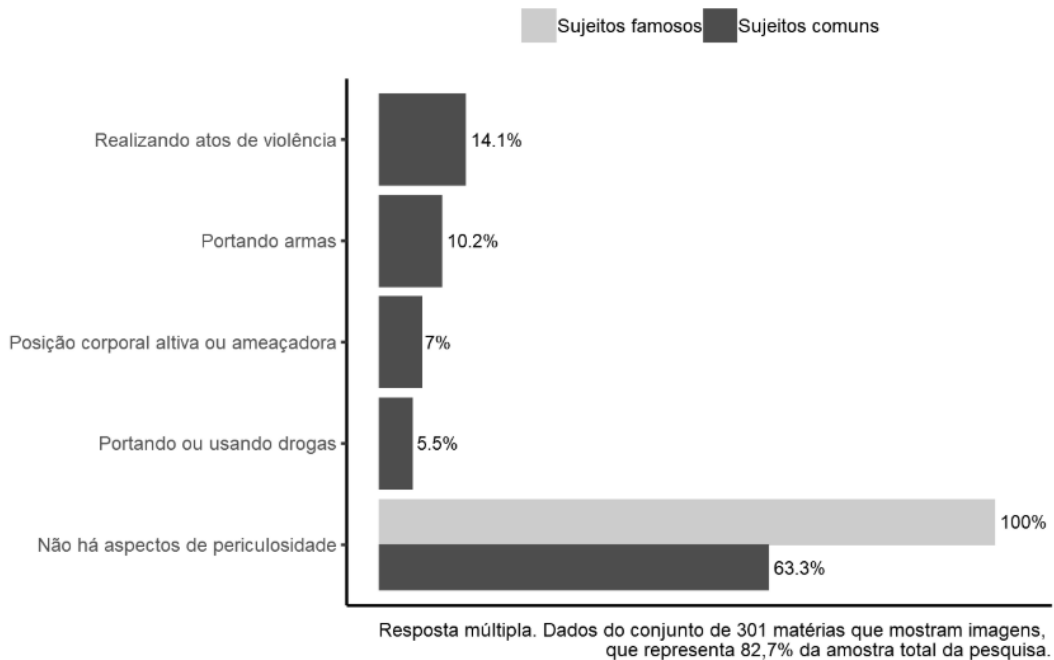
⁶⁹ Tradução livre: Pesquisas de opinião no Canadá, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na Austrália e em outros lugares sugerem que a maioria dos membros do público gostaria que seus tribunais criminais fossem mais duros. A cobertura da mídia sobre a condenação criminal contribui para uma preferência por sentença mais severa? A maioria das pessoas obtém suas informações sobre a sentença da mídia de notícias, e análises de conteúdo de notícias no Canadá e nos Estados Unidos demonstram que crimes de violência e sentenças de prisão estão super-representados. Além disso, os meios de comunicação oferecem pouca informação sistemática sobre o processo de condenação ou seus princípios subjacentes. Este artigo relata os resultados de três estudos examinando os efeitos da cobertura da mídia sobre a opinião pública sobre sentenciamento. Os indivíduos que leem histórias reais de jornais sobre a condenação que apareceram em jornais canadenses classificaram a maioria das sentenças relatadas como muito brandas. No entanto, a matéria específica que eles leram influenciou seus julgamentos de leniência. Além disso, em um experimento, os participantes designados para ler uma matéria de jornal de uma sentença apoiaram sentenças mais duras do que os participantes que leram um resumo dos documentos reais da audiência de condenação (ROBERTS; DOOB; 1990).

⁷⁰ Um estudo interessante sobre representações sociais de "periculosidade": (PRZYGODZKI-LIONET; NOËL, 2004).

⁷¹ A esse respeito, é elucidativo o estudo empírico de Valdirene Daufemback sobre o uso de conceitos psicológicos no contexto da culpabilidade e da dosimetria da pena. Analisando decisões judiciais e discursos de juízes em entrevistas, verificou que o emprego dos conceitos psicológicos no ambiente criminal é mediado pelo senso comum, com predomínio de estereótipos ligados à noção de criminoso nato, "irrecuperável", distinto das "pessoas de bem". (DAUFEMBACK, 2017)

de estudo da Criminologia Crítica. Foram considerados aspectos possivelmente caracterizadores de uma suposta "periculosidade", conforme resultados apresentados no gráfico 36.

Gráfico 36 - Aspectos de "periculosidade" das pessoas



Fonte: Elaboração própria

Como essa variável permitia múltiplas respostas para cada matéria (de modo a identificar todos os aspectos de "periculosidade" que apareciam nas imagens), o gráfico 36 apresenta percentuais que indicam a distribuição percentual do total de ocorrências. Logo, o referencial de 100% não é o número total de matérias, mas o número total de respostas, que é superior ao número total de matérias.

O gráfico indica que em nenhuma das 173 matérias com imagens sobre sujeitos famosos foram identificados aspectos de "periculosidade". Portanto, as imagens das narrativas jornalísticas não atribuem aos sujeitos famosos a condição de pessoas "perigosas", que devem ser temidas pela sociedade.

Quanto às narrativas jornalísticas sobre sujeitos comuns, em 46,7% das matérias estão presentes aspectos de "periculosidade", destacando-se, entre as ocorrências registradas, a

realização explícita de atos de violência (14,1%) e o fato de a pessoa aparecer na imagem portando uma arma (10,2%).

Como em várias matérias foi identificado mais de um aspecto de "periculosidade", vale indicar o percentual de matérias (e não de ocorrências) em que esses elementos aparecem. No conjunto de 128 matérias sobre sujeitos comuns em que há imagens, em 26 matérias aparecem pessoas portando armas (20,3%) e em 30 matérias (23,4%) aparecem pessoas realizando atos de violência.

Como essa variável permitia múltiplas respostas para a mesma matéria a partir de um mesmo questionamento (quais aspectos de "periculosidade" aparecem nas imagens), o gráfico 36 apresenta percentuais que indicam a distribuição percentual do total de ocorrências.

Em um teste de associação formal entre essa variável de "periculosidade" e a variável de nudez dos corpos conforme cor/raça, foram identificadas duas evidências bastante robustas. Uma delas é a preponderância de corpos brancos, vestidos ou não, nas matérias cujas imagens não apresentam elementos de "periculosidade", conforme indica o relatório estatístico do Anexo II. A outra evidência é a associação entre a exibição de corpos negros nus/seminus e elementos de "periculosidade" nas imagens (p-valor < 0,05, seguindo nível de significância padrão de 5%).

Essa constatação propiciada pelos dados da pesquisa confirma as reflexões da Criminologia Crítica sobre o papel das narrativas jornalísticas no reforço de um mecanismo racista de produção de medo e estigmatização (BATISTA, 2011).

Os aspectos de "periculosidade" associados aos corpos nus e seminus negros delimitam "o inimigo da sociedade, hoje representado perfeitamente no Brasil pelo adolescente, negro ou pardo, pobre e favelado" (BUDÓ, 2013, p. 257).

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1963, p. 12).

O modo como ocorre a exposição dos corpos na cobertura e a ausência de elementos discursivos de reflexão sobre o perfil de pobre preto dos presos demonstra a relevância do enquadramento jornalístico sobre o castigo penal. Se "só é visto o que é mostrado, então as escolhas realizadas diariamente pelos veículos de comunicação importam e muito na compreensão que se tem da realidade" (BUDÓ, 2013).

A seletividade penal é invisibilizada por uma cobertura jornalística que, ao longo de anos, naturaliza o fato de que a imensa maioria dos presos brasileiros tem cor específica - são negros, tem classe social específica - são pessoas pobres que não tiveram seu direito à educação assegurado, entre outros direitos e garantias fundamentais. É também omitido o fato de que esses pretos pobres não gozam de adequado acesso à justiça, pois um significativo percentual permanece anos em privação de liberdade sem qualquer condenação judicial, conforme discutido na apresentação dos dados da variável sobre tempo da pena (gráfico 23), no item 3.1 deste Capítulo 3.

Além das citadas omissões da cobertura (quanto à seletividade penal), merecem destaque algumas ênfases do enquadramento jornalístico. Na matéria identificada como nº 316 da amostra, há um trecho especialmente revelador, em que uma das principais fontes consultadas, a Secretaria de Administração Penitenciária do estado do Rio de Janeiro, afirma que as pessoas sujeitas à responsabilidade penal que possuem curso superior "não são de alta periculosidade" e por isso não precisam do isolamento a que são submetidas as pessoas aprisionadas no Complexo de Bangu. A associação explícita entre "periculosidade" e baixa escolaridade, presente no discurso oficial do Poder Público, evidencia que o recorte de classe social é central para a delimitação das pessoas a quem os cidadãos devem temer, ou seja, os inimigos da sociedade a serem controlados pelo sistema penal.

Nesse contexto, os estudiosos da Criminologia Crítica, marco teórico desta pesquisa, sustentam que os meios de comunicação de massa são importantes agentes de um processo de seleção e condicionamento criminalizante, tendo em vista a noticiabilidade dos crimes graves e a difusão de estereótipos do criminoso e da vítima. Zaffaroni (1991) chega a afirmar que os veículos midiáticos são "aparato de propaganda" do poder disciplinador do sistema penal, atuando como "fábricas de realidade, que induzem os medos que legitimam as campanhas de lei e ordem".

A partir da crítica de Zaffaroni, é interessante lembrar um dos principais resultados da pesquisa empírica apresentada nesta tese: o predomínio das fontes oficiais entre os tipos de fontes explicitamente citadas nas matérias do Jornal Nacional no período analisado. Conforme demonstra o gráfico 7, apresentado no Capítulo 2, foi identificado que 84,6% das matérias trazem a versão estatal sobre os fatos.

CAPÍTULO 4

A representação jornalística do sistema prisional: banalização da tragédia humanitária e controle como problema principal

O Supremo Tribunal Federal brasileiro, em 09/09/2015, no julgamento da ADPF 347 MC/DF, reconheceu que no sistema prisional brasileiro ocorre "violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higidez física e integridade psíquica". Nesse cenário, conforme afirmado no julgamento, as penas privativas de liberdade aplicadas convertem-se "em penas cruéis e desumanas". Essa situação implica descumprimento do ordenamento jurídico brasileiro, em especial do art. 1º, III, art. 5º, III, XLVII, XLVIII, XLIX, LXXIV, e art. 6º da Constituição, do disposto na Lei de Execução Penal, da Lei Complementar 79/1994 (que criou o FUNPEN) e de normas internacionais ratificadas pelo Brasil que são garantidoras de direitos das pessoas privadas de liberdade: Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes e a Convenção Americana de Direitos Humanos (BRASIL, 2015).

No seu Informativo, ferramenta de divulgação do teor dos julgamentos, o STF reconhece inclusive a responsabilidade do Poder Judiciário diante da gravidade da situação prisional e afirma a necessidade de reduzir a cultura do encarceramento, diante de uma realidade que denomina "estado de coisas inconstitucional":

[Há] problemas tanto de formulação e implementação de políticas públicas, quanto de interpretação e aplicação da lei penal. Além disso, faltaria coordenação institucional. A ausência de medidas legislativas, administrativas e orçamentárias eficazes representaria falha estrutural a gerar tanto a ofensa reiterada dos direitos, quanto a perpetuação e o agravamento da situação. O Poder Judiciário também seria responsável, já que aproximadamente 41% dos presos estariam sob custódia provisória e pesquisas demonstrariam que, quando julgados, a maioria alcançaria a absolvição ou a condenação a penas alternativas. Ademais, a manutenção de elevado número de presos para além do tempo de pena fixado evidenciaria a inadequada assistência judiciária. A violação de direitos fundamentais alcançaria a transgressão à dignidade da pessoa humana e ao próprio mínimo existencial e justificaria a atuação mais assertiva do STF. Assim, caberia à Corte o papel de retirar os demais poderes da inércia, catalisar os debates e novas políticas públicas, coordenar as ações e monitorar os resultados. A intervenção judicial seria reclamada ante a incapacidade demonstrada pelas instituições legislativas e administrativas. Todavia, não se autorizaria o STF a substituir-se ao Legislativo e ao Executivo na consecução de tarefas próprias. O Tribunal deveria superar bloqueios políticos e institucionais sem afastar esses poderes dos processos de formulação e

implementação das soluções necessárias. Deveria agir em diálogo com os outros poderes e com a sociedade. Não lhe incumbiria, no entanto, definir o conteúdo próprio dessas políticas, os detalhes dos meios a serem empregados. Em vez de desprezar as capacidades institucionais dos outros poderes, deveria coordená-las, a fim de afastar o estado de inércia e deficiência estatal permanente. Não se trataria de substituição aos demais poderes, e sim de oferecimento de incentivos, parâmetros e objetivos indispensáveis à atuação de cada qual, deixando-lhes o estabelecimento das minúcias para se alcançar o equilíbrio entre respostas efetivas às violações de direitos e as limitações institucionais reveladas. (...) [Seria] recomendável atuar na formação do magistrado, para reduzir a cultura do encarceramento (BRASIL, 2015).

Esse importante julgamento do STF não teve qualquer cobertura pelo Jornal Nacional, mesmo tendo como uma de suas consequências concretas a determinação de descontingenciamento de um Fundo com saldo, à época, de mais de R\$ 2 bilhões, ou seja, de montante superior ao orçamento de 22 órgãos com status de Ministérios do Poder Executivo à época⁷².

Nos dias que se seguiram à data da sessão (09/09/2015), foram veiculadas matérias sobre castigo penal de escopo bem mais limitado: a matéria nº 97 da amostra, sobre a revogação da prisão preventiva de Celso Araripe, acusado na Operação Lava-Jato (11/09/2015), e a matéria nº 98, em que o telejornal relata o protesto de um único detento na Inglaterra (14/09/2015).

Nesse contexto, ao realizar a pesquisa empírica que originou esta tese, busquei compreender ênfases e omissões do enquadramento jornalístico da problemática do castigo penal no Brasil, tendo como foco central a cobertura sobre o funcionamento do sistema prisional e, em menor medida, a realidade da internação no sistema socioeducativo.

Os dados de 10 variáveis apresentados no item 4.1 deste Capítulo 4 tratam de elementos discursivos que aparecem na constituição do objeto das matérias sobre o castigo penal: assunto dominante, espaço físico de estabelecimentos penais, referência a legislação, direitos, regalias, motivo de rebeliões, motivo de mortes, identificação de mortos, vítimas de atos violentos e indicação de soluções.

⁷² Conforme os dados do Anexo I do Decreto nº 8.456/2015, foi inferior a R\$2,2 bilhões o limite de empenho em 2015 dos seguintes órgãos: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério da Pesca e Aquicultura, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretaria de Aviação Civil,

Além disso, é apresentada no item 4.2 uma breve análise de dois campos abertos da ficha analítica utilizada no tratamento dos dados: a identificação da ideia organizadora da notícia e a atribuição de responsabilidades (recursos retóricos e recursos técnicos).

Por fim, no item 4.3, será explorada a omissão da cobertura do Jornal Nacional sobre os fatos ocorridos em processos⁷³ em curso no Sistema Interamericano de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA em face do Estado brasileiro, na Comissão e também na Corte, referentes a graves violações de direitos humanos de pessoas sujeitas ao castigo penal.

4.1 A problemática do sistema prisional

Este item 4.1 apresenta os dados de 10 variáveis referentes a elementos discursivos que aparecem nos textos e imagens na constituição do objeto das matérias sobre o castigo penal: assunto dominante, espaço físico de estabelecimentos penais, referência a legislação, direitos, regalias, motivo de rebeliões, motivo de mortes, identificação de mortos, vítimas de atos violentos e indicação de soluções.

4.1.1 Assunto dominante

Na variável de assunto dominante, os dados indicam que fatos relacionados a rebeliões e fugas foram intensamente noticiados no período estudado, sendo o primeiro e o terceiro assunto mais frequentes, conforme indica o gráfico 37, a seguir.

Advocacia-Geral da União, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Controladoria-Geral da União, Sec. Pol. de Prom. da Igualdade Racial, Sec. de Portos e Sec. da Micro e Pequena Empresa.

⁷³ A identificação dos casos em que o Brasil foi acionado no Sistema Interamericano de Direitos Humanos foi realizada a partir de pedido de acesso à informação, formulado ao Ministério das Relações Exteriores via Portal E-SIC, nos termos da Lei de Acesso à Informação. As informações fornecidas pelo Ministério estão detalhadas no Anexo III desta tese.

Gráfico 37 - Assunto dominante



Fonte: Elaboração própria

Os resultados contidos no gráfico 37, quando analisados em conjunto com os dados apresentados nos gráficos 12 e 13 (referentes à variável sobre abrangência das matérias, conforme seu enfoque episódico apenas factual, enfoque episódico não apenas factual ou enfoque temático), indicam que a cobertura jornalística é intensa nos casos de crise prisional, em especial rebeliões, com um enquadramento noticioso tendente a extrapolar a cotidiana prática de enfoques episódicos meramente factuais (dado o modelo de *hard news* do Jornal Nacional).

No contexto de crises prisionais, portanto, abre-se no enquadramento jornalístico espaço para algum tipo de abordagem que, por exemplo, recupera o histórico da temática, faz referência à realidade prisional de uma maneira mais ampla, apresenta estatísticas gerais sobre a unidade federativa respectiva ou demonstra qualquer esforço de avaliação crítica sobre a sistemática da execução penal no Brasil.

O gráfico 13, cujos resultados foram discutidos no Capítulo 2, indica que quando o assunto dominante são situações de crise prisional, em que há rebeliões, o enquadramento do

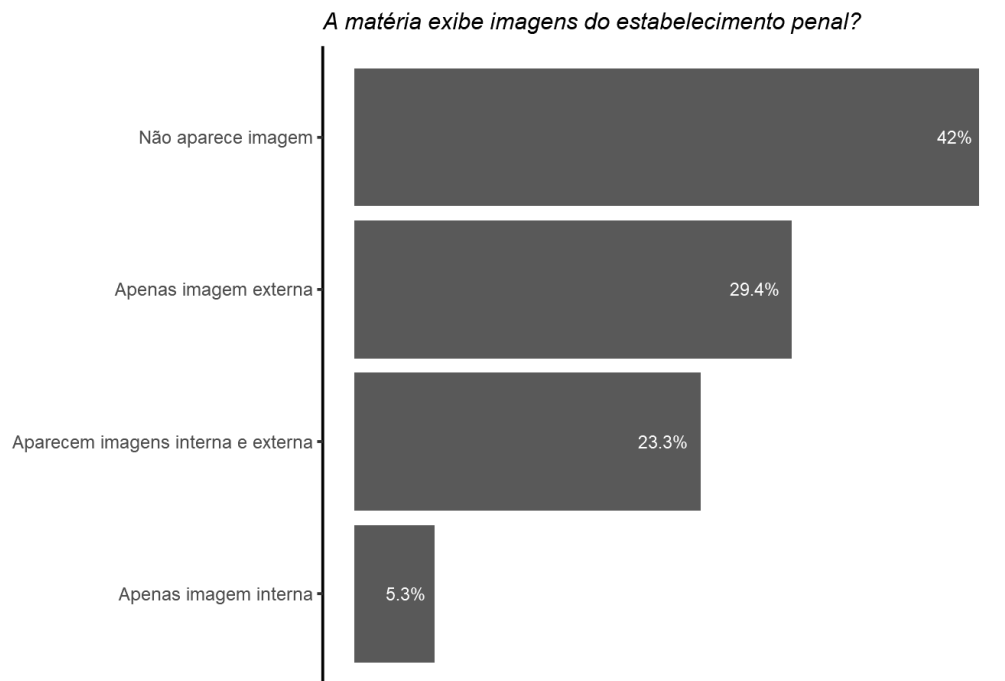
telejornal é realmente peculiar. Nesse grupo específico de matérias (sobre crise prisional), a duração é maior e a ocorrência de enfoque episódico que extrapola o aspecto meramente factual (37,7%) é mais do que o dobro do percentual encontrado no grupo de matérias de outros assuntos (17,8%).

4.1.2 Espaço físico dos estabelecimentos penais

Na variável de espaço físico, o objetivo era identificar se na seleção de imagens das matérias sobre o castigo penal eram utilizadas imagens sobre o exterior e o interior do espaço físico dos estabelecimentos penais brasileiros.

Os resultados relativos a essa variável estão apresentados no gráfico 38, a seguir.

Gráfico 38 - Espaço físico dos estabelecimentos penais



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

Os dados coletados indicam que em 71,4% (42% + 29,4%) das matérias não há qualquer imagem interna de um estabelecimento penal. Isso significa que na imensa maioria dos casos em que o Jornal Nacional está tratando da temática do castigo penal, não é apresentado para o telespectador um recorte mais concreto das péssimas condições físicas do interior dos lugares em que são mantidos mais de 700 mil brasileiros privados de liberdade.

Como exceção que confirma a regra, quanto a esse aspecto do espaço físico dos estabelecimentos penais, uma matéria bastante peculiar é a matéria nº 128. Bonner introduz a matéria com gestos sutis e tom de voz firme e sério. São apresentados recursos gráficos elaborados para permitir a visualização “por dentro” do ambiente prisional, com um objetivo dramático específico: enfatizar o abismo entre a realidade do apartamento de luxo do banqueiro André Esteves (preso na Operação Lava Jato) e a cela que passa a ocupar em uma unidade prisional do Rio de Janeiro. O vídeo destaca a localização beira-mar e o tamanho do apartamento dele (600m²) e em seguida apresenta uma reprodução, em esquema de maquete digital, do espaço da cela de Bangu 8. Os recursos gráficos reproduzem o que é a cela, destacando que tem 6m², "um beliche" e "um banheiro". A matéria então detalha as minúcias de sua rotina, como o banho de sol de duas horas, o que ele come, onde dorme, onde faz suas necessidades fisiológicas, o chuveiro que utiliza para banho, inclusive com a informação de que a água é fria.

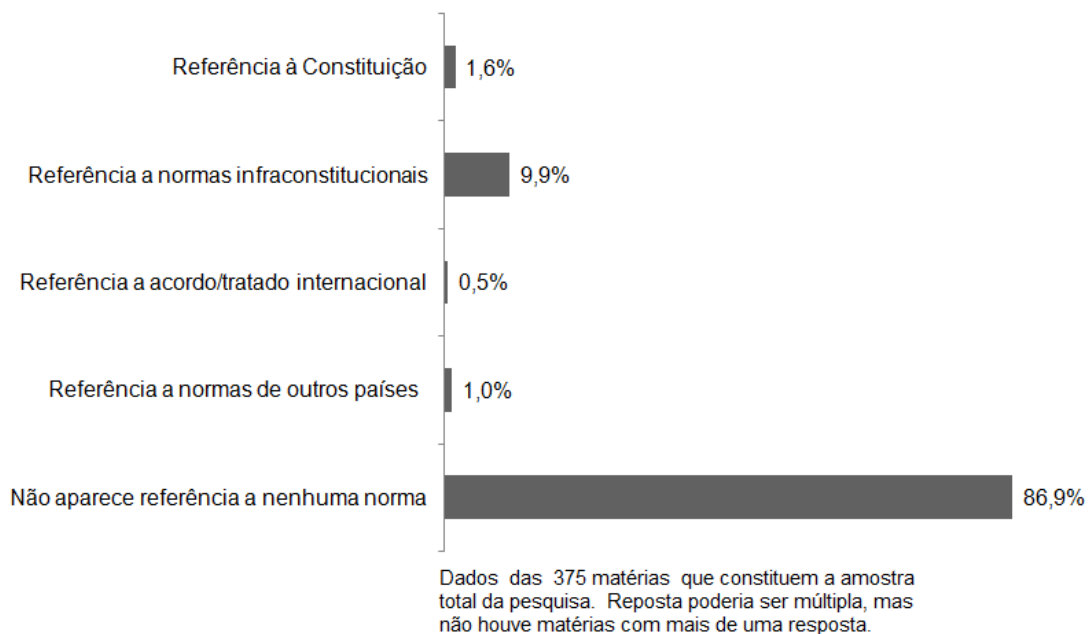
A narrativa descreve o personagem em detalhes, como em um romance literário: "André Esteves está vestindo o uniforme dos presidiários: camisa branca, calça jeans e sandálias de borracha." Fica enfatizado, portanto, que André Esteves, sujeito com nome próprio, veste o uniforme dos presidiários, que são outros, sem nome. O enquadramento da matéria destaca a desconformidade de um homem bilionário estar em um ambiente de cárcere, o que revela a naturalização da seletividade do sistema penal brasileiro.

4.1.3 Referência a legislação e direitos

Nas variáveis de referência a legislação e direitos, cujos dados são apresentados nos gráficos 39 e 40, a seguir, o objetivo era identificar se a cobertura do Jornal Nacional de alguma forma enfocava os fatos relacionados ao castigo penal como situações regidas pelo Direito, em que estão em jogo os direitos subjetivos de pessoas privadas de liberdade ou sujeitas a alguma outra forma de castigo penal.

Na variável de referência a legislação, foram buscadas nos textos das matérias as seguintes expressões (e respectivos plurais, quando cabíveis): Constituição, constitucional, lei, legislação, decreto, norma, normatividade, regra, regramento, resolução, tratado, acordo e convenção.

Gráfico 39 - Referência textual a legislação relacionada a execução penal



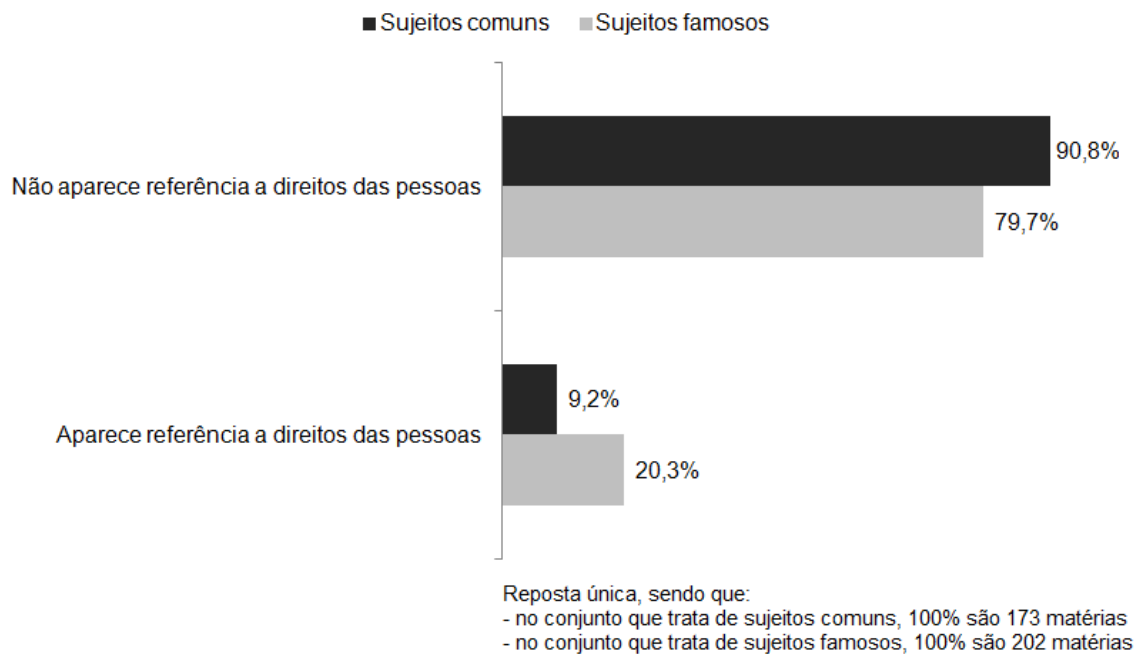
Fonte: Elaboração própria

Os dados coletados indicam que é absolutamente predominante a ausência de qualquer referência à legislação brasileira ou a acordos/tratados internacionais que regem a temática do castigo penal. As normas da Constituição de 1988 só foram citadas textualmente por 6 matérias em todo o período de três anos de cobertura jornalística. Quanto a normas infraconstitucionais brasileiras (que abrangem leis, decretos, resoluções, etc) foram 37 citações, sendo que em apenas 4 delas houve menção expressa à Lei de Execuções Penais.

Quanto à variável que trata de direitos das pessoas sujeitas à responsabilidade penal, foram identificadas nas matérias do Jornal Nacional todas as referências textuais a direitos subjetivos, abrangidas nesse conceito as garantias constitucionais e outros direitos previstos nas leis aplicáveis à execução penal. Não foram incluídas na contagem as referências em que a palavra "direitos" aparece tão somente na denominação de determinado órgão ou instituição, como, por exemplo, "Secretaria de Direitos Humanos" ou "Comissão de Direitos Humanos". A identificação das matérias foi realizada considerando apenas as referências textuais em que o uso da palavra "direito" ou "direitos" está sendo realizado efetivamente com o significado de direito subjetivo das pessoas privadas de liberdade ou sujeitas a outro tipo de castigo penal.

No tratamento dos dados dessa variável, dadas as significativas peculiaridades no enquadramento das matérias sobre sujeitos famosos, decidi avaliar os resultados desse conjunto de matérias em formato comparativo com o conjunto de matérias sobre sujeitos comuns, conforme indicado no gráfico 40, a seguir.

Gráfico 40 - Referência textual a direitos das pessoas



Fonte: Elaboração própria

No conjunto total de 375 matérias analisadas, é inexistente qualquer referência textual a direitos das pessoas sujeitas à responsabilidade penal em 318 matérias. Isso significa que sua condição de sujeitos de direitos não é explicitada em 84,8% da cobertura jornalística sobre o castigo penal.

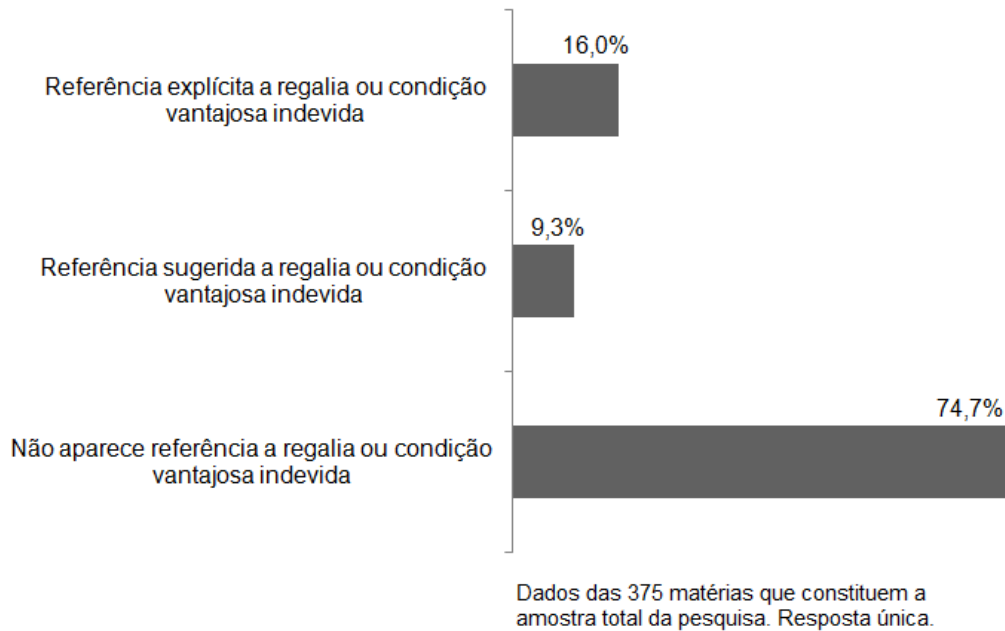
Além disso, dentro do minoritário grupo de 57 matérias em que essa posição/opinião da pessoa aparece, a chance de a matéria fazer referência a um direito de um sujeito famoso é mais do que o dobro da chance de a matéria fazer referência a um direito de um sujeito comum. Há 41 matérias sobre sujeitos famosos com referências a direitos subjetivos de pessoas sujeitas à responsabilidade penal (20,3% de 202 matérias desse grupo), enquanto nos casos de sujeitos comuns há apenas 16 matérias (9,2% de 173 matérias desse grupo).

4.1.4 Regalias

No estudo empírico apresentado nesta tese, a questão das regalias foi explorada em categorias duas variáveis da pesquisa, cujos resultados são apresentados no item 4.1.1 e neste item 4.1.4.

Primeiramente, na variável de assunto dominante, de que trata o item 4.1.1, devo destacar que foram identificadas 7 matérias em que a existência de determinada regalia de uma pessoa sujeita à responsabilidade penal é o tema central do enquadramento jornalístico (categoria 16 da variável de assunto dominante). Conforme indica o gráfico 37, isso representa cerca de 4% do conjunto de 173 matérias sobre sujeitos comuns.

Na variável apresentada neste item 4.1.4 do Capítulo 4, o objetivo era identificar nos textos das matérias se algum elemento fático era apresentado, de maneira explícita ou sugerida/implícita, como regalia ou condição vantajosa indevida de pessoas sujeitas à responsabilidade penal.

Gráfico 41 - Referência textual explícita ou sugerida a regalias

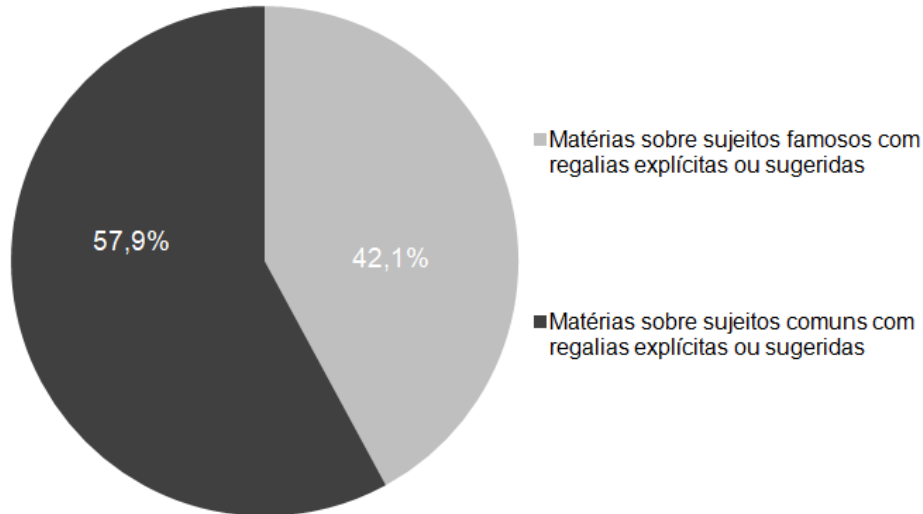
Fonte: Elaboração própria

A identificação de elementos fáticos explícitos abrangeu as 60 matérias em que a referência a regalias ou a condições vantajosas indevidas foi expressa, como, por exemplo, um relato de realização de festa, a posse de eletrodomésticos ou o de uso de celular dentro do estabelecimento penal. Isso representa 16% do total de matérias sobre castigo penal, conforme indica o gráfico 41.

Quanto aos elementos fáticos sugeridos como condição vantajosa indevida, enquadraram-se nessa categoria, por exemplo, os casos em que o texto da matéria insinua que o período de aprisionamento foi curto, além dos casos em que a matéria relata que uma ordem criminosa saiu de dentro do presídio (o que implica a existência de celular ou outro meio de comunicação ilícito). O total de 35 matérias em que foram identificadas referências implícitas/sugeridas a regalias ou condições vantajosas indevidas representa 9,3% das matérias sobre o castigo penal, conforme indica o gráfico 41.

Além disso, analisando o conjunto de 95 matérias em que há referências explícitas ou sugeridas/implícitas a regalias ou condições indevidas (25,3% do total de matérias sobre castigo penal), pareceu importante distinguir matérias sobre sujeitos famosos e sobre sujeitos comuns.

Gráfico 42 - Regalias de sujeitos famosos e de sujeitos comuns



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

No conjunto de 95 matérias em que há referências explícitas ou sugeridas a regalias ou condições indevidas, o quantitativo de matérias sobre sujeitos comuns é 37% maior.

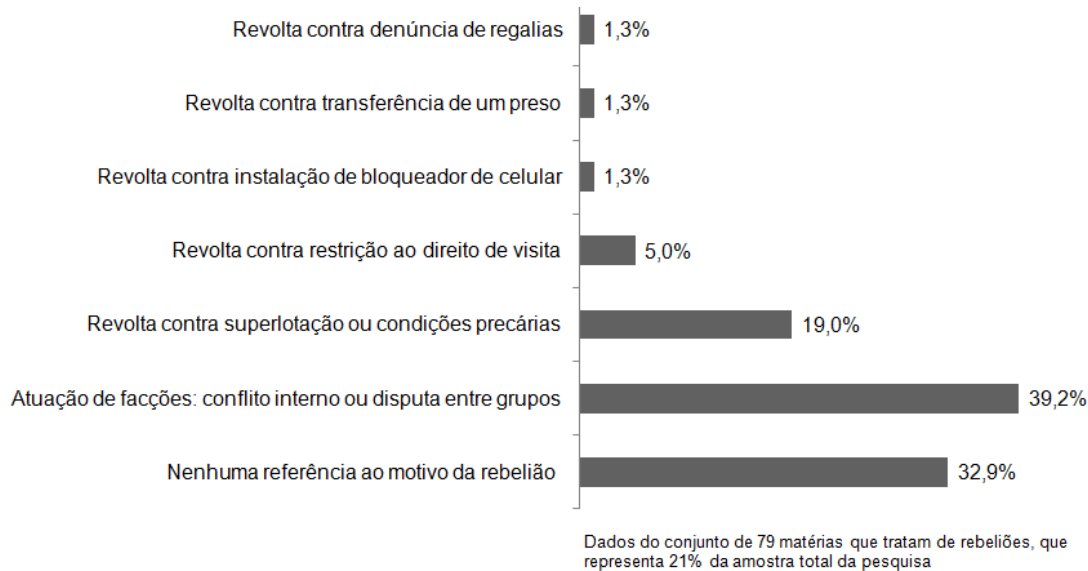
4.1.5 Motivo de rebeliões

A variável da pesquisa denominada motivo de rebeliões visava explorar a cobertura jornalística de episódios apresentados como escândalo, marcados como crise prisional:

(...). acompanhei pela mídia inúmeras outras rebeliões e invasões de presídios, com vítimas. (...) Vejo que o Estado é um avestruz, que esconde a cabeça para não enxergar a escabrosa situação dos presídios. Os presos vivem como gado, e a finalidade da pena é meramente punitiva, burlando a teoria positivista de que 'a segurança social se alcança mais com o trabalho de recuperação do infrator do que com a punição (RAMOS, 2001).

No universo de 375 matérias sobre castigo penal, houve 79 matérias em que foi noticiada a ocorrência de rebeliões (21%). Examinando esse conjunto de matérias, foram identificados os motivos atribuídos pelas narrativas jornalísticas, conforme indica o gráfico 43.

Gráfico 43 - Referência textual a motivo de rebeliões



Fonte: Elaboração própria

É bastante curioso que em 32,9% das matérias que tratam de rebeliões não haja qualquer tentativa do Jornal Nacional, em sua narrativa sobre os fatos, de informar o motivo da insurreição das pessoas privadas de liberdade. A busca por essa explicação junto às fontes é um dos principais elementos da rotina da produção de notícias, conforme o ritual dos "5 W" - *who, what, when, where, why*, já citado nesta tese (TUCHMAN, 1972). Portanto, tal quantitativo, referente a cerca de um terço das matérias em que a temática é tratada, constitui um dos achados mais significativos da pesquisa apresentada nesta tese.

A ausência de qualquer referência nas matérias do Jornal Nacional a possíveis motivos das rebeliões pode naturalizar as crises, como se fossem eventos fortuitos, fatalidades que acontecem inesperadamente. Nesse sentido, é interessante destacar um trecho da matéria nº 216 da amostra, em que Michel Temer, ocupante do cargo de Presidente da República em janeiro de 2017, refere-se aos massacres que ocorreram naquele momento como um "acidente pavoroso".

O referido político havia ficado em silêncio por longos três dias após a tragédia, como estratégia de comunicação que tentava lidar com a crise como "um incidente localizado". No período em que esteve omissivo, até mesmo o Papa Francisco se manifestou sobre os massacres, rogando que "as condições de vida dos detentos sejam dignas de pessoas humanas". Quando o

político veio a público com o infeliz uso da palavra "acidente", a reação nas redes sociais foi forte" (URIBE, 2017).

Na citada matéria nº 216 na amostra desta pesquisa, é assim noticiada a fala infeliz:

Ao longo do dia, o presidente Michel Temer foi criticado por usar a expressão "acidente pavoroso" para o massacre. No fim da tarde, ele explicou numa rede social que a palavra "acidente" é sinônimo de tragédia, perda, desastre, desgraça, fatalidade. Segundo o dicionário Aurélio, acidente significa "acontecimento casual, fortuito, imprevisto, acontecimento infeliz, casual ou não, e de que resulta ferimento, dano, estrago, prejuízo, avaria, ruína, etc., desastre".

Outro achado importante da pesquisa, quanto à variável sobre rebeliões, é a predominância da narrativa de que as situações de crise no sistema prisional são motivadas pela atuação de grupos organizados, chamados de "facções prisionais".

Considerando o conjunto total de matérias em que são noticiadas rebeliões, é de 39,2% percentual de matérias em que a atuação de facções é indicada como motivo da crise prisional, seja narrando conflitos internos ou informando que há disputa entre diferentes grupos. Caso seja tomado como referencial apenas o grupo de 53 matérias em que as narrativas jornalísticas indicam expressamente uma motivação de rebeliões, a predominância desse elemento (atuação de facções) cresce para 58,5%.

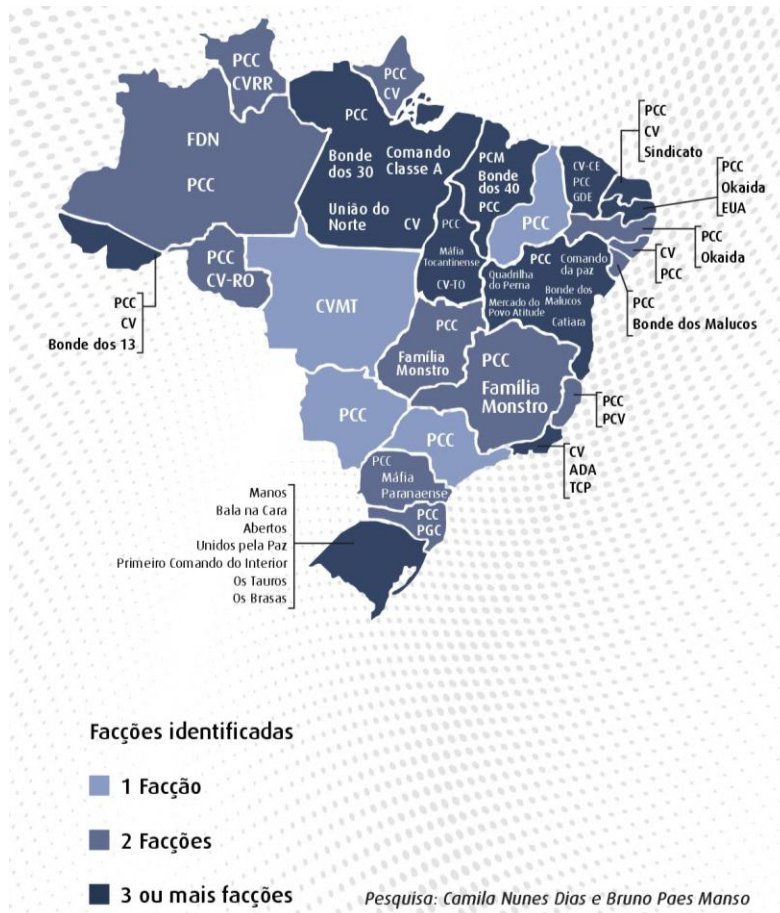
Para discutir esse resultado da pesquisa, é importante ter em vista o fenômeno de expansão territorial da atuação de grupos organizados no sistema prisional, denominado pelos pesquisadores Camila Dias e Bruno Manso de "faccionalização do país". Esse processo é associado a opções políticas no campo da segurança pública que formataram um cenário propício para a nacionalização das redes: elevação das taxas de encarceramento, aumento do déficit de vagas nas prisões e padrão violento de atuação policial, focado nos confrontos em detrimento de investigação de inteligência, com altas taxas de letalidade e muitas denúncias de corrupção, tortura e espancamento (FBSP, 2018).

(...) podemos identificar ao menos quatro movimentos: 1. um projeto de expansão do PCC através da rede carcerária com a criação de "Sintonias" vinculadas organicamente à estrutura paulista; 2. migração de indivíduos foragidos e vinculados ao CV ou ao PCC e, em geral, envolvidos em roubos a instituições financeiras; 3. o surgimento de grupos locais, em quase todos os estados, em aliança (ex: GDE-CE, Bonde dos 13-AC, Estados Unidos-PB, Bonde dos Malucos-BA), ou em oposição (ex: FDN-AM, PGC-SC, Okaida-PB, Sindicato do Crime-RN) ao PCC; 4. a expansão do CV através da abertura de franquias em outros estados e da coligação com grupos locais.

O crescimento do mercado consumidor de maconha, cocaína e crack em todas as regiões brasileiras, nas grandes, médias e pequenas cidades permitiu a costura das redes carcerárias às malhas urbanas em todo o país. Apesar da grande diversidade nacional e de configurações locais muito específicas, nota-se que as taxas de homicídios são maiores e em tendência de crescimento nos locais em que há maior fragmentação e, especialmente, onde essa fragmentação está referida a grupos que se opõem entre si. Ao mesmo tempo que a organização do mercado de drogas a partir do domínio do sistema penitenciário permitiu ao PCC lucrar com a diminuição dos conflitos e dos homicídios no mundo do crime paulista, a chegada do grupo no mercado de outros estados produziu enorme instabilidade dentro e fora dos presídios, promovendo alianças e rivalidades violentas, tendo um reflexo no aumento das taxas de homicídios, como ocorreu principalmente nos estados do Norte e do Nordeste, como Amazonas, Roraima, Acre, Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe e Paraíba (FBSP, 2018, p. 6).

O mapa de atuação das facções por unidade federativa é bastante esclarecedor da realidade atual, conforme indica a Figura 1.

Figura 1 - Mapa das facções prisionais no Brasil



Fonte: (FBSP, 2018)

Para os citados pesquisadores, o fortalecimento das facções está relacionado, ainda, à ausência de políticas públicas que integrem ações de repressão qualificada (inteligência e investigação) com ações de prevenção (saúde, cultura e educação, em especial) focadas nas pessoas "mais vulneráveis à violência das facções, da polícia e do sistema carcerário: os jovens, pobres e negros" (FBSP, 2018, p. 6).

Observado esse cenário, é compreensível que os resultados da variável apresentada neste item indiquem que 58,5% das matérias que possuem referência expressa a motivos de rebeliões indiquem os conflitos internos e as disputas entre facções como fator central das situações de crise prisional. Por outro lado, se a análise desse resultado é realizada em cotejo com os dados da variável sobre fontes jornalísticas (predomínio de 84,6% de fontes oficiais) e da variável sobre opinião/posição da pessoa sujeita à responsabilidade penal (silenciamento em 82,7% das matérias), fica evidente o tamanho do desafio de compreender as potencialidades e os limites da cobertura jornalística sobre crises prisionais. Tais crises ocorrem no cenário de um sistema prisional com gravíssimos problemas de violação de direitos das pessoas sujeitas à responsabilidade penal, conforme reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2015) e denunciado ao SIDH-OEA em numerosos casos⁷⁴ elencados no Anexo III desta tese.

Um exercício interpretativo interessante, nesse sentido, pode partir da análise dos dados sobre a realidade prisional das unidades federativas em que ocorreram as rebeliões (e consequentes massacres) que foram objeto de intensa cobertura no período estudado, destacadas no gráfico 3 desta tese: Rio Grande do Norte, Roraima e Amazonas.

No Rio Grande do Norte, há 2,1 presos para cada vaga, o que representa superlotação de mais de 100%, sendo que os presos provisórios chegam a 32% da população prisional:

O sistema prisional precisa ser tratado com mais transparência, mais nitidez pública em suas ações e atividades, de forma a gerar dados que possam consubstanciar diagnósticos críveis. O ano de 2019 se avizinha cada vez mais e não se tem informações de 2017 nem das populações sob custódia de policiais e carcerária total, nem sobre o total de vagas no sistema carcerário do Rio Grande do Norte. Além dessas informações, não se tem ao certo o número de presos provisórios e nem, portanto, a relação preso/vaga. O sistema carcerário no estado não é tratado como um capítulo integrante da segurança pública, e vive num mar de obscuridade que somente dificulta o trabalho do gestor realmente imbuído em construir soluções duráveis e perceptíveis (FBSP, 2018, p. 106).

O percentual de pessoas privadas de liberdade no Rio Grande do Norte que não têm ensino médio completo é de 94%, segundo o Infopen. Embora a Lei de Execução Penal assegure que o acesso à assistência educacional é um direito da pessoa privada de liberdade, a ser oferecido pelo Estado na forma de instrução escolar e formação profissional, 98% da população prisional potiguar não tem acesso a vagas de atividade educacional (BRASIL, 2017). Isso significa que o art. 18-A da referida lei está sendo descumprido para a imensa maioria das pessoas que ingressaram no sistema prisional do Rio Grande do Norte sem terem completado o ensino médio: "Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização."

Quanto a oportunidades de trabalho, ainda segundo o Infopen, é de 99% o percentual da população prisional que não tem acesso, nem como trabalho externo, nem como trabalho interno em seus estabelecimentos penais.

Sobre a realidade de Roraima, no ano de 2017 havia 2 presos para cada vaga, configurando superlotação de 100%. A população prisional do estado saltou de 1.604 pessoas, em 2014, para 2.339 em 2016, o que significa um aumento de 45% em apenas 2 anos (FBSP, 2018). Embora 81% das pessoas privadas de liberdade não possuam ensino médio completo, a oferta de vagas em atividades educacionais no estado é muito restrita. Cerca de 86% da população prisional de Roraima não tem assegurado seu direito à educação. Quanto a oportunidades de trabalho, elas não estão disponíveis para 92% das pessoas privadas de liberdade.

Especificamente sobre a realidade do Amazonas, são 4,7 presos para cada vaga, sendo que os presos provisórios chegam a 60% da população prisional:

Os presos cumprindo pena no sistema penitenciário saltam de 7.874 em 2014 para 10.277 em 2016, dos quais 60,6% são provisórios. O número de presos em custódia nas polícias permanece estável com ligeiro acréscimo de 756 em 2014 para 797 em 2016. A relação de preso/vaga apresentou grande crescimento de 2014 a 2017, pois saltou de 2,5 para 4,7 presos por vaga em quatro anos. As precariedades do sistema prisional no estado foram explicitadas, nacional e internacionalmente, com a rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ) que deixou 56 mortos no início do ano de 2017. O confronto entre as facções Família do Norte (FDN) e Primeiro Comando da Capital (PCC) explicitou a fragilidade do sistema prisional do estado (FBSP, 2018, p. 25).

⁷⁴ A respeito desses casos e da omissão da cobertura do JN sobre os processos, ver item 4.3 do Capítulo 4.

Cerca de 65% da população prisional do Amazonas ingressou no sistema prisional sem ter concluído sequer o ensino fundamental. Considerando o nível de ensino médio, o percentual chega a 87%. No entanto, em descumprimento da Lei de Execução Penal, mais de 91% das pessoas privadas de liberdade não tem acesso a atividades educacionais e 87% não tem acesso a qualquer oportunidade de trabalho, nem mesmo em trabalho interno em suas unidades prisionais.

A realidade de desorganização e de violação de direitos nessas unidades federativas, mesmo após a ocorrência dos massacres, é objeto de documentação e denúncia no "Relatório de Monitoramento de Recomendações: Massacres Prisionais dos Estados do Amazonas, do Rio Grande do Norte e de Roraima". Conforme detalhado no item 2.2.1 do Capítulo 2 desta tese, quase dois anos após os massacres, apenas 5% de 185 recomendações tinham sido cumpridas e 71 presos do estado do Rio Grande do Norte permaneciam "desaparecidos", ou seja, não foi registrada sua fuga ou transferência e não se sabe se foram mortos no massacre. As evidências contidas no documento oficial relatam ocorrências com humilhação coletiva, desnudamentos, constrangimentos de mulheres e crianças nas visitas familiares, espancamentos e até mesmo enforcamentos (BARBOSA; RAFAEL, 2018).

Nesse cenário, ainda que as disputas entre facções sejam graves problemas a serem solucionados e que tenham sido um fator importante na eclosão dos massacres de janeiro de 2017, parece bastante simplista a indicação de que a motivação de revolta das pessoas privadas de liberdade nessas unidades federativas restringe-se a conflitos entre grupos organizados. Essa indicação ocorreu em 60% das matérias que abordaram rebeliões no referido mês de janeiro (24 de 40 matérias).

Em apenas 10% das matérias de janeiro de 2017 (4 de 40 matérias que trataram de rebeliões) houve referência textual a condições precárias dos estabelecimentos penais (inclusive superlotação) como fatores que motivaram a grave situação de crise prisional vivenciada no momento dos massacres.

Na cobertura do Jornal Nacional quanto a esse período de crise, em janeiro de 2017, as fontes foram majoritariamente oficiais (90% de predominância nas 40 matérias de janeiro de 2017 que tratam de rebeliões) e a opinião/posição das pessoas privadas de liberdade foi muito pouco presente. Observou-se em 80% das matérias do período (32 de 40 matérias) a ausência de

qualquer fala de familiares, da Defensoria Pública, de advogados dos presos ou mesmo de qualquer fala do Poder Público estadual sobre suposta posição dos presos.

Nesse cenário, a guerra de facções é uma justificativa "fácil", que exime a responsabilidade dos operadores do sistema de controle penal quanto aos graves problemas da custódia penal e coloca os próprios presos na condição de culpados, não de vítimas dos massacres.

Tal constatação adquire contornos curiosos quando avaliada em perspectiva histórica. Durante muito tempo, a própria existência dos grupos organizados era negada insistentemente pelos governantes, em especial os paulistas quanto ao PCC, "que acusavam a imprensa de inventar e/ou exagerar aquilo que publicavam sobre a organização, numa postura refratária que se manteve mesmo depois da megarrebelião de 2001 e dos ataques a autoridades de segurança, em 2006" (MANSO; DIAS, 2017). Portanto, os resultados encontrados nesta tese indicam um interessante deslocamento do discurso. O extremo do estado de negação dá lugar, após o decorrer de alguns anos, ao seu oposto: à referência permanente, como explicação "natural" de que os problemas das crises prisionais decorrem da barbárie das facções.

4.1.6 Mortes

São escassos os estudos empíricos sobre a ocorrência de mortes no sistema prisional brasileiro, de modo que não é possível saber ao certo quantas pessoas têm sido assassinadas, suicidam ou morrem com problemas de saúde dentro dos estabelecimentos penais de cada unidade federativa.

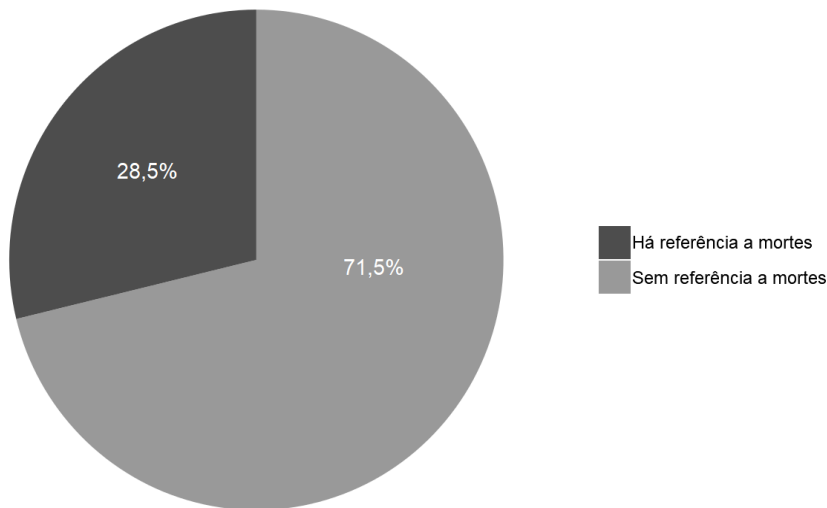
Um levantamento com foco na realidade específica do estado do Rio de Janeiro, comparando os anos de 1998 e 2017, indica que a população prisional daquele estado cresceu 5,6 vezes no período e o número de mortes de pessoas privadas de liberdade foi 10 vezes maior. Ao longo desses anos, as prisões ficaram mais insalubres. Em 2018, somente nos quatro primeiros meses do ano, os estabelecimentos penais fluminenses já contabilizavam 55 pessoas mortas (EM, 2018).

Nesse sentido, pareceu relevante, no escopo do estudo de mídia empreendido, compreender como a cobertura do Jornal Nacional relatou em suas narrativas a ocorrência de mortes relacionadas ao castigo penal.

Assim, este item 4.1.6 do Capítulo 4 apresenta os dados de 2 variáveis referentes a elementos discursivos sobre mortes que aparecem nos textos das matérias do Jornal Nacional sobre castigo penal, veiculadas no período de três anos abrangido pela pesquisa: motivo de mortes e identificação de mortos.

No tratamento de dados dessas variáveis, foram realizadas duas providências para viabilizar a categorização e análise dos dados. Primeiro, conforme indica o gráfico 44, foram selecionadas as matérias da amostra que possuíam alguma referência textual à ocorrência de mortes. Em seguida, conforme indica o gráfico 45, foi realizada uma distinção entre matérias que tratam de mortes de pessoas sujeitas à responsabilidade penal e matérias em que a referência encontrada trata de mortes de terceiros, as quais compõem a amostra de castigo penal porque foram causadas por pessoas sujeitas à responsabilidade penal.

Gráfico 44 - Existência de referência textual a mortes

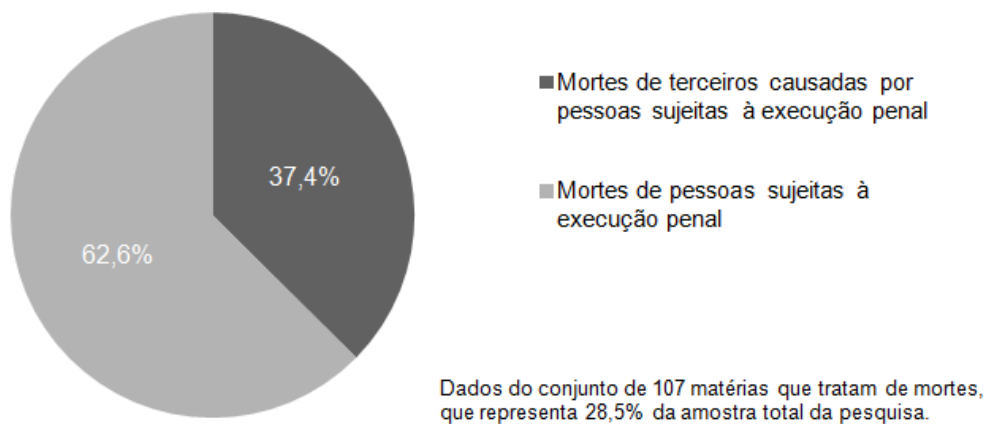


Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

Delimitado o conjunto de 107 matérias sobre castigo penal que tratam de mortes, referente a 28,5% da amostra total da pesquisa, foi possível explorar alguns aspectos de seu enquadramento jornalístico, conforme demonstram os resultados dos gráficos 45 e 46, a seguir.

Gráfico 45 - Referência textual a mortes de pessoas sujeitas à responsabilidade penal



Fonte: Elaboração própria

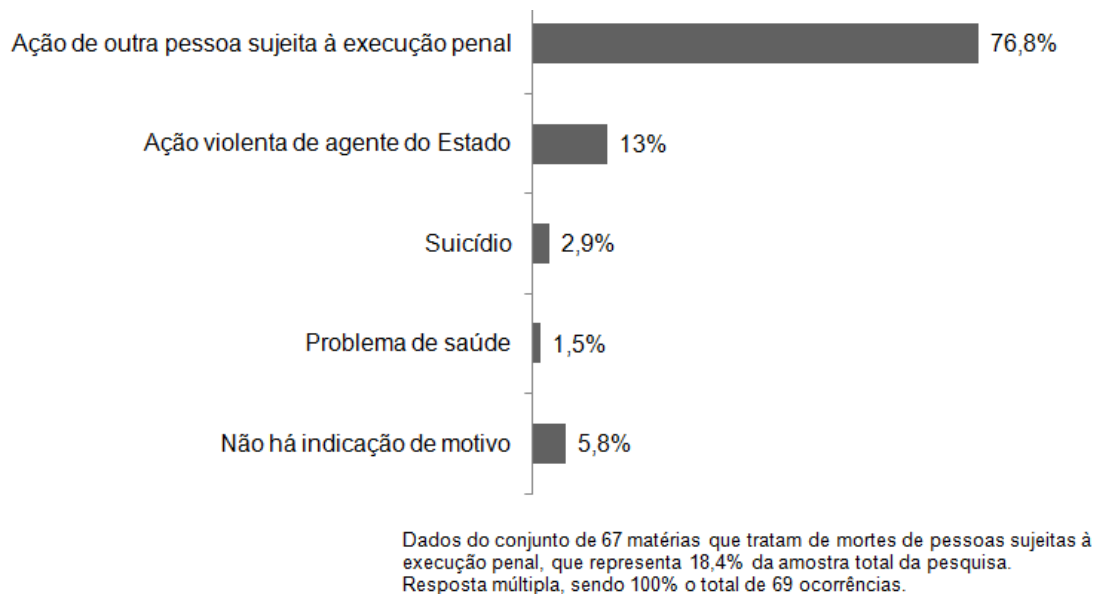
Foram identificadas 67 matérias em que há referências a mortes de pessoas sujeitas à responsabilidade penal (62,6% do conjunto de 107 matérias), conforme representado no gráfico 45 acima.

Na variável relativa a **motivo de mortes**, optou-se, no tratamento de dados, pela identificação das seguintes hipóteses:

- Ação de outra pessoa sujeita à responsabilidade penal
- Ação violenta de agente do Estado
- Problema de saúde
- Não há indicação de motivo
- Outro motivo que não está listado nas alternativas anteriores

Quanto à alternativa "outro motivo", foram identificadas apenas 2 matérias, ambas tratando de casos em que supostamente teria ocorrido suicídio de pessoa sujeita à responsabilidade penal. Portanto, esse resultado é apresentado no gráfico 46, a seguir, como "suicídio".

Gráfico 46 - Referência textual a motivos de mortes de pessoas sujeitas à responsabilidade penal



Fonte: Elaboração própria

Os resultados encontrados, apresentados no gráfico 46, indicam significativa predominância (76,8%) da ação de outra pessoa sujeita à responsabilidade penal. Portanto, o conflito entre pessoas privadas de liberdade mostrou-se o principal motivo de mortes indicado nas matérias do Jornal Nacional analisadas. A ação violenta de agentes do Estado apareceu na narrativa jornalística em apenas 13% das matérias analisadas. Por sua vez, as mortes por questões de saúde são praticamente inexistentes na cobertura jornalística.

O silêncio em relação às mortes por doenças contrasta com os resultados de pesquisas que indicam que elevado quantitativo de pessoas privadas de liberdade morrem jovens, com doenças do aparelho respiratório, como tuberculose, pneumonias e complicações decorrentes de infecções pulmonares:

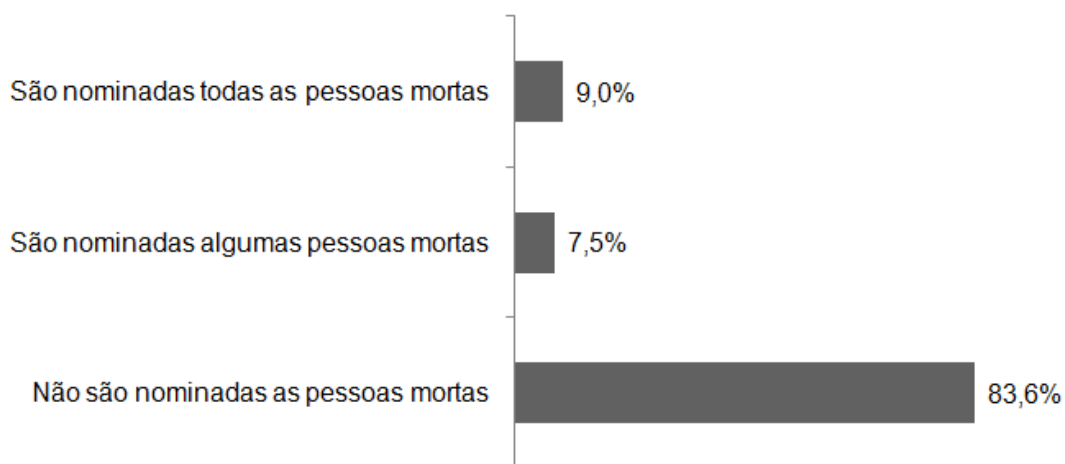
Dentre essas pesquisas, destaca-se uma análise feita pela Defensoria sobre 83 presos mortos entre 2014 e 2015. Desse total, 30 apresentavam sinais de emagrecimento excessivo e desnutrição, segundo o laudo cadavérico. (...)

A maioria das mortes no sistema penitenciário envolve pessoas jovens, portadores de diabetes ou hipertensão. Essas doenças, assim como as decorrentes de problemas respiratórios, poderiam ter sido evitadas por tratamentos fornecidos pela rede pública de saúde (EM, 2018).

Ainda sobre saúde, dois dados impressionantes são relacionados a HIV e à ocorrência de suicídios. A incidência do vírus da AIDS se apresenta 138 vezes maior no sistema prisional em comparação com o índice da população geral brasileira (2.189,9 casos para cem mil pessoas presas, enquanto na população geral a proporção é de 15,8 casos para cem mil habitantes). A ocorrência de suicídios é quadruplicada entre pessoas privadas de liberdade (22,2 suicídios para cada cem mil pessoas presas, enquanto na população geral são 5,5 suicídios para cada cem mil habitantes) (MOREIRA, 2018).

Quanto à identificação de pessoas mortas nas narrativas jornalísticas sobre o castigo penal, os dados contidos no gráfico 47 também se referem ao conjunto de 67 matérias do Jornal Nacional, veiculadas no período estudado, em que estão relatadas mortes de pessoas sujeitas à responsabilidade penal.

Gráfico 47 - Identificação de pessoas mortas que estavam sujeitas à responsabilidade penal



Dados do conjunto de 67 matérias que tratam de mortes de pessoas sujeitas à execução penal, que representa 18,4% da amostra total da pesquisa.

Analisadas as 67 matérias do Jornal Nacional, veiculadas no período abrangido pela pesquisa, em que são relatadas mortes de pessoas sujeitas à responsabilidade penal (62,6% do conjunto de 107 matérias em que há referências textuais a mortes), constatou-se elevada predominância (83,6%) de uma opção de enquadramento jornalístico que não identifica nenhuma das pessoas mortas.

Essa constatação faz lembrar a reflexão de Sérgio Adorno sobre a naturalização da tragédia prisional na narrativa jornalística, em que o especialista relembra a chocante afirmação de uma fonte oficial, autoridade da administração prisional, diante de um episódio em que morreram 16 pessoas: "não temos mortos a lamentar". Sua análise perpassa pelo enquadramento das crise prisionais:

Com frequência, a opinião pública é sacudida com notícias de rebeliões nos presídios brasileiros. Aqui e acolá, seja em estabelecimentos penitenciários de grande porte seja em delegacias e distritos policiais, cidadãos condenados ou sob tutela das instituições encarregadas de controle da ordem pública amotinam-se. Armados, tomam funcionários como reféns e reivindicam fugas sob o patrocínio do poder público. O desfecho desses acontecimentos, que colocam em confronto as forças da legalidade versus o mundo dos ilegalismos, tem caminhado no sentido da negociação, do diálogo e do convencimento dos amotinados, procedimentos que evitam vítimas fatais e restabelecem a ordem.

No entanto, nem sempre foi e tem sido assim. Quando ocorre a radicalização do conflito, colocando em risco a vida de funcionários justamente incumbidos de zelar pela segurança do presídio - e por essa via, pela segurança dos demais cidadãos - opta-se pelo recurso mais arriscado: o emprego de uma força maior para conter a demonstração de força dos amotinados. O saldo, conhecemos. Mortes de presos, justamente aqueles cuja vida deveria estar sob tutela do poder público.

O cidadão comum, espectador desses acontecimentos, pouco pode intervir. Diante do vídeo de TV onde passivamente acompanha os noticiários ou lendo quotidianamente seu jornal, não tem como indagar do poder público se as mortes, de quem quer que fosse, poderiam ter sido poupadas. Para alguns, o desenrolar dos acontecimentos não poderia ter sido outro. Para outros, esse é o modo "natural" e adequado de lidar com bandidos, essa espécie de "dejeto" social que deve ser extirpada do corpo social sadio. Não é surpreendente que reações desta ordem, sugestiva de exclusão moral (Cardia, 1994) de cidadãos envolvidos com o mundo do crime, sejam inclusive justificadas por autoridades públicas, como necessárias e imperativas.

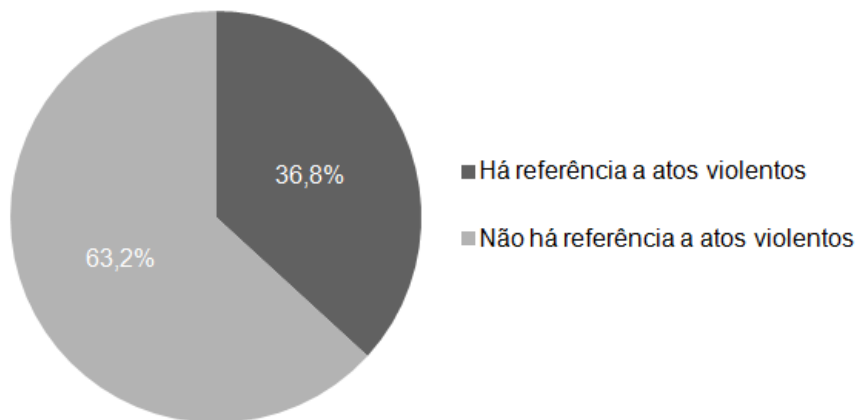
Em 1986, após rebelião na Penitenciária de Presidente Wenceslau, interior do estado de São Paulo, na qual resultaram 16 mortos, entre presos e funcionários, o então Coordenador dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado (COESPE), um ex-delegado de polícia, declarou enfaticamente: "Não temos mortos a lamentar". Contundente, esta frase não provocou indignação dos cidadãos. Muito ao contrário, sequer sofreu censura de seu superior, o Secretário de Justiça do Estado de São Paulo, menos ainda resultou em punição disciplinar ou coisa que o valha (ADORNO, 1999).

A anonimização de pessoas mortas sob a custódia do Estado pode banalizar as mortes causadas por doenças tratáveis, como é o caso das doenças respiratórias referidas na discussão dos resultados do gráfico 46, assim como de banalização de assassinatos ocorridos em ambientes que deveriam estar sob controle dos agentes públicos, já que as pessoas estão sendo ali mantidas em privação de liberdade por uma decisão estatal, sob a responsabilidade do Poder Público.

4.1.7 Vítimas de atos violentos

Para explorar os resultados da variável denominada vítimas de atos violentos, primeiro distingi as matérias em que havia alguma referência a atos violentos e as matérias em que essa referência textual não existia, conforme indica o gráfico 48, a seguir.

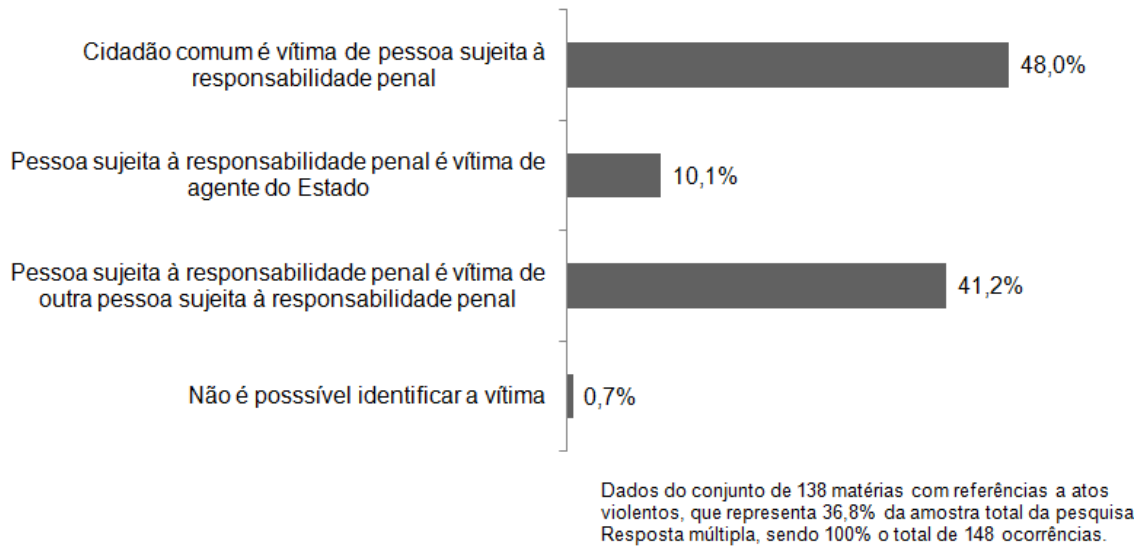
Gráfico 48 - Existência de referência textual a atos violentos



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

Fonte: Elaboração própria

Predominam as matérias sem referência textual a atos violentos, mas é relevante estatisticamente o número de matérias em que há esse tipo de referência. Portanto, faz sentido compreender o teor dessas matérias, dissecando o perfil da vítima de atos violentos representados nas narrativas jornalísticas.

Gráfico 49 - Vítimas de atos violentos

Fonte: Elaboração própria

Tendo em vista o conjunto de 138 matérias do Jornal Nacional no período estudado em que são relatados atos violentos (36,8% da amostra total da pesquisa), constatou-se elevada predominância (48%) de referências textuais aos "cidadãos comuns" como vítimas de pessoas sujeitas à responsabilidade penal.

O uso da expressão "cidadãos", em uma das alternativas dessa variável, é bastante problemático, dado que a pena privativa de liberdade (ou qualquer outro castigo penal no Estado de Direito brasileiro) não retira da pessoa a condição de cidadã. No entanto, a expressão foi escolhida exatamente para representar a perspectiva de exclusão que pauta o senso comum sobre o controle penal e constrói o estereótipo do criminoso.

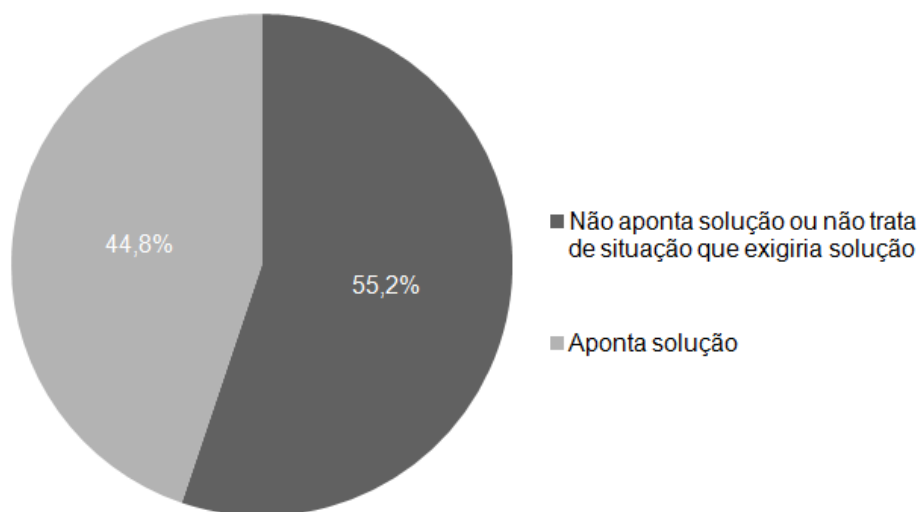
Quanto à violência estatal contra pessoas sujeitas à responsabilidade penal, bastante presente na realidade do sistema prisional brasileiro (conforme já discutido em tópicos anteriores desta tese), sua ocorrência só aparece relatada em 15 matérias veiculadas pelo Jornal Nacional no período de três anos estudado (nov/2014 a out/2017), o que significa 10,1% das 138 matérias sobre castigo penal que relatam atos violentos e apenas 4% da amostra total da pesquisa.

4.1.8 Soluções

Na variável apresentada neste item 4.1.8 do Capítulo 4, o objetivo era identificar nos textos das matérias se havia ou não indicação de solução que dá um “fechamento” de sentido à matéria, entendida a partir da fala do repórter, dos apresentadores ou das fontes. O uso dessa variável na pesquisa, conforme já afirmado no Capítulo 1 desta tese, foi inspirado na aplicação do método de análise de enquadramento jornalístico realizada na obra de Liziane Guazina (GUAZINA, 2011).

A propósito, é importante perceber uma peculiaridade do conteúdo audiovisual das notícias do telejornalismo, quando comparado com o texto do jornalismo impresso ou eletrônico: "a notícia de televisão é concebida para ser completamente inteligível quando visionada na sua totalidade" (WEAVER, 1999, p. 299).

Gráfico 50 - Indicação de solução para os problemas apresentados



Dados das 375 matérias que constituem a amostra total da pesquisa. Resposta única.

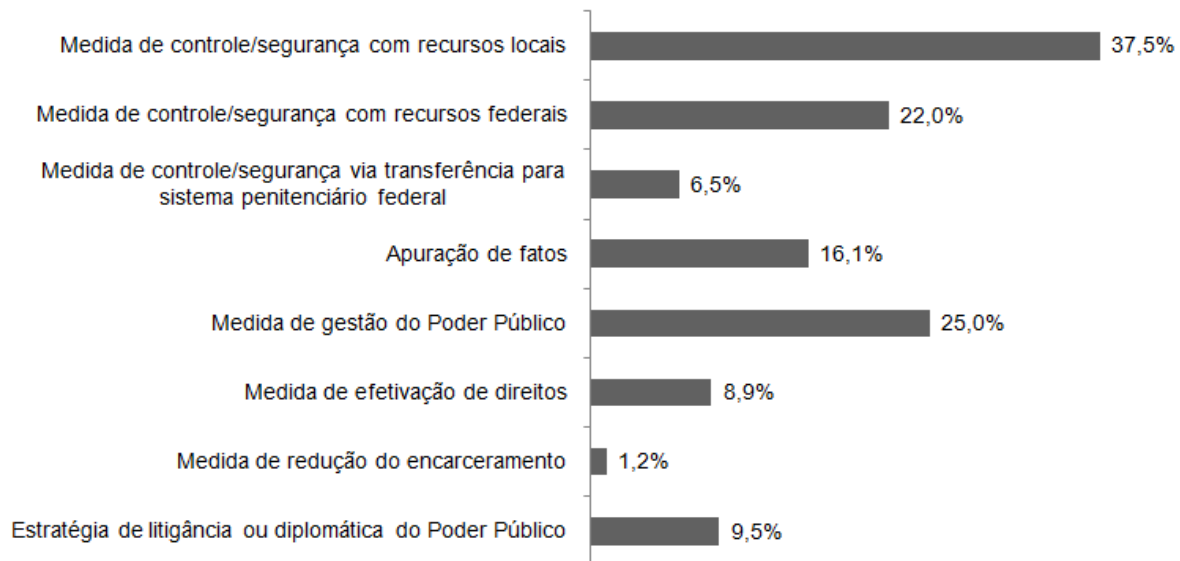
Fonte: Elaboração própria

Foram identificadas 168 matérias (44,8% da amostra de 375 matérias da pesquisa) em que são apontadas soluções no enquadramento do Jornal Nacional, conforme indicam os resultados contidos no gráfico 50.

Dentro do grupo de 207 matérias em que não são apontadas soluções, verifiquei que 171 delas referem-se a sujeitos famosos. Isso significa que 84,6% das matérias sobre sujeitos famosos (171 de 202) não apresentam um fechamento de sentido conferido pela indicação de soluções para a situação relatada.

Esse resultado pode decorrer da peculiaridade de que, ao narrar os fatos da execução penal de sujeitos famosos, o Jornal Nacional parece exercer especial esforço no sentido do "jornalismo informativo" que seus editores identificam como "bom jornalismo": isento e profissional, buscando um certo distanciamento dos fatos que são noticiados (GUAZINA, 2011, p. 126).

Gráfico 51 - Detalhamento de soluções indicadas para os problemas apresentados



Dados do conjunto de 168 matérias em que é apontada alguma solução, que representa 44,8% da amostra total da pesquisa. Resposta múltipla, sendo 100% o total de 168 matérias.

Fonte: Elaboração própria

Quando analisado o conjunto de matérias em que há indicação de soluções, os resultados indicam significativa predominância do aspecto repressivo da execução penal, conforme indica o gráfico 51. Medidas de aumento de controle aparecem em 37,5% das matérias como solução a ser adotada com recursos locais, além de aparecerem em 22% das matérias como solução com recursos federais. A transferência para o sistema penitenciário federal, solução apontada em 6,5% das matérias, representa também uma medida de aumento de controle. A transferência costuma ocorrer em situações de crise, como forma de isolamento da pessoa, pois o sistema é composto por penitenciárias de segurança máxima e tem rotinas de controle mais rigorosas do que aquelas observadas nas unidades prisionais dos estados.

Em algumas matérias, o fechamento de sentido não é realizado na última fala da matéria, mas sim em alguma afirmação-chave feita pelo repórter, pelo apresentador ou mesmo por uma das fontes consultadas. Sua condição de solução para a problemática relatada na matéria fica evidenciada pelo modo como se constitui o enquadramento jornalístico daquela narrativa.

4.2 Ideia organizadora e atribuição de responsabilidades

Este item 4.2 apresenta uma breve síntese analítica elaborada a partir das informações registradas em dois campos abertos da ficha utilizada no tratamento dos dados: a identificação da ideia organizadora da notícia e a atribuição de responsabilidades. A partir da análise de recursos retóricos e técnicos observados nas matérias, os itens a seguir discutem algumas representações dominantes sobre o funcionamento do castigo penal nas matérias do Jornal Nacional, extraídas a partir desses campos abertos de análise de enquadramento jornalístico.

4.2.1 O despreparo do Estado e a ênfase das fugas

O enquadramento jornalístico de dezenas de matérias do Jornal Nacional sobre o castigo penal enfatiza a representação do Estado brasileiro (dos governos estaduais, com frequência) como totalmente despreparado para lidar com a quantidade de pessoas privadas de liberdade, com

a atuação de grupos organizados (chamados de facções), com a falta de recursos (agentes penitenciários, armas, estrutura física) e até com a corrupção dentro das prisões.

Destacam-se, nesse aspecto, as seguintes matérias: quanto a Pernambuco (matérias identificadas como nº 14,15, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30), quanto ao Rio Grande do Norte (matérias nº 36, 41, 57), quanto a Santa Catarina (matéria nº 44), quanto ao Maranhão (matéria nº 52), quanto ao Pará (matéria nº 62), quanto à Bahia (matéria nº 66), quanto ao Rio de Janeiro (matéria nº 73), quanto a Alagoas (matéria nº 75), quanto ao Paraná (matérias nº 86, 108, 111), quanto ao Mato Grosso (matéria nº 93, 101) e quanto a Minas Gerais (matéria nº 112).

As pessoas privadas de liberdade são retratadas como “especialistas” em explorar as brechas do aparato de controle estatal, sendo mostradas imagens recorrentes de presos portando armas (matérias nº 14, 15, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 62, 73), celulares (matérias nº 14, 15, 25, 26, 29, 30, 73), fazendo festas ou usando drogas (matérias nº 15, 26, 30, 73, 96).

Outras matérias indicam nível de ousadia ainda maior, com relatos de bombas encontradas por policiais (matéria nº 29), casos de extrema violência, com decapitações ou tratamento desumano de reféns (matérias nº 66, 108), além de esquemas de fuga complexos ou de grandes proporções (matérias nº 37, 52, 57, 62, 86, 90).

Na matéria nº 52, o tom crítico à ineficiência estatal está colocado na ênfase de que os agentes do estado maranhense sabiam de um plano de fuga, mas não fizeram nada para impedi-lo. Essa mesma "crítica à inércia" se repete nas matérias nº 57 e 75, relativa a outras unidades federativas. Na matéria nº 57, a apresentadora inclusive aparenta surpresa na entonação da fala, o que é reforçado pela descrição de obra de grandes proporções (“escada gigantesca”) para possibilitar a fuga de presos no Rio Grande do Norte. Na matéria nº 75, a afirmação da Secretaria Nacional de Segurança Pública chama bastante atenção: "O sistema prisional do Brasil é caótico". É a confissão nua da falência estatal.

Em algumas matérias, o enquadramento posiciona diferentes personagens estatais como antagonistas no conflito, o que agrava a representação de descontrole. A matéria nº 26 opõe agentes penitenciários e governo estadual em acusações mútuas quanto à responsabilidade pelos problemas retratados. A matéria nº 73 explicita a falta de comunicação entre as diferentes instâncias, quando o apresentador diz que “a Secretaria de Ação Penitenciária do Rio declarou que não sabia das investigações da Polícia Civil - que duraram oito meses”.

Veiculada em 07/08/2015, a matéria nº 90 envolve um caso de fuga em massa de presidiários, ocorrida devido a um fator a princípio distante do contexto prisional. Uma quadrilha de assaltantes interceptou um carro forte no meio de uma estrada do interior de SP e, quando um comboio com presos que estavam em transferência passava pelo local do crime, os assaltantes abriram fogo contra os agentes carcerários e libertaram todas as pessoas presas. O enquadramento da matéria sugere que foi um ato de “camaradagem” dos assaltantes em benefício das pessoas presas, viabilizado pelo fato de que a quadrilha era bem preparada e os agentes do Estado, pelo contrário, falharam totalmente em sua missão.

Ainda sobre despreparo do Estado, na matéria nº 101, a crítica vai em mais de uma direção. Relata o jornalista que presídios no Mato Grosso estariam proibindo famílias de levarem comida para seus parentes presos (que a matéria dá a entender como um direito dos presos), obrigando os detentos a comprar produtos no “mercadinho” da prisão, sem nenhum controle para garantir a idoneidade das transações. Além disso, a crítica da matéria vai na direção dos produtos que estariam sendo vendidos, considerados “perigosos” – o repórter demonstra surpresa ao dizer que até isqueiros, óleo de cozinha e lâminas de barbear eram vendidos. O diretor de um dos presídios envolvidos aparece embaraçado, colocado contra a parede e sem saber o que responder ao repórter, ao ser perguntado se isqueiro não seria um produto perigoso de ser vendido às pessoas presas.

Na matéria nº 105, o apresentador do Jornal Nacional relata que uma juíza foi agredida por um grupo de policiais presos no Rio de Janeiro. Ele arqueia as sombrancelhas, em expressão facial que denota perplexidade e enfatiza a palavra “juíza”, falada sílaba por sílaba, indicando a gravidade do fato de a vítima ser uma magistrada. Na narrativa, animações são apresentadas em sequência, como um recurso técnico para mostrar ao telespectador com maior dramaticidade a ação dos presos. A matéria é finalizada com texto que sugere que a juíza sofreu represália pelo fato de ter denunciado regalias que encontrou em uma inspeção. As fotos feitas pela juíza são exibidas na matéria como prova das irregularidades e o Jornal Nacional destaca que “a Corregedoria admitiu descontrole na entrada de equipamentos eletrônicos e outras mordomias para os presos”.

A representação do controle como principal problema do sistema prisional é reforçada pelas matérias do Jornal Nacional em que o aparato de repressão do Estado é enfatizado no

enquadramento jornalístico: homens fortemente armados e equipados, com rosto coberto, são figuras ameaçadoras posicionadas no enquadramento jornalístico como adversárias das pessoas presas.

Há imagens e sons de policiais atirando contra detentos durante rebeliões nas matérias nº 28 e 111, por exemplo. Há imagens que contrapõem a seminudez das pessoas presas com a presença de figuras fortemente equipadas, conforme se pode ver nas matérias nº 29, 30, 36, 41. Helicópteros sobrevoam as prisões nas matérias nº 30 e 41.

As matérias sobre fugas são frequentes e enfáticas, contando histórias de pessoas que conseguiram fugir não só de unidades prisionais mas também de hospitais (nº 3, 163 e 165). Algumas narrativas são elaboradas, com recursos retóricos e técnicos que aumentam a dramaticidade dos relatos. Nas matérias nº 52 e 90, ilustrações e imagens computadorizadas recriam na tela os momentos de resgate e de fuga.

A narrativa da matéria nº 90 tenta criar um ritmo de ação quase cinematográfico:

O carro-forte estava em uma estrada pouco movimentada quando 12 assaltantes em três carros se aproximaram. No ponto da estrada entre Cajuru e Mococa, os bandidos chegaram abrindo fogo contra o carro-forte. Um dos tiros atravessou a blindagem e atingiu o motorista, que morreu. Os outros dois seguranças ficaram feridos. Os assaltantes explodiram as portas do carro-forte. Bem nessa hora, passava um comboio transportando 41 presos. Os policiais da escolta trocaram tiros com os assaltantes. Antes de fugir, a quadrilha libertou todos os presos. Quatro decidiram ficar. Os outros 37 fugiram nos carros da própria penitenciária.

Em outras matérias, a forma de falar dos jornalistas destaca surpresa com a extensão de medidas de tempo e espaço relacionadas à ocorrência das fugas, configurando narrativas cujo enquadramento destaca deficiências de controle do funcionamento do sistema punitivo (matérias nº 57, 61, 62 e 86).

Na matéria nº 57, conforme já abordado, a fala da apresentadora Renata Vasconcellos tem entonação bastante enfática ao descrever o tamanho de um túnel onde ocorreu uma fuga de dezenas de presos, referindo-se também a uma "escada gigantesca" utilizada pelos fugitivos. Na matéria nº 61, a apresentadora Renata Vasconcellos olha para o colega de bancada e pronuncia de maneira enfática cada palavra ao falar da quantidade de tempo (56 anos) pelo qual um condenado ficou foragido nos Estados Unidos. Na matéria nº 62, o repórter parece falar de maneira mais arrastada (como um recurso retórico de ênfase) quando informa a quantidade de presos (208

detentos) que fugiram do sistema carcerário do Pará em 2015. Os números também ganham ênfase da apresentadora na matéria nº 86, quando ela diz que “35 presos fugiram” e que eles “renderam o único policial de plantão”.

Em algumas matérias, as críticas ao sistema penal brasileiro aparecem, em contextos diferentes, de formas mais indiretas. Em uma sequência de matérias sobre a fuga e posterior prisão de Henrique Pizzolato (nº 2, 31, 69, 71, 72, 78, 89, 100, 103, 107, 109, 113, 115, 117, 118), por exemplo, o governo italiano aponta para a “situação precária” das prisões brasileiras como motivo principal para não autorizar a transferência do preso brasileiro. O argumento do governo italiano acaba atravessando quase todas as matérias sobre a transferência de Pizzolato. Na matéria de nº 89, o foco é a visita de um oficial da Justiça italiana à unidade prisional de Itajaí (SC) para verificar se estaria em condições apropriadas para receber o réu.

Por outro lado, há diferentes formas de apresentação do sistema penal em outros países. Na matéria nº 68, por exemplo, sobre a prisão de dirigentes da Fifa acusados de corrupção, o sistema penitenciário da Suíça é apresentado como avesso a regalias, mesmo para presos ilustres e em idade avançada. A matéria passa a impressão de uma Justiça que respeita os direitos dos apenados, mas é também rígida e não permite benefícios indevidos.

Nesse universo, chama atenção uma matéria sobre mudança de legislação, que retrata a situação dos Estados Unidos. A matéria nº 122⁷⁵ tem abordagem aprofundada em relação ao padrão observado no enquadramento das *hard news* do Jornal Nacional. Relata a mudança da pena mínima obrigatória para alguns tipos de crime, o que levou à libertação de seis mil presos antes do tempo no país norte-americano. Chama a atenção o raciocínio apresentado no fim da matéria (“quebrar o ciclo: pobreza, criminalidade, prisão”), que indica as relações entre a condição social das pessoas e o funcionamento do sistema penal. Ao coletar um depoimento de uma moça que se diz com medo por causa da soltura, a matéria a contrapõe (com o uso do “mas”) com estudos do governo e problematiza a situação da maior população carcerária do mundo.

Também há notícias sobre falhas no controle do sistema penal de outros países. É o que acontece na matéria nº 70, sobre a fuga de dois homens de cadeia de segurança máxima nos EUA, e na matéria nº 80, sobre a fuga do traficante Joaquim Guzmán (em outras matérias

⁷⁵ Tratei dessa matéria também no item desta tese que aborda a omissão do Jornal Nacional quanto à seletividade penal no Brasil, que faz com que o perfil da população prisional seja desproporcionalmente pobre e negro.

denominado "El Chapo") de prisão no México. Nesta última, chama atenção a forma como William Bonner apresenta a nota, dando a entender que a fuga foi um procedimento fácil, quase como se um passe de mágica acontecesse: “ele senta na cama, calça os sapatos e desaparece...”.

4.2.2 A impunidade e os castigos indevidos: lados opostos da desconfiança

Em algumas matérias, a não explicitação das regras de processo penal parece contribuir para um sentido de impunidade. Nos casos de mudança de regime de execução penal, são recorrentes os casos em que o espectador fica sem saber o que o condenado fez para ter o direito de passar a cumprir a pena no semi-aberto. Também são frequentes os casos em que o enquadramento omite o motivo pelo qual uma pessoa passa a cumprir a pena em casa (prisão domiciliar). É o que acontece, por exemplo, nas matérias nº 4 e 5, sobre o ex-deputado Valdemar da Costa Neto. Na matéria nº 32, a prisão domiciliar de João Paulo Cunha é indicada pela apresentadora como um ganho do acusado, sem explicar o motivo para tal benefício.

Em outros casos, a linguagem e a forma de apresentação da notícia sugerem uma interpretação de que as pessoas obtiveram benefícios indevidos. Na matéria nº 60, a repórter enfatiza a palavra “já” ao dizer que os réus “já estão em casa”. Na matéria nº 77, por sua vez, o condenado José Rivas é identificado como “maior ficha suja do país”, acusado de desviar mais de R\$ 60 milhões e responder a mais de cem processos. Dessa forma, a notícia sobre a decisão do STF de libertar o parlamentar depois de quatro meses preso (o que parece pouco tempo, do modo como é construído o enquadramento da matéria) sugere impunidade.

Em outras situações, a transferência de pessoas presas é apresentada sem indicar que há determinado motivo legal da mudança, nem apontar quais são as consequências desse fato. É o caso da matéria nº 55, por exemplo, que informa que o ex-deputado Pedro Corrêa foi levado do interior de Pernambuco para carceragem da Polícia Federal no Paraná.

Há poucas matérias em que o enquadramento não omite os motivos para progressão de regime, indulto ou mudança na condição de execução da pena (matérias nº 33, 56, 59, 64, 87, 121). A explicação pode evitar um sentido de "benefícios indevidos" que a falta de informações

suscita. Na matéria nº 59, em raro esforço elucidativo, o jornalista chega a explicar que a mudança de regime não significa liberdade para a pessoa.

Há também matérias sobre a prisão de cidadãos inocentes (matérias nº 7 e 268), em que o erro contra o acusado ganha contornos dramáticos. São matérias emocionantes, com a matéria fazendo questão de ouvir amigos e familiares de pessoas presas injustamente. Na matéria nº 7, em que a pessoa passou quase quatro décadas presa, a construção da narrativa reforça a gravidade do erro: são mostradas imagens de acontecimentos históricos que aconteceram enquanto o acusado estava atrás das grades (Guerra do Vietnã, fim da Guerra Fria, 11 de setembro, invenção do notebook e do celular). A pessoa vítima da injustiça é apresentada como gentil e serena.

4.2.3 A ridicularização das "brechas" do sistema punitivo

Há matérias em que o humor é utilizado como elemento de ridicularização de fatos enquadrados como "brechas" do sistema punitivo. O aspecto jocoso aparece como tom predominante do texto ou por meio de traços e sutilezas, na forma de apresentação do texto ou na expressão facial de apresentadores e repórteres. Em alguns poucos casos, o humor aparece na forma como o enquadramento da matéria enfatiza falas ou atos das próprias pessoas sujeitas à responsabilidade penal.

Na matéria nº 27, Bonner, na bancada, tem expressão de rosto bem humorada, como se fizesse graça com a pauta: a suspensão do regime semiaberto de Romeu Queiroz por ter sido flagrado tomando uma cerveja em um restaurante em horário no qual, pelas regras de execução penal, deveria estar trabalhando.

Na matéria nº 65, sobre a progressão de regime de Roberto Jefferson (após ter cumprido 1/6 da pena), ele aparece dando entrevista sorrindo, chama o repórter de “meu irmão” e dá uma resposta evasiva, mas bem humorada. Parece fazer piada da situação. Nas imagens, Jefferson manda beijos e abraça pessoas do lado de fora da prisão. Em situação similar, na matéria nº 67, um dirigente da Fifa que estava preso sai da cadeia dançando, cantando e sorrindo.

A apresentadora na bancada, ao ler o texto da matéria nº 70, tem um tom irônico ao falar da fuga de dois homens de uma prisão “que deveria ser de segurança máxima”. O sarcasmo da

matéria é reforçado pelo relato de que os fugitivos deixaram um bilhete dentro da cela da qual escaparam, desejando bom dia para as autoridades, com o desenho de uma carinha sorridente.

Na matéria nº 92, um homem é solto da cadeia, mas rouba um celular na frente da delegacia para ser preso novamente. A nota, desde o início da leitura da apresentadora, tem um tom humorístico evidente. Ao narrar a história de um sujeito que não queria deixar a prisão, a matéria se limita a dizer que o preso “ama a cadeia” - segundo a apresentadora, pelas palavras dele. O enquadramento do Jornal Nacional não abrange nenhuma busca da motivação dessa suposta escolha, nenhuma tentativa de compreensão do contexto fático do caso.

A matéria nº 119, sobre uma tentativa de fuga no estado de Goiás, também chama bastante atenção pelo humor. A frase inicial da apresentadora Renata Vasconcellos (“O Jornal Nacional mostra a história de um preso que pode ser chamado, com todas as letras, de cara de pau. Ou, talvez, de silicone”) e o riso aberto de Bonner na bancada introduzem uma notícia toda carregada de humor, com tom de zombaria. A matéria começa com o repórter analisando a fantasia do preso, como se estivesse em um estúdio, com a fantasia em um manequim. Essa abertura é bastante diferente da maior parte das matérias analisadas.

4.2.4 A farra dos celulares

Na cobertura do Jornal Nacional sobre o castigo penal há uso de imagens gravadas pelas próprias pessoas presas com celulares, o que é evidenciado no enquadramento jornalístico como demonstração, quase sempre, da precariedade do controle no sistema prisional brasileiro.

Como os telefones celulares são proibidos no ordenamento jurídico atualmente vigente (art. 50, VII da Lei de Execução Penal), o que ganham os presos ao produzir “provas” contra si mesmos? Ao que me parece, a rara oportunidade de construir suas próprias narrativas e fazê-las circular além dos contornos de seus contextos e contatos, ganhando projeção em larga escala.

Um caso curioso, nesse sentido, é retratado na matéria nº 136, em que o Jornal Nacional relata que o traficante mexicano “El Chapo” (cujo nome próprio, Joaquín Guzmán, não aparece na matéria) queria gravar um filme sobre a própria história. O jornalista afirma: “Ele chegou a entrar em contato com atores e produtores, o que acabou ajudando a localizar o criminoso.”

Outras formas de as pessoas presas apresentarem suas vozes e reivindicações, além das filmagens de celular, estão esparsas em algumas reportagens. Na matéria nº 36, bilhetes assinados por pessoas presas, lidos na matéria, pedem “melhoras na alimentação e no atendimento médico”. A matéria nº 98 relata que um homem preso subiu no telhado de uma prisão de segurança máxima, na Inglaterra, para protestar por melhores condições, utilizando o poder da imagem para ressoar suas críticas contra o sistema prisional. Contudo, de acordo com os dados do gráfico 29, a oportunidade das pessoas presas de ter voz é rara na cobertura do Jornal Nacional. No conjunto total de 375 matérias analisadas na pesquisa apresentada nesta tese, é inexistente a posição/opinião das pessoas sujeitas à responsabilidade penal em 253 matérias. Isso significa que essa omissão caracteriza 67,4% da cobertura jornalística sobre o castigo penal.

É interessante pensar no avanço tecnológico e na inclusão digital que possibilitaram que equipamentos de filmagem chegassem até as mãos de pessoas presas e permitiram, de certa forma, a produção de narrativas próprias sobre a realidade da prisão em formato audiovisual (que em alguns contextos já foram exploradas na música, na literatura e nas artes visuais⁷⁶). A subjetividade das pessoas presas é exercida no ato de ligar uma câmera e apontá-la para o próprio rosto ou para os companheiros de prisão. O “teatro” decorrente da consciência da produção autoimagética gera uma forma de representação do espaço do cárcere e das pessoas presas muito diferente de uma perspectiva que fosse resultado da presença de um produtor, de uma equipe profissional, de equipamentos e olhares alheios ao contexto cotidiano da prisão.

É bastante significativo que possa ser vista uma “farra” dos presos (matérias nº 15, 30, 96, 229) em seus próprios registros, que permitem que o seu olhar sobre o prazer extrapole os muros e grades do espaço prisional. Ainda mais potente parece a possibilidade de que as pessoas presas apresentem em conteúdo audiovisual próprio o sofrimento experimentado pelos seus corpos na realidade precária do sistema prisional.

No entanto, na pesquisa apresentada nesta tese, verifiquei que há poucas matérias do Jornal Nacional em que as imagens ou áudios produzidos pelas pessoas presas aparecem no

⁷⁶ Nesse sentido, merece destaque o incrível documentário *O Prisioneiro da Grade de Ferro*, em que as próprias pessoas presas filmam umas às outras, contando suas histórias e sua vivência cotidiana no cárcere (SACRAMENTO, 2003). Outro exemplo é o Projeto *Rebelião Cultural*, realizado em unidades prisionais do Rio de Janeiro, em parceria das organizações da sociedade civil (Central Única das Favelas, Afro reggae, Nós do Morro e Observatório das Favelas) com o Poder Público, com financiamento da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo federal (REBELIÃO, 2012).

enquadramento jornalístico como elementos de denúncia das condições degradantes das prisões brasileiras (matérias nº 36, 75). Na maior parte dos casos, esse conteúdo audiovisual é usado pelos jornalistas para exemplificar regalias ou apontar a deficiência de mecanismos de controle das unidades prisionais (matérias nº 15, 30, 73 e 75).

Além disso, não há qualquer referência, nas matérias, ao debate sobre o direito de comunicação das pessoas presas. Nesse sentido, é relevante o texto de Valdirene Daufemback sobre o tema, que relata que o acesso a telefones públicos já foi prática regular nas prisões e critica a proibição atual como restrição ilusória, de efeitos contrários aos pretendidos:

A privação é da liberdade – direito de ir e vir -, não do direito à saúde, à educação, à dignidade e, também, à comunicação, só para dar alguns exemplos.

Para os legalistas (que saudades de vocês, voltem!), aí vai:

As Regras da ONU para Tratamento dos Prisionais definem que eles 'devem ter permissão, sob a supervisão necessária, de comunicarem-se com seus familiares e amigos, periodicamente: (a) por correspondência e utilizando, onde houver, de telecomunicações, meios digitais, eletrônicos e outros; e (b) por meio de visitas' (...).

Normas e julgados pipocaram nos últimos anos sobre (...) o uso da internet e o ingresso de aparelhos celulares nos estabelecimentos prisionais. Também se observou um movimento alvissareiro da potente indústria de equipamentos e tecnologias, cara e programavelmente obsoleta por natureza, para dar vazão ao urgente desembolso financeiro de dinheiro público com bloqueadores de celular e body scanner. (...)

Mas o humano continua lá. Não havendo mais orelhão ou outras formas regulares de comunicação, instalou-se a ilegalidade como alternativa: chegamos a era dos celulares nas prisões. (...) nunca se falou tanto e de forma tão descontrolada dentro das prisões. Como o processo de entrada e uso de celulares demanda planejamento, diferentes pessoas, poder e dinheiro, fomentou-se a organização. (...)

Avaliem, não seria mais justo, proporcional, barato e eficaz controlar apenas o grupo de presos que faz uso impróprio da comunicação com toda a sofisticada tecnologia que temos à disposição do que submeter toda a massa carcerária às mesmas restrições que esse grupo mereceria, obrigando a administração dos presídios a dar conta de milhares de infrações, reforçando assim a resistência à regra? (...) Estamos diante do típico exemplo de como o proibicionismo promove a criminalidade. Ao impedir aquilo que é necessidade básica do ser humano, o sistema penal estimula o comportamento infrator, o subterfugio, a negação da regra, pois ela é injusta e impossível de ser cumprida. Quanto mais repressão, mais resistência; quanto mais supressão de direitos, mais violência; quanto mais distanciamento, mais desconhecimento (DAUFEMBACK, 2018).

Na matéria nº 29, não há uso de imagens filmadas pelas próprias pessoas presas, mas há uma curiosa referência sobre seu suposto exibicionismo. Ao iniciar uma matéria sobre o pernambucano Complexo do Curado, a apresentadora do Jornal Nacional arqueia as sombrancelhas, adquire expressão facial de lamento e ironiza o fato de que os agentes do Estado que realizaram uma revista na unidade prisional "não acharam todas as armas que os presos *gostam de exibir*" (grifo meu).

A matéria nº 96 é centrada no vídeo de uma “festa” feito por mulheres no interior da prisão, com imagem das detentas preparando fileiras de cocaína. A frase "as presas aparecem fora das celas" chama a atenção, pois sugere que as mulheres sujeitas à responsabilidade penal devem estar permanentemente recolhidas nas celas. O apresentador confere tom jocoso ao afirmar que "o clima é de festa" e encerra a matéria com expressão facial séria, denotando gravidade. Bastante similar à matéria nº 96, a matéria nº 229 trata de vídeo divulgado na internet que registra festa em unidade prisional feminina.

A Criminologia Crítica costuma apontar a invisibilidade como um dos problemas mais delicados da condição das mulheres encarceradas (CECIL, 2007). Nesse sentido, Ela Wiecko V. de Castilho (2007) afirma que o desvendamento do mundo das mulheres encarceradas em nosso país começou com atraso.

No conjunto de 173 matérias que tratam de pessoas comuns sujeitas à responsabilidade penal, apenas 2 tratam exclusivamente da realidade de prisões femininas. Em outras 5 matérias a condição de mulheres encarceradas (ou internadas, no caso de adolescentes) é tratada pontualmente em textos que tratam também da realidade dos homens presos. Nas demais 166 matérias (96% desse conjunto), não há qualquer referência a mulheres sujeitas à responsabilidade penal.

A invisibilidade é enorme, sendo bastante interessante constatar que o enquadramento jornalístico das únicas duas matérias específicas sobre a realidade do cárcere feminino trata da denúncia de festas (matérias nº 96 e 229, citadas acima).

Na matéria nº 229, o jornalista afirma que "elas tiraram fotos com celulares, *dançaram*, beberam e consumiram drogas" (grifo meu). É significativa a escolha do verbo "dançar" na narrativa da festa como irregularidade, denotando a pretensão de controle total dos corpos de mulheres encarceradas. Além disso, na mesma matéria, observa-se a sutileza do machismo na denominação dessas mulheres que ousam ter prazer no cárcere: "as *festeiras* foram identificadas e punidas" (grifo meu).

4.2.5 A raridade da comoção

A ausência de reconhecimento do sofrimento dos corpos negros é um elemento marcante do racismo na cobertura jornalística sobre o castigo penal (FLAUZINA, 2008), conforme discutido no item 4.2.7.

Na imensa maioria das matérias do Jornal Nacional que tratam de mortes no sistema prisional, as pessoas mortas não são nominadas (83,6% dos casos) e a causa das mortes é atribuída à ação violenta das próprias pessoas presas (76,8% das matérias). Isso é o que demonstram os dados dos gráficos 46 e 47 no item 4.1.6 deste Capítulo, referentes a duas variáveis da pesquisa: motivo de mortes e identificação de mortos.

Na identificação da ideia organizadora e da atribuição de responsabilidades quanto a essas matérias, identifiquei um padrão narrativo que banaliza a morte e que, ao culpabilizar as próprias pessoas presas pela violência nas unidades, invisibiliza a responsabilidade estatal pela vida de pessoas que estão privadas de liberdade conforme criminalização definida por um dos Poderes do Estado (Legislativo), por decisão de um segundo Poder (Judiciário), mantidas sob custódia de terceiro Poder (Executivo).

Na matéria de nº 108, sobre uma rebelião em unidade prisional do Paraná, as imagens que acompanham a leitura da nota apresentam pessoas pendurando os corpos de reféns do telhado de uma prisão. Ao não explicar os motivos da referida rebelião e enfatizar imagens tão fortes, fica apenas a expressão da barbárie praticada por pessoas presas, umas contra as outras.

Ainda que a mensagem de despreparo do Estado seja presente nas narrativas do Jornal Nacional (conforme demonstra o item 4.2.1), o enquadramento das matérias enfatiza esse despreparo não no sentido da tragédia humanitária, mas com um sentido de cobrança por mais controle. Cobra-se que o Estado tenha adequada política de controle prisional para garantir o isolamento das pessoas presas, evitando fugas, rebeliões e ordens para ações extramuros, como os ônibus queimados (matérias nº 36, 41 e 75).

Em poucas matérias analisadas foi identificado um tom de comoção em relação a mortes de pessoas privadas de liberdade. O pesar dos apresentadores e repórteres foi notado na matéria nº 35, por exemplo, sobre a morte de um opositor do regime de Nicolas Maduro em uma prisão venezuelana, em suposto suicídio. Na matéria nº 82, há expressões de indignação e surpresa por

parte da apresentadora na bancada e da repórter que faz a passagem, ao relatar a morte por espancamento de adolescente no Piauí que delatou estupro coletivo. A morte ocorreu dentro do centro de internação e o enquadramento da matéria sugere que deve haver responsabilização dos agentes estatais que poderiam tê-la evitado.

4.2.6 A solidariedade com os brasileiros castigados no exterior

Na cobertura do Jornal Nacional sobre o castigo penal, um assunto que esteve à tona em alguns momentos foi a pena de morte, como um dos elementos de matérias sobre a legislação de outros países e como um drama pessoal de brasileiros condenados no exterior.

No início de 2015, a execução do brasileiro Marco Archer, condenado por tráfico de drogas na Indonésia, foi acompanhada por matérias que acompanharam o antes, o durante e o depois de sua morte (nº 18, 19, 20, 21). O enquadramento dessas matérias, se analisadas em conjunto, parece demonstrar solidariedade com a situação do brasileiro preso no país asiático – talvez não necessariamente pelo tipo da pena ou pelo ato realizado, mas pelo fato de o condenado ser um brasileiro submetido a uma decisão extrema de um outro país. Nas referidas matérias, ganha destaque não só a pena de morte, mas todo o conflito diplomático ocasionado pela situação, com críticas duras dirigidas pelo governo brasileiro a uma posição do governo da Indonésia apresentada como intransigente.

A matéria nº 58 trata da situação de outro brasileiro em situação similar. Rodrigo Gularte, também preso por tráfico de drogas na Indonésia, é condenado à pena de morte. A matéria tem um tom grave, o que transparece no teor das entrevistas, além da expressão fácil e do tom de voz dos jornalistas. O relato parece indicar o desfecho de uma história longa, acompanhada de perto pelos brasileiros. Assim como as matérias sobre Marco Archer, a matéria nº 58 parece demonstrar solidariedade com o brasileiro condenado, reforçando sua condição de vulnerabilidade psicológica e ouvindo fontes que se colocam em defesa de Gularte.

Outras matérias que tratam da situação de uma pessoa com cidadania brasileira presa no exterior são as de nº 74 e 83, em que um palestino com cidadania brasileira preso na Cisjordânia faz greve de fome, na esperança de conseguir sua libertação e, posteriormente, é solto. A matéria

nº 74, ao falar com a mãe (brasileira) de Islam Hamed, adota um tom sentimental e de solidariedade com a situação do homem preso. O repórter chega a dizer que a motivação da autoridade palestina para não soltar o brasileiro é “difícil de entender”.

4.2.7 As narrativas especiais

O caso Pizzolato é uma narrativa longa e complexa no período de cobertura analisado. O enredo recupera os fatos referentes à fuga para a Itália (noticiados em momento anterior ao período de tempo objeto da pesquisa) e detalha a movimentação jurídico-diplomática por sua extradição, além da chegada ao Brasil para o cumprimento da pena. As matérias são numerosas: nº 2, 31, 69, 71, 72, 78, 89, 100, 103, 107, 109, 113, 115, 117, 118.

No conjunto dessas matérias, chama atenção a de nº 117. O texto assume um tom de narrativa policial, como quem descreve os últimos passos de um vilão de filme. Apresenta um relato detalhado do voo de Pizzolato saindo da Itália, de volta para o Brasil, sendo as filmagens todas realizadas no espaço do interior do avião, inclusive a passagem do repórter.

Também são peculiares as séries que o Jornal Nacional chama de "reportagens especiais", como aquela sobre responsabilidade de crianças e adolescentes infratores (matérias nº 43, 45, 47, 48, 48, 49). Alternando entre relatos chocantes de atos violentos e uma abordagem compreensiva do contexto de vida das pessoas, o trabalho do repórter aprofunda o tema e não coloca apenas sobre os ombros dos adolescentes a responsabilidade pelos atos. Para isso, são ouvidos familiares, organizações da sociedade civil, diretores de unidades de internação (e estabelecimentos estrangeiros similares) e os próprios adolescentes privados de liberdade. O repórter Marcos Losekann, responsável pela produção dessa série, é um entrevistador que transparece empatia com seus entrevistados, parecendo ganhar deles abertura para a fala.

Nas matérias dessa série sobre crianças e adolescentes, ocorre a utilização de música, um recurso muito raro nas reportagens do período analisado. Elas ajudam a tornar o tema mais próximo dos espectadores e a criar um clima que vai além da apresentação factual de notícias do formato *hard news*. Cria, de certa forma, um ambiente diferenciado dentro da programação do

Jornal Nacional. Isso acontece na matéria nº 45, por exemplo, em que a mudança de uma música tensa para outra de tom mais leve ajuda no desenvolvimento da narrativa.

Nessa série, duas das matérias (nº 48, 49) são sobre a situação de outros países. É interessante que, nessas matérias, pode-se perceber uma crítica aos modelos inglês e norte-americano, com entrevistados defendendo o aumento da maioridade penal nesses países. Este trecho sobre a realidade da Grã-Bretanha é ilustrativo do enquadramento adotado:

Mesmo antes dos 10 anos, uma criança está sujeita a punições. Pode ser banida de lugares públicos, por exemplo, ou passar a ser supervisionada por agentes especializados em pequenos infratores. É uma das legislações mais duras da Europa. E muitos defendem que a maioridade penal aumente para 15 anos, a média no resto do continente. "Eles são novos demais para ir para a cadeia. Nós os traumatizamos e criminalizamos de forma muito fácil", diz Jeffrey Coleman, diretor da British Association for Adoption and Fostering.

Na matéria nº 49, que aborda o tratamento de jovens infratores nos Estados Unidos, aparecem imagens feitas por uma adolescente em Uganda, cuja viagem é apresentada como uma iniciativa inovadora, financiada por organização da sociedade civil, que visa "dar um choque de realidade" nos jovens infratores norte-americanos. Dado o perfil socioeconômico das crianças e adolescentes submetidos ao sistema de controle penal nos Estados Unidos, em que o racismo e a criminalização da pobreza são elementos centrais, o uso da expressão "choque de realidade" é estarrecedor. O enquadramento da matéria enfatiza uma fala da adolescente que sugere que seu comportamento desviante, punido com o castigo penal, deriva da falta de resignação diante de suas condições de vida, apresentadas como superiores às de crianças africanas famélicas.

O enquadramento jornalístico da matéria nº 49, no universo de uma cobertura que omite totalmente a questão do racismo na seletividade do castigo penal no Brasil (conforme verificado no item 3.3 do Capítulo 3 desta tese), demonstra a impossibilidade de o Jornal Nacional reconhecer o sofrimento negro. Segundo Ana Flauzina, essa é uma das consequências mais nefastas do racismo. A brutalidade dos processos de colonização tornou os brasileiros incapazes de pronunciar a dor quando quem sofre é um corpo negro (FLAUZINA, 2008).

Por fim, podem ser destacadas como matérias especiais aquelas referentes à monitoração eletrônica, embora não façam parte de uma série. Na matéria nº 54, o foco é explicar aos espectadores como se dá o funcionamento das tornozeleiras eletrônicas. É uma matéria que parece se posicionar a favor das tornozeleiras e de sua adoção em maior escala na realidade da

execução penal brasileira. Não traz críticas ou relatos de falhas de tornozeleiras, e ouve apenas vozes favoráveis ao uso da solução. O principal entrevistado é um representante de empresa que produz e fornece o equipamento.

Por outro lado, ainda dentro do período de cobertura analisada, foi veiculada a matéria nº 93, sobre o cometimento de crimes por pessoas com tornozeleiras eletrônicas no Mato Grosso. Seu tom é bastante crítico ao modo como a solução está sendo utilizada no estado. Uma das conclusões da narrativa é apresentada por uma delegada entrevistada: "A tornozeleira não está inibindo o crime, infelizmente". A única "vantagem" comparativa apresentada pela matéria, em relação à pena privativa de liberdade, é a economia dos gastos: "Um preso normal custa entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil reais para o estado. Quem usa as tornozeleiras custa dez vezes menos".

O discurso de economicidade da monitoração eletrônica de pessoas sujeitas à responsabilidade penal tem sido amplamente difundido no Brasil, como solução supostamente eficaz para resolver os problemas do sistema prisional⁷⁷.

No entanto, a temática da monitoração eletrônica é objeto de profundas controvérsias no debate criminológico, que perpassam os efeitos de estigmatização⁷⁸ (NELLIS, 2013), a questão

⁷⁷ Do ponto de vista criminológico, o monitoramento eletrônico emergiu em um contexto de transformação do sistema penal e de surgimento de uma nova cultura do controle do delito, caracterizada principalmente pela priorização da gestão do risco e da proteção da sociedade, bem como de uma forma de raciocínio econômico que prioriza o custo e a eficácia. (...) Assim, a vigilância eletrônica pode ser encarada como solução pragmática e eficaz para resolver parte do problema penitenciário, desde que seja compatibilizada com os princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito, mormente a dignidade humana. Além disso, deve ter como baliza ou diretriz as finalidades preventivas atribuídas à sanção penal, dentre as quais se destaca a prevenção especial positiva. Assim, a eficácia buscada pela vigilância eletrônica deve referir-se ao cumprimento das finalidades preventivas e não simplesmente ao aumento da punição ou do controle sobre o indivíduo. (...) A reforma da prisão, portanto, pode ser obtida através da tecnologia, que nada mais é senão a materialização da inteligência ou das possibilidades práticas do intelecto humano. Da mesma forma, pode ser inútil ignorar ou tentar impedir os efeitos do desenvolvimento tecnológico no sistema penal, mormente em face dos problemas reconhecidamente enfrentados nesta área (CORREA JR, 2012).

⁷⁸ Os efeitos de estigmatização da monitoração eletrônica são significativos, embora menores do que aqueles decorrentes do encarceramento. Nesse sentido, é interessante o seguinte estudo: "Although both offenders who serve custodial and noncustodial sentences are likely to suffer from stigma—as they both hold criminal records—we can assume that people in their social surroundings make harsher judgment of the offenders who were incarcerated: The public is likely to perceive a prison term as a stronger marker of a bad personality than a noncustodial sentence. As a result, offenders who serve noncustodial sentences might experience fewer stigmas than offenders who are imprisoned when their sentences are completed (Western et al., 2001), which is likely to reduce the risk that offenders serving noncustodial sentences could face unemployment. Furthermore, serving a noncustodial sentence will reduce the offender's absence from society, giving him or her better chances of keeping or at least searching for a job—as well as taking care of his or her family. Because the offender avoids imprisonment, he or she will acquire fewer new criminal peers compared with imprisoned offenders. Thus, we can assume that noncustodial alternatives to imprisonment are less likely to cause human capital losses such as the ones suffered by imprisoned people, just as they reduce the exposure to negative peer influence. However, noncustodial alternatives might not completely

da privatização do controle (FEELEY, 2002), os riscos da hipervigilância (FOESSEL, 2010) e as (im)possibilidades de funcionamento como alternativa ao cárcere (CORBETT; MARX, 1991), além de discussões sobre a eficácia no sentido de diminuição das estatísticas de reincidência (RENZEMA; MAYO-WILSON, 2005) (ZACKSESKI, 2009).

Em breve consulta à literatura internacional especializada, encontrei alguns estudos com perspectiva favorável à aplicação da monitoração eletrônica, que indicam que as estatísticas de reincidência criminal são menores em relação aos dados sobre egressos do sistema prisional. Com essa perspectiva, é ilustrativo um estudo francês publicado em 2010, mais de uma década após a implantação de sistemas eletrônicos de vigilância naquele país, que apurou que a existência de novas condenações criminais era 70% maior na comparação entre pessoas egressas do cárcere e pessoas sujeitas à monitoração eletrônica (KENSEY et al, 2010).

Por outro lado, há importantes ressalvas quanto à metodologia desse tipo de estudo, em especial considerando o perfil das pessoas para as quais costumam ser aplicáveis os programas de monitoração eletrônica. Nesse sentido, um influente artigo publicado no periódico *Crime & Delinquency* apresenta revisão de literatura extensa sobre a temática, com viés crítico quanto à suposta efetividade da monitoração eletrônica:

One of the major threats for any alternative to an incarceration program is the possibility that the offenders given the new alternative would have received an existing community sanction were it not for the program. Consequently, the alternative sanction would not represent a true alternative. (...)

The significant concentration of low-risk offenders in EM [Electronic Monitoring] programs raises suspicions about EM as an alternative to incarceration. The offenders appear to represent a group who could be safely managed in the community and in a less intrusive manner than EM. Our own cursory review of the literature supports the suggestion made by others (e.g., Cullen et al. 1996; Mainprize 1992) that EM has a net-widening effect. The recidivism outcome studies of EM also lend credence to the view that EM may not represent a true alternative to incarceration. (...)

Most outcome studies have been plagued with serious methodological weaknesses. Studies reporting recidivism rates (e.g., Table 1) often obscure their meaning by using inappropriate comparison groups, if there are any at all. Controls for offender risk levels are almost completely absent, an important oversight given that many programs deal with low-risk offenders. It is therefore difficult to ascertain whether the low recidivism rates are due to offender risk characteristics or to the program. In summary, an

remove the stigmas associated with being a convicted offender, but the stigmas are likely to be fewer than those associated with imprisonment. (...) Informants from both the United States (Payne and Gainey, 2004) and Denmark (Jorgensen, 2011) confirm that the most painful consequence of imprisonment is the weakening of ties to family and the workplace, and they appreciate the ability to preserve these ties during electronic monitoring. Generally, although not exclusively, offenders prefer electronic monitoring over imprisonment, even though electronic monitoring is viewed as punitive, controlling, and painful (Gainey and Payne, 2000; Jorgensen, 2011; Payne and Gainey, 1998, 2004; Vanhaelemeesch, Vander Beken, and Vandeveld, 2013)" (ANDERSEN; ANDERSEN, 2014).

assessment of the value of EM is fraught with difficulties. If EM is a true alternative to incarceration, then it must be shown that the program participants are sufficiently high risk to warrant an added layer of cor-rectional control. (...) There are, however, few well-controlled studies that provide reassurance that recidivism is reduced among EM offenders (BONTA et al, 2000)⁷⁹.

Na realidade brasileira, os supostos efeitos de desencarceramento não têm sido verificados nos escassos estudos empíricos sobre a aplicação dessa solução tecnológica:

As poucas informações disponíveis sobre o uso da monitoração eletrônica vêm demonstrando a sua incapacidade de mitigar o processo de aprisionamento em massa. Assim, enquanto, em sua narrativa, os diferentes atores do sistema de justiça criminal constantemente justificam a utilização das tornozeleiras como ferramenta de desencarceramento, seu uso efetivo concentra-se na execução penal (86% dos casos), como instrumento de reforço do controle e agravamento do cumprimento da pena. Apenas 8% das tornozeleiras são utilizadas como medidas cautelares diversas da prisão e 4% para monitorar o cumprimento de medidas protetivas de urgência (BRASIL, 2015-B). (...)

Mesmo quando a monitoração é utilizada como medida cautelar, não há dados disponíveis que permitam aferir se sua aplicação está substituindo o espaço antes ocupado pela prisão, o que seria indicativo de um potencial efeito desencarcerador, ou se as pessoas que – pelas condições subjetivas e objetivas – já tenderiam a responder ao processo em liberdade estão passando a ser monitoradas eletronicamente. Em verdade, é provável que ambas as circunstâncias estejam ocorrendo, sendo fundamental a realização de pesquisas específicas para avaliar o real uso da ferramenta.

Indo além, questiono ainda se uma medida própria de contenção e controle penal como a monitoração eletrônica tem aptidão de fazer frente aos pressupostos do paradigma punitivo, promovendo uma transformação na forma como lidamos com conflitos e violências na sociedade e como tratamos as pessoas assujeitadas pelo sistema penal.

Meu entendimento, a princípio, é que não: um instrumento concebido para controle de corpos não permite, por sua natureza, as mudanças conceituais para uma política penal alternativa emancipadora. Neste sentido, tem-se entendido que a monitoração eletrônica, 'apesar de estar prevista no rol das medidas cautelares, é um instrumento de contenção e seu uso tem se configurado como mecanismo de controle' (BRASIL, 2016-B:22).

⁷⁹ Tradução livre: Uma das principais ameaças para qualquer alternativa a um programa de encarceramento é a possibilidade de que os criminosos que receberam a nova alternativa tivessem recebido uma sanção comunitária existente se não fosse pelo programa. Consequentemente, a sanção alternativa não representaria uma alternativa verdadeira. (...) A significativa concentração de criminosos de baixo risco nos programas de ME (Monitoramento Eletrônico) levanta suspeitas sobre ME como alternativa ao encarceramento. Os infratores parecem representar um grupo que poderia ser gerenciado com segurança na comunidade e de maneira menos intrusiva que o EM. Nossa própria revisão superficial da literatura apoia a sugestão feita por outros (por exemplo, Cullen et al. 1996; Mainprize, 1992) de que o ME leva a uma expansão do controle penal. Os estudos sobre o resultado da reincidência no ME também dão credibilidade à visão de que o ME pode não representar uma alternativa real ao encarceramento. (...) A maioria dos estudos de resultados tem sido afetada por sérias fragilidades metodológicas. Os estudos que relatam taxas de reincidência (por exemplo, Tabela 1) muitas vezes turvam sua significância usando grupos de comparação inadequados, quando há algum. Os controles para os níveis de risco dos infratores estão quase completamente ausentes, uma omissão importante, dado que muitos programas lidam com infratores de baixo risco. Portanto, é difícil determinar se as baixas taxas de reincidência são devidas a características de risco do infrator ou ao programa. Em resumo, uma avaliação do valor do ME está repleta de dificuldades. Se ME é uma verdadeira alternativa ao encarceramento, então deve ser mostrado que os participantes do programa têm um risco suficientemente alto para garantir uma camada adicional de controle penal. (...) Há, no entanto, poucos estudos bem controlados que garantem que a reincidência é reduzida entre os monitorados (BONTA et al, 2000).

Por fim, tenho entendido que as limitações (estruturais e conjunturais) da monitoração eletrônica enquanto ferramenta de enfrentamento ao encarceramento não exige a disputa sobre o sentido e sobre as práticas desenvolvidas nos serviços a ela relacionados (PIMENTA, 2017).

4.3 A omissão da cobertura jornalística sobre os casos do SIDH-OEA

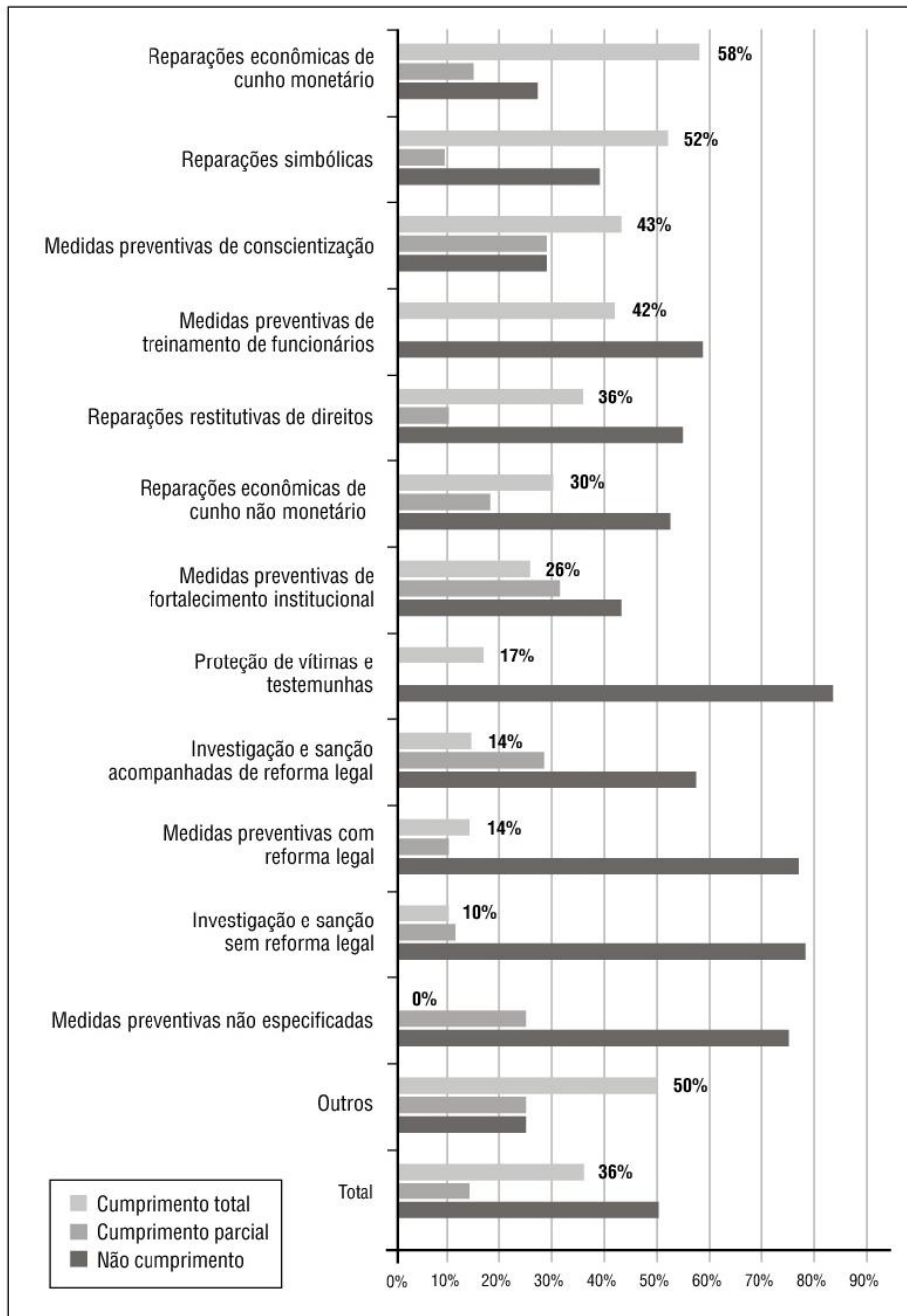
Nas últimas duas décadas, a gravidade das violações de direitos humanos no sistema prisional (e no sistema socioeducativo, também espaço de castigo penal na realidade brasileira) gerou numerosos processos no Sistema Interamericano de Direitos Humanos - SIDH da Organização dos Estados Americanos - OEA em face do Estado brasileiro. Os processos tratam de denúncias peticionadas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH e de casos processados na Corte Interamericana de Direitos Humanos - CorteIDH.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o Estado brasileiro está sendo demandado, quanto a violações de direitos humanos no sistema prisional ou sistema socioeducativo, em 39 processos que atualmente tramitam na CIDH (em diferentes estágios) e em 4 processos em curso na CorteIDH, conforme detalhamento contido no Anexo III desta tese.

Os dois citados órgãos do SIDH são autônomos e cuidam da promoção e proteção de direitos humanos no continente americano. Os poderes da Comissão compreendem o sistema de relatórios (relatórios de sessões, relatórios anuais e relatórios sobre países), o exame de comunicações, as visitas a Estados e o preparo de estudos e seminários. Por sua vez, a Corte tem função jurisdicional, encarregada da interpretação e aplicação da Convenção Americana, com o propósito principal de julgar casos contenciosos de supostas violações de direitos humanos (TRINDADE, 2000).

Um estudo empírico divulgado em 2010 verificou o grau de cumprimento das 462 medidas determinadas em 92 decisões⁸⁰ pelos órgãos do SIDH entre 2001 e 2006, nas decisões finais de casos, classificadas conforme seus objetivos centrais⁸¹ (BASCH et al, 2010).

⁸⁰ O universo do estudo é composto por todas as 92 decisões finais proferidas entre 1/06/2001 e 30/06/2006, a respeito dos Estados que reconheceram a jurisdição da Corte Interamericana. São 12 relatórios finais de mérito da CIDH, 39 relatórios da CIDH de aprovação de acordos de solução amistosa e 41 sentenças da Corte. As 462 medidas

Gráfico 52 - Grau de cumprimento dos tipos de medidas do SIDH

Total de casos: 462 medidas adotadas pelos órgãos do SIDH entre junho de 2001 e junho de 2006.

Fonte: BASCH et al, 2010

aplicadas nessas 92 decisões assim se dividem: 45 foram recomendadas em relatórios finais da CIDH, 160 foram acordadas em soluções amistosas e 257 foram determinadas pela Corte em sentenças de mérito (BASCH et al, 2010).

Em análise mais panorâmica, pode-se dizer que "as medidas com maior grau de cumprimento são as que demandam algum tipo de reparação: se encontram cumpridas totalmente em 47% dos casos e parcialmente em 13%. No extremo oposto, só 10% das ordens, recomendações ou compromissos para que se investigue e sancione os responsáveis de violações foram cumpridos em sua totalidade; 13% só de forma parcial e 76% foram descumpridos." (BASCH et al, 2010, p. 18).

Especificamente quanto ao Estado Brasileiro, ao analisar o seu desempenho no cumprimento das medidas, destaca-se o baixo nível de cumprimento das medidas de investigar e sancionar (14%) e um nível de cumprimento médio das medidas preventivas (cerca de 40%). Quanto a medidas que exigem o fortalecimento, a criação ou a reforma de instituições públicas, 64% delas foram cumpridas pelo Brasil. No caso de medidas de reparação impostas ao Estado brasileiro, 100% foram cumpridas quando tratavam de reparação simbólica e não monetária, apenas 33% foram cumpridas quando exigiam reparação monetária e nenhuma de restituição de direitos foi cumprida (BASCH et al, 2010).

Nesse cenário, parece importante compreender a cobertura do Jornal Nacional sobre o fato de o Estado brasileiro ser processado pelos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos devido às violações de direitos de pessoas sujeitas à responsabilidade penal. Assim, busquei investigar os casos que tiveram fatos importantes ocorridos no período de três anos analisado na pesquisa apresentada nesta tese, entre 2014 e 2017⁸².

Analisando os dados dos 4 processos em curso na CorteIDH, elencados no Anexo III desta tese, percebe-se que 3 deles tiveram fatos importantes entre os anos de 2014 e 2017, ocorridos precisamente dentro do período objeto de estudo nesta tese (novembro de 2014 a outubro de 2017) ou ocorridos em data anterior próxima.

⁸¹ Cerca de 0,7% das medidas não se enquadravam nas quatro categorias de objetivos elencadas e foram, portanto, classificadas como "outros".

⁸² A identificação dos casos foi realizada a partir de pedido de acesso à informação, formulado ao Ministério das Relações Exteriores via Portal e-sic (<https://esic.cgu.gov.br/>), nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei no 12.527/2011) e de seu decreto regulamentador (Decreto no 7.724/2012). Foram então obtidas informações a respeito dos casos, inclusive quanto a medidas cautelares da CIDH e medidas provisórias da CorteIDH, conforme detalhamento contido no Anexo III desta tese.

Em ordem cronológica, o primeiro desses 3 casos refere-se ao Complexo Penitenciário do Curado (antigamente denominado Centro Penitenciário Professor Aníbal Bruno), localizado no estado de Pernambuco. O caso se iniciou em 2011, quando houve concessão de medidas cautelares pela CIDH, a partir de petição apresentada por diversas organizações da sociedade civil envolvidas com a temática da execução penal: Justiça Global, Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard, Pastoral Carcerária de Pernambuco, Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões e Pastoral Carcerária Nacional. Anos depois, em 2014, verificada a permanência de condições bastante degradantes na unidade prisional em questão, a Corte concedeu medidas provisórias por meio da Resolução de 22/05/2014⁸³. Embora a Resolução seja de maio de 2014 (ou seja, foi editada antes do período objeto de estudo desta pesquisa), o fato de as medidas estarem em vigência poderia ter sido citado nas 19 matérias⁸⁴ da amostra que trataram de fatos da realidade prisional do Estado de Pernambuco nos anos seguintes. Especificamente quanto ao Complexo do Curado, há 12 matérias na amostra (nº 14, 15, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 138, 148, 169 e 235), sendo que em nenhuma delas há qualquer referência ao processo em trâmite na CorteIDH, conforme discutiremos a seguir.

O segundo caso, relativo ao maranhense Complexo Penitenciário de Pedrinhas, teve o trâmite iniciado em 2013, também com concessão de medidas cautelares pela CIDH. Em novembro de 2014, já no período de cobertura analisado nesta pesquisa, foram determinadas medidas provisórias pela CorteIDH, em resposta às graves violações de direitos humanos indicadas pelos seguintes peticionários: OAB-MA e as organizações da sociedade civil Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Justiça Global e Conectas Direitos Humanos. As medidas provisórias foram publicadas na Resolução da Corte de 14/11/2014⁸⁵.

O terceiro caso teve dois fatos importantes dentro do período analisado nesta pesquisa: a concessão de medidas cautelares⁸⁶ pela CIDH, em 2016, e a concessão de medidas provisórias

⁸³ A íntegra da Resolução está disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/curado_se_01_por.pdf. Acesso em 20 out 2018.

⁸⁴ Além das 19 matérias sobre a realidade prisional, foram veiculadas 2 matérias referentes ao sistema socioeducativo, identificadas na amostra como no 47 e 302.

⁸⁵ A íntegra da Resolução está disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/pedrinhas_se_01_por.pdf. Acesso em 20 out 2018.

⁸⁶ Um resumo do caso é assim apresentado pela CIDH: "MC 208/16 - Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, Brasil - El 15 de julio de 2016, la CIDH decidió solicitar la adopción de medidas cautelares a favor de las personas privadas de la libertad en Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, en el estado de Río de Janeiro, en Brasil. La solicitud alega que dichas personas estarían enfrentando graves condiciones de detención que incluirían serias

pela CorteIDH, por meio da Resolução de 13/02/2017⁸⁷. Trata de condições degradantes de aprisionamento de pessoas no Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, no estado do Rio de Janeiro, denunciadas pela Defensoria Pública do Estado.

Analisado o universo de 39 processos que tramitam na CIDH em que o Estado brasileiro está sendo demandado quanto a violações de direitos no sistema prisional ou sistema socioeducativo, verifica-se que 8 deles tiveram fatos importantes ocorridos entre 2014 e 2017, dentro do período da amostra objeto de estudo nesta tese ou em data bastante próxima. Conforme indica o detalhamento contido no Anexo III, houve 1 caso em 2014, mais 4 casos em 2015, 2 casos em 2016 e, ainda, 1 caso em 2017.

Quando realizei a coleta de dados da pesquisa empírica, esperava encontrar notícias do período examinado que, de alguma forma, abrangessem o processamento no SIDH desses casos de violações de direitos humanos nas unidades prisionais e nas unidades de internação de adolescentes (sistema socioeducativo). A expectativa era de que fossem encontradas matérias que tratassem dos casos “em tempo real” ou abrangessem as consequências de fatos anteriores.

No entanto, examinando detidamente o conjunto de matérias sobre castigo penal no período de três anos estudado, entre novembro de 2014 e outubro 2017, verifiquei a total omissão da cobertura do Jornal Nacional quanto às denúncias apresentadas no SIDH pelas organizações da sociedade civil e pela Defensoria Pública. Da mesma forma, a cobertura jornalística do telejornal não deu qualquer visibilidade às decisões da CIDH e da CorteIDH que impuseram medidas reparadoras, sancionadoras ou preventivas ao Estado brasileiro.

deficiencias en la infraestructura del recinto, las cuales producirían riesgos de incendios debido a la exposición de cables eléctricos; falta de acceso continuo a agua para consumo humano, así como a ventilación e iluminación adecuada; insuficiencia de personal médico en relación con el número de presos y acceso a tratamientos médicos, y pésimas condiciones de salubridad; entre otras supuestas circunstancias. Principalmente, los solicitantes destacaron que, entre el 1 de enero y el 26 de junio de 2016, 13 personas habrían fallecido mientras se encontraban privadas de libertad en dicha penitenciaría. En consecuencia, (...) la Comisión solicitó a Brasil que: a) Adopte las medidas necesarias para proteger la vida e integridad personal de las personas privadas de libertad en el Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho; b) Tome acciones inmediatas para reducir sustancialmente el hacinamiento al interior del Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, de acuerdo a estándares internacionales; c) Provea condiciones adecuadas de higiene en los recintos, acceso a agua para consumo humano, y proporcione los tratamientos médicos adecuados para las personas detenidas, de acuerdo a las patologías que presenten; d) Adopte las medidas necesarias para contar con planes de emergencia ante cualquier eventualidad; e) Concierte las medidas a adoptarse con los beneficiarios y sus representantes; e f) Informe sobre las acciones adoptadas a fin de investigar los hechos que dieron lugar a la adopción de la presente medida cautelar y así evitar su repetición." Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/cautelares.asp#tab2016>. Acesso em 20 out 2018.

⁸⁷ A íntegra da Resolução está disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/placido_se_01_por.pdf. Acesso em 20 out 2018.

Em nenhuma das 375 matérias veiculadas pelo Jornal Nacional no período pesquisado apareceu qualquer das palavras a seguir: "Comissão Interamericana de Direitos Humanos", "Corte Interamericana de Direitos Humanos", "Sistema Interamericano de Direitos Humanos", "Organização dos Estados Americanos". Também não foram encontradas quaisquer outras formas de designar os referidos órgãos (siglas ou denominações similares) ou seus procedimentos de promoção e proteção de direitos humanos no continente americano.

O processamento dos casos no SIDH foi ignorado pela cobertura do Jornal Nacional durante os três anos objeto de estudo da pesquisa, tanto no que se refere aos atos de denúncia e imposição de medidas, quanto no que se refere aos atos de arquivamento de casos. Segundo as informações fornecidas pelo Ministério das Relações Exteriores, contidas no Anexo III desta tese, entre 2015 e 2017 (período abrangido pela pesquisa realizada), foram arquivados 5 processos: Petição P-950-08 (Gabriel de Matos Prado); Caso 12.746 (José do Egito Romão Diniz); Petição P-1174-09 (L.A.B.); Medidas cautelares MC-346-08 (229 Adolescentes reclusos/ Menores Detidos no Educandário Santo Expedito); Petição P-1246-08 (Marcelo Henrique de Freitas).

Ampliando o escopo de exploração da amostra para tentar identificar qualquer tipo de referência a organismos internacionais relacionados a direitos humanos, foram identificadas apenas 3 matérias com referência à ONU: 207, 220, 237. Além disso, nas matérias sobre a extradição de Pizzolato, há algumas referências aos órgãos europeus que cuidam da temática.

O cumprimento das decisões da CIDH e da CorteIDH constitui um elemento essencial para prevenir e reparar violações de direitos humanos no Brasil. Trata-se, além disso, de uma obrigação que os próprios Estados assumiram ao ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos, que deriva do princípio fundamental de reparar o dano e do princípio de boa fé no cumprimento dos tratados, previsto na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Dessa forma, é grave o silêncio da cobertura do Jornal Nacional sobre os casos processados na CIDH e na CorteIDH. Sua omissão faz com que o jornalismo deixe de contribuir para o cumprimento dos principais objetivos das medidas determinadas pelo SIDH: garantir reparação das pessoas ou grupos afetados (monetária ou não), aplicar medidas preventivas para que as violações de direitos não se repitam, investigar e sancionar os responsáveis pelas violações, dar proteção às vítimas e testemunhas (BASCH et al, 2010).

CONCLUSÕES

Esta tese apresentou estudo empírico sobre narrativas jornalísticas cujo objetivo central era descrever o fenômeno da cobertura sobre execução penal, com enfoque nas narrativas do telejornal de maior audiência do país - o Jornal Nacional da TV Globo - em um período de três anos, de novembro de 2014 a outubro de 2017.

Em cerca de 2,1% do universo de matérias do período (375 de 17.719 matérias) foi identificado o castigo penal como categoria temática central do enquadramento, ou seja, tratavam de fatos ocorridos após a prisão ou a aplicação de outra medida de castigo penal, como o uso de tornozeleira e a internação no sistema socioeducativo. Foram identificadas 120 matérias no primeiro ano estudado, 66 no segundo ano e 189 no terceiro, sendo que nesse último houve pico de cobertura relativo aos massacres de grandes proporções ocorridos em prisões de três estados brasileiros. Não houve nenhum mês, no período estudado, em que não tenham sido veiculadas matérias sobre o castigo penal.

O conjunto de variáveis das fichas analíticas buscava respostas para as seguintes perguntas-problema da pesquisa: A. Quais aspectos da realidade da execução penal, em especial do sistema prisional, são representados nas narrativas jornalísticas? B. Como são representadas nas narrativas jornalísticas as pessoas sujeitas à responsabilidade penal?

Embora o Jornal Nacional tenha um processo de produção jornalística com pouca exposição das opções editoriais, com amplo predomínio de *hardnews*, um olhar mais atento da equipe de pesquisa permitiu “desconstruir” a cobertura e revelar os princípios gerais que a norteiam, identificando dentro de quais enquadramentos (ou pontos de vista) as matérias sobre determinado tema são construídas (GUAZINA, 2011).

Com a metodologia da análise de enquadramento jornalístico, foi possível esmiuçar o texto jornalístico e as imagens do Jornal Nacional, a partir da perspectiva de que os veículos midiáticos operam na construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 1966); (BARAK, 1994).

A definição das categorias de análise foi pautada pelos seguintes objetivos específicos do estudo de mídia: (i) mapear a extensão da cobertura sobre execução penal; (ii) identificar eventuais peculiaridades do enquadramento jornalístico das situações de crise prisional, em especial das rebeliões; (iii) investigar eventuais aspectos de racismo na cobertura; (iv) identificar eventuais elementos da cobertura que contribuem para o processo de estigmatização das pessoas sujeitas à responsabilidade penal; (v) investigar se (e como) a retórica de direitos é utilizada na cobertura sobre execução penal.

Na discussão dos resultados, apresentei a condensação e o destaque das informações centrais obtidas na análise dos dados coletados. A partir de 44 gráficos de elaboração própria e 11 recursos gráficos extraídos de outros estudos (8 gráficos, duas tabelas e uma figura), foram propiciadas interpretações e inferências em um discurso crítico (BARDIN, 2006).

Nos recursos gráficos de elaboração própria, a exposição dos dados ora tratou do conjunto geral de matérias, ora foi apresentada em formato comparativo entre grupos, tais como: matérias sobre sujeitos famosos e matérias sobre sujeitos comuns; matérias sobre rebeliões e matérias sobre demais assuntos. Nessa segunda hipótese, o formato indicava o cruzamento dos resultados de mais de uma variável da pesquisa ou decorria de filtro realizado no processo de tratamento dos dados.

Depois de um primeiro Capítulo destinado especificamente à apresentação da metodologia do estudo, o Capítulo 2 apresentou esforço de contextualização, com um panorama geral da relevância do jornalismo televisivo como "um lugar de referência" para os brasileiros (VIZEU, 2008) e do Jornal Nacional como um veículo com centralidade na política nacional há cinco décadas.

Quanto à parte empírica, descreveu as características gerais da cobertura sobre o castigo penal objeto desta tese, por meio dos dados de 6 variáveis: data da edição; duração da matéria; tipos de matéria; tipos de fontes jornalísticas citadas; foco geográfico; abrangência da matéria.

Os achados de pesquisa mais interessantes, no Capítulo 2, foram: a permanência do tema do castigo penal no enquadramento do telejornal, ao longo do tempo, com pico de cobertura bastante significativo nos massacres de janeiro de 2017 (gráfico 3); a intensidade da cobertura sobre situações em que alguma peculiaridade torna notório aquele caso ou a condição individual de determinada pessoa (gráfico 5 - sujeitos famosos); o enorme predomínio de fontes oficiais na

construção das narrativas jornalísticas (gráfico 8); as peculiaridades do enquadramento jornalístico em crises prisionais, com matérias mais longas (gráfico 4) e narrativas com abrangência que tende a sair do padrão de enfoque meramente factual (gráficos 12 e 13).

O Capítulo 3 abrange os dados de 17 variáveis sobre a representação jornalística das pessoas sujeitas à responsabilidade penal, abrangendo a existência (ou não) de referências sobre o perfil das pessoas representadas (gráficos 14 a 23 - a partir do referencial do Relatório Infopen), a análise de elementos discursivos sobre enfoque (gráfico 26), denominação (gráficos 27 e 28), e (im)possibilidade de voz das pessoas sujeitas à responsabilidade penal nas matérias (gráficos 29 e 30), além da discussão de aspectos interessantes sobre a forma como aparecem as imagens das pessoas nas narrativas jornalísticas (gráficos 34 a 36).

Os achados de pesquisa mais relevantes discutidos nesse Capítulo apontam para o silenciamento, a estigmatização e o racismo, visibilizados nos dados de cada uma das variáveis, mas também em testes estatísticos de associação formal, conforme detalhamento do Anexo II.

No Capítulo 4 foram investigados elementos discursivos importantes do objeto das narrativas jornalísticas sobre o castigo penal, a partir de textos de dois campos abertos da ficha analítica (ideia organizadora e atribuição de responsabilidades) e dos dados de 10 variáveis (gráficos 37 a 51): assunto dominante, espaço físico, referência a legislação, direitos, regalias, motivo de rebeliões, motivo de mortes, identificação de mortos, vítimas de atos violentos e indicação de soluções.

Por fim, foi explorada a total omissão da cobertura do Jornal Nacional sobre os processos em curso no Sistema Interamericano de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA em face do Estado brasileiro, referentes a graves violações de direitos humanos de pessoas sujeitas ao castigo penal.

Os achados de pesquisa desse último Capítulo têm contornos mais complexos, decorrentes da conjugação da dimensão quantitativa com a reflexão sobre textos cujas categorias de análise partem de campos abertos da ficha analítica. Os gráficos e textos apontam para uma redução da problemática do sistema prisional à necessidade de aumento de controle (evitar fugas e evitar/estancar rebeliões), com ocultamento da dimensão de direitos das pessoas privadas de liberdade e ausência de qualquer elemento de discussão sobre o papel do cárcere na sociedade brasileira.

Pelo exposto, em esforço de seleção de resultados principais da pesquisa, a partir da conjugação dos dados das 33 variáveis descritas acima (apresentados em 44 gráficos) com os campos abertos da ficha analítica (ideia organizadora e atribuição de responsabilidades), podem ser destacados:

- a redução da problemática do sistema prisional ao problema do controle;
- a banalização da crise prisional e do sofrimento das pessoas sujeitas à responsabilidade penal;
- a falta de voz das pessoas sujeitas à responsabilidade penal e a invisibilidade de sua condição de sujeitos de direitos; e
- o racismo e a estigmatização da juventude negra sujeita à responsabilidade penal.

Na temática do controle penal, o jornalismo está extremamente vinculado à narrativa das fontes oficiais, reproduzindo com elevada predominância a visão do Poder Público sobre os fatos relacionados à segurança pública e ao sistema prisional. Nesse sentido, as notícias operam como um dos mecanismos de legitimação do modo de funcionamento do controle penal. "O processo jornalístico de divulgação da atividade de controle do crime pelas agências do sistema penal constitui parte dessa atividade de controle" (BUDÓ, 2013, p. 244).

A pluralidade de fontes seria essencial para o que o próprio Jornal Nacional entende como 'bom jornalismo', eis que "regido pelos valores da objetividade, exatidão, isenção, diversidade de opiniões e interesse público" (GUAZINA, 2011, p. 127). No entanto, o predomínio de fontes oficiais é enorme na cobertura do castigo penal analisada, conforme indicam os dados do gráfico 8, e a apresentação de pontos de vista divergentes, em especial a posição/opinião da pessoa sujeita à responsabilidade penal (por si própria ou mesmo pela voz de terceiros) não foi encontrada na imensa maioria das matérias (gráficos 29 e 30).

O enquadramento do Jornal Nacional sobre o castigo penal não demonstra, assim, alguns cuidados de pluralismo interno (tentativa de reportar fatos de forma equilibrada) considerados "básicos" na rotina de produção de notícias, tendo em vista a objetividade como um ritual estratégico de legitimação da prática jornalística (TUCHMAN, 1972).

Os resultados do gráfico 30, quando analisados em conjunto com os resultados do gráfico 29, expõem a enorme dimensão do silenciamento da opinião/voz dos sujeitos comuns sujeitos à execução penal. Esse silenciamento foi encontrado em 82,7% das matérias, excluindo da contagem as 14 matérias em que o Poder Público é quem emite a suposta opinião/posição da pessoa. Essa exclusão é devida, pois no cenário de graves violações de direitos e problemas de gestão em que se encontra o sistema prisional brasileiro (conforme indicam os numerosos processos na SIDH-OEA e os dados oficiais do Infopen), é bastante delicado tomar como fidedigna uma versão estatal do que seria a opinião/posição das pessoas sujeitas à responsabilidade penal.

Além disso, conforme o gráfico 43, em 32,9% das matérias que tratam de rebeliões não há qualquer tentativa do Jornal Nacional, em sua narrativa sobre os fatos, de informar o motivo da insurreição das pessoas privadas de liberdade.

A ausência de qualquer referência a possíveis motivos das rebeliões, em um terço das matérias sobre tais situações, parece naturalizar as crises, como se fossem eventos fortuitos, fatalidades que acontecem inesperadamente. Nesse sentido, um achado ilustrativo está na matéria nº 216 da amostra, em que Michel Temer, ocupante do cargo de Presidente da República em janeiro de 2017, faz o infeliz uso da palavra "acidente" para se referir aos massacres ocorridos naquele momento.

Nesse cenário de legitimação do discurso (e das práticas) do controle penal pelos veículos jornalísticos, as narrativas indicam que a repressão estatal nunca é considerada suficientemente dura e eficaz.

Conforme detalhado no item 4.2 do Capítulo 4, o enquadramento de diversas matérias destaca o despreparo do Estado (dos governos estaduais, com frequência) para lidar com a quantidade de pessoas privadas de liberdade, com a atuação de grupos organizados (chamados de facções ou organizações criminosas), com a falta de recursos (agentes penitenciários, armas, estrutura física) e até com a corrupção dentro das prisões. Algumas fugas são retratadas com aspectos de espetacularização.

Na produção de uma cobertura adversária à política (GUAZINA, 2011), a mídia brasileira trata cotidianamente da ineficiência na condução das políticas públicas voltadas à

segurança pública e da necessidade de encarceramento dos seres humanos que podem criar "perigos" para a manutenção da ordem pública e da paz para as "pessoas de bem".

Em certas matérias o humor é utilizado como elemento de ridicularização de fatos enquadrados como "brechas" do sistema punitivo. O aspecto jocoso aparece como tom predominante do texto ou por meio de traços e sutilezas, na forma de apresentação do texto ou na expressão facial de apresentadores e repórteres.

Por outro lado, a perspectiva crítica do Jornal Nacional sobre a atuação do Estado na temática do castigo penal não aparece, no enquadramento das matérias, quanto ao aspecto da responsabilidade estatal quanto à garantia de direitos (inclusive direitos constitucionais).

A omissão do Jornal Nacional quanto aos graves aspectos de violações de direitos humanos foi verificada em diversos resultados da pesquisa empreendida. São significativos os dados dos gráficos 39 e 40, que apontam a ausência de quaisquer referências textuais sobre legislação em 86,9% das matérias e sobre direitos das pessoas sujeitas à responsabilidade penal em 84,8% das matérias.

Nos gráficos 43 e 46, os dados indicam que o modo como o enquadramento do Jornal Nacional apresenta as causas de mortes e rebeliões enfatiza a responsabilidade das próprias pessoas sujeitas à responsabilidade penal e omite a responsabilidade do Poder Público de garantir a integridade física das pessoas cuja liberdade foi retirada por imposição estatal.

Quanto à variável sobre rebeliões, é de 58,5% o percentual de matérias em que a narrativa jornalística indica que determinada situação de crise prisional é motivada pela atuação de grupos organizados, chamados de "facções prisionais".

Embora a realidade de fortalecimento desses grupos organizados seja inegável, a análise desse resultado deve ser realizada em cotejo com os dados da variável sobre fontes jornalísticas (predomínio de 84,6% de fontes oficiais) e da variável sobre opinião/posição da pessoa sujeita à responsabilidade penal (silenciamento em 82,7% das matérias). As crises ocorrem no cenário de um sistema prisional com gravíssimos problemas de violação de direitos das pessoas sujeitas à responsabilidade penal, conforme reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2015) e denunciado ao SIDH-OEA em numerosos casos.

Assim, ainda que as disputas entre facções sejam graves problemas, parece bastante simplista a indicação de que a motivação de revolta das pessoas privadas de liberdade restringe-se a conflitos entre grupos organizados. A guerra de facções é uma justificativa "fácil", que exime a responsabilidade dos operadores do sistema de controle penal quanto aos graves problemas da custódia penal e coloca os próprios presos na condição de culpados, não de vítimas dos massacres.

Também nesse sentido, na variável sobre mortes, o gráfico 46 indica que o conflito entre as próprias pessoas privadas de liberdade mostrou-se o principal motivo de mortes indicado pelo Jornal Nacional (76,8% das matérias). A ação violenta de agentes do Estado apareceu em apenas 13% das matérias analisadas.

A omissão do enquadramento do Jornal Nacional em relação às mortes por doenças (apenas 1,5% das matérias sobre mortes da amostra) contrasta com os resultados de pesquisas que indicam que elevado quantitativo de pessoas privadas de liberdade morrem jovens, com doenças do aparelho respiratório que seriam tratáveis (EM, 2018) Além disso, a incidência de HIV é 138 vezes maior no sistema prisional em comparação com o índice da população geral e a ocorrência de suicídios é 4 vezes maior (MOREIRA, 2018).

Na variável sobre os estabelecimentos penais, constatei que em 71,4% das matérias não há qualquer imagem interna da unidade (gráfico 38). Isso significa que na imensa maioria dos casos em que o Jornal Nacional está tratando da temática do castigo penal, não é apresentado para o telespectador um recorte mais concreto das péssimas condições físicas do interior dos lugares em que são mantidas centenas de milhares de pessoas privadas de liberdade.

Os dados identificados nessas variáveis, assim, apontam para uma invisibilização das condições degradantes do sistema prisional brasileiro, naturalização das violações de direitos e banalização do sofrimento.

Outro achado relevante nesse sentido, destacado no Capítulo 2, é a ausência de cobertura sobre relatório oficial divulgado pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e pelo Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) em novembro de 2018, em que foi verificado que apenas 5% de 185 recomendações foram cumpridas desde os massacres (que foram objeto de pico de cobertura no início de 2017). O silêncio sobre o relatório significou a falta de divulgação pelo telejornal de informações gravíssimas, tais como a

ocorrência de práticas de tortura, espancamentos e o fato de que 71 presos do Rio Grande do Norte permaneciam "desaparecidos", ou seja, não foi registrada sua fuga ou transferência e não se sabia se foram mortos no massacre (BARBOSA; RAFAEL, 2018). No dia de divulgação do relatório, uma matéria de teor bem menos relevante foi veiculada com a temática de segurança pública/castigo penal, sobre um caso específico de varejo de drogas no Rio Grande do Sul (JORNAL NACIONAL, 2018).

A identificação dessa característica do enquadramento do Jornal Nacional sobre o castigo penal, referente à omissão sobre as violações de direitos humanos, foi que levou à investigação da cobertura sobre os casos do SIDH-OEA, explorada no item 4.3 do Capítulo 4. Nesse momento da pesquisa, foi impactante a constatação de que os numerosos processos internacionais contra o Estado brasileiro não mereceram qualquer matéria do Jornal Nacional no período de três anos estudado. A noticiabilidade não foi reconhecida, mesmo tendo ocorrido vários fatos importantes nesse intervalo de tempo, mesmo sendo calamitoso o quadro de agressões, tortura e mortes no sistema prisional.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa quanto à representação das pessoas sujeitas à responsabilidade penal trazem evidências importantes sobre um motivo que me parece central na compreensão dessa banalização da morte e do sofrimento das pessoas sujeitas à responsabilidade penal (que torna dispensável a cobertura das violações de direitos humanos): o racismo.

A maioria da população prisional brasileira é negra, jovem e pobre, encarcerada sem condenação judicial pelo comércio de drogas e por atos de desrespeito à propriedade privada em uma sociedade com profunda desigualdade de renda. Sua escolaridade é baixíssima: 61% sequer completou o ensino fundamental. Nesse universo de centenas de milhares de pessoas negras submetidas ao horror do cárcere brasileiro, as mulheres são especialmente invisibilizadas (BRASIL, 2017) (BRASIL, 2018).

Na definição de variáveis da pesquisa empírica que originou esta tese, estava claro que as escolhas relativas às imagens das pessoas sujeitas à responsabilidade penal seriam essenciais no enquadramento jornalístico de cada uma das matérias objeto de estudo. Assim, são de extrema relevância os resultados de 4 variáveis relativas às imagens que aparecem nas matérias: cor/raça dos corpos, nudez dos corpos, subjugação corporal e aspectos de "periculosidade" na representação das pessoas sujeitas à responsabilidade penal. A relevância desses resultados

decorre da centralidade dos recortes de raça e classe no funcionamento seletivo do controle penal, objeto de extensas reflexões nas criminologias críticas, marco teórico da pesquisa.

O risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que o de um jovem branco. No universo de mortes decorrentes da atuação da polícia, 76,2% das vítimas são negras. O impacto da desigualdade racial no Brasil é enorme no que se refere à violência letal e ao exercício do controle penal (IPEA, 2018).

Diante desse contexto, um dos principais resultados da pesquisa apresentada nesta tese é a total omissão da cobertura do Jornal Nacional quanto à relevância da questão racial e da desigualdade de renda na realidade do sistema prisional brasileiro. E a expressão "total omissão" não é exagero retórico. Em nenhuma matéria do período pesquisado referente à realidade brasileira apareceu qualquer das seguintes palavras: "racismo", "raça", "racial", "negro", "negra", "desigualdade", "desigual", "renda", "pobre", "pobreza", "analfabeto", "analfabetismo" ou "escolaridade". As duas únicas matérias sobre castigo penal em que aparece a palavra "negro" (ou "negra") - matérias 122 e 230 da amostra - tratavam da realidade dos Estados Unidos.

Tendo em vista esse contexto, no estudo empírico apresentado nesta tese, ao explorar os resultados das variáveis sobre a representação das pessoas sujeitas à responsabilidade penal, optei em muitos gráficos por um formato comparativo entre dois grupos da amostra total da pesquisa (matérias sobre sujeitos famosos, majoritariamente brancos, e matérias sobre sujeitos comuns, majoritariamente negros).

No enquadramento do Jornal Nacional, cerca de metade das matérias destina-se a tratar de casos de sujeitos brancos, em que alguma peculiaridade torna notório aquele caso ou a condição individual de determinada pessoa (gráfico 5). Esses sujeitos têm corpos brancos vestidos (gráfico 34), não são denominados com termos pejorativos (gráfico 27), têm mais voz nas matérias (gráficos 29 e 30), não aparecem como perigosos (gráfico 36), não têm seu corpo subjugado nas imagens do telejornal (gráfico 35) e são enquadrados como beneficiários de regalias com menos frequência do que os sujeitos comuns (gráfico 42).

Na outra metade de matérias analisadas, sobre "sujeitos comuns", o significativo predomínio de cor/raça e o impactante aspecto de faixa etária (55% de jovens, em contraposição com o percentual de 18% na população geral) não são retratados nas narrativas jornalísticas.

A ausência da temática da desigualdade racial e do racismo nos textos das matérias sobre a execução penal no Brasil é um problema em si. O papel do racismo como pilar do funcionamento seletivo (e hierarquizador) do sistema punitivo é realidade flagrante, relacionada à herança escravocrata, legitimada historicamente por uma criminologia etiológica e aliada aos aspectos perversos da economia capitalista (STAPLES, 1975) (BATISTA, 2003) (OLMO, 2004).

No entanto, constatei que a situação da cobertura jornalística é ainda mais grave do que uma condição de silêncio e omissão nos textos. Quando avaliados os resultados da pesquisa sobre o modo como são apresentadas as imagens das pessoas sujeitas à responsabilidade penal, percebe-se que o enquadramento das matérias do Jornal Nacional acaba por reforçar a seletividade do controle penal e o racismo estrutural identificados em estudos empíricos sobre o perfil das pessoas privadas de liberdade no Brasil.

Nesse sentido, são bastante ilustrativos os dados das seguintes variáveis sobre imagens de pessoas sujeitas à responsabilidade penal:

- cor dos corpos: brancos ou negros;
- apresentação dos corpos: nus, seminus ou vestidos;
- aspectos de subjugação corporal: cabeça baixa, posição ajoelhada ou sentada no chão, rosto coberto em posição corporal subjugada, mãos algemadas;
- aspectos de "periculosidade": portando armas, portando ou usando drogas, rosto coberto em posição corporal ativa ou ameaçadora, realizando atos de violência.

No conjunto de matérias sobre sujeitos comuns, quando um corpo aparece nu/seminu em uma matéria do Jornal Nacional sobre o castigo penal, há 17 vezes mais chance de ser um corpo negro do que um corpo branco. A nudez, portanto, tem cor/raça no enquadramento jornalístico da cobertura do Jornal Nacional sobre o castigo penal. O corpo nu é o corpo negro.

No conjunto de matérias sobre sujeitos famosos, a subjugação corporal aparece em 40,5% dos casos e no conjunto de matérias sobre sujeitos comuns, a subjugação corporal aparece em 52,3% dos casos.

Quanto ao conjunto de matérias sobre sujeitos comuns, posso afirmar, por um lado, que esse percentual parece elevado, se tenho em vista que as matérias da amostra referem-se à realidade posterior ao momento do início da execução penal, em que a pessoa já está sob custódia

do Estado. Logo, no cenário do Estado Democrático de Direito, o desafio da atuação estatal já deveria estar focado, nesse momento, na oferta de oportunidades de trabalho, educação, com cuidados quanto à integridade física de todos os envolvidos. Nesse sentido, não seria esperável que as narrativas sobre execução penal fossem tão marcadas pela subjugação de corpos. Por outro lado, tendo em vista as condições degradantes do sistema prisional brasileiro, suas profundas deficiências de gestão e a tendência dos governos de tratar os problemas da prisão apenas como problemas de controle (assim como as narrativas jornalísticas, conforme discussão do Capítulo 4), o percentual parece bastante razoável.

Em um teste de associação formal entre essa variável de subjugação corporal e a variável de nudez dos corpos conforme cor/raça, percebeu-se uma evidência de associação entre a exibição de corpos nus negros e elementos de subjugação corporal. Corpos brancos, vestidos ou não, estão mais associados às matérias em que não há subjugação corporal, conforme indica o relatório estatístico do Anexo II.

Sobre a "periculosidade" dos corpos, os resultados encontrados na pesquisa foram interessantes, quando considerados os dados em formato comparativo entre sujeitos famosos (majoritariamente brancos) e sujeitos comuns (majoritariamente negros).

As imagens das narrativas jornalísticas não atribuem aos sujeitos famosos a condição de pessoas "perigosas", que devem ser temidas pela sociedade. Em nenhuma das 173 matérias com imagens sobre sujeitos famosos foram identificados aspectos de "periculosidade", conforme indica o gráfico 36.

Quanto às narrativas jornalísticas sobre sujeitos comuns, em 46,7% das matérias estão presentes aspectos de "periculosidade". No conjunto de matérias sobre sujeitos comuns em que há imagens, em 20,3% aparecem pessoas portando armas e em 23,4% das matérias aparecem pessoas realizando atos de violência.

Em um teste de associação formal entre essa variável de "periculosidade" e a variável de nudez dos corpos conforme cor/raça, foi identificada associação entre a exibição de corpos negros nus/seminus e elementos de "periculosidade" nas imagens, conforme indica o relatório do Anexo II.

Os resultados desse teste estatístico confirmam as reflexões das criminologias críticas sobre o papel das narrativas jornalísticas no reforço de um mecanismo racista de produção de

medo e estigmatização. Os aspectos de "periculosidade" associados aos corpos nus e seminus negros delimitam "o inimigo da sociedade, hoje representado perfeitamente no Brasil pelo adolescente, negro ou pardo, pobre e favelado" (BUDÓ, 2013, p. 257).

As narrativas midiáticas sobre os criminosos "perigosos" produzem significativas consequências para as práticas de criminalização primária e secundária, conforme demonstram estudos empíricos sobre os efeitos da cobertura jornalística na formação de uma opinião pública de tendência punitivista (ROBERTS; DOOB; 1990).

O modo como ocorre a exposição dos corpos na cobertura e a ausência de elementos discursivos de reflexão sobre o perfil de pobre preto dos presos demonstra a relevância do enquadramento jornalístico sobre o castigo penal. Se "só é visto o que é mostrado, então as escolhas realizadas diariamente pelos veículos de comunicação importam e muito na compreensão que se tem da realidade" (BUDÓ, 2013, p. 239).

Ainda sobre as características da representação dos sujeitos comuns (majoritariamente negros) sujeitos à execução penal, pode-se dizer que predomina a abrangência meramente factual nas matérias (gráficos 12 e 13), com enfoque individual (gráfico 26). Os dados apontam uma significativa anonimização dos sujeitos comuns sujeitos à execução penal (gráfico 28), mesmo quando o objeto da notícia refere-se a uma ou duas pessoas, como casos de fuga, ferimentos graves ou mesmo morte. Conforme indica o gráfico 47, constatou-se elevada predominância (83,6%) de uma opção de enquadramento jornalístico que não identifica nenhuma das pessoas mortas.

Os sujeitos negros são denominados apenas quando a representação do personagem na narrativa jornalística utiliza o "apelido do crime" (matérias nº 73, 135, 136, 166, 250, 329, 333, 350 e 353). A naturalização dos apelidos é tamanha que em determinada matéria utiliza-se "Elias Maluco" como se fosse o nome da pessoa, ao se referir a um termo que, na verdade, é um segundo apelido: "a polícia diz que o traficante entregou parte do dinheiro à família do 22, apelido de Elias Maluco".

O uso desses apelidos (como opção do enquadramento jornalístico) é um dos recursos retóricos do processo de estigmatização das pessoas negras sujeitas à responsabilidade penal nas narrativas jornalísticas. O padrão narrativo que personaliza a violência na figura do traficante contribui para a legitimação da seletividade (classista e racista) do sistema penal. As narrativas

jornalísticas reduzem as possibilidades de espaços de superação, em especial quanto à figura do traficante varejista de drogas, apropriada pela grande imprensa como uma figura inimiga (FELIX; VIANNA, 2015).

Como a visibilidade é um aspecto essencial do processo de estigmatização, as narrativas jornalísticas têm papel importante na construção do estigma das pessoas privadas de liberdade, "seja na ideia de que o criminoso pode ser identificado pelo vestuário, ainda pelo corpo, seja na relação que se conforma entre a pobreza e a criminalidade" (TERRA, 2010).

Outro aspecto do enquadramento jornalístico que merece destaque refere-se ao acesso à justiça das pessoas sujeitas à responsabilidade penal, explorado nos resultados da variável que abrange a voz do advogado (gráfico 30) e na constatação do silêncio do telejornal sobre a questão do elevado percentual de presos provisórios.

Os resultados da pesquisa indicam que é bastante relevante a voz do advogado nos casos de sujeitos famosos, com ocorrência 6 vezes mais frequente do que nos casos de sujeitos comuns. Os dados do gráfico 30 apontam para uma diferença de tratamento discursivo conferido pelo Jornal Nacional diante das condições de acesso à justiça desses distintos grupos de pessoas. Ainda que na maioria dos casos os sujeitos comuns não tivessem advogado atuante e disponível para ser consultado como fonte da matéria (o que posso supor hipoteticamente, embora não seja aferível nesta pesquisa), é notório que atualmente a Defensoria Pública possui competência legal e capacidade institucional para falar sobre a realidade da execução penal em defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade.

Quanto à questão do elevado percentual de presos provisórios nas unidades prisionais brasileiras, esse assunto não aparece na cobertura sobre o castigo penal, salvo uma única matéria (nº 231 da amostra), em fala episódica do presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais. Parece irrelevante, no enquadramento do Jornal Nacional, o desrespeito do Estado diante do direito fundamental previsto na Constituição de 1988: "ninguém será considerado culpado até transito em julgado de sentença penal condenatória".

O conjunto de resultados destacados neste último tópico da tese são as principais conclusões da pesquisa empírica empreendida. Os dados coletados e tratados indicam que a cobertura do Jornal Nacional banaliza a tragédia humanitária referente à realidade do sistema prisional brasileiro, experimentada por centenas de milhares de corpos majoritariamente negros,

jovens e pobres. A problemática do cárcere é reduzida a uma suposta necessidade de aumento de controle, com fortalecimento da estrutura repressiva.

Ainda que a mensagem de despreparo do Estado seja presente nas narrativas do Jornal Nacional, o enquadramento das matérias enfatiza esse despreparo não no sentido da tragédia humanitária, mas com um sentido de cobrança por mais controle. Cobra-se que o Estado tenha adequada política de controle para garantir o isolamento das pessoas presas, evitando fugas, rebeliões e ordens para ações extramuros, como os ônibus queimados.

Em poucas matérias analisadas foi identificado um tom de comoção em relação a mortes de pessoas privadas de liberdade. A voz das pessoas sujeitas à responsabilidade penal é silenciada, seus nomes são desconhecidos, seu sofrimento é irrelevante e sua morte é responsabilidade própria, decorrência do comportamento violento do grupo de pessoas perigosas a que pertence.

A relevância desses achados deve ser compreendida a partir do papel da mídia de construção da realidade como um consenso:

Tanto a opção editorial da maior parte dos veículos de mídia, baseados, sobretudo, em uma lógica empresarial e de profundas relações com os setores políticos mais conservadores, quanto as características de que se reveste a produção organizacional das notícias auxiliam na construção da realidade como um consenso, (...) "como se não existissem importantes rupturas culturais ou econômicas, nem importantes conflitos de interesses entre classes e grupos". Os enquadramentos tendem, portanto, a reforçar pontos de vista dos mais poderosos, dos que têm acesso ao discurso, como se fosse a única interpretação possível da realidade. (...) As tipificações que orientam sua prática [jornalística], a questão do profissionalismo, mediante todos esses fenômenos objetivados, a notícia resultante termina por desempenhar o papel de legitimar as relações de classe e poder existentes. O reforço do senso comum nas redações jornalísticas e a consequência de manutenção do status quo que disso se reflete é um resultado a que chegam vários dos autores do *newsmaking*." (BUDÓ, 2013, p. 248).

Os dados analisados nesta pesquisa empírica parecem indicar que o enquadramento identificado na cobertura do Jornal Nacional contribui para a construção de um consenso punitivista, que legitima a expansão do controle penal, estigmatiza as pessoas sujeitas à responsabilidade penal (pessoas negras, apresentadas como perigosas) e naturaliza as violações de direitos humanos.

Nesse contexto, a capacidade de agendamento dos grandes veículos jornalísticos contribui para um ciclo de reprodução de violência racista e genocida⁸⁸, que alimenta a situação calamitosa do sistema prisional brasileiro:

Enquanto as opções políticas estiverem lastreadas no tripé repressão/punição/exclusão, cujas supostas soluções “simples e imediatas” encontram apoio popular e favorecem os discursos populistas de indivíduos que não têm qualquer compromisso com a redução da violência da sociedade; enquanto não conseguirmos recuperar nossa memória histórica e delinear o quanto a violência de estado contra os pobres e negros marcou a nossa trajetória como “Nação”; enquanto não formos capazes de perceber que os apelos por mais repressão e punição só beneficiam aqueles que angariam dividendos políticos-eleitorais com bravatas desconectadas de quaisquer evidências em experiências, dados ou políticas públicas; enfim, enquanto não conseguirmos transformar o nosso modelo de política de segurança cujos pilares são a guerra às drogas, a polícia militar e a prisão, permaneceremos presos neste labirinto esquizofrênico em que a ânsia da população por uma sociedade pacificada tem como respostas ações que aumentam a violência letal e aprofundam o nosso histórico fosso socioeconômico, a exclusão e a vulnerabilidade da democracia brasileira. A construção de um modelo de política pública deve estar assentado nos pilares legais, na prevenção e na inteligência. Do contrário, continuaremos fadados ao retrocesso civilizatório e à fragilização da política e das instituições (FBSP, 2018, p. 7).

Além disso, a abordagem meramente factual das narrativas jornalísticas é claramente insuficiente para dar conta da complexidade da realidade da execução penal brasileira. Embora, por um lado, esse predomínio do enfoque factual seja esperado, dado o modelo de *hard news* do Jornal Nacional como telejornal diário de amplo espectro de assuntos, por outro lado, dada a complexidade da temática e a gravidade dos problemas identificados por diversos estudos empíricos e documentos de organismos internacionais sobre a realidade do sistema prisional brasileiro, parecia possível (e relevante) que uma abordagem mais reflexiva fosse realizada.

Nesse sentido, os resultados das variáveis de pesquisa sobre a representação da realidade prisional indicam a relevância de narrativas jornalísticas que sejam capazes de problematizar a violência como banalidade, sem a omissão (deslegitimadora) do sistema protetivo de direitos humanos das pessoas presas.

Atenta-se, também, para a relevância da visibilização do perfil das pessoas presas (e em especial de suas especificidades, como é o caso das questões de gênero e raça), suas condições de vida e sua experiência de baixa fruição ou mesmo violação de direitos.

⁸⁸ Há polêmica no campo da criminologia sobre a possibilidade de uso do conceito de genocídio na realidade da violência brasileira. Nesta tese, utilizo a concepção de Ana Flauzina, que sustenta a adequação conceitual

Fica evidenciada, nesta pesquisa, a pertinência da crítica de Miguel e Biroli (2010) sobre os limites do pluralismo midiático nas democracias liberais, construídas em torno de um consenso básico em que vozes dissidentes ou desviantes não precisam ser consideradas. *As vozes* das pessoas sujeitas à responsabilidade penal (ou dos defensores de seus direitos) parecem não se adequar bem ao “espaço da controvérsia legítima” em que se move a prática cotidiana do Jornal Nacional como veículo jornalístico.

Finalmente, preciso dizer que esta pesquisa não parece terminar por aqui. O volume de dados coletados e a complexidade da temática fazem com que os resultados alcançados nesta tese sejam apenas um pequeno recorte do objeto de estudo sobre o qual me debrucei: a cobertura jornalística sobre o castigo penal.

Em especial, destaco que os dados das 2.670 matérias sobre segurança pública que não se enquadraram na amostra final da pesquisa, referentes a 11 categorias da tipologia utilizada na fase de coleta de dados deste estudo empírico, constituem banco de dados à disposição desta pesquisadora e de qualquer outra colega que queira se lançar ao instigante desafio de investigar as narrativas do Jornal Nacional sobre o controle penal.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. Prisões, violência e direitos humanos no Brasil. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (Org.). *Direitos Humanos no Século XXI*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, v. 2, p. 1005-1030.

ALENCAR, Helena Castro. *Suíte no telejornalismo: o agendamento dos fatos no Jornal Nacional*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13109/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Helena%20Castro%20de%20Alencar.pdf>. Acesso em 20 out. 2018.

ALHOSSARY, Abeer Barakat; BIN ABDULLAH, Mohd Faiz Sathivellu. Representations of the 'Palestinian Prisoners-Shalit Swap' in Selected Arab and Israeli Online News Articles. *International Journal of Applied Linguistics and English Literature*, V.3(2), p.178-186, Mar. 2014.

ALMENDRA, Dinalmo. O espaço midiático como universo diegético: A multiplicação de narrativas sobre o carandiru. *Ciberlegenda*, V. 0 (17), jan. 2011.

ANDERSEN; Lars H.; ANDERSEN, Signe H. Effect of Electronic Monitoring on Social Welfare Dependence. *Criminology & Public Policy*, Vol. 13, n. 3, 2014. Disponível em:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1745-9133.12087>. Acesso em 2 fev. 2019.

ANDRADE, Vera Regina Pereira. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

ARUGUETE, Natalia; AMADEO, Belén. Encuadrando el delito: panico moral en los periodicos Argentinos. *América Latina hoy*, N. 62, p. 177-196, 2012.

AVOLIO, Luiz Francisco Torquato. Os direitos do preso e a mídia. *Boletim IBCCRIM*. São Paulo, ano 10, n. 114, maio 2002.

BARAK, Gregg (editor). *Media, process, and the social construction of crime: studies in newsmaking criminology*. New York, London: Garland Publishing, 1994.

BARATA, Francesc. La violencia y los mass media. Entre el saber criminológico y las teorías de la comunicación. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 29, 2000.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. Resocialización o control social. In: ARAÚJO JR, João Marcello (Org.). *Sistema penal para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

BARBOSA, Anderson; RAFAEL, Norton. Maior presídio do RN tem práticas de tortura, diz relatório. *G1-RN*, Natal, 28 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2018/11/28/presidio-potiguar-tem-serissimas-semelhancas-com-praticas-de-tortura-realizadas-em-abu-ghraib-diz-relatorio.ghtml>. Acesso em 30 nov. 2018.

BARCINSKI, Mariana; CUNICO, Sabrina Daiana. The (un)visible effects of prison: the contradictions of the prison system. *Psicologia*, Lisboa, v. 28, n. 2, p. 63-70, dez. 2014. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492014000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 2 dez. 2018.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2006.

BASCH, Fernando et al. A Eficácia do Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos: Uma Abordagem Quantitativa sobre seu Funcionamento e sobre o Cumprimento de suas Decisões. *Sur*, v. 7, n. 12, Jun. 2010, p. 9-35. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/16025024.pdf>. Acesso em 27 dez 2018.

BASTOS, Bethania Falcão. A intervenção penal nos braços da mídia. In: PINHO, Ana Cláudia Bastos de; GOMES, Marcus Alan de Melo (Org.). *Direito penal e democracia*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2010.

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*, Rio de Janeiro, Revan, Instituto Carioca de Criminologia, ano 7, n. 12, p. 271-288, 2º semestre de 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à Criminologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

_____. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BENNETT, Jamie. The Good, the Bad and the Ugly: The Media in Prison Films. *The Howard Journal of Criminal Justice*, V. 45(2), p. 97-115, 2006.

BERGER, P. L; LUCKMANN, T. *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Garden City: Anchor Books, 1966.

BIDINO, Cláudio. Mídia, crime e justiça criminal nos Estados Unidos: a ineficácia dos mecanismos judiciais disponíveis para impedir a perniciosa influência da imprensa sobre os jurados nos casos criminais de grande apelo popular. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 110, 2014.

BONJARDIM, Estela Cristina. *O acusado, sua imagem e a mídia*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

BONTA, J.; WALLACE-CAPRETTA, S.; ROONEY, J. Can electronic monitoring make a difference ? An evaluation of three Canadian programs. *Crime & Delinquency*, vol. 46, n. 1, Jan 2000, p. 61-75.

BORGES, Helena. Quase dois anos depois do massacre em Alcaçuz, governo não sabe dizer quantos presos sumiram. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 nov. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/quase-dois-anos-apos-massacre-em-alcacuz-governo-nao-sabe-dizer-quantos-presos-sumiram-23266825>. Acesso em 30 nov. 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro. Bertrand do Brasil, 2001.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen*. Brasília, 2017. 65 p. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em 10 nov. 2018.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen Mulheres - 2018*. Brasília, 2018. 78 p. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres, 2ª edição Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em 10 nov. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom, 2016. Disponível em: <http://pesquisademidia.gov.br/#/Televis%C3%A3o>. Acesso em 30 mar. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347-MC/DF. Brasília, 9 de setembro de 2015. Informativo do STF nº 798. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo798.htm>. Acesso em 15 set. 2018.

BRAUN, Helen Garcez. As múltiplas prisões femininas: um estudo sobre os textos e contextos midiáticos no ambiente prisional. 2013. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6679/1/000459090-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em 22 abr. 2016.

BROWN, Michelle. Visual criminology and carceral studies: Counter-images in the carceral age. *Theoretical Criminology*, V.18(2), p. 176-197, Maio 2014.

BRUNT, Jonathan. Behind closed doors: Covering America's prisons. *The Quill*, v. 88, N. 8, p-24, 2000.

BUDÓ, Marília de Nardin. *Mídia e discursos do poder: a legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil*. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/34641>. Acesso em 28 out. 2018.

CADEIAS mantêm superlotação e violações, diz relatório. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 nov. 2018. (impresso) A14.

CALIXTO, Clarice. Urso Branco é correria, aperto, tensão, angústia, desespero e muito muito muito sofrimento. *Mídia Ninja*, Rio de Janeiro, 25 jun. 2017. Disponível em: <http://midianinja.org/claricecalixto/spoiler-urso-branco-e-correria-aperto-tensao-angustia-desespero-e-muito-muito-muito-sofrimento/>

CAMILO, Jairo. *O jornal e a prisão: uma análise da cobertura dos ataques do PCC em 2006 pela Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2009. Disponível em: http://administrativocasper.fcl.com.br/rep_arquivos/2010/02/01/1265051220.pdf. Acesso em 12 mar. 2017.

CAMPOS, Luiz Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. *Opin. Publica*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 377-406, Dec. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000300377&lng=en&nrm=iso. Acesso em 09 out. 2018.

CARVALHO FILHO, Luis Francisco. Mídia, violência e sistema penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 42, 2003.

CARVALHO, Marco Antônio. Dois anos após massacres, presídios mantêm celas superlotadas e precárias. *UOL*, São Paulo, 28 nov. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/28/dois-anos-apos-massacres-presidios-mantem-celas-superlotadas-e-precarias.htm>. Acesso em 30 nov. 2018.

CARVALHO, Marco Antônio; ARAÚJO, Ricardo; CORREIA, Cyneida. Dois anos após massacres, presídios mantêm precariedade. *Terra*, São Paulo, 28 nov. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/dois-anos-apos-massacres-presidios-mantem-superlotacao-e-rotina-de-violacoes,04431f7fe4fe33359b6f02f59ecac582tj3okgay.html>. Acesso em 30 nov. 2018.

CARVALHO, Natália Oliveira de. Trial by media: o sistema penal é a pauta! *Boletim IBCCRIM*. São Paulo, ano 15, n. 185, abr. 2008.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. Execução da pena privativa de liberdade para mulheres: a urgência de regime especial. *Revista Justitia* (São Paulo), v.197, p.37-45, jul/dez. 2007. Disponível em: <http://revistajustitia.com.br/revistas/w3137c.pdf>. Acesso em 10 out 2018.

CASTRO, Cláudio de Moura. Estrutura e apresentação de publicações científicas. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). *Jornalismo e literatura. A sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.

CASTRO, João Caldeira Brant Monteiro de. *A atuação das empresas de televisão como grupo de interesse: Estratégias e táticas de pressão no caso da política de classificação indicativa*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CASTRO, Lola Anyiar de. *Criminologia da Libertação*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CECIL, Dawn K.. Looking Beyond Caged Heat. *Feminist Criminology*, v.2(4), p. 304-326, Out. 2007.

CECIL, Dawn K.; LEITNER, Jennifer L. Unlocking the Gates: an Examination of MSNBC Investigates - Lockup. *The Howard Journal of Criminal Justice*, v. 48(2), p.184(16), 2009.

CERVINI, Raúl. Incidencia de las mass media en la expansion del control penal em latinoamerica. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 5, 1994.

CHELIOTIS, Leonidas K. The ambivalent consequences of visibility: Crime and prisons in the mass media. *Crime, Media, Culture*, v. 6,n. 2, p. 169-184, Ago. 2010.

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers*. London: MacGibbon & Kee, 1972.

COOK, Timothy E. *Governing With the News: The News Media As a Political Institution*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

CORBETT, Ronald; MARX, Gary T. Critique: No soul in the new machine. Technofallacies in the electronic monitoring movement. *Justice Quarterly*, v. 8, n. 3, 399-414, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07418829100091111>

CORREA JR., Alceu. *Monitoramento eletrônico de penas e alternativas penais*. 2012. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-20062013-132709/en.php>. Acesso em 5 out 2018.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Luana Magalhães de Araújo. Mídia e processo penal: a influência da imprensa nos julgamentos dos crimes dolosos contra a vida à luz da Constituição de 1988. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 94, 2012.

DAUFEMBACK, Valdirene. O uso dos celulares na prisão: da Série “como fomentar aquilo que se quer coibir”. *Justificando*. São Paulo, 10 set. 2018. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/09/10/uso-dos-celulares-na-prisao-da-serie-como-fomentar-aquilo-que-se-quer-coibir/>. Acesso em 18 nov 2018.

_____. *Psicologia e Direito: O uso dos conceitos psicológicos no direito penal*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

DETAILED news coverage of prison riots attacked. *Times*, London, 10 abr. 1990.

DEXTER. Oitavo anjo. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.dexteroitavoanjo.com.br/discografia/>. Acesso em 10 jan. 2019.

DOIS anos após o massacre em presídios, Direitos Humanos divulga relatório. *SBT*, São Paulo, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://www.sbt.com.br/jornalismo/sbtbrasil/noticias/117877/Dois-anos-apos-o-massacre-em-presidios-Direitos-Humanos-divulga-relatorio.html>. Acesso em 3 dez. 2018.

DOYLE, Aaron; ERICSON, Richard V. Breaking into prison: news sources and correctional institutions. *Canadian Journal of Criminology*, v.38(2), p.155-190, Abr. 1996.

DUNNE, Daniel. Handling foreign media requests: in an era of global communications, corrections professionals must learn how to manage requests from foreign news organizations. *Corrections Today*, v.60(1), p.42(5), fev. 1998.

EM 20 anos, número de mortes em presídios aumenta 10 vezes no Rio de Janeiro. *Conjur*, São Paulo, 7 ago. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-ago-07/20-anos-numero-mortes-presidios-aumenta-10-vezes-rio>. Acesso em 28 ago. 2018.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, vol. 43, n. 4, 1993.

FEELEY, Malcolm M. Entrepreneurs of Punishment: The Legacy of Privatization. *Punishment & Society*, Vol. 4, N. 3, July 2002, p. 321–344. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/146247402400426770#articleCitationDownloadContainer>. Acesso em 21 jan. 2019.

FELIX, Carla Baiense; VIANNA, Antonio Carlos F. Imprensa e preconceito: a relação entre favela e celebridades no mundo do crime. *Dossiê: Cotidiano e Experiência*. Vol.22, Nº 02, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/viewFile/19612/16053>. Acesso em 10 dez 2018.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FOESSEL, Michaël. *État de vigilance*. Critique de la banalité sécuritaire. Paris: Le bord de l'eau, 2010.

FOLHA DE S. PAULO. Manual de Redação. São Paulo: Publifolha, 2001.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Edição Especial 2018. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf. Acesso em 20 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *Relatório Índice de Confiança na Justiça no Brasil - ICJ Brasil*. 1º semestre/2017. São Paulo: Escola da Direito de São Paulo, 2017. Disponível em: http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/relatorio_icj_1sem2017.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo; GÓES, José Cristian. Contribuições da teoria do enquadramento para compreender o sensacionalismo no jornalismo. *Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, [S.l.], v. 11, n. 22, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/6564>. Acesso em: 04 abr. 2019.

GITLIN, Todd. MIA: News of Prison Toll. *The Nation* (New York, N.Y.) 2005, v. 281, n. 1, p. 6. Academic Search Premier.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1963.

_____. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMES, Marcus Alan de Melo. *Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

GREEN, Frank. Doors closing to media: as prison populations and costs mushroom, barriers to coverage continue to emerge. (Freedom of Information 1998 Special Report). *The Quill*, v.86(7), p.16(3), Set. 1998.

GUAZINA, Liziane Soares. *Jornalismo em busca da credibilidade: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão*. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson. (org.) *Jornalismo*. Questões, teorias, “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Apicuri, 2016.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009*. PNAD, v. 30, Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência*, Brasília, 2018.

JORNAL NACIONAL. *TV Globo*, Rio de Janeiro, edição de 28/11/2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7194969/>

KEARON, Tony. Alternative Representations of the Prison and Imprisonment: Comparing Dominant Narratives in the News Media and in Popular Fictional Texts. *Prison Service Journal*, n. 199, jan. 2012. Disponível em: <http://www.crimeandjustice.org.uk/sites/crimeandjustice.org.uk/files/PSJ%20January%202012%20No.%20199.pdf>. Acesso em 11 nov. 2017.

KENSEY, Annie; LÉVY, René; BENAOUA, Abdelmalik. Le développement de la surveillance électronique en France et ses effets sur la récidive. *Criminologie*. Vol. 43, N. 2, 2010, p. 153–178. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/crimino/2010-v43-n2-crimino1512856/1001773ar/>. Acesso em 10 jan. 2019.

KENSICKI, Linda. No cure for what ails us: the media-constructed disconnect between societal problems and possible solutions. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, Apr 2004, V.81(1), p. 53-73.

KINDEL, Tip. Media access: where should you draw the line? *Corrections Today*, Feb, 1998, V.60(1), p.22(3).

LADEIRA MOTA, Célia. Brasil: A Difícil Construção da Cidadania. Trabalho apresentado no III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2005. Disponível em: http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/iiisbpjor2005_-_cc_-_alfredo_vizeu_-_celia_ladeira_mota.pdf. Acesso em 22 de out. de 2018.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 2006.

LEITE, Carla Sena. Ecos do Carandiru: Estudo comparativo de quatro narrativas do massacre. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Literatura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/leite-sena-ecos-carandiru.pdf>. Acesso em 10 jan. 2016.

LIMA, Alceu Amoroso. *O Jornalismo como Gênero Literário*. São Paulo: Edusp, 1981.

LIMA, Fernando Barbosa; PRIOLLI, Gabriel; MACHADO, Arlindo. *Televisão e vídeo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

MAHAN, Sue; LAWRENCE, Richard Mahan. Media and Mayhem in Corrections: The Role of the Media in Prison Riots. *Prison Journal*, V.76(4), p. 420-441, dez 1996.

MAIS da metade dos brasileiros não tem diploma do ensino médio, aponta OCDE. *BBC*, São Paulo, 11 setembro 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45470956>. Acesso em 6 nov. 2018.

MANSO, Bruno. P.; DIAS, Camila. N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Vol. 11(2), p. 10-29, 2017.

MARTINS, Luísa. 'Presídios do País são masmorras medievais', diz ministro da Justiça. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 nov. 2015. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,presidios-brasileiros-sao-masmorras-medievais--diz-ministro-da-justica,10000001226>

MASI, Carlo Velho; MOREIRA, Renan da Silva. Criminologia cultural e mídia: um estudo da influência dos meios de comunicação na questão criminal em tempos de crise. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 108, 2014.

MASON, Paul. Lies, distortion and what doesn't work: Monitoring prison stories in the British media. *Crime, Media, Culture*, V. 2, n. 3, p. 251-267, dez. 2006.

MATHIESEN, Thomas. Television, public space and prison population: a commentary on Mauer and Simon. *Punishment and Society*, V.3(1), p. 35-42, Jan 2001.

MELLO, Silvia Leser. A cidade, a violência e a mídia. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 21, 1998.

MEMÓRIA GLOBO. *Jornal Nacional: a notícia faz história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

METADE dos brasileiros só tem ensino fundamental, diz IBGE. *Veja*, São Paulo, 21 dez. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/metade-dos-brasileiros-nao-tem-ensino-fundamental-diz-ibge/>. Acesso em 15 ago. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, n° 73, jun/2010.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOLINÉ, José Cid; PIJOAN, Elena Larrauri. *Teorías criminológicas*. Barcelona: Bosch, 2001.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. Justificando, São Paulo, 2 jul. 2018. A realidade carcerária do Brasil em números. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/07/02/realidade-carceraria-do-brasil-em-numeros/>

MORETZSOHN, Sylvia. Profissionalismo e objetividade: o jornalismo na contramão da política. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e Poder*. Brasília: UnB, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.pdf>. Acesso em 06 dez. 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. Narrativa jornalística e conhecimento imediato de mundo: construção cognitiva da história do presente. *Comunicação&Política*. V 24, n. 3. P 46 a 70. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

NELLIS, Mike. News Media, Popular Culture and the Electronic Monitoring of Offenders in England and Wales. *The Howard Journal of Criminal Justice*, V.42(1), p. 01-31, 2003.

_____. Surveillance, stigma and spatial constraint: the ethical challenges of electronic monitoring. In: NELLIS, Mike et al. *Electronically Monitored Punishment: International and*

Critical Perspectives. London: Willan, 2013. Disponível em:
<https://doi.org/10.4324/9780203103029>. Acesso em 12 jan. 2019

NUCCI, Guilherme de Souza. O valor da confissão como meio de prova no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

OLMO, Rosa del. *A América Latina e sua criminologia*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

PAGE, Allison. Advance Your Freedom. *Television & New Media*, 2015, V.16(5), p. 439-453.

PAVARINI, M; MELOSSI, D. *Cárcere y fábrica: los orígenes del sistema penitenciario*. México: Siglo Veintiuno, 1987.

PEDROSO, Márcia Pereira. Entre "Devoradores de slogans" e "Técnicos de plantão": representações sociais e ideologias para manutenção da prisão. 2010. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/4823>. Acesso em 15 dez. 2016.

PEIXOTO, Filipe; PORCELLO, Fábio. Quando o repórter aparece na TV: o corpo e a voz da notícia no telejornalismo. *Estudos em Comunicação*, nº 22, 123-164, Maio de 2016. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/22/pdf/ec-22-07.pdf>. Acesso em 05 dez. 2018.

PELUSO, Vinicius de Toledo Piza. Sociedade, mass media e direito penal: uma reflexão. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 39, 2002.

PENITENCIÁRIA de Alcaçuz tem 71 presos 'desaparecidos', aponta relatório. *A Tarde*, Salvador, 17 maio 2017. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/1861731-penitenciaria-de-alcacuz-tem-71-presos-desaparecidos-aponta-relatorio>. Acesso em 30 nov. 2018

PIMENTA, Victor Martins. Fundamentos para a política penal alternativa. ARACÊ – Direitos Humanos em Revista, Ano 4, Número 5, Fevereiro 2017. Disponível em: <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/131/66>. Acesso em 12 abr. 2017.

_____. Por trás das grades: o encarceramento brasileiro em uma abordagem criminológico-crítica. 2016. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23449>. Acesso em 12 maio 2018.

POZOBON, Rejane Oliveira; MIRANDA, Clarissa Mazon. Protocolo de análise para classificação das fontes jornalísticas em mídia impressa: uma ferramenta para o estudo do enquadramento. *Revista Alceu*. V. 12, n.24, p. 16 a 30, jan./jun. 2012. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Artigo%202_24.pdf. Acesso em 13 nov. 2018.

PRZYGODZKI-LIONET, N.; NOËL, Y. Individu dangereux et situations dangereuses : les représentations sociales de la dangerosité chez les citoyens, les magistrats et les surveillants de prison. *Psychologie française*, v.49(4), p. 409-424, 2004.

QUIRINO, Kelly T. M. *Enquadramentos e advocacy sobre o genocídio de jovens negros: análise da cobertura da Folha de S. Paulo*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RAHAL, Flávia. Publicidade no processo penal: a mídia e o processo. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 49, 2004.

RAMOS, H. *Pavilhão 9*. Paixão e Morte no Carandiru. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

REBELIÃO Cultural visa humanizar espaço penitenciário no Rio de Janeiro. *Revista Forum*, Santos, 8 fev. 2012. Disponível em: https://www.revistaforum.com.br/rebeliao_cultural_visa_humanizar_espaco_penitenciario_no_rio_de_janeiro/. Acesso em 5 out. 2018.

RENZEMA, M.; MAYO-WILSON, E. Can electronic monitoring reduce crime for moderate to high-risk offenders? *Journal of Experimental Criminology*, n.1, 215–237, 2005. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/53d4/13c2164b1ac84c00a3576eebf5169ababd33.pdf>. Acesso em 3 fev. 2019.

REZENDE, Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de. *A ilusão do proibicionismo*. 2011. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9856>. Acesso em 22 set 2018.

RIBEIRO, Marcelle. Ministro diz que prefere morrer a passar anos em cadeias brasileiras. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 nov. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ministro-diz-que-prefere-morrer-passar-anos-em-cadeias-brasileiras-6718740>

RIOFRIO, John. Spectacles of Incarceration. *Symplokē*. V. 20, n. 1, p. 139-152, 2012.

ROBERTS, Julian V.; DOOB, Anthony N. Roesch. News Media Influences on Public Views of Sentencing. *Law and Human Behavior*, V.14(5), p. 451-468, 1990.

RODRIGUES, Brena F. Pedrinhas na mídia internacional. Uma análise da cobertura jornalística do portal BBC. *Revista Cambiassu*. V. 19, N. 14, 2014. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/issue/view/244>. Acesso em 8 nov. 2016.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. *Jornalismo policial: indústria cultural e violência*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROSS, Jeffrey. An exploratory study derived from interviews with American reporters who cover jails and prisons. *Corrections Compendium*, v. 36, n. 1, p-7, 2001.

ROWLING, C. M.; JONES, T. M.; SHEETS, P. Some Dared Call It Torture: Cultural Resonance, Abu Ghraib, and a Selectively Echoing Press. *Journal of Communication*, v. 61, p. 1043–1061, 2011.

SACRAMENTO, Paulo (diretor). *O Prisioneiro da grade de ferro – auto-retratos*. Olhos de Cão, Brasil, 2003. DVD, 124 min.

SANTAELLA, Lúcia. *A Cultura das Mídias*. Palestra proferida no 1º Simpósio de Comunicação da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação. São Paulo: 2006. Disponível em: http://www.fapcom.com.br/fapcom/vestibular/?page_id=186&ancestor=25. Acesso em 24 set. 2017.

SOZZO, Máximo (org). *Reconstruyendo las criminologías críticas*. Buenos Aires: Ad Hoc, 2006

SCHMITZ, Aldo Antônio. *Fontes de notícias*. 2010. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94477/284618.pdf?sequence>. Acesso em 14 nov. 2018.

SECRETARIA de Justiça do RN nega tortura na Penitenciária de Alcaçuz denunciada em relatório. *GI-RN*, Natal, 28 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2018/11/28/secretaria-de-justica-do-rn-nega-tortura-na-penitenciaria-de-alcacuz-denunciada-em-relatorio.ghtml>. Acesso em 30 nov. 2018.

SENA, Fabiana Jardim. *A elite por trás da tropa: as percepções sobre a mídia nas políticas de ressoacialização*. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10192/1/2011_FabianaJardimSena.pdf. Acesso em: 18 jan. 2017.

SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim P. *Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia*. Porto Alegre: Editora Penso, 2011.

SILVA, Welliton. *O suspeito na cobertura jornalística*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/1414/1/Suspeito.pdf>. Acesso em 06 dez. 2018.

SOARES, Tiago C. A mecânica do consenso. Observatório da Imprensa. Edição 644. 30/05/2011. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_mecanica_do_consenso. Acesso em 10 abr. 2016.

SOUZA, Artur César. Una relazione del subsistema mediatico con la teoria funzionalistica-consequenziale. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 98, 2012.

SOUZA, Luciano Anderson; FERREIRA, Regina Cirino Alves. Discurso midiático penal e exasperação repressiva. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 94, 2012.

STACCIARINI, Isa Coelho. A representação da violência nas notícias populares: a construção de uma narrativa dramática. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15285/1/2013_IsaCoelhoStacciarini.pdf. Acesso em 12 jan. 2018.

STAPLES, Robert. White racism, Black crime, and American justice: An application of the colonial model to explain crime and race. *Phylon*, v. 36, n. 1, p. 14-22, 1975.

TERRA, Livia Maria. Identidade Bandida. A construção social do estereótipo marginal e criminoso. *Revista LEVS/Unesp-Marília*, Ano 2010, Edição 6, Número 06, Dezembro/2010.

THOMPSON, Augusto. *A Questão Penitenciária*. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

TORON, Alberto Zacharias. Notas sobre a mídia nos crimes de colarinho branco e o judiciário: os novos padrões. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 36, 2001.

TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, 1993.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *O sistema interamericano de direitos humanos no limiar do novo século: recomendações para o fortalecimento de seu mecanismo de proteção*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

TUCHMAN, Gaye. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. *The American Journal of Sociology*, Vol. 77, N. 4 (Jan., 1972), pp. 660-679. The University of Chicago Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2776752>. Acesso em 26 abr. 2017.

URIBE, Gutavo. Após polêmica, Temer justifica escolha de 'acidente' para se referir a massacre. Folha de S. Paulo, São Paulo, 5 jan. 2017. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847369-apos-polemica-temer-justifica-escolha-de-acidente-para-se-referir-a-massacre.shtml>. Acesso em 13 ago. 2018.

VARJÃO, Suzana. *Violações de direitos na mídia brasileira: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa*. Brasília: ANDI, 2015.

VIDAL, Luís Fernando Camargo de Barros. Mídia e júri: possibilidade de restrição da publicidade do processo. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 41, 2003.

VIZEU, Alfredo (org). *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WANDSCHEER, Lisiane. Análise da cobertura jornalística do crime organizado nos jornais Folha de São Paulo e O Globo com base no jornalismo para a paz. 2008. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/2111>. Acesso em 3 out. 2017.

WEAVER, Paul H. A notícia de jornal e as notícias de televisão. In TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1993.

WELCH, Michael; WEBER, Lisa; EDWARDS, Walter. "All the news that's fit to print": a content analysis of the correctional debate in the 'New York Times.'. *Prison Journal*, V.80(3), p.245(20), set. 2000.

WHITE, David Manning. The “Gate Keeper”: A Case Study in the Selection of News. *Journalism Quarterly*, v. 27, p. 383-390, Set/1950.

WHITE, Hayden. The value of narrative in the representation of reality. In: MITCHELL, William John Thomas (org.). *On narrative*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

WILSON, David; O'SULLIVAN, Sean. *Images of Incarceration: Representations of Prison in Film and Television*. Winchester: Waterside Press, 2004.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 2009.

YOUSMAN, Bill. *Prime Time Prisons on U.S. TV. Representation of Incarceration*. New York: Peter Lang Publishing Inc. 2009.

ZACKSESKI, Cristina. A imposição das tornozeleiras. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, ano 17, n. 199, junho 2009, p. 6-8.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

_____. *Em busca das penas perdidas: A perda de legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZANARDI, Bianca Botter. A imprensa e a liberdade de expressão no estado democrático de direito: análise da concepção de justiça difundida pelos meios de comunicação de massa. *Revista do Instituto dos Advogados do Paraná*, Curitiba, n. 38, v. 1. p. 181-288, 2010.

ANEXO I – AMOSTRA FINAL - 375 MATÉRIAS DO JN SOBRE CASTIGO PENAL NOV/2014 A OUT/2017

Nº	Título da matéria	Data da edição	Link
1	Ex-ministro José Dirceu vai cumprir o resto da pena em casa	04/11/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/11/ex-ministro-jose-dirceu-vai-cumprir-o-resto-da-pena-em-casa.html
2	Justiça da Itália publica motivos para não extraditar Henrique Pizzolato	04/11/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/11/justica-da-italia-publica-motivos-para-nao-extraditar-henrique-pizzolato.html
3	Bando armado invade hospital do Rio, mata policial e liberta preso internado	10/11/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/11/bando-armado-invade-hospital-do-rio-mata-policial-e-liberta-preso-internado.html
4	Ministro do STF autoriza Valdemar a cumprir pena em prisão domiciliar	10/11/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/11/ministro-do-stf-autoriza-valdemar-cumprir-pena-em-prisao-domiciliar.html
5	Ex-deputado Valdemar é liberado para cumprir em casa o resto da pena	11/11/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/11/ex-deputado-valdemar-e-liberado-para-cumprir-em-casa-o-resto-da-pena.html
6	Fernando Baiano se entrega; juiz decreta prisão preventiva de seis	18/11/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/11/fernando-baiano-se-entrega-na-sede-da-policia-federal.html
7	Fora da prisão, o ar tem outro cheiro', diz inocente que ficou 39 anos preso	21/11/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/11/fora-da-prisao-o-ar-tem-outro-cheiro-diz-inocente-que-ficou-39-anos-preso.html
8	Autorização de viagem de Delúbio a Goiânia e São Paulo é suspensa	22/11/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/11/autorizacao-de-viagem-de-delubio-goiania-e-sao-paulo-e-suspensa.html
9	Ministro do STF suspende decisão que autorizava José Dirceu a viajar	22/11/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/11/ministro-do-stf-suspende-decisao-que-autorizava-jose-dirceu-viajar.html
10	José Dirceu volta de Vinhedo para Brasília	24/11/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/11/jose-dirceu-volta-de-vinhedo-para-brasilia.html
11	Prisão de executivos investigados na Operação Lava Jato completa 40 dias	24/12/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/prisao-executivos-investigados-na-operacao-lava-jato-completa-40-dias.html
12	Presos do interior do Paraná estão rebelados há mais de 30 horas	30/12/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/presos-do-interior-do-parana-estao-rebelados-ha-mais-de-30-horas.html
13	Rebelião de presos termina após 46h em Casa de Custódia de Maringá (PR)	31/12/2014	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/rebeliao-de-presos-termina-apos-46h-em-casa-de-custodia-de-maringa-pr.html
14	Detentos são flagrados com facões dentro de presídio de Pernambuco	06/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/detentos-sao-flagrados-com-faco-es-dentro-de-presidio-de-pernambuco.html
15	Imagens mostram farra de presos em complexo penitenciário de PE	07/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/imagens-mostram-farra-de-presos-em-complexo-penitenciario-de-pe.html

16	Governo de Cuba anuncia libertação de 53 presos políticos	12/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/governo-de-cuba-anuncia-libertacao-de-53-presos-politicos.html
17	CE: suspeita de envolvimento em morte de italiana tem prisão revogada	13/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/ce-suspeita-de-envolvimento-em-morte-de-italiana-tem-prisao-revogada.html
18	Brasileiro preso por tráfico é isolado antes de execução na Indonésia	15/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/brasileiro-preso-por-trafico-e-isolado-antes-de-execucao-na-indonesia.html
19	Indonésia nega último apelo do Brasil contra a morte de Marco Archer	16/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/indonesia-nega-ultimo-apelo-do-brasil-contra-morte-de-marco-archer.html
20	Brasileiro condenado por tráfico de drogas é executado na Indonésia	17/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/brasileiro-condenado-por-trafico-de-drogas-e-executado-na-indonesia.html
21	Dilma Rousseff se diz 'indignada' com execução de brasileiro na Indonésia	17/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/dilma-rousseff-se-diz-indignada-com-execucao-de-brasileiro-na-indonesia.html
22	Protesto em presídios no Recife termina com a morte de um policial	19/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/protesto-em-presidios-no-recife-termina-com-morte-de-um-policial.html
23	Rebelião causa mortes no complexo de presídios do Curado, no Recife	20/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/rebeliao-causa-mortes-no-complexo-de-presidios-do-curado-no-recife.html
24	Rebelião em conjunto penitenciário de Pernambuco chega ao terceiro dia	21/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/rebeliao-em-conjunto-penitenciario-de-pernambuco-chega-ao-terceiro-dia.html
25	Rebelião no Conjunto de Presídios do Curado acaba no Recife	22/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/rebeliao-no-conjunto-de-presidios-do-curado-acaba-no-recife.html
26	Presos atuam como gerentes de tráfico dentro do maior presídio de PE	28/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/presos-atuam-como-gerentes-de-trafico-dentro-do-maior-presidio-de-pe.html
27	Justiça de MG suspende benefícios do semiaberto de Romeu Queiroz	28/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/justica-de-mg-suspende-beneficios-do-semi-aberto-de-romeu-queiroz.html
28	Pernambuco decreta estado de emergência no Sistema Penitenciário	29/01/2015	https://globoplay.globo.com/v/3928659/
29	Policiais detonam bomba que seria usada em fuga de presos em PE	30/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/policiais-detonam-bomba-que-seria-usada-numa-fuga-de-presos-em-pe.html
30	Tumulto em penitenciária do Recife deixa quatro feridos e um morto	31/01/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/tumulto-em-penitenciaria-do-recife-deixa-quatro-feridos-e-um-morto.html
31	Justiça da Itália autoriza extradição de Henrique Pizzolato	12/02/2015	https://globoplay.globo.com/v/3962965/
32	João Paulo Cunha recebe autorização para cumprir pena em casa	18/02/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/02/joao-paulo-cunha-recebe-autorizacao-para-cumprir-pena-em-casa.html
33	Mensalão do PT: João Paulo Cunha vai cumprir restante da pena em casa	24/02/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/02/mensalao-do-pt-joao-paulo-cunha-vai-cumprir-restante-da-pena-em-casa.html

34	STF extingue a pena de Genoino, condenado no mensalão do PT	04/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/stf-extingue-pena-de-genoino-condenado-no-mensalao-do-pt.html
35	Acusado de incitar violência em atos na Venezuela morre na prisão	13/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/acusado-de-incitar-violencia-em-atos-na-venezuela-morre-na-prisao.html
36	Rio Grande do Norte decreta estado de calamidade nos presídios	17/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/rio-grande-do-norte-decreta-estado-de-calamidade-nos-presidios.html
37	Agente penitenciário fica ferido em tiroteio em hospital de Porto Alegre	19/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/agente-penitenciario-fica-ferido-em-tiroteio-em-hospital-de-porto-alegre.html
38	Ex-deputado Romeu Queiroz perde direito de trabalhar fora da cadeia	19/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/ex-deputado-romeu-queiroz-perde-direito-de-trabalhar-fora-da-cadeia.html
39	Acusados de morte de cinegrafista Santiago Andrade deixam a cadeia	20/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/acusados-de-morte-de-cinegrafista-santiago-andrade-deixam-cadeia.html
40	Polícia Federal pede transferência de 14 presos da Operação Lava Jato	21/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/policia-federal-pede-transferencia-de-14-presos-da-operacao-lava-jato.html
41	Presos que comandaram rebeliões no RN vão para presídio federal	21/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/presos-que-comandaram-rebelioes-no-rn-vaio-para-presidio-federal.html
42	Acusados de atirar rojão que matou cinegrafista recebem tornozeleiras	23/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/acusados-de-atirar-rojao-que-matou-cinegrafista-recebem-tornozeleiras.html
43	Série especial mostra perfil de adolescentes infratores no Brasil	23/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/serie-especial-mostra-perfil-de-adolescentes-infratores-no-brasil.html
44	Polícia de Santa Catarina prende 37 suspeitos de corrupção em presídio	24/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/policia-de-santa-catarina-prende-37-suspeitos-de-corrupcao-em-presidio.html
45	'Me ouvem mais', diz ex-interno, hoje funcionário da unidade de internação	24/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/me-ouvem-mais-diz-ex-interno-hoje-funcionario-da-unidade-de-internacao.html
46	Lava Jato: lobista Fernando Baiano é transferido para presídio no Paraná	26/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/lava-jato-lobista-fernando-baiano-e-transferido-para-presidio-no-parana.html
47	Cursos facilitam o caminho de jovens infratores depois da internação	26/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/cursos-facilitam-o-caminho-de-jovens-infratores-depois-da-internacao.html
48	Grã-Bretanha debate sobre aumento da maioridade penal	27/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/gr-bretanha-debate-sobre-aumento-da-maioridade-penal.html
49	Crianças podem ser condenadas à prisão perpétua nos Estados Unidos	28/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/criancas-podem-ser-condenadas-prisao-perpetua-nos-estados-unidos.html
50	Proposta de redução da maioridade penal provoca protestos na Câmara	30/03/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/proposta-de-reducao-da-maioridade-penal-provoca-protestos-na-camara.html
51	Terroristas invadem penitenciária e libertam mais de 300 presos no Iêmen	02/04/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/terroristas-invadem-penitenciaria-e-libertam-mais-de-300-presos-no-iemem.html

52	Polícia do Maranhão não impede fuga de presos, mesmo avisada de plano	06/04/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/policia-do-maranhao-nao-impede-fuga-de-presos-mesmo-avisada-de-plano.html
53	Justiça e empresários fazem parceria contra crise carcerária no RN	06/04/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/justica-e-empresarios-fazem-parceria-contr-a-crise-carceraria-no-rn.html
54	Veja como funciona a tornozeleira eletrônica usada por condenados	10/04/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/veja-como-funciona-tornozeleira-eletronica-usada-por-condenados.html
55	Pedro Corrêa é levado para carceragem da PF no Paraná	13/04/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/pedro-correa-e-levado-para-carceragem-da-pf-no-parana.html
56	Soltos três suspeitos presos na 11ª fase da Operação Lava Jato	14/04/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/soltos-tres-suspeitos-presos-na-11-fase-da-operacao-lava-jato.html
57	Polícia descobre túnel com 20 metros de extensão no maior presídio do RN	27/04/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/policia-descobre-tunel-com-20-metros-de-extensao-no-maior-presidio-do-rn.html
58	Indonésia convoca família de brasileiro a comparecer a presídio	27/04/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/indonesia-convoca-familia-de-brasileiro-comparecer-presidio.html
59	Supremo autoriza prisão domiciliar para nove executivos da Lava Jato	28/04/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/supremo-autoriza-prisao-domiciliar-para-nove-executivos-da-lava-jato.html
60	Nove réus da Lava Jato deixam cadeia e já estão em prisão domiciliar	29/04/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/04/nove-reus-da-lava-jato-deixam-cadeia-e-ja-estao-em-prisao-domiciliar.html
61	Polícia encontra condenado que fugiu da cadeia há 56 anos nos EUA	06/05/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/05/policia-encontra-condenado-que-fugiu-da-cadeia-ha-56-anos-nos-eua.html
62	Diretor é afastado depois da fuga de 44 presos por túnel de presídio no Pará	09/05/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/05/diretor-e-afastado-depois-da-fuga-de-44-presos-por-tunel-de-presidio-no-para.html
63	STF autoriza Roberto Jefferson a cumprir prisão domiciliar	15/05/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/05/stf-autoriza-roberto-jefferson-cumprir-prisao-domiciliar.html
64	Roberto Jefferson deixa a cadeia para cumprir o restante da pena em casa	16/05/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/05/roberto-jefferson-deixa-cadeia-para-cumprir-o-restante-da-pena-em-casa.html
65	Rebelião em presídio na Bahia termina com nove detentos mortos	25/05/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/05/rebeliao-em-presidio-na-bahia-termina-com-nove-detentos-mortos.html
66	Nestor Cerveró é condenado a 5 anos de prisão por lavagem de dinheiro	26/05/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/05/nestor-cervero-e-condenado-5-anos-de-prisao-por-lavagem-de-dinheiro.html
67	Presos em operação contra corrupção na Fifa sai da cadeia dançando	30/05/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/05/presos-em-operacao-contr-a-corrupcao-na-fifa-sai-da-cadeia-dancando.html
68	Marin deve aguardar na prisão a decisão sobre pedido de extradição	01/06/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/marin-deve-aguardar-na-prisao-decisao-sobre-pedido-de-extradicao.html
69	Tribunal da Itália rejeita recurso e mantém extradição de Pizzolato	04/06/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/tribunal-da-italia-rejeita-recurso-e-mantem-extradicao-de-pizzolato.html
70	Polícia de Nova York procura condenados que fugiram de	08/06/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/policia-de-nova-york-procura

	presídio		condenados-que-fugiram-de-presidio.html
71	Itália autoriza extradição de Henrique Pizzolato a partir do dia 15 de junho	10/06/2015	https://globoplay.globo.com/v/4244198/
72	Itália suspende pela segunda vez extradição de Henrique Pizzolato	12/06/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/italia-suspende-pela-segunda-vez-extradicao-de-henrique-pizzolato.html
73	Traficantes presos mantêm controle dos pontos de venda de drogas no RJ	16/06/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/traficantes-presos-mantem-controle-dos-pontos-de-venda-de-drogas-no-rj.html
74	Palestino filho de brasileira faz greve de fome em cadeia na Cisjordânia	18/06/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/palestino-filho-de-brasileira-faz-greve-de-fome-em-cadeia-na-cisjordania.html
75	Bandidos queimam quatro ônibus em três dias na capital de Alagoas	20/06/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/bandidos-queimam-quatro-onibus-em-tres-dias-na-capital-de-alagoas.html
76	Número de presos no Brasil cresce dez vezes mais do que a população	23/06/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/numero-de-presos-no-brasil-cresce-dez-vezes-mais-do-que-populacao.html
77	Ex-deputado estadual de MT José Riva é solto nesta quarta-feira	24/06/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/ex-deputado-estadual-de-mt-jose-riva-e-solto-nesta-quarta-feira.html
78	Extradição de Henrique Pizzolato é suspensa até setembro na Itália	24/06/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/06/extradicao-de-henrique-pizzolato-e-suspensa-ate-setembro-na-italia.html
79	Dirigente da Fifa concorda em ser extraditado para os Estados Unidos	10/07/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/dirigente-da-fifa-concorda-em-ser-extraditado-para-os-estados-unidos.html
80	Câmera de vigilância registra fuga do traficante Joaquín Guzmán da prisão	15/07/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/camera-de-vigilancia-registra-fuga-do-trafficante-joaquin-guzman-da-prisao.html
81	Ex-vice-presidente envolvido em escândalo é extraditado para os EUA	16/07/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/ex-vice-presidente-envolvido-em-escandalo-e-extraditado-para-os-eua.html
82	Adolescentes apreendidos matam jovem que delatou estupro coletivo	17/07/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/adolescentes-apreendidos-matam-jovem-que-delatou-estupro-coletivo.html
83	Palestino com cidadania brasileira é liberado de cadeia na Cisjordânia	21/07/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/palestino-com-cidadania-brasileira-e-liberado-de-cadeia-na-cisjordania.html
84	PI: direção de centro educacional é afastada após morte de adolescente	21/07/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/pi-direcao-de-centro-educacional-e-afastada-apos-morte-de-adolescente.html
85	Oito presos da Lava Jato são transferidos para penitenciária	25/07/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/oito-presos-da-lava-jato-sao-transferidos-para-penitenciaria.html
86	Polícia do Paraná procura 35 fugitivos de delegacia de Londrina	27/07/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/policia-do-parana-procura-35-fugitivos-de-delegacia-de-londrina.html
87	Supremo autoriza regime semiaberto a dois presos do mensalão do PT	27/07/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/supremo-autoriza-regime-semiaberto-dois-presos-do-mensalao-do-pt.html
88	José Dirceu é transferido de Brasília para a Polícia Federal	04/08/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/08/jose-dirceu-e-transferido-de-brasilia-para-policia-federal-em

	em Curitiba		curitiba.html
89	Justiça italiana avalia se presídio tem condições de receber Pizzolato	06/08/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/08/justica-italiana-avalia-se-presidio-tem-condicoes-de-receber-pizzolato.html
90	Quadrilha ataca carro-forte e ajuda na fuga de 37 presos de comboio policial	07/08/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/08/quadrilha-ataca-carro-forte-e-ajuda-na-fuga-de-37-presos-de-comboio-policial.html
91	Juiz prorroga prisões temporárias de três detidos da 17ª fase da Lava Jato	07/08/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/08/juiz-prorroga-prisoes-temporarias-de-tres-detidos-da-17-fase-da-lava-jato.html
92	Preso se recusa a ser solto e provoca confusão na cadeia pública de Natal	20/08/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/08/preso-se-recusa-ser-solto-e-provoca-confusao-na-cadeia-publica-de-natal.html
93	Condenados com tornozeira eletrônica burlam a fiscalização em MT	31/08/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/08/condenados-com-tornozeira-eletronica-burlam-fiscalizacao-em-mt.html
94	Justiça autoriza transferência de Dirceu da PF para presídio comum	02/09/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/justica-autoriza-transferencia-de-dirceu-da-pf-para-presidio-comum.html
95	Responsável por assassinato de pai e de madrasta sai da prisão	02/09/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/responsavel-por-assassinato-de-pai-e-da-madrasta-sai-da-prisao.html
96	Vídeo mostra festa de detentas em penitenciária feminina em SP	04/09/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/video-mostra-festa-de-detentas-em-penitenciaria-feminina-em-sp.html
97	Celso Araripe deixa prisão preventiva por determinação da Justiça Federal	11/09/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/celso-araripe-deixa-prisao-preventiva-por-determinacao-da-justica-federal.html
98	Detento protesta em telhado de prisão de segurança máxima	14/09/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/detento-protesta-em-telhado-de-prisao-de-seguranca-maxima.html
99	Suíça aprova extradição para os EUA do ex-presidente da Conmebol	17/09/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/suica-aprova-extradicao-para-os-eua-do-ex-presidente-da-conmebol.html
100	Justiça italiana autoriza a extradição de Henrique Pizzolato	22/09/2015	https://globoplay.globo.com/v/4486731/
101	Mercadinhos vendem produtos de risco dentro dos presídios em MT	26/09/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/mercadinhos-vendem-produtos-de-risco-dentro-dos-presidios-em-mt.html
102	'Prefeita ostentação' passa a noite presa no Maranhão	29/09/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/prefeita-ostentacao-passa-noite-presa-no-maranhao.html
103	Pizzolato pode ser extraditado para o Brasil a partir de quarta-feira (7)	01/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/pizzolato-pode-ser-extraditado-para-o-brasil-partir-de-quarta-feira-7.html
104	Juíza diz que foi agredida em visita a prisão de policiais no Rio	01/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/juiza-diz-que-foi-agredida-em-visita-prisao-de-policiais-no-rio.html
105	PMs presos deixam o batalhão onde uma juíza do Rio foi agredida	02/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/pms-presos-deixam-o-batalhao-onde-uma-juiza-do-rio-foi-agredida.html
106	Termina a transferência de presos no batalhão especial da	03/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/termina-transferencia-de-presos-

	PM no Rio		no-batalhao-especial-da-pm-no-rio.html
107	Ministro da Justiça da Itália prorroga, de novo, a extradição de Pizzolato	06/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/ministro-da-justica-da-italia-prorroga-de-novo-extradicao-de-pizzolato.html
108	Presos estão rebelados em penitenciária do interior do Paraná	06/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/presos-estao-rebelados-em-penitenciaria-do-interior-do-parana.html
109	Itália diz que Pizzolato será mandado para o Brasil até 11 de novembro	07/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/italia-diz-que-pizzolato-sera-mandado-para-o-brasil-ate-11-de-novembro.html
110	Paulo Roberto Costa, delator da Lava Jato, já pode deixar a prisão domiciliar	07/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/paulo-roberto-costa-delator-da-lava-jato-ja-pode-deixar-prisao-domiciliar.html
111	Rebelião em presídio de Londrina (PR) acaba depois de 24 horas	07/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/rebeliao-em-presidio-de-londrina-pr-acaba-depois-de-24-horas.html
112	Três presos são mortos durante uma rebelião em Teófilo Otoni (MG)	12/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/tres-presos-sao-mortos-durante-uma-rebeliao-em-teofilo-otoni-mg.html
113	Henrique Pizzolato será entregue às autoridades brasileiras na quinta (22)	20/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/henrique-pizzolato-sera-entregue-autoridades-brasileiras-na-quinta-22.html
114	STF autoriza extradição de dois estrangeiros presos no Brasil	20/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/stf-autoriza-extradicao-de-dois-estrangeiros-presos-no-brasil.html
115	Henrique Pizzolato deixa a Itália e segue para o Brasil	22/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/henrique-pizzolato-deixa-italia-e-segue-para-o-brasil.html
116	Suzane von Richthofen vai cumprir pena no regime semiaberto em SP	22/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/suzane-von-richthofen-vai-cumprir-pena-no-regime-semiaberto-em-sp.html
117	Henrique Pizzolato chega ao Brasil depois de ser extraditado da Itália	23/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/henrique-pizzolato-chega-ao-brasil-depois-de-ser-extraditado-da-italia.html
118	Pizzolato passa primeiras horas no Presídio da Papuda, em Brasília	23/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/pizzolato-passa-primeiras-horas-no-presidio-da-papuda-em-brasilia.html
119	Preso usa máscara de idosa para tentar fugir em Goiás	26/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/preso-usa-mascara-de-idosa-para-tentar-fugir-em-goias.html
120	Ex-presidente da CBF aceita ser extraditado para os Estados Unidos	28/10/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/ex-presidente-da-cbf-aceita-ser-extraditado-para-os-estados-unidos.html
121	Lava Jato: Empresário Fernando de Moura deixa a prisão	02/11/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/11/lava-jato-empresario-fernando-de-moura-deixa-prisao.html
122	Seis mil presos são libertados antes do tempo nos Estados Unidos	02/11/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/11/seis-mil-presos-sao-libertados-antes-do-tempo-nos-estados-unidos.html
123	Suíça extradita o ex-presidente da CBF José Maria Marin para os EUA	03/11/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/11/suica-extradita-o-ex-presidente-da-cbf-jose-maria-marin-para-os-eua.html
124	Marin passa a primeira noite preso em apartamento de luxo em NY	04/11/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/11/marin-passa-primeira-noite-preso-em-apartamento-de-luxo-em-ny.html

125	Ex-deputado Pedro Corrêa perde benefício do semiaberto no mensalão	23/11/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/11/ex-deputado-pedro-correa-perde-beneficio-do-semiaberto-no-mensalao.html
126	Senadores decidem manter a prisão de Delcídio do Amaral	25/11/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/11/senadores-decidem-manter-prisao-de-delcidio-do-amaral.html
127	STF manda transferir banqueiro André Esteves para presídio no Rio	26/11/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/11/stf-manda-transferir-banqueiro-andre-esteves-para-presidio-no-rio.html
128	Bilionário André Esteves passa a noite em presídio no Rio de Janeiro	27/11/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/11/bilionario-andre-esteves-passa-noite-em-presidio-no-rio-de-janeiro.html
129	Teori Zavascki autoriza ex-presidente do BTG Pactual a sair da prisão	17/12/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/teori-zavascki-autoriza-ex-presidente-do-btg-pactual-sair-da-prisao.html
130	Banqueiro André Esteves deixa cadeia e vai ficar em prisão domiciliar	18/12/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/banqueiro-andre-esteves-deixa-cadeia-e-vai-ficar-em-prisao-domiciliar.html
131	Delcídio é transferido para o Batalhão de Trânsito da PM em Brasília	18/12/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/delcidio-e-transferido-para-o-batalhao-de-transito-da-pm-em-brasilia.html
132	Youssef e Cerveró vão passar festas de fim de ano fora da cadeia	18/12/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/youssef-e-cervero-vaopassar-festas-de-fim-de-ano-fora-da-cadeia.html
133	Ex-presidente da Conmebol tem prisão decretada pela justiça uruguaia	25/12/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/ex-presidente-da-conmebol-tem-prisao-decretada-pela-justica-uruguaia.html
134	Presos da Lava Jato recebem visita no Natal em Curitiba	25/12/2015	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/presos-da-lava-jato-recebem-visita-no-natal-em-curitiba.html
135	Governo do México recaptura um dos traficantes mais procurados do país	08/01/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/01/governo-do-mexico-recaptura-um-dos-trafficantes-mais-procurados-do-pais.html
136	México anuncia que vai extraditar traficante El Chapo para os EUA	09/01/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/01/mexico-anuncia-que-vai-extraditar-trafficante-el-chapo-para-os-eua.html
137	Homem é preso injustamente décadas após ter identidade roubada	22/01/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/01/homem-e-preso-injustamente-decadas-apos-ter-identidade-roubada.html
138	Bandidos conseguem escapar de um conjunto prisional do Recife explodindo o muro da prisão	23/01/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2016/01/23.html#!v/4759445
139	Executivos da Andrade Gutierrez ficarão em prisão domiciliar	05/02/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/executivos-da-andrade-gutierrez-ficarao-em-prisao-domiciliar.html
140	Presidente afastado da Andrade Gutierrez volta para a prisão domiciliar	11/02/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/presidente-afastado-da-andrade-gutierrez-volta-para-prisao-domiciliar.html
141	Rebelião em presídio no México deixa 52 pessoas mortas	11/02/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/rebeliao-em-presidio-no-mexico-deixa-52-pessoas-mortas.html
142	Ex-primeiro-ministro de Israel começa a cumprir pena de 19 meses	15/02/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/ex-primeiro-ministro-de-israel-comeca-cumprir-pena-de-19-meses.html

143	STF manda soltar o senador Delcídio do Amaral, preso desde novembro	19/02/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/stf-manda-soltar-o-senador-delcidio-do-amaral-presos-desde-novembro.html
144	Senador Delcídio do Amaral já está cumprindo prisão domiciliar	20/02/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/senador-delcidio-do-amaral-ja-esta-cumprindo-prisao-domiciliar.html
145	Patrimônio de Zwi Skornicki, preso, aumentou 35 vezes em dez anos	22/02/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/02/patrimonio-de-zwi-skornicki-presos-aumentou-35-vezes-em-dez-anos.html
146	Vice-presidente do Facebook para o Brasil e América Latina sai da cadeia	02/03/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/vice-presidente-do-facebook-para-o-brasil-e-america-latina-sai-da-cadeia.html
147	Moro transforma em preventiva a prisão de João Santana e sua mulher	03/03/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/moro-transforma-em-preventiva-prisao-de-joao-santana-e-sua-mulher.html
148	Criminosos usam explosivos para abrir buraco em muro de um presídio no Recife	05/03/2016	https://globoplay.globo.com/v/4863141/
149	Ex-senador Luiz Estevão vai para cadeia 10 anos depois de condenação	08/03/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/ex-senador-luiz-estevao-vai-para-cadeia-10-anos-depois-de-condenacao.html
150	STF perdoa pena de João Paulo Cunha, condenado no mensalão	10/03/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/stf-perdoa-pena-de-joao-paulo-cunha-condenado-no-mensalao.html
151	Pecuarista Bumlai sai da cadeia com tornozeleira eletrônica	21/03/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/pecuarista-bumlai-sai-da-cadeia-com-tornozeleira-eletronica.html
152	Justiça manda soltar 9 presos da 26ª fase da Operação Lava Jato	26/03/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/justica-manda-soltar-9-presos-da-26-fase-da-operacao-lava-jato.html
153	Polícia belga liberta único suspeito de ataques que estava preso	28/03/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/03/policia-belga-liberta-unico-suspeito-de-ataques-que-estava-presos.html
154	Assassino do cartunista Glauco morre durante briga em presídio de GO	04/04/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/assassino-do-cartunista-glauco-morre-durante-briga-em-presidio-de-go.html
155	Lava Jato: Moro mantém empresário preso e solta ex-secretário-geral do PT	05/04/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/lava-jato-moro-mantem-empresario-presos-e-solta-ex-secretario-geral-do-pt.html
156	Presos com tornozeleira burlam sistema e cometem crimes no MT	23/04/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/presos-com-tornozeleira-burlam-sistema-e-cometem-crimes-no-mt.html
157	Ministro autoriza banqueiro André Esteves a trabalhar	26/04/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/ministro-autoriza-banqueiro-andre-estevos-trabalhar.html
158	Bélgica extradita para a França suspeito de ataques de Paris	27/04/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/04/belgica-extradita-para-franca-suspeito-de-ataques-de-paris.html
159	Delator que mentiu na Lava Jato volta para a cadeia	20/05/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/05/delator-que-mentiu-na-lava-jato-volta-para-cadeia.html
160	Quadrilha invade base área de Fortaleza e rouba armas	21/05/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/05/quadrilha-invade-base-area-de-fortaleza-e-rouba-armas.html

161	Força Nacional de Segurança chega ao Maranhão após ataques a ônibus	23/05/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/05/forca-nacional-de-seguranca-chega-ao-maranhao-apos-ataques-onibus.html
162	Polícia prende 14 suspeitos de ataques em Cuiabá (MT)	11/06/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/policia-prende-14-suspeitos-de-ataques-em-cuiaba-mt.html
163	Polícia sabia de risco de resgate de traficante de hospital do Rio	20/06/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/policia-sabia-de-risco-de-resgate-de-trafficante-de-hospital-do-rio.html
164	Cerveró passa a cumprir pena em casa com tornozeleira	24/06/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/cervero-passa-cumprir-pena-em-casa-com-tornozeleira.html
165	Operação para prender presidiário que fugiu de hospital no Rio termina com 2 mortos	28/06/2016	https://globoplay.globo.com/v/5126691/
166	Ação contra quadrilha que atua dentro e fora de presídios prende 38	28/06/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/acao-contra-quadrilha-que-atua-dentro-e-fora-de-presidios-prende-38.html
167	Justiça Federal deixa Carlinhos Cachoeira em prisão domiciliar	01/07/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/07/justica-federal-do-rio-revoga-prisao-de-carlinhos-cachoeira.html
168	Fernando Cavendish chega ao Brasil e é levado para presídio no Rio	02/07/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/07/fernando-cavendish-chega-ao-brasil-e-e-levado-para-presidio-no-rio.html
169	Confusão em presídio no Recife deixa dois mortos	02/07/2016	https://globoplay.globo.com/v/5136753/
170	Presos, empreiteiro, contraventor e empresários têm cabelos cortados	04/07/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/07/presos-empreiteiro-contraventor-e-empresarios-tem-cabelos-cortados.html
171	Empresário investigado na Lava Jato deixa cadeia	08/07/2016	https://globoplay.globo.com/v/5152044/
172	Cachoeira, Cavendish e mais três vão para prisão domiciliar	11/07/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/07/cachoeira-cavendish-e-mais-tres-vao-para-prisao-domiciliar.html
173	Traficante brasileiro teria vida de luxo em presídio no Paraguai	30/07/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/07/trafficante-brasileiro-teria-vida-de-luxo-em-presidio-no-paraguai.html
174	Bandidos incendeiam pelo menos 29 veículos no Rio Grande do Norte	30/07/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/07/bandidos-incendeiam-pelo-menos-29-veiculos-no-rio-grande-do-norte.html
175	Mais de mil militares vão reforçar segurança em Natal após ataques	01/08/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/08/mais-de-mil-militares-vao-reforcar-seguranca-em-natal-apos-ataques.html
176	Oito cidades do Rio Grande do Norte voltam a sofrer ataques	04/08/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/08/oito-cidades-do-rio-grande-do-norte-voltam-sofrer-ataques.html
177	Zwi Skornicki, delator da Lava Jato, deixa penitenciária em Curitiba	12/08/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/08/zwi-skornicki-delator-da-lava-jato-deixa-penitenciaria-em-curitiba.html
178	Polícia faz buscas para recapturar presos que fugiram de prisão em SP	30/09/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/09/policia-faz-buscas-para-recapturar-presos-que-fugiram-de-prisao-em-sp.html
179	Hildebrando da motosserra vai para regime semi-aberto	06/10/2016	https://globoplay.globo.com/v/5358975/

180	Suspeito de ligação com terrorismo é espancado em cela em Mato Grosso	15/10/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/suspeito-de-ligacao-com-terrorismo-e-espancado-em-cela-em-mato-grosso.html
181	Dirceu é perdoado pelos crimes do mensalão do PT	17/10/2016	https://globoplay.globo.com/v/5383740/
182	Brigas em penitenciárias do Norte deixam mais de 10 mortos	17/10/2016	https://globoplay.globo.com/v/5383680/
183	Em Curitiba, Cunha está sozinho numa cela da carceragem da PF	19/10/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/em-curitiba-cunha-esta-sozinho-numa-cela-da-carceragem-da-pf.html
184	Presidente do STF, Cármen Lúcia, faz visita surpresa a presídios do RN	21/10/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/presidente-do-stf-carmen-lucia-faz-visita-surpresa-presidios-do-rn.html
185	Advogados são presos suspeitos de fraude em alvarás de soltura	22/10/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/advogados-sao-presos-suspeitos-de-fraude-em-alvaras-de-soltura.html
186	Presos ficam detidos em carros por falta de celas em Porto Alegre	26/10/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/presos-ficam-detidos-em-carros-por-falta-de-celas-em-porto-alegre.html
187	Paulo Roberto Costa tira tornozeleira eletrônica e passa para regime aberto	03/11/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/paulo-roberto-costa-tira-tornozeleira-eletronica-e-passa-para-regime-aberto.html
188	Lobista Fernando Moura deixa prisão em Curitiba	05/11/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/lobista-fernando-moura-deixa-prisao-em-curitiba.html
189	Ministra Cármen Lúcia faz visita surpresa à penitenciária da Papuda	05/11/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/ministra-carmen-lucia-faz-visita-surpresa-penitenciaria-da-papuda.html
190	Egito suspende sentença de morte contra o presidente deposto Mursi	15/11/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/egito-suspende-sentenca-de-morte-contra-o-presidente-deposto-mursi.html
191	Alberto Youssef passa a cumprir prisão domiciliar com tornozeleira	17/11/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/alberto-youssef-passa-cumprir-prisao-domiciliar-com-tornozeleira.html
192	Justiça mantém a absolvição dos acusados por cratera em metrô de SP	17/11/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/justica-mantem-absolvicao-dos-acusados-por-cratera-no-metro-de-sp.html
193	Conjunto penitenciário de Bangu recebe dois ex-governadores	18/11/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/conjunto-penitenciario-de-bangu-recebe-dois-ex-governadores.html
194	Homem que matou a ex em SP está internado em clínica psiquiátrica em BH	18/11/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/homem-que-matou-ex-em-sp-esta-internado-em-clinica-psiquiatica.html
195	Ministra do TSE determina volta de Garotinho para hospital	18/11/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/ministra-do-tse-determina-volta-de-garotinho-para-hospital.html
196	Garotinho recebe alta do hospital e vai cumprir prisão domiciliar	22/11/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/garotinho-recebe-alta-do-hospital-e-vai-cumprir-prisao-domiciliar.html
197	Tribunal Superior Eleitoral revoga a prisão de Anthony Garotinho	24/11/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/tribunal-superior-eleitoral-revoga-prisao-de-anthony-garotinho.html
198	Elize Matsunaga é condenada a 19 anos e 11 meses de prisão	05/12/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/12/elize-matsunaga-e-condenada-19-anos-e-11-meses-de-prisao.html

199	Sérgio Cabral é transferido de Bangu para carceragem da PF em Curitiba	10/12/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/12/sergio-cabral-e-transferido-de-bangu-para-carceragem-da-pf-em-curitiba.html
200	Cunha será transferido para o complexo médico de Pinhais	16/12/2016	
201	Cabral volta para Bangu e é recebido por manifestantes com fogos	17/12/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/12/cabral-volta-para-bangu-e-e-recebido-por-manifestantes-com-fogos.html
202	Cunha é transferido para presídio na região metropolitana de Curitiba	19/12/2016	https://globoplay.globo.com/v/5524381/
203	Envolvidos na Lava Jato que vão passar o Natal presos recebem visitas	23/12/2016	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/12/envolvidos-na-lava-jato-que-vaio-passar-o-natal-presos-recebem-visitas.html
204	Problemas de presídio em Manaus foram relatados há um ano por peritos	02/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/problemas-de-presidio-em-manaus-foram-relatados-ha-um-ano-por-peritos.html
205	Rebelião em presídio do Amazonas deixa mais de 50 mortos	02/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/rebeliao-em-presidio-do-amazonas-deixa-mais-de-50-mortos.html
206	PF identificou ação de facções no presídio em operação em 2015	03/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/pf-identificou-acao-de-faccoes-no-presidio-em-operacao-em-2015.html
207	Governo do AM anuncia medidas para evitar novas rebeliões	03/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/governo-do-am-anuncia-medidas-para-evitar-novas-rebelioes.html
208	Bebedouro chega a presídio de Cuiabá com 181 celulares dentro	04/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5556342/
209	Na Paraíba, dois presos morrem e dois ficam feridos no presídio de Patos	04/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5556324/
210	Departamento Penitenciário tem mais de R\$ 2 bilhões em caixa sem uso	04/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/departamento-penitenciario-tem-mais-de-r-2-milhoes-em-caixa-sem-uso.html
211	Governo do Amazonas admite que sabia de plano de fuga em massa	04/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/governo-do-amazonas-admite-que-sabia-de-plano-de-fuga-em-massa.html
212	MP pede rescisão de contrato com administradoras de presídios no AM	04/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/mp-pede-rescisao-de-contrato-com-administradoras-de-presidios-no-am.html
213	Empresa alertou secretário sobre risco de visitas a presos no fim de ano	04/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/empresa-alertou-secretario-sobre-risco-de-visitas-presos-no-fim-de-ano.html
214	Presidente do STF, Cármen Lúcia, vai a Manaus discutir crise penitenciária	05/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/presidente-do-stf-carmen-lucia-vai-manaus-discutir-crise-penitenciaria.html
215	Relatório alertava sobre entrada de armas em presídio do Amazonas	05/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/relatorio-alertava-sobre-entrada-de-armas-em-presidio-do-amazonas.html
216	Temer chama massacre em presídio de ‘acidente pavoroso’	05/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/temer-chama-massacre-em-presidio-de-acidente-pavoroso.html
217	PF determina que governo do TO cancele contrato com Umanizzare	06/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/pf-determina-que-governo-do-cancela-contrato-com-umanizzare.html

218	Plano de Segurança Nacional prevê reduzir superlotação nos presídios	06/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/plano-de-seguranca-nacional-preve-reduzir-superlotacao-nos-presidios.html
219	Chacina mata 31 presos na maior penitenciária de Roraima	06/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/chacina-mata-31-presos-na-maior-penitenciaria-de-roraima.html
220	Governo de RR pediu no fim de 2016 ajuda para segurança em presídios	06/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/governo-de-rr-pediu-no-fim-de-2016-ajuda-para-seguranca-em-presidios.html
221	Vídeo mostra presos armados durante rebelião em presídio de Manaus	06/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/video-mostra-movimentacao-dos-presos-durante-rebeliao-em-manaus.html
222	Quinze detentos fogem de presídio na região metropolitana de Natal	07/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/quinze-detentos-fogem-de-presidio-na-regiao-metropolitana-de-natal.html
223	Temer e Cármen Lúcia discutem a crise no sistema carcerário	07/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/temer-e-carmen-lucia-discutem-crise-no-sistema-carcerario.html
224	Chega a 33 o número de mortos em penitenciária de Roraima	07/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/chega-33-o-numero-de-mortos-em-penitenciaria-de-roraima.html
225	Risco de massacre em Roraima faz Justiça mandar presos para casa	09/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/risco-de-massacre-em-roraima-faz-justica-mandar-presos-para-casa.html
226	Em Sergipe, enquanto unidades têm superlotação, presídio novo está vazio	09/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/em-sergipe-enquanto-unidades-tem-superlotacao-presidio-novo-esta-vazio.html
227	Motim faz subir para 64 o número de mortos em presídios do AM	09/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/motim-faz-subir-para-64-o-numero-de-mortos-em-presidios-do-am.html
228	Entrada de arma e celular em prisão do Tocantins tem tabela de preço	10/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/entrada-de-arma-e-celular-em-prisao-do-tocantins-tem-tabela-de-preco.html
229	Video mostra festa de presas de colônia penal do Recife	10/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5568814/
230	Americano que matou nove negros em uma igreja é condenado à morte	10/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5568831/
231	Defensor anuncia mutirão para rever processos de presos	10/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5568813/
232	Roraima recebe 96 agentes da Força Nacional de Segurança	10/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/roraima-recebe-96-agentes-da-forca-nacional-de-seguranca.html
233	Diretor de presídio em Manaus onde houve massacre é afastado	10/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/diretor-de-presidio-em-manaus-onde-houve-massacre-e-afastado.html
234	Preso que tem 3 celas, videogame e TV acusa Noruega de maus-tratos	10/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/preso-que-tem-3-celas-videogame-e-tv-acusa-noruega-de-maus-tratos.html
235	Em Recife, presos falam ao celular logo após revista que apreendeu armas e celulares	11/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5571579/
236	Cármen Lúcia se reunirá com presidentes de TJs para tratar de presídios	11/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5571585/

237	Parecer da ONU de 2015 cita presídio de Manaus: 'exemplo de descontrolado'	11/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/parecer-da-onu-de-2015-cita-presidio-de-manaus-exemplo-de-descontrolado.html
238	ONG ressalta condição precária do sistema prisional no Brasil	12/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/ong-ressalta-condicao-precaria-do-sistema-prisional-no-brasil.html
239	Em Manaus, número de fugitivos nas rebeliões é maior do que o divulgado	13/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/em-manaus-numero-de-fugitivos-nas-rebelioes-e-maior-do-que-o-divulgado.html
240	Em Boa Vista, 161 presos que estavam em casa vão voltar para o semiaberto	13/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5576885/
241	MG tem primeiro presídio construído e administrado por empresa	13/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/mg-tem-primeiro-presidio-construido-e-administrado-por-empresa.html
242	Chefe de facção tido como foragido estava escondido em presídio em RR	14/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/chefe-de-facao-tido-como-foragido-estava-escondido-em-presidio-em-rr.html
243	Rebelião de presos no Rio Grande do Norte tem mortos e feridos	14/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/rebeliao-de-presos-no-rio-grande-do-norte-tem-mortos-e-feridos.html
244	Nos primeiros 15 dias do ano, 142 morreram em presídios no Brasil	16/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/nos-primeiros-15-dias-do-ano-142-morreram-em-presidios-no-brasil.html
245	Presos continuam clima de rebelião em presídio do Rio Grande do Norte	16/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/presos-continuam-clima-de-rebeliao-em-presidio-do-rio-grande-do-norte.html
246	Forças Armadas poderão atuar nos presídios estaduais, diz governo	17/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/forcas-armadas-poderao-atuar-nos-presidios-estaduais-diz-governo.html
247	Rebelião em MG deixa oito presos e um agente penitenciário ferido	17/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5584209/
248	Justiça do Rio solta 19 dos 26 corintianos presos em Bangu	18/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5586915/
249	Tropa de choque retira de Alcaçuz 220 presos de uma facção	18/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/tropa-de-choque-retira-de-alcacuz-220-presos-de-uma-facao.html
250	Investigação mostra como quadrilhas agem dentro de presídios	18/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/investigacao-mostra-como-quadrilhas-agem-dentro-de-presidios.html
251	Facções rivais entram em confronto de novo no presídio de Alcaçuz	19/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/faccoes-rivais-entram-em-confronto-de-novo-no-presidio-de-alcacuz.html
252	Polícia entra em Alcaçuz para instalar barreira que vai separar presos rivais.	21/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/policia-entra-em-alcacuz-para-instalar-barreira-que-vai-separar-presos-rivais.html
253	Rebelião tem um morto e 13 feridos no agreste de Pernambuco	21/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5593897/
254	Operação prende diretores de presídios em Mato Grosso do Sul	23/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/operacao-prende-diretores-de-presidios-em-mato-grosso-do-sul.html
255	Presos voltam a usar túneis para tentar fugir de Alcaçuz	23/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/presos-voltam-usar-tuneis-para

			tentar-fugir-de-alcacuz.html
256	Em Bauru (SP), 152 presos fogem durante motim; 90 foram recapturados	24/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5599470/
257	Tropa de choque da PM entra no presídio de Alcaçuz e separa rivais	24/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/tropa-de-choque-da-pm-entra-no-presidio-de-alcacuz-e-separa-rivais.html
258	Ex-prefeito condenado por exploração sexual tem pena extinguida no AM	25/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/ex-prefeito-condenado-por-exploracao-sexual-tem-pena-extinguida-no-am.html
259	Após 12 dias de rebeliões, governo do RN diz que 56 fugiram de Alcaçuz	25/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/apos-12-dias-de-rebelioes-governo-do-rn-diz-que-56-fugiram-de-alcacuz.html
260	Segurança de presídios do RN ganha reforço de 78 agentes penitenciários	26/01/2017	https://globoplay.globo.com/v/5605290/
261	Em Goiás, moradores constroem cadeias sem ajuda do governo	27/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/em-goias-moradores-constroem-cadeias-sem-ajuda-do-governo.html
262	RN diz que retomou controle de Alcaçuz após 14 do início do motim	27/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/rn-diz-que-retomou-controle-de-alcacuz-apos-14-do-inicio-do-motim.html
263	Vídeo mostra presídio de Alcaçuz depois do governo retomar controle	28/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/video-mostra-presidio-de-alcacuz-depois-do-governo-retomar-controle.html
264	No Piauí, preso deixa cadeia para prestar concurso para a PM	30/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/no-piaui-preso-deixa-cadeia-para-prestar-concurso-para-pm.html
265	Ex-senador Luiz Estevão vai para a solitária na Papuda	31/01/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/ex-senador-luiz-estevao-vai-para-solitaria-na-papuda.html
266	JN mostra imagens exclusivas das celas de Sérgio Cabral e sua mulher	01/02/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/jn-mostra-imagens-exclusivas-das-celas-de-sergio-cabral-e-sua-mulher.html
267	Em Santos, o goleiro Edinho deixa a prisão por decisão do STF	02/02/2017	https://globoplay.globo.com/v/5695211/
268	Homem inocente passa mais de 48 horas preso após tentar renovar RG	06/02/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/homem-inocente-passa-mais-de-48-horas-preso-apos-tentar-renovar-rg.html
269	Moro mantém prisão preventiva de Eduardo Cunha	10/02/2017	https://globoplay.globo.com/v/5644567/
270	Por oito votos a um, Supremo mantém Eduardo Cunha preso	15/02/2017	https://globoplay.globo.com/v/5656345/
271	STF diz que estado deve indenizar presos por superlotação e maus-tratos	16/02/2017	https://globoplay.globo.com/v/5659593/
272	Exército faz varredura em presídio de Rondônia e encontra mais de 500 facas	20/02/2017	https://globoplay.globo.com/v/5669097/
273	Porto Alegre inaugura centro de triagem para abrigar 84 presos	20/02/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/porto-alegre-inaugura-centro-de-triagem-para-abrigar-84-presos.html
274	Polícia encontra túnel preparado para fuga de presos no carnaval	22/02/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/policia-encontra-tunel-

	no RS		preparado-para-fuga-de-presos-no-carnaval-no-rs.html
275	Condenado a prisão perpétua, Hosni Mubarak, ex-ditador do Egito, é libertado	24/02/2017	https://globoplay.globo.com/v/5751298/
276	Família de Eliza Samúdio se diz revoltada com libertação de Bruno	25/02/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/familia-de-eliza-samudio-se-diz-revoltada-com-libertacao-de-bruno.html
277	Supostos operadores do PMDB presos em Miami chegam ao Brasil	25/02/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/02/supostos-operadores-do-pmdb-presos-em-miami-chegam-ao-brasil.html
278	Noruega mantém preso e isolado neonazista que matou mais de 70	01/03/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/03/noruega-mantem-presos-e-isolado-neonazista-que-matou-mais-de-70.html
279	STJ suspende a prisão do ex-goleiro Edinho	01/03/2017	https://globoplay.globo.com/v/5692410/
280	Adriana Ancelmo, mulher do ex-governador Sérgio Cabral, vai cumprir prisão domiciliar	17/03/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/03/17.html#!v/5733750
281	Doleiro Alberto Youssef passa a cumprir pena em regime aberto	17/03/2017	https://globoplay.globo.com/v/5733738/
282	Justiça revoga prisão domiciliar de Adriana Ancelmo, mulher de Cabral	20/03/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/03/justica-revoga-prisao-domiciliar-de-adriana-ancelmo-mulher-de-cabral.html
283	Mulher de Cabral consegue liminar para cumprir prisão domiciliar	25/03/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/03/mulher-de-cabral-consegue-liminar-para-cumprir-prisao-domiciliar.html
284	Antes de Adriana Ancelmo deixar prisão, PF vai vistoriar apartamento	27/03/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/03/antes-de-adriana-ancelmo-deixar-prisao-pf-vai-vistoriar-apartamento.html
285	Mulher de Cabral deixa cela em Bangu para cumprir prisão em casa	29/03/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/03/mulher-de-cabral-deixa-cela-em-bangu-para-cumprir-prisao-em-casa.html
286	STJ liberta os 5 conselheiros do TCE do Rio que cumpriam prisão temporária	07/04/2017	https://globoplay.globo.com/v/5786070/
287	Seis presos são assassinados no complexo penitenciário de Manaus	07/04/2017	https://globoplay.globo.com/v/5786060/
288	Cinco conselheiros do TCE-RJ são soltos com autorização do STJ	08/04/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/cinco-conselheiros-do-tce-rj-sao-soltos-com-autorizacao-do-stj.html
289	Clima é de apreensão em penitenciária de Manaus	08/04/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/04/08.html#!v/5788069
290	Odebrecht deu R\$ 50 milhões para obra de presídio em PE, diz delação	20/04/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/odebrecht-deu-r-50-milhoes-para-obra-de-presidio-em-pe-diz-delacao.html
291	Imagens revelam desperdício de dinheiro público em presídio do Rio	21/04/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/imagens-revelam-desperdicio-de-dinheiro-publico-em-presidio-do-rio.html
292	Segunda Turma do Supremo solta Bumlai e Genu; Dirceu continua preso	25/04/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/segunda-turma-do-supremo-solta-bumlai-e-genu-dirceu-continua-presos.html
293	Supremo decide mandar o goleiro Bruno de volta para a	25/04/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/supremo-decide-mandar-o

	cadeia		goleiro-bruno-de-volta-para-cadeia.html
294	Adriana Ancelmo aguardará em casa decisão sobre volta à prisão	26/04/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/adriana-ancelmo-aguardara-em-casa-decisao-sobre-volta-prisao.html
295	Justiça determina que Eike Batista fique em prisão domiciliar	29/04/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/justica-determina-que-eike-batista-fique-em-prisao-domiciliar.html
296	José Dirceu sai da prisão com tornozeleira eletrônica	03/05/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/05/jose-dirceu-sai-da-prisao-com-tornozeleira-eletronica.html
297	Polícia procura 20 presos que fugiram de presídio no Maranhão	22/05/2017	https://globoplay.globo.com/v/5887511/
298	PF prende irmã e cinco filhos de Fernandinho Beira-Mar	24/05/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/05/pf-prende-irma-e-cinco-filhos-de-fernandinho-beira-mar.html
299	Na Grande Natal, 89 presos fogem de penitenciária por túnel	25/05/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/05/oitenta-e-nove-presos-usam-tunel-para-fugir-de-presidio-em-natal.html
300	Em Goiás, três são presos por explosão de muro de presídio em Guapó	30/05/2017	https://globoplay.globo.com/v/5906133/
301	Rebelião deixa sete mortos em centro para menores infratores na Paraíba	03/06/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/rebeliao-deixa-sete-mortos-em-centro-para-menores-infratores-na-paraiba.html
302	Dois menores morrem em rebelião em instituto no Grande Recife	05/06/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/06/05.html#!v/5919321
303	Rocha Loures, ex-assessor da Presidência, é transferido para o presídio da Papuda	07/06/2017	https://globoplay.globo.com/v/5924553/
304	Justiça Federal determina a transferência de Henrique Eduardo Alves para Brasília	09/06/2017	https://globoplay.globo.com/v/5930349/
305	Fachin autoriza transferência de Rocha Loures da Papuda para a PF	13/06/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/fachin-autoriza-transferencia-de-rocha-loures-da-papuda-para-pf.html
306	Após uma semana na Papuda, Rocha Loures volta para carceragem da Polícia Federal	14/06/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/06/14.html#!v/5940832
307	Justiça da Espanha autoriza extradição de advogado preso em Madri	16/06/2017	https://globoplay.globo.com/v/5945954/
308	Morre nos EUA estudante americano que ficou preso na Coreia do Norte	19/06/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/morre-nos-eua-estudante-americano-que-ficou-presos-na-coreia-do-norte.html
309	Justiça concede prisão domiciliar a Roger Abdelmassih	21/06/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/justica-concede-prisao-domiciliar-roger-abdelmassih.html
310	Andrea Neves, irmão de Aécio, sai da cadeia em Belo Horizonte	22/06/2017	https://globoplay.globo.com/v/5959201/
311	Superintendência não tem condições de manter Rocha Loures por muito tempo, diz PF	23/06/2017	https://globoplay.globo.com/v/5962001/
312	Ex-médico Roger Abdelmassih já está casa para cumprir prisão	24/06/2017	https://globoplay.globo.com/v/5963947/

	domiciliar		
313	Ex-presidente e ex-dirigentes da CBDA deixam à prisão	28/06/2017	https://globoplay.globo.com/v/5972446/
314	Fachin, do Supremo, manda soltar Rocha Loures, ex-assessor de Temer	30/06/2017	https://globoplay.globo.com/v/5978004/
315	Justiça manda ex-médico Roger Abdelmassih voltar para a cadeia	30/06/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/06/justica-manda-ex-medico-roger-abdelmassih-voltar-para-cadeia.html
316	Imagens de câmeras de Bangu 8 mostram regalias a certos presos	30/06/2017	https://globoplay.globo.com/v/5978052/
317	Abdelmassih volta para cadeia depois de uma semana em prisão domiciliar	01/07/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/abdelmassih-volta-para-cadeia-depois-de-uma-semana-em-prisao-domiciliar.html
318	Rodrigo Rocha Loures deixa a cadeia e vai para casa com tornozeleira	01/07/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/rodrigo-rocha-loures-deixa-cadeia-e-vai-para-casa-com-tornozeleira.html
319	Em pedido de prisão, procurador chama Geddel de 'criminoso em série'	04/07/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/em-pedido-de-prisao-procurador-chama-geddel-de-criminoso-em-serie.html
320	Ex-médico Roger Abdelmassih volta a cumprir pena em casa	04/07/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/ex-medico-roger-abdelmassih-volta-cumprir-pena-em-casa.html
321	MP de Goiás investiga se Rocha Loures teve privilégios para conseguir tornozeleira	04/07/2017	https://globoplay.globo.com/v/5985571/
322	Líder da oposição na Venezuela vai para prisão domiciliar	08/07/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/lider-da-oposicao-na-venezuela-vai-para-prisao-domiciliar.html
323	Polícia do Rio descobre que presos ordenam brigas entre torcidas	11/07/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/policia-do-rio-descobre-que-presos-ordenam-brigas-entre-torcidas.html
324	Desembargador transfere Geddel Vieira Lima para prisão domiciliar com tornozeleira	12/07/2017	https://globoplay.globo.com/v/6003647/
325	Homem bate em carro de PM, vai preso e aparece morto em cela no DF	15/07/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/homem-bate-em-carro-de-pm-vai-preso-e-aparece-morto-em-cela-no-df.html
326	Condenada pela morte de Isabela Nardoni vai a regime semiaberto	17/07/2017	https://globoplay.globo.com/v/6014075/
327	Marcos Valério é transferido para instituição onde presos ficam soltos	18/07/2017	https://globoplay.globo.com/v/6016772/
328	Ídolo polêmico do futebol americano, O.J. Simpson deixa cadeia	20/07/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/idolo-polemico-do-futebol-americano-oj-simpson-deixa-cadeia.html
329	AGU recorre contra autorização de visita íntima para 68 presos	22/07/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/agu-recorre-contra-autorizacao-de-visita-intima-para-68-presos.html
330	Filho de desembargadora preso por tráfico de drogas é solto no MS	24/07/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/filho-de-desembargadora-preso-por-traffic-de-drogas-e-solto-no-ms.html
331	Presos de Centro de Detenção Provisória em SP ateiam fogo	24/07/2017	https://globoplay.globo.com/v/6029975/

	em colchões		
332	Moro faz defesa enfática da prisão de condenados em 2ª instância	26/07/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/moro-faz-defesa-enfatica-da-prisao-de-condenados-em-2-instancia.html
333	AGU recorre de liberação de visitas íntimas em presídios federais	27/07/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/07/agu-recorre-de-liberacao-de-visitas-intimas-em-presidios-federais.html
334	Em prisão domiciliar, ex-ministro Geddel Vieira Lima não é monitorado	28/07/2017	https://globoplay.globo.com/v/6040913/
335	Megaoperação transfere 27 presos do RS para três penitenciárias federais	28/07/2017	https://globoplay.globo.com/v/6040884/
336	Ex-goleiro Bruno visita instituição onde vai dar aulas de futebol para jovens	07/08/2017	https://globoplay.globo.com/v/6062477/
337	Governo de SP rompe contrato com empresa que monitora tornozeleiras	09/08/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/governo-de-sp-rompe-contrato-com-empresa-que-monitora-tornozeleiras.html
338	Ex-médico Roger Abdelmassih vai perder o direito à prisão domiciliar	11/08/2017	https://globoplay.globo.com/v/6073221/
339	Ex-médico Roger Abdelmassih tem alta do hospital e volta a cumprir prisão domiciliar	15/08/2017	https://globoplay.globo.com/v/6081035/
340	Ex-médico Roger Abdelmassih vai voltar para hospital penitenciário	17/08/2017	https://globoplay.globo.com/v/6086422/
341	Ex-médico condenado por estupro faz périplo atendendo à Justiça	18/08/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/ex-medico-condenado-por-estupro-faz-periplo-atendendo-justica.html
342	MP pede volta de acusado solto por Gilmar à cadeia por ameaça a presos	24/08/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/mp-pede-volta-de-acusado-solto-por-gilmar-cadeia-por-ameaca-presos.html
343	RJ pagou R\$ 76 milhões por café da manhã de presos em seis anos	29/08/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/rj-pagou-r-76-milhoes-por-cafe-da-manha-de-presos-em-seis-anos.html
344	Polícia do Amazonas indícia 210 por massacre de 56 presos em cadeia	01/09/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/policia-do-amazonas-indicia-210-por-massacre-de-56-presos-em-cadeia.html
345	Ministério da Defesa divulga balanço de revistas em presídios	06/09/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/ministerio-da-defesa-divulga-balanco-de-revistas-em-presidios.html
346	Escrivã que se recusava a casar gays sai da cadeia nos Estados Unidos	08/09/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/09/escriva-que-se-recusava-casar-gays-sai-da-cadeia-nos-estados-unidos.html
347	Delatores da J&F cumprem prisão temporária na PF de Brasília	11/09/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/delatores-da-jf-cumprem-prisao-temporaria-na-pf-de-brasilia.html
348	Eduardo Cunha é transferido de Curitiba para Brasília para prestar depoimento	15/09/2017	https://globoplay.globo.com/v/6152184/
349	Traficante Nem, preso em Rondônia, ordenou invasão, diz	19/09/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/traficante-nem-presos-em

	polícia		rondonia-ordenou-invasao-diz-policia.html
350	Defensoria quer que Rio receba de volta detentos de presídios federais	29/09/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/defensoria-quer-que-rio-receba-de-volta-detentos-de-presidios-federais.html
351	Decisão do STF determina que Abdelmassih volte a prisão domiciliar	30/09/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/decisao-do-stf-determina-que-abdelmassih-volte-prisao-domiciliar.html
352	Falta de vagas nas cadeias do Sul deixa presos até dentro de camburões	30/09/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/falta-de-vagas-nas-cadeias-do-sul-deixa-presos-ate-dentro-de-camburoes.html
353	Vistoria do MP encontra drogas, celulares e dinheiro em cadeias do Rio	30/09/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/09/vistoria-do-mp-encontra-drogas-celulares-e-dinheiro-em-cadeias-do-rio.html
354	Dodge é contra transferência de presos para seus estados de origem	03/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/dodge-e-contra-transferencia-de-presos-para-seus-estados-de-origem.html
355	Vice-presidente do Equador começa a cumprir a prisão preventiva	03/10/2017	https://globoplay.globo.com/v/6192603/
356	Agentes encontram garoto debaixo da cama de preso no Piauí	03/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2017/10/03.html#!v/6192573
357	STF nega transferência de presos perigosos para estados de origem	04/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/stf-nega-transferencia-de-presos-perigosos-para-estados-de-origem.html
358	Casal de marqueteiros começa a cumprir prisão domiciliar com tornozeleira	06/10/2017	https://globoplay.globo.com/v/6200923/
359	Comitê Olímpico Internacional afasta Nuzman e suspende o COB, após prisão	06/10/2017	https://globoplay.globo.com/v/6200927/
360	Ministro quer o monitoramento das visitas em todos os presídios do país	06/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/ministro-quer-o-monitoramento-das-visitas-em-todos-os-presidios-do-pais.html
361	Depois de preso, Nuzman pede afastamento do cargo de presidente do COB	07/10/2017	https://globoplay.globo.com/v/6202928/
362	Agentes são suspeitos de ajudar detentos a sair da cadeia para visitas	07/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/agentes-sao-suspeitos-de-ajudar-detentos-sair-da-cadeia-para-visitas.html
363	Escolas de cidade do Piauí suspendem aulas após fuga de 85 presos	09/10/2017	https://globoplay.globo.com/v/6206201/
364	STF abranda medidas impostas a Eike e determina recolhimento noturno	10/10/2017	https://globoplay.globo.com/v/6208820/
365	Nuzman renuncia à presidência do COB, seis dias depois de ser preso	11/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/nuzman-renuncia-presidencia-do-cob-seis-dias-depois-de-ser-presos.html
366	Leonardo Gryner tem prisão temporária revogada	13/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/leonardo-gryner-tem-prisao-temporaria-revogada.html
367	AGU encaminha parecer favorável à revisão da prisão em	14/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/agu-encaminha-parecer-favoravel-revisao-da-prisao-em-2-

	2ª instância		instancia.html
368	Presos são confinados em jaula no Maranhão	19/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/presos-sao-confinados-em-jaula-no-maranhao.html
369	Nuzman deixa prisão, no Rio, depois de 15 dias	20/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/nuzman-deixa-prisao-no-rio-depois-de-15-dias.html
370	Agente fazendário Ary Ferreira da Costa Filho é solto neste sábado (21)	21/10/2017	https://globoplay.globo.com/v/6235244/
371	Aluno que matou colegas em GO é transferido para centro de internação	23/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/aluno-que-matou-colegas-em-go-e-transferido-para-centro-de-internacao.html
372	Juiz determina transferência de Cabral para presídio federal	23/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/juiz-determina-transferencia-de-cabral-para-presidio-federal.html
373	Desembargador mantém transferência de Cabral para presídio federal	24/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/desembargador-mantem-transferencia-de-cabral-para-presidio-federal.html
374	Cabral será transferido para presídio de segurança máxima em MS	26/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/cabral-sera-transferido-para-presidio-de-seguranca-maxima-em-ms.html
375	Cabral e outros presos da Lava Jato têm sala de cinema na cadeia	31/10/2017	http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/cabral-e-outros-presos-da-lava-jato-tem-sala-de-cinema-na-cadeia.html

ANEXO II

TESTES ESTATÍSTICOS

Foram realizados testes inferenciais formais de associação entre cada par de variáveis sobre imagens das pessoas sujeitas à responsabilidade penal: nudez dos corpos brancos e negros; subjugação corporal e "periculosidade". Os testes foram realizados a partir do suporte técnico do pesquisador Rafael Nunes Magalhães, especialista em métodos quantitativos que auxiliou na etapa de análise dos dados desta pesquisa.

Foi utilizado o teste de associação qui-quadrado, partindo da hipótese nula de que os pares de variáveis abaixo não têm qualquer associação. Cada teste exibe 3 informações do teste qui-quadrado: a estatística-teste (X-squared), o número de graus de liberdade (df) e o p-valor. Este último é o resultado mais utilizado para definir a associação. Seguindo o nível de significância padrão de 5%, temos evidência de que há associação entre as variáveis quando o p-valor é menor do que 0,05.

Nudez dos corpos brancos e negros X "Periculosidade"

Há evidência de associação entre a exibição de corpos negros nus e aspectos de "periculosidade" nas imagens. Avaliando os dados, é possível destacar a preponderância de corpos brancos vestidos que não apresentam aspectos de "periculosidade".

```
## Pearson's Chi-squared test
## data: tabela_corpos_periculosidade
## X-squared = 110.33, df = 12, p-value < 2.2e-16
```

Nudez dos corpos brancos e negros X Subjugação corporal

Há evidência de associação entre a exibição de corpos nus negros e características de subjugação corporal. Corpos brancos, vestidos ou não, estão mais associados às reportagens em que não há subjugação corporal

```
## Pearson's Chi-squared test
## data: tabela_corpos_subjugacao
## X-squared = 33.667, df = 15, p-value = 0.003791
```

"Periculosidade" X Subjugação corporal

Mesmo nos casos em que não há elementos de "periculosidade", há imagens associadas à subjugação corporal das pessoas.

```
## Pearson's Chi-squared test
## data: tabela_periculosidade_subjugacao
## X-squared = 63.02, df = 20, p-value = 2.403e-06
```

ANEXO III

INFORMAÇÕES SOBRE CASOS DO SIDH-OEA

SOLICITAÇÃO Nº 09200000532201711 - Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)
 REQUERENTE: Clarice Costa Calixto
 REQUERIDO: Ministério das Relações Exteriores

PEDIDO DE ACESSO - 13/06/2017

“Gostaria de ter acesso à lista de casos com temática SOBRE PRISÕES/SISTEMA PRISIONAL que já tramitaram ou ainda tramitam no Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos (SIDH) da OEA, em face do Estado Brasileiro, com as informações resumidas que detalho abaixo.

1 - Sobre os processos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), preciso das seguintes informações: 1.1 - qual foi a data do início do trâmite na Comissão? 1.2 - quem foi o peticionário (ou outra origem do processo, se não tiver sido iniciado por petição)? 1.3 - decisão da CIDH: houve relatório com recomendações? houve encaminhamento para a CorteIDH?

2 - Sobre os processos na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH) com origem que não foi encaminhamento da CIDH (e portanto não aparecem no item 1 desta consulta), preciso das seguintes informações: 2.1 - qual foi a data e a via de instauração do processo na Corte? 2.2 - já houve decisão da CorteIDH? se sim, qual foi o seu teor?

Obrigada, Clarice Calixto”

RESPOSTA DO MINISTÉRIO - 29/06/2017 (síntese feita pela pesquisadora)

EM TRÂMITE NA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS:

1. Caso 10.301 (Parque São Lucas – 42º Distrito Policial – SP)

Início do trâmite: 1989

Peticionário: Human Rights Watch e Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL)

Status: Relatório de Admissibilidade nº 16/96, de 06/03/1996. Relatório de Mérito nº 40/03, de 08/10/2003⁸⁹

2. Caso 11.291 (111 mortos da Casa da Detenção Carandiru/ Pavilhão 9)

Início do trâmite: 1994

Peticionário: Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), Americas Watch e Comissão Teotônio Vilela

Status: Relatório de Admissibilidade e Mérito nº 34/00, de 13/04/2000⁹⁰

3. Caso 11.516 (Ovelário Tames)

Início do trâmite: 1995

Peticionário: Conselho Indígena de Roraima (CIR), Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), Mário Tames

Status: Relatório de admissibilidade nº 19/98, de 21/02/1998. Relatório de mérito nº 60/99, de 13/04/1999⁹¹

⁸⁹ A íntegra está disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/2003port/Brasil.10301.htm>. Acesso em 20 out 2018.

⁹⁰ A íntegra está disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/99port/Brasil11291.htm>. Acesso em 20 out. 2018.

⁹¹ A íntegra está disponível em: <http://cidh.org/annualrep/98eng/Merits/Brasil%2011516.htm>. Acesso em 20 out. 2018.

4. Caso 12.019 (Antonio Ferreira Braga)
Início do trâmite: 1998
Petitionário: Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa, Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), Antonio Ferreira Braga
Status: Relatório de Admissibilidade e Mérito nº 35/08, de 18/07/2008⁹²
5. Caso 12.328 (Crianças e adolescentes privados de liberdade – FEBEM/ Adolescentes Custodiados Pela FEBEM)
Início do trâmite: 1999
Petitionário: Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL)
Status: Relatório de Admissibilidade nº 39/02, de 09/10/2002. Não há relatório de mérito.
6. Caso 12.568 (Internos do Presídio do Urso Branco, RO)
Início do trâmite: 2002
Petitionário: Justiça Global, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese Porto Velho
Status: Relatório de Admissibilidade nº 81/06, de 21/10/2006. Não há relatório de mérito.
7. Caso 12.615 (Alan Felipe da Silva e outros)
Início do trâmite: 2005
Petitionário: Defensoria Pública do Estado do RJ
Status: Relatório de Admissibilidade nº 40/07, de 23/07/2007. Não há relatório de mérito.
8. Caso 12.616 (Lazinho Brambilla da Silva)
Início do trâmite: 2005
Petitionário: Teresa de Jesús Brambilla; Conectas Direitos Humanos e Associação de Mães e Amigos de Crianças e Adolescentes em Risco (AMAR)
Status: Relatório de Admissibilidade nº 41/07, de 23/07/2007. Não há relatório de mérito.
9. Caso 12.835 (Maurício Hernández Norambuena)
Início do trâmite: 2005
Petitionário: Cecília Adriana Hernández Norambuena
Status: Relatório de Admissibilidade nº 143/11, de 31/10/2011. Não há relatório de mérito.
10. Caso 12.613 (Pessoas privadas de liberdade na Carceragem da 76ª Delegacia de Niterói-RJ)
Início do trâmite: 2006
Petitionário: Justiça Global, Associação Pela Reforma Prisional (ARP), Grupo Tortura Nunca Mais do RJ, Associação dos Defensores Públicos do Estado do RJ (ADPERJ), Laboratório de Análise de Violência da Universidade do Estado do RJ (UERJ)
Status: Relatório de Admissibilidade nº 36/07, de 17/07/2007. Não há relatório de mérito.
11. Caso 12.753 (Adão Pereira de Souza)
Início do trâmite: 2006
Petitionário: Comissão Pastoral da Terra (CPT)/ Xinguara; Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH)
Status: Relatório de Admissibilidade nº 41/10, de 17/03/2010. Não há relatório de mérito.
12. Petição P-607-06/ Caso 13.124 (Crianças privadas de liberdade no RJ e seus familiares)
Início do trâmite: 2006
Petitionário: Organização de Direitos Humanos Projeto Legal
Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.
13. MC-14-06 (Adolescentes internados no CAJE)
Início do trâmite: 2006

⁹² A íntegra está disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/2008port/Brasil12019.a.port.htm>. Acesso em 20 out. 2018.

Peticionário: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF (CEDECA-DF) – Romeo Olmar Klich

Status: Concessão de medidas cautelares - Resolução não disponível na página da OEA⁹³

14. Petição P-1277-07 (Flávio Mendes de Moraes)

Início do trâmite: 2007

Peticionário: Sócrates Spyros Patseas

Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

15. Caso 12.838 (Hildebrando Silva de Freitas)

Início do trâmite: 2007

Peticionário: Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH)

Status: Relatório de Admissibilidade nº 146/11, de 31/10/2011. Não há relatório de mérito.

16. Caso 12.654 (Pessoas privadas de liberdade na Cadeia Pública do Guarujá)

Início do trâmite: 2007

Peticionário: Associação Conectas Direitos Humanos, Instituto Pro Bono e Conselho Comunitário Penitenciário de Guarujá e Vicente de Carvalho

Status: Relatório de Admissibilidade nº 41/2008, de 23/07/2008. Não há relatório de mérito.

17. Petição P-1017-08 (Adaildo José Soares, Adair José da Rocha Alves e outros)

Início do trâmite: 2008

Peticionário: Defensoria Pública do Estado do RJ

Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

18. Petição P-565-08 (Adilson de Freitas Vicente e outros)

Início do trâmite: 2008

Peticionário: Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura (ACAT-Brasil)

Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

19. Petição P-1247-08 (Nilson Saldanha)

Início do trâmite: 2008

Peticionário: Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura (ACAT-Brasil)

Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

20. Petição P-1268-09 (Pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional do Estado do MS)

Início do trâmite: 2009

Peticionário: OAB-MS e Comissão de Direitos Humanos-MS

Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

21. Petição P-1349-09 (Apenados do Sistema Prisional de Ariquemes-RO)

Início do trâmite: 2009

Peticionário: Ministério Público de Rondônia

Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

22. Petição P-23-10 (Almir Rodrigues Ferreira)

Início do trâmite: 2010

Peticionário: “CAA”

Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

23. Petição P-869-10 (Diego Moreira Franco)

Início do trâmite: 2010

⁹³ A referência a essas medidas cautelares está disponível em: <http://www.cidh.org/medidas/2006.eng.htm>. Acesso em 10 out 2018.

Peticionário: Auriberta Alves do Nascimento Campos Silva
Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

24. Petição P-562-11 (José Carlos da Silva e seus familiares)
Início do trâmite: 2011
Peticionário: Justiça Global
Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

25. Petição P-1740-12 (Anderson Teixeira Guimarães)
Início do trâmite: 2012
Peticionário: Advocacia Kamawamura
Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

26. Petição P-1459-12 (Wolf Gruenberg e Betty Guendler Gruenberg)
Início do trâmite: 2012
Peticionário: OAB-SP
Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

27. Petição P-1158-13 (Clésio Rones Pereira)
Início do trâmite: 2013
Peticionário: Sergio Constantino Wacheleski (Advogado)
Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

28. Petição P-81-13 (Presos no Presídio Central de Porto Alegre)
Início do trâmite: 2013
Peticionário: Associação dos Juízes do RS (AJURIS); Associação do Ministério Público do RS (AMPRGS); Associação dos Defensores Públicos do Estado do RS (ADPERGS); Conselho Regional de Medicina do Estado do RS (CREMERS); Conselho da Comunidade para Assistência aos Apenados das Casas Prisionais Pertencentes às Jurisdições da Vara de Execuções Criminais e Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Porto Alegre; Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE); Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais (ITEC); Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero
Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

29. Petição P-83-13 (Rogério Alan Rocha Rios)
Início do trâmite: 2013
Peticionário: Thiago Leal Pedra e Sérgio Alves de Meireles Moutinho
Status: Não há relatórios de admissibilidade e mérito.

30. MC-438-13 (Presos na Penitenciária do Monte Cristo, Boa Vista - RR)
Início do trâmite: 2013
Peticionário: Defensoria Pública do Estado de RR
Status: Em fase de solicitação de informações

31. MC-8-13 (Pessoas privadas de liberdade no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA))
Início do trâmite: 2013
Peticionário: Associação dos Juízes do RS (AJURIS), Associação do Ministério Público do RS (AMPRGS), Associação de Defensores Públicos do Estado do RS (ADPERGS), Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE), Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais (ITEC) e Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero
Status: Concessão de medidas cautelares - Resolução nº 14/2013, de 30/12/2013⁹⁴

32. MC-366-14 (Presos, agentes e funcionários das unidades de tratamento penal do Paraná/Dezenove mil presos)
Início do trâmite: 2014

⁹⁴ A íntegra da Resolução está disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/MC8-13Resolucion14-13es.pdf>. Acesso em 20 out 2018

Peticionário: Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná; OAB-PR; Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Pastoral Carcerária Arquidiocesana de Londrina; Centro de Direitos Humanos de Londrina (CDH)
Status: Em fase de solicitação de informações

33. MC-627-15 (Ronaso Volmar dos Santos Mayer)

Início do trâmite: 2015

Peticionário: Ronaso Volmar dos Santos Mayer

Status: Em fase de solicitação de informações.

34. MC-368-15 (Homens e Mulheres presos na Cadeia Pública de Maringá)

Início do trâmite: 2015

Peticionário: Mauricio Kalache (advogado)

Status: Em fase de solicitação de informações.

35. MC-60-15 (Hum mil adolescentes internados no Estado do Ceará)

Início do trâmite: 2015

Peticionário: Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED), Fórum Permanente das Organizações não Governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente do CE, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA-CE)

Status: Concessão de medidas cautelares - Resolução nº 71/2015, de 31/12/2015⁹⁵

36. MC-302-15 (Jovens privados de liberdade no Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente Cedro, SP)

Início do trâmite: 2015

Peticionário: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Status: Concessão de medidas cautelares - Resolução nº 43/2016, de 21/07/2016⁹⁶

37. MC-588-16 (Casa de detenção de Ariquemes, Estado de RO)

Início do trâmite: 2016

Peticionário: Defensoria Pública do Estado de RO

Status: Em fase de solicitação de informações.

38. MC-457-16 (Presos e funcionários do Sistema Penitenciário do Estado do RN)

Início do trâmite: 2016

Peticionário: Emanuel Dayan Bezerra de Almeida e Fausto Faustino de França Júnior

Status: Em fase de solicitação de informações.

39. MC-101-17 (116 apenados transferidos Alcaçuz - Nísia Floresta, RN)

Início do trâmite: 2017

Peticionário: Hugo Marcel Marcelino Galvão, Valdir João Silveira, Juliana Gonçalves Melo, Leonardo Alves dos Santos, Gabriel Bulhges Nóbrega Dias, Raul Rodrigues e outros

Status: Em fase de solicitação de informações

EM TRÂMITE NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

1. Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS)

Início do trâmite: 2009 (medidas cautelares); 2011 (medidas provisórias)

Peticionário: Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra do Estado do ES e Justiça Global

Status: Concessão de medidas provisórias - Resolução da Corte de 25/02/2011⁹⁷

⁹⁵ A íntegra da Resolução está disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2015/MC60-15-PT.pdf>. Acesso em 20 out 2018

⁹⁶ A íntegra da Resolução está disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/comissao-direitos-humanos-fundacao-casa.pdf>. Acesso em 20 out 2018

2. Complexo Penitenciário do Curado (Centro Penitenciário Professor Aníbal Bruno)

Início do trâmite: 2011 (medidas cautelares); 2014 (medidas provisórias)

Peticionário: Justiça Global, Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard, Pastoral Carcerária de PE, Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões e Pastoral Carcerária Nacional.

Status: Concessão de medidas provisórias - Resolução da Corte de 22/05/2014⁹⁸

3. Complexo Penitenciário de Pedrinhas

Início do trâmite: 2013 (medidas cautelares); 2014 (medidas provisórias)

Peticionário: Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, OAB /Seção do Maranhão, Justiça Global e Conectas Direitos Humanos

Status: Concessão de medidas provisórias - Resolução da Corte de 14/11/2014⁹⁹

4. Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho

Início do trâmite: 2016 (medidas cautelares¹⁰⁰); 2017 (medidas provisórias)

Peticionário: Defensoria Pública do Estado do RJ

Status: Concessão de medidas provisórias - Resolução da Corte de 13/02/2017¹⁰¹.

As petições e casos arquivados são os seguintes:

1. Petição P-950-08 (Gabriel de Matos Prado) - Arquivada em 2015
2. Petição P-1174-09 (L.A.B.) - Arquivada em 2016
3. Petição P-1246-08 (Marcelo Henrique de Freitas) - Arquivada em 2017
4. Caso 12.746 (José do Egito Romão Diniz) - Arquivado em 2015
5. Medidas cautelares MC-346-08 (229 Adolescentes reclusos/ Menores Detidos no Educandário Santo Expedito) - Arquivada em 2016

⁹⁷ A íntegra da Resolução está disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/socioeducativa_Se_01_portugues.pdf. Acesso em 20 out. 2018.

⁹⁸ A íntegra da Resolução está disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/curado_se_01_por.pdf. Acesso em 20 out. 2018.

⁹⁹ A íntegra da Resolução está disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/pedrinhas_se_01_por.pdf. Acesso em 20 out. 2018.

¹⁰⁰ Um resumo do caso é assim apresentado pela CIDH: "MC 208/16 - Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, Brasil - El 15 de julio de 2016, la CIDH decidió solicitar la adopción de medidas cautelares a favor de las personas privadas de la libertad en Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, en el estado de Río de Janeiro, en Brasil. La solicitud alega que dichas personas estarían enfrentando graves condiciones de detención que incluirían serias deficiencias en la infraestructura del recinto, las cuales producirían riesgos de incendios debido a la exposición de cables eléctricos; falta de acceso continuo a agua para consumo humano, así como a ventilación e iluminación adecuada; insuficiencia de personal médico en relación con el número de presos y acceso a tratamientos médicos, y pésimas condiciones de salubridad; entre otras supuestas circunstancias. Principalmente, los solicitantes destacaron que, entre el 1 de enero y el 26 de junio de 2016, 13 personas habrían fallecido mientras se encontraban privadas de libertad en dicha penitenciaría. En consecuencia, de acuerdo con el Artículo 25 del Reglamento de la CIDH, la Comisión solicitó a Brasil que: a) Adopte las medidas necesarias para proteger la vida e integridad personal de las personas privadas de libertad en el Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho; b) Tome acciones inmediatas para reducir sustancialmente el hacinamiento al interior del Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, de acuerdo a estándares internacionales; c) Provea condiciones adecuadas de higiene en los recintos, acceso a agua para consumo humano, y proporcione los tratamientos médicos adecuados para las personas detenidas, de acuerdo a las patologías que presenten; d) Adopte las medidas necesarias para contar con planes de emergencia ante cualquier eventualidad; e) Concierte las medidas a adoptarse con los beneficiarios y sus representantes; e f) Informe sobre las acciones adoptadas a fin de investigar los hechos que dieron lugar a la adopción de la presente medida cautelar y así evitar su repetición." Disponible em: <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/cautelares.asp#tab2016>. Acesso em 20 out 2018.

¹⁰¹ A íntegra da Resolução está disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/placido_se_01_por.pdf. Acesso em 20 out 2018.

ANEXO IV

TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DAS 375 MATÉRIAS

Nº	Texto transcrito
1	<p>Ex-ministro José Dirceu vai cumprir o resto da pena em casa <i>Dirceu ganhou o direito de mudar para o regime aberto ao cumprir um sexto da pena. A Justiça também considerou que ele teve bom comportamento.</i> O ex-ministro José Dirceu, condenado no mensalão do PT, já está cumprindo pena em casa, autorizado pela vara de execuções, em Brasília. O ex-ministro da Casa Civil no governo Lula, José Dirceu, condenado a 7 e 11 meses de prisão por corrupção ativa, chegou à Vara de Execuções Penais por volta das 13h. É lá que os presos assinam diante do juiz o termo de compromisso de progressão do regime. Depois, Dirceu seguiu para o escritório do advogado dele, onde trabalha. José Dirceu ficou preso no regime semiaberto por menos de um ano. Desde 15 de novembro do ano passado. Ele ganhou o direito de mudar para o regime aberto ao cumprir um sexto da pena, incluindo os dias trabalhados dentro e fora da prisão. A Justiça também considerou que ele teve bom comportamento. José Dirceu pode cumprir a pena em casa, em Brasília, já que no DF não existe um estabelecimento para abrigar os presos do regime aberto. Pelas regras, o preso no regime aberto precisa estar em casa das 21h até as 5h, e nos fins de semana. Não pode conviver com outros condenados. Não pode frequentar bares, nem tomar bebidas alcoólicas. Precisa continuar trabalhando e a cada dois meses é obrigado a se apresentar ao juiz. Outros quatro condenados do mensalão do PT já conseguiram passar do regime semiaberto para a prisão domiciliar: o ex-presidente do PT, José Genoino, condenado por corrupção ativa (4 anos e 8 meses); o ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares, pelo mesmo crime (6 anos e 8 meses); o ex-tesoureiro do extinto PL, Jacinto Lamas, condenado por lavagem de dinheiro (5 anos); e o ex-deputado federal Carlos Alberto Rodrigues, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro (6 anos e 3 meses). Outros 5 condenados do mensalão do PT aguardam decisão do STF para mudar do regime semiaberto para o aberto: o ex-deputado federal João Paulo Cunha, condenado por corrupção passiva e peculato (6 anos e 4 meses); os ex-deputados federais Valdemar Costa Neto (7 anos e 10 meses), Pedro Henry (7 anos e 2 meses) e Pedro Corrêa (7 anos e 2 meses), condenados por corrupção passiva e lavagem de dinheiro; e o advogado Rogério Tolentino, por corrupção ativa e lavagem de dinheiro (6 anos e 2 meses).</p>
2	<p>Justiça da Itália publica motivos para não extraditar Henrique Pizzolato <i>Tribunal de Bolonha disse que levou em consideração a situação.</i> A Justiça da Itália publicou, nesta terça-feira (4), os motivos pelos quais decidiu não extraditar o ex-diretor do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, condenado no mensalão do PT. Pizzolato saiu da prisão italiana há uma semana. O Tribunal de Bolonha confirmou que levou em consideração a situação precária das prisões brasileiras. Mas rejeitou outro argumento da defesa, de que o processo do mensalão teria sido político. Agora, o Brasil terá 15 dias para recorrer à corte de cassação, em Roma, para tentar que Pizzolato seja extraditado e cumpra, no Brasil, a pena de 12 anos e 7 meses de prisão.</p>
3	<p>Bando armado invade hospital do Rio, mata policial e liberta preso internado <i>Bandidos estavam em busca de Johnny Luís da Silva, conhecido como Bebezão, que, desde outubro, estava preso, internado sob custódia.</i> 10 homens armados invadiram um hospital para retirar um bandido que estava internado sob custódia, em Niterói, Região Metropolitana do RJ. Antes da invasão, a quadrilha matou duas pessoas. O repouso dos pacientes foi interrompido às 4h. "Foi desesperador né", relata uma mulher. Invasores armados percorreram várias alas do Hospital Azevedo Lima, em Niterói. "Minha filha está no terceiro andar e falou que foi um tumulto danado, as grávidas ficaram nervosas", conta Sonia da Silva Souza. Os bandidos estavam em busca de Johnny Luís da Silva, conhecido como Bebezão, que desde outubro estava preso, internado sob custódia. Segundo a polícia, 10 homens armados com fuzis entraram pelo setor de emergência. Pacientes e médicos foram trancados no CTI e viveram momentos de pânico. Ainda de acordo com a polícia, o bando usou uma ferramenta para abrir a alameda do bandido, que estava internado na enfermaria. A ação durou 25 minutos. Quando os invasores chegaram, mesmo com um bandido perigoso na enfermaria, a segurança era feita só por um policial militar. Ele estava dentro do hospital. Rapidamente foi dominado, agredido e teve a arma roubada pelos criminosos. As únicas câmeras que podem ajudar a polícia são de um estacionamento e de uma lanchonete na entrada do hospital. Para roubar os três carros que foram usados na invasão, os bandidos mataram duas pessoas, entre elas um subtenente da PM.</p>
4	<p>Ministro do STF autoriza Valdemar a cumprir pena em prisão domiciliar <i>Ex-deputado Valdemar Costa Neto foi condenado no mensalão do PT a 7 anos e 10 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.</i> O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, autorizou o ex-deputado Valdemar Costa Neto, do PR de São Paulo, a cumprir pena em prisão domiciliar. No julgamento do mensalão do PT, Valdemar foi condenado a 7 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ele está preso desde dezembro do ano passado, cumpriu um sexto da pena e deve ser liberado do presídio nos próximos dias.</p>
5	<p>Ex-deputado Valdemar é liberado para cumprir em casa o resto da pena <i>Ele mudou para o regime aberto porque cumpriu um sexto da pena.</i> O ex-deputado Valdemar Costa Neto, do PR de São Paulo, foi liberado para cumprir, em casa, o resto da pena do processo do mensalão do PT. Ele foi condenado a 7 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ele muda do regime semiaberto para o aberto porque cumpriu um sexto da pena.</p>
6	<p>Fernando Baiano se entrega; juiz decreta prisão preventiva de seis <i>Ex-diretor da Petrobras Renato Duque está entre os que tiveram a prisão preventiva decretada. Juiz também decidiu libertar 11 presos.</i> Um suspeito de envolvimento no escândalo de corrupção da Petrobras, que era procurado pela Polícia Federal desde sexta-feira (14), decidiu se entregar na tarde desta terça-feira (18), em Curitiba. Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, teve a prisão decretada na sétima fase da Operação Lava Jato. O lobista Fernando Soares, o Fernando Baiano, se entregou nesta terça-feira (18) à tarde à Polícia Federal, em Curitiba. O nome dele foi citado num depoimento do ex-diretor de abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, que hoje cumpre prisão domiciliar. Segundo Paulo Roberto, Fernando era o operador do PMDB no esquema de propina na Petrobras. Paulo Roberto Costa: Do PMDB, da diretoria internacional, o nome que fazia essa articulação toda chama-se Fernando Soares. Juiz federal: É o conhecido também como Fernando Baiano, é isso? Paulo Roberto Costa: Perfeito. Até agora, a Polícia Federal não confirmou que Fernando Baiano tenha ligação com o PMDB. O lobista se juntou aos executivos de algumas das maiores construtoras do país - presos nessa sétima fase da operação Lava Jato. Eles têm dormido em beliches ou em colchões no chão. E estão divididos em seis celas, com até quatro pessoas em cada uma. Também têm tomado banho de sol como qualquer preso. Alguns estão usando adesivos de nicotina para conseguir ficar sem cigarros, já que é proibido fumar na carceragem da Polícia Federal. E não é só: "Não pode usar relógio, então uma das primeiras perguntas que eles nos fazem é que horas são. Há uma questão, uma angústia muito grande com relação ao tempo, que segundo eles não passa", conta o advogado de Ricardo Pessoa Alberto Toron. Na terça estavam previstos os últimos 5 depoimentos. Entre eles, o de Ricardo Pessoa, presidente da construtora UTC - apontado como o coordenador do chamado clube de empresas que participavam do esquema de corrupção. Também estão sendo ouvidos outros dois funcionários da UTC: Ednaldo Alves da Silva e Walmir Pinheiro de Santana. Todos foram registrados pelo sistema de segurança da portaria de um prédio em São Paulo onde fica o escritório do doleiro Alberto Youssef. Nos relatórios da Polícia Federal também há provas de uma sociedade entre a UTC e a GFD, de Youssef. E uma série de e-mails trocados entre eles. O advogado de Ricardo Pessoa declarou que o cliente dele mantinha um "relacionamento comercial" com o doleiro. "Em primeiro lugar ele responderá a todas as perguntas que lhe forem endereçadas. Em segundo lugar é natural que haja um conjunto de e-mails, uma troca de correspondências por e-mail entre o senhor Ricardo Pessoa e Alberto Youssef, porque eles tinham negócios em comum. Negócios devidamente registrados, públicos, ligados a hotelaria", diz Alberto Toron. Em outro depoimento, o diretor da Galvão Engenharia, Erton Medeiros Fonseca, confirmou que pagou propina para a organização criminosa que, segundo as investigações, foi montada para desviar dinheiro de obras da Petrobras. Mas o advogado alega que o cliente foi obrigado a fazer os pagamentos. José Luiz de Oliveira Lima, advogado: Meu cliente deixou claro que ele e a empresa pela qual ele trabalha foram vítimas de uma extorsão praticada por um funcionário público. JN: Se ele não pagasse o que aconteceria? José Luiz de Oliveira Lima: Todos os contratos que foram obtidos pela empresa foram obtidos de maneira lícita. Caso ele não cedesse a esta extorsão do funcionário público, os contratos não seriam dado prosseguimento a este contrato. Ele teria dificuldade para receber o que lhe era devido, e inclusive para a própria execução do contrato. O advogado também disse quem teria exigido propina - e citou o nome do ex-deputado José Janene, do Partido Progressista. Janene faleceu em 2010. "Ele num primeiro momento foi recebido pelo ex-deputado José Janene, teve uma conversa com o senhor Alberto Youssef e também com o senhor Paulo Roberto", explica o advogado. Ainda segundo o advogado, Herton Medeiros estaria disposto a fazer uma acareação com Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa. No fim da tarde desta terça-feira, terminou o depoimento de Sérgio Mendes, vice-presidente da Mendes Júnior. Ele foi ouvido por quase três horas. O advogado dele disse que Mendes negou a participação da empresa num cartel, mas confirmou o pagamento de R\$ 8 milhões para as empresas do doleiro Alberto Youssef. "Informou que conhecia Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef. Foi pressionado por eles para fazer um pagamento sob pena dos contratos mantidos com a empresa e futuros não terem andamento. Em razão dessa extorsão, eles fizeram um único pagamento para as empresas do Alberto Youssef. O valor total foi R\$ 8 milhões. Quem se apresentou espontaneamente a prisão, vindo diretamente para Curitiba, está disposto a tudo para colaborar", disse o advogado Marcelo Leonardo. A Polícia Federal continua a procurar o último foragido: Adário Negromonte Filho, irmão do ex-ministro das cidades Mário Negromonte. O Partido Progressista reafirmou que só vai se manifestar depois de tomar conhecimento oficial do teor dos depoimentos, mas que está à disposição das autoridades e que todas as prestações de contas estão dentro da lei. O PMDB declarou que Fernando Soares nunca teve vínculo com o partido, nem delegação para arrecadar valores. Ainda segundo o PMDB, todos os recursos para campanhas foram declarados à Justiça Eleitoral, como manda a lei</p>

7	<p>Fora da prisão, o ar tem outro cheiro', diz inocente que ficou 39 anos preso <i>Testemunha que incriminou Ricky Jackson mudou sua versão do crime. Segundo advogados, nenhum inocente ficou tanto tempo preso nos EUA.</i> Nos EUA, um homem que passou décadas na cadeia e chegou a ser condenado à morte por um crime que não cometeu conseguiu recuperar a liberdade. "Senhor Jackson, você vai ser libertado. A vida é feita de pequenas vitórias e essa é uma grande vitória", disse o juiz. Com vários cabelos brancos, Ricky Jackson olhou para cima e agradeceu a Deus. Depois de 39 anos, ele enfim estava livre. Ricky foi preso, acusado de um assassinato que não cometeu, em 1975. No ano que em que a guerra do Vietnã acabou, ele tinha 18 anos. Enquanto estava na cadeia, o mundo viu o fim da Guerra Fria, os ataques de 11 de setembro, o surgimento da internet e dos telefones celulares. Aos 57 anos, ele passou dois terços da vida ao largo da história. Segundo os advogados que ajudaram Ricky, nenhum inocente ficou tanto tempo na prisão nos EUA. Ricky Jackson foi solto depois que a testemunha que o incriminou mudou a versão do crime essa semana. O homem, que na época tinha 12 anos, revelou que mentiu para ajudar a polícia. "Eu não o odeio. Ele era apenas uma criança e teve coragem de reconhecer o erro", afirmou Ricky. A acusação falsa custou a liberdade de outras duas pessoas, que também já foram inocentadas e soltas. Ronnie Bridgeman saiu da prisão em 2003 e ficou emocionado ao falar do amigo nesta sexta-feira (21). "Ele me ligou e disse: 'acabou, estamos livres'", conta Ronnie Bridgeman. Na saída, o público aplaudiu Ricky. "Fora da prisão, o ar tem outro cheiro", ele disse. Depois, deu um longo suspiro.</p>
8	<p>Autorização de viagem de Delúbio a Goiânia e São Paulo é suspensa <i>Ministro Barroso, do STF, suspendeu a autorização. Delúbio cumpre pena em prisão domiciliar em Brasília e viajaria na segunda-feira (24) a trabalho.</i> O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, suspendeu a autorização de viagem do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares para Goiânia e São Paulo. Delúbio, que cumpre pena em prisão domiciliar em Brasília, iria viajar na segunda-feira (24) a trabalho.</p>
9	<p>Ministro do STF suspende decisão que autorizava José Dirceu a viajar <i>Barroso, atual relator do processo do mensalão, disse que não foi informado da decisão da Vara de Execuções Penais do DF.</i> O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, suspendeu a decisão que permitiu a viagem do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu de Brasília para São Paulo. Barroso é o atual relator do processo do mensalão e afirmou que não foi informado da decisão da Vara de Execuções Penais do DF. Ele também disse que a medida contrariou o parecer do Ministério Público e pediu novas informações. A assessoria de José Dirceu informou que ele vai cumprir a decisão tão logo seja notificado. No início do mês, Dirceu foi autorizado a cumprir em casa o restante da pena por crime de corrupção ativa.</p>
10	<p>José Dirceu volta de Vinhedo para Brasília <i>Ministro do STF Luís Roberto Barroso suspendeu a autorização para que Dirceu deixasse Brasília, onde cumpre pena de prisão em casa.</i> O ex-ministro José Dirceu, condenado no mensalão do PT, está voltando de Vinhedo, em São Paulo, para Brasília. No sábado (22), o ministro do STF Luís Roberto Barroso suspendeu a autorização da Vara de Execuções Penais para que Dirceu deixasse Brasília, onde cumpre pena de prisão em casa. Barroso é o atual relator do processo do mensalão. José Dirceu está viajando de carro.</p>
11	<p>Prisão de executivos investigados na Operação Lava Jato completa 40 dias <i>Onze executivos de seis empreiteiras dividem três celas na sede da Polícia Federal do Paraná.</i> A prisão de executivos de algumas das maiores empreiteiras do país completou hoje 40 dias. Investigados pela operação lava jato, eles estão na carceragem da Polícia Federal, em Curitiba. Onze executivos de seis empreiteiras dividem três celas na sede da Polícia Federal do Paraná. Nesta quarta-feira (24) não houve nenhuma movimentação no local. Nesta terça-feira (23), eles receberam a visita de parentes e advogados. Ganharam de presente panetones e chocolates para a ceia de Natal. Eles são acusados de crimes de corrupção, organização criminosa, lavagem de dinheiro e uso de documento falso. Além dos executivos, estão presos o lobista Fernando Soares, o Fernando Baiano e o doleiro Alberto Youssef, que fez um acordo de delação premiada para contar o que sabe em troca de uma possível redução de pena. Até agora o juiz Sérgio Moro aceitou todas as denúncias encaminhadas pelo MPF. Ao todo, 39 pessoas investigadas na Operação Lava Jato se tornaram réus e vão responder a processo na Justiça Federal. O juiz Sérgio Moro marcou para o começo de fevereiro os primeiros depoimentos das testemunhas de acusação. Entre elas, está a ex-gerente executiva da Petrobras Venina Velosa da Fonseca.</p>
12	<p>Presos do interior do Paraná estão rebelados há mais de 30 horas <i>5 agentes penitenciários da casa de custódia de Maringá são reféns. Segundo a Polícia Militar, pelo menos 200 presos participam da rebelião.</i> Presos do interior do Paraná estão rebelados há mais de 30 horas. 5 agentes penitenciários da casa de custódia de Maringá são reféns. Segundo a Polícia Militar, pelo menos 200 presos participam da rebelião. Eles querem melhoria no atendimento médico e a transferência de detentos para outras prisões.</p>
13	<p>Rebelião de presos termina após 46h em Casa de Custódia de Maringá (PR) <i>Autoridades responsáveis assumiram o compromisso de melhorar a qualidade da alimentação e do atendimento jurídico.</i> Acabou, depois de 46 horas, a rebelião de presos no Paraná. 200 detentos da Casa de Custódia de Maringá libertaram os agentes penitenciários que eram reféns. As autoridades responsáveis assumiram o compromisso de melhorar a qualidade da alimentação e do atendimento jurídico.</p>
14	<p>Detentos são flagrados com facões dentro de presídio de Pernambuco <i>Imagens, gravadas do alto de um morro, mostram o pátio de uma das três unidades do maior complexo prisional do Recife.</i> Em Pernambuco, detentos armados com facões foram flagrados dentro de um presídio. As imagens, gravadas do alto de um morro, mostram o pátio de uma das três unidades do maior complexo prisional do Recife. Presos aparecem carregando facões, tranquilamente. Um deles joga sinuca com duas facas na cintura. Um outro tira mais uma faca, que estava escondida na parede. Ninguém da segurança interfere. O lugar é cercado por guaritas, mas muitas estão desativadas. De repente, dois detentos começam o que parece ser uma briga, enquanto os outros assistem. As imagens não mostram se algum dos presos se feriu. O uso de celulares também é livre dentro do presídio. O presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários diz que o que acontece lá dentro tem a ver com o número insuficiente de agentes e de equipamentos. "Os detectores de metal estão quebrados e aqueles que são para revista pessoal não existem", conta João Carvalho, presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Pernambuco. Os presídios de Pernambuco são administrados pela Secretaria de Ressocialização. Depois dos flagrantes que mostramos, o que será que o secretário tem a dizer sobre a tranquilidade com que os presos circulam lá dentro com celulares e armas na mão? O secretário disse que novos agentes serão contratados até o mês que vem e reconheceu que, por enquanto, não têm conseguido impedir a entrada de celulares e de facões. "Essas armas brancas são arremessadas pelas muralhas dos presídios e são apanhadas pelos presos em seu interior. Há uma vigilância, mas o reduzido número de agentes penitenciários faz com que nós não tenhamos uma mais efetiva segurança interna nas unidades prisionais", declarou Humberto Inojosa, secretário de Ressocialização - PE. Sobre a denúncia do sindicato dos agentes penitenciários, o secretário negou que os detectores de metal estejam quebrados.</p>
15	<p>Imagens mostram farra de presos em complexo penitenciário de PE <i>Imagens exclusivas revelam presos se divertindo com vídeo game, jogo de luzes e música eletrônica. Celas têm aparelhos de TV, ventiladores, frigobar, freezer e até uma fábrica de cachaça artesanal.</i> Novas imagens, obtidas com exclusividade pelo JN, revelam diversas irregularidades no maior complexo penitenciário de Pernambuco. As cenas dessa farra dos presos estão na reportagem de Edison Silva e Beatriz Castro. Festa com jogo de luzes e música eletrônica. Os presos se divertem dentro de uma cela do presídio Antônio Luiz Lins de Barros, no Recife. Um outro grupo prefere o vídeo game. Algumas celas têm aparelhos de TV, ventiladores, frigobar e até freezer. Com a faca na mão, o preso prepara a comida. Em uma cela foi instalada uma fábrica de cachaça artesanal. A produção é farta, o comércio se multiplica. São dezenas de pequenas vendas com comida e material de limpeza. A profissão mais comum é a de barbeiro, mas tem também quem conserte relógios. As brigas são frequentes. As imagens também mostram o consumo de maconha. Um ex-detento, que cumpriu pena por assalto até o ano passado, conta como o que acontece dentro do presídio. JN: Que droga você chegou a consumir dentro do presídio? Ex-presidiário: Cachaça, maconha, crack. JN: Com dinheiro você compra qualquer tipo de droga ali dentro? Ex-presidiário: Qualquer tipo de droga. JN: Tem muito fornecedor lá dentro? Ex-presidiário: Tem, tem. Todo pavilhão tem. JN: E quando ele não consegue pagar, o que que acontece? Ex-presidiário: Muitas vezes ele morre. Fica aleijado, perde um braço ou a vida. Dentro da unidade, eles preparam o cimento para construir quartos sobre as celas. O puxadinho é chamado de 'barraço' pelos presos. dezenas de escadas são usadas por quem mora na parte de cima. Algumas celas são bem equipadas e custam caro. "No mínimo mil reais. Chega até a 20, mais ou menos isso", diz um preso. No conjunto de três presídios, com capacidade para 1.800 presos, estão 7 mil. Nesta terça-feira (6) o JN mostrou que eles carregavam facões tranquilamente. O muro não tem sido suficiente para evitar a entrada de drogas, armas e celulares nos presídios. Apesar da colocação daquela tela para aumentar a dificuldade, são comuns os arremessos de pacotes por cima do muro. É o que os presos chamam de malote. Em uma revista feita nesta quarta-feira (7), todo o material foi recolhido em um único pavilhão: 58 facões, 56 facas, 14 celulares, além de cola de sapateiro, maconha e crack. "Essa quantidade de material mostra que nós precisamos ter um efetivo ainda maior, precisamos ter um controle ainda maior e precisamos ter uma eficácia maior no trabalho", afirma o juiz corregedor dos presídios Luiz Rocha. Nesta quarta de manhã, o secretário de Ressocialização de Pernambuco, Humberto Inojosa, responsável pelos presídios do estado, pediu demissão do cargo. O secretário de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco, Pedro Eurico, afirmou que novos presídios vão ser construídos para reduzir a superlotação. Ele também disse que as revistas serão periódicas, e que não vai admitir a circulação de presos com armas.</p>

16	<p>Governo de Cuba anuncia libertação de 53 presos políticos <i>Medida foi imposta pelos EUA no acordo de reaproximação entre os dois países.</i></p> <p>O governo de Cuba anunciou a libertação dos 53 presos políticos que faziam parte de uma lista de opositores do regime. Essa medida foi imposta pelos EUA no acordo de reaproximação entre os dois países. A notícia foi confirmada esta tarde pelo Departamento de Estado Americano. "O governo cubano nos informou que concluiu a libertação dos 53 prisioneiros políticos, como havia sido prometido", disse a porta-voz Marie Harf. São pessoas que passaram vários anos presas por tentar promover reformas políticas em Cuba ou por defender a liberdade de expressão. Entre elas, há várias integrantes do grupo "Damas de Branco", que são esposas, mães e filhas de dissidentes políticos cubanos. E também 29 integrantes da União Patriótica de Cuba, a maior organização de oposição ao governo do país. Neste domingo (11), alguns ex-prisioneiros participaram de uma passeata em Havana para celebrar a liberdade. Agora, com todos os 53 prisioneiros soltos, Cuba cumpre um dos passos principais do acordo para reestabelecer as relações diplomáticas com os EUA. O próximo passo, dentro de duas semanas, é uma reunião de cúpula. A subsecretaria de Estado Roberta Jacobson irá a Havana discutir imigração e medidas diplomáticas concretas entre os dois países, como a abertura de embaixadas.</p>
17	<p>CE: suspeita de envolvimento em morte de italiana tem prisão revogada <i>Justiça do Ceará revogou a prisão temporária da farmacêutica carioca, suspeita de envolvimento na morte de uma turista italiana.</i></p> <p>A Justiça do Ceará revogou a prisão temporária da farmacêutica carioca, suspeita de envolvimento na morte de uma turista italiana em Jericoacoara, na véspera de Natal. Miriam França de Mello passou 16 dias presa em Fortaleza. Segundo o juiz, ela pode ficar em liberdade desde que não deixe o Ceará. A polícia aguarda os laudos dos exames que podem ajudar nas investigações e levar ao autor do crime. Nesta terça-feira de manhã, o corpo da turista seguiu para a Itália.</p>
18	<p>Brasileiro preso por tráfico é isolado antes de execução na Indonésia <i>Instrutor de voo Marco Archer, de 53 anos, está preso desde agosto de 2003. Ele foi detido no aeroporto de Jacarta, com 13,4 quilos de cocaína.</i></p> <p>O brasileiro Marco Archer, condenado à morte por tráfico de drogas na Indonésia, será executado por um pelotão de fuzilamento. A Anistia Internacional confirmou a informação. A Anistia Internacional repudiou nesta quinta-feira (15) a sentença de morte marcada para este fim de semana. O instrutor de voo Marco Archer Cardoso Moreira, de 53 anos, está preso desde agosto de 2003. Ele foi detido no aeroporto internacional de Jacarta, com 13,4 quilos de cocaína, escondidos em tubos de uma asa delta. Na Indonésia, o crime de tráfico de drogas é punido com pena de morte. Pelas leis do país, o condenado tem direito a dois pedidos de clemência. Os dois foram feitos pelo governo brasileiro, e negados pela indonésia. Há dois dias, antes de saber a data oficial da execução, Marco conversou, por telefone, com um amigo, o cineasta Marcos Prado, que está fazendo um documentário sobre a vida do instrutor de voo. "Eu me encontro no corredor da morte, e meu nome está na lista desses 12 primeiros que serão executados. Não dá para explicar o que estou passando nesse momento. É muito difícil", afirma Marco Archer Moreira. "Ele gravou um pedido de ajuda para as autoridades que zelassem pela segurança dele. Eu gravei o áudio dele fazendo esse pedido", conta o cineasta Marcos Prado. O advogado de Marco Archer disse que ele foi transferido do presídio e está isolado, aguardando a hora do fuzilamento. Marco pode ser o primeiro brasileiro a ser executado na Indonésia. Entre os 64 traficantes presos no país asiático, condenados à morte, há um outro brasileiro. O paranaense Rodrigo Goularte foi preso em 2005, ao tentar entrar no país com seis quilos de cocaína escondidos em pranchas de surfe. O Itamaraty não se manifestou sobre o caso do brasileiro Marco Archer, nem confirmou a data da execução.</p>
19	<p>Indonésia nega último apelo do Brasil contra a morte de Marco Archer <i>Dilma Rousseff ligou para o presidente da Indonésia e fez um apelo. E em um último esforço, o governo brasileiro pediu a ajuda do Papa Francisco.</i></p> <p>O presidente da Indonésia negou o último apelo do governo brasileiro contra a condenação à morte de Marco Archer, preso por tráfico de drogas. A execução dele está marcada para este fim de semana. A presidente Dilma Rousseff ligou para o presidente da Indonésia, Joko Widodo. E fez um apelo pela vida dos dois brasileiros condenados à morte por tráfico de drogas: Marco Archer e Rodrigo Goularte. A execução de Marco, que tentou entrar com 13 quilos de cocaína na Indonésia em 2003, está marcada para este sábado (17) às 15h, horário de Brasília. A presidente Dilma disse no telefonema que tem consciência da gravidade dos crimes cometidos e que respeita a soberania da Indonésia. Mas falava também como mãe ao fazer esse apelo humanitário. O presidente indonésio respondeu que compreende a preocupação da presidente, mas que não poderia evitar a execução porque o processo contra o brasileiro seguiu todas as etapas previstas na lei da Indonésia. O assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais da presidência da República, comentou a reação da presidente. "Lamentou profundamente essa posição do governo indonésio e chamou a atenção para o fato de que isso cria, sem dúvida nenhuma, uma mancha, uma sombra na relação bilateral", diz o assessor especial da presidência Marco Aurélio Garcia. Marco Aurélio disse que a presidência já fez outros apelos pela vida do brasileiro: foram duas cartas do ex-presidente Lula e quatro da presidente Dilma, e que ainda mantém a esperança. Em um último esforço, o governo brasileiro pediu a ajuda do Papa Francisco.</p>
20	<p>Brasileiro condenado por tráfico de drogas é executado na Indonésia <i>Palácio do Planalto já se manifestou e condenou a execução. Família decidiu cremar o corpo e trazer as cinzas para o Brasil.</i></p> <p>O brasileiro Marco Archer foi executado por um pelotão de fuzilamento neste sábado (17), na Indonésia, depois de passar mais de 10 anos preso. Ele foi condenado à pena capital por tráfico de drogas. O governo da Indonésia ainda não confirmou oficialmente a morte, mas o Palácio do Planalto já se manifestou e condenou essa execução. Segundo o Itamaraty, Marco é o primeiro brasileiro a ser executado por pena de morte no exterior. Uma tia do brasileiro foi à Indonésia visitar o sobrinho pela última vez. Muito abalada, ela não quis ficar no presídio, na cidade de Cilacap, a 400 quilômetros de Jacarta. Só uma representante da embaixada brasileira em Jacarta estava no local na hora da execução. Marco Archer, de 53 anos, foi fuzilado à 00h30, hora local, 15h30 no Brasil. Outras 5 pessoas também foram executadas. Segundo o jornal "Jacarta Post", o clérigo Hasan Makarin, responsável por aconselhar os presos, disse que todos aceitaram a pena e não protestaram. Archer foi condenado à morte por tráfico de drogas. Ele estava preso desde agosto de 2003, quando tentou entrar no país com 13 quilos de cocaína. O governo brasileiro fez vários apelos pela vida de Archer. A presidente Dilma Rousseff ligou para o presidente da Indonésia tentando evitar o fuzilamento. Até um pedido ao Papa Francisco foi feito pelo Palácio do Planalto. O cineasta Marcos Prado, que está fazendo um documentário sobre a história, divulgou na internet a conversa que teve com Marco pelo celular dias atrás. Ele tinha esperança de voltar ao Brasil. "Eu tô (sic) ciente que cometi um erro gravíssimo, mas, enfim, eu mereço mais uma chance, porque todo mundo erra. Meu sonho é sair daqui e voltar pro Brasil e mostrar pra esses jovens, ensinar esses novos jovens que a droga só leva a dois caminhos: ou à prisão ou à morte", disse Archer. Havia dúvidas sobre o destino do corpo de Archer. O governo indonésio queria enterrá-lo ao lado do presídio onde foi feita a execução. Já o governo brasileiro disse que não paga a repatriação de corpos de cidadãos que morrem no exterior. A família decidiu, então, cremar o corpo de Archer e trazer as cinzas para o Brasil.</p>
21	<p>Dilma Rousseff se diz 'indignada' com execução de brasileiro na Indonésia <i>Governo brasileiro protestou em relação a execução de Marco Archer e pediu a volta do embaixador em Jacarta para consultas.</i></p> <p>O governo brasileiro protestou em relação a execução de Marco Archer e pediu a volta do embaixador em Jacarta para consultas, medida considerada uma desaprovação em relação ao governo da Indonésia. A presidente Dilma Rousseff recebeu, no Palácio da Alvorada, a notícia da execução de Marco Archer. Em nota oficial, a presidente se disse "consternada e indignada" com a morte dele, e dirigiu uma palavra de pesar e conforto à família do brasileiro. A presidente Dilma considera que aplicação da pena de morte afeta gravemente a relação entre os dois países, e mandou chamar a Brasília para consultas o embaixador do Brasil na Indonésia. Esse é um gesto que, no meio diplomático, revela a insatisfação do governo de um país com outro. O objetivo agora é analisar as relações bilaterais. O Ministério das Relações Exteriores enviou uma nota formal de protesto à Embaixada da Indonésia no Brasil. O governo manifestou profunda inconformidade com a execução do brasileiro e com o fato de que gestões de mais alto nível e apelos presidenciais à clemência tenham sido ignorados. A nota esclarece que o Brasil fez apelos humanitários, sem jamais ter questionado o direito do governo indonésio de punir os crimes cometidos em seu território. "A pena de morte é um instituto que não só fere preceito constitucional brasileiro, como é contrário à índole e valores morais do povo brasileiro", disse o ministro Mauro Vieira. A Anistia Internacional também condenou a execução do brasileiro. "A Anistia Internacional é contra a aplicação da pena de morte em qualquer circunstância. Mas particularmente nos casos de hoje, como o do Marco, chama a atenção a total desproporção entre a aplicação dessa pena e os crimes que foram cometidos por essas pessoas, que, afinal de contas, não foram crimes violentos. Nesse momento é essencial que o governo brasileiro tenha uma resposta dura e firme com relação a essa execução", afirma Maurício Santoro.</p>
22	<p>Protesto em presídios no Recife termina com a morte de um policial <i>Presos tomaram conta do pátio com faixas e facões. Sargento do Batalhão de Guarda foi baleado e morreu. Ainda não se sabe quem disparou.</i></p> <p>Um protesto no complexo de presídios do Curado, no Recife, terminou com a morte de um policial militar. Os presos tomaram conta do pátio com faixas e facões. Houve correria e alguns disparos foram ouvidos durante a tarde. No fim do dia, o Batalhão de Choque invadiu o local. Um sargento do Batalhão de Guarda foi baleado e morreu. Ainda não se sabe quem disparou contra ele. Seis pessoas ficaram feridas.</p>
23	<p>Rebelião causa mortes no complexo de presídios do Curado, no Recife <i>Em dois dias de rebelião, morreram dois presos e um policial. E 29 pessoas ficaram feridas.</i></p> <p>Mais uma rebelião causou mortes no complexo de presídios do Curado, no Recife. Pelo segundo dia seguido, presos e policiais do Batalhão de Choque se enfrentaram no pátio. Um grupo pediu o fim do protesto, mas outros detentos continuavam a exhibir facões. Em dois dias de rebelião, morreram dois presos e um policial. E 29 pessoas ficaram feridas.</p>

24	<p>Rebelião em conjunto penitenciário de Pernambuco chega ao terceiro dia <i>Três mortes foram registradas. Presos reclamam da superlotação e pedem agilidade da Justiça para libertar aqueles que já cumpriram suas penas.</i> A rebelião no maior conjunto penitenciário de Pernambuco chegou nesta quarta-feira (21) ao terceiro dia, no Recife. Três mortes já foram registradas. Do telhado, os presos acenam e exibem pedaços de madeira. No pátio circulam com facões e conversam pelo celular. Os policiais passam perto, mas não interferem na movimentação dos detentos do Conjunto do Curado. São três presídios separados exclusivamente pelos muros. Ficam no meio de um bairro residencial. Todos estão superlotados, com 7 mil presos, onde há 2,1 mil vagas. No começo do mês, o JN mostrou que os detentos circulavam com facões. Depois da denúncia, a polícia apreendeu centenas de facas, facões e celulares. E o secretário de ressocialização renunciou ao cargo. 12 dias depois, o início da rebelião. Os presos reclamam da superlotação e pedem agilidade da Justiça - para libertar aqueles que já cumpriram suas penas. Na tarde de segunda-feira, um sargento da guarda foi baleado e morreu. O Batalhão de Choque invadiu o presídio, mas não encontrou a arma de onde partiu o tiro. Um detento morreu na confusão. Na terça-feira (20), os presos voltaram a se rebelar. E a polícia reagiu novamente. Um preso foi decapitado por outros detentos. Paralelamente, na Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, na Região Metropolitana do Recife, os presos subiram ao telhado armados. O secretário de justiça e direitos humanos do estado, Pedro Eurico, disse que novos presídios estão sendo construídos e que o governo vai contratar 20 advogados para revisar os processos. Ele também afirmou que não vai mais aceitar armas nos presídios. "Eu via dezenas e dezenas de armas brancas: facões e foices. Eu deixei claro de que nós não vamos conviver com isso", declarou o secretário. No início da tarde desta quarta-feira, o juiz da primeira Vara de Execuções Penais esteve no conjunto de presídios e conversou com os presos. "O diálogo que vamos estabelecer para tentar negociar a finalização desse movimento triste, que escreve uma página muito difícil na história de nosso estado, é exatamente explicando a eles o que eles têm direito e explicando a eles o que não têm direito", disse o juiz Luiz Rocha. O TJ de Pernambuco anunciou que 5 juizes vão reforçar a Primeira Vara de Execuções Penais para acelerar a análise dos processos dos detentos.</p>
25	<p>Rebelião no Conjunto de Presídios do Curado acaba no Recife <i>TJ de Pernambuco afirmou que vai reforçar a Vara de Execução Penal com seis juizes e 25 auxiliares para acelerar os processos.</i> No Presídios do Curado, no Recife. Policiais estavam de prontidão, mas não chegaram a entrar não. Alguns presos ainda apareciam no pátio com facões e celulares e foram levados para participar de audiências. O TJ de Pernambuco afirmou que vai reforçar a Vara de Execução Penal com seis juizes e 25 auxiliares para acelerar os processos.</p>
26	<p>Presos atuam como gerentes de tráfico dentro do maior presídio de PE <i>Agentes penitenciários que trabalham no conjunto de presídios fizeram denúncias sobre a má administração.</i> Agentes do maior conjunto de presídios de Pernambuco fizeram novas denúncias graves. Entre elas, a de que alguns detentos atuam como gerentes de tráfico de drogas nos pavilhões. E eles usam até uniforme para desempenhar essa função. Foi o primeiro dia de visita depois da rebelião no Conjunto de Presídios do Curado, que, em três dias na semana passada, deixou 45 feridos e três mortos. A capacidade é cerca de 2 mil presos. Mas há 7 mil detentos. No pátio, eles montam barracas onde querem. Muitos falam ao celular. Três agentes penitenciários que trabalham no conjunto de presídios fizeram denúncias sobre a má administração. De acordo com eles, há poucos agentes penitenciários. Chegam a ficar apenas três ou quatro num local com 1,8 mil detentos. E eles nem sequer, têm acesso aos pavilhões onde ficam os presos. Eles dizem ainda que quem manda nos pavilhões são os "chaveiros", detentos escolhidos pelo chefe da segurança. São eles, de camisa laranja, que tomam as decisões. "Ele que organiza dentro do pavilhão quem tranca, quem comercializa tudo lá dentro, tráfico de droga, tenta manter uma ordem dentro do pavilhão", afirma um agente. "Ele é o chefe de uma verdadeira milícia dentro da cadeia. O chaveiro, ele tem o grupo dele, que é todo mundo bandido e ele impõe o terror dentro do pavilhão", diz outro agente. O secretário de Justiça e Direitos Humanos disse que não devia existir chaveiro no presídio. "Ninguém do Estado escolhe, isso é uma prática entre eles. Na verdade isso representa o quê? O império da força bruta, o império do capangismo, o império da violência e nós temos que parar com esse tipo de prática", diz o secretário de Justiça e Direitos Humanos, Pedro Eurico. Imagens de celular mostram rapazes jogando várias coisas por cima do muro. Em outra, facões que foram lançados lá de fora e interceptados pelos agentes. Sobre as revistas, eles denunciam. "É uma vitória avisada e num único pavilhão. Ou seja: o preso transfere a arma para um outro pavilhão e fica por isso mesmo, ninguém consegue encontrar", comenta um agente. Eles também reclamam dos equipamentos. "Coletes estão vencidos, as armas estão em péssimo estado, estão quebrando devido ao uso", diz um homem. Foi com estes equipamentos que os agentes enfrentaram o ataque de presos que teriam disparado contra o grupo. Dois tiros atingiram o chão. "Quem for agente público será punido, quem for preso praticando irregularidades ou novos crimes também serão punidos, uma coisa é certa, nós não vamos tolerar a leniência, a irresponsabilidade e o crime organizado", declarou o secretário.</p>
27	<p>Justiça de MG suspende benefícios do semiaberto de Romeu Queiroz <i>Ex-deputado é um dos condenados do mensalão do PT e foi filmado em restaurante. E, segundo testemunhas, estava tomando bebida alcoólica.</i> A justiça de Minas Gerais suspendeu os benefícios do regime semiaberto do ex-deputado pelo PTB Romeu Queiroz. Ele é um dos condenados do mensalão do PT. Está preso em Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte, mas tinha o direito de trabalhar fora da cadeia. Romeu Queiroz foi filmado em um restaurante. E, segundo testemunhas, estava tomando bebida alcoólica, o que é proibido. A defesa nega. Alega que ele não foi ouvido antes da suspensão dos benefícios, e que, por isso, a decisão foi ilegal e injusta. Os benefícios vão ficar suspensos até o julgamento da questão.</p>
28	<p>Pernambuco decreta estado de emergência no Sistema Penitenciário <i>Governo do estado anunciou que uma força-tarefa vai tentar acelerar a construção e a ampliação de presídios.</i> O governo de Pernambuco decretou, nesta quinta-feira (29), estado de emergência no Sistema Penitenciário. E anunciou que uma força-tarefa vai tentar acelerar a construção e a ampliação de presídios. Na semana passada, uma rebelião no Conjunto do Curado deixou três mortos. O JN já mostrou presos armados com facões, nesse lugar.</p>
29	<p>Policiais detonam bomba que seria usada em fuga de presos em PE <i>Segundo a polícia, a dinamite faria um buraco no muro, por onde poderia haver uma fuga em massa.</i> Policiais e agentes penitenciários fizeram mais uma revista no maior conjunto de presídios de Pernambuco. Mas não acharam todas as armas que os presos gostam de exibir. Os policiais passaram duas horas dentro do Presídio Frei Damião de Bozzano, um dos três do Conjunto do Curado. A revista foi em apenas um dos quatro pavilhões, o pavilhão D, que abriga 450 dos 1,8 mil detentos do presídio. Os agentes apreenderam 140 litros de cachaça artesanal e encheram um carro de mão com celulares, facões e foices. Enquanto os policiais e os agentes faziam a revista no Frei Damião, no presídio ao lado, os detentos circulavam livremente, carregando objetos que não podem usar dentro da cadeia. Assim que a PM acabou a revista os detentos do pavilhão D foram para o pátio. Um homem de bermuda azul e branca já saiu com uma faca na mão que conseguiu manter escondida. Ele vai para os fundos do pavilhão e retorna com mais um facão. Outro também sai de trás do prédio com uma arma artesanal. E os detentos voltaram a usar celulares. A polícia mal tinha se afastado quando os agentes penitenciários recolheram, na grama da área de segurança, cola de sapateiro e maconha. As drogas tinham sido arremessadas por cima do muro. O presídio estava sem energia elétrica desde a noite de quinta-feira (29). Os agentes afirmam que houve um curto circuito provocado pelos presos. De madrugada, eles teriam cortado a cerca de proteção para instalar uma bomba debaixo no muro do presídio, junto a um cano de água. Os agentes disseram que os detentos tentaram detonar a dinamite, mas não conseguiram. O esquadrão anti-bombas foi chamado. A equipe trabalhou durante uma hora para retirar o explosivo, que foi depois deixado num buraco e detonado. Segundo a polícia, a dinamite faria um buraco no muro, por onde poderia haver uma fuga em massa. A secretaria de ressocialização de Pernambuco declarou que identificou possíveis envolvidos na instalação do explosivo e que vai reforçar as revistas nos presídios.</p>
30	<p>Tumulto em penitenciária do Recife deixa quatro feridos e um morto <i>Presídio faz parte do conjunto do Curado, onde detentos já haviam sido flagrados com armas. Boato sobre fim das visitas conjugais iniciou tumulto.</i> O maior conjunto penitenciário de Pernambuco viveu mais um dia de tensão. A confusão começou por causa do atraso no horário de visita. Houve confronto entre os agentes penitenciários e os presos. Segundo as autoridades, um preso morreu e quatro ficaram feridos. A confusão começou em um dos três presídios, o Antônio Luiz Lins de Barros, onde estão 3,2 mil presos, quase 7 vezes acima da capacidade. Era dia da visita conjugal. Pelo menos mil mulheres esperavam para entrar no presídio. Por causa da crise no sistema penitenciário, a Secretaria de Justiça autorizou a entrada das visitas mais cedo desde a semana passada, às 7h. Mas, neste sábado (31), os agentes penitenciários decidiram colocar em prática a operação padrão e seguir o que manda o regulamento. Por isso, os visitantes só puderam entrar a partir das 8h30. Com esse atraso, surgiu um boato de que as visitas estariam suspensas e foi por isso que o tumulto começou. "As mulheres dos presos começaram a gritar do lado de fora, e os presos começaram a querer tomar a penitenciária jogando pedra e partindo para cima", diz o vice-presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciário de Pernambuco, João Carvalho. O secretário de ressocialização, Eden Vespaziano, defendeu a ação: "Houve a necessidade da contenção porque quando houve o tumulto eles vinham em direção à gaiola, e na tentativa de fuga", diz. Os problemas no conjunto de presídios começaram no início deste mês. O JN mostrou que os presos circulavam com facões e participavam de festas com alto consumo de drogas. Há duas semanas, uma rebelião deixou vários feridos e mortos. Nesta sexta-feira (30), a polícia encontrou cachaça artesanal, facas e até uma bomba em uma revista em um dos pavilhões. Pouco depois os presos voltaram a exibir facões e a usar celulares. Em um mês de confrontos, 49 pessoas ficaram feridas e quatro morreram. O governo do estado declarou situação de emergência. Neste sábado anunciou que as visitas voltam a ser às 7h.</p>

31	<p>Justiça da Itália autoriza extradição de Henrique Pizzolato <i>Ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, condenado no mensalão do PT, Pizzolato fugiu do Brasil antes de STF expedir mandado de prisão, em 2013.</i> A Justiça da Itália autorizou a extradição do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato - que foi condenado no julgamento do mensalão do PT. Contra todas as previsões, a Corte de Cassação de Roma deu o parecer favorável à extradição de Pizzolato. Ninguém esperava, nem mesmo o advogado contratado pelo Brasil, Michele Gentiloni Silveri. Em outubro, a Corte de Apelação de Bologna negou a extradição justificando as péssimas condições dos presídios brasileiros. A Corte de Roma ainda não apresentou os motivos da sentença desta quinta-feira (12). As garantias apresentadas pelo governo brasileiro de que Henrique Pizzolato será tratado com respeito em uma prisão do Brasil podem ter influenciado a decisão dos 5 juízes. Seja na Papuda, em Brasília, ou outro presídio que poderá ser escolhido por ele, caso seja extraditado. Quando Pizzolato soube da sentença se apresentou espontaneamente à delegacia de Maranello, a 50 quilômetros de Bologna. A mesma cidade do Norte da Itália, onde ele foi preso em fevereiro do ano passado, na casa de um sobrinho, usando o passaporte do irmão morto. Da delegacia, Pizzolato foi levado para outro prédio da polícia, onde deixou as suas impressões digitais e depois voltou à cadeia de Modena, onde ficou preso por 9 meses. O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato foi condenado durante o julgamento do mensalão do PT - o esquema de pagamento de propina a parlamentares entre 2003 e 2005, no primeiro governo Lula. Pizzolato foi acusado de desviar recursos de um fundo de investimento do banco para abastecer o esquema. Ele foi condenado a 12 anos e 7 meses de prisão por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. Henrique Pizzolato fugiu do Brasil antes de o STF expedir o mandado de prisão em novembro de 2013, após a conclusão do julgamento, e passou a ser considerado foragido. Segundo a Polícia Federal, Pizzolato seguiu de carro até a Argentina em setembro de 2013, depois, de avião até Barcelona, na Espanha, para em seguida chegar à Itália. Para sair do Brasil, ele usou um passaporte falso - com o nome de um irmão morto. As digitais e a foto de Pizzolato foram identificadas só depois da fuga. A corte de Roma agora tem 5 dias para enviar a sentença ao Ministério da Justiça da Itália. E o ministro, Andrea Orlando, deverá decidir em até três semanas se manda Henrique Pizzolato de volta para casa. Mas este prazo pode ser prorrogado por até 90 dias. Como a decisão é política, teme-se que a Itália adote o princípio da reciprocidade. Como o Brasil não extradita os seus cidadãos, a Itália poderia fazer o mesmo com o Pizzolato, que possui também a cidadania italiana. Outro caso que pode pesar na decisão do governo da Itália. Em 2010, o então presidente Lula negou a extradição do ex-ativista italiano Cesare Battisti, condenado à revelia por quatro homicídios na Itália. O STF tinha autorizado a extradição. Caso o governo italiano negue mandar Pizzolato de volta, a Procuradoria Geral da República tem dois planos alternativos: o primeiro é pedir que Pizzolato cumpra a pena na Itália. O segundo é fazer um novo julgamento em um tribunal italiano, com base nas provas utilizadas durante o julgamento do mensalão, no STF. No Supremo, o relator das execuções penais do processo do mensalão do PT é o ministro Luís Roberto Barroso. Ele disse nesta quinta-feira (12) que é preciso respeitar a palavra final do governo italiano, mas também comentou a possibilidade de Pizzolato não ser extraditado. <i>"Evidentemente se houve uma condenação e a Itália não entregar para que a pena seja cumprida no Brasil, certamente haverá uma sensação de impunidade. Pior do que uma sensação de impunidade: haverá um fato real e concreto de impunidade já que há uma decisão transitada em julgado"</i>, afirmou o ministro do STF Luís Roberto Barroso.</p>
32	<p>João Paulo Cunha recebe autorização para cumprir pena em casa <i>Ex-deputado foi condenado a seis anos e quatro meses de prisão pelos crimes de peculato e corrupção passiva no processo do mensalão do PT.</i> O ex-deputado João Paulo Cunha, condenado no processo do mensalão do PT, recebeu autorização do ministro Luiz Roberto Barroso, do STF, para cumprir o restante da pena em casa. Cunha foi condenado a seis anos e quatro meses de prisão, no regime semiaberto, pelos crimes de peculato e corrupção passiva.</p>
33	<p>Mensalão do PT: João Paulo Cunha vai cumprir restante da pena em casa <i>Ex-presidente da Câmara foi liberado porque já cumpriu um sexto da pena de seis anos e quatro meses, e devolveu R\$ 536 mil aos cofres públicos.</i> O ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, condenado por peculato e corrupção passiva no processo do mensalão do PT, vai cumprir o restante da pena em casa. Ele estava preso desde fevereiro do ano passado no regime semiaberto. Foi liberado porque já cumpriu um sexto da pena de seis anos e quatro meses, e devolveu R\$ 536 mil aos cofres públicos.</p>
34	<p>STF extingue a pena de Genoíno, condenado no mensalão do PT <i>Numa decisão unânime, os ministros do Supremo entenderam que Genoíno preenche os requisitos para ser beneficiado com o indulto natalino.</i> O STF extinguiu a pena do ex-deputado José Genoíno, que foi condenado no mensalão do PT. Numa decisão unânime, os ministros do Supremo entenderam que Genoíno preenche os requisitos para ser beneficiado com o indulto natalino, assinado pela presidente Dilma Rousseff. Ele não é reincidente e já cumpriu um quarto da pena. José Genoíno foi condenado a quatro anos e oito meses de prisão por corrupção ativa, e estava em regime domiciliar.</p>
35	<p>Acusado de incitar violência em atos na Venezuela morre na prisão Um homem acusado de ter incitado a violência durante as manifestações contra o governo da Venezuela morreu na prisão, em Caracas. A informação oficial é de que Rodolfo González se enforcou depois de saber que seria transferido para uma prisão superlotada. Ele estava preso desde abril do ano passado</p>
36	<p>Rio Grande do Norte decreta estado de calamidade nos presídios <i>Em todo o sistema prisional do estado, 7.600 presos ocupam a área onde deveriam estar 4 mil detentos. Quatorze presídios já foram depredados.</i> O Rio Grande do Norte decretou situação de calamidade pública no sistema prisional. O estado enfrenta uma onda de rebeliões. Dois voos de Brasília levaram 200 homens da Força Nacional de Segurança. O governo do Rio Grande pediu ajuda ao Ministério da Justiça depois de uma série de motins nas cadeias do estado. Nesta segunda-feira (16), bandidos incendiaram quatro ônibus em Natal. A ordem, de acordo com um dos suspeitos que prestou depoimento, teria partido de dentro dos presídios. Uma câmara de segurança mostra o momento em que os bandidos agiram. "Um jogou um garrafão de 5 litros dentro do ônibus, da traseira até a roleta. O cobrador pulou, quando eu pulei, jogou, riscou o fósforo e a gente saiu correndo", conta Manoel Silva, motorista de ônibus. Nesta terça-feira (17), presos fizeram uma rebelião nos presídios de Caicó e Mossoró, que estão superlotados. A situação já foi controlada. Em todo o sistema prisional do estado, 7.600 presos ocupam a área onde deveriam estar quatro mil detentos. Quatorze presídios já foram depredados desde quarta-feira da semana passada. Na Penitenciária de Alcaçuz, a maior do estado, o clima é tenso desde rebelião desta segunda-feira. Os presos serraram as grades das celas e agora transitam livremente entre os pavilhões. A Penitenciária de Alcaçuz fica na área metropolitana de Natal. Nas imagens feitas pelos próprios presos, as grades estão retorcidas e as paredes destruídas. Nossa equipe também registrou os estragos do lado de fora. Os presos pedem melhora na alimentação e no atendimento médico. Com o decreto de calamidade no sistema prisional, o governo pode mandar reformar os presídios sem licitação ou contratar mais agentes sem concurso. "Nós vamos garantir os direitos e garantias dos apenados mas não vamos permitir a desordem ser instalada e o clima de pânico e de insegurança ser instalado no Rio Grande do Norte", afirma o governador Robinson Faria. Na noite desta terça-feira, três educadores estão sendo mantidos reféns em um centro para menores infratores em Caicó, no sertão do estado. A Polícia Militar tenta controlar o motim.</p>
37	<p>Agente penitenciário fica ferido em tiroteio em hospital de Porto Alegre <i>Quatro homens disfarçados de policiais renderam uma agente que escoltava um preso, outros três agentes reagiram.</i> Um agente penitenciário ficou ferido no tiroteio dentro de um hospital de Porto Alegre, na madrugada desta quinta-feira (19). Quatro homens disfarçados de policiais renderam uma agente que escoltava um preso, outros três agentes reagiram. Não se sabe se queriam matar ou libertar o paciente. Ninguém foi preso.</p>
38	<p>Ex-deputado Romeu Queiroz perde direito de trabalhar fora da cadeia <i>Condenado no mensalão do PT, ele teve benefício revogado com base em vídeo em que aparece tomando bebida alcoólica no horário do trabalho.</i> O ex-deputado Romeu Queiroz, condenado no mensalão do PT, perdeu o direito de trabalhar fora da cadeia. A Justiça revogou o benefício com base em um vídeo em que ele aparece tomando bebida alcoólica no horário do trabalho externo. Queiroz cumpre pena no presídio em Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte. Nós não conseguimos contato com o advogado dele.</p>
39	<p>Acusados de morte de cinegrafista Santiago Andrade deixam a cadeia <i>Enquanto aguardam julgamento, os dois não poderão deixar o estado nem sair de casa à noite ou frequentar manifestações e reuniões de grupos políticos.</i> Os dois acusados de acender e lançar o rojão que matou o cinegrafista Santiago Andrade saíram nesta sexta-feira (20) da cadeia. Caio Silva e Fábio Raposo deixaram o presídio em um carro preto, pouco depois de 12h. Eles foram libertados por uma decisão da 8ª Câmara Criminal, que desqualificou a denúncia do Ministério Público por homicídio doloso triplamente qualificado. Antes a pena dos acusados de acender e atirar o rojão que matou o cinegrafista Santiago Andrade poderia chegar a 30 anos de prisão. Agora, Caio e Fábio poderão responder por homicídio culposo, sem intenção de matar, ou por explosão seguida de morte, com pena máxima de oito anos de reclusão. Enquanto aguardam o julgamento, os dois não poderão deixar o estado nem sair de casa à noite ou frequentar manifestações e reuniões de grupos políticos. "A primeira regra é a da consciência. Eu posso dizer, efetivamente, sem a menor margem de dúvida, que o Caio vai cumprir todas as regras. Não sou advogado do Fábio, mas creio sinceramente que ele também vai cumprir isso", afirma o Wallace Martins, advogado de Caio. O Ministério Público já anunciou que vai tentar suspender a decisão que deu liberdade aos réus. E para isso estuda algumas possibilidades. Uma delas é entrar com recurso e uma medida cautelar no TJ do Rio. "O objetivo é permitir que até o final do julgamento do recurso eles continuem sendo julgados pelo tribunal do júri, que era o que se desejava inicialmente, por homicídio triplamente qualificado, por terem assumido o risco desse crime", destaca o procurador de Justiça Júlio César Lima dos Santos. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo lamentou a decisão da Justiça e declarou que ela desconsidera que Caio e Fábio assumiram o risco de matar ao acender o rojão. A Abraji afirma que é fundamental que os responsáveis pela morte do cinegrafista sejam julgados e condenados e que o caso não fique impune.</p>
40	<p>Polícia Federal pede a transferência de 14 presos da Operação Lava Jato A Polícia Federal pediu a transferência de 14 presos na Operação Lava Jato para o Complexo Médico Penal, na Região Metropolitana de Curitiba. A alegação é de que está difícil abrigar os 20 detentos na carceragem da Polícia Federal. Entre os presos estão executivos investigados pelo desvio de dinheiro da Petrobras, ex-diretores e a doleira Nelma Kodama. Ela foi condenada a 18 anos de prisão por evasão de divisas, corrupção e lavagem de dinheiro. Nelma é dona de um carro de luxo que vai ser leiloado na segunda-feira (23).</p>

41	<p>Presos que comandaram rebeliões no RN vão para presídio federal <i>Transferência de 16 presos para o Presídio Federal de Mossoró foi realizada com apoio da Força Nacional de Segurança Pública.</i> Os presos que chefiaram a onda de rebeliões dos últimos dias nas penitenciárias do Rio Grande do Norte foram transferidos neste sábado (21) do Presídio de Alcaçuz, na Grande Natal, para outro – de segurança máxima – no interior do estado. A transferência de 16 presos para o Presídio Federal de Mossoró, a 285 quilômetros de Natal, foi realizada por policiais rodoviários e dos batalhões de Choque e de Operações Especiais, com apoio da Força Nacional de Segurança Pública, que está desde terça-feira (17) no Rio Grande do Norte. Uma operação considerada estratégica. A suspeita é que esses detentos teriam dado de dentro dos presídios as ordens para as rebeliões que fizeram o sistema prisional do estado viver oito dias de calamidade e também para uma série de ataques a ônibus. Na noite de segunda-feira (16), a população ficou sem transporte coletivo em Natal depois que quatro ônibus foram incendiados. Ao todo, houve 17 rebeliões: 14 dos 33 presídios do estado foram depredados. A crise só acabou quando uma comissão intermediou, na quarta-feira (18), um acordo com os presos. O juiz de Execuções Penais disse que a transferência dos presos é temporária. "Não vão ficar o resto da pena lá. Essa previsão de ida é de seis meses a um ano. Se surgirem notícias de que eles continuam sendo perigosos para o sistema penitenciário estadual, eles continuam lá. Se não, em um ano no máximo eles voltam", explica o juiz Henrique Baltazar. A reconstrução das unidades depredadas está prevista para começar na segunda-feira (23).</p>
42	<p>Acusados de atirar rojão que matou cinegrafista recebem tornozeleiras <i>Fábio Raposo e Caio Silva já utilizam equipamentos que vão monitorá-los. Presos há 13 meses, eles deixaram a cadeia no RJ por decisão da Justiça.</i> Os dois acusados de atirar o rojão que matou o cinegrafista Santiago Andrade receberam nesta segunda-feira (23) tornozeleiras eletrônicas. Fábio Raposo e Caio Silva chegaram à Secretaria de Administração Penitenciária do Rio em carros separados. E foram embora com os equipamentos que vão monitorá-los. Os dois estavam presos há 13 meses, e deixaram a cadeia, na sexta-feira (20), por decisão da Justiça.</p>
43	<p>Série especial mostra perfil de adolescentes infratores no Brasil <i>Pelas contas do Conselho Nacional de Justiça, são cerca de 70 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em todo o país.</i> Nesta semana, o JN apresenta uma série especial de reportagens sobre adolescentes infratores. Na primeira delas, o repórter Marcos Losekann mostra um perfil desses jovens. O vozeirão do homem que agora encanta também já botou medo. O entrevistado tinha apenas 15 anos quando foi apreendido pela primeira vez: assalto, tráfico de drogas. Aos 19 anos de idade, depois de várias internações em unidades para adolescentes infratores, se diz arrependido. "Me arrependo profundamente, com certeza. Porque uma coisa errada foi feita, né? Eu acho que foi mexer com vidas, entendeu, pessoas.", afirma o rapaz, que não quis se identificar. As imagens mostram dedos delicados e unhas bem cuidadas dentro de uma cela. Mas, que ninguém se engane. As mesmas mãos já seguraram armas e até mataram: "Eu cheguei: 'é um assalto. Bora! Passa tudo.' Ai desacreditou e deu pra cima de mim. Ai eu peguei e dei três tiros. Na nuca dele", conta uma jovem, que não quis se identificar. "Enforcamento", conta uma outra jovem. "Foi um homicídio", revela uma outra mulher detida. JN: E você acertou aonde ele? Detenta: No pescoço e no coração. Um filho atrás das grades, toda a família presa na dor da vergonha, do medo, da decepção. Pais e mães enganados ou coniventes? Culpados ou inocentes? Afinal, qual é a responsabilidade da família diante da má conduta de um filho ou filha adolescente? Nem sempre é uma questão de opção. "A maioria dos casos tem a ver com a falta de estrutura familiar. Muitas vezes o pai é ausente. Ou o pai acabou morrendo na vida do crime. A mãe acabou tendo que fazer o papel dos dois. Só que ela tem que trabalhar e deixa os filhos em casa, sozinhos, muitas vezes. E aí não tem uma estrutura, não tem uma pessoa que oriente", explica o diretor do Casa Paulista, Christian Lopes de Oliveira. Uma mulher criou quatro crianças que viraram adultos de sucesso: um enfermeiro, dois empresários e um professor. Mas nenhum é filho dela. A ex-babá que passou a vida cuidando dos filhos dos patrões vai toda semana a uma unidade de internação de menores no DF para visitar uma menina de 17 anos. Ela sim, sua filha. Foi apreendida por tráfico de drogas e assassinato. "Dei estudo, dei comida, dei roupa. Dei passeio, dei dinheiro. Eu me perguntava muito isso no começo: 'aonde foi que eu errei?' Mas depois eu parei e pensei. Eu não ensinei esse tipo de coisa.", conta a mulher, que não quer identificar. Para a presidente da Fundação Casa de São Paulo, a falta de opção de muitos pais e mães poderia ser atenuada simplesmente pela educação. "É importante a gente trabalhar muito com a questão da escola em tempo integral. A gente tem no Brasil aí, mães e mães que saem para trabalhar e aí fica o menino de 12 anos cuidando do outro de 5, de quatro. Isso é muito ruim para a formação de uma criança, né. Então, a escola deveria mudar. Ela deveria ser muito mais atraente para os meninos e para as meninas", afirma a presidente da Fundação da Casa Berenice Maria Giannela. Pelas contas do Conselho Nacional de Justiça, são cerca de 70 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em todo o país. Pelos menos 21 mil, atrás das grades: 92% meninos e 8%, meninas. Menores, que em muitos casos, agiram sob o comando de um maior de idade. JN: Tinha adulto por trás? Menor infrator: Tinha. Uma tinha 48 anos e o outro tem 23 anos. JN: E você tinha quantos anos? Menor infrator: 14. "Eles sabem que a resposta do estado para o menor delinquente é muito mais branda do que para um maior e eles se valem disso", explica Fábio José Bueno, promotor de Justiça DEIJ. "Eles pensam: 'eu sou menor não vai dar nada'. O resultado! Será se não dá nada mesmo?", questiona um menor infrator. O rapaz que canta pela liberdade. "É um sonho, né", diz o rapaz. A menina que foi criada nas ruas porque a mãe trabalhava o dia inteiro: "Ah! Eu não vejo a hora de ir pra praia", diz ela. Quem foi apreendido sabe o preço que se paga atrás de grades e muros. E nessa terça-feira (24), você vai conhecer casos de sucesso na recuperação de jovens.</p>
44	<p>Polícia de Santa Catarina prende 37 suspeitos de corrupção em presídio <i>Entre eles, 12 agentes e o diretor do presídio de Blumenau. Segundo investigação, eles recebiam dinheiro para liberar entrada de drogas e armas.</i> A polícia de Santa Catarina prendeu 37 suspeitos de corrupção. Entre eles, 12 agentes penitenciários e o diretor do presídio regional de Blumenau. Segundo a investigação, eles recebiam dinheiro para liberar a entrada de drogas e armas.</p>
45	<p>Me ouvem mais, diz ex-interno, hoje funcionário da unidade de internação <i>Série sobre crianças e adolescentes que cometeram crimes mostra os desafios e os casos de sucesso na recuperação de menores infratores.</i> Nesta semana, o JN está apresentando reportagens especiais sobre crianças e adolescentes que cometeram crimes. Conheça os desafios das unidades de internação, e os casos de sucesso na recuperação: Muros de concreto, grades de ferro. Segurança máxima. O nome oficial, definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é Unidade de Internação e Centro de Ressocialização. Mas a semelhança com uma cadeia não é só uma questão de aparência. "Aqui é o inferno", diz conta uma criança. "É. A gente se sente trancado, né? Porque a gente não pode sair", conta uma detenta. "A gente tem só 40 minutos de banho de sol!", conta uma outra detenta. "Fica o dia todinho trancado aqui dentro do quarto.", revela uma interna. Internação em casos extremos. De acordo com o Estatuto, um menor infrator só deve ser internado em casos extremos: assassinatos, estupro ou reincidência de atos infracionais considerados menos graves. "Há infratores que tem que ser retirados do convívio, até porque ou porque eles se revelaram muito antissociais na infração que praticaram ou porque não tem um monitoramento da família, não tem o respaldo familiar. Então é necessário que o estado retire eles da sociedade até para submetê-los a um processo de socialização. Para que eles aprendam quais são as regras, quais são os padrões de comportamento que tem que ser respeitados aqui na sociedade", explica Fábio José Bueno promotor de Justiça DEIJ. Um exemplo é um adolescente de 17 anos, internado em Brasília. As caveiras tatuadas na perna representam as 21 pessoas que ele matou na guerra do tráfico. JN: E por que que você matou? Rapaz: Por causa do meu primo. JN: O que que aconteceu com ele? Rapaz: Mataram ele. JN: Você se arrepende? Rapaz: Não Maior parte dos internos quer mudar de vida. Segundo as autoridades, a maior parte dos internos se arrepende, sim, e quer mudar de vida. Meta difícil de alcançar quando falta estrutura nas unidades de internação. Imagens gravadas por agentes socioeducativos de Vitória, no Espírito Santo, mostram superlotação, rebeliões, quebradeira. Os agentes contam que a maioria deles saiu do sistema carcerário e foi direto para o de internação de menores, sem treinamento adequado para lidar com crianças e adolescentes. Nenhuma noção de pedagogia, psicologia, didática. "É um trabalho de carcereiro", diz um servidor que não quis se identificar. "Hoje o agente socioeducativo, ele não recebe uma formação adequada. O que existe, sim, é um curso de defesa pessoal e um curso de você abrir e fechar cadeado", afirma Bruno Menelli Dal Piero, presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Sócioeducativo-ES. Depois que as Nações Unidas criticaram o sistema socioeducativo do Espírito Santo, há dois anos, o governo capixaba construiu novas unidades. Algumas exemplares, como uma em Vila Velha, na região metropolitana de Vitória. Parece uma casa comum, onde os internos vivem em regime de semiliberdade. "Aqui é bom que nós estuda, mais pra frente vou fazer curso, sai, vai lá praia, faz esporte, capoeira. Faz bastante coisa", conta um menor infrator. Outra medida que tem dado certo no Espírito Santo: aproveitar a experiência de ex-internos para indicar o caminho do bem. Homicídio, tráfico de drogas, assalto a mão armada, por causa dessa longa ficha infracional, o Lucas passou dois anos em uma unidade de internação em Cariacica, na Grande Vitória. Hoje, aos 22 anos de idade, ele continua lá. Só que agora como coordenador de segurança, um funcionário. Prova de que é possível sim mudar de lado. Virar um exemplo de superação. "Eles me ouvem mais também, por conta de eu ter passado por tudo isso e saber assim mais ou menos o que passa na mente da cabeça deles, os sentimentos, porque tudo isso eu também senti, passei por isso também, né!?", explica o monitor Lucas Ramos. São Paulo também luta para descobrir maneiras de fugir do lugar comum. Em 2005 a antiga Febem foi desativada. Nasceu a Fundação Casa, que priorizou a construção de novas unidades no estado que mais tem adolescentes cumprindo medidas sócio educativas: quase 10 mil. De acordo com o Ministério Público paulista, 30% deles são obrigados a dormir no chão. "A superlotação, ela faz com que os recursos humanos sejam insuficientes. Logo você tem que fazer um atendimento superficial. Então, um psicólogo, um assistente social que deveria cuidar de 20 meninos, cuida de 30, de 40. Logo a qualidade do atendimento cai muito", lamenta Fábio José Bueno promotor de Justiça DEIJ. O que mais deu certo em São Paulo foi a descentralização: 70 unidades da capital transferidas para o interior. A média de rebeliões caiu de 60 para menos de 5 por ano, depois que os internos ficaram mais perto das famílias. Um porto seguro considerado fundamental na ressocialização. Um policial federal aposentado não abre mão do dever de pai. Ele mostra as fotos de quando a filha foi adotada, há 16 anos. A menina, que estudou nas melhores escolas de Brasília, cumpre três anos de internação porque, junto com o namorado, matou um morador de rua. "A gente acha que só acontece com o filho do vizinho, pensa sempre isso: 'Com o meu filho, não.' E você vê acontecer com filhos, dói. Dói. Você se imagina: 'onde foi que nós erramos?'", diz Antônio Praxedes de Andrade, policial federal aposentado. Incentivada pelo pai, ela fez a prova do Enem e foi aprovada. Deverá cursar a faculdade de Educação Física. "Agora eu quero só mostrar pra ele que eu posso fazê-lo muito feliz ainda. Arrancar muitas lágrimas de alegria", afirma a menina.</p>

46	<p>Lava Jato: lobista Fernando Baiano é transferido para presídio no Paraná <i>Ele foi preso em novembro e estava na carceragem da Polícia Federal. Juiz Sérgio Moro também determinou a quebra do sigilo de e-mail do lobista.</i></p> <p>O lobista Fernando Baiano foi transferido nesta quinta-feira (26) para um presídio na região metropolitana de Curitiba. Ele foi preso em novembro e estava na carceragem da Polícia Federal. O juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, também determinou a quebra do sigilo de e-mail do lobista. O advogado de Fernando Soares, o Fernando Baiano, negou a participação do cliente dele no esquema de corrupção.</p>
47	<p>Cursos facilitam o caminho de jovens infratores depois da internação <i>Tudo fica mais fácil quando ex-interno carrega aprendizado na bagagem.</i></p> <p>Proposta de escola dentro de centro socioeducativo venceu Innovare 2014. Na semana em que o JN apresenta uma série de reportagens especiais sobre crianças e adolescentes que cometeram crimes, você conhece alguns caminhos seguidos por jovens depois da internação: Quando as grades ficam para trás, um desafio gigante aparece pela frente: como voltar ao convívio social? "É importante que as comunidades estejam preparadas para receber esses adolescentes e seus familiares", afirma o gerente Rodrigo Trindade. Como evitar a reincidência no crime? "As pessoas lá fora também têm dificuldade em dar chance para esses meninos. A gente tem essa questão do preconceito, de às vezes não acreditar mais", conta a psicóloga Fabiana Nunes Faria. Como proteger? "Não tem outra solução. É dever da sociedade, da família e do estado cuidar dos nossos adolescentes", defende o diretor técnico do lasas Gustavo Badaró. Tudo fica bem mais fácil quando o ex-interno carrega na bagagem um aprendizado, um curso profissionalizante, por exemplo. Em uma unidade de internação do Recanto das Emas, a 30 quilômetros de Brasília, os adolescentes aprendem a empunhar pistolas. As do curso de estofador só disparam rebites. É o que eles aprendem na aula de reforma de poltronas e sofás. "Ninguém consegue sobreviver ao ócio. A gente procura aqui dar o maior número de atividades possíveis pra eles. Mesclando atividades de cunho profissionalizante, esportivas, no sentido gastar realmente essas energias, essa coisa toda, e o estudo é obrigatório para todos", conta o diretor da unidade Jandir Alves Teixeira. Corredores, salas de aula, muitas atividades. Qualquer semelhança com uma escola não é coincidência, não. Essa é a meta deste projeto sócio educativo de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. Manter o adolescente infrator longe das ruas, mas não das oportunidades. Cursos para os mais diferentes talentos. De corte e costura à capoeira, de artes plásticas à robótica. Lá é proibido prender a criatividade. Todos são livres para se descobrir. E o mais importante: sem abrir mão do ensino regular. "É o resgate assim pelo gosto das atividades intelectuais. Da atividade educativa", diz a professora Maguerite do Régo Barros. Uma proposta tão bem sucedida que venceu o Innovare do ano passado, um prêmio concedido a medidas que modernizam e tornam a justiça mais eficiente. "É uma escola que funciona dentro de um centro de assistência sócio educativa aqui os meninos são tratados como escolares. Eles vêm pra cá, são nossos estudantes, são nossos alunos", afirma Adalberto Teles Marques, idealizador do projeto. Resultado: de cada 100 adolescentes que passam por lá, apenas 13 voltam a praticar infrações. Uma vitória se comparada à média nacional de reincidência, que chega a 54%. "Eu digo pra eles: 'Ó, eu não consigo mudar a história de vocês, o início, porque vocês já estão aqui. Mas o fim, eu vou trabalhar, todos nós aqui trabalhamos para mudar o fim dessa história. Da história que colocou vocês aqui'", conta um professor de capoeira César Gomes da Silva. O sistema já gerou alguns expoentes. Um deles é um garoto de 17 anos que se encantou com a capoeira. Agora é mestre dessa arte. "A capoeira agora virou tudo para mim. Me ensinaram muita coisa boa. Aprendi. Aprendi a ensinar os outros. Os meninos agora tão tudo mais comiço. Conversando comiço, os colegas tudinho", diz o garoto. Quem também se libertou do fantasma da reincidência graças ao curso de computação e robótica que fez durante a internação foi outro adolescente de 17 anos. Virou professor de informática. O bom comportamento fez a Justiça abreviar a medida sócio educativa. Agora, o jovem pode frequentar uma escola pública normal e viver de novo com a mãe, que se derrete de orgulho do filho pródigo. "A caligrafia dele melhorou, digamos, 100%. Que estava horrível. Tinha a coisa que ele não lia direito, não escrevia. Lia, mas não escrevia. E ele saiu de lá nessa parte bem desenvolvido", afirma Luiza Ramos dos Santos, camareira. Orgulhoso de si, tanto que faz questão de mostrar o rosto e revelar o nome. Aos 18 anos de idade, Jefferson de Oliveira soube aproveitar as chances que o sistema socioeducativo lhe deu. Ele, que foi apreendido por assalto a mão armada, há três anos, não chegou a ficar confinado. Em vez disso, fez um curso de mecânica e consentou a sua história. E hoje é considerado funcionário modelo em uma oficina em São Paulo. "Eu quero poder curtir a vida, porque nada melhor do que a liberdade. A liberdade, cara, não tem preço nenhum", conta Jefferson Rodrigo de Oliveira, mecânico. Nesta sexta-feira (27) o JN mostra como a Grã-Bretanha trata os jovens que cometem crimes.</p>
48	<p>Grã-Bretanha debate sobre aumento da maioridade penal <i>Maioridade penal é de 10 anos na Grã-Bretanha, mas os infratores de até 17 anos são tratados de forma diferente dos adultos.</i></p> <p>O JN está apresentando, nesta semana, uma série de reportagens especiais sobre crianças e adolescentes que cometeram crimes. Nesta sexta-feira (27), o correspondente Roberto Kovalick mostra que a Grã-Bretanha é um dos países mais rigorosos do mundo na punição de jovens. Neste momento, o aumento da idade mínima para eles serem julgados como adultos está em discussão. Charles Young, 62 anos, conhece tão bem a vida dentro de celas que reproduziu uma em cada detalhe. Ele passou boa parte da vida preso e agora tenta convencer jovens britânicos a não repetir os passos dele. "Não cometa crimes como eu. A vida é dura, mas é mais dura ainda se você tiver uma ficha suja", diz Charles. Sean, de 19 anos, começou a usar álcool e drogas aos 13. "Ai eu pensei", conta ele. "Por que dar dinheiro para outras pessoas? Por que eu não ganho dinheiro vendendo drogas?".</p> <p>Mas, para a sorte de Sean, a mãe dele conhecia Charlie e pediu que o filho recebesse uma pequena lição. Passar a juventude atrás das grades é uma possibilidade assustadora, ainda mais quando os jovens têm uma pequena demonstração do que isso significa. Sean tinha 14 anos de idade quando passou apenas duas horas em uma cadeia falsa. Foi o suficiente para mudar a vida dele. "Essas duas horas me fizeram ver que poderia ficar 24 horas por dia num lugar assim", conta Sean. Charles e Sean hoje levam essa experiência a escolas da Grã-Bretanha. Montam a cela em auditórios para mostrar o que pode acontecer com quem não respeita a lei lá, mesmo que seja muito novo. Foi o que ocorreu com dois meninos de 10 anos que sequestraram, torturaram e mataram James Bulger, de 2 anos de idade, em 1993. Além da brutalidade, o que também chocou a Inglaterra foi a frieza dos assassinos: câmeras de segurança mostraram os garotos no shopping center, onde sequestraram James, levando o menino calmamente pela mão. Os dois ficaram presos até completarem 18 anos. Depois foram soltos e passaram a viver sob novas identidades, mas monitorados pela polícia. A maioridade penal é de 10 anos na Grã-Bretanha, mas os infratores de até 17 anos são tratados de forma diferente dos adultos. Eles são julgados em tribunais juvenis, recebem sentenças menores e cumprem penas em centros de detenção para jovens, que podem parecer até hotéis, se comparados aos do Brasil. Mesmo antes dos 10 anos, uma criança está sujeita a punições. Pode ser banida de lugares públicos, por exemplo, ou passar a ser supervisionada por agentes especializados em pequenos infratores. É uma das legislações mais duras da Europa. E muitos defendem que a maioridade penal aumente para 15 anos, a média no resto do continente. "Eles são novos demais para ir para a cadeia. Nós os traumatizamos e criminalizamos de forma muito fácil", diz Jeffrey Coleman, diretor da British Association for Adoption and Fostering (BAAF). Outras opções estão sendo tentadas. Princess Lawrence já teve problemas com a lei. Hoje faz uma espécie de adoção temporária de menores infratores. Não dá para mostrar imagens deles. Atualmente, ela abriga três jovens que cometeram crimes. E ela diz que os trata igual aos filhos. "Se no Natal meus filhos recebem presentes, os outros rapazes também", afirma Princess Lawrence. Princess conta que todos são monitorados pela polícia por braceletes eletrônicos e têm que se apresentar com frequência à Justiça. Ela reconhece que é um desafio, que é difícil, mas conta que todos estão estudando. Um deles já foi aceito numa universidade. Princess Lawrence: O futuro dele é muito promissor. JN: E você deve estar feliz. Princess Lawrence: Estou, e ele também. Quando soube que tinha passado para a universidade, ficou extasiado.</p>
49	<p>Crianças podem ser condenadas à prisão perpétua nos EUA <i>O JN apresenta uma série de reportagens especiais sobre crianças e adolescentes que cometeram crimes. Veja as regras nos EUA.</i></p> <p>Nesta semana, o JN apresenta uma série de reportagens especiais sobre crianças e adolescentes que cometeram crimes. Neste sábado (28), você vê a situação nos EUA, um país em que a lei muda de estado para estado. No Alabama e no Michigan, por exemplo, adolescentes podem passar o resto da vida na cadeia. Em Nova York, jovens de dezesseis e de 17 anos cumprem pena ao lado de adultos, mas o governador quer aumentar a maioridade penal para 18 anos. Como a legislação não é federal, há espaço para muitas discussões. Algumas delas, você vê na reportagem do correspondente Alan Severiano. Não é só a idade nem o tipo de crime que conta. Os menores infratores americanos podem ter punições bem diferentes, dependendo do lugar onde infringiram a lei. O país em que cada estado tem suas regras é o único do mundo que condena crianças à prisão perpétua, sem direito à liberdade condicional - segundo ONGs de direitos humanos, como a Human Rights Watch. Elas contabilizam 2,5 mil casos desse tipo. Em Nova York, os menores podem responder por crimes a partir dos 7 anos. Dos 7 aos 12, a pena pode chegar a 5 anos de reclusão em unidades de recuperação juvenil. Dos 13 aos 16, os que cometem homicídio podem passar o resto da vida detidos, primeiro numa unidade juvenil, depois numa prisão. É o caso de Erick Smith, que, quando tinha 13 anos, confessou ter matado um menino de quatro anos. 20 anos depois, ele continua na cadeia. O ataque de uma gangue numa lanchonete este mês chamou a atenção não só pela covardia: a vítima foi chutada quando já estava no chão. Uma das agressoras presas tem 16 anos, e não será julgada como menor. Nova York e Carolina do Norte são os únicos estados americanos onde a maioridade penal começa aos 16. Isso significa que adolescentes que cometeram crimes a partir dessa idade podem parar em prisões onde cumprem pena ao lado de adultos. No ano passado, os presídios e as cadeias do estado receberam dois mil jovens de 16 e 17 anos. Era a idade de Anjeliqwe quando foi condenada por tráfico de drogas. Ela conta que conviveu um ano e meio com detentas que tinham cometido crimes mais graves, e ficou fichada para o resto da vida. Depois que saiu de cadeia, nunca conseguiu trabalhar como enfermeira, o emprego que mais queria. "É um sistema falido", diz Nancy Ginsburg, defensora do aumento da maioridade penal de 16 pra 18 anos. A proposta está sendo discutida pelo estado no período em que Nova York vive o momento mais seguro da história. Mas os republicanos, do partido de oposição, temem que a medida possa afrouxar as punições e sobrecarregar o sistema penal juvenil. Hoje, 63% dos menores que cumprem pena voltam a praticar delitos dois anos depois de ganharem a liberdade. Uma iniciativa para diminuir a reincidência são casas onde os adolescentes que cometeram crimes mais leves podem sair para ir à escola. Lá, eles trabalham a emoção e o medo. Paul acaba de ganhar a liberdade. Ele diz que mudou quando se tocou que a vida é séria e num piscar de olhos pode perdê-la. Em uma instituição do Bronx, o foco é a integração com a comunidade, aulas de reforço e orientação.</p> <p>Para frequentar o programa, o adolescente não pode ter cometido assassinato nem violência sexual. A reabilitação dura de 7 a 12 meses e uma das prioridades é aprender a controlar a raiva. Para isso, eles têm terapia. A diretora Wendy Calderón diz que o programa custa US\$ 7 mil por ano por jovem, bem menos do que os US\$ 260 mil que seriam gastos para mantê-lo na prisão. Para dar um choque de realidade, a ONG banca a viagem de alguns menores para Uganda, na África.</p> <p>Condenada por roubo e agressão, Robin diz que voltou transformada: "Vi crianças que não tinham o que comer e estavam felizes, aprendi a não reclamar de tudo, apreciar a vida e o significado de uma família", diz.</p>

50	<p>Proposta de redução da maioria penal provoca protestos na Câmara <i>Comissão de Constituição e Justiça começou a discutir se a Constituição permite ou não mudar a maioria penal no Brasil de 18 para 16 anos.</i> A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara começou a discutir se a Constituição permite ou não mudar a maioria penal no Brasil de 18 anos para 16. Manifestantes contra a redução da maioria penal fizeram protesto do lado de fora e dentro da Câmara. No plenário da Comissão de Constituição e Justiça, faixas contra e a favor da mudança. A proposta que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos foi apresentada há mais de duas décadas. Agora, uma ampla frente de partidos se juntou para tentar aprovar a mudança, porque entende que a redução da maioria vai ajudar no combate à criminalidade no país. "O que se pretende é modificar e dar à Constituição Federal a adequada, tempestiva, razoável e inadiável modulação de acordo com os novos tempos, com os novos padrões da sociedade brasileira", diz o deputado Marcos Rogério (PDT/RO). PT, PC do B e PSOL são contrários à mudança. Alegam que é inconstitucional porque a maioria de 18 anos é cláusula pétrea da Constituição e não pode ser alterada. "A Comissão de Constituição e Justiça se cometeu o erro grave de aprovar essa PEC e ela tramitar, eu não tenho dúvida de que o STF poderá e deverá sustar o andamento dessa proposta de emenda constitucional", afirmou o deputado Alessandro Molon (PT/RJ). Na terça-feira (31) os deputados devem decidir se a proposta de emenda é constitucional e pode continuar tramitando. Se for, o caminho até a decisão final ainda será longo: a proposta tem que passar por uma comissão especial que pode fazer até 40 sessões de discussão. Se aprovada, segue para o plenário da Câmara para duas votações e depois ainda vai para o Senado. A proposta de redução de maioria penal é um tema que provoca debate. Quem é favorável considera que a mudança poderia ajudar a reduzir a criminalidade. "Os jornais revelam a todo momento que muitos desses menores são utilizados pelo crime organizado, porque eles não vão sofrer uma pena igual às penas dos adultos, dos maiores de 18 anos, de modo que eu penso que essa redução representaria uma intimidação e de certa forma concorreria para a redução da criminalidade. Agora, afirmar que se tem aí uma cláusula pétrea é ir longe demais. A Constituição ela é feita para muitas gerações e não é possível que as gerações se obriguem no futuro aquilo que fizeram as gerações anteriores", disse o ministro aposentado do STF Carlos Velloso. Os que são contrários à redução da maioria penal veem o risco de os crimes passarem a ser praticados cada vez mais cedo. "Alguns países, Espanha, França, Alemanha, Japão, reduziram a maioria penal e voltaram a aumentar. Outra razão é que isso é absolutamente inconstitucional. Essa é uma cláusula chamada cláusula pétrea da Constituição. Na realidade, o Estatuto da Criança e Adolescente não está sendo aplicado. As pessoas dizem que jovens, adolescentes de até 18 anos são empregados pelo tráfico, pelo crime para poder cometer crimes porque a Justiça não é rigorosa com eles. Se você reduz para 16 anos porque tem adolescente de 16, 17 anos cometendo crimes, você vai fazer com que esses crimes sejam cometidos muito mais cedo", afirmou Claudius Ceccon, diretor Executivo da Rede Primeira Infância.</p>
51	<p>Terroristas invadem penitenciária e libertam mais de 300 presos no Iêmen <i>Al-Qaeda na Península Arábica é o responsável pelo ataque ao centro da cidade de Mukalla, no sudeste do Iêmen. 7 pessoas morreram.</i> Terroristas da Al-Qaeda na Península Arábica invadiram o centro da cidade de Mukalla, no sudeste do Iêmen. Eles libertaram mais de 300 presos da penitenciária local. No confronto, 7 pessoas morreram. Há uma semana, ataques aéreos liderados pela Arábia Saudita têm como alvo os rebeldes que obrigaram o presidente Abd-Rabbu Hadi a se afastar do governo.</p>
52	<p>Polícia do Maranhão não impede fuga de presos, mesmo avisada de plano <i>Bandidos atacaram o presídio de Pedrinhas, em São Luís, e libertaram quatro presos. Polícia tinha várias informações sobre a ação.</i> Bandidos atacaram o presídio de Pedrinhas, em São Luís, para libertar quatro presos, durante a madrugada. O que chamou a atenção das autoridades é que a polícia tinha várias informações sobre a ação, mas não conseguiu impedir a fuga. Para quem é vizinho da penitenciária, foi um susto enorme. "Foram mais de 300 tiros", conta um morador. A polícia não sabe ao certo quantos tiros foram mesmo disparados. Mas os furos nas paredes e no vidro blindado da guarita mostram que os bandidos usaram armas pesadas, inclusive fuzis para intimidar os guardas. Um vídeo foi gravado logo depois do ataque por policiais militares que estavam de plantão. "Muita bala de fuzil", mostra um policial. Segundo a polícia, oito criminosos chegaram em três carros e, atirando, subiram o muro dos fundos com uma escada. Eles usaram uma corda para que os quatro presos, que se arrastaram a grade de uma cela e estavam no pátio interno, subissem para a fuga. Testemunhas disseram que os bandidos fugiram atirando pra todos os lados. Em um posto da Polícia Rodoviária Federal, os criminosos furaram uma barreira e atiraram. Um policial foi atingido de raspão no pé. Dois dos carros usados na fuga foram abandonados em cidades vizinhas. Em setembro do ano passado, 36 presos já haviam escapado do mesmo setor da penitenciária. Um caminhão foi usado para derrubar o muro por onde eles fugiram. 7 meses se passaram desde aquela fuga. O muro até foi reconstruído, mas a cerca elétrica não foi recolocada. Os bandidos se aproveitaram disso e usaram esse espaço para colocar a escada que permitiu a fuga dos quatro presos. Ao redor da penitenciária, outras partes da cerca elétrica estão danificadas há mais de um ano. Um relatório do Batalhão de Choque da PM mostra que a polícia sabia que poderia haver uma fuga em Pedrinhas. Quase duas horas antes, os policiais de plantão no presídio receberam uma ligação do comando para redobrar a atenção, porque informantes haviam avisado que haveria um ataque. Outra ligação, 10 minutos depois, passou a informação de que os bandidos haviam roubado uma caminhonete e seguiram em direção a Pedrinhas. E cerca de 10 minutos antes da fuga, os policiais relataram que viram o comboio dos bandidos se aproximando da penitenciária. Mesmo assim, nada foi feito. Jefferson Portela, secretário de Segurança Pública do Maranhão - Uma força policial deveria ter agido contra eles para impedir o resgate e impedir a ação deles e a fuga. JN - E por que isso não foi feito? Jefferson Portela - Pela falha que houve, confessamos isso, afirmamos isso, categoricamente. Tanto é que já instalamos procedimentos para apurar o que se deu ali, um fato que não houve um impedimento dessa ação e do sucesso do resgate.</p>
53	<p>Justiça e empresários fazem parceria contra crise carcerária no RN <i>No Centro de Detenção Provisória de Apodi, 46 detentos dividiam 3 celas de 9 metros quadrados. Superlotação impedia local de receber novos presos.</i> O Rio Grande do Norte passou por uma crise no sistema prisional. Mas lá a Justiça, o Ministério Público e um grupo de empresários não esperaram a ação do governo. A repórter Michelle Rincon mostra o que eles fizeram na cidade de Apodi. No Centro de Detenção Provisória de Apodi, 46 presos dividiam três celas de 9 metros quadrados. Uma realidade encontrada em todas as 20 unidades desse tipo no Rio Grande do Norte. "É 16 presos e aí tem dificuldade até de passar", diz o preso Isac Almeida. No início do ano passado a situação chegou ao limite. "A gente teve, infelizmente, que liberar alguns criminosos perigosos porque simplesmente não tínhamos mais vaga no sistema", conta o promotor Silvío Brito. A superlotação impedia que o Centro de Detenção Provisória de Apodi recebesse novos presos. E a falta de estrutura do prédio não permitia que ele fosse ampliado. A solução estava logo atrás, no quintal, onde foi erguido um novo centro de detenção. Sem recursos do governo do estado, cada um ajudou com o que pôde. "O caminhão e a betoneira ficaram lá por 90 dias emprestado, sem custo nenhum, realmente para tentar contribuir com a minha parte pessoal", afirma o empresário Brailio Ribeiro da Rocha. O reservatório d'água também foi doado. "Embora todos temos conhecimento de que é dever do estado cuidar da segurança pública, é dever do cidadão fazer de sua comunidade uma comunidade melhor", diz o coordenador de logística da ONG Terra Viva João Evangelista dos Santos. O Ministério Público providenciou o projeto, que foi executado por 10 presos. A cada três dias trabalhados eles tiveram redução de um dia na pena. "Muito, muito feliz por isso. Por ter a oportunidade de estar trabalhando não está parado num canto, né? É bom por isso", afirma o preso Antônio Antonino da Rocha. Cento e 10 mil reais vieram do Judiciário, por meio das penas pecuniárias, que é a determinação do pagamento de multa em vez de prisão nos crimes de menor potencial ofensivo. "O Judiciário não está só com a caneta para sentenciar, a gente pode fazer muito mais", defende a juíza Katia Guedes. As 7 celas novas tem capacidade para 60 presos. "A gente buscou fazer no centro de detenção provisória uma estrutura melhor e mais segura", conta Marcio Morais, diretor do CDP de Apodi. O governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, do PSD, disse que o Centro de Detenção Provisória foi desenvolvido na gestão passada, de Rosalba Ciarlini, ex-Democratas e atualmente sem partido. O governador afirmou ainda que defende a união de todas as instituições e da sociedade diante da falta de recursos para o sistema prisional.</p>
54	<p>Veja como funciona a tornozeleira eletrônica usada por condenados <i>Dispositivo que tem sido visto como uma forma de reduzir a lotação nas penitenciárias. Alguns presos da Operação Lava Jato, por exemplo, já usam o equipamento em prisão domiciliar.</i> O Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça fizeram uma parceria para a compra de tornozeleiras eletrônicas. É um dispositivo que tem sido visto como uma forma de reduzir a lotação nas penitenciárias. Alguns presos da Operação Lava Jato, por exemplo, já usam o equipamento em prisão domiciliar. Ela é um pouco mais grossa do que um celular e tem quase o mesmo peso: 128 gramas. Coberta pela calça, a tornozeleira nem chama a atenção, mas tem o poder de seguir cada passo do preso. A tecnologia inclui um GPS para determinar a localização por satélite e um modem para transmissão de dados por sinal de celular. Todas as informações são passadas, em tempo real, para uma central de monitoramento que pode estar em qualquer lugar. Uma delas fica em São Paulo e monitora presos de 5 estados. Alguns não podem sair de casa, estão em prisão domiciliar. Outros são proibidos de entrar em uma área definida. Por exemplo, um agressor que não pode mais se aproximar da vítima. O monitoramento também controla o preso que trabalha, mas tem que estar em casa a partir de uma hora determinada pelo juiz. Qualquer violação gera um alarme. O vídeo mostra um alerta real. Um preso que mora em Maceió ficou dando voltas na rua, parou em uma esquina e se atrasou para chegar em casa. É o que eles chamam de área de inclusão. "Seu Robson, houve uma violação na área de inclusão. O senhor pode me dizer o motivo?", questiona um operador da central de monitoramento. A explicação dele foi que errou o caminho de casa. "O senhor tem que voltar imediatamente a sua residência", avisa o operador. A secretaria de segurança do estado também é avisada e, dependendo do tipo de violação, o condenado pode voltar para a cadeia. Se o preso tentar sair e deixar a tornozeleira em casa, para enganar o sistema, ele não vai conseguir. Primeiro porque a cinta aqui é muito resistente. E mesmo que ele consiga cortar, dentro passa uma fibra ótica que emite um sinal o tempo todo. Se ele for interrompido, um alarme dispara na central de monitoramento. Os sensores funcionam mesmo nos lugares que não têm sinal de celular. "Na hora que ele sai para uma área que tenha cobertura de sinal de celular automaticamente é transmitida toda aquela informação pra central de monitoramento. O rastreo dele, todo ele é capturado", afirma Marcelo Almeida, diretor de operações.</p>
55	<p>Pedro Corrêa é levado para carceragem da PF no Paraná <i>Ex-deputado cumpre pena em regime semiaberto no interior de PE por causa do mensalão do PT. Ele é um dos 7 presos da 11ª fase da Lava Jato.</i> O ex-deputado Pedro Corrêa, que cumpre pena em regime semiaberto no interior de Pernambuco, por causa do mensalão do PT, foi levado, nesta segunda-feira (13), para o Paraná. Ele é um dos 7 presos da 11ª fase da Operação Lava Jato. Pedro Corrêa foi escoltado por policiais federais em um voo comercial para Curitiba e está preso na carceragem da PF. Ele é suspeito de receber mesadas do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.</p>
56	<p>Soltos três suspeitos presos na 11ª fase da Operação Lava Jato <i>Pedido de prisão temporária de Élia Santos da Hora, Ivan Vernon e Leon Vargas, irmão do ex-deputado André Vargas, venceu.</i> Três suspeitos presos na 11ª fase da Operação Lava Jato foram soltos nesta terça-feira (14) porque o pedido de prisão temporária venceu: Élia Santos da Hora, Ivan Vernon e Leon Vargas, irmão do ex-deputado André Vargas.</p>

57	<p>Policia descobre túnel com 20 metros de extensão no maior presídio do RN <i>Para descer pelo túnel com 10 metros de profundidade, presos fizeram uma escada gigantesca.</i> A polícia descobriu um túnel com 10 metros de profundidade e 20 de extensão na maior penitenciária do Rio Grande do Norte. Para descer pelo túnel, os presos fizeram também uma escada gigantesca. O presídio foi destruído em uma rebelião que aconteceu no mês passado. Sessenta e 7 presos fugiram, este mês.</p>
58	<p>Indonésia convoca família de brasileiro a comparecer a presídio <i>Rodrigo Gularte foi condenado à morte por tentar entrar na Indonésia com seis quilos de cocaína. O horário do fuzilamento não foi divulgado oficialmente.</i> A família do brasileiro Rodrigo Gularte foi convocada a comparecer ao presídio onde ele está internado, na Indonésia, às 18h desta terça-feira (28), hora local. Rodrigo foi condenado à morte por tráfico de drogas. O horário do fuzilamento não foi divulgado oficialmente. As ilhas da Indonésia sempre foram sinônimo de férias, surfe ou romance. Mas Nusakambangan é o inferno. É uma ilha-presídio de onde traficantes de drogas dificilmente saem vivos. Rodrigo Gularte foi levado para o presídio por tentar entrar na Indonésia com seis quilos de cocaína. O padre que acompanha os presos diz que o brasileiro vive atormentado. "Ele acha que se sair da cela vai ser executado dentro do carro," disse o capelão Romo Carolus. Os problemas mentais de Rodrigo, atestados por médicos, foram ignorados pela Justiça da Indonésia sob a alegação de que ainda não existiam no dia do crime. O advogado que defende o brasileiro entrou com um outro recurso. "Argumentamos que por causa da doença mental a capacidade de decisão dele foi afetada, e portanto ele deveria ter tido um guardião durante o julgamento", disse o advogado Ricky Gunawan. Mas a nova audiência foi marcada para semana que vem, tarde demais. Depois que as famílias são avisadas, só o procurador-geral e o presidente da Indonésia podem cancelar o fuzilamento. A menos de 24 horas para o fim do prazo legal, e aqueles que torcem por Rodrigo se apegam a uma última esperança. Afinal, a diplomacia brasileira ainda tenta; e o advogado dele insiste com as autoridades locais que a lei da Indonésia proíbe a execução de uma pessoa com doença mental. Mas, na entrada do presídio onde vão acontecer os fuzilamentos, ninguém mais tem dúvida: só um milagre pode salvar Rodrigo Gularte e outros oito condenados da pena de morte. Na entrada do pier que leva ao presídio, os moradores disputavam espaço com lentes gigantes dos fotógrafos. Os indonésios queriam ver de perto as famílias dos condenados. No fim da tarde, Angelita Muxfeldt, a prima que há três meses acompanha Rodrigo, voltou depois de mais uma visita. Não deu entrevistas, e só longe da câmera desabafou, arrasada e incomformada. Disse que, lá no fundo, ainda espera uma decisão de última hora para salvar o primo. Segundo o Itamaraty, hoje existem 864 brasileiros presos ou detidos no exterior por posse de drogas, sendo 478 na Europa. Na Ásia, onde o Rodrigo Gularte foi preso, são 57.</p>
59	<p>Supremo autoriza prisão domiciliar para 9 executivos da Lava Jato <i>STF revogou a prisão preventiva de 9 empreiteiros presos desde novembro em Curitiba. Eles vão usar tornozeleiras eletrônicas.</i> O STF revogou a prisão preventiva de 9 empreiteiros presos desde novembro em Curitiba. Eles vão ficar em prisão domiciliar e com tornozeleiras eletrônicas. O julgamento começou pelo pedido de liberdade do dono da construtora UTC, Ricardo Pessoa, preso há mais de 5 meses em Curitiba. Ricardo Pessoa é apontado como o chefe do chamado Clube de Empreiteiras. Ele é réu por lavagem de dinheiro, corrupção e formação de quadrilha. A defesa alegou que as medidas tomadas contra ele são suficientes. "Ele está afastado da gestão dos negócios. Mas se esse argumento não impressiona, há um segundo argumento. A Petrobras notificou várias empreiteiras, entre outras a UTC, no sentido de que ela não poderá mais celebrar contratos com a Petrobras", disse o advogado Alberto Toron. O subprocurador-geral da República, Edson Oliveira de Almeida, defendeu a manutenção da prisão. "Organização criminosa esta que não foi ainda totalmente desvendada. A magnitude do dano ao patrimônio público, do dano à nossa sociedade, ainda não foi totalmente mensurada. E nem todos os atores também não foram ainda identificados", afirmou. O relator, ministro Teori Zavascki, considerou que a prisão se tornou uma espécie de pena antes da sentença. "A prisão preventiva representa simplesmente uma antecipação da pena. A jurisprudência do tribunal tem orientação segura de que em princípio não se pode legitimar a decretação da prisão preventiva unicamente com o argumento da credibilidade das instituições, nem a repercussão nacional de certo episódio, nem o sentimento de indignação da sociedade", disse o ministro Teori Zavascki. Os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes seguiram o relator. A ministra Cármen Lúcia e o ministro Celso de Mello discordaram, alegando que Ricardo Pessoa ainda pode influenciar testemunhas. A decisão foi estendida a outros oito executivos e funcionários de construtoras, presos desde novembro. Além de Ricardo Pessoa, vão sair da prisão Agenor Franklin Medeiros, diretor afastado da OAS; Eron Medeiros Fonseca, diretor de negócios afastado da Galvão Engenharia; João Ricardo Auler, presidente afastado do Conselho de Administração da Camargo Corrêa; José Ricardo Nogueira Breghirolli, funcionário afastado da OAS; José Aldemário Pinheiro Filho, conhecido como Leo Pinheiro, presidente afastado da OAS; Mateus Coutinho Sá Oliveira, diretor afastado da OAS; Sérgio Cunha Mendes, ex-vice-presidente executivo da Mendes Júnior; e Gerson Almada, vice-presidente afastado da empreiteira Engevix. Os 9 empresários e funcionários não ficarão em liberdade. A decisão é que eles cumpram prisão domiciliar, monitorados por tornozeleira eletrônica. O STF também determinou que eles continuem afastados das atividades nas construtoras e compareçam à Justiça a cada 15 dias. Eles também ficam proibidos de manter contato com outros investigados e precisam entregar os passaportes em 48 horas. O juiz Sérgio Moro informou que ainda não foi notificado oficialmente sobre a decisão do STF.</p>
60	<p>9 réus da Lava Jato deixam cadeia e já estão em prisão domiciliar <i>Executivos de empresas investigadas por desvio de dinheiro da Petrobras e que estavam presos há seis meses saíram com tornozeleiras eletrônicas.</i> Os 9 réus da Operação Lava Jato que conseguiram habeas corpus do STF já estão em casa, em prisão domiciliar. São executivos das empresas investigadas por desvio de dinheiro da Petrobras e estavam presos há seis meses. Pela manhã, dois executivos saíram da carceragem da Polícia Federal e 7, de um presídio em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. Todos estavam em carros com proteção nos vidros. Eles foram levados para a Justiça Federal. Sairam de lá com as tornozeleiras eletrônicas liberadas para voltarem para suas casas em São Paulo e Brasília. Os executivos vão ficar em prisão domiciliar. Podem sair para trabalhar, mas estão proibidos de retomar as funções nas empreiteiras. Também não podem ter empregos na mesma área que atuavam. E a partir de agora, a cada 15 dias eles têm que se apresentar à Justiça. Entre os executivos está Ricardo Pessoa, dono da UTC, apontado como chefe do chamado "Clube das Empreiteiras", que teria sido formado para fraudar licitações da Petrobras. Foi a partir de um recurso do advogado dele que o STF decidiu liberar os réus da Lava Jato. Além do dono da UTC, saíram da prisão quatro executivos da OAS; um da Galvão Engenharia; um da Camargo Corrêa; um da Mendes Júnior; e um da Engevix. Todos afastados de suas funções. Dos 9 réus que deixaram a prisão, 7 vão prestar depoimento na Justiça Federal, em Curitiba, já na semana que vem. O doleiro Alberto Youssef, delator do esquema de corrupção na Lava Jato, continua preso e prestou mais um depoimento na Justiça Federal. Foi no processo contra os executivos que saíram da prisão nesta quarta-feira (29). Youssef voltou a dizer que as empreiteiras formaram um cartel.</p>
61	<p>Policia encontra condenado que fugiu da cadeia há 56 anos nos EUA Nos EUA, a polícia encontrou um condenado que fugiu da cadeia há 56 anos. Frank Freshwater compareceu de cadeira de rodas ao Tribunal da Flórida. Ele está com 79 anos. Quando tinha 20, atropelou e matou uma pessoa no estado de Ohio. Dois anos depois da condenação, Freshwater escapou do presídio e viveu mais de 5 décadas com identidade falsa até ser desmascarado. Se a saúde permitir, ele ainda vai ter 18 anos de cadeia pela frente.</p>
62	<p>"Diretor é afastado depois da fuga de 44 presos por túnel de presídio no Pará" <i>Presídio de Marituba teve duas fugas em 2018. Só este ano, 208 presos escaparam de penitenciárias do estado.</i> O diretor de um dos maiores presídios do Pará foi afastado do cargo depois que presos escaparam por um túnel, na madrugada deste sábado (9). Menos de 24 horas antes, o mesmo túnel já tinha sido usado por outros detentos. As fugas ocorreram no presídio estadual de Marituba, na região metropolitana de Belém. No início da madrugada, 11 presos serraram as grades que separam dois blocos e escaparam por um túnel, aberto em uma das celas. Na sexta-feira (8), 33 detentos já tinham fugido pelo mesmo túnel. Até agora, apenas oito foram recapturados. A Superintendência do Sistema Penal do Pará afastou o diretor do presídio de Marituba e está investigando o que pode ter facilitado as fugas. Só este ano, 208 presos escaparam de penitenciárias do estado. Na semana passada, seis presos renderam os agentes penitenciários e saíram armados pela porta da frente do presídio de Santa Isabel, na região metropolitana de Belém. Há dois meses, outros 20 detentos já tinham escapado pela mesma entrada. Também em março, um grupo de homens armados invadiu um presídio em Ananindeua e resgatou três detentos. Os 41 presídios do Pará têm capacidade para 8,1 mil presos, mas hoje recebem 12,6 mil. "Precisamos mudar esse quadro, melhorar, fazer algo que venha diminuir esse número grande e preocupante de presos foragidos", diz Vanilda Pontes, da OAB-PA. A Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará informou que abriu uma investigação para apurar falhas na segurança dos presídios.</p>
63	<p>"STF autoriza Roberto Jefferson a cumprir prisão domiciliar" <i>Ministro considerou que o ex-deputado, condenado no mensalão do PT, tem direito à progressão do regime porque já cumpriu um sexto da pena.</i> O delator do mensalão do PT, Roberto Jefferson, pode sair da prisão a qualquer momento para cumprir o restante da pena em regime domiciliar. O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, considerou que o ex-deputado tem direito à progressão do regime porque já cumpriu um sexto da pena. Desde fevereiro do ano passado, Roberto Jefferson está preso em regime semiaberto na Casa do Albergado, em Niterói/RJ. Jefferson foi condenado a 7 anos e 14 dias de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.</p>
64	<p>"Roberto Jefferson deixa a cadeia para cumprir o restante da pena em casa" <i>Ex-deputado, que denunciou mensalão do PT, disse que está proibido de fazer comentários sobre assuntos políticos, ao ser perguntado sobre a Lava Jato.</i> Roberto Jefferson deixa a cadeia para cumprir o restante da pena em casa. Ex-deputado, que denunciou mensalão do PT, disse que está proibido de fazer comentários sobre assuntos políticos, ao ser perguntado sobre a Lava Jato. O ex-deputado Roberto Jefferson, que denunciou o esquema do mensalão do PT, deixou neste sábado (16) a prisão em Niterói, na região metropolitana do RJ. Ele agora vai cumprir o resto da pena no regime aberto. Roberto Jefferson passava as noites preso desde fevereiro do ano passado. O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, considerou que o ex-deputado tem direito à progressão do regime porque já cumpriu um sexto da pena. Jefferson foi condenado a 7 anos e 14 dias de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Os repórteres perguntaram se ele sabia do esquema denunciado pela Operação Lava Jato. O ex-deputado preferiu não responder, alegando que foi proibido de fazer comentários sobre assuntos políticos. Jefferson - Se eu disser isso, o Barroso me prende, eu não posso falar, meu irmão. JN - Depois o senhor fala? Jefferson - Tá aqui (na garganta), mas eu não posso falar.</p>

65	<p>Rebelião em presidio na Bahia termina com 9 detentos mortos <i>Os 70 reféns foram libertados sem ferimentos após mais de 20 horas de rebelião no Conjunto Penal de Feira de Santana.</i> A rebelião no Conjunto Penal de Feira de Santana, na Bahia terminou na manhã desta segunda-feira (25). Os presos libertaram os 70 reféns sem ferimentos. E 9 detentos morreram. A violência tomou conta de um pavilhão do conjunto penal onde estavam mais de 300 presos. Foi no início da tarde deste domingo (24). Segundo a polícia, a rebelião começou com uma briga entre grupos que disputam o tráfico de drogas na cidade. Um dos 9 mortos foi decapitado. Outros quatro detentos ficaram feridos. Durante a negociação, os rebeldes entregaram dois revólveres e uma pistola. Como era dia de visita, cerca de 70 pessoas foram feitas reféns. Os presos queriam garantias de que não haveria represálias quando a rebelião acabasse. Nesta segunda-feira (25) cedo, mães e mulheres dos detentos ainda esperavam por notícias. "Desde ontem de noite que ninguém dá notícias nem dos mortos, nem dos feridos, nem de ninguém", conta uma mulher que não quis ser identificada. 10 horas da manhã e os primeiros reféns foram sendo libertados. A expectativa do lado de fora era muito grande. Era o fim de um sofrimento que durou quase 24 horas. As famílias receberam os reféns com emoção. Nenhum deles ficou ferido. O marido de uma moça estava entre os mortos: "Quero saber 'da' onde foi, a minha pergunta é: 'da' onde foi' essas armas aí para dentro, e faca? Foi 'da' onde?', diz a moça. A Polícia Civil abriu inquérito para investigar as mortes e como as armas entraram na unidade. O presídio tem capacidade para 644 presos e hoje abriga 1.400.</p>
66	<p>Nestor Cerveró é condenado a 5 anos de prisão por lavagem de dinheiro <i>Ex-diretor da Petrobras foi condenado na Operação Lava Jato por lavar dinheiro de propina da empresa na compra de apartamento de luxo no Rio.</i> O ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró foi condenado a 5 anos de prisão na Operação Lava Jato por lavar dinheiro de propina da Petrobras na compra de um apartamento de luxo no Rio. A cobertura foi avaliada em R\$ 7,5 milhões e fica em um prédio em Ipanema, no RJ. Ela foi comprada pela Jolmey do Brasil, subsidiária da Jolmey do Uruguai, e alugada a Nestor Cerveró por um valor abaixo do mercado. Quando foi denunciado, o ex-diretor da Petrobras negou qualquer relação com a compra do apartamento. Mas na sentença desta terça-feira (26), o juiz Sérgio Moro concluiu que o imóvel foi comprado com dinheiro de propina de contratos da Petrobras. E que, na verdade, o dono das empresas é o próprio Cerveró. Moro disse "não ter qualquer dúvida de que o imóvel pertence a Nestor Cerveró e que a Jolmey S/A, a Jolmey do Brasil e o contrato de locação foram expedientes fraudulentos para ocultar a real titularidade do bem". O juiz Sérgio Moro também determinou que o imóvel seja vendido e o dinheiro devolvido à Petrobras. Cerveró deve cumprir a pena de 5 anos inicialmente em regime fechado. Nestor Cerveró, que é réu em outro processo da Lava Jato, está preso desde janeiro em Curitiba. Ele pode recorrer da sentença, mas deve permanecer na cadeia. O juiz Sérgio Moro considerou que há risco de Cerveró fugir do país por ter também o passaporte espanhol. E que ele pode cometer novos crimes para esconder o enriquecimento ilegal. Nesta terça-feira também quatro presos da Lava Jato foram transferidos da carceragem da Polícia Federal para um presídio na região metropolitana de Curitiba. O ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e os ex-deputados federais André Vargas, que era do PT, Luiz Argôlo, afastado do Solidariedade, e Pedro Corrêa, ex-Partido Progressista. Nestor Cerveró disse que sentença estava pronta e que as alegações finais da defesa não foram levadas em conta. Ele vai recorrer da decisão. No fim do dia, o MPF ainda pediu para aumentar a pena de Cerveró de 5 para 9 anos e quatro meses.</p>
67	<p>Presos em operação contra corrupção na Fifa sai da cadeia dançando <i>Ex-vice-presidente da Fifa foi preso na quarta-feira, sob a acusação de ter recebido propina de US\$ 10 milhões pra votar a favor da África do Sul.</i> Nos EUA, as autoridades continuam investigando a corrupção na Fifa. As declarações do presidente da Fifa, Joseph Blatter, repercutiram na imprensa americana. Mas nenhuma autoridade comentou as declarações. Existe muita expectativa pelo andamento das investigações nos EUA, porque o chefe da receita federal americana disse que muito provavelmente terá uma outra rodada de indiciamentos. Ele disse também que o que vem movendo as investigações é a corrupção e não o futebol. Um dos presos na operação foi solto na sexta-feira (29) e saiu dançando pra comemorar. Cercado de conhecidos, Jack Warner cantou e dançou a música que diz: "não se preocupe que tudo ficará bem". O ex-vice-presidente da Fifa foi preso na quarta-feira, sob a acusação de ter recebido propina de US\$ 10 milhões pra votar a favor da África do Sul como sede da Copa do Mundo de 2010. Ele nega a acusação. Jack Warner estava numa prisão em Trinidad e Tobago e saiu depois de pagar fiança. Numa entrevista coletiva, ele disse que os EUA estão incomodados com a Fifa desde que perderam a disputa pra sediar a Copa de 2022 pro Qatar. Mas ele também criticou o presidente reeleito da Fifa, Joseph Blatter: "ninguém envergonhou mais a Fifa do que Blatter". Outro indiciado por envolvimento no esquema, Aaron Davidson foi o primeiro a comparecer diante da justiça americana. Na sexta-feira, ele disse a uma juíza de Nova York que é inocente. Aaron Davidson, que também saiu da prisão sob fiança, é chefe de uma unidade americana da Traffic - empresa de marketing esportivo. Ele é acusado de pagar suborno a um executivo da Fifa pra conseguir contratos milionários com a entidade. O dono da Traffic é o brasileiro José Hawilla, que já se declarou culpado por crimes de corrupção e obstrução da justiça e fez acordo com a justiça americana para devolver US\$ 151 milhões.</p>
68	<p>Marin deve aguardar na prisão a decisão sobre pedido de extradição <i>Ex-presidente da CBF José Maria Marin e mais seis integrantes da Fifa estão presos na Suíça desde 27/5, acusados de vários crimes de corrupção.</i> O ex-presidente da CBF José Maria Marin e mais seis integrantes da Fifa estão presos na Suíça desde a quarta-feira passada (27/5), acusados de vários crimes de corrupção. Segundo um porta-voz da Justiça da Suíça, o mais provável é que eles não possam responder em liberdade pelas acusações. As acusações de corrupção na Fifa chegaram ao Parlamento britânico. A Inglaterra, que perdeu o direito de ser sede da Copa de 2018 para a Rússia, é o país que critica de forma mais dura a entidade. "A mudança na liderança da Fifa é uma necessidade urgente", disse John Whittingdale, secretário de cultura e esportes do governo. "Os últimos lamentáveis episódios indicam que a Fifa é profundamente falha e corrupta", completou. O Departamento de Execuções Penais da Suíça divulgou uma nota com novos detalhes sobre as condições em que são mantidos os 7 dirigentes da Fifa. Eles são tratados como qualquer outro preso. O departamento ressaltou que eles não têm nenhum privilégio, nem mesmo por causa da idade. O brasileiro José Maria Marin, por exemplo, tem 83 anos. Eles têm três refeições e uma hora de banho de sol por dia. Não têm celular nem internet. Em algumas prisões podem pedir um computador, mas sem acesso à rede. Poderão receber visitas, desde que autorizadas antecipadamente. José Maria Marin e os outros seis dirigentes foram presos na quarta-feira (27) no hotel mais luxuoso de Zurique e aguardam a decisão da Justiça suíça sobre um pedido de extradição para os EUA. Marin é assessorado por dois advogados. Fontes da polícia suíça dizem que um deles é Georg Friedli, um dos mais conhecidos do país. Friedli não quis falar sobre o caso. Já o porta-voz da Justiça, Folco Galli, explicou que o processo de extradição deve levar em torno de seis meses. Ele disse que a Suíça não vai analisar se os dirigentes são culpados ou inocentes, apenas se as acusações feitas pelos americanos também são consideradas crimes na Suíça. Nesse caso eles serão extraditados. E afirmou que a idade avançada dos dirigentes não é um bom argumento para que fiquem em prisão domiciliar enquanto aguardam a decisão. "A prisão é a regra num processo de extradição," disse.</p>
69	<p>Tribunal da Itália rejeita recurso e mantém extradição de Pizzolato <i>Ainda cabe recurso no Conselho de Estado, que deverá ser apresentado pelo advogado do ex-diretor do Banco do Brasil, condenado no mensalão do PT.</i> Um tribunal especial da Itália rejeitou o recurso do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato e autorizou a extradição dele para o Brasil. O dia da viagem de volta ao Brasil se aproxima. Ao negar o recurso a Henrique Pizzolato, o Tribunal Regional Administrativo da região Lazio manteve a extradição do ex-diretor do Banco do Brasil. Uma última chance cabe ao brasileiro: um recurso no Conselho de Estado, que deverá ser apresentado pelo advogado de defesa, Alessandro Sivelli. Segunda e última instância da Justiça administrativa, o Conselho de Estado também poderá suspender temporariamente a extradição. Condenado a 12 e 7 meses por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro no mensalão do PT, Pizzolato já cumpriu um ano de pena na Itália, que deverá ser descontado. O Tribunal Administrativo justificou afirmando que não havia nenhum erro no julgamento do ministro da Justiça, quando decidiu pela extradição. Mas lembrou que Pizzolato deve ser protegido na cadeia brasileira, e que precisa ficar separado dos outros presos. O advogado de defesa vai entrar com o novo recurso na segunda-feira (8). Entre os argumentos estão a falta de novas garantias para a segurança de Pizzolato no Brasil. E ainda uma outra afirmação: o crime de lavagem de dinheiro pelo qual Pizzolato foi condenado no Brasil, em primeira pessoa, segundo a defesa, ainda não era um crime na Itália. Virou depois. E para extraditar alguém, é necessário que o crime seja igual nos dois países na abertura do processo. O governo e o MPF afirmaram em nota que estão prontos para atuar junto ao Conselho de Estado da Itália para assegurar que Henrique Pizzolato seja extraditado.</p>
70	<p>Polícia de Nova York procura condenados que fugiram de presidio <i>Eles usaram ferramentas pesadas para abrir um buraco em uma parede de aço, seguiram por uma série de tubos e escaparam por um bueiro.</i> A polícia do estado americano de Nova York está procurando dois condenados que fugiram de um presídio que deveria ser de segurança máxima. Eles usaram ferramentas pesadas para abrir um buraco em uma parede de aço, seguiram por uma série de tubos e escaparam por um bueiro. E ainda deixaram um bilhete na cela: um rosto sorridente e os votos de um bom dia. O governador de Nova York, Andrew Cuomo, ofereceu recompensa de US\$ 100 mil para quem ajudar a levar os dois de volta para cadeia. E disse que eles devem ter recebido ajuda de dentro da penitenciária.</p>
71	<p>Itália autoriza extradição de Henrique Pizzolato a partir do dia 15 de junho <i>Ele foi condenado por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. Preso desde 2014, ele já passou por duas instâncias na justiça italiana.</i> A Itália autorizou a extradição do ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato a partir da semana que vem. Ele foi condenado no Brasil por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro no mensalão do PT. Henrique Pizzolato ainda tem direito a um último recurso, no Conselho de Estado. Mesmo assim, a sua extradição já estaria marcada para segunda-feira (15). Até um voo que sai de Bolonha já estaria previsto para o dia 15. Policiais brasileiros deverão escoltá-lo. Pizzolato, preso em Maranello em fevereiro do ano passado, já passou por duas instâncias da Justiça na Itália. A primeira negociou a sua extradição e a segunda decidiu mandá-lo de volta. Em abril, o ministro da Justiça italiana André Orlando deu a última palavra favorável à extradição. Mas um recurso no Tribunal Regional Administrativo suspendeu no começo de maio, a primeira data da viagem de Pizzolato ao Brasil. Contra a decisão do ministro italiano de antecipar a data, Henrique Pizzolato teria começado uma greve de fome na cadeia de Modena. O advogado de defesa Alessandro Sivelli convocou uma entrevista coletiva para esta quinta-feira (11) em frente à prisão onde Pizzolato já cumpriu um ano da sua pena de 12 anos e 7 meses.</p>
72	<p>Itália suspende pela segunda vez extradição de Henrique Pizzolato <i>Conselho de Estado vai analisar recurso apresentado pela defesa. Ex-diretor do Banco do Brasil foi condenado no mensalão do PT</i> A Itália suspendeu de novo a extradição do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato. Ele foi condenado no Brasil por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro no mensalão do PT. A extradição de Henrique Pizzolato está suspensa até segunda-feira (15), quando o Conselho de Estado da Itália, instância final da justiça administrativa, vai analisar o recurso apresentado nesta sexta-feira (12) pela defesa. Esta semana, o governo italiano tinha liberado a extradição a partir do dia 15. E tudo indicava que ele seria levado na própria segunda-feira. É a segunda vez que os preparativos da viagem de volta de Pizzolato são interrompidos. É provável que o Conselho de Estado mantenha a decisão do ministro da Justiça da Itália, de extraditar o ex-diretor do Banco do Brasil. Da cadeia de Modena chegam notícias de que Henrique Pizzolato está muito abatido e que não está se alimentando. A defesa dele também entrou com um recurso na Corte Europeia dos Direitos Humanos, mas que não tem o poder de impedir a volta de Pizzolato ao Brasil. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que aguarda a decisão final da Justiça italiana e que o Brasil está pronto para tomar as medidas necessárias para buscar Pizzolato.</p>

73	<p>Traficantes presos mantêm controle dos pontos de venda de drogas no RJ <i>Segundo a polícia, esquema movimentava mais de R\$ 7 milhões por mês. Durante uma operação nesta terça-feira (16), 9 pessoas foram presas.</i> A Polícia Civil do Rio prendeu nesta terça-feira (16) uma quadrilha de traficantes que transformou presídios em escritórios do crime. 10 fuzis, 11 pistolas, munição, granada, maconha, cocaína. As etapas da produção. Todas as fotos mostradas no vídeo acima foram tiradas por bandidos e compartilhadas pelo telefone. Com elas os chefes presos mantêm o controle. É um álbum virtual de prestação de contas. As armas que chegam, as drogas que saem, todos os detalhes do negócio são anotados e enviados para os presídios em tempo real. Foi vasculhando os telefones de traficantes presos no Complexo do Alemão, ano passado, que a polícia do Rio descobriu essas informações. Nesta terça-feira (16) 9 pessoas foram presas. A investigação durou oito meses e revelou que tudo começa diz nos presídios federais de segurança máxima. É de lá que os traficantes Marcinho VP e Elias Maluco administram a facção. Dão as ordens por mensageiros. Elias Maluco foi preso em 2002, por ter ordenado a morte do jornalista Tim Lopes. O braço direito dele é o traficante Criam, que está preso no Complexo Penitenciário de Bangu, no Rio. De dentro da cadeia Criam repassa as ordens do chefe. Uma das principais tarefas dele é monitorar a distribuição do dinheiro das drogas. Em uma mensagem quase indecifrável, a polícia diz que o traficante entregou parte do dinheiro à família do 22, apelido de Elias Maluco. "O celular entra com bastante facilidade na cadeia, no RJ, infelizmente. E eles atuam como se fosse um verdadeiro escritório do crime dentro da prisão", diz o delegado Felipe Curi. Também é dos presídios que saem ordens para ataques contra Unidades de Polícia Pacificadora. Em uma mensagem, os chefes mandam que moradores do Complexo do Alemão participem das ações. O resultado de uma delas está em fotos enviadas ao presídio: uma base da UPP completamente destruída. A Secretaria de Ação Penitenciária do Rio declarou que não sabia das investigações da Polícia Civil - que duraram oito meses. E afirmou que tenta evitar a entrada de material proibido revistando quem entra nos presídios. Segundo a secretaria, todas as unidades têm equipamentos de segurança.</p>
74	<p>Palestino filho de brasileira faz greve de fome em cadeia na Cisjordânia <i>Islam Hamed já cumpriu pena, mas Autoridade Palestina teme libertá-lo porque, se for solto, ele pode ser preso novamente por Israel.</i> Em uma cadeia da Cisjordânia, em Ramallah, um palestino filho de uma brasileira está em greve de fome desde abril. Em um vilarejo palestino, uma paulista de Catanduva já conta 69 dias desde que o filho começou a greve de fome. "O organismo dele não está mais aceitando de tomar água e sal", conta Nadia Hamed, mãe do brasileiro. Há 5 anos, Islam Hamed, foi condenado num tribunal palestino acusado de tentar matar um colono israelense. Cumpriu a pena, e deveria ter sido solto há mais de um ano, mas continua em uma prisão palestina. Islam cresceu na Cisjordânia, há poucos metros de um assentamento judaico, que segundo a mãe, foi construído parcialmente em terras que pertenciam à família deles. Foi preso pela primeira vez em 2002, por Israel, quando ainda era menor de idade, acusado de jogar pedras nos soldados. Islam Hamed tem agora 30 anos, passou 12 deles em prisões palestinas e israelenses e, apesar dos mais de dois meses de greve de fome, tem poucas chances de sair. O argumento usado pela autoridade palestina, para manter ele preso, é difícil de entender: eles dizem que não libertam o brasileiro-palestino porque se ele for solto pode acabar sendo preso novamente por Israel. Para escapar de uma briga que é muito maior do que o caso dele, Islam Hamed teria que ser solto, receber permissão de Israel para chegar à Jordânia e de lá voar para o Brasil. Só que o governo palestino exigiu garantias para libertar Islam. "Nós não temos os meios materiais para assegurar esta segurança do Islam e não podemos exercer nossa jurisdição no Estado da Palestina que é ocupado por Israel. Do outro lado, nós solicitamos a Israel um salvo conduto", afirma Paulo Roberto França, embaixador da República do Brasil na Palestina. Segundo o Itamaraty, Israel informou que "não tem intenção de permitir a saída de Islam da Palestina". E a mãe disse que ele não se importaria de ser preso por Israel, desde que tivesse data marcada para ser libertado.</p>
75	<p>Bandidos queimam quatro ônibus em três dias na capital de Alagoas <i>Polícia diz que ordem para ataques partiu de presídios. Seria uma represália aos 11 dias que presos ficaram sem visitas.</i> Neste sábado (20), policiais à paisana reforçaram a segurança nos ônibus que circulam em Maceió. Em três dias, quatro foram incendiados. E a ordem veio de bandidos que já estão presos. Imagens gravadas pelas câmeras de segurança do ônibus mostram quando os bandidos entram no veículo. Eles mandam os passageiros descer. Logo depois, jogam gasolina e tocam fogo. Em três dias, quatro ônibus foram incendiados. A Secretaria de Defesa Social de Alagoas monitorou ligações e descobriu que a ordem para incendiar os ônibus foi dada de dentro de presídios de segurança máxima. Seria uma represália aos 11 dias que ficaram sem visitas, por causa da greve dos agentes penitenciários. Bandido preso: Tem a moral de arrumar uns 'garotão' e ir lá pro 2 botar fogo nos ônibus ali? Tem moral? Bandido solto: 'lapoisi' (Confirmado) Imagens feitas pelos próprios detentos e que foram divulgadas em redes sociais mostram a facilidade que os bandidos têm de conseguir celulares. Neste sábado (20), os agentes penitenciários deram fim à greve e as visitas foram retomadas. Até agora, a polícia identificou 17 envolvidos nos ataques, 14 já estavam presos. "O sistema prisional do Brasil é caótico. O governo federal estará à disposição dos estados para buscar alternativas", diz a secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki. Por causa dos ataques, os ônibus não circularam durante a madrugada em Maceió. O transporte foi retomado na manhã deste sábado (20). Na tarde deste sábado (20), a polícia reforçou a segurança na Região Metropolitana. Policiais à paisana e armados estão circulando nos ônibus para evitar novos ataques. Os ônibus também estão sendo parados, e os passageiros revistados. "Estamos preparados para prender, mas também estamos devidamente preparados para o confronto", afirma o secretário Estadual de Defesa Social de Alagoas, Alfredo Gaspar. O secretário também disse que os agentes fazem revistas constantes para evitar que celulares entrem nos presídios de Alagoas.</p>
76	<p>Número de presos no Brasil cresce 10 vezes mais do que a população <i>Segundo Ministério da Justiça, aumentou foi de mais de 160% em 14 anos. País tem a quarta maior população carcerária do mundo.</i> O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo, só fica atrás dos EUA, da China e da Rússia. Segundo o Ministério da Justiça, em 14 anos, o número de presos no Brasil cresceu mais de 160%, 10 vezes mais que o aumento da população. Eram 600 mil em 2014. Para cada 16 presos, existem só 10 vagas nos presídios. 41% deles não foram condenados e mais da metade tem entre 18 e 29 anos. Os crimes mais comuns são tráfico de drogas, roubo e homicídio.</p>
77	<p>Ex-deputado estadual de MT José Riva é solto nesta quarta-feira <i>Considerado o maior ficha suja do país, ele passou quatro meses preso. Riva é acusado de comandar desvio de R\$ 62 milhões da Assembleia.</i> Foi solto nesta quarta (24) o ex-deputado estadual de Mato Grosso José Riva, considerado o maior ficha suja do Brasil. José Riva, do PSD, passou quatro meses preso, acusado de comandar o desvio de R\$ 62 milhões de reais da Assembleia Legislativa. Dois ministros do Supremo votaram pela liberação e dois contra. O empate favoreceu o réu. Fora da cadeia, Riva vai ter que usar uma tornozeleira eletrônica. Nas últimas eleições, a candidatura dele foi barrada, com base na Lei da Ficha Limpa. José Riva responde a mais de cem processos.</p>
78	<p>Extradicação de Henrique Pizzolato é suspensa até setembro na Itália <i>Conselho de Estado pede dados sobre condições de presídio no Brasil. Nova audiência foi marcada para o dia 22 de setembro.</i> A última instância da Justiça italiana suspendeu nesta quarta-feira (24) a extradicação do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato. O Conselho de Estado pediu que o Ministério da Justiça da Itália apresente os documentos que serviram de base para a decisão do ministro Andrea Orlando de extrair o ex-diretor do Banco do Brasil. Quer ter acesso às condições do presídio da Papuda, em Brasília, onde o brasileiro ficaria detido. O documento conteria fotos detalhadas de uma das alas do presídio. O ministro da Justiça da Itália recebeu garantias do governo brasileiro de que Pizzolato seria tratado com o respeito dos direitos humanos. Desde o primeiro recurso na Justiça Administrativa, a defesa de Pizzolato já tinha denunciado não ter tido acesso a esses papéis. A nova audiência foi marcada para o dia 22 de setembro. Pizzolato foi condenado no julgamento do mensalão do PT a 12 anos e 7 meses de prisão por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. Ele fugiu para Itália em 2013. Este é o último recurso na Itália, mas ainda há uma possibilidade na Corte Europeia dos Direitos Humanos, em Estrasburgo, que poderia impedir que ele fosse mandado de volta ao Brasil. Pizzolato já ficou preso cerca de um ano na Itália e a sua prisão preventiva não pode ultrapassar os 18 meses. Depois disso, será posto em liberdade.</p>
79	<p>Dirigente da Fifa concorda em ser extraditado para os EUA <i>Justiça da Suíça informou que um dos 7 dirigentes presos concordou em ser extraditado para os EUA. Mas não revelou a identidade dele.</i> A justiça da Suíça informou, nesta sexta-feira (10), que um dos 7 dirigentes presos envolvidos no escândalo de corrupção da Fifa concordou em ser extraditado para os EUA. Mas não revelou a identidade dele. A extradicação deve ocorrer em até 10 dias. Entre os dirigentes presos na Suíça está o ex-presidente da CBF, José Maria Marin.</p>
80	<p>Câmera de vigilância registra fuga do traficante Joaquin Guzmán da prisão <i>Guzmán percorreu um túnel de um quilômetro e meio numa moto até uma casa em construção.</i> Uma câmera de vigilância registrou o momento da fuga do traficante Joaquin Guzmán de uma prisão de segurança máxima, no México. Ele aparece andando de um lado para o outro. Depois, se senta na cama, calça os sapatos e desaparece, na área onde fica o chuveiro. Guzmán percorreu um túnel de um quilômetro e meio numa moto até uma casa em construção.</p>
81	<p>Ex-vice-presidente envolvido em escândalo é extraditado para os EUA <i>Jeffrey Webb foi o primeiro dirigente envolvido no escândalo de corrupção da entidade extraditado para os EUA.</i> O ex-vice-presidente da Fifa Jeffrey Webb foi o primeiro dirigente envolvido no escândalo de corrupção da entidade extraditado para os EUA. A justiça americana já pediu a extradicação dos outros seis dirigentes que estão presos na Suíça. Entre eles o ex-presidente da CBF, José Maria Marin. Mas todos têm o direito de recorrer.</p>

82	<p>Adolescentes apreendidos matam jovem que delatou estupro coletivo <i>No centro educacional em que estão recolhidos, no Piauí, os adolescentes apreendidos matam o companheiro que delatou o grupo.</i> O caso do estupro coletivo na cidade de Castelo do Piauí produziu mais um desdobramento brutal. Um dos adolescentes condenados foi espancado até a morte. O enterro do adolescente foi no fim da tarde desta sexta-feira (17), em Teresina. Gleison Vieira da Silva, de 17 anos, foi encontrado desmaiado dentro de um dos alojamentos do Centro Educacional Masculino. Ele foi espancado e chegou a ser socorrido, mas não resistiu. Os três menores que dividiam o mesmo alojamento com Gleison confessaram o crime. "Todos os três assumiram que cometeram não um só que tenha maior participação. Todos participaram efetivamente do ato", conta Herbert Neves, gerente de internação do CEM. O estupro coletivo foi no dia 27 de maio, em Castelo do Piauí. Quatro adolescentes foram amarradas, estupradas e jogadas do alto de um morro. Uma delas morreu. Antes de receberem sentença pelo crime, os menores estavam em alojamentos separados em um centro de internação provisória. Gleidson foi o primeiro a ser preso e denunciou os outros três adolescentes. Na quarta-feira (15), todos foram transferidos para o Centro Educacional Masculino. No centro de internação, os quatro adolescentes foram reunidos no mesmo alojamento. A direção alegou que os menores foram hostilizados por outros internos assim que chegaram. E declarou também que a unidade está superlotada. O centro estava nesta quinta-feira (16) com 84 menores, mas a lotação é 60. Na tentativa de acomodar os adolescentes, a direção decidiu negociar com eles. "Chamamos, conversamos 40 minutos com eles. Que os quatro iam ficar juntos porque não tinha condição de ficar. Então eles se entenderam e aceitaram ficar os quatro juntos", diz Herbert Neves, gerente de internação do CEM. Para o juiz da Infância e da Juventude, a direção do centro de internação errou. "Sabia-se previamente que três deles queria matar esse que foi morto. Então isso não se observou. E essa história de negociar não existe isso", afirma Antônio Lopes, juiz da Infância e da Juventude. "O Ministério Público vai apurar se houve responsabilidade de algum servidor em colocá-los os quatro, já que eles já estavam separados desde o primeiro dia", diz Maurício Verdejo, promotor de Justiça. Os três adolescentes infratores foram transferidos para o prédio da Segunda Vara da Infância e da Juventude de Teresina. O governo do Piauí declarou que abriu licitação para ampliar o centro educacional masculino. Adão Souza Silva, o único maior de idade entre os estupradores, foi isolado num centro de detenção provisória.</p>
83	<p>Palestino com cidadania brasileira é liberado de cadeia na Cisjordânia <i>Hamed estava preso desde 2010, acusado de tentar matar um colono judeu.</i> Um palestino com cidadania brasileira foi libertado nesta terça-feira (21) de uma cadeia em Ramallah, na Cisjordânia. Islam Hamed estava preso desde 2010, acusado de tentar matar um colono judeu. Cumpriu pena e poderia ter sido solto há mais de um ano, mas as autoridades palestinas temiam que ele fosse preso por Israel. A embaixada brasileira tentou negociar com a justiça israelense um salvo-conduto pra que Hamed pudesse viajar pro Brasil. Mas esse pedido foi negado. Pra deixar a prisão, o brasileiro teve que assinar um termo de responsabilidade pela própria vida e agora está num local não revelado.</p>
84	<p>PI: direção de centro educacional é afastada após morte de adolescente <i>Novo diretor das unidades sócio educativas do Piauí assumiu prometendo mudanças. Direção do Centro Educacional Masculino foi afastada.</i> O governo do Piauí afastou a coordenação das Unidades Socioeducativas do Estado, e toda a direção do centro educacional masculino. A medida foi tomada depois do assassinato de um adolescente, dentro do centro. O novo diretor das unidades sócio educativas do Piauí assumiu o cargo prometendo mudanças. "Disciplina e padronização dos procedimentos. E assim estaremos juntos com os educadores, coordenadores trabalhando nessa nova política de condução desse sistema educacional para que não haja problema dessa natureza", diz Anselmo Portela, diretor Unidades Socioeducativas – PI. Toda a direção do CEM, Centro Educacional Masculino, foi afastada depois que Gleison Vieira da Silva morreu espancado dentro de um alojamento. O secretário de Assistência Social do Piauí anunciou que está investigando as responsabilidades. "Nós colocamos o afastamento e, logo em seguida, eles serão exonerados após a publicação no ato", afirma Henrique Rebelo, secretário de Assistência Social do Piauí. Gleison foi o primeiro a ser apreendido pelo estupro coletivo de quatro meninas em Castelo do Piauí, no final de maio. Uma delas morreu. Foi ele também que acusou os outros três adolescentes. Depois da sentença, os quatro foram colocados no mesmo alojamento. Em menos de dois dias, Gleison foi assassinado. A polícia afirma que os outros três menores confessaram o crime dentro do centro educacional. A delegada que investiga o caso ouviu nesta terça-feira (21) três adolescentes que estavam no alojamento ao lado. Dois admitiram ter ouvido uma discussão entre o grupo. Só que cada um deu uma data diferente para este fato. Já sobre o assassinato de Gleison, os três negaram ter ouvido ou visto qualquer coisa. "Foi visualizado um buraco entre os dois banheiros dos dois alojamentos, no alojamento três e no alojamento quatro. A polícia acredita que eles tenham visto, mas eles não estão querendo falar neste primeiro momento", diz Thaís Paz, delegada.</p>
85	<p>Oito presos da Lava Jato são transferidos para penitenciária <i>No grupo estão os presidentes da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e da Andrade Gutierrez, Otávio de Azevedo. Eles foram levados para um presídio em Curitiba.</i> Os presidentes das empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez, e mais seis pessoas, foram transferidos, neste sábado (25), da carceragem da Polícia Federal em Curitiba pra um presídio comum. A transferência ocorreu um dia depois de o Ministério Público ter denunciado um total de 22 pessoas por crimes como corrupção, participação em organização criminosa e lavagem de dinheiro, desviado da Petrobras. Os presos deixaram de manhã a carceragem da Polícia Federal e agora vão ficar em um presídio na região metropolitana de Curitiba. No grupo estão os presidentes da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e da Andrade Gutierrez, Otávio de Azevedo. Os dois e mais 5 dos transferidos estão na lista de 22 denunciados na sexta-feira (24) à Justiça pelo MPF, por crimes como organização criminosa, corrupção e lavagem de dinheiro. Também foram denunciados operadores do esquema de corrupção e ex-executivos da Petrobras. De acordo com a denúncia, as duas empreiteiras pagaram mais de R\$ 600 milhões em propina, em 11 contratos que firmaram com a Petrobras. Os procuradores da Lava Jato afirmam que a Odebrecht e a Andrade Gutierrez têm que devolver mais de R\$ 7 bilhões, por prejuízos causados à estatal. Segundo o Ministério Público, desde o início da Operação Lava Jato, R\$ 870 milhões já foram recuperados. Além desse valor, mais de R\$ 2 bilhões estão bloqueados em contas no Brasil e no exterior. Em nota, a assessoria da Andrade Gutierrez informou que os advogados ainda estão estudando as denúncias do MPF. Mas consideram que o conteúdo da denúncia já foi esclarecido pela empresa no inquérito policial. Na sexta-feira os advogados da Odebrecht criticaram a condução das investigações. "É o marco zero, a defesa tem expectativa de parar de ser surpreendida com fatos lançados a conta gotas, portanto eu tenho a perspectiva agora de trabalhar com serenidade, de forma técnica, dentro dos autos do processo, objetivando sim, uma absolvição", declarou Dora Cavalcanti, advogada da Odebrecht. Sobre as anotações encontradas no celular de Marcelo Odebrecht, que mostram as siglas LJ e "Vaca 2,2 m", os advogados da empreiteira negaram referência à Lava Jato e ao ex-tesoureiro do PT João Vacari Neto, como suspeita a Polícia Federal. Segundo a advogada da Odebrecht, LJ seriam as iniciais de Lauro Jardim, colunista da revista Veja que acompanha a Lava Jato. E vaca seria um animal comprado em leilão pela família de Marcelo Odebrecht. "Marcelo ontem me disse: 'Dora, isso foi uma vaca caríssima. Eu fiquei furioso, porque foi uma vaca adquirida na fazenda pelo meu pai, pelo meu irmão'. Pode procurar. É assunto Lauro Jardim, vá olhar. 'Vaca premiada arrematou no leilão a vaca niva por R\$ 2,2 milhões', disse a advogada. A Odebrecht disse que o ressarcimento pedido pelo Ministério Público é infundado e que será contestado, caso a denúncia seja aceita pela Justiça.</p>
86	<p>Polícia do Paraná procura 35 furtivos de delegacia de Londrina <i>Eles renderam policial de plantão e levaram armas, coletes e drogas. Câmera de segurança registrou fuga de 64 detentos.</i> A polícia do Paraná procura 35 presos que fugiram da delegacia de Londrina, no norte do estado. Uma câmera de segurança registrou a fuga de alguns detentos, na noite de domingo (26). Ao todo, 64 escaparam. Eles renderam o único policial de plantão e levaram armas, coletes à prova de balas e drogas da delegacia. Até agora, 29 foram recapturados.</p>
87	<p>Supremo autoriza regime semiaberto a dois presos do mensalão do PT <i>Presidente do STF autorizou ex-dirigente do Banco Rural e ex-diretora financeira da SMP&B a mudarem do regime fechado para o semiaberto.</i> O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, autorizou o ex-dirigente do Banco Rural José Roberto Salgado e a ex-diretora financeira da SMP&B Simone Vasconcelos a mudarem do regime fechado para o semiaberto. Os dois foram condenados no mensalão do PT. No regime semiaberto é possível pedir autorização para trabalhar fora da cadeia durante o dia. O ministro considerou que eles já cumpriram um sexto da punição e apresentaram bom comportamento.</p>
88	<p>José Dirceu é transferido de Brasília para a Polícia Federal em Curitiba <i>Na chegada, ex-ministro foi hostilizado por cerca de 50 manifestantes. Segundo a PF, Dirceu divide cela com dois homens presos por contrabando.</i> O ex-ministro José Dirceu já está preso na carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Ele cumpre pena por corrupção ativa no mensalão do PT e agora está preso também na Operação Lava-Jato. O ex-ministro embarcou no avião da Polícia Federal no início da tarde desta terça-feira (4) em Brasília. Em Curitiba, seguiu direto para a superintendência da PF. Na chegada ao prédio onde vai ficar preso, José Dirceu foi hostilizado por cerca de 50 manifestantes. Segundo a Polícia Federal, ele vai dividir uma cela com dois homens presos por contrabando. Dirceu já é condenado do mensalão do PT e estava cumprindo pena em regime domiciliar em Brasília. Agora, na Lava Jato, é suspeito de receber propina de contratos da Petrobras. Os investigadores consideram que ele instituiu o esquema de corrupção na empresa. "Eu digo que ele foi um bode expiatório, que ele foi utilizado talvez para encerrar uma fase do processo, do chamado petrolão. E para encerrar essa fase precisava ter a cereja do bolo, que era o José Dirceu. Então, usaram ele e pintam ele como o grande articulador de tudo isso, o que não faz o menor sentido", afirma Roberto Podval, advogado de José Dirceu. E nesta terça-feira (3), um dia depois da prisão, o Partido dos Trabalhadores se manifestou em favor de Dirceu. O atual presidente do partido, Rui Falcão, voltou a dizer que a oposição e a imprensa estão tentando criminalizar o PT e fragilizar o governo. Rui Falcão condenou a corrupção, mas disse que as provas têm que ser apresentadas por quem acusa. "Há indícios e esses indícios precisam ser transformados em provas e a pessoa que está sendo acusada deve ter direito ao contraditório, à ampla defesa e o ônus da prova é de quem está acusado. Ele é inocente até provem contrário, ele e todos que são acusados antes de apresentarem sua defesa não são réus até que se prove", diz Rui Falcão. Nesta terça-feira, os outros 7 presos desta última fase da operação fizeram exame de corpo de delito, um procedimento padrão. Entre eles, o irmão de José Dirceu, Luiz Eduardo, o ex-assessor Roberto Marques e Fernando de Moura, empresário que é apontado como representante de Dirceu na Petrobras.</p>
89	<p>Justiça italiana avalia se presídio tem condições de receber Pizzolato <i>Representante da justiça italiana visitou o Complexo Penitenciário de Itajaí e vai avaliar se presídios têm condições de receber Henrique Pizzolato.</i> Um representante da justiça italiana visitou nesta quinta-feira (6) o Complexo Penitenciário de Itajaí. Ele vai avaliar se presídios do estado teriam condições humanitárias de receber Henrique Pizzolato, se ele for extraditado para o Brasil. Para manter Pizzolato na Itália, a defesa dele argumenta que as penitenciárias brasileiras ofereceria risco. O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil foi condenado no julgamento do mensalão do PT a 12 anos e 7 meses de prisão, por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. Ele fugiu para a Itália em 2013.</p>

90	<p>Quadrilha ataca carro-forte e ajuda na fuga de 37 presos de comboio policial <i>Presos foram libertados por uma quadrilha que tinha acabado de roubar um carro-forte no interior de São Paulo.</i> No interior paulista, 37 presos fugiram de um comboio policial usando os carros da própria polícia na manhã desta sexta-feira (7). Eles foram libertados por uma quadrilha que tinha acabado de roubar um carro-forte. O carro-forte estava em uma estrada pouco movimentada quando 12 assaltantes em três carros se aproximaram. No ponto da estrada entre Cajuru e Mococa, os bandidos chegaram abrindo fogo contra o carro-forte. Um dos tiros atravessou a blindagem e atingiu o motorista, que morreu. Os outros dois seguraram ficaram feridos. Os assaltantes explodiram as portas do carro-forte. Bem nessa hora, passava um comboio transportando 41 presos. Os policiais da escolta trocaram tiros com os assaltantes. Antes de fugir, a quadrilha libertou todos os presos. Quatro decidiram ficar. Os outros 37 fugiram nos carros da própria penitenciária. Os presos estavam sendo levados para a penitenciária de Casa Branca. A Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo declarou que eles não eram de alta periculosidade. A polícia descartou que a ação tenha sido planejada para libertar os detentos. O armamento usado pela quadrilha de assaltantes surpreendeu a polícia. "Utilizando veículos blindados. Atiraram com ponto 50 e calibre 762. Todos eles com colete nível quatro, colete com resistência até a fuzis, e com proteção pélvica e capacetes também à prova de bala", contou major Paulo Sérgio Fabris da Polícia Militar – SP. A polícia montou barreiras nas estradas e procuras pelos fugitivos. Até o final da tarde, 20 presos tinham sido recapturados.</p>
91	<p>Juiz prorroga prisões temporárias de três detidos da 17ª fase da Lava Jato <i>O irmão do ex-ministro José Dirceu, Luiz Eduardo, o ex-assessor Roberto Marques e o empresário Pablo Kipersmit vão ficar presos por mais 5 dias.</i> O juiz Sérgio Moro prorroga as prisões temporárias de três detidos da 17ª fase da Operação Lava Jato. O irmão do ex-ministro José Dirceu, Luiz Eduardo, o ex-assessor Roberto Marques e o empresário Pablo Kipersmit vão ficar na cadeia por mais 5 dias. Segundo o juiz, a prorrogação é necessária para que o material apreendido possa ser mais bem analisado. Em depoimento, Luiz Eduardo disse que, entre 2012 e 2013, recebeu R\$ 30 mil mensais de Milton Pascoith, um dos intermediários da propina na Petrobras. Foram soltos nesta sexta-feira (7) o cirurgião plástico Olavo de Moura, suspeito de receber dinheiro do esquema, e Júlio César dos Santos, ex-sócio de José Dirceu. O ex-ministro está preso por tempo indeterminado.</p>
92	<p>Preso se recusa a ser solto e provoca confusão na cadeia pública de Natal Um preso não aceitou ser solto e provocou confusão na cadeia pública de Natal. Jackson Silva rasgou o documento que lhe concedia liberdade e se recusou a sair. Ele teve que ser tirado à força do presídio. Mas, assim que cruzou o portão, roubou um celular e voltou para se entregar à polícia. Jackson justificou a situação dizendo que "ama a cadeia". Ele estava preso há 12 dias por roubo. Agora vai para o centro de detenção.</p>
93	<p>Condenados com tornozeleira eletrônica burlam a fiscalização em MT <i>Preso conta que tem condenado usando até animais para burlar o sistema. Dois homens com o equipamento assaltaram a casa de um juiz federal.</i> Em mais da metade do Brasil, a Justiça está usando as tornozeleiras eletrônicas como uma alternativa à prisão nos casos considerados menos graves. Só que, em alguns estados, como em Mato Grosso, falta gente para fiscalizar quem usa o equipamento. As tornozeleiras estavam lá e mesmo assim, segundo a polícia, dois homens aterrorizaram a família de um juiz federal num assalto à casa dele no fim de semana. Um dos suspeitos já tinha sido preso 7 vezes, e o outro saiu da cadeia 5 dias atrás. "A tornozeleira não está inibindo o crime, infelizmente", disse a delegada. Em Mato Grosso, o número de pessoas usando as tornozeleiras subiu de 500 para 1780 em seis meses. Um preso normal custa entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil reais para o estado. Quem usa as tornozeleiras custa 10 vezes menos. "Um investimento no cidadão para transformá-lo em cidadão do bem, em soldado do bem", afirmou Marcos Faleiros, juiz. Mas os crimes cometidos por quem deveria ser monitorado pelo sistema estão cada vez mais frequentes. A Secretaria de Justiça calcula que o índice de reincidência é de 17%. Em uma quadrilha de roubo de carros presa em Cuiabá, dos 15 suspeitos, quatro já usavam o equipamento. Um dos presos diz que saía para roubar até mesmo nos horários em que a Justiça determinou que ele estivesse em casa: "No papel, quando você sai, dizem que se você passar do horário ou deixar descarregar, ou eles te ligam ou vão na sua casa no outro dia para te buscar. Mas até hoje nunca fizeram nada disso comigo". Outro conta que tem preso usando até animais para burlar o sistema: "Tira e amarra no animal para bater o batimento cardíaco". Em uma sala funciona a central de monitoramento do uso das tornozeleiras. No monitor, aparecem os nomes e a localização de todos os monitorados e sempre que algum deles descumpra as regras do uso do equipamento aparece uma indicação em vermelho para informar que há algo de errado acontecendo. Quando isso acontece, a central liga para o monitorado e, se ele não atender à ligação ainda é preciso esperar 24 horas para enviar uma equipe para checar a situação. O presidente de sindicato dos agentes penitenciários, que são os responsáveis por coordenar o sistema em Mato Grosso, admite que 24 horas é tempo demais. "Não tem uma equipe de apoio aqui fora, preparada. Uma estrutura, uma base. Não tem uma base para que essa equipe de apoio pudesse ir automaticamente", afirmou João Batista Sousa, sindicato dos agentes penitenciários – MT. O secretário de Justiça do estado diz que as falhas vão ser corrigidas. "Não existe, em nenhum lugar do mundo, nenhum sistema 100% seguro. Eu posso afirmar que há uma preocupação de todos do poder público, da sociedade, em relação ao aperfeiçoamento desses níveis de segurança", declarou Márcio Dorleu, secretário da Justiça e Direitos Humanos – MT.</p>
94	<p>Justiça autoriza transferência de Dirceu da PF para presídio comum <i>Advogado do ex-ministro alegou que o espaço na Polícia Federal era limitado. Ele foi para um presídio da Região Metropolitana de Curitiba.</i> O ex-ministro José Dirceu, do PT, foi transferido nesta quarta-feira (2) da carceragem da Polícia Federal, em Curitiba, para um presídio da Região Metropolitana. O advogado de Dirceu alegou que o espaço na Polícia Federal era limitado. José Dirceu foi preso no começo de agosto. Segundo os investigadores, ele recebeu dinheiro desviado da Petrobras. O ex-ministro nega. Ele já cumpre pena no processo do mensalão do PT. Agora, na Lava Jato, foi indiciado por formação de quadrilha, falsidade ideológica, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.</p>
95	<p>Responsável por assassinato de pai e de madrasta sai da prisão <i>Gil Rugai foi o responsável pelos assassinatos 11 anos atrás. Ele foi preso em 2014 para cumprir a pena de 33 anos.</i> Saiu, nesta quarta-feira (2), da prisão, o responsável pelo assassinato do pai e da madrasta 11 anos atrás. Gil Rugai deixou a Penitenciária de Tremembé, no interior paulista, no fim da tarde. Ele foi preso em 2014 para cumprir a pena de 33 anos. Mas, nesta terça-feira (1º), o STJ decidiu que Rugai pode recorrer da sentença em liberdade.</p>
96	<p>Vídeo mostra festa de detentos em penitenciária feminina em SP <i>Diretor de segurança da Penitenciária Feminina de Santana foi afastado depois que o vídeo começou a circular na internet.</i> O diretor de segurança da Penitenciária Feminina de Santana, na zona norte de São Paulo, perdeu o cargo depois que um vídeo começou a circular na internet. As presas aparecem fora das celas, em dois andares do prédio. O clima é de festa. Uma delas diz que vai formar filas pra que todas possam consumir drogas. E também é feita a distribuição de bebida. Duas mil e duzentas presas estão na penitenciária.</p>
97	<p>Celso Araripe deixa prisão preventiva por determinação da Justiça Federal <i>Moro aceitou pedido da defesa e determinou que Araripe entregue passaporte. Ex-funcionário da Petrobras é investigado por suspeita de receber propina.</i> O ex-funcionário da Petrobras Celso Araripe deixou a prisão preventiva, em Curitiba, por determinação da Justiça Federal do Paraná. O juiz Sérgio Moro aceitou o pedido da defesa e determinou que Araripe entregue o passaporte e não mude de endereço sem autorização. Ele é réu num processo que envolve executivos da Odebrecht e continua sendo investigado por suspeita de receber propina.</p>
98	<p>Detento protesta em telhado de prisão de segurança máxima <i>Homem foi condenado na Inglaterra a 27 anos por assassinato e quer melhores condições na cadeia.</i> Um detento está protestando sozinho, desde este domingo (13) à tarde, no telhado de uma prisão de segurança máxima em Manchester, na Inglaterra. Stuart Horner foi condenado a 27 anos por assassinato e quer melhores condições na cadeia. Ele prometeu ficar lá em cima por 40 dias e 40 noites. A polícia ainda não sabe como Stuart conseguiu sair da cela.</p>
99	<p>Suíça aprova extradição para os EUA do ex-presidente da Conmebol <i>Uruguiaio Eugenio Figueredo é acusado de corrupção e fraude.</i> A justiça da Suíça aprovou a extradição para os EUA de um dos ex-dirigentes da Fifa detidos em Zurique. O uruguiaio Eugenio Figueredo, ex-presidente da Conmebol, é acusado de corrupção e fraude. Ele e o ex-presidente da CBF, José Maria Marin, estão entre os 7 presos desde maio, na Suíça.</p>
100	<p>Justiça italiana autoriza a extradição de Henrique Pizzolato <i>Condenado no processo do Mensalão do PT, Pizzolato estava na Itália desde 2013, quando fugiu usando os documentos do irmão morto.</i> A Justiça da Itália confirmou a extradição do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato. Ele foi condenado no Mensalão do PT e tinha fugido para Itália. O Conselho de Estado da Itália rejeitou o recurso da defesa de Henrique Pizzolato e considerou que os presídios brasileiros têm condições para que ele cumpra a pena aqui, e que o Brasil vai garantir os direitos dele. Condenado no processo do Mensalão do PT, Pizzolato estava na Itália desde 2013, quando fugiu usando os documentos do irmão morto. Foi preso em fevereiro de 2014. De lá para cá, foi um vai-e-vem de decisões: em outubro, a corte de Bolonha negou a extradição. Em fevereiro, a corte de cassação de Roma autorizou. Em junho, o Conselho de Estado da Itália suspendeu. E nesta terça-feira (22), autorizou de vez. Só falta agora o governo italiano dizer se a extradição é imediata ou se há um prazo. Esse aviso deve sair ainda esta semana. A defesa ainda pode recorrer à Corte Europeia de Direitos Humanos, em Estrasburgo, na França. Mas isso não impede a vinda dele para o Brasil, porque o recurso pode ser votado depois. "Essa extradição reconhece que parte do nosso sistema presidiário está apto a receber prisioneiros e respeitar os direitos humanos. Isso evitará problemas em outras extradições em países europeus", afirmou o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A operação para trazer Pizzolato para o Brasil vai ser coordenada pela Interpol. O destino será o complexo da Papuda, em Brasília, onde ficaram presos do Mensalão. A parte da pena cumprida por ele na Itália será descontada do tempo aqui no Brasil, o que pode levar Pizzolato ao regime semiaberto em junho de 2016, segundo procuradores. A defesa de Henrique Pizzolato na Itália afirmou que, pelo menos, o cliente teve a garantia de respeito aos direitos humanos.</p>

101	<p>Mercadinhos vendem produtos de risco dentro dos presídios em MT <i>Parentes estão proibidos de levar comida para os detentos. Eles têm que comprar tudo em mercadinhos onde trabalham funcionários dos presídios.</i> Os parentes dos presos de Mato Grosso estão proibidos de levar comida para eles. Os presos têm que comprar tudo em mercadinhos onde trabalham funcionários dos presídios e onde são vendidos produtos de risco. Em dia de visita na penitenciária de Mata Grande, em Rondonópolis, a segunda maior de Mato Grosso, os parentes de presos reclamam. "Bolacha, tudo comprado dentro da cadeia. Nada fora", conta uma pessoa. "A gente não pode trazer de casa. Ai, tem que comprar tudo aí dentro", queixa-se outra. Eles não podem entrar com comida. Os presos são obrigados a fazer as compras lá dentro, em um mercadinho montado no interior da penitenciária. No lugar se encontra quase tudo: produtos de limpeza, cigarro e até produtos perigosos, como óleo de cozinha. O mercadinho é administrado por uma associação de servidores, mas um agente penitenciário, que faz parte da associação e prefere não aparecer, diz que nunca soube o que é feito com o dinheiro arrecadado. "Estima-se o valor líquido de R\$ 120 mil ao mês. Boa parte da arrecadação lá eles rateiam entre eles, dividem, né?", afirma ele. JN - Eles quem? Agente penitenciário - A direção. Ele conta ainda que a cantina usa a mão de obra dos próprios agentes: "O diretor pega e coloca servidores para atuarem lá dentro. Pessoas que deveriam nos ajudar nos corredores, nos ajudar em escoltas, estão lá. Trabalham lá dentro". A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos admite que esse tipo de comércio existe em 9 unidades prisionais de Mato Grosso, inclusive na maior delas, a penitenciária central do estado. A Lei de Execuções Penais permite que haja cantinas instaladas dentro dos presídios, mas o que chama a atenção nesses estabelecimentos é que não houve qualquer concorrência pública, não se tem controle sobre os produtos que são vendidos nem sobre o destino do dinheiro arrecadado. "A ausência de uma regulamentação facilita com que possa haver em algum lugar, em algumas dessas cantinas, até desvio do dinheiro", diz João Batista Pereira, presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários de Mato Grosso. O diretor do Centro de Ressocialização de Cuiabá autorizou a entrada da reportagem no mercadinho que ele considera um modelo no estado. Foram encontradas lâminas de barbear e isqueiros à venda. "Possivelmente podemos fazer uma triagem disso aí e analisar novamente. Podemos fazer uma triagem para ver a situação", afirma Winkler de Freitas, diretor do presidio. Para o presidente da OAB de Mato Grosso, Maurício Aude, as imagens mostram uma situação irregular e perigosa: "Há alguns produtos, como isqueiros e óleo de cozinha, que podem ser utilizados em um momento de turbulência ou até para provocar um momento de turbulência". O governo do estado diz que montou uma comissão para tentar regularizar a situação. "Para que o estado tenha o controle sobre os produtos que são comercializados, sobre os preços que são praticados e também sobre a destinação do recurso arrecadado", explica Luís Fabi, secretário-adjunto de administração penitenciária. O diretor da penitenciária de Mata Grande, Ailton Ferreira, disse que presta contas mensalmente do que é vendido. E que os servidores trabalham como voluntários.</p>
102	<p>Prefeita ostentação passa a noite presa no Maranhão <i>Ex-prefeita de Bom Jardim usava redes sociais para ostentar riqueza. Ela é investigada por desvio de dinheiro da educação do município.</i> A ex-prefeita de Bom Jardim, no interior do Maranhão, se entregou à polícia. E ela conseguiu ir pra uma cela especial, no Corpo de Bombeiros. Lidiane Leite ficou conhecida como 'prefeita ostentação' e é suspeita de desviar milhões de reais dos cofres públicos. O troca-troca de cela durou até a madrugada. Lidiane saiu da Polícia Federal, de onde se entregou, para o IML. De lá foi para o quartel do Corpo de Bombeiros, por decisão de um juiz federal. Mas a Vara de Execuções Penais mandou ela ir para Penitenciária de Pedrinhas. Antes de ir, teve que voltar ao IML para fazer o exame de corpo de delito. Duas horas depois novas mudanças: os advogados dela conseguiram no TJ do Maranhão reverter a decisão. E ela voltou para o quartel do Corpo de Bombeiros. Aí começou uma segunda saga. O Ministério Público fez uma vistoria no alojamento de Lidiane Leite e condenou as regalias dadas a ela no quartel dos bombeiros. Como não há celas femininas no quartel, a ex-prefeita foi levada para um quarto igual ao mostrado no vídeo, com ar condicionado, cama e banheiro privativo. Mas sem a televisão e o frigobar, que foram retirados por ordem do Comando do Corpo de Bombeiros. A ex-prefeita ficou conhecida por usar as redes sociais para ostentar riqueza. Ela é investigada por desvio de dinheiro da educação do município. E R\$ 15 milhões em contratos que teriam sido assinados com empresas fantasmas. A prefeita foi afastada do cargo. Quando a prisão dela foi decretada, Lidiane sumiu da prefeitura. Mas nesta terça-feira (29), em depoimento à Polícia Federal, ela disse que estava numa aldeia indígena, trabalhando. O JN foi até a aldeia e os índios do local dizem que a ex-prefeita não passou por lá. "O que ela está querendo fazer é sujar a nossa imagem, a imagem da comunidade", afirmou o cacique da Aldeia Januária, Francisco Guajajara. O advogado de Lidiane Leite nega a participação dela no esquema de corrupção.</p>
103	<p>Pizzolato pode ser extraditado para o Brasil a partir de quarta-feira (7) <i>Itália comunicou decisão à Procuradoria Geral da República. Brasil tem 20 dias para trazer o ex-diretor de Marketing do BB de volta.</i> A Itália comunicou à Procuradoria Geral da República que o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato pode ser extraditado a partir de quarta-feira (7). O Brasil tem 20 dias para trazer Pizzolato de volta. Ele deverá ficar preso no Complexo da Papuda, em Brasília. Pizzolato foi condenado no Mensalão do PT a 12 anos e 7 meses de prisão. Ele fugiu para Itália em 2013 e foi preso no ano passado.</p>
104	<p>Juiza diz que foi agredida em visita a prisão de policiais no Rio <i>Na visita, juiza conta que foi recebida com hostilidade por grupo de PMs. TJ do Rio determinou o fechamento imediato do batalhão.</i> A Justiça do RJ mandou fechar o Batalhão Especial Prisional da Polícia Militar. Uma juíza da Vara de Execuções Penais foi agredida por presos de lá, durante uma inspeção. A confusão começou quando a juíza Daniela Barbosa Assumpção de Souza foi vistoriar celas e as galerias. 221 policiais militares, acusados dos mais diversos crimes, estão detidos no local aguardando decisão judicial. Daniela Souza é considerada linha dura. Em agosto passado ela denunciou privilégios dos presos que, de acordo com a juíza, tinham churrasco e visitas íntimas sem autorização. Na visita surpresa desta quinta, ela conta que foi recebida com hostilidade por um grupo de PMs. Foi cercada. A escolta da juíza tentou intervir, mas também foi agredida. Daniela Souza teve a blusa rasgada, perdeu os óculos e os sapatos e foi obrigada a deixar o presidio. A juíza voltou com reforço policial: Batalhão de Choque, Operações Especiais e Corregedoria da Polícia Militar e fez a vistoria. Por causa da agressão, o TJ do Rio determinou o fechamento imediato do Batalhão Especial Prisional. O deputado Flávio Bolsonaro da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio criticou a transferência. "Uma insanidade uma decisão como esta. Tem que ser reformada urgentemente. Coloca não apenas a vida dos policiais em risco, a dos seus familiares em risco como coloca a própria tranquilidade do sistema penitenciário em risco. São policiais militares que estão aguardando o julgamento. Muitos voltarão a trabalhar nas ruas normalmente e ao serem tratados como bandidos por uma pessoa representando o estado se sentiram indignados", disse o deputado estadual Flávio Bolsonaro, PP, comissão Direitos Humanos – ALERJ. O secretário de segurança do estado já pedia a desativação do presidio militar. "E este é um dos motivos que a gente há tempo pede a retirada do Batalhão prisional dali, porque ele e não é um lugar prisional. Aquilo era um batalhão de polícia", destacou José Mariano Beltrame, secretário de Segurança Pública-RJ. "Ela vai fazer uma inspeção para a garantia dos direitos dos próprios presos e não pode se ver diante de uma tentativa covarde de intimidação. Fatos como esse não podem e não devem se repetir", disse o desembargador Luiz Fernando Ribeiro De Carvalho, presidente do TJ-RJ. Ainda cabe recurso contra a decisão que determinou a transferência do batalhão. A juíza Daniela Souza não quis comentar o assunto, só disse que nunca se dirigiu aos presos como se fossem bandidos. Na noite desta quinta-feira (1), o presidente do TJ do Rio informou que vai reavaliar a decisão de fechar o Batalhão Prisional da Polícia Militar.</p>
105	<p>PMs presos deixam o batalhão onde uma juíza do Rio foi agredida Começou nesta sexta-feira (2) a transferência de presos do Batalhão Especial Prisional da PM do Rio. O local vai ser desativado. O JN mostrou na quinta-feira (1) um grupo de policiais militares presos agrediu uma juíza durante uma vistoria. A transferência dos cerca de 100 presos começou à tarde. Eles carregaram sacolas, ventiladores, até cadeiras faziam parte da mudança. Tudo foi revistado e colocado num caminhão. A ordem para fechar o Batalhão Especial Prisional da PM foi do juiz titular da Vara de Execuções Penais, Eduardo Oberg. Na quinta-feira (1), durante uma inspeção-surpresa, presos agrediram a juíza Daniela Barbosa Assumpção e a escolta dela. "Inaceitável, tem que haver ordem, disciplina, tem que haver organização. O que estava havendo lá era um absurdo do ponto de vista do Estado, do Estado de Direito", afirmou Eduardo Oberg, juiz titular -Vara de Execuções Penais-TJRJ. Os agressores foram identificados: Aloísio Souza da Cunha (terceiro sargento), José Luiz da Cruz (terceiro sargento), Aldo Leonardo Ferrari (cabo), acusado da morte de um militar português em abril, e Alan Lima Monteiro soldado, envolvido no caso da morte de um jovem numa favela do subúrbio. Os presos foram levados a uma penitenciária em Niterói, que passa a abrigar somente policiais militares acusados de crimes. A segurança no local está sendo compartilhada. A parte de fora e o acesso a unidade estão por conta da Secretaria de Administração Penitenciária do estado. Já os presos permanecem sob a responsabilidade da Polícia Militar. E o diretor do novo presidio vai continuar sendo o mesmo oficial da PM. O tenente-coronel Murilo Angelotti comandava o Batalhão Prisional desde agosto. A Corregedoria da Polícia Militar afirmou que ele foi mantido no cargo porque acompanhava o processo de troca de presidio desde o início do ano. A Corregedoria admitiu descontrolar na entrada de equipamentos eletrônicos e outras mordomias para os presos, como mostram fotos feitas em agosto durante uma inspeção da juíza que foi agredida. "Ter um local improvisado e inadequado pode facilitar esse tipo de irregularidade. Friso que todas foram apuradas e as que ocorrem estão em apuração, inclusive a de ontem, esse episódio infeliz ocorrido com a juíza. Nós lamentamos muito. Alguns pertences dos presos estão sendo restituídos aos familiares", contou Victor Yunes, corregedor geral da PM-RJ. Entre os 221 presos que serão transferidos, está o major Edson Santos, um dos acusados pela morte do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, na favela da Rocinha, há dois anos. Três dos quatro acusados de agredir a juíza foram transferidos por tempo indeterminado para o Presídio de Segurança Máxima de Bangú I. Só o cabo Aldo Ferrari não foi. Ele foi internado num hospital da PM, com suspeita de enfarte.</p>
106	<p>Termina a transferência de presos no batalhão especial da PM no Rio <i>Fechamento da unidade foi antecipado, depois que policiais agrediram uma juíza durante uma vistoria no batalhão que servia como presidio.</i> Terminou neste sábado (3) a transferência dos 221 presos no Batalhão Especial Prisional da PM, no Rio. O fechamento da prisão foi antecipado, depois que policiais agrediram uma juíza durante uma vistoria. Os policiais militares presos que ainda estavam no Batalhão Prisional foram transferidos neste sábado (3) em seis ônibus. Os objetos e eletrodomésticos deles estavam em um caminhão. Homens da Tropa de Choque escoltaram o comboio. Imagens feitas com celular mostram a passagem dos presos pela Ponte Rio-Niterói. O trânsito teve que ser parado. A transferência começou na sexta-feira (2), no fim da tarde. O Globocorp registrou a movimentação dentro do batalhão. Os presos carregavam sacolas, ventiladores e até uma caixa térmica. Tudo foi revistado. A Corregedoria da Polícia Militar disse que os internos tinham direito a ter tvs de até 21 polegadas, ventilador médio e material de higiene, mas admitiu descontrolar na entrada de equipamentos eletrônicos e outras mordomias para os presos, como mostram fotos feitas em agosto. A penitenciária de Niterói já tinha sido reformada para receber os policiais militares presos acusados de crimes. A transferência seria na semana que vem, mas teve que ser antecipada depois da confusão entre os PMs e a juíza durante uma vistoria no batalhão que servia de presidio. A juíza Daniela Barbosa Assumpção foi agredida por quatro policiais, que estão presos, quando fazia uma inspeção surpresa na quinta-feira (1º). Todos foram levados para um presidio de segurança máxima.</p>

107	<p>Ministro da Justiça da Itália prorroga, de novo, a extradição de Pizzolato <i>Embarque do ex-diretor de Marketing do BB condenado no mensalão do PT e foragido da Justiça brasileira estava marcado para quarta-feira (7).</i></p> <p>O homem que dirigia o marketing do Banco do Brasil e que foi condenado por envolvimento no mensalão do PT ganhou mais tempo antes de ser internado numa cadeia no Brasil. Estava tudo pronto para Henrique Pizzolato embarcar nesta quarta-feira (7) na Itália, mas o Ministério da Justiça de lá prorrogou a extradição mais uma vez. O comunicado verbal foi feito a diplomatas na embaixada do Brasil em Roma. A decisão de manter Henrique Pizzolato por mais 15 dias na Itália, segundo os diplomatas, é do ministro da Justiça italiano. O motivo para adiar a extradição não teria sido explicado. Os diplomatas brasileiros em Roma estão tentando reverter a decisão. Um dos argumentos é que foi o próprio Ministério da Justiça da Itália que marcou dia e hora para entregar Pizzolato à Polícia Federal brasileira, que já está com uma equipe lá. Em Brasília, o Ministério da Justiça e o Itamaraty ainda não foram comunicados oficialmente da decisão. A extradição de Henrique Pizzolato foi autorizada pelo Conselho de Estado da Itália no dia 22 de setembro. Condenado no processo do mensalão do PT, Pizzolato está na Itália desde 2013, quando fugiu usando os documentos do irmão morto. Foi preso em fevereiro do ano passado. Quando chegar ao Brasil, ele vai para o presídio da Papuda, em Brasília, onde ficaram os presos do mensalão. A parte da pena cumprida na Itália será descontada, o que pode levar Pizzolato ao regime semiaberto em junho do ano que vem, segundo procuradores.</p>
108	<p>Presos estão rebelados em penitenciária do interior do Paraná <i>Durante o banho de sol, eles levaram 5 reféns pro telhado. E começaram as cenas de violência.</i></p> <p>No interior do Paraná, presos estão rebelados na Penitenciária Estadual de Londrina, desde às 10h30. Durante o banho de sol, eles levaram 5 reféns pro telhado. E começaram as cenas de violência. A prisão foi construída para abrigar 928 presos, mas está com 1.140. Presos e autoridades estão negociando uma solução pra encerrar a rebelião.</p>
109	<p>Itália diz que Pizzolato será mandado para o Brasil até 11 de novembro <i>Comunicado não explicou motivos do adiamento. Defesa do ex-diretor de Marketing do BB ainda aguarda o último recurso contra a extradição.</i></p> <p>A Itália mandou um comunicado ao governo brasileiro com a data nova para extradição do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato. O comunicado entregue ao Ministério da Justiça não explicou os motivos do adiamento da extradição, que estava prevista para esta quarta-feira (7). Diz apenas que Henrique Pizzolato será mandado para o Brasil entre os dias 22 de outubro e 11 de novembro. A defesa de Pizzolato ainda aguarda o último recurso contra a extradição. A Corte Europeia de Direitos Humanos negou, na terça-feira (6), uma liminar, mas não julgou o mérito. A equipe da Polícia Federal que estava na Itália para trazer Pizzolato já foi chamada de volta ao Brasil. A previsão é que essa mesma equipe embarque novamente em 15 dias. Nos processos de entrega de presos, mudança de data não é comum. Mas o governo brasileiro avalia que o importante é que a extradição está mantida. O ex-diretor do Banco do Brasil foi condenado no processo do mensalão do PT a 12 anos e 7 meses de prisão, por corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. Fugiu para Itália em 2013 com documentos do irmão morto. Foi preso em fevereiro do ano passado e, depois de uma longa batalha na Justiça, a extradição foi autorizada pela Itália mês passado. Ele será trazido para o presídio da Papuda, em Brasília, onde ficaram presos do mensalão. A parte da pena cumprida na Itália será descontada, o que pode levar Pizzolato ao regime semiaberto no ano que vem, segundo procuradores.</p>
110	<p>Paulo Roberto Costa, delator da Lava Jato, já pode deixar a prisão domiciliar <i>Ele só precisa ficar dentro de casa entre as oito da noite e as seis da manhã, e também nos fins de semana, sempre usando a tornozeleira eletrônica.</i></p> <p>O ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa já pode deixar a prisão domiciliar. Ele só precisa ficar dentro de casa entre as oito da noite e as seis da manhã, e também nos fins de semana, sempre usando a tornozeleira eletrônica. Paulo Roberto Costa é delator da Operação Lava Jato e no acordo de colaboração já estava prevista a mudança no regime de prisão. Ele foi condenado em três ações.</p>
111	<p>Rebelião em presídio de Londrina (PR) acaba depois de 24 horas <i>Presos se renderam de manhã e libertaram os reféns, que também eram detentos. Dois presos estão foragidos. Oito reféns ficaram feridos.</i></p> <p>Durou 24 horas a rebelião na penitenciária de Londrina, interior do Paraná. Os presos se renderam de manhã e libertaram os reféns, que também eram detentos. Durante a madrugada, a polícia usou bombas de efeito moral e balas de borracha para tentar conter uma tentativa de fuga. Dois presos estão foragidos. Oito reféns ficaram feridos.</p>
112	<p>Três presos são mortos durante uma rebelião em Teófilo Otoni (MG) <i>Segundo a polícia, homens teriam sido assassinados por outros detentos. Pelo menos 14 presos fugiram e dois pavilhões ficaram destruídos.</i></p> <p>Três presos foram assassinados e três ficaram feridos durante uma rebelião na penitenciária de Teófilo Otoni, em Minas Gerais. Para a polícia, eles teriam sido mortos por outros detentos. Pelo menos 14 presos fugiram. Dois pavilhões ficaram destruídos.</p>
113	<p>Henrique Pizzolato será entregue às autoridades brasileiras na quinta (22) <i>Ex-diretor de marketing do BB é condenado no mensalão do PT. Pizzolato deve chegar em SP e ser transferido pra Brasília.</i></p> <p>O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado no mensalão do PT, vai ser entregue às autoridades brasileiras na quinta-feira (22), em Milão, na Itália. Uma equipe da Polícia Federal já está lá para recebê-lo. Pizzolato deve chegar a São Paulo na sexta-feira de manhã. E deve ser transferido em seguida pro Presídio da Papuda, em Brasília. Em 2013, ele foi condenado pelo STF a 12 anos e 7 meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro. Mas fugiu pra Itália antes de o STF expedir o mandado de prisão. Lá, foi preso em 2014 e recorreu várias vezes pra não ser extraditado para o Brasil.</p>
114	<p>STF autoriza extradição de dois estrangeiros presos no Brasil <i>Relator dos processos, Luiz Fux, disse que, nos dois casos, apesar dos argumentos da defesa, estavam presentes os requisitos para a extradição.</i></p> <p>O STF autorizou nesta terça-feira (20) a extradição de dois estrangeiros presos no Brasil: o colombiano Marcos de Jesus Figueroa, acusado de participação em 250 homicídios, preso em setembro do ano passado, no Acre. E o italiano Pasquale Scotti, chefe da organização Nova Camorra, acusado de 22 assassinatos e condenado à prisão perpétua na Itália. Pasquale vivia há 30 anos no Recife, onde foi preso em maio deste ano. O relator dos processos, ministro Luiz Fux, disse que, nos dois casos, apesar dos argumentos da defesa, estavam presentes os requisitos para a extradição.</p>
115	<p>Henrique Pizzolato deixa a Itália e segue para o Brasil <i>Condenado no mensalão do PT embarcou escoltado nesta quinta-feira (22) para São Paulo. Ele vai ser levado para o Presídio da Papuda, em Brasília.</i></p> <p>O ex-gerente de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato deixou a Itália e segue para o Brasil nesta quinta-feira (22). Ele vai cumprir aqui o resto da pena pelo mensalão do PT. A história da fuga de Henrique Pizzolato para a Itália, depois de quase dois anos terminou nesta quinta-feira, com o seu embarque para São Paulo. Escoltado por três policiais brasileiros e uma médica, ele deve chegar na manhã desta sexta em Guarulhos. A Polícia Federal informou que um avião levará Pizzolato de São Paulo pra Brasília. Lá, ele seguirá para o Presídio da Papuda, onde ficaram presos outros condenados do mensalão do PT. Da sua pena de 12 anos e 7 meses, o ex-diretor de marketing do Banco do Brasil já cumpriu um ano na cadeia de Modena. De onde saiu nesta quinta às quatro e meia da tarde, horário local. Viajou de carro até o aeroporto de Malpensa, em Milão. Pizzolato fugiu pra Itália em 2013, usando documentos do irmão morto. Foi preso em fevereiro do ano passado. O processo de extradição sofreu reviravoltas: em outubro, a corte de Bolonha negou a sua volta ao Brasil. Em fevereiro, a corte de cassação de Roma autorizou. Em junho, o conselho de estado da Itália suspendeu. E no mês passado, autorizou de vez, depois de ser convencido de que a Penitenciária da Papuda poderia garantir o respeito aos direitos humanos. Nem um último apelo à corte europeia de direitos humanos evitou a extradição. O advogado de defesa comentou que Pizzolato está desiludido com a Itália, mas conformado. Alessandro Sivelli disse também que Pizzolato está melhor de saúde. E que não tem dúvidas de que Brasil e Itália negociaram a troca de Pizzolato pelo mafioso italiano Pasquale Scotti, preso em maio no Recife. Há dois dias o STF autorizou a extradição de Scotti. Por já ter cumprido parte da pena na Itália, procuradores brasileiros acreditam que no meio do ano que vem Pizzolato poderá ir para o regime semiaberto. O ministério da Justiça brasileiro não comentou as declarações do advogado de Pizzolato.</p>
116	<p>Suzane von Richthofen vai cumprir pena no regime semiaberto em SP <i>Justiça aceitou pedido da defesa de Suzane nesta quinta (22). Ela deve cumprir pena na mesma penitenciária em que está presa há 8 anos.</i></p> <p>A Justiça de São Paulo aceitou o pedido de Suzane von Richthofen para cumprir pena no regime semiaberto. Ela foi condenada a 39 anos de prisão, em regime fechado, pelo assassinato dos pais, em São Paulo. Suzane von Richthofen está presa em Tremembé, no Vale do Paraíba, desde 2007. Em 2002, ela participou do assassinato dos pais, Manfred e Marisa von Richthofen, na casa onde viviam, em São Paulo. O namorado dela na época do crime, Daniel Cravinhos, e o irmão dele, Cristian Cravinhos, também foram condenados. No ano passado, Suzane já tinha conseguido o direito de ir para o regime semiaberto, mas desistiu, porque temia pela própria segurança caso fosse transferida de penitenciária. Esse ano, a penitenciária feminina de Tremembé inaugurou uma ala para receber presos do regime semiaberto. A defesa de Suzane von Richthofen entrou com um pedido para que ela cumprisse o restante da pena nesse regime. E, nesta quinta-feira (22), a 5ª Câmara de Direito Criminal do TJ-SP aceitou o pedido. Agora, Suzane deve cumprir a pena no semiaberto na mesma penitenciária em que está presa há oito anos. O defensor público de Suzane disse que ela pode passar para o semiaberto na semana que vem. Se ficar na penitenciária de Tremembé, vai trabalhar na própria unidade e, em vez de dormir na cela, vai passar a noite em um dormitório. Os irmãos Cravinhos já cumprem pena em regime semiaberto.</p>

117	<p>Henrique Pizzolato chega ao Brasil depois de ser extraditado da Itália <i>Ex-diretor de marketing do Banco do Brasil foi condenado no mensalão. Justiça vai decidir se fuga pode impedir progressão de pena.</i> O ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, desembarcou em São Paulo na manhã desta sexta-feira (23), depois de dois anos lutando contra a extradição para o Brasil. O correspondente Pedro Vedova estava no mesmo voo, que saiu nesta quinta-feira (22) de Milão, na Itália. Pizzolato passa primeiras horas no Presídio da Papuda, em Brasília. Cento e oitenta e três passageiros; um não queria estar ali. Voltava ao Brasil o único foragido do mensalão do PT. Henrique Pizzolato apareceu encolhido, quieto. O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil tentou de tudo para ficar na Itália. Em geral, a extradição envolve três instâncias. O processo de Pizzolato teve oito fases. Ao longo de quase dois anos, cada um de seus recursos se apagou. Sentado na poltrona 40A, já aceitava a Itália que ia embora. Nestes anos turbulentos, se apegou à bíblia. Nenhuma algema impedia Pizzolato de virar a página. Usava um pedaço de madeira. Pizzolato contava com a proteção da Polícia Federal: um delegado, dois agentes e uma médica. Ele assistiu a pelo menos dois filmes. O segundo foi "O Calvário", a história de um padre ameaçado de morte durante uma confissão. Talvez a sua fuga cinematográfica tenha vindo à cabeça quando avião sobrevoou Madrid. Pizzolato escapou do Brasil pelo Paraguai, Argentina e Espanha. Durante todo o voo parecia sereno. Não tomou remédio para dormir ou para se acalmar. A médica mediu a pressão várias vezes, uma delas ficou 12 por 9. Incômodo, Pizzolato só sentiu ao tentar encontrar posição para dormir. A Polícia Federal colocou Henrique Pizzolato no canto do avião. As poltronas ao redor dele foram todas isoladas. Era para o repórter do JN estar nas últimas fileiras, mas a polícia mudou o lugar dele antes do embarque. A justificativa era "preservar a integridade de Pizzolato"; impedir que a movimentação de jornalistas deixasse alguém agitado. O único momento de inquietação foi uma breve via de menos de 20 passageiros. O ex-diretor de Marketing seguiu com a equipe da Polícia Federal para Brasília. O inquieto Pizzolato da fuga mirabolante, aquele que fez valer cada parágrafo da lei italiana, voltava ao Brasil diferente: um Pizzolato conformado.</p>
118	<p>Pizzolato passa primeiras horas no Presídio da Papuda, em Brasília <i>Ele vai dividir cela com mais três presos. Pizzolato pode tomar banho de sol duas horas por dia, e receber visitas a partir da próxima sexta-feira (30).</i> No presídio da Papuda, em Brasília, Pizzolato vai dividir uma cela com mais duas pessoas. O Brasil quer que ele pague os mais de R\$ 600 mil gastos no processo de extradição. Do aeroporto de Brasília, a equipe do JN acompanhou a chegada de Henrique Pizzolato. Ele pousou no avião da Polícia Federal às 8h46. Pizzolato desceu sem algemas e foi direto para o Instituto Médico Legal. Depois, seguiu para o Complexo Penitenciário da Papuda, a 30 quilômetros do centro de Brasília. Lá, ficará no centro de detenção provisória, Bloco 5. As celas têm, no mínimo, seis metros quadrados. Henrique Pizzolato chega ao Brasil depois de ser extraditado da Itália. Ele ficará na mesma ala de outro condenado no mensalão do PT: Ramon Rollerbach, ex-sócio de Marcos Valério. E vai dividir cela com dois presos. Um deles é José Carlos Alves dos Santos, condenado no escândalo dos anões do orçamento, na década de 90. Pizzolato pode tomar banho de sol duas horas por dia e receber visitas a partir da próxima sexta-feira (30). O ex-diretor de marketing do Banco do Brasil foi condenado a 12 anos e 7 meses de prisão por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e peculato no mensalão do PT. Um ano, ele já cumpriu na Itália, e isso será descontado. Em tese, procuradores dizem que ele poderia ir para o regime semiaberto em junho de 2016. Para conseguir a progressão, ele tem que cumprir um sexto da pena e ter bom comportamento. Há interpretações jurídicas de que ele não teve bom comportamento porque fugiu para não ser preso. Caberá ao ministro do Supremo Luís Roberto Barroso decidir se Pizzolato poderá ir pro semiaberto ou não. Será a primeira vez que o STF vai analisar um caso assim, criando jurisprudência, ou seja, a mesma decisão será tomada em casos semelhantes. E o Brasil vai pedir de volta os 113 mil euros, equivalente a R\$ 484 mil, apreendidos com Pizzolato quando ele foi preso na Itália. A extradição custou ao MPF R\$ 170 mil, gastos com traduções e viagens. Esse valor será cobrado, assim como outros cem mil euros que a Advocacia-Geral da União gastou com advogados italianos. Com a extradição e por causa da dupla nacionalidade, Pizzolato passa a ser tratado como um preso estrangeiro no Brasil. A extradição vale somente para a condenação no mensalão, mas Pizzolato cometeu crimes no Brasil antes de ser extraditado: lavagem de dinheiro e uso de documento falso, já que estava usando papéis do irmão morto. Em casos assim, o tratado prevê que o MP peça autorização da Itália para processá-lo. Ao comentar o fim da operação de extradição, o procurador-geral da República mandou um recado para os criminosos. "As decisões judiciais valem também além da fronteira dos respectivos países nacionais, seja para aqueles que fogem para evitar o cumprimento da pena, seja para aqueles que escondem valores, dinheiro, outros bens de valor no exterior. A Justiça brasileira está apta a alcançar pessoas e bens fora do seu limite territorial", afirma Rodrigo Janot.</p>
119	<p>Preso usa máscara de idosa para tentar fugir em Goiás <i>Detento conseguiu passar por duas barreiras, mas foi desmascarado por agente. Direção do presídio investiga como o disfarce foi parar na cadeia.</i> O JN mostra a história de um preso que pode ser chamado, com todas as letras, de cara de pau. Ou, talvez, de silicone. Sapatinho tipo da vovó, vestido longo até os pés e uma máscara, que vista de longe, e também de perto, parece muito com o rosto de uma mulher idosa. Ela tem rugas na testa, linhas de expressão e a textura da pele parece de verdade. Tudo isso fazia parte de um plano pra escapar de um Presídio de Segurança Máxima em Aparecida de Goiânia, na Região Metropolitana. "No meu tempo de experiência respondendo por esse distrito que cuida de todo o complexo prisional, é a primeira vez que eu me deparo com esse tipo de situação", afirma p delegado Diogo Rincon. No domingo (25), pelo menos 1,2 mil pessoas foram fazer visitas no presídio Odenir Guimaraes. E 1,1 mil eram mulheres. O preso Clodoaldo Antônio Felipe imaginou que disfarçado de mulher seria mais fácil sair aqui pelo portão da frente sem chamar a atenção. O presídio tem 1,4 mil detentos. O preso se trocou numa das celas, passou pelo primeiro portão onde estavam os agentes de segurança, caminhou em meio aos visitantes mais cem metros e conseguiu passar mais uma barreira. Faltava apenas mais um portão pra conseguir escapar, a 5 metros da rua. Foi aí que um agente prisional percebeu um detalhe: "Ele estava andando rapidamente, com o corpo muito esguio e que não é naturalmente o andar de uma senhora de aproximadamente 70 anos", conta o supervisor de Segurança Penitenciária João Carvalho Coutinho Junior. Clodoaldo já tinha tentado escapar outras três vezes. Ele cumpre pena por roubo, receptação e tráfico de drogas. A direção do presídio está investigando como o disfarce foi parar dentro da cadeia.</p>
120	<p>Ex-presidente da CBF aceita ser extraditado para os EUA <i>José Maria Marin e outros seis dirigentes da Fifa foram presos na Suíça. Ele é acusado de receber propina de empresas de marketing esportivo.</i> Depois de 5 meses preso na Suíça, o ex-presidente da CBF José Maria Marin vai ser extraditado para os EUA. José Maria Marin e outros seis dirigentes da Fifa foram presos na Suíça em maio deste ano por determinação da Justiça americana. Os EUA entraram com o pedido de extradição de Marin no dia 1º de julho, mas o ex-presidente da CBF entrou com um recurso. Na terça-feira (27) ele mudou de ideia e abriu mão de lutar contra a extradição. O comunicado da Justiça suíça diz que a decisão de Marin simplifica a transferência para os EUA. E que, como de costume, por razões de segurança e privacidade, as informações sobre a data e o horário da viagem não serão divulgadas. Segundo as investigações americanas, José Maria Marin é acusado de receber mais de US\$ 6 milhões em propinas de empresas de marketing esportivo. O dinheiro seria relativo à venda dos direitos de marketing das Copas América de 2015, 2016, 2019 e 2023 e da Copa do Brasil de 2013 a 2022. Os investigadores também apontam desvio de fundos de duas confederações continentais da Fifa e também da CBF. Além de Marin, outros 5 dirigentes estão presos em Zurique. Eles contestam os pedidos de extradição. O ex-presidente da Concacaf e ex-vice-presidente da Fifa Jeffrey Webb foi o primeiro a concordar com a extradição. A Suíça entregou Webb para os EUA no dia 15 de julho. Em Nova York, onde corre o processo, ele pagou uma fiança de US\$ 10 milhões e entregou os três passaportes que tem para não ficar na cadeia. Webb responde agora em liberdade vigiada. É monitorado o tempo todo através de um localizador eletrônico. Jose Maria Marin é dono de um apartamento num condomínio de luxo em Nova York. O imóvel tem valor estimado em cerca de R\$ 10 milhões. Nem a Justiça americana nem a Suíça informaram o que fez Marin mudar de ideia sobre a extradição. O mais provável é que ele tenha a expectativa de conseguir o mesmo tratamento dado a Jeffrey Webb: esperar o julgamento no apartamento dele com liberdade vigiada. Segundo a Polícia Federal americana, o prazo pra extradição é de 10 dias.</p>
121	<p>Lava Jato: Empresário Fernando de Moura deixa a prisão <i>Empresário responde por crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Moura passou para regime semiaberto porque fez acordo de delação.</i> O empresário Fernando de Moura deixou a prisão nesta segunda-feira (2). Ele responde por crimes como corrupção e lavagem de dinheiro na Operação Lava Jato. Fernando de Moura estava preso em Curitiba desde agosto e foi para casa, no interior de São Paulo. Ele passou para o regime semiaberto porque fez um acordo de delação premiada. Moura contou que tratava, com diretores da Petrobras, as propinas de interesse do ex-ministro José Dirceu, que está preso no Paraná. A defesa de José Dirceu declarou que vai se manifestar nos autos do processo.</p>
122	<p>Seis mil presos são libertados antes do tempo nos EUA <i>Pena mínima obrigatória para alguns tipos de crime foi reduzida. Um dos objetivos da redução é diminuir a superpopulação carcerária.</i> O governo dos EUA anunciou uma série de medidas pra reintegrar presos à sociedade. E também reduzir a imensa população carcerária do país. De sexta-feira (30) até segunda (2), seis mil presos ganharam a liberdade antes da hora. Eles foram condenados por produzir ou vender drogas, como Greg. Ele conta que era viciado em heroína. Outros 40 mil presos federais que não cometeram crimes violentos podem ser soltos antes do fim da sentença. É que a pena mínima obrigatória pra esses tipos de crime foi reduzida. Hina está preocupada com a segurança. "Ter essas pessoas de volta nas ruas pode ser um problema sério", diz ela. Mas um estudo do governo mostrou que, depois de 5 anos, a taxa de reincidência entre os presos que tiveram a pena reduzida foi ligeiramente menor do que a dos que cumpriram toda a pena. Um dos objetivos é reduzir a superpopulação carcerária. Os EUA têm o maior número de presos do planeta: 2,2 milhões. São tantos que cidades como Nova York têm presídios verticais. Um deles tem 10 andares e fica bem no centro da cidade. O número de prisões explodiu com a política rigorosa de combate às drogas nos anos 80 e 90. A tolerância zero, com penas severas, diminuiu a criminalidade, mas levou pra cadeia principalmente minorias: jovens negros e latinos. Hoje, democratas e republicanos defendem um relaxamento da punição. O argumento pra muitos conservadores não é direitos humanos: é custo. O país gasta o equivalente a R\$ 300 bilhões por ano para manter os detentos atrás das grades. Pro presidente Barack Obama, reformar a justiça criminal é questão de honra. Nesta segunda, ele anunciou medidas pra reintegrar os ex-detentos. O governo vai dar bolsas de estudo, oferecer cursos de requalificação profissional e facilitar o acesso à moradia. A ideia é dar uma segunda chance. E quebrar o ciclo: pobreza, criminalidade, prisão.</p>

123	<p>Suíça extradita o ex-presidente da CBF José Maria Marin para os EUA <i>Acusado de receber mais de US\$ 6 milhões de propina, ex-presidente da CBF foi apresentado oficialmente à justiça e se declarou inocente.</i></p> <p>O ex-presidente da CBF José Maria Marin foi extraditado nesta terça-feira (3) pros EUA depois de mais de 5 meses preso na Suíça. Jose Maria Marin, de 83 anos, embarcou da Suíça para os EUA acompanhado por dois agentes do FBI. E foi apresentado oficialmente à justiça. A audiência foi longe das câmeras, no Tribunal Federal, no bairro do Brooklyn. José Maria Marin contou com a ajuda de um tradutor para responder às perguntas do juiz. Vestindo camisa e pulôver azuis e aparentando cansaço, o ex-presidente da CBF se declarou inocente e aceitou pagar uma fiança de US\$ 15 milhões. Durante toda a sessão, Marin bebeu água várias vezes. No final, ele se emocionou e abraçou a mulher, Dona Neusa. Na saída do tribunal Marin não quis falar com a imprensa. A próxima audiência está marcada para o dia 16 de dezembro no mesmo tribunal. Marin estava lutando para evitar a extradição desde julho. Mas, na semana passada, concordou em viajar para os EUA. Ele teria mudado de ideia depois de ver o acordo que os americanos fecharam com o ex-vice-presidente da Fifa e da Concacaf, Jeffrey Webb. Webb, que foi extraditado em julho, pagou uma fiança de US\$ 10 milhões e está aguardando o julgamento em prisão domiciliar, com monitoramento eletrônico. A expectativa é de que Marin aguarde o julgamento no apartamento dele, em um condomínio de luxo na 5ª Avenida, em dois endereços mais cobigados de Nova York. A mulher de Marin, Dona Neusa, esteve no apartamento, junto com o advogado do marido. Marin e outros seis dirigentes da Fifa foram presos em Zurique no dia 27 de maio, a pedido da justiça americana. O ex-presidente da CBF é acusado de receber mais de US\$ 6 milhões de propina de empresas de marketing esportivo. Em troca, essas empresas conseguiram os direitos de marketing das edições da Copa América de 2015, 2016, 2019 e 2023. E também da Copa do Brasil, segunda competição mais importante do país, entre 2013 e 2022.</p>
124	<p>Marin passa a primeira noite preso em apartamento de luxo em NY <i>Ex-presidente da CBF foi extraditado da Suíça para os EUA. Ele se comprometeu a pagar fiança de US\$ 15 milhões.</i></p> <p>O ex-presidente da CBF José Maria Marin passou a primeira noite preso no apartamento dele, nos EUA. Ter um apartamento num prédio imponente da 5ª Avenida, avaliado em US\$ 2,5 milhões, é sinal de status. Mas, no caso de José Maria Marin, a casa é também a prisão. O prédio construído pelo bilionário Donald Trump fica num dos pontos mais disputados de Nova York, principalmente pelos turistas. O Central Park está bem perto, a duas quadras. É uma área de muitos restaurantes, museus e lojas de luxo. Mas o ex-presidente da CBF só vai poder botar o pé na rua acompanhado por segurança, com autorização da Justiça, e em ocasiões bem específicas. "Advogado, igreja, médico, tudo pré-marcado, e duas compras por semana num determinado supermercado", explica o advogado de Marin, Paulo Peixoto. Depois de mais de 5 meses de prisão na Suíça, Marin, de 83 anos, passou o dia no 41º andar. "Ele está bem de saúde, aparentemente bem, está descansando e está reflexivo, um pouco emotivo ainda", afirma o advogado. Na terça-feira (3), no tribunal, Marin ouviu do juiz que é acusado de conspiração pra prática de extorsão, fraude e lavagem de dinheiro. E se declarou inocente. Saiu de lá com uma tornozeleira eletrônica, que vai ser paga por ele mesmo. José Maria Marin saiu para pegar o carro na noite desta quarta (4). Foram quase quatro minutos de caminhada, impaciente, na frente das câmeras. Marin desviou das perguntas. E só fez uma declaração: "Boa noite para vocês". Para ter direito à prisão domiciliar, ele se comprometeu a pagar uma fiança - de US\$ 15 milhões - cerca de R\$ 56 milhões. A mulher dele também assinou o compromisso. O criminalista Anthony Thompson explica que normalmente 10% da fiança são pagos na hora. O resto são bens e imóveis dados como garantia. "Se a pessoa não aparecer nas audiências, perde o dinheiro. Mas se comparecer, recebe de volta, sendo culpada ou inocente", diz o criminalista. Os advogados esperam que o processo dure mais um ano. Se condenado, o ex-presidente da CBF pode pegar 20 anos de cadeia. A justiça quer que Marin coopere com as investigações. Mas por enquanto... "Não existe nenhum acordo de colaboração e isso é muito importante", aponta o advogado de Marin, Julio Barbosa.</p>
125	<p>Ex-deputado Pedro Corrêa perde benefício do semiaberto no mensalão <i>Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, entendeu que, por ter sido condenado na Lava Jato, ele não tem mais direito ao benefício.</i></p> <p>O ex-deputado pelo PP Pedro Corrêa perdeu o benefício do regime semiaberto na condenação do mensalão do PT. Quando sair da prisão preventiva que cumpre atualmente por causa da Lava Jato, vai ter que voltar a cumprir a pena no mensalão em regime fechado. O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, entendeu que, por ter sido condenado na Lava Jato, ele não tem mais direito ao benefício. No mensalão, Corrêa foi condenado a 7 anos e dois meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Na Lava Jato, ele foi condenado a mais de 20 anos de prisão pelos mesmos crimes, mas ainda pode recorrer.</p>
126	<p>Senadores decidem manter a prisão de Delcídio do Amaral <i>Em votação aberta, o Senado decidiu que o senador Delcídio do Amaral vai ficar preso até segunda decisão do STF.</i></p> <p>Pela Constituição de 1988, a decisão sobre a permanência de Delcídio do Amaral na cadeia cabia ao Senado. Uma longa sessão em Brasília começou com a discussão sobre se seria aberta ou fechada a votação. Renan Calheiros decidiu que a palavra final seria do plenário. E, por 52 votos a 20, os senadores decidiram que o voto fosse aberto. No final da noite desta quarta-feira (25), saiu a decisão final. E 59 senadores decidiram manter a prisão do senador Delcídio do Amaral, 13 decidiram relaxar a prisão e teve uma abstenção. Portanto, o Senado decidiu que o senador Delcídio do Amaral vai ficar preso até segunda decisão do STF.</p>
127	<p>STF manda transferir banqueiro André Esteves para presidio no Rio <i>Desde a prisão dele, ações do BTG Pactual perderam quase 24%. Bilionário antes dos 40, Esteves é um dos homens mais ricos do Brasil.</i></p> <p>O ministro Teori Zavascki, do STF, mandou transferir o banqueiro André Esteves para um presidio, no Rio. Desde a prisão desta quarta-feira (25), as ações do BTG Pactual perderam quase 24% do valor. De estagiário a sócio do banco em quatro anos. E bilionário antes dos 40. Isso para quem dizia não querer muito no início da carreira. "A maior ambição minha, quando fui para a universidade, era ter um emprego, um dia ter um emprego", disse. André Esteves conta em vários vídeos na internet como se destacou ao chegar ao Pactual, um banco de investimentos. Ele tinha 22 anos quando entrou na instituição. Virou chefe, teve um cargo igual ao de presidente e, em 2009, virou o dono, depois de um negócio considerado uma grande cartada: recomprou com outros sócios o banco que tinha sido vendido a um grupo suíço três anos antes, e por um valor menor do que os estrangeiros tinham pagado. E acrescentou ao nome original do banco três letras. Hoje, o BTG Pactual está em 15 países em quatro continentes e administra US\$ 300 bilhões em ativos. "Foco, vontade, ambição, dedicação, 'hard working' para isso acontecer", disse André Esteves. Aos 47 anos, André Esteves era apontado até quarta (25), como o 13º homem mais rico do Brasil, com uma fortuna de R\$ 9 bilhões. Depois da prisão, perdeu quase R\$ 1,5 bilhão e caiu duas posições neste ranking. André Esteves tem bom relacionamento com políticos de vários partidos. Em 2014, o banco dele doou R\$ 9,5 milhões diretamente para a campanha de reeleição de Dilma Rousseff, do PT, e doou R\$ 5,28 milhões diretamente para a campanha de Aécio Neves, do PSDB. O TSE também registra doação de R\$ 8 milhões do BTG Pactual, na mesma eleição, para o PMDB, que tinha Michel Temer como candidato a vice na chapa de Dilma. O BTG Pactual é sócio da Petrobras na exploração de petróleo em países da África e da 7 Brasil, a empresa que fornece sondas também para a Petrobras e é alvo da Lava Jato. André Esteves foi preso nesta quarta (25), acusado de obstruir as investigações. A prisão dele ganhou destaque em várias publicações internacionais. Foi capa no The New York Times e reportagem dos sites do Financial Times e Wall Street Journal. André Esteves foi citado na conversa gravada pelo filho de Nestor Cerveró. Bernardo fala com Delcídio Amaral e o advogado do senador, Edson Ribeiro. Na gravação, Bernardo e Edson demonstram espanto com o suposto acesso do banqueiro à delação de Cerveró. E conversam sobre como isso poderia ter acontecido. Bernardo Cerveró: Rapaz, chegar na mão do BTG, no André, cara. Edson Ribeiro: Por que chegou lá? Bernardo Cerveró: Porque o Fernando já se queimou com o cara. Já falou dele. Edson Ribeiro: Quem é que poderia levar isso pro André? Bernardo Cerveró: Eu acho que é carcereiro. O cara dá 50 mil aí pra você. Edson Ribeiro: A gente num entende, pô! Bernardo Cerveró: Carcereiro, Nilton... Os caras são muito legais. Edson Ribeiro: Mas tem muita informação, cara... Só tranquilizar ele aí com o negócio do seu pai, Bernardo. O advogado de André Esteves nega que o banqueiro tenha a cópia da delação. "Ele nunca teve esta cópia. Ele nunca teve esse acesso. Na realidade, infelizmente, o Delcídio coloca isto nesta gravação, uma gravação feita entre quatro pessoas, onde o André não estava", afirma o advogado Carlos de Almeida Castro. André Esteves está preso temporariamente na carceragem da Polícia Federal no RJ. Nesta quinta-feira (26), o ministro Teori Zavascki, do STF, negou revogar a prisão do banqueiro e determinou que ele seja transferido para o presidio Ary Franco, na zona norte da cidade.</p>
128	<p>Bilionário André Esteves passa a noite em presidio no RJ <i>Dono do banco BTG Pactual está preso em Bangu 8. Advogados vão entrar com um novo recurso no STF.</i></p> <p>O dono do banco BTG Pactual, André Esteves, está na penitenciária de Bangu, no Rio. Os advogados dele pretendem entrar com um recurso no STF. Foi uma mudança brusca. Na terça-feira, o bilionário André Esteves dormiu em seu apartamento de 600 metros quadrados em Ipanema, zona sul do Rio. É um dos edifícios mais caros do país. Um imóvel no prédio foi avaliado em R\$ 70 milhões em 2014. Na noite de quinta-feira (26), André Esteves dormiu em um presidio na zona oeste do Rio, conhecido como Bangu 8. O banqueiro está sozinho numa cela que tem cerca de seis metros quadrados. Um beliche e um banheiro. A água do chuveiro é fria. Tem direito a um banho de sol por dia, durante duas horas. André Esteves está vestindo o uniforme dos presidiários: camisa branca, calça jeans e sandálias de borracha. As refeições também são as mesmas. No almoço: arroz, feijão, purê de batata, moela de frango e guaraná natural. A foto de André Esteves preso ainda não foi incluída no sistema de identificação penitenciária. Ele foi transferido na noite de quinta-feira, depois que o ministro do STF Teori Zavascki negou o pedido do advogado do banqueiro para soltá-lo. André Esteves, dono do banco BTG Pactual, é investigado pela Procuradoria da República porque teria tido acesso a um esboço sigiloso do acordo de delação premiada do ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró. De acordo com as investigações, o senador Delcídio do Amaral e o banqueiro teriam ser citados por Cerveró. Segundo a procuradoria-geral da República, Delcídio ofereceu pagar R\$ 4 milhões ao advogado Edson Ribeiro e negociou com André Esteves para que o banqueiro arcasse com os valores do acordo. O advogado de André Esteves nega as acusações e disse que vai recorrer novamente ao STF. "Nós vamos esperar a manifestação do Ministério Público. Porque nós entendemos que há uma desnecessidade da prorrogação dessa prisão. Eu acho que nós colaboramos. Estamos à disposição para continuar colaborando. Mas não vejo nenhum sentido, nada que tenha acontecido que justificasse a manutenção dessa prisão", declarou Carlos de Almeida Castro, advogado de André Esteves. A prisão de André Esteves é provisória e vai até domingo. Pode ser prorrogada por mais 5 dias. Se a procuradoria da República pedir prisão preventiva e a Justiça autorizar, não existe prazo para soltura. A mulher do banqueiro entrou nesta sexta com pedido para visitá-lo na prisão. E no mesmo dia, o secretário de administração penitenciária autorizou. Mas até agora, segundo a secretaria, o banqueiro não recebeu visitas.</p>

129	<p>Teori Zavascki autoriza ex-presidente do BTG Pactual a sair da prisão <i>André Esteves está em Bangu 8, no Rio. Banqueiro é acusado de envolvimento em tentativas de prejudicar as investigações da Lava Jato.</i> O ministro do STF Teori Zavascki autorizou o ex-presidente do banco BTG Pactual, André Esteves, a sair da prisão. O banqueiro está em Bangu 8, no Rio, e é acusado de envolvimento em tentativas de prejudicar as investigações da operação Lava Jato. O ministro Teori Zavascki determinou que o banqueiro cumpra prisão domiciliar. André Esteves também está proibido de manter contato com outros investigados, de participar da administração do BTG Pactual e frequentar estabelecimentos que pertençam ao grupo. O ministro Teori Zavascki determinou também que o senador Delcídio do Amaral seja transferido da carceragem da superintendência da Polícia Federal em Brasília para um quartel, no DF.</p>
130	<p>Banqueiro André Esteves deixa cadeia e vai ficar em prisão domiciliar <i>Esteves passou mais de 20 dias em Bangu 8, no Rio, acusado de envolvimento em tentativas de prejudicar as investigações da Lava Jato.</i> O banqueiro André Esteves deixou a cadeia na noite desta sexta-feira (18) e vai ficar em prisão domiciliar. Esteves passou mais de 20 dias em Bangu 8, no Rio, acusado de envolvimento em tentativas de prejudicar as investigações da Operação Lava Jato. Ele está proibido de deixar o país, de manter contato com outros investigados e de participar da administração do BTG Pactual.</p>
131	<p>Delcídio é transferido para o Batalhão de Trânsito da PM em Brasília <i>Senador é acusado de tentar atrapalhar as investigações da Lava Jato e estava na Superintendência da Polícia Federal desde o dia 25 de novembro.</i> O senador Delcídio do Amaral foi transferido nesta sexta-feira (18) para o Batalhão de Trânsito da Polícia Militar, em Brasília. Ele é acusado de tentar atrapalhar as investigações da Operação Lava Jato e estava na Superintendência da Polícia Federal desde o dia 25 de novembro. O PT suspendeu a filiação do senador logo depois da prisão.</p>
132	<p>Youssef e Cerveró vão passar festas de fim de ano fora da cadeia <i>Delatores da Lava Jato conseguiram autorização da Justiça para passar as festas de fim de ano fora da cadeia. Eles vão usar tornozeleiras eletrônicas.</i> Dois delatores da operação Lava Jato conseguiram autorização da Justiça para passar as festas de fim de ano fora da cadeia e com tornozeleiras eletrônicas. O doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró devem sair da carceragem da Polícia Federal, em Curitiba, na quarta-feira (23) e voltar no dia 2 de janeiro.</p>
133	<p>Ex-presidente da Conmebol tem prisão decretada pela justiça uruguaia <i>Uruguaio Eugênio Figueredo vai responder detido pelos crimes de fraude e lavagem de dinheiro no futebol.</i> O ex-presidente da Conmebol e ex-vice-presidente da Fifa, o uruguaio Eugênio Figueredo, teve a prisão decretada pela justiça do Uruguai e vai responder detido pelos crimes de fraude e lavagem de dinheiro no futebol. Figueredo chegou na quinta-feira (24) à Montevideu, depois de quase 7 meses preso em Zúriqui, na Suíça.</p>
134	<p>Presos da Lava Jato recebem visita no Natal em Curitiba <i>Cada um pôde receber até dois parentes. Youssef e Cerveró tiveram permissão para deixar a carceragem e passar festas com a família.</i> Em Curitiba, a repórter Malu Maza conta como foi o Natal dos presos da Operação Lava Jato. Treze presos da Lava Jato que estão num presídio na Região Metropolitana de Curitiba receberam nesta sexta-feira (25) a visita de Natal. Entre eles, o ex-ministro José Dirceu, os ex-diretores da Petrobras Renato Duque e Jorge Zelada, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o ex-presidente do grupo Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e o ex-presidente da Andrade Gutierrez Otávio Marques de Azevedo. Cada um pôde receber até dois parentes, por um período de três horas. De acordo com a Secretaria de Segurança do Paraná, a visita foi num pátio sem cobertura, sob a vigilância de guardas. No Natal, foi permitido levar uma refeição especial: uma porção de arroz ou macarrão, carne desossada, sobremesa e panetone. Mas ninguém pôde entrar com presentes ou bebidas alcoólicas. Na sede da Polícia Federal, a visita de Natal foi na quarta-feira (23). Estão lá seis presos, como o ex-deputado já condenado no mensalão do PT, Pedro Correa e o pecuarista José Carlos Blumiai. Segundo advogados, os presos puderam receber até duas pessoas por uma hora. O doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró tiveram permissão da Justiça para deixar a carceragem e passar Natal e Ano Novo com a família. Os dois são delatores da Lava Jato. Os advogados disseram que o benefício foi dado como reconhecimento às informações prestadas por eles na investigação. Na última hora, o doleiro Alberto Youssef desistiu de sair. A defesa disse que a decisão partiu de Youssef. O doleiro teria considerado muito rígidas as condições para a saída dele. As cláusulas desse acordo são sigilosas. "Essa não é uma escolha dos advogados em si, é uma escolha pessoal do Youssef, que só ele pode decidir o que é melhor pra ele nesse aspecto de sai ou não sai", diz o advogado de Youssef, André Luís Pontaroli. Já Nestor Cerveró deixou Curitiba na quarta-feira e foi para o Rio, onde deve ficar até 2 de janeiro. Ele está com escolta policial e sendo monitorado por tornozeleira eletrônica. O local onde Cerveró vai passar o fim de ano não foi divulgado.</p>
135	<p>Governo do México recaptura um dos traficantes mais procurados do país <i>El Chapo foi preso nesta sexta-feira (8) cedo na cidade de Los Mochis, depois de um tiroteio intenso com os militares mexicanos.</i> O governo do México anunciou, nesta sexta-feira (8), que recapturou um dos traficantes mais procurados do país. O presidente Enrique Peña Nieto comemorou na internet: "Missão cumprida. Quero informar aos mexicanos que Joaquín Guzmán Loera foi preso". O chefe do cartel de Sinaloa foi considerado o homem mais procurado do mundo. E um dos mais ricos do planeta. Fez fortuna transportando cocaína da Colômbia pro México, e de lá pros EUA. El Chapo foi preso nesta sexta-feira (8) cedo na cidade de Los Mochis, depois de um tiroteio intenso com os militares mexicanos. A prisão era uma questão de honra pro governo, que deixou o traficante escapar duas vezes. Em 2001, fugiu de uma prisão de segurança máxima depois de extorquir os seguranças. Recapturado em 2014, El Chapo escapou em julho do ano passado, por um túnel de mais de um quilômetro. Os EUA são o país que mais consome cocaína no mundo, segundo estudo da ONU. Ninguém levou tanta droga pra lá quanto El Chapo. As autoridades americanas estão ansiosas pra que dessa vez ele seja extraído, julgado, e fique preso nos EUA, sem risco de escapar.</p>
136	<p>México anuncia que vai extraditar traficante El Chapo para os EUA <i>El Chapo foi levado para presidio de Altiplano, de onde fugiu por um túnel. Prisão do traficante marcou o fim de uma caçada de seis meses.</i> O México anunciou na noite deste sábado (9) que vai iniciar o processo de extradição para os EUA de um dos principais traficantes do mundo: o mexicano El Chapo. Pra surpresa geral, El Chapo foi levado para o presidio de Altiplano, o mesmo de onde fugiu no ano passado por um túnel com luz e ventilação. Nesta sexta-feira (8), o traficante mais poderoso do mundo teve de encarar as câmeras, na cena que marcou o fim de uma caçada de 6 meses. El Chapo foi preso com armas pesadas em Sinaloa, onde fundou o cartel que distribuía drogas para os EUA e para a Europa. Há um mês, as forças de segurança começaram a monitorar a casa onde ele foi encontrado. Durante a invasão, 5 traficantes morreram na troca de tiros. Mas El Chapo fugiu pela rede de esgoto, roubou um carro e só foi capturado na estrada. Enquanto esperavam reforço, os militares trancaram o traficante num motel. Duas pistas levaram a El Chapo: os investigadores seguiram os passos de um especialista em construção de túneis e também descobriram que El Chapo queria gravar um filme sobre a própria história. Ele chegou a entrar em contato com atores e produtores, o que acabou ajudando a localizar o criminoso. A Procuradoria do México informou que vai iniciar o processo de extradição de El Chapo para os EUA, onde ele é acusado de homicídio e tráfico de drogas. Enquanto isso, já se discute quem será o novo chefe do cartel de Sinaloa. Um historiador diz que sempre vai ter um sucessor, enquanto existir um comércio rentável de substâncias proibidas.</p>
137	<p>Homem é preso injustamente décadas após ter identidade roubada <i>Tudo começou em 1997, quando José Délcio dos Santos foi assaltado. Em 2000, um homem foi preso em flagrante por furto no Acre usando nome dele.</i> Um homem, um dia, do nada, foi detido pelas autoridades sem saber por que e passou a ser tratado como culpado de um crime, sem saber qual. Essa obra, chamada "O processo", retrata uma situação tão absurda, tão perturbadora que o sobrenome do autor, o tcheco Franz Kafka, acabou originando um adjetivo: uma situação kafkiana é absurda, surreal. Como a história vivida pelo cidadão brasileiro José Délcio dos Santos. O tão esperado abraço dos irmãos. Era tudo o que José Délcio precisava, depois de passar 7 dias na cadeia. Injustamente. "Graças a Deus acabou", comemora. José Délcio foi preso no sábado (16) quando tentava fazer uma nova via da carteira de identidade. Ele precisava do documento mais atual porque está prestes a se aposentar. O metalúrgico trabalha desde os 14 anos; depois de quase quatro décadas anos, estava na hora de descansar. Mas em vez do RG novo, ele encontrou um mandando de prisão e acabou sendo levado para uma delegacia em Osasco, na Grande São Paulo. Tudo começou em 1997, quando ele foi assaltado. O bandido levou o carro e os documentos, inclusive a identidade. Em 2000, um homem foi preso em flagrante por furto no interior do Acre. Ele usava o nome de José Délcio dos Santos. A identidade tinha as mesmas informações do verdadeiro José Délcio, que nasceu em Monte Castelo, no interior de São Paulo. Mas a foto era do ladrão. O delegado da época desconfiou que a identidade fosse falsa. E acionou o Instituto de Identificação do Acre. Ele enviou as impressões digitais do preso, pediu uma perícia e uma consulta aos arquivos da polícia de São Paulo. Menos de um mês depois, o Instituto de Identificação do Acre respondeu dizendo que as informações de José Délcio dos Santos conferiam com os arquivos do instituto acreano. O falso José Délcio ficou preso por pouco tempo, 24 dias para ser exato. Como o Instituto de Identificação do Acre atestou que a identidade encontrada com ele era válida, o processo na justiça contra o ladrão correu. E ele foi condenado com a identidade do José Délcio. Por isso, a justiça do Acre expediu um mandado de prisão. E aí que sobrou pro verdadeiro José Délcio, o que mora em São Paulo. "A Justiça às vezes é um pouco lenta. Tive medo de passar meses, anos até ser comprovado", ele conta. O advogado dele pediu um exame para comparar as impressões digitais dos dois José. E a conclusão foi óbvia: as impressões são de pessoas diferentes. A prova foi enviada para a Justiça do Acre, que revogou a prisão de José Délcio. "Confirmando-se que realmente se trata de pessoa injustamente presa". No dia em que José Délcio, o verdadeiro, completa 53 anos de idade, ele ganhou melhor presente. Mais do que justo. "Presente maior vai ser quando eu ver minha família, minha esposa, minha filha e minha neta. O resto é continuar a vida. Espero que isso nunca mais me aconteça, nem a ninguém de bem". A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo disse que precisa do número do protocolo do pedido sobre a identidade de José Délcio dos Santos para verificar se foi ou não acionada pelo instituto de identificação do Acre naquela época. O instituto de identificação do Acre afirma que tomou conhecimento do caso nesta sexta-feira (22) à tarde, que não há tempo hábil suficiente para fazer um juízo de valor sobre o que aconteceu e que vai ter uma resposta mais precisa na próxima semana. Agora, a polícia volta a procurar o homem que se fez passar por José Délcio dos Santos.</p>
138	<p>Bandidos conseguem escapar de um conjunto prisional do Recife explodindo o muro da prisão Hoje a tarde bandidos conseguiram escapar de um conjunto prisional do Recife explodindo o muro da prisão. Nessas imagens enviadas por celular, é possível ver o momento exato da prisão, segundos depois, vários presos fogem pelo buraco aberto na parede. É a segunda vez em menos de uma semana que presos usam explosivos para escapar de presídios na região metropolitana. A secretaria de ressocialização do pernambuco não informou quantos detentos fugiram e nem se algum foi recapturado. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
139	<p>Executivos da Andrade Gutierrez ficarão em prisão domiciliar <i>Otávio Marques de Azevedo, presidente afastado do grupo Andrade Gutierrez, e o executivo da empresa Elton Negrão usarão tornozeleira eletrônica.</i> Otávio Marques de Azevedo, presidente afastado do grupo Andrade Gutierrez, e o executivo da empresa Elton Negrão saíram da prisão nesta sexta-feira (5) em Curitiba e vão ficar em regime domiciliar, com tornozeleira eletrônica. Eles são réus na Operação Lava Jato, acusados de crimes como corrupção e lavagem de dinheiro em contratos da empreiteira com a Petrobras. Os dois estavam presos desde junho do ano passado.</p>

140	<p>Presidente afastado da Andrade Gutierrez volta para a prisão domiciliar <i>Otávio Marques de Azevedo ficou menos de 24 horas na cadeia. Juiz considerou que ele não representa risco de atrapalhar as investigações.</i> O presidente afastado do grupo Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, ficou menos de 24 horas na cadeia e foi liberado para voltar para a prisão domiciliar. A decisão foi do juiz Marcelo Bretas, da Justiça Federal no RJ, o mesmo juiz que mandou prendê-lo na quarta-feira (10). Otávio de Azevedo fechou acordo de delação premiada e o juiz considerou que ele não representa risco de atrapalhar as investigações. Ele é réu na Operação Lava Jato e na sexta passada tinha sido autorizado a ficar em prisão domiciliar.</p>
141	<p>Rebelião em presídio no México deixa 52 pessoas mortas <i>Depois de briga entre gangues rivais, presos puseram fogo nas celas e no depósito de comida. Papa Francisco chega ao país neste sexta-feira (12)</i> Cinquenta e duas pessoas morreram na rebelião de um presídio em Monterrey, no México. Na noite de quarta-feira (10), depois de uma briga entre gangues rivais, os presos puseram fogo nas celas e no depósito de comida. A exemplo do que acontece no Brasil, grupos de defesa dos direitos humanos já denunciaram a superlotação das prisões mexicanas também dominadas por facções de traficantes de drogas. Nesta sexta-feira (12), o Papa Francisco chega ao México e na agenda dele estava a visita a outra penitenciária, em Ciudad Juarez, que já foi uma das cidades mais violentas do mundo.</p>
142	<p>Ex-primeiro-ministro de Israel começa a cumprir pena de 19 meses <i>É a primeira vez que um ex-chefe de governo do país vai para cadeia. Ehud Olmert tem 70 anos e foi condenado por corrupção.</i> O ex-primeiro-ministro de Israel Ehud Olmert começou a cumprir a pena de 19 meses de prisão. É a primeira vez que um ex-chefe de governo do país vai para cadeia. Olmert tem 70 anos e foi condenado por corrupção. Segundo a Justiça, ele recebeu propina para beneficiar construtoras quando era prefeito de Jerusalém. O ex-premiê nega as acusações.</p>
143	<p>STF manda soltar o senador Delcídio do Amaral, preso desde novembro <i>Ele é acusado de tentar atrapalhar as investigações da Lava Jato. Delcídio ficará em prisão domiciliar, mas voltará a exercer as funções de senador.</i> O STF decidiu conceder o regime de prisão domiciliar ao senador Delcídio do Amaral. Ele está com a filiação partidária suspensa pelo PT. Delcídio vai poder voltar a exercer as funções de senador. Delcídio do Amaral estava preso há 86 dias e saiu na noite desta sexta-feira (19) do batalhão da Polícia Militar onde estava detido em Brasília. Ele foi preso no final de novembro a pedido da Procuradoria Geral da República por suspeita de destruir provas e de tentar evitar a delação premiada do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró. O chefe de gabinete de Delcídio, Diogo Ferreira, o banqueiro André Esteves, do BTG Pactual, que já está em prisão domiciliar, e o advogado Edson Ribeiro também foram presos. Nesta sexta-feira, o ministro Teori Zavascki decidiu autorizar a prisão domiciliar de Delcídio e de Diogo. Teori concordou com um parecer do MPF que concluiu que não havia mais motivos para mantê-los presos, porque a delação de Cerveró já foi fechada e eles não oferecem mais risco para as investigações da Lava Jato. Com a decisão do Supremo, Delcídio do Amaral, que estava licenciado do cargo de senador, vai poder voltar às atividades no Senado. Ele vai ter que ficar em casa durante a noite e em todos os fins de semana e feriados. Delcídio também está proibido de deixar o país, vai ter que entregar o passaporte e comparecer à Justiça a cada 15 dias.</p>
144	<p>Senador Delcídio do Amaral já está cumprindo prisão domiciliar <i>Senador tinha sido preso em novembro, acusado de tentar atrapalhar as investigações da Lava Jato.</i> O senador Delcídio do Amaral, suspenso do PT, já está cumprindo prisão domiciliar, depois de ter deixado a cadeia, na sexta-feira à noite. O senador tinha sido preso em novembro, acusado de tentar atrapalhar as investigações da Lava Jato. Delcídio disse que vai reassumir o mandato e preparar a defesa dele. O senador Delcídio do Amaral passou o dia no hotel onde mora em Brasília e onde deve ficar todo o fim de semana descansando com a família. Por determinação do ministro Teori Zavascki, do STF, ele e o chefe de gabinete, Diogo Ferreira, que também foi solto na sexta-feira (19), podem trabalhar, mas precisam voltar para casa toda noite. E não podem deixar o país. Neste sábado (20) à tarde, o advogado de Delcídio entregou o passaporte dele à Justiça. Delcídio do Amaral quer voltar para o Congresso já na segunda-feira (22) para reassumir o mandato. Ele disse a assessores que quer se dedicar pessoalmente à defesa no conselho de ética, onde há um pedido de abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador. Agora, quanto tempo ele vai poder passar lá ainda é uma dúvida para os advogados. Eles querem esclarecer, por exemplo, se Delcídio vai poder ficar no Senado até tarde da noite, quando houver votação em sessão noturna ou se vai ter que voltar para casa em um horário pré-determinado pela Justiça.</p>
145	<p>Patrimônio de Zwi Skornicki, preso, aumentou 35 vezes em 10 anos <i>Engenheiro preso na Lava Jato sempre disse que seu patrimônio é resultado de décadas de trabalho. Mas isso não convenceu investigadores.</i> O patrimônio do engenheiro Zwi Skornicki, preso nesta segunda-feira (22), aumentou 35 vezes em 10 anos. Na primeira vez em que a Operação Lava Jato levou a Polícia Federal à casa do engenheiro Zwi Skornicki, em 5 de fevereiro do ano passado, os agentes recolheram na garagem subterrânea 5 carros importados e valiosos. Nesta segunda-feira (22), em outro endereço do homem suspeito de ser operador de propinas da Petrobras, foram apreendidos pelo menos mais 10. A Polícia Federal não divulgou o número exato. Modelos antigos, de colecionador, estavam na mansão da região serrana do estado do Rio. A residência fixa de Zwi é em uma casa com subsolo e mais dois pavimentos, num condomínio da Barra da Tijuca, no Rio. O engenheiro tem outra casa no litoral sul do estado, e está construindo mais uma, em outro condomínio da região de Angra dos Reis. A lancha que ele costuma usar em passeios pelas ilhas e praias da chamada Costa Verde foi apreendida nesta segunda-feira (22). E também dinheiro vivo, em reais, euros e dólares. Tudo isso se junta a 48 obras de arte de pintores famosos, aprendidas há um ano. Algumas, expostas no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba. Zwi Skornick é um nome muito conhecido entre os profissionais das áreas de petróleo e gás. Ele já trabalhou na Petrobras, na Odebrecht e nos anos 1990 abriu a própria consultoria. Zwi Skornicki sempre disse que seu patrimônio é resultado de décadas de trabalho. Mas isso não convenceu os investigadores da Lava Jato. Foi também na década de 1990 que Zwi passou a representar a empresa de engenharia naval Keppel Fels, investigada por pagamento de propina em contratos com a Petrobras. O engenheiro foi citado na delação premiada de Pedro Barusco, em setembro do ano passado, como operador de propinas. "Com o Sr. Zwi nós fomos acumulando como se fosse uma conta e foi quando em 2012 nós fizemos um grande acerto de contas que foi US\$ 14 milhões. Eu fiquei com dois e 12 foi para o Renato Duque", afirmou Barusco. Zwi Skornicki ostenta um patrimônio declarado que - desde 2003 - aumentou 35 vezes - passou de R\$ 1,8 milhão para R\$ 63 milhões. Por nota, a defesa de Zwi Skornicki declarou que só vai falar nos autos do processo e que considera a prisão desnecessária, já que desde a 9ª fase da operação, há mais de 1 ano, ele sempre esteve no Brasil e à disposição para prestar esclarecimentos.</p>
146	<p>Vice-presidente do Facebook para o Brasil e América Latina sai da cadeia <i>Desembargador de Sergipe considerou a prisão desnecessária</i> O vice-presidente do Facebook para o Brasil e América Latina saiu nesta quarta-feira (2) da cadeia. Diego Dzodan tinha sido preso na terça-feira (1º), em São Paulo, por ordem de um juiz de Sergipe, porque o Facebook, que é dono do WhatsApp, não atendeu à ordem judicial de quebra de sigilo de suspeitos de tráfico de drogas. Mas um desembargador sergipano considerou a prisão desnecessária.</p>
147	<p>Moro transforma em preventiva a prisão de João Santana e sua mulher <i>Pedido foi feito nesta quinta (3) pelos investigadores da Operação Lava Jato após novos indícios de pagamentos ilegais da Odebrecht ao casal.</i> O juiz Sérgio Moro aceitou transformar em preventiva a prisão do marqueteiro do PT João Santana e da mulher dele, Mônica Moura. Investigadores da Lava Jato encontraram novos indícios de pagamentos ilegais da Odebrecht ao casal. Ao pedir a prisão por tempo indeterminado, a Polícia Federal citou uma nova planilha, apreendida na casa da secretária da Odebrecht, Maria Lúcia Tavares, apontada como responsável pela contabilidade paralela da empreiteira. A planilha mostra 41 pagamentos para "Feira". Os investigadores dizem que é uma referência a João Santana e Monica Moura, responsáveis pelas três últimas campanhas do PT à presidência. Os repasses foram entre outubro de 2014 e maio de 2015, quando a Lava Jato já era de amplo conhecimento. Oito pagamentos de 2014 foram feitos dentro do período de campanha de reeleição de Dilma Rousseff. No documento, o valor total é de R\$ 21,5 milhões. Mas a polícia corrigiu a soma, mais tarde, para R\$ 22,5 milhões. Também aparecem palavras como crise, chá, café e água. Os investigadores dizem que tudo é para "mascarar" pagamentos não contabilizados de forma oficial e caracteriza nitidamente o recebimento de valores vindos de corrupção. A polícia já tinha apreendido outras tabelas na casa de Maria Lúcia, divulgadas na semana passada. Segundo o relatório, uma delas traz 7 pagamentos no valor de R\$ 4 milhões entre outubro e novembro de 2014, também dentro do período de campanha de reeleição da presidente Dilma. Para os investigadores, as planilhas desmentem João Santana e Mônica Moura, que alegam ter recebido valores da Odebrecht somente no exterior para quitar uma dívida de campanha na Venezuela. No despacho em que decidiu pelas prisões por tempo indeterminado, o juiz Sérgio Moro escreveu que agrava o quadro de João Santana e Mônica Moura a probabilidade que esses pagamentos tenham servido para remunerar os serviços prestados por eles em campanhas do Partido dos Trabalhadores. O MPF e a Polícia Federal também temem que João Santana e Mônica Moura possam destruir provas ainda existentes. Segundo a polícia, João Santana apagou arquivos que nem ficavam em computadores, mas em servidor remoto, a chamada nuvem. Isso foi no momento em que agentes realizavam a Operação Acarajé, há onze dias. O casal estava na República Dominicana e se entregou dois dias depois. Os investigadores afirmam ainda que o casal mandou comprar uma passagem para o advogado deles com destino à República Dominicana três dias antes da decretação da prisão do casal - uma possibilidade de que os dois tenham tido acesso a informações privilegiadas sobre a operação. A defesa de João Santana e Mônica Moura afirmou que considera injusta a decisão do juiz Sérgio Moro e que serão tomadas medidas para restaurar a legalidade. O Partido dos Trabalhadores voltou a dizer que todas as doações recebidas foram dentro da lei e declaradas à Justiça Eleitoral. A Odebrecht informou que não se manifesta sobre inquéritos em andamento. O JN não conseguiu contato com o advogado de Maria Lúcia Tavares.</p>
148	<p>Criminosos usam explosivos para abrir buraco em muro de um presídio no Recife <i>No Recife, criminosos usaram explosivos para abrir um buraco no muro de um presídio. Ninguém ficou ferido, ninguém conseguiu fugir. Mas carros, lojas, casas foram danificadas. A polícia não sabe quem é o responsável pela explosão. Em janeiro, bandidos também explodiram um muro em outro presídio que fica no mesmo complexo penitenciário e nessa explosão, quarenta detentos escaparam. Na mesma semana, na ilha de Itamaracá, um buraco foi aberto no muro da penitenciária Barreto Campelo e cinquenta presos fugiram. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>

149	<p>Ex-senador Luiz Estevão vai para cadeia 10 anos depois de condenação <i>Luiz Estevão foi condenado em 2006 por uma longa lista de crimes. Durante 10 anos, sucessivos recursos à Justiça deixaram o ex-senador livre.</i> O ex-senador Luiz Estevão foi preso, nesta terça-feira (8), em Brasília, 10 anos e 34 recursos depois da condenação. Luiz Estevão vai cumprir pena na Penitenciária da Papuda, em Brasília, o mesmo presídio onde ainda estão presos dois dos condenados no mensalão. Ele ligou para a polícia para se entregar. Deixou um bilhete na guarita pedindo para os policiais procurarem por ele. Saiu de casa preso às 6h, 23 anos depois do escândalo de desvio de dinheiro na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo. Luiz Estevão foi condenado em 2006 por uma longa lista de crimes: corrupção ativa, estelionato, peculato, formação de quadrilha e uso de documento falso. Mas durante 10 anos, sucessivos recursos à Justiça deixaram o ex-senador livre. Foram 34. Todos negados pela Justiça. Oito, só no STF. Passou tanto tempo que o Supremo entendeu que dois crimes prescreveram, ou seja, caducaram: uso de documento falso e formação de quadrilha. E a pena de Luiz Estevão pode ser reduzida em 5 anos: de 31 para 26. Até agora, por conta desse processo, Luiz Estevão tinha passado apenas três dias de cadeia em 2001. Na época, ele foi flagrado lendo um livro no pátio da superintendência da Polícia Federal, em São Paulo. O juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, que presidia o TRT paulista, cumpriu 14 anos de prisão e foi beneficiado com indulto presidencial em 2014. A ordem para prender Luiz Estevão foi da Justiça Federal de São Paulo. E veio depois que o STF decidiu que um acusado pode ser preso depois de condenado em segunda instância, por um colegiado de juizes. Antes, casos como o de Estevão só terminavam em prisão depois de esgotados todos os recursos possíveis. O advogado de Luiz Estevão não decidiu se vai apresentar novo recurso. "Decisão judicial a gente não comenta. Só se cumpre", afirmou. A mudança de entendimento do supremo também levou ao pedido de prisão de outro ex-senador pelo DF, Benedito Domingos. Ele só não foi preso há 5 dias porque se internou num hospital logo depois que saiu o pedido de prisão. Mas, na noite desta terça, quando recebeu alta, Benedito Domingos, de 81 anos, começou a cumprir a pena de mais de 9 anos de prisão por corrupção passiva e fraude em licitação. O ministro do supremo, Gilmar Mendes, disse que a decisão do tribunal combate a indústria de recursos judiciais que adia o cumprimento da pena. "Claro que poderá haver recursos para os tribunais superiores, os tribunais superiores se entenderem que há abuso, podem interromper, impedir a execução, mas em princípio já começa a execução da pena com uma decisão tomada em segundo grau", declarou Gilmar Mendes, ministro do STF.</p>
150	<p>STF perdoa pena de João Paulo Cunha, condenado no mensalão <i>O ex-deputado do PT já cumpriu dois anos e dois meses da pena de seis anos e quatro meses de prisão. Delúbio também foi beneficiado pelo indulto.</i> O STF concedeu nesta quinta-feira (10) perdão da pena a dois condenados do mensalão do PT. O relator, ministro Luís Roberto Barroso, levou o caso de João Paulo Cunha ao plenário. Ele lembrou que o ex-deputado do PT tinha sido condenado a seis anos e quatro meses de prisão por dois crimes: peculato, o uso de cargo público em benefício próprio, e corrupção passiva. Mas disse que João Paulo Cunha já cumpriu dois anos e dois meses da pena e devolveu R\$ 909 mil. Ele lembrou que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, já tinha dado um parecer favorável ao pedido da defesa do ex-deputado. "O procurador-geral da República, doutor Rodrigo Janot, reconhece que ele preenche as condições subjetivas e objetivas para obter o indulto, de modo, presidente, que eu estou acolhendo o pedido de indulto, declarando extinta a punibilidade e determinando à secretaria a imediata expedição do alvará de soltura em favor do requerente", afirmou Luís Roberto Barroso. Todos os ministros concordaram com o perdão a João Paulo Cunha. O perdão, o chamado indulto natalino, está previsto em um decreto assinado pela presidente Dilma Rousseff em dezembro. Entre os que têm direito ao indulto estão os condenados em regime aberto, com bom comportamento, e que tenham cumprido um quarto da pena. A partir de agora, o ex-deputado, que estava cumprindo prisão em regime aberto, fica livre de uma série de restrições, como, por exemplo, se apresentar à Justiça e não poder se reunir com outros condenados. O ministro Barroso ainda ganhou do plenário do Supremo autorização para decidir sozinho se outros oito condenados no mensalão podem ser beneficiados pelo indulto. E Barroso decidiu na noite desta quinta conceder perdão ao ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Ele ainda vai analisar os casos dos ex-deputados federais Valdemar Costa Neto, Roberto Jefferson, Bispo Rodrigues, Romeu Queiroz e Pedro Henry e dos empresários Vinícius Samarane e Rogério Tolentino. O procurador-geral da República também deu parecer favorável à concessão de todos os indultos. Se Barroso atender aos pedidos, dos 24 condenados no mensalão restarão 7 presos. O ex-ministro José Dirceu também pediu o indulto natalino. Mas o ministro Barroso foi contra o perdão porque, condenado no mensalão, Dirceu é acusado de participar do desvio de dinheiro da Petrobras. A palavra final sobre Dirceu ainda será dada pelo plenário do Supremo.</p>
151	<p>Pecuarista Bumlai sai da cadeia com tornozeleira eletrônica <i>Ele vai ficar em prisão domiciliar durante o tratamento contra um câncer. Daqui a três meses médicos vão avaliar se Bumlai volta pra cadeia.</i> O pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Lula, saiu nesta segunda-feira (21) da cadeia com tornozeleira eletrônica. Ele vai ficar em prisão domiciliar durante o tratamento contra um câncer. Bumlai foi preso em novembro. Confessou que contraiu um empréstimo que teria sido usado para pagar dívidas do PT. Segundo os investigadores, por meio de contratos fraudulentos com a Petrobras. Daqui a três meses médicos vão avaliar se Bumlai volta pra cadeia.</p>
152	<p>Justiça manda soltar 9 presos da 26ª fase da Operação Lava Jato <i>Segundo as investigações, eles estão ligados a um setor da Odebrecht que fazia a contabilidade paralela da empresa.</i> O juiz Sérgio Moro mandou soltar 9 investigados presos na terça-feira, na 26ª fase da Operação Lava Jato. Segundo as investigações, eles estão ligados a um setor da Odebrecht que fazia a contabilidade paralela da empresa. 7 funcionários da Odebrecht e dois suspeitos de serem operadores do esquema foram soltos por decisão do juiz Sérgio Moro, depois de terminar o período de 5 dias das prisões temporárias. Eles foram liberados com a condição de não deixar o país. Também terão de entregar os passaportes em três dias. No despacho, o juiz destacou que há indícios de que executivos da empreiteira obtiveram recursos no exterior quando foram deslocador para fora do país em outras fases a investigação. A 26ª fase da Lava Jato investiga o setor de operações estruturadas da Odebrecht, que segundo o Ministério Público, existia só para administrar o pagamento de propina. Uma das secretárias desse setor, Maria Lúcia Tavares, fez acordo de delação premiada e disse aos investigadores que era responsável por organizar os pagamentos. No despacho de hoje, o juiz Sérgio Moro também informou que vai decidir na segunda-feira se encaminha o material desta investigação ao STF. Segundo o juiz, foram apreendidos documentos que envolvem políticos com foro privilegiado, que só podem ser alvo de processo no STF. Entre os documentos estão planilhas apreendidas na casa do executivo afastado da Odebrecht, Benedito Barbosa da Silva Junior, com mais de 200 nomes de políticos de 24 partidos, associados a valores. O juiz Sérgio Moro considerou que é prematura qualquer conclusão quanto a natureza dessas contribuições, se são ilícitas ou não. Ele disse que podem retratar doações eleitorais lícitas ou mesmo pagamentos que não tenham se efetivado. Afirmou ainda que o ideal seria aprofundar as apurações antes de remeter os processos para Brasília, mas que diante da apreensão e identificação da planilha, a cautela recomenda que questão seja submetida logo ao STF. O juiz Sérgio Moro afirmou que também vai decidir na segunda-feira se encaminha ao STF as investigações da 23ª fase, onde foram presos o marqueteiro do PT João Santana e a mulher dele, Mônica Moura. O casal está preso desde fevereiro, suspeito de ter recebido em contas no exterior e no Brasil, dinheiro do esquema da Petrobras.</p>
153	<p>Polícia belga liberta único suspeito de ataques que estava preso <i>Ele foi solto nesta segunda-feira (28) por falta de provas. Número de mortos nos atentados de Bruxelas chega a 35.</i> Na Bélgica, subiu para 35 o número de mortos nos atentados de terça-feira passada (22) em Bruxelas. A polícia libertou o único suspeito que estava preso. A polícia belga procura informações sobre o homem visto andando calmamente pelo terminal do Aeroporto de Bruxelas. Os dois cúmplices de preto se explodiram logo depois que imagens foram feitas, na última terça-feira. O vídeo foi divulgado nesta segunda-feira (28). O suspeito de casaco claro e chapéu fugiu, deixando para trás uma bomba que não detonou. A imprensa da Bélgica chegou a identificá-lo como Fayçal Cheffou, jornalista freelancer, detido na semana passada. Mas nesta segunda-feira ele foi solto por falta de provas. Outros três homens presos em Bruxelas foram indiciados por pertencer a um grupo terrorista. As prisões dos últimos dias mostram como a rede do terror se espalhou por toda a Europa. No domingo (27), as autoridades da Holanda prenderam quatro suspeitos. Um deles é acusado de preparar um novo ataque na França. Walter Benjamin perdeu uma perna nos ataques suicidas. No hospital, pediu para as pessoas entenderem que 99% dos muçulmanos não se envolvem com o terrorismo. "20 ou 30 pessoas não representam uma comunidade inteira", disse o belga. Uma voz sensata em meio à crescente intolerância.</p>
154	<p>Assassino do cartunista Glauco morre durante briga em presídio de GO <i>Cadu foi assassinado com uma arma artesanal durante o banho de sol. Em 2014, ele voltou a ser preso depois de matar um estudante e um agente.</i> O assassino do cartunista Glauco Vilas Boas e do filho, Raoni, morreu durante uma briga num presídio na Região Metropolitana de Goiânia. Carlos Eduardo Nunes, o Cadu, foi assassinado com uma arma artesanal durante o banho de sol. Em 2010, ele confessou o assassinato duplo, mas a Justiça o considerou esquizofrênico e ele não ficou preso. Em 2014, Cadu voltou a ser preso depois de matar o estudante Matheus Pinheiro de Moraes e o agente prisional Marcos Vinícius Leme.</p>
155	<p>Lava Jato: Moro mantém empresário preso e solta ex-secretário-geral do PT <i>Investigadores afirmam que têm novas provas contra Ronan Maria Pinto. Apesar de solto, Silvio Pereira não poderá deixar o país, segundo Moro.</i> O juiz Sérgio Moro transformou em preventiva a prisão temporária do empresário Ronan Maria Pinto e mandou soltar o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira. Os dois foram presos na sexta-feira (1º), durante a 27ª fase da Operação Lava Jato. Os investigadores afirmam que encontraram novas provas contra o empresário Ronan Maria Pinto e o filho dele e, por isso, pediram a quebra de sigilo fiscal e bancário do filho de Ronan. Sobre Silvio Pereira, o Ministério Público diz que ele recebeu quase R\$ 1 milhão das empreiteiras UTC e OAS, como uma espécie de mesada depois do mensalão do PT. Na segunda-feira (4), o JN afirmou que Silvio Pereira tinha negado o recebimento de dinheiro. Mas, durante o depoimento à Polícia Federal, Silvio Pereira disse que ganhou R\$ 80 mil da OAS por um pacote promocional de cestas de Natal. Outros R\$ 35 mil vieram da UTC, provavelmente também por serviços de fornecimento de cestas de Natal. Silvio Pereira deixou a carceragem da Polícia Federal em Curitiba na noite desta terça-feira. O juiz Sérgio Moro afirmou que não há motivos fortes para manter o ex-secretário-geral do PT preso, mas ele não poderá deixar o país. Sobre o empresário Ronan Maria Pinto, Moro disse que ele já responde a outras 5 ações criminais e pode colocar em risco as investigações. O juiz afirmou ainda que Ronan deu explicações frágeis sobre o recebimento de R\$ 6 milhões. Dinheiro que, segundo as investigações, veio de um empréstimo fraudulento feito a pedido do PT. Moro afirmou que a única explicação até o momento para o pagamento a Ronan foi dada por Marcos Valério, condenado no mensalão do PT. Valério afirmou em depoimento há quatro anos que os valores destinados a Ronan foram em extorsão de dinheiro de dirigentes do PT. A defesa de Ronan Maria Pinto disse que a decisão do juiz Moro revelou um desprezo à presunção de inocência e que Moro considerou ações penais a que Ronan já respondeu e de que foi absolvido. A defesa afirmou ainda que causou maior apreensão a decretação da prisão preventiva com base num fato ocorrido há 12 anos e que isso é punir antes do processo.</p>

156	<p>Presos com tornozeleira burlam sistema e cometem crimes no MT <i>Invasão a escritório em Rondonópolis não foi caso isolado no estado.</i></p> <p>As autoridades de Mato Grosso descobriram que presos condenados voltaram a cometer crimes enquanto usavam tornozeleiras eletrônicas. O circuito interno de uma empresa em Rondonópolis, no sul de Mato Grosso, registrou a invasão de um bandido ao escritório. Ele roubou o dinheiro e fugiu. Ele usava uma tornozeleira eletrônica. Não foi um caso isolado. Em Cuiabá, as câmeras de segurança gravaram a chegada de um homem, também com uma tornozeleira, que se passou por cliente interessado nas joias vendidas pela dona do apartamento. Quando a mulher abriu a porta, ele anunciou o assalto. Minutos depois, o ladrão, foi embora com R\$ 1 milhão em joias dentro de uma mala. Nesta semana, um sargento da Polícia Militar à paisana foi executado com 5 tiros na cabeça. Segundo a Polícia Civil, um dos suspeitos pelo crime estava sendo monitorado por tornozeleira, mas conseguiu quebrar o equipamento. A tornozeleira eletrônica começou a ser usada em Mato Grosso em setembro de 2014 para monitorar presos em regime aberto e também no semiaberto já que as vagas em colônias penais não são suficientes para atender a demanda. Mas se o equipamento foi implantado para vigiar os chamados reeducandos, como eles conseguem praticar crimes? O juiz Geraldo Fidelis, da vara de execução penal da capital, é um defensor do uso da tornozeleira. Mas diz que falta agilidade da polícia para ir atrás do reeducando quando ele descumpra alguma regra. "30 segundos depois da desobediência, já aponta em vermelho, tem o alarme a central de controle, importante que aconteça a prisão de imediato. Porque infelizmente tem se demorado muito", aponta Geraldo Fidelis. A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso defendeu o uso da tornozeleira eletrônica. E declarou que a central de monitoramento avisa as autoridades policiais sobre as infrações cometidas. A Secretaria de Segurança Pública do estado afirmou que todas as informações recebidas são levadas em conta e geram ações imediatas. A secretaria declarou ainda que tem feito esforços para recapturar os criminosos.</p>
157	<p>Ministro autoriza banqueiro André Esteves a trabalhar <i>Ex-presidente do BTG Pactual foi preso em novembro de 2015. Esteves teria se envolvido em plano de fuga de ex-diretor da Petrobras.</i></p> <p>O ministro Teori Zavascki autorizou o banqueiro André Esteves, ex-presidente do BTG Pactual, a trabalhar. André Esteves foi preso junto com o senador Delcídio do Amaral, o chefe de gabinete dele, Diogo Ferreira, e o advogado Edson Ribeiro em novembro de 2015. Eles teriam envolvimento num plano de fuga do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró, para evitar que ele assinasse um acordo de delação premiada. Correção: No início da reportagem nós dissemos que o banqueiro André Esteves não pode deixar o Brasil. Na verdade, ele pode. Ele pode se ausentar por até 7 dias e, se for além desse tempo, ele vai precisar comunicar à Justiça.</p>
158	<p>Bélgica extradita para a França suspeito de ataques de Paris <i>Salah Abdeslam foi formalmente acusado pela Justiça nesta quarta (27). Suspeito ficou foragido durante quatro meses e foi capturado em Bruxelas.</i></p> <p>A Bélgica extraditou para a França o suspeito de um ataque de Paris, em novembro de 2015. Salah Abdeslam foi capturado em Bruxelas em março, depois de quatro meses foragido. Nesta quarta-feira (27), ele foi formalmente acusado pela Justiça da França. Os atentados mataram 130 pessoas e deixaram mais de 300 feridas.</p>
159	<p>Delator que mentiu na Lava Jato volta para a cadeia <i>Empresário Fernando Moura foi condenado a 16 anos de prisão. Por ter mentido na delação premiada, ele perdeu direito a benefícios.</i></p> <p>O empresário Fernando de Moura, condenado na Operação Lava Jato a 16 anos de prisão, voltou para a cadeia, em Curitiba. Ele tinha feito acordo de delação premiada, mas mentiu ao juiz Sérgio Moro e perdeu direito aos benefícios. Segundo as investigações, Fernando Moura recebeu propina de R\$ 5 milhões por ter participado da indicação de Renato Dugue para a diretoria de Serviços da Petrobras.</p>
160	<p>Quadrilha invade base área de Fortaleza e rouba armas <i>Seis homens roubaram três fuzis e uma pistola. A Polícia Militar prendeu dois soldados da unidade. Eles confessaram participação no crime.</i></p> <p>Uma quadrilha invadiu a base área de Fortaleza. Seis homens renderam, na sexta-feira (20) à noite, um militar que fazia a segurança do local. Eles roubaram três fuzis e uma pistola. A Polícia Militar prendeu dois soldados da unidade. Eles confessaram participação no crime. Na região metropolitana de Fortaleza, pelo menos oito presos morreram durante uma rebelião no complexo de presídios de Itaitinga. A rebelião começou depois que as visitas foram suspensas por causa de uma greve de agentes penitenciários.</p>
161	<p>Força Nacional de Segurança chega ao Maranhão após ataques a ônibus <i>Equipes também estão a caminho de Fortaleza. Governo do Ceará pediu ajuda para retomar o controle dos presídios.</i></p> <p>Soldados da Força Nacional de Segurança chegaram, nesta segunda-feira (23), ao Maranhão. O governo estadual pediu o reforço depois de uma série de ataques a ônibus, em São Luís. Desde quinta-feira (19), 15 foram incendiados. A polícia afirma que a ordem partiu da Penitenciária de Pedrinhas. Cinquenta pessoas já foram presas, suspeitas de envolvimento nos ataques. Equipes da Força Nacional de Segurança também estão a caminho de Fortaleza. O governo do Ceará pediu ajuda para retomar o controle dos presídios. No fim de semana, presos de 5 penitenciárias se rebelaram depois da suspensão das visitas. A medida foi tomada por causa de uma greve dos agentes penitenciários. Eles já voltaram ao trabalho, mas a situação nas unidades continua tensa. A Secretaria de Justiça do estado afirmou que 14 detentos morreram em confrontos nos presídios.</p>
162	<p>Polícia prende 14 suspeitos de ataques em Cuiabá (MT) <i>Ataques a ônibus partiram de presos, diz secretária. Detentos estão sem visitas devido a greve de servidores.</i></p> <p>Em Cuiabá, a polícia prendeu 14 suspeitos de envolvimento numa série de ataques criminosos que terrorizaram a Região Metropolitana. A ameaça é direta. "É pá destruir a cidade, guirizada. É pá destruir a cidade, entendeu?" De dentro dos presídios, segundo o governo, os criminosos ordenam que comece a onda de violência. "É pá botá o bagulho no vermelho, entendeu? Agente, polícia, tacá fogo ni ônibus. O bagulho é pá ficar loco." Três ônibus foram incendiados. As empresas recolheram os veículos para evitar depredações. Os passageiros enfrentaram o frio e o medo de não saber como voltar para casa. O motorista não quis mostrar o rosto, mas contou o que aconteceu. "Três indivíduos 'chegou', muito bem armado, de bicicleta, aí não deixou eu embarcar os passageiros, e o indivíduo foi, entrou dentro do ônibus, colocando o combustível, gasolina e começou a meter tiro pra cima". Em Primavera do Leste, a 200 quilômetros da capital, uma van e uma viatura da polícia foram queimadas. As casas de dois agentes prisionais também foram alvos dos bandidos. "Começaram a atirar em minha direção. Entrei pelo fundo da minha casa e me escondi. Gritei para minha esposa e pra minha filha pra que elas também entrassem e se escondessem", disse um agente prisional. A secretaria de Segurança diz que os presos ordenaram os ataques porque eles estão sem banhos de sol e sem receber visitas de familiares desde que começou a greve dos servidores estaduais. Isso faz 10 dias. Poucos agentes prisionais estão trabalhando. Imagens mostram um princípio de rebelião na sexta-feira (10) na penitenciária do estado. Houve confusão e tiros. Quatro presos foram baleados. "O governo não vem fazendo seu dever de casa. Se tivesse comprado os aparelhos de bloqueadores de celular, escâner corporal, essa facção não teria tanto poder como demonstrou ontem à noite", disse João Batista, presidente do sindicato dos Servidores Penitenciários de Mato Grosso. "Atribuo responsabilidade ao sindicato que, mesmo com uma decisão judicial, ele não interrompeu o movimento grevista, ele não permitiu a visita de familiares aos presos que estão no sistema prisional. Isso sim, otimizou e fomentou essas ações criminosas, e deu margem a tudo isso que ocorreu", declarou o secretário de Segurança, Pública de Mato Grosso, Rogers Jarbas.</p>
163	<p>Polícia sabia de risco de resgate de traficante de hospital do Rio <i>PM diz que foi informada que traficante não podia ser removido. Já Secretaria de Saúde diz que pediu remoção para Hospital Penitenciário.</i></p> <p>As autoridades da segurança pública do RJ começaram a semana dando explicações para a ação criminosa, num hospital, que resultou na morte de um paciente e na libertação de um preso que estava internado. O risco da invasão de bandidos já era de conhecimento do poder público. Ronaldo Luiz Marriel de Souza, de 35 anos, foi enterrado na presença da filha de 13 anos, e da namorada, que está grávida. "Só saí para buscar atendimento médico, chega lá encontram pessoas que não podiam estar ali e vitimam ele. A grande vítima ele é e a família que fica", disse Robson Ayres, irmão da vítima. O funcionário da Supervia levou um tiro no peito durante a invasão de cerca de 20 bandidos ao Hospital Souza Aguiar. Ronaldo estava sendo levado para a emergência por um amigo policial militar, que reagiu ao ver criminosos armados com pistolas, fuzis e granadas. No tiroteio, um outro PM e um técnico de enfermagem também foram baleados. Seis bandidos subiram até a ortopedia e levaram o traficante Nicolas Labre Pereira de Jesus. Dois policiais estavam na porta da enfermaria. "É um vão de escada que não dá prá nada, então a gente ficou encurralado ali, fazendo o conteúdo para eles não subirem e eles ganharam ali a escada e ficaram embaixo, apontando o fuzil para a gente, enquanto o outro grupo foi, arreventou a alameda, e conseguiu tirar eles", disse um policial. O bandido estava internado há seis dias, desde que foi ferido numa operação policial. Ele recebeu visitas e também usou o celular. A polícia identificou dois suspeitos que aparecem nas imagens das câmeras de segurança e investiga a participação de funcionários do hospital. "Os marginais já tinham conhecimento onde estava o preso resgatado, então, tudo indica que uma ou algumas pessoas colheram informações, planejaram essa ação e passaram essas informações para esses marginais pra executarem", disse o delegado Fábio Cardoso. O traficante aguardava para ser operado em uma das unidades públicas do Rio, já que os hospitais penitenciários do Rio não fazem cirurgias. "Na sexta-feira nós tentamos remover esse elemento do hospital. A informação que tivemos é que ele não poderia ser removido porque estava em estado grave e iria fazer uma cirurgia", disse Luiz Henrique Marinho Pires, subchefe do Estado Maior da PM do Rio. Mas a Secretaria Municipal de Saúde informou que, no dia 15 de junho, a direção do Souza Aguiar pediu ao Hospital Penitenciário a remoção do paciente e a unidade respondeu que não podia recebê-lo. Afirma ainda que em nenhum momento o Hospital Souza Aguiar recebeu solicitação da PM para transferir o paciente, que tinha quadro estável e sem restrições para ser removido. A polícia sabia que Nicolas é um bandido perigoso. Ele é um dos chefes do tráfico num morro da Zona Sul do Rio. A polícia também sabia que a quadrilha dele estava planejando a invasão ao hospital. Pelo menos é o que mostra um relatório feito 30 horas antes do ataque. Na noite de sexta-feira (17), a Delegacia de Combate às Drogas pediu reforço porque tomou conhecimento de um plano para levar o traficante. O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, disse nesta segunda-feira (20) que reforçou o policiamento. "O reforço que historicamente a gente faz – são dois policiais que fazem a custódia, quando pedem um reforço, vão dois ou três a mais, então, tinha-se lá 5 policiais", disse. Fontes da polícia afirmam que uma gravação que circula nas redes sociais é de um policial que trabalhou na custódia do preso no Souza Aguiar. "Você pede apoio ao batalhão e ninguém faz nada. Pedi fuzil, não me deram, pedi viatura para cercar o local lá, não me deram". A invasão teve repercussão internacional. Na Inglaterra o site do jornal "Daily Mail", nos EUA, o "The New York Times", e as redes de TV CBS e Fox News deram a notícia. Nesta segunda-feira (20), a Polícia Militar fez operações para tentar encontrar a quadrilha e apreendeu carros, motos, armas e drogas. Por telefone, uma médica do Souza Aguiar disse que viveu momento de terror: "Teve granada, metralhadora, muito tiro, e a gente ficou impossibilitado até de sair. Fiquei tão amedrontada que eu fiquei debaixo da maca. Nunca presenciei tamanha violência, tamanho terror. Muito medo".</p>

164	<p>Cerveró passa a cumprir pena em casa com tornozeleira <i>Ex-diretor da Petrobras foi vaiado durante o voo. Ele foi beneficiado pelo acordo de delação premiada.</i> Um dos condenados da Operação Lava Jato passou esta sexta-feira (24) a cumprir pena de prisão domiciliar, beneficiado por um acordo de delação premiada. O ex-diretor da Petrobras, Nestor Cerveró, deixou a cadeia em Curitiba e viajou para o Rio. O homem que revelou os caminhos secretos do desvio de dinheiro na Petrobras agora prefere o silêncio. Nestor Cerveró ficou preso por quase um ano e meio em Curitiba. De diretor da área internacional da Petrobras e da BR Distribuidora, passou a réu em quatro ações da Lava Jato. Foi condenado em duas por corrupção e lavagem de dinheiro, a mais de 27 anos de prisão. Mas por causa do acordo de delação premiada homologado pelo STF, teve a pena reduzida e saiu da cadeia. Na manhã desta sexta (24), Cerveró entrou no avião, na pista, escoltado por agentes da Polícia Federal. Foi discreto, de óculos escuros, ficou calado a maior parte do tempo. Nestor Cerveró não quis responder nenhuma pergunta. Alguns passageiros tiraram fotos, e quando o avião pousou, Cerveró foi xingado e vaiado. Ele se levantou e foi protegido pelos policiais. Aguardou na parte de trás do avião e foi o último a sair, sempre escoltado. Nestor Cerveró não passou pelo setor de desembarque do aeroporto. Um carro da Polícia Federal já o aguardava na pista. Eles seguiram direto para onde Cerveró vai cumprir prisão domiciliar. E em uma casa em Itaipava, distrito de Petrópolis, na Região Serrana do Rio, que Cerveró vai cumprir o resto da pena. Terá que usar uma tornozeleira eletrônica. Durante um ano e meio, só poderá sair em caso de emergência médica, e as visitas precisam ser autorizadas pela Justiça. Depois, serão mais dois anos em regime semiaberto e aberto. Também terá que prestar serviços comunitários. Pelo acordo, Nestor Cerveró vai ter de devolver cerca de R\$ 17 milhões para a Petrobras e o governo federal.</p>
165	<p>Operação para prender presidiário que fugiu de hospital no Rio termina com 2 mortos Dois homens morreram hoje em mais uma operação policial para prender o presidiário que fugiu de um hospital com a ajuda de comparsas no Rio. Em favelas da cidade, o blindado da PM precisou vencer barricadas e moradores assustados procuravam abrigo. Câms farejadores encontraram meia tonelada de maconha. Em 9 dias de buscas ao traficante Nicolas Pereira de Jesus, a polícia prendeu 126 suspeitos. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA).</p>
166	<p>Ação contra quadrilha que atua dentro e fora de presídios prende 38 <i>Operação aconteceu no interior de São Paulo e na região de Santos. Na Baixada Santista, entre os presos está um dos principais traficantes.</i> A Polícia Militar e o Ministério Público prenderam 38 pessoas no interior de São Paulo e na região de Santos, no litoral, numa operação contra uma quadrilha que atua dentro e fora dos presídios. A operação aconteceu em 20 cidades. Em Hortolândia, um bandido morreu. De acordo com a polícia, ele reagiu à prisão. Um caderno encontrado na casa do criminoso menciona a movimentação R\$ 13 milhões. Ali perto, em Indaiatuba, a polícia prendeu Carlos Eduardo Pecht. Segundo os investigadores, era ele quem controlava todo o dinheiro que entrava e saía dos caixas da quadrilha. "Os alvos foram acompanhados por alguns meses, já tínhamos informações colhidas nos últimos anos. Desenvolvemos um trabalho que visou atingir o comando efetivamente dessa organização criminosa no interior", explicou o promotor José Carlos Baglio. Na Baixada Santista, entre os presos está um dos principais traficantes da região, conhecido como Pelé, além de dois policiais que teriam envolvimento com ele. A polícia apreendeu ainda várias armas, carros, dinheiro, mais de duas toneladas de drogas, computadores e centenas de celulares que podem ajudar na busca por outros integrantes da quadrilha. Durante a investigação, o Ministério Público descobriu que os criminosos planejavam criar uma organização não-governamental de fachada supostamente para a defesa dos direitos humanos. Valdeci Francisco da Costa, conhecido como Doutor ou C.I. foi preso na cidade de Monte Mor. Ele é quem estava por trás dos planos de criação da ONG. Francisco é formado em direito e tem livros publicados com teses jurídicas. "Isso apresenta um pouco da nova faceta ou das facetas que a organização vem adquirindo nesses últimos tempos. Organização social eventualmente para questionar atuação de policiais, da Justiça, enfim", disse o promotor Jandir Moura Torres Neto.</p>
167	<p>Justiça Federal deixa Carlinhos Cachoeira em prisão domiciliar <i>Decisão vale para os outros presos na Operação Saqueador. Todos vão ter que usar tornozeleira eletrônica.</i> A Justiça Federal do Rio atendeu a um pedido de habeas corpus da defesa de Carlinhos Cachoeira e revogou a prisão preventiva do contraventor. A decisão foi estendida aos outros presos na Operação Saqueador, que investiga um esquema milionário de lavagem de dinheiro. O desembargador do TRF da 2ª Região Ivan Athié transformou a prisão preventiva dos acusados em prisão domiciliar. Com a decisão, vão para casa, além de Carlinhos Cachoeira, os operadores Adir Assad e Marcelo Abud, e o ex-diretor da Construtora Delta Cláudio Abreu. O dono da empresa, Fernando Cavendish, que está fora do país e é considerado foragido, também foi beneficiado. Todos vão usar tornozeleira eletrônica. A defesa de Cachoeira alegou que os fatos são antigos e que o cliente nunca atrapalhou as investigações. As prisões foram feitas na quinta-feira (30), durante a Operação Saqueador, que investiga a criação de empresas fantasmas e o desvio de R\$ 370 milhões dos cofres públicos. Segundo a denúncia, o dinheiro foi usado para pagar propina a agentes públicos, inclusive políticos. A decisão do desembargador foi tomada depois que o juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, acolheu denúncia do MPF contra todos os acusados. O juiz Marcelo Bretas também decretou o bloqueio de bens e o sequestro de R\$ 740 milhões de cada um. O juiz Marcelo Bretas determinou que a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Rio forneça as tornozeleiras eletrônicas antes de os presos deixarem a prisão. O MPF do RJ ainda não informou se vai recorrer da decisão do TRF do Rio.</p>
168	<p>Fernando Cavendish chega ao Brasil e é levado para presídio no Rio <i>Dono da construtora Delta é suspeito de desvio de dinheiro público. Ele e mais 4 acusados vão ficar na cadeia até a chegada de tornozeleiras.</i> A Polícia Federal prendeu neste sábado (2), no Aeroporto Internacional do Rio, o empreiteiro Fernando Cavendish. Ele é apontado como um dos principais integrantes de um esquema milionário de desvio de dinheiro público. Cavendish e outros quatro acusados deveriam cumprir prisão domiciliar, por ordem da Justiça. Mas, por enquanto, vão ficar na cadeia, porque falta tornozeleira eletrônica no sistema penitenciário do Estado. A reportagem é de Mahomed Saigg, Pedro Figueiredo, Evandro Cardoso, Evandro Renato Soares. Fernando Cavendish desembarcou no Aeroporto Internacional do Rio pouco depois das 4h30. Ele viajou na poltrona 25C em um voo da Alitalia, que vinha de Roma. Classe econômica. Assim que saiu do avião, o empreiteiro recebeu a ordem de prisão dos policiais federais, como mostra o vídeo exclusivo acima. Na saída do desembarque, Fernando Cavendish não quis falar. Do aeroporto, ele foi levado ao IML para exame de corpo de delito. E, de lá, seguiu para o presídio Ari Franco, na Zona Norte do Rio. Fernando Cavendish era considerado foragido da justiça desde a última quinta-feira (30), quando houve mais uma fase da Operação Saqueador. Policiais estiveram no apartamento dele na Avenida Delfim Moreira, no Leblon, e apreenderam um cofre e documentos. O empresário é dono da Delta, construtora responsável por várias obras no Rio, como a reforma do Maracanã. A Operação Saqueador revelou que entre 2007 e 2012, a Delta faturou quase R\$ 11 bilhões só com verbas públicas: 96% de todo o faturamento da empresa. Segundo a denúncia do MPF, a empreiteira fazia parte de uma organização criminosa que desviou R\$ 370 milhões de dinheiro público para pagar propina. Os investigadores descobriram que o esquema usava empresas de fachada comandadas por Carlinhos Cachoeira, Adir Assad e Marcelo Abud. Eles também foram presos, além de um diretor da Delta, Cláudio Abreu. O juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, aceitou a denúncia contra todos os acusados e determinou o bloqueio de bens e o sequestro de R\$ 740 milhões de cada um. Na sexta (1) à noite, uma decisão do desembargador do TRF da 2ª Região, Ivan Athié, mudou a prisão preventiva para prisão domiciliar. O pedido veio da defesa de Carlinhos Cachoeira, e acabou beneficiando os 5 acusados. Apesar da decisão do desembargador, ninguém saiu da cadeia até agora. Os presos só poderiam ir para casa com tornozeleiras eletrônicas, mas o equipamento está em falta no Rio. Os advogados de Fernando Cavendish pediram à justiça que ele fosse para prisão domiciliar mesmo sem tornozeleira. Mas o pedido foi negado. À tarde, todos os presos foram para outro presídio, Bangu 8, na Zona Oeste da cidade. Se os advogados de defesa não conseguirem na justiça a autorização para dispensar o uso da tornozeleira, os 5 acusados terão que esperar a chegada de novos equipamentos, o que deve acontecer na próxima quinta-feira (7). A Secretaria de Administração Penitenciária do Rio disse que todos já estão usando uniformes de presidiários e vão ter o cabelo raspado. Os advogados de Fernando Cavendish, Carlinhos Cachoeira, Marcelo Abud e Adir Assad declararam que já recorreram da decisão. A defesa de Cláudio Abreu disse que a prisão é ilegal e arbitrária.</p>
169	<p>Confusão em presídio no Recife deixa dois mortos Dois presos morreram durante uma confusão entre detentos do conjunto de presídios do Curado, em Recife. O tumulto teria sido motivado pela transferência de um preso. Segundo a PM, os detentos só foram controlados com a chegada do batalhão de Choque. O conjunto de presídios tem capacidade para 1.700 pessoas, mas abriga cerca de 7 mil. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
170	<p>Presos, empreiteiro, contraventor e empresários têm cabelos cortados <i>Detidos na Operação Saqueador aguardam tornozeleiras. Depois, poderão cumprir prisão domiciliar.</i> Todos os presos na Operação Saqueador estão usando com os cabelos cortados no presídio de Bangu 8, no Rio. Na lista estão o empreiteiro Fernando Cavendish, o contraventor Carlinhos Cachoeira, o ex-diretor da construtora Delta Cláudio Abreu, e os operadores financeiros do esquema Marcelo Abud e Adir Assad. Eles também estão usando uniforme de presidiário. Na sexta-feira (1º), o TRF transformou a prisão preventiva deles em prisão domiciliar, mas eles ainda não saíram porque o Estado do Rio não tem tornozeleira eletrônica disponível.</p>
171	<p>Empresário investigado na Lava Jato deixa cadeia O empresário Ronan Maria Pinto deixou a cadeia. Ele estava preso desde abril em Curitiba investigado na Lava Jato. O Tribunal Regional em Porto Alegre aceitou o recurso de Ronan. Ele pagou 1 milhão de reais de fiança e vai usar tornozeleira eletrônica. Os investigadores da Lava Jato afirmam que Ronan Maria Pinto recebeu dinheiro roubado da Petrobras. Ele nega. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
172	<p>Cachoeira, Cavendish e mais três vão para prisão domiciliar <i>Eles foram autorizados a sair de presídio sem tornozeleiras. Grupo foi preso acusado de desviar R\$ 370 milhões.</i> Presos na Operação Saqueador, no Rio, receberam o benefício da prisão domiciliar e saíram do presídio sem tornozeleira. O contraventor Carlinhos Cachoeira foi deixado pela Polícia Federal na porta de um hotel em Copacabana na madrugada desta segunda-feira (11). Os empresários Cláudio Abreu e Adir Assad também estão em hotéis. O dono da construtora Delta, Fernando Cavendish, está no apartamento dele, no Leblon. Marcelo Abud foi para casa de parentes. Eles estavam presos acusados de desviar R\$ 370 milhões de obras públicas, como revelou a Operação Saqueador no fim de junho. Eles já tinham sido beneficiados com uma decisão de cumprir prisão domiciliar, mas não saíram da cadeia por falta de tornozeleira eletrônica. Na sexta-feira, o ministro Nefi Cordeiro, do STJ, determinou que todos fossem para casa mesmo sem o equipamento. Mas no domingo (10), a desembargadora Nizete Lobato, do TRF, no RJ, ordenou que os 5 acusados fiquem na cidade até a próxima quarta-feira (13), quando será julgado o mérito do habeas corpus que permitiu a prisão domiciliar. Até lá serão monitorados por agentes federais. No caso de Adir Assad, o empresário também estava preso no Rio por causa de outra operação da Polícia Federal. Ele é acusado de ser o operador financeiro no esquema de desvio de dinheiro público na construção da usina nuclear de Angra 3. Mas acabou beneficiado por mais uma decisão do STJ. O ministro Nefi Cordeiro, que já tinha mandado soltar todos os presos na sexta-feira (8), decidiu no domingo estender o benefício a Adir Assad neste outro processo. Os advogados de Adir Assad, Marcelo Abud, Cláudio Abreu e de Carlinhos Cachoeira informaram que vão pedir na Justiça o cumprimento da prisão domiciliar nas cidades onde os clientes moram: em São Paulo e em Goiânia. O advogado de Fernando Cavendish disse que o cliente sempre colaborou com a Justiça.</p>

173	<p>Traficante brasileiro teria vida de luxo em presídio no Paraguai <i>A ministra da justiça paraguaia e o diretor do presídio foram demitidos, suspeitos de facilitar a vida de Jarvis Pavão na cadeia.</i> No Paraguai, o governo demitiu uma ministra e diretores de um presídio. Eles teriam permitido que um traficante brasileiro tivesse uma vida de luxo dentro da cadeia. Ambiente com decoração de luxo, escritório bem montado, banheiro com pastilhas até o teto e espelho. Não é uma casa, era a cela de um traficante. A do brasileiro Jarvis Pavão em um presídio em Assunção, capital paraguaia. Jarvis Pavão cumpre pena no país vizinho, mas também é condenado no Brasil a 17 anos de prisão por tráfico de drogas. O governo brasileiro já pediu a extradição dele, que é apontado pela justiça daqui como representante, na fronteira, de uma quadrilha paulista que age dentro e fora dos presídios. "Isso aí além de uma ousadia significa o poder econômico que os traficantes brasileiros exercem no Paraguai. Tem que ter a convivência de autoridades, e não só de baixo as autoridades, do alto escalão", disse o juiz federal Odilon de Oliveira. Uma denúncia anônima revelou que autoridades paraguaias permitiram que Jarvis reformasse a cela em troca de uma espécie de mesada. A ministra da justiça paraguaia e o diretor do presídio foram demitidos, suspeitos de facilitar a vida do traficante na cadeia. Jarvis Pavão também é investigado pelo assassinato de outro traficante brasileiro, Jorge Rafat, no mês passado, em Pedro Juan Caballero, na fronteira com o Brasil. Rafat sofreu uma emboscada e foi morto com tiros de uma metralhadora de guerra. A morte teria sido parte da disputa pelo controle tanto da venda como da produção de drogas na região. O traficante foi transferido para outro presídio no Paraguai. O governo paraguaio informou que vai demolir a cela de luxo.</p>
174	<p>Bandidos incendeiam pelo menos 29 veículos no Rio Grande do Norte <i>Foi o segundo dia de violência no estado. Polícia diz que é uma reação de presos à instalação de bloqueadores de celular na cadeia.</i> Bandidos incendeiam pelo menos 29 veículos no Rio Grande do Norte. Foi o segundo dia de violência no estado. Polícia diz que é uma reação de presos à instalação de bloqueadores de celular na cadeia.</p>
175	<p>Mais de mil militares vão reforçar segurança em Natal após ataques <i>Pelo quarto dia consecutivo, criminosos fizeram ataques a prédios públicos e a ônibus. Secretário de Segurança diz que são atos de terrorismo.</i> 1200 militares vão reforçar a segurança na região metropolitana de Natal. Pelo quarto dia consecutivo, criminosos fizeram ataques a prédios públicos e a ônibus. De longe dava pra ver o Morro do Careca, um dos pontos turísticos mais conhecidos de Natal, pegando fogo. Bombeiros foram rápidos e impediram um estrago maior na vegetação. No pátio da Secretaria Municipal de Mobilidade de Natal, um incêndio criminoso destruiu três carros e documentos. De madrugada, 17 presos fugiram de um presídio provisório na capital. Um foi recapturado. Em Mossoró o alvo foi um ônibus escolar. Os bombeiros conseguiram evitar que ele se alastrasse. Ninguém se feriu. Desde sexta-feira (29), depois da instalação de bloqueadores de celular num presídio, foram 69 ataques em 23 cidades do Rio Grande do Norte. A polícia prendeu 65 suspeitos. Por causa da insegurança, algumas escolas suspenderam as aulas e os ônibus, que pararam no fim de semana, voltaram a circular com frota reduzida, só até as 21h. A expectativa agora é sobre a atuação do exército e dos fuzileiros navais no reforço à segurança, principalmente do comércio, dos prédios públicos e dos pontos turísticos. 1200 homens devem ir para as ruas até o dia 16 de agosto. "Na minha concepção, o que a gente está vivendo são atos de terrorismo sim. Porque o ato de terrorismo, ele visa amedrontar, ele visa com poucos meios amedrontar toda uma população e acuar autoridade do estado para que atinja o objetivo que aquele grupo quer", destaca Ronaldo Lundgren, secretário de Segurança Pública/RN.</p>
176	<p>Oito cidades do Rio Grande do Norte voltam a sofrer ataques <i>Presos tentam destruir o bloqueador de sinal de celular em Parnamirim. Criminosos incendiaram três ônibus escolares.</i> Oito cidades do Rio Grande do Norte voltaram a sofrer ataques de criminosos. Numa delas, eles incendiaram três ônibus escolares. Em Parnamirim, presos tentaram destruir o bloqueador de sinal de celular. Os ataques começaram há uma semana, depois da instalação do aparelho no presídio. 1200 homens das Forças Armadas começaram a patrulhar ruas da capital e de cidades da região metropolitana. Em Natal, os ônibus voltaram a circular normalmente.</p>
177	<p>Zwi Skornicki, delator da Lava Jato, deixa penitenciária em Curitiba <i>Ele vai ficar em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica. Empresário admitiu ter pago dívida a pedido do ex-tesoureiro do PT.</i> O delator da Lava Jato Zwi Kornicki saiu nesta sexta-feira (12) da penitenciária, em Curitiba. Ele vai ficar em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica. Em depoimento, Skornicki admitiu que pagou, no exterior, uma dívida que não era dele com o casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura a pedido do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto: US\$ 4,5 milhões. O casal afirma que a dívida era da campanha eleitoral de 2010 da presidente afastada Dilma Rousseff. A assessoria da presidente afastada reafirmou o que o tesoureiro da campanha presidencial de 2010, José de Filipe, tinha dito em julho: que essa dívida foi reconhecida e registrada no TSE; que não recebeu recursos não contabilizados, nem autorizou pagamento por caixa dois; e que a dívida deveria ser paga pelo partido competente. O PT, Partido dos Trabalhadores, refutou o que chamou de flições e afirmou que todas as operações financeiras foram realizadas estritamente dentro dos parâmetros legais e declaradas à Justiça Eleitoral. Na época dos depoimentos, João Vaccari negou as acusações.</p>
178	<p>Polícia faz buscas para recapturar presos que fugiram de prisão em SP <i>Presídio estava superlotado, com mais de 1,8 mil presos. Segundo Secretaria de Administração Penitenciária, 460 presos fugiram.</i> A polícia de São Paulo armou uma operação de busca para recapturar mais de cem presos que fugiram de uma penitenciária do interior do estado. Durante todo o dia, carros da polícia chegavam trazendo fugitivos de volta para a penitenciária. A rebelião começou na manhã de quinta-feira (29), quando os presos incendiaram uma oficina de marcenaria. Houve correria. Alguns subiram no telhado e na grade, que cedeu. Foi por ali que eles fugiram. A foto mostra o momento exato. Os canaviais vizinhos à penitenciária também pegaram fogo. Policiais fizeram operações na região para recapturar os fugitivos. Um deles foi encontrado numa fazenda e se rendeu. Um policial conseguiu dominar três homens e disparou para o alto para pedir ajuda. Dois helicópteros participaram do cerco. A polícia rendeu vários fugitivos. Eles ficaram em grupos, vigiados de perto. Num dos canaviais que pegaram fogo, os policiais encontraram o corpo carbonizado de um homem. Depois, a tropa de choque entrou no presídio, e carros passaram a trazer os recapturados. Eles foram levados para o pátio, para a recontagem. O presídio estava superlotado, com mais de 1.800 presos - a capacidade é de 1.045. Durante, a rebelião os arquivos com os registros dos detentos foram queimados. A Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo só divulgou o número de presos que fugiram no fim da tarde desta sexta (30), foram 460; 132 ainda estão foragidos. O que aumentou a sensação de insegurança para quem mora perto do local. A penitenciária fica a quatro quilômetros do distrito de Jurucê, e a 5 da cidade de Ribeirão Preto. A Secretaria de Administração Penitenciária do estado informou que está apurando as causas do tumulto de quinta depois da revista de rotina. E que todos os presos recapturados foram transferidos.</p>
179	<p>Hildebrando da motosserra vai para regime semi-aberto <i>O ex-deputado federal e ex-coronel da Polícia Militar do Acre, Hildebrando Paschoal, conseguiu na Justiça o direito de sair do regime fechado para o semi-aberto. Ele foi condenado a mais de cem anos por crimes como lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e por chefiar um grupo de extermínio na década de 1990. Hidelbrando Paschoal, conhecido como o homem da motosserra, já cumpriu 16 anos na cadeia e está internado desde junho para tratar doenças degenerativas da coluna vertebral. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>
180	<p>Suspeito de ligação com terrorismo é espancado em cela em Mato Grosso <i>Valdir Pereira da Rocha estava preso na cadeia pública de Várzea Grande/MT. Ele é um dos investigados na operação Hashtag.</i> Um dos investigados na operação Hashtag por suspeita de ligação com o terrorismo foi espancado dentro de uma cela, em Mato Grosso. O estado de saúde dele é gravíssimo. Valdir Pereira da Rocha, de 36 anos, estava preso na cadeia pública de Várzea Grande, na região metropolitana de Cuiabá. Ele chegou a ficar preso na penitenciária federal de Campo Grande, com outros detidos na operação, e foi transferido para o sistema penitenciário de Mato Grosso para cumprir pena por roubo e homicídio. A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso disse que Valdir chegou a ser socorrido e que agora investiga se ele foi agredido por colegas de cela ou se a entrada de outros detentos foi facilitada. O motivo do crime ainda é desconhecido.</p>
181	<p>Dirceu é perdoado pelos crimes do mensalão do PT <i>O ex-ministro José Dirceu recebeu perdão pelo crime cometido no mensalão do PT. O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, considerou que ele cumpriu os critérios para receber o benefício chamado indulto natalino: ter sido condenado a menos de oito anos de prisão e cumprido um quarto da pena. Dirceu foi condenado por corrupção passiva como chefe do esquema de compra de apoio parlamentar nos primeiros anos do governo Lula. Mesmo com o benefício, ele vai continuar na cadeia em Curitiba por suspeita de envolvimento na Lava Jato. Na decisão, o ministro Barroso criticou o sistema punitivo no Brasil. Disse que a progressão do regime gera sentimento de impunidade. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>
182	<p>Brigas em penitenciárias do Norte deixam mais de 10 mortos <i>Uma briga na penitenciária estadual Ênio Pinheiro, em Porto Velho, deixou oito presos mortos e dois feridos gravemente. De madrugada, um grupo incendiou os colchões de uma cela onde estavam 10 presos de uma facção rival. A penitenciária está super lotada. A Secretaria de Justiça de Rondônia transferiu 78 detentos para outros presídios. Em Boa Vista, outra briga entre presos deixou 10 mortos e seis feridos na única penitenciária do estado. Durante a confusão ontem à tarde, havia quase cem parentes de detentos no horário de visita, mas todos foram liberados sem ferimentos. A Penitenciária Agrícola de Monte Cristo tem capacidade para 750 presos, mas abriga 1420 homens. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>
183	<p>Em Curitiba, Cunha está sozinho numa cela da carceragem da PF <i>Deputado cassado ficou separado dos outros presos da Lava Jato. Como a prisão é preventiva, não há prazo para que ele seja ouvido.</i> Eduardo Cunha está separado dos outros presos da Lava Jato sozinho numa cela. O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha chegou a Curitiba por volta de 16h45 num avião da Polícia Federal. Da pista do aeroporto, Cunha foi escoltado por três viaturas até a superintendência da PF. Um pequeno grupo de pessoas acompanhou a chegada de Eduardo Cunha, que vai ficar preso por tempo indeterminado. A carceragem da Polícia Federal em Curitiba tem seis celas. Cada uma com 12 metros quadrados. Eduardo Cunha vai ficar sozinho em uma delas, numa ala separada dos outros presos da Lava Jato. O advogado de Eduardo Cunha chegou minutos depois dele, e afirmou que Cunha foi muito bem tratado pelos policiais que o prenderam. O advogado afirmou que não viu nenhum fato novo para justificar a prisão. "Esse pedido de prisão ficou no Supremo por quase mais de quatro meses, o Supremo não decidiu, o que significa que não havia elementos para prender, porque um pedido de prisão é uma coisa urgente, e em menos de uma semana ele acaba sendo preso aqui sem qualquer fato novo. Mas eu acho que o mais importante é esclarecer essas circunstâncias da prisão, que demonstra a forma serena que se espera que esse processo seja conduzido", disse Ticiano Figueiredo. A Polícia Federal informou que Eduardo Cunha vai fazer na quinta-feira (20) o exame de corpo de delito no IML, procedimento padrão quando alguém é preso. Como a prisão de Cunha é preventiva, não há prazo para que ele seja ouvido pelos delegados da Lava Jato.</p>

184	<p>Presidente do STF, Cármen Lúcia, faz visita surpresa a presídios do RN <i>Ministra inspecionou celas e equipamentos de segurança. Rebelião em presídio do Acre deixa 4 presos mortos e 19 feridos.</i></p> <p>Quatro presos morreram e 19 ficaram feridos numa rebelião no maior presídio do Acre. Autoridades afirmam que foi uma briga entre quadrilhas. O policiamento nas ruas de Rio Branco recebeu o reforço de 500 homens do Exército. Em Sergipe, um preso foi enforcado e queimado no presídio de São Cristóvão. O estado dele é gravíssimo. O presídio tem capacidade para 800 presos, mas tem cerca de 2.500. Por falta de vagas em presídios e delegacias de Porto Alegre, seis presos ficaram detidos dentro dos carros da própria PM desde quarta-feira (19). Dois ainda estão nessa situação. A Superintendência de Serviços Penitenciários ainda procura vagas. A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, fez nesta sexta-feira (21) uma visita surpresa a presídios do Rio Grande do Norte. A visita começou por Mossoró, na região oeste do estado. A presidente do Supremo chegou logo cedo ao presídio federal. Cármen Lúcia fez uma verificação no equipamento de segurança do presídio de segurança máxima e depois fez uma inspeção em celas do presídio. 220 agentes são responsáveis por 137 presos, considerados perigosos. São chefes de quadrilhas e do tráfico de drogas. A ministra constatou que as normas de segurança estão em dia. Situação bem diferente de outras prisões do estado. Cármen Lúcia visitou o presídio feminino de Parnamirim, Região Metropolitana de Natal, com capacidade para 70 presas, mas que tem 96. A penitenciária estadual de Parnamirim, que deveria ter 290 presos, abriga quase o dobro: 540. A ministra viu grades enferrujadas, celas destruídas e presos circulando em áreas que deveriam estar isoladas. "Por isso mesmo sem condições de ter sequer avaliação das condições mínimas de execução de pena segundo o que a lei determina, condições de dignidade, de ressocialização. E é para isso mesmo que eu estou visitando as penitenciárias, para ver essas condições e então, a partir disso, o Conselho Nacional de Justiça ver que providências têm que ser adotadas", disse.</p>
185	<p>Advogados são presos suspeitos de fraude em alvarás de soltura <i>Gravações mostram negociações entre eles e um funcionário do presídio. Polícia de Goiás procura 7 suspeitos que estão foragidos.</i></p> <p>A polícia procura 7 foragidos de uma operação que investigou a venda de alvarás falsos para soltar presos, em Goiás. Interceptações telefônicas, autorizadas pela Justiça, flagraram as negociações entre advogados e a direção do presídio. Paulo Roberto é um dos quatro advogados presos na operação da Polícia Civil. Segundo a investigação, ele pagava propina para funcionários do sistema penitenciário. Em troca, os clientes iam para o regime semiaberto ou direto para as ruas. Em uma gravação autorizada pela Justiça, Paulo Roberto conversa com o sócio e reclama do valor que pagou a um diretor da Casa de Prisão Provisória. "Eu tive que gastar R\$ 40 mil do meu bolso aqui, entendeu?", diz o advogado Paulo Roberto Borges da Silva Junior. "Que menino?", pergunta o advogado Alex Paulino Oliveira. "R\$ 40 mil, quarenta. Eu tive que gastar do meu bolso aqui. Quatro horas na sala do diretor aqui, acabou de pegar o dinheiro comigo aqui. Está resolvido agora. Já foi pago. Está todo mundo alegre", prossegue Paulo Roberto. Em pouco mais de um ano, Paulo Roberto teria recebido mais de R\$ 1,7 milhão. O dinheiro, segundo a polícia, vinha dos presos. Numa outra conversa, o advogado negocia com um funcionário do presídio para que um cliente não seja transferido para a unidade de segurança máxima. "Moço, segura o cara. Larga de ser bobo", diz o advogado Paulo Roberto Borges da Silva Junior. "Não tem jeito mais, não. Está na mesa do diretor", explica o chefe do cartório da CPP Gilcésio Duarte. "Ah, para com isso. Larga de ser bobo. Existe um outro (dinheiro) aí que nós vai rachar tudo, entendeu?", continua Paulo Roberto "Vou ver", diz Gilcésio. O esquema, segundo a polícia, envolvia diretores de unidades prisionais, supervisores de segurança e agentes penitenciários. Dentro das unidades trabalham também chefes de cartórios, funcionários que são responsáveis por analisar os alvarás de soltura expedidos pela Justiça, mas em troca de dinheiro eles ignoravam falsificações grosseiras. O documento que aparece na esquerda é original. No da direita, falsificado, apenas o nome do preso foi trocado. "Era muito simples e muito fácil de ser observado que aquela decisão judicial que eles usavam para colocar o preso em liberdade era falsificada, mas como um outro servidor também envolvido já sabia do esquema, nunca seria detectado", explica o delegado Breyner Cursino.</p>
186	<p>Presos ficam detidos em carros por falta de celas em Porto Alegre <i>Detenção em carros da polícia acontece pela 2ª vez em uma semana. Faltam mais de 11 mil vagas nos presídios do Rio Grande do Sul.</i></p> <p>Pela segunda vez em menos de uma semana, presos ficaram detidos em carros da polícia, em Porto Alegre, por falta de vagas. 5 presos passaram mais de 24 horas dentro de carros da Brigada Militar estacionados em frente a uma delegacia, em Porto Alegre. Os homens receberam pão e água dentro dos veículos mesmo, e foram sempre acompanhados por policiais quando precisavam ir ao banheiro. Para manter esses presos em frente às delegacias, os policiais também têm de ficar no local. E enquanto aguardam a abertura de vagas nos presídios, eles deixam de fazer a segurança nas ruas da cidade. A cada turno, pelo menos 10 PMs ficaram fora do patrulhamento. "Estariam atendendo chamados do 190, estariam fazendo a segurança da cidade. É lógico que é uma situação de vulnerabilidade a que estamos submetidos por não ter o local adequado para colocar esses presos", disse Mário Ikeda, comandante de Policiamento de Porto Alegre. É a segunda vez que isso acontece em menos de uma semana. Faltam mais de 11 mil vagas nos presídios do Rio Grande do Sul. O delegado diz que não há condição de colocar esses presos nas celas da delegacia porque elas estão superlotadas. "Não, sem correr risco de um motim, da morte de algum preso ou de uma tentativa de fuga, realmente não tem como", afirmou o delegado Marco Antônio de Souza. O governo gaúcho anunciou a criação de dois centros de triagem para os presos. O objetivo é desafogar os presídios e evitar que os detidos fiquem em carros e delegacias. "Isso tudo é muito importante, mas demora um pouco para ser construído. Não se faz uma construção do dia para a noite. Estamos vendo soluções emergenciais", explicou Cezar Schirmer, secretário da Segurança do Rio Grande do Sul. Na noite desta quarta-feira (26), a polícia declarou que não há mais nenhum preso em carros.</p>
187	<p>Paulo Roberto Costa tira tornozeleira eletrônica e passa para regime aberto <i>Ex-diretor da Petrobras vai prestar serviços comunitários nos próximos 3 anos. Ele foi o primeiro a relatar divisão entre partidos de dinheiro desviado.</i></p> <p>O ex-diretor da Petrobras e delator da Lava Jato Paulo Roberto Costa tirou a tornozeleira eletrônica e passou pro regime aberto. Nos próximos três anos, além de prestar serviços comunitários, ele vai precisar da autorização da justiça pra mudar de endereço ou viajar pro exterior. Dos 20 anos de condenação, Paulo Roberto Costa já cumpriu dois anos e 5 meses. Foi ele o primeiro a relatar a divisão do dinheiro desviado da Petrobras entre partidos políticos.</p>
188	<p>Lobista Fernando Moura deixa prisão em Curitiba <i>Ministro Teori Zavascki, responsável pela operação no STF, concedeu uma liminar transformando a prisão preventiva em domiciliar.</i></p> <p>O lobista Fernando Moura, condenado a mais de 16 anos de prisão na Lava Jato, deixou a cadeia em Curitiba, na noite de sexta-feira (4). O ministro Teori Zavascki, responsável pela operação no STF, concedeu uma liminar transformando a prisão preventiva em domiciliar. Fernando Moura vai ficar usando tornozeleira eletrônica. Ele foi preso em agosto do ano passado e libertado depois de fechar acordo de delação premiada, mas, depois de admitir que mentiu para o juiz Sérgio Moro, ele voltou para a prisão em maio deste ano.</p>
189	<p>Ministra Cármen Lúcia faz visita surpresa à penitenciária da Papuda <i>Em outubro, a ministra esteve em três unidades prisionais no Rio Grande do Norte e já avisou que vai continuar fazendo visitas como essas pelo país.</i></p> <p>A ministra Cármen Lúcia, presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça, fez uma visita surpresa neste sábado (5) ao Complexo Penitenciário da Papuda, no DF. Em outubro, a ministra esteve em três unidades prisionais no Rio Grande do Norte e já avisou que vai continuar fazendo visitas como essas pelo país. Cármen Lúcia ficou duas horas e meia na penitenciária, que tem cerca de 13 mil presos, mas a capacidade é para 7,6 mil. Além da superlotação, durante a visita, ela verificou problemas como sujeira e falta de servidores. Cármen Lúcia também conheceu a ala onde os presos fazem serviços de marcenaria e cultivam hortaliças. Em outubro, a ministra esteve em três unidades prisionais no Rio Grande do Norte e já avisou que vai continuar fazendo visitas como essas pelo país.</p>
190	<p>Egito suspende sentença de morte contra o presidente deposto Mursi <i>Tribunal de cassação ordenou um novo julgamento dele e de outros líderes da Irmandade Muçulmana. Mursi foi condenado à morte no ano passado.</i></p> <p>A justiça do Egito suspendeu a sentença de morte contra o presidente deposto Mohammed Mursi. O tribunal de cassação ordenou um novo julgamento dele e de outros líderes da Irmandade Muçulmana. Mursi foi condenado à morte no ano passado por participar de fugas e ataques contra a polícia durante a revolta de 2011. Ele foi o primeiro presidente eleito democraticamente no Egito e foi deposto num golpe militar. Mursi cumpre outras três longas sentenças.</p>
191	<p>Alberto Youssef passa a cumprir prisão domiciliar com tornozeleira <i>Doleiro foi preso na primeira fase da Lava Jato, em março de 2014. Ele vai cumprir os quatro meses que restam da pena em prisão domiciliar.</i></p> <p>Um dos primeiros delatores da Lava Jato, o doleiro Alberto Youssef, deixou a prisão em que estava, em Curitiba. O doleiro Alberto Youssef chegou na tarde desta quinta-feira (17) à Justiça Federal, em Curitiba, para colocar a tornozeleira eletrônica. Em seguida, passou por dois escritórios de advocacia. Em outubro, a informação era que Youssef ficaria em um apartamento alugado em São Paulo. Mas nesta quinta-feira (17), nem a Justiça nem os advogados de defesa revelaram o destino do doleiro a defesa só disse que foi montado um esquema de segurança sigiloso. Alberto Youssef foi preso na primeira fase da Lava Jato, em março de 2014. Fechou o acordo de delação premiada seis meses depois. Teve a pena de mais de cem anos de prisão reduzida para três. Ele já cumpriu dois anos e oito meses. Os quatro meses que restam serão em prisão domiciliar, monitorado por tornozeleira. O doleiro ficará isolado e poderá receber apenas a mulher, as filhas e os advogados. Por causa de problemas no coração, ganhou permissão do juiz Sérgio Moro para ter um celular. Em março de 2017, Youssef estará sem tornozeleira. Ainda pelo acordo, o doleiro se comprometeu a devolver vários imóveis e veículos. A família ficou com um apartamento em São Paulo e outro em Londrina. Youssef foi um dos primeiros a revelar como funcionava a corrupção na Petrobras e como era a divisão da propina. Mas já era conhecido dos investigadores por um esquema ainda mais antigo. Foi condenado em 2003, por atuar ilegalmente no mercado de câmbio, no caso Banestado. Na época, o doleiro fechou uma delação premiada e se comprometeu a não cometer mais crimes.</p>
192	<p>Justiça mantém absolvição dos acusados por cratera no metrô de SP <i>Três desembargadores julgaram o recurso do MP. Eles decidiram por 2 votos a 1 absolver os acusados pelo acidente que deixou 7 mortos.</i></p> <p>O TJ-SP manteve a absolvição dos acusados pelo acidente que matou 7 pessoas numa obra do metrô, há 9 anos. Três desembargadores julgaram o recurso do Ministério Público, e decidiram por dois votos a um absolver os acusados pelo acidente que deixou 7 mortos. O canteiro da obra da estação Pinheiros do metrô desabou no dia 12 de janeiro de 2007. Foram denunciados 14 técnicos e engenheiros do metrô, das empresas que projetaram a obra e do consórcio Via Amarela, liderado pela Cbpo Engenharia, do grupo Odebrecht. Em maio deste ano, na primeira instância, a juíza Aparecida Angélica Correia absolveu os acusados, alegando que as provas colhidas não comprovaram negligência ou imprudência deles. O Ministério Público recorreu contra 12 réus, mas perdeu de novo. Os desembargadores concluíram que não há provas contra eles. "A punição tem que haver quando há culpa. Existe também caso fortuito. Existe também o destino, existe Deus, nem sempre alguém tem que ser culpado", diz Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, advogado de defesa. O procurador sustenta que havia elementos para a condenação. "As pequenas condutas, cada uma no seu âmbito, contribuíram para que o acidente acontecesse e é lógico que nós temos uma visão que não foi porque Deus é mau que o desmoronamento ocorreu", afirma Carlos Roberto Marangoni Talarico, procurador. Como a decisão do TJ não foi unânime, o Ministério Público ainda pode recorrer dentro do próprio tribunal, depois de publicada a decisão. Se optar pelo recurso, outros dois desembargadores serão chamados para analisar o caso e votar, o que poderia mudar o placar de 2 a 1 que nesta quinta manteve a absolvição dos acusados. A Secretaria dos Transportes Metropolitanos de São Paulo declarou que não faz parte do processo criminal. A Odebrecht não quis comentar.</p>

193	<p>Conjunto penitenciário de Bangu recebe dois ex-governadores <i>Cabral e Garotinho passaram a noite a cerca de 500m um do outro. Eles percorreram caminhos diferentes que levaram ao mesmo lugar.</i> Nesta sexta-feira (18), o conjunto de penitenciárias de Bangu teve dois ex-governadores do RJ entre os presos. Agentes do sistema penitenciário vazaram fotos de Sérgio Cabral nas redes sociais. Cabral, 1,85m. O cabelo cortado é uma regra de higiene e a camisa verde é igual à de todos os que estão presos em Bangu. A sessão de fotos é uma obrigação de entra no complexo penitenciário de Gericinó. É uma área gigantesca em Bangu, na Zona Oeste do Rio. São 25 unidades que abrigam 29 mil presos. Cabral tem direito a uma prisão especial, não porque foi governador, mas porque tem curso superior completo. Ele está na cadeia pública Pedrolino Werling de Oliveira, conhecida como Bangu 8. A unidade tem capacidade para 154 presos e atualmente tem 130. Cabral divide uma cela de 16 metros quadrados com outras 5 pessoas. O espaço tem 3 camas beliches, um cano de água fria para o banho, uma pia e um sanitário no chão. Sérgio Cabral não tem direito a refeições diferentes e ainda não pode receber visitas. O cadastramento dos visitantes leva cerca de 15 dias. Em 2008, Cabral inaugurou os prédios administrativos do complexo penitenciário e testou os novos equipamentos. Na quinta-feira (17), poucas horas depois da chegada de Sérgio Cabral, um dos maiores adversários políticos dele foi levado numa ambulância. Cabral e Garotinho percorreram caminhos diferentes que levaram ao mesmo lugar. Do outro lado de muros muito altos, os dois ex-governadores estão agora no mesmo presidio. Eles passaram a noite a cerca de 500m um do outro. No complexo, fica o hospital Hamilton Agostinho de Castro Vieira, que tem uma unidade de pronto atendimento. É nessa UPA que foi internado o ex-governador Anthony Garotinho. Ele passou a noite num dos 5 leitos da unidade intermediária, com monitoramento cardíaco, e foi acompanhado por um cardiologista do sistema penitenciário. Na manhã desta sexta, uma vistoria sigilosa do Ministério Público constatou que nenhum dos dois ex-governadores está recebendo tratamento privilegiado no complexo de Gericinó. "A lei determina que tanto o juiz quanto o diretor do estabelecimento têm que preservar a integridade física, psicológica e moral do preso. Então, veja, um diretor de um estabelecimento prisional que recebe um ex-governador tem que atentar para este fato. Ele tem essa responsabilidade", diz Breno Melaragno, presidente da Comissão de Segurança da OAB/RJ. Ainda que eles estivessem na mesma unidade, os dois ex-governadores não deveriam se encontrar nem no banho de sol. A direção do presidio costuma separar em horários diferentes os presos que tiveram divergências do lado de fora.</p>
194	<p>Homem que matou a ex em SP está internado em clínica psiquiátrica <i>Policia faz a escolta de Hugo Gabrich na clínica, em Belo Horizonte. Edna Silveira foi atingida por quatro tiros.</i> A polícia de MG anunciou que o homem que atirou em Edna Silveira, no sábado, está internado em uma clínica psiquiátrica, em BH. Uma equipe faz a escolta de Hugo Gabrich, mas o mandado de prisão preventiva não pode ser cumprido por recomendação médica. Edna morreu, atingida por 4 tiros. Um amigo que estava com ela ficou ferido.</p>
195	<p>Ministra do TSE determina volta de Garotinho para hospital <i>Ela acolheu recurso dos advogados do ex-governador. Na noite de quinta (17), transferência dele para conjunto penitenciário de Bangu foi tumultuada.</i> Por ordem da ministra Luciana Lóssio, do TSE, o ex-governador Anthony Garotinho vai voltar da ala médica de Bangu para um hospital. Ela acolheu o recurso dos advogados do ex-governador e derrubou a decisão do juiz eleitoral Glauceir Silva de Oliveira. Ele afirmou que Garotinho teve regalias no hospital. Na noite de quinta-feira (17), a transferência do ex-governador para o conjunto de presídios foi tumultuada. Os agentes da Polícia Federal foram cumprir o mandado. O ex-governador resistiu e houve confusão ainda no quarto do hospital. Num áudio gravado, Anthony Garotinho discutiu com um agente, se negando a ir para Bangu. Disse temer se morto por bandidos. Garotinho: Matam homem aqui ó, matam homem. Homem: A gente só precisa te levar. Garotinho: Eu não vou, eu não vou. Isaías do Borel, tem um monte de preso lá, que foi tudo eu que botei na cadeia. Não vou ficar é o... eu não quero. Eles tão doídos pra me levar pra lá pra me matar. Não vou. Isso tudo foi armado. Eu não vou, cara. Não vou. Homem: O senhor vai. Garotinho: Vai me matar, mas eu não vou. Homem: O senhor vai. O senhor vai. No lado de fora do hospital, no momento da transferência, houve nova confusão. Anthony Garotinho foi levado para Bangu. O Ministério Público Estadual abriu procedimento para investigar se houve tratamento privilegiado para o ex-governador no Hospital Souza Aguiar. "Não houve regalias. A Rosinha realmente dormiu no hospital na noite de ontem, mas não dormiu dentro da UTI, não dormiu no local onde ele está. Ela dormiu numa sala administrativa que foi cedida pela direção do hospital para que ela ficasse", disse Clarissa Garotinho, deputada federal e filha de Garotinho. A Secretaria Municipal de Saúde afirmou que não há regalias para parentes de pacientes, mas que separou uma sala apenas para não atrapalhar a rotina do hospital. A ambulância levando Anthony Garotinho chegou a Bangu às 22h30 de quinta. Antes de amanhecer, Rosinha Garotinho foi levar remédios para o marido, acompanhada do cardiologista. A visita foi extraordinária, um benefício que, segundo a Secretaria de Administração Penitenciária, é concedido a qualquer preso. No fim da tarde desta sexta-feira (18), a ministra Luciana Christina Guimarães Lóssio, do TSE, determinou a imediata remoção de Anthony Garotinho para um hospital, podendo ser da rede particular, desde que pago por ele. O hospital deverá ter condições de fazer os exames indicados no relatório médico. O TSE determinou ainda que, depois dos exames de coração, o ex-governador ficará em prisão domiciliar até que seja votado em plenário o pedido de liberdade de Anthony Garotinho.</p>
196	<p>Garotinho recebe alta do hospital e vai cumprir prisão domiciliar <i>Ex-governador do Rio passou por um cateterismo no domingo (20). Ele foi levado para o apartamento onde mora, na Zona Sul do Rio.</i> O ex-governador do RJ Anthony Garotinho, do Partido da República. A maioria dos ministros considerou que a liberdade de Anthony Garotinho não pôe as investigações em risco. Ele vai ter que pagar fiança de R\$ 88 mil e obedecer a algumas restrições. O ex-governador do Rio foi preso acusado de comprar votos com dinheiro de um programa social. Na internet, Anthony Garotinho disse que sempre confiou que a Justiça corrigiria o que classificou de abuso de autoridade. Ele está em prisão domiciliar, aguardando o alvará de soltura.</p>
197	<p>TSE revoga a prisão de Anthony Garotinho <i>Maioria dos ministros considerou que a liberdade de Anhtony Garotinho não põe as investigações em risco. Ele vai ter que pagar fiança de R\$ 88 mil.</i> O TSE revogou a prisão do ex-governador do Rio Anthony Garotinho, do Partido da República. A maioria dos ministros considerou que a liberdade de Anhtony Garotinho não pôe as investigações em risco. Ele vai ter que pagar fiança de R\$ 88 mil e obedecer a algumas restrições. O ex-governador do Rio foi preso acusado de comprar votos com dinheiro de um programa social. Na internet, Anthony Garotinho disse que sempre confiou que a Justiça corrigiria o que classificou de abuso de autoridade. Ele está em prisão domiciliar, aguardando o alvará de soltura.</p>
198	<p>Elize Matsunaga é condenada a 19 anos e 11 meses de prisão <i>Ela matou o marido Marcos Matsunaga e esquitejou o corpo. Julgamento em São Paulo durou 7 dias.</i> A justiça de São Paulo condenou Elize Matsunaga a quase 20 anos de prisão. Ela matou e esquitejou o marido, Marcos, um dos donos da indústria Yóki, há quase quatro anos. A Penitenciária Feminina de Tremembé, no Vale do Paraíba, voltou a ser o endereço de Elize Matsunaga. Ela passou oito dias em São Paulo. Foi julgada pela morte e o esquitejamento do marido, Marcos Matsunaga, diretor da empresa de alimentos Yoki, em 2012. Na época, Elize confessou. Neste domingo (4) Elize deu detalhes para o juiz sobre a noite do crime. A discussão no jantar: "Eu disse que era para ele parar de mentir, que ele não ia para a casa do pai dele, que eu tinha contratado um detetive. Ele levantou e gritou: 'Como você teve a audácia de contratar um detetive com o meu dinheiro?'. Ai eu levantei, retruquei e ai ele me deu um tapa, me xingou de vaca. Fui para a sala e peguei a arma". O tiro: "Ele começou a rir. Falou que eu não tinha coragem de atirar. Disse que era para eu ir embora e deixar minha filha lá. Eu estava com um turbilhão de emoções." O esquitejamento: "Eu queria tirar ele de lá. Infelizmente, a única forma que encontrei foi cortá-lo." O juiz leu a sentença às 2h10 desta segunda-feira (5). "Com um total assim de 19 anos, 11 meses e 1 dia de reclusão. As penas, no caso, serão inicialmente cumpridas no regime fechado", disse o juiz Adilson Paukoski. O júri condenou Elize por dois crimes: homicídio qualificado, por não dar chance de defesa ao marido - pena de 18 anos e 9 meses de prisão. E ocultação do corpo - mais um ano, dois meses e um dia de prisão. E a inocentou em duas qualificadoras: motivo torpe, porque entendeu que o assassinato não foi premeditado e motivado por vingança; e meio cruel, derrubando a por suspeita de ela ter cortado o peçoço do marido enquanto ele ainda estava vivo. "Eu estou satisfeito porque a justiça realmente foi aplicada. Foi um julgamento ao meu ver, muito justo e ela merecia aquilo que a sociedade reconheceu", disse o promotor José Carlos Consenzo. A defesa vai recorrer. "Foi um julgamento muito próximo, muito parelho, e tenho certeza que o tribunal vai reformar essa pena que, no meu entender, é absolutamente injusta", falou o advogado de defesa Luciano Santoro. Elize já está presa há quatro anos e meio. Como trabalhou, tem direito a redução de um ano e três meses. A defesa calcula que, se a Justiça reduzir a pena, ela já poderá ir para o regime semiaberto. O nome de Elize ainda aparece em outras quatro ações na Justiça de São Paulo. A família de Marcos quer que ela perca o direito de ser mãe. Quer retirar o nome dela da certidão de nascimento da filha que hoje tem 5 anos. Já Elize quer receber a visita da filha na prisão. Nos dias de hoje, isso está proibido. A família de Marcos ainda quer excluir Elize da herança do marido e anular a doação de metade do apartamento em que o casal morava.</p>
199	<p>Sérgio Cabral é transferido de Bangu para carceragem da PF em Curitiba <i>Juiz considerou que o ex-governador estava tendo regalias em Bangu. Sérgio Cabral vai seguir a mesma rotina dos outros presos da Lava Jato.</i> O ex-governador do RJ Sérgio Cabral foi transferido para carceragem da Polícia Federal em Curitiba - onde estão outros presos da Lava Jato. O Ministério Público Estadual constatou irregularidades nas visitas. Ainda dentro do Complexo Penitenciário de Bangu, Sérgio Cabral pode se despedir e abraçar os filhos. Era dia de visita. Na saída dos carros da Polícia Federal, pessoas que estavam na porta do presidio protestaram contra o ex-governador, que está preso desde o dia 17 do mês passado. Sérgio Cabral é acusado de chefiar um esquema de arrecadação de propinas em obras públicas do estado do Rio, no valor de R\$ 224 milhões. O juiz federal Marcelo Bretas determinou a transferência do ex-governador para a carceragem da PF em Curitiba, porque considerou que Sergio Cabral estava tendo regalias em Bangu. O juiz diz que o preso teve contatos com políticos e autoridades públicas, e a prisão preventiva tinha sido decretada justamente pra evitar que Sérgio Cabral continuasse tendo influência sobre terceiros, dificultando as investigações. A carteirinha de visitante de detento, por exemplo, leva, em média, 15 dias pra ficar pronta. Mas antes disso, a mulher de Sérgio Cabral, Adriana Ancelmo, conseguiu visitá-lo. Adriana Ancelmo foi presa na última terça-feira, suspeita de lavagem de dinheiro e participação na organização criminosa do marido. "Isso fere gravemente o princípio da igualdade. Todos os apenados devem ter tratamento igual. Não tem motivo para um apenado receber regalias que um outro apenado não receba", afirmou o promotor de Justiça André Guilherme Freitas. A uma e meia da tarde, Sérgio Cabral embarcou no avião da Polícia Federal com destino a Curitiba. O avião da Polícia Federal pousou no aeroporto internacional de Curitiba por volta de 16h15. Sérgio Cabral foi escoltado pelos agentes até o Instituto Médico Legal, onde fez exame de corpo de delito. O procedimento é padrão quando alguém é preso. Na sequência, o ex-governador do Rio foi levado para a sede da Polícia Federal, onde vai ficar detido. Num primeiro momento, Cabral deve ficar sozinho numa das seis celas. Na carceragem, Sérgio Cabral vai seguir a mesma rotina dos outros presos da Lava Jato: eles têm direito a duas horas de banho de sol por dia e a receber a visita de parentes uma vez por semana, nas quartas-feiras. Os advogados têm acesso livre. Além de Cabral, também estão na carceragem da PF outros 12 presos da Lava Jato, entre eles o ex-deputado Eduardo Cunha, o ex-ministro Antonio Palocci e o ex-presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrecht. No Paraná, a força tarefa da Lava Jato investiga se Sérgio Cabral recebeu R\$ 2,7 milhões em propina da Andrade Gutierrez, por obras no complexo petroquímico do Rio. Os delegados têm até a próxima sexta-feira pra concluir este inquérito. Sobre a situação do ex-governador no Complexo Penitenciário de Bangu, a Secretaria de Administração Penitenciária do Rio disse que os parentes que visitaram o ex-governador Sérgio Cabral tinham autorização. E que deputados têm prerrogativas parlamentares pra entrar no presidio - mesmo fora do horário de visita. A defesa do ex-governador não retornou nossas ligações.</p>

200	<p>Cunha será tranferido para o complexo médico de Pinhais O juiz Sérgio Moro determinou a transferência do deputado cassado Eduardo Cunha para o Complexo Médico Penal de Pinhais na região metropolitana de Curitiba. Cunha está desde outubro na carceragem da Polícia Federal. A PF informou que a transferência deve ocorrer na segunda-feira depois de uma audiência que Cunha vai acompanhar na Polícia Federal. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
201	<p>Cabral volta para Bangu e é recebido por manifestantes com fogos <i>Uma semana depois de ser transferido para Curitiba, o ex-governador do Rio retornou para a mesma cela em que estava antes no presídio de Bangu.</i> O ex-governador Sérgio Cabral, do PMDB, voltou para o Rio, uma semana depois da transferência para Curitiba. Na chegada ao presídio de Bangu, ele foi recebido com queima de fogos. Eram 14h30 quando o avião com o ex-governador pousou no aeroporto do Galeão, no Rio. Sérgio Cabral desceu com uma mochila e levou a mala até o carro da Polícia Federal. O comboio seguiu para o Instituto Médico Legal e depois para o complexo penitenciário de Gericinó, em Bangu, na Zona Oeste do Rio. Na entrada do presídio, um grupo de bombeiros aguardava o ex-governador. Eles montaram uma mesa com bolo e um painel de fotos de Sérgio Cabral e da mulher dele, Adriana Ancelmo, que também está presa em Bangu. Quando o comboio chegou, teve queima de fogos e muitos brindes. Sérgio Cabral foi preso há um mês, na Operação Calicute, um desdobramento da Lava Jato. O ex-governador, a mulher dele, Adriana Ancelmo, e pessoas ligadas ao grupo político de Cabral são acusados de desviar mais de R\$ 200 milhões de obras como a reforma do Maracanã e o PAC das favelas. Segundo os procuradores, ele também recebeu propina de R\$ 2,7 milhões da construtora Andrade Gutierrez num contrato para obras do Comperj, o Complexo Petroquímico do RJ. Cabral e Adraian Ancelmo já se tornaram réus em duas ações na Justiça Federal, uma no Rio e outra em Curitiba. As denúncias de visitas fora das normas do presídio e de regalias como mais horas de banho de sol provocaram a transferência de Sérgio Cabral para Curitiba. Mas uma nova decisão judicial autorizou o retorno do ex-governador. O desembargador Abel Gomes, do Tribunal Federal da 2ª Região, afirmou que na medida em que as tais irregularidades e ilegalidades na visitação não foram muito bem definidas não corresponderiam à falta grave à disciplina que justificassem a transferência do ex-governador para outro estado. O desembargador também afirmou que os presos devem ficar num local mais próximo possível de suas casas e que a permanência deles num presídio distante só deve ocorrer se for do interesse da segurança pública ou do próprio condenado. Cabral voltou para a mesma cela de 16 metros quadrados em que estava antes. Ele divide o espaço com outros 5 presos na Operação Calicute. A defesa de Sérgio Cabral declarou que o processo do Rio é ilegal e fere princípios processuais básicos. Sobre a acusação formulada em Curitiba, o advogado disse que a denúncia foge à competência daquele tribunal e que vai mostrar que as acusações não procedem. Sobre a volta do ex-governador ao Rio, a defesa disse que o TRF corrigiu clara violação às leis, porque jamais ocorreram privilégios ou regalias em Bangu. A Andrade Gutierrez não vai comentar.</p>
202	<p>Cunha é transferido para presídio na região metropolitana de Curitiba O ex-deputado e ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha foi transferido para um presídio na região metropolitana de Curitiba. Primeiro, Cunha foi levado para a sede da Polícia Federal para uma audiência com a Justiça Federal. A chegada dele foi acompanhada por manifestantes. Cunha iria assistir ao depoimento de uma testemunha num processo em que é réu em Brasília, mas a audiência acabou adiada. 20 minutos depois, Eduardo Cunha saiu para o Complexo Médico Penal em Pinhais, onde estão outros presos da Lava Jato. A Polícia Federal pediu a transferência alegando falta de espaço na carceragem. A defesa de Eduardo Cunha pediu ao STF a suspensão da transferência do ex-deputado cassado. Os advogados dele declararam que a medida parece ser justificada pela busca para que Eduardo Cunha celebre um acordo de colaboração premiada. A defesa também pediu que o Supremo solicite esclarecimentos ao juiz Sérgio Moro sobre a necessidade dessa transferência. Eduardo Cunha foi preso no dia 19 de outubro na Lava Jato. Ele é acusado de ter recebido propina num contrato da Petrobras. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
203	<p>Envolvidos na Lava Jato que vão passar o Natal presos recebem visitas <i>Rotina na carceragem da PF não vai mudar durante as festas de fim de ano. Por determinação do Departamento Penitenciário, panetone foi proibido.</i> Os presos da Lava Jato que estão no Complexo Médico Penal na Região Metropolitana de Curitiba, receberam, nesta sexta-feira (23), as últimas visitas antes do Natal. O deputado federal Zeca Dirceu chegou de viagem e foi direto ao presídio carregando sacolas com biscoitos e frutas. Ele foi visitar o pai, o ex-ministro José Dirceu, que foi preso em agosto de 2015 e já condenado na Lava Jato. No Complexo Médico Penal, na Região Metropolitana de Curitiba, estão 9 presos envolvidos no escândalo da Petrobras. Além de José Dirceu, estão lá o empresário ligado a Dirceu, Eduardo Meira, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o ex-diretor da Petrobras Jorge Luiz Zelada, o operador João Augusto Henriques, o ex-senador Gim Argelo e os ex-deputados Luiz Argolo, André Vargas e Eduardo Cunha. Cunha, preso em outubro e réu na Lava Jato, recebeu, nesta sexta-feira (23), a visita da mulher, Cláudia Cruz, que também responde a processo. Os presos da Lava Jato fizeram a confraternização com parentes em uma área comum da penitenciária. Por determinação do Departamento Penitenciário, os parentes puderam levar carnes típicas de Natal, mas assadas e sem osso. O panetone foi proibido e, assim como acontece em toda visita, a comida passou por uma revista rigorosa. Na Polícia Federal, a última visita antes do Natal foi na quarta-feira (21), só o ex-deputado Pedro Corrêa não recebeu ninguém. Na PF, foi permitida a entrada de panetones. Na carceragem da Polícia Federal estão outros 9 presos da Lava Jato. Além do ex-deputado Pedro Corrêa, também estão na PF os empresários Adir Assad, Flávio Macedo, o empreiteiro Léo Pinheiro, o ex-tesoureiro do PP João Claudio Genu, o ex-diretor da Petrobras Renato Duque, o ex-secretário de governo de Sérgio Cabral Wilson Carlos, o ex-ministro Antônio Palocci e o ex-presidente da Odebrecht Marcelo Odebrecht. Este vai ser o segundo Natal de Marcelo Odebrecht na cadeia. Na última visita, ele recebeu a mulher e as filhas. A rotina na carceragem da Polícia Federal não vai mudar durante as festas de fim de ano. Vai ser tudo igual também para o ex-governador Sérgio Cabral e para a mulher dele, Adriana Ancelmo, presos em unidades diferentes do Complexo Penitenciário de Bangu, na Zona Oeste do RJ. Dois ex-executivos ligados à Odebrecht, Olívio Rodrigues Junior e Luiz Eduardo Soares, além do ex-assessor de Palocci, Branislav Conti, deixaram a carceragem da PF na semana passada e vão passar as festas de fim de ano em casa. Outro que deixou a PF recentemente foi o doleiro Alberto Youssef. Ele ficou mais de dois anos e meio preso e, depois de fazer um acordo de delação premiada, passou a cumprir prisão domiciliar em novembro. Em 2016, vai passar o Natal com a família.</p>
204	<p>Problemas de presídio em Manaus foram relatados há um ano por peritos <i>Complexo abriga 1,8 mil presos e tem capacidade para 500. Superlotação foi apontada como grave nas fiscalizações do Conselho Nacional de Justiça.</i> A presença de grupos criminosos rivais e a fragilidade na segurança do maior presídio do Amazonas já eram problemas conhecidos das autoridades. A situação foi relatada por peritos há um ano. O Complexo Penitenciário Anísio Jobim foi inaugurado em 1999 e desde de 2014 é administrado por uma empresa terceirizada. Hoje, abriga presos do regime semiaberto e do regime fechado, num total de 1.800 detentos. Bem acima da capacidade, de 500, segundo relatório da População Carcerária do Amazonas da Secretaria de Administração Penitenciária do estado. A superlotação no presídio já foi apontada como grave nas fiscalizações do Conselho Nacional de Justiça. E esse não foi o único problema encontrado. Em janeiro do ano passado, o conselho alertou para a presença de grupos criminosos rivais que estabeleciam regras e punições dentro do presídio. Em dezembro de 2015, peritos do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura também tinham visitado o Complexo Anísio Jobim e destacaram que a ingerência dos agentes penitenciários e a presença de facções criminosas, o que gerava fortes disputas no presídio. O relatório também registra que os presos tinham ferramentas capazes de quebrar as paredes das unidades que aparentavam ser frágeis. As peritas relataram que a ação dos agentes penitenciários se resumia a abrir as celas no início da manhã e fechá-las ao final da tarde. Nos demais momentos do dia, os presos ficam soltos nos pavilhões, e que os presos basicamente se autogovernam, criando regras que afetavam a segurança jurídica e a vida dos outros presos. O secretário de Segurança Pública do Amazonas disse que até o fim do mês o governo do estado deve apresentar um plano de combate ao narcotráfico. Mas, por ele, o problema é nacional. "Nenhuma medida conjuntural que a gente possa colocar agora é tão importante quanto uma união nacional para combater o narcotráfico", disse Sérgio Fontes, secretário de Segurança AM. O Ministério da Justiça afirmou que está à disposição do governo do Amazonas, inclusive para a transferência de detentos para presídios federais e o envio da Força Nacional. Na nota, o ministério declarou que o governador do Amazonas, vai utilizar R\$ 44 milhões de repasse do fundo penitenciário nacional para sanar os problemas do sistema prisional. O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, deve chegar a Manaus ainda nesta segunda (2). Na cidade, se reúne com o governador do Amazonas, José Melo, e com representantes da segurança pública do estado para discutir as medidas que devem ser tomadas após o massacre dos presos.</p>
205	<p>Rebelião em presídio do Amazonas deixa mais de 50 mortos <i>Foram 16 horas de muita violência entre os detentos. Durante o tumulto, 112 presos fugiram.</i> Cento e 12 presos fugiram do maior presídio do Amazonas durante a rebelião violentíssima de domingo (1º). Em 16 horas, 56 detentos morreram. Só com a situação no presídio controlada é que os carros do Instituto Médico Legal puderam entrar para contar os mortos nesta segunda-feira (2) de manhã. Parentes dos presos aguardavam na estrada de acesso a unidade prisional. Ainda sem informações. A rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, o maior do Amazonas, começou no domingo (1º) às 18h, no horário de Brasília, uma hora depois de uma fuga de 87 presos no Instituto Penal Antônio Trindade, que fica ao lado. Presos do regime fechado fizeram um buraco na parede e invadiram a galeria que abrigava presos rivais; 12 funcionários foram feitos reféns. Pelo rádio da polícia, um policial militar pedia mais viaturas por causa de tentativas de fugas de detentos: "Muitos pulando aqui do lado do semiaberto. As viaturas têm que manter, que pode ter muito preso aí ainda do outro lado da muralha, tentando pular". Em uma foto, os presos aparecem dentro de uma cela armados com facões, espingardas e pistolas. Eles trocaram tiros com os policiais: "Tudo mundo armado trocando tiro com a Rocam. Tem três viaturas aqui. Uma da força tática e duas da Rocam. Copiou? Vão pra lá. Vão pra lá". A polícia montou barreiras para evitar a aproximação. Representantes da Secretaria de Segurança e da OAB negociaram o fim do motim. Depois de 16 horas de rebelião, os presos entregaram as armas e liberaram os reféns. Pelo menos 56 presos foram mortos durante a rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim naquilo que, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, foi uma guerra entre facções rivais que disputam o domínio do tráfico de drogas no estado. Foi o pior massacre em presídios brasileiros desde 92, quando a Tropa de Choque de São Paulo invadiu a Casa de Detenção do Complexo do Carandiru para conter uma rebelião; 111 presos foram assassinados na ação. 10 anos depois, presos invadiram os pavilhões que abrigavam detentos ameaçados de morte no Presídio Urso Branco, de Rondônia: 27 detentos mortos. Em 2004, uma rebelião deixou 30 mortos na Casa de Custódia de Benfica, no RJ. Em 2013, 13 presos morreram numa rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão.</p>

206	<p>PF identificou ação de facções no presídio em operação em 2015 <i>Grupo controlava tráfico de drogas no estado pelo Rio Solimões, diz PF. PF investigou ainda suspeitas de participação de membros do Judiciário.</i> A situação tensa que levou à rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim em Manaus já havia sido identificada em uma operação da Polícia Federal há mais de um ano. Tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, roubos, homicídios, sequestro, tortura, corrupção. Os sinais de que uma facção criminosa estava crescendo em Manaus levaram a Polícia Federal do Amazonas a deflagrar a Operação La Murala, em novembro de 2015. A primeira fase teve cerca de 130 mandados de prisão preventiva. Segundo as investigações, o grupo controlava desde a fronteira com a Colômbia e o Peru a principal rota do tráfico de drogas no Amazonas, pelo Rio Solimões, e era conhecido pela violência. Ainda de acordo com os investigadores, a facção tinha até estatuto. E um cadastro de cada integrante, feito em computador, com detalhes como data de ingresso na facção, padrinho no crime e a especialidade de cada criminoso. A segunda fase da operação investigou suspeitas sobre a participação de integrantes do Poder Judiciário. Em junho de 2015, autorizados pelo STJ, policiais federais fizeram buscas na casa e no gabinete da desembargadora do TJ do Amazonas Encarnação das Graças Sampaio Salgado e do juiz da Vara de Execuções Penais Luís Carlos Honório de Valois Coelho. A desembargadora foi afastada do cargo depois de ter sido apontada como suspeita de conceder prisão domiciliar com base em atestados médicos falsos. Ao tomar a decisão, o corte especial do STJ disse que "segundo o MPF, a desembargadora é suspeita de receber vantagem ilícita em troca de decisão judicial". Segundo as investigações, um dos presos contou que um grupo de advogados procurou um médico para fornecer laudos falsos. Com base no atestado com doenças como Aids ou tuberculose, o advogado entrava na Justiça. O valor cobrado era de R\$ 100 mil. Os advogados sabiam os nomes dos juízes envolvidos e escolheram os plantões deles, de acordo com a investigação. Um preso disse que na cadeia todos comentavam que o esquema seria com uma desembargadora. O juiz Luís Carlos Honório de Valois Coelho, da Vara de Execuções Penais, também teve seu nome mencionado em conversas entre advogados de presos da facção interceptadas pela polícia. Numa das mensagens, uma advogada diz para um dos criminosos: "Mano, temos que fazer alguma coisa para manter o Valois". O juiz estaria sofrendo pressão para deixar a Vara de Execuções Penais. Na segunda-feira ele foi um dos negociadores oficiais para tentar acabar com a rebelião junto com representantes da Secretaria de Segurança Pública e da OAB. Até agora o MPF já apresentou 15 denúncias contra mais de cem investigados. A parte da investigação que se concentra nas suspeitas sobre o Poder Judiciário foi transferida para o STJ, porque a desembargadora Encarnação Salgado tem foro privilegiado. Na última sessão do ano, os ministros decidiram prorrogar o afastamento dela por mais seis meses. Parte do inquérito está sob sigilo. A desembargadora Encarnação das Graças Sampaio Salgado não quis se pronunciar. O juiz Carlos Honório de Valois Coelho disse que não está sendo investigado e que nunca ajudou a atender interesses escusos de presos. Disse também que considera que, nas escutas, o nome dele é citado em tom respeitoso em conversas naturais entre advogado e cliente.</p>
207	<p>Governo do AM anuncia medidas para evitar novas rebeliões <i>Secretaria de Segurança montou força-tarefa para identificar chefes. Uma rebelião que durou 16 horas deixou quase 56 presos mortos.</i> Um dia depois de um dos maiores massacres da história em presídios brasileiros, o governo do Amazonas anunciou um pacote de medidas para tentar evitar novas rebeliões. O governo federal quer a transferência dos presos que comandaram o motim, mas eles ainda não foram identificados. A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas montou uma força-tarefa para investigar a rebelião de domingo (1º) no Complexo Penitenciário Anísio Jobim. O Ministério da Justiça quer que os chefes dos motins sejam transferidos para presídios federais, mas eles ainda não foram identificados. "A Polícia Civil instaurou inquérito policial para identificar as lideranças. Já há indícios de lideranças que coordenavam de dentro dos presídios e participaram desses homicídios. Identificados, haverá o pedido de transferência das lideranças para os presídios federais", disse o ministro Alexandre de Moraes. O governador José Melo, do Pros, anunciou nesta terça-feira (3) um pacote de medidas para evitar novas rebeliões. Uma delas é o aumento da participação do estado na administração do presídio. Atualmente, o sistema carcerário do Amazonas é operado por uma parceria público-privada com o Consórcio Pamas - o único a participar da licitação para explorar o serviço por 27 anos em 5 presídios. A cadeia Anísio Jobim é um deles, administrado pela empresa Umanizzare, que recebeu mais de R\$ 70 milhões em 2015. "A Polícia Militar a partir de agora vai ficar permanentemente dentro das penitenciárias. Vai ter revistas periódicas em todas as penitenciárias. Nós já temos os terrenos, já temos os projetos, e um presídio será construído em Parintins e outro em Manacapuru. E a PPP para a construção de 3.600 vagas em uma penitenciária agrícola", disse o governador José Melo. Os 130 presos que fugiram de três unidades do complexo no período de 24 horas ainda são procurados. A polícia divulgou uma lista com fotos dos fugitivos e montou barreiras pela cidade. A rebelião deste fim de semana começou no domingo à tarde. Em 16 horas, 56 presos foram assassinados no maior presídio do Amazonas, num dos episódios mais brutais da história das cadeias brasileiras. Na segunda-feira, mais quatro morreram em outro motim, na Unidade Prisional do Puraquequara. Todos os 60 presos mortos estão no Instituto Médico Legal de Manaus que só tem capacidade para 20 corpos. A identificação e liberação dos corpos é lenta devido ao estado em que eles chegaram para perícia. Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária do Amazonas, o complexo estava superlotado com 1.224 detentos, num lugar com capacidade para 454. A rebelião começou quando presos abriram um buraco no muro e invadiram a galeria que abrigava um grupo criminoso rival. Os 223 presos que corriam risco de vida no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, por causa da guerra de grupos rivais, foram transferidos para a cadeia Raimundo Vidal Pessoa. Ela estava desativada desde outubro de 2015, a pedido do Conselho Nacional de Justiça justamente porque não tinha condições de funcionamento. Um vídeo feito por servidores penitenciários mostra as condições do prédio hoje. "É um prédio histórico, mas que infelizmente não tem condições de abrigar nem os detentos nem tão pouco dá condições aos trabalhadores de manifestar com excelência o trabalho", disse Rossinaldo Silva, presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Amazonas. O secretário de Segurança Pública disse que o prédio é a única opção. "É a única solução. Não foi a solução mais acertada ou menos acertada. Foi a única solução. Nós não poderíamos correr o risco de ter mais mortes", afirmou Sérgio Fontes. A Umanizzare, empresa que administra o presídio Anísio Jobim, não quis comentar. A Organização das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a Anistia Internacional cobraram uma investigação isenta sobre o massacre em Manaus e lembraram que o estado é responsável pelos presos. A Anistia Internacional acrescentou ainda que as condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim já tinham sido denunciadas, mas que as autoridades não adotaram as medidas necessárias.</p>
208	<p>Bebedouro chega a presídio de Cuiabá com 181 celulares dentro Em Cuiabá, na Penitenciária Central de Mato Grosso, 181 celulares foram encontrados dentro de um bebedouro. Segundo a direção da unidade, esse bebedouro tinha ido para o concerto. Na volta, chegou recheado de telefones, carregadores e fones de ouvido. A polícia está investigando quem encomendou esses aparelhos. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
209	<p>Na Paraíba, dois presos morrem e dois ficam feridos no presídio de Patos Na Paraíba, dois presos morreram e dois ficaram feridos no presídio de Patos, numa confusão entre grupos rivais. O presídio tem capacidade para 186 detentos e abriga hoje 435. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
210	<p>Departamento Penitenciário tem mais de R\$ 2 bilhões em caixa sem uso <i>Das cem construções de presídios no país, 30 estão paradas. 'Falta uma ação integrada entre os poderes', diz especialista.</i> Um estudo mostra que o Departamento Penitenciário Nacional tem mais de R\$ 2 bilhões em caixa esperando para serem usados. O órgão é vinculado ao Ministério da Justiça. Nesta quarta-feira (4), o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, se reuniu com a presidente do STF, Cármen Lúcia, para discutir a crise nos presídios brasileiros. O ministro relatou o que viu no presídio. Informações que vão auxiliar a presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, nas reuniões que terá com presidentes de Tribunais de Justiça na quinta-feira (5) em Manaus. Não é de hoje que o governo federal sabe que o sistema prisional do país é um barril de pólvora. O último levantamento carcerário do governo é de 2014: 607.731 presos para 376.669 vagas. A construção de presídios segue numa velocidade muito inferior ao agravamento da crise. No fim de 2016, só o Amazonas recebeu R\$ 32 milhões. Dinheiro foi liberado também para outros estados. "Nós transferimos R\$ 1,2 bilhão para questões penitenciárias, não só para construção de presídios, e como foi transferido é possível abrir 20 mil vagas, mas também, para a questão da inteligência, de tecnologia, de segurança para os presídios, para instalação de scanner, raios-x. Já destinamos mais R\$ 146 milhões para colocar bloqueadores de celulares em 30% dos presídios, que serão apontados pelos secretários, como aqueles necessários", disse o ministro da Justiça. Mas o pior é que a falta de dinheiro não é o principal problema. A Associação Contas Abertas mostra que desde 2000 o fundo penitenciário acumula dinheiro. Entrou 2017 com uma sobra de mais de R\$ 2,3 bilhões. É dinheiro que não foi repassado para os estados por cortes do governo federal ou por irregularidades na execução de projetos. Esse dinheiro vem das loterias e de taxas sobre os processos na Justiça. Hoje, das cem construções de presídios pelo país, pelo menos 30 estão paradas. "Seja por uma licitação que acabou sendo mal especificada ou que ensejou algum tipo de recurso por parte dos concorrentes, seja por conta de quebra da empresa", disse Marco Antônio Severo, diretor-geral do Depen. Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, diz que falta uma ação integrada entre os poderes. "Pelos menos há 30 anos não existe no Brasil planejamento, integração e cooperação entre os diferentes órgãos responsáveis pelo sistema prisional de segurança pública no Brasil. A União dialoga pouco com os estados, o Legislativo se mostra ausente, enfim, no limite. O problema é de todos e não é de ninguém ao mesmo tempo e acaba sobrando para os agentes prisionais na ponta administrarem milhares de presos, mais de 600 mil presos em situações muito desumanas, e para os policiais administrarem taxas crescentes de crime e violência no Brasil", disse.</p>

211	<p>Governo do Amazonas admite que sabia de plano de fuga em massa <i>Secretário de Segurança reconheceu que sistema falhou. Ministro da Justiça diz que governo federal não foi comunicado.</i></p> <p>O governo do Amazonas admitiu nesta quarta-feira (4) que sabia de um plano de fuga em massa nos presídios do estado e que houve falhas na segurança. O secretário de Segurança Pública, Sérgio Fontes, reconheceu pela primeira vez que o sistema falhou em permitir que armas entrassem nos presídios onde ocorreram as rebeliões desta semana. "Claro, houve falhas sim. Se entrou arma no presídio, e essas armas geraram esse número de mortes, é claro que houve falhas. Essas falhas vão ser apuradas, nós vamos identificar responsabilidades. Ninguém está se eximindo não", afirmou.</p> <p>Ele também admitiu que já tinha informações sobre fugas no sistema penitenciário do estado, mas que elas chegam toda semana. "Nós temos um comitê de gerenciamento de crise que justamente passa essas informações. Toda a semana tem um aviso que vai ter uma fuga, de que vai ter uma rebelião. Toda semana", disse o secretário.</p> <p>Mais cedo, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, havia alertado que a Secretaria de Segurança do Amazonas já sabia que poderia haver uma fuga durante o fim de ano, mas que não pediu ajuda nem comunicou o governo federal. "O governo federal em momento algum foi informado nem solicitado nenhum auxílio, seja da Força Nacional, seja de qualquer outro mecanismo que o governo federal poderia ter auxiliado", disse o ministro. O ministro disse ainda que a morte de 60 presos nos presídios de Manaus foi resultado de uma sucessão de erros. E que mais de 200 presos fugiram, número maior do que os 184 divulgados pelo governo do Amazonas. O secretário de Segurança rebateu a informação. "Eu conto com as informações que a Secretaria de Administração Penitenciária me dá. Eles é que controlam os presos. Não vejo motivo nenhum para gente não divulgar corretamente o que está acontecendo", disse Sérgio Fontes. A OAB no Amazonas ingressou com uma ação civil pública contra o estado. Os representantes da OAB afirmam que o governo do Amazonas falhou em evitar o colapso que se instalou no sistema penitenciário. "Resumidamente, o que deve ser feito é o cumprimento do que está lá na Lei de Execuções Penais. Principalmente no que tange à individualização da pena. Não se pode misturar preso violento com não violento, preso reincidente com preso não reincidente. Isso não é política criminal", disse Alberto Simonetti Neto, presidente da Comissão de Direitos Penais da OAB-AM. A polícia do Amazonas identificou pelo menos seis chefes das rebeliões desta semana, mas não divulgou nomes. A investigação começou há dois dias e deve terminar em um mês. Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária do Amazonas, dos 184 presos que fugiram durante as rebeliões, 121 continuam foragidos.</p>
212	<p>MP pede rescisão de contrato com administradoras de presídios no AM <i>Empresas são suspeitas de superfaturamento e gestão ineficaz. Pedido alega descontrole da segurança nas prisões de Manaus.</i></p> <p>O Ministério Público de Contas do Amazonas pediu a rescisão dos contratos com as empresas que administram os presídios do estado por suspeita de superfaturamento e ineficiência da gestão. O pedido encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas alega descontrole da segurança e ineficiência de gestão nas prisões de Manaus. Os procuradores acusam a empresa que administra o presídio Anísio Jobim de não ter sido capaz de alertar ou reprimir o início da rebelião e afirmam que há indícios de que o preço pago nos contratos do Amazonas sejam os mais altos do país sem a contrapartida esperada. Atualmente, o sistema carcerário do Amazonas é operado pela empresa Umanizzare, que participou da licitação para explorar o serviço por 27 anos. O complexo penitenciário Anísio Jobim e a unidade do Puraquequara, onde 60 presos foram assassinados nesta semana, são administrados pela Umanizzare Gestão Prisional. Ela começou a atuar no sistema penitenciário do estado em 2013, mas o contrato de 27 anos passou a valer dois anos depois. A GloboNews apurou no Portal da Transparência do governo do Amazonas que até agora ela já recebeu mais de R\$ 800 milhões. Só no ano passado, foram quase R\$ 430 milhões. Segundo os contratos, a empresa é responsável pela alimentação, limpeza, identificação e prontuário dentro das penitenciárias. No contrato de 2013, a Umanizzare também era responsável por serviços de segurança na unidade prisional do Puraquequara. A partir de 2014, a palavra segurança foi substituída por manejo. Os contratos não detalham os serviços prestados. O governador do Amazonas, José Melo (PROS), disse nesta quarta-feira (4) que não sabe exatamente o que significa manejo, mas que a empresa Umanizzare é responsável por toda segurança interna dos presídios. "Eu determinei uma sindicância do meu governo em cima desse episódio para identificar onde houve falha. Evidentemente, se houver serão punidos", disse. Sobre o pedido do Ministério Público de Contas, o governador disse que no momento a Umanizzare é a única alternativa para o estado: "O Ministério Público tem todo direito de fazer isso, agora é meu dever manter o sistema prisional na integridade. Eu não posso atender ao Ministério Público e tirar algo que está me mantendo assim sem que o Ministério Público ou seja quem for me dê uma alternativa." A Umanizzare declarou que seu papel na gestão da unidade prisional é de fornecer limpeza, alimentação, assistência de material e jurídica, elaborar atividades esportivas e profissionalizantes, dar atendimento de saúde e fornecer suporte psicológico e sistema de segurança eletrônico. Afirmou ainda que a disciplina, a segurança e a vigilância armada são responsabilidades do governo. A empresa lamentou a tragédia e disse que está dando apoio às famílias e às autoridades na investigação.</p>
213	<p>Empresa alertou secretário sobre risco de visitas a presos no fim de ano <i>Umanizzare disse em ofício que horários não foram respeitados dia 24. E pediu providências porque presos retiraram barras de ferro do telhado.</i></p> <p>O JN teve acesso a documentos da administradora do Complexo Penitenciário Anísio Jobim alertando o governo estadual para possíveis riscos com as visitas de fim de ano. Os documentos mostram que antes da rebelião a empresa Umanizzare alertou o secretário de Administração Penitenciária do Amazonas, Pedro Florêncio Filho, dos riscos de se permitir visitas aos presos no fim de ano. O governo estadual havia permitido que os mais de 1.200 pudessem receber acompanhantes no Natal e no Ano Novo.</p> <p>No dia 27 de dezembro a empresa pediu providências imediatas porque no dia 24, véspera de Natal, com autorização da Secretaria de Governo, os horários de visitas não foram respeitados, o que prejudicou a revista de celas e a contagem de presos. No dia 30 de dezembro, a empresa manda mais um ofício para o secretário pedindo novamente providências porque os presos haviam retirado do telhado 7 barras de ferro de seis metros de comprimento cada e um material semelhante já havia sido usado em uma tentativa de fuga recente. Por isso, a empresa pedia uma revista com escolta armada para recuperação desse material. O objetivo era desmobilizar os presos que poderiam fugir, mas a rebelião aconteceu dois dias depois. O secretário de estado de Administração Penitenciária do Amazonas, Pedro Florêncio Filho, admitiu que autorizou as visitas de fim de ano, permitindo o pernoite das famílias dos presos. Mas disse que não sabia da existência do ofício da administradora sobre os possíveis riscos porque estava fora da cidade no período em que o documento foi encaminhado.</p>
214	<p>Presidente do STF, Cármen Lúcia, vai a Manaus discutir crise penitenciária <i>Ela determinou levantamento da população carcerária no Amazonas. Grupo de trabalho vai fiscalizar medidas para tentar resolver crise, diz TJ.</i></p> <p>A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, esteve em Manaus pra tratar da crise penitenciária e das rebeliões no Amazonas. Nas 5 horas em que a ministra Cármen Lúcia ficou em Manaus foram três reuniões fechadas: com desembargadores, juízes federais, presidentes dos tribunais de Justiça dos estados da Região Norte e Ministério Público de Contas do estado. A presidente do Supremo não deu entrevista sobre as reuniões. Mas o TJ do Amazonas informou que o Conselho Nacional de Justiça vai criar um grupo de trabalho para acompanhar e fiscalizar as medidas adotadas pelo governo do Amazonas para tentar resolver a crise penitenciária no estado. A ministra Cármen Lúcia determinou ainda um levantamento da população de presos do Amazonas com divisão por crimes e situação dos processos por detento. Pelos dados de controle da Secretaria de Administração Penitenciária, até o dia 30 de dezembro a população nos 11 presídios do Amazonas passava de 10 mil. A capacidade é para pouco mais de três mil. O presidente do TJ, Flávio Pascarelli, disse que a ministra também questionou a transferência de quase 300 presos para a cadeia pública Raimundo Vidal Pessoa, que estava desativada por determinação do Conselho Nacional de Justiça por falta de condições. "Foi tomada uma decisão de caráter emergencial e pelo que eu fui informado pelo Ministério Público que esteve ontem lá, apesar das condições serem desfavoráveis vai haver uma reforma de emergência para minorar o problema. E os próprios presos estão preferindo ficar lá do que retornar para onde eles estavam, onde não há segurança", afirmou ele.</p>
215	<p>Relatório alertava sobre entrada de armas em presídio do Amazonas <i>Armas teriam entrado com os visitantes, nas festas de fim de ano. Presídio teve festa autorizada pouco antes de massacre.</i></p> <p>A polícia do Amazonas começou a analisar imagens das câmeras de segurança do presídio onde 56 presos foram assassinados para identificar como a rebelião começou. Um relatório do setor de inteligência alertava o governo do Amazonas que armas teriam entrado no presídio com os visitantes, nas festas de fim de ano. Na madrugada do dia 1º de janeiro, horas antes do massacre no presídio Anísio Jobim, teve festa entre os presos. A regalia foi autorizada pela secretaria de Administração Penitenciária num comunicado do dia 20 de dezembro que permitia ainda a cada preso uma visita com pernoite no Natal e no Ano Novo. "Sim, sim, eu autorizei, isso foi uma medida buscando a melhoria, a humanização, a ressocialização das pessoas encarceradas", afirmou o secretário de administração penitenciária, Pedro Florêncio Filho. Depois da visita de Natal, uma semana antes da rebelião, a Umanizzare, empresa privada que administra o presídio, encaminhou um ofício urgente para o secretário de Administração Penitenciária pedindo imediatas providências, para lidar com acesso de pessoas muito acima do normal e revista de material em quantidade excessiva. No dia 30 de dezembro, dois dias antes da fuga, a empresa alertou que barras de ferro instaladas no pavilhão 2 para aumentar a segurança - as chamadas "pernas-mancas" - tinham sido roubadas e pediu providências urgentes para que a Secretaria de Administração Penitenciária fizesse revista, para recuperar o material. Para a repórter Daniela Branches, o secretário de Administração Penitenciária confirmou que recebeu os avisos da empresa: "Foram recebidos, claro, e nós respondemos pedindo, cobrando deles, ações deles, que compete a eles por contrato. A empresa não tem que avisar que vai acontecer, a empresa tem que tomar providências para que não aconteça, que é responsabilidade dela, ela tem um contrato com o estado para prestar esse tipo de serviço". A GloboNews obteve um relatório de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do dia 31 de dezembro, véspera da rebelião que terminou com 56 mortes. Ele alerta para um plano de fuga no regime fechado do Compaj. Segundo o relatório, pelo menos oito armas de fogo teriam entrado no presídio na semana que antecedeu o Natal com os visitantes e o apoio de agentes. O governador do Amazonas, José Melo, do Pros, disse que reforçou a segurança externa dos presídios, mas disse que a segurança interna é e continua sendo de responsabilidade da empresa contratada. "Ela continua sendo responsável pelo o que acontece dentro das celas, dentro dos refeitórios, acontece dentro do âmbito fechado da penitenciária ela continua responsável. Por isso ela foi contratada", declarou Melo. O Sindicato dos Agentes Penitenciários afirmou a segurança interna do presídio é feita por agentes contratados pela Umanizzare, como mostra o registro profissional de um funcionário do Compaj. Ele preferiu não mostrar o rosto, mas confirmou que são responsáveis pela segurança, mas de forma precária. "Acham que a gente é polícia sem ser, porque nós não usamos armamento nem nada para nos proteger, e eles não conseguem colocar uma segurança para proteger os agentes", afirmou. Em nota, a empresa Umanizzare declarou que, pelo regime de cogestão do presídio, o estado é o responsável pelo comando da unidade, e que a direção deve ser executada por servidor público indicado pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e também pela disciplina, uso de força, segurança e vigilância armada dos detentos.</p>

216	<p>Temer chama massacre em presídio de 'acidente pavoroso' <i>Foi a primeira vez que ele falou sobre a morte de presos em Manaus. PGR estuda pedir intervenção no sistema penitenciário de quatro estados.</i></p> <p>O presidente Michel Temer falou nesta quinta-feira (5) pela primeira vez sobre a rebelião em Manaus. Ele chamou o massacre de "acidente pavoroso". Ministros da área de segurança, relações exteriores, líderes do governo foram convocados para uma reunião no Palácio do Planalto. Antes, o presidente falou. Quebrou um silêncio de quatro dias, depois do massacre em Manaus. "Eu quero, em uma primeira fala, mais uma vez solidarizar-me com as famílias que tiveram os seus presos vitimados naquele acidente pavoroso que ocorreu no presídio de Manaus", afirmou. Temer disse que, pela Constituição, o controle penitenciário cabe aos estados. Mas destacou que, no episódio de Manaus, a responsabilidade foi de terceiros. "Vocês sabem que lá em Manaus o presídio era terceirizado, era privatizado, e, portanto, não houve, por assim dizer, uma responsabilidade, digamos, muito objetiva, muito clara, muito definida dos agentes estatais", disse. Esse discurso do governo, de que a responsabilidade é da empresa, vem desde quarta-feira (4), quando o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, já falava nesse tom. Nesta quinta-feira (5), não foi diferente. "De cara, óbvio, basta verificar os fatos, houve falha da empresa. Não é possível que entrem armas brancas, facções, pedaços de metal, armas de fogo, inclusive uma escopeta, e nós todos ficamos sabendo dessa entrada bem antes. Nós todos que eu digo pela internet antes da apreensão porque os próprios presos tiraram selfie. Ou seja, celulares também lá dentro. Então, quem tinha a responsabilidade imediata de verificar essa entrada? A empresa que faz a segurança", disse o ministro. Mas a própria Secretaria de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, relembrou um alerta de janeiro de 2016 sobre o risco de rebeliões em Manaus. O documento foi feito por peritos federais, que visitaram quatro presídios: "O órgão identificou problemas e características que podem estar relacionadas à violenta rebelião ocorrida em primeiro de janeiro de 2017." O documento destaca "a omissão estatal frente à execução penal e a atuação de facções criminosas, que exerciam um autogoverno, afetando a segurança jurídica e a vida dos presos". Os peritos alertaram e fizeram recomendações a vários órgãos estaduais e federais. Entretanto, até hoje não houve resposta ou informação sobre as providências tomadas, segundo a nota. Diante da chacina, o governo se apressou em anunciar alguns pontos do Plano Nacional de Segurança para reduzir homicídios, combater o crime organizado e tratar o sistema penitenciário em todo o país. Não deu prazos e ainda ficou devendo detalhes do plano. Prometeu R\$ 200 milhões para a construção de mais 5 presídios federais, um em cada região. E recursos para equipamentos de segurança, como raio-x e bloqueadores de celulares. Ao longo do dia, o presidente Michel Temer foi criticado por usar a expressão "acidente pavoroso" para o massacre. No fim da tarde, ele explicou numa rede social que a palavra "acidente" é sinônimo de tragédia, perda, desastre, desgraça, fatalidade. Segundo o dicionário Aurélio, acidente significa "acontecimento casual, fortuito, imprevisto, acontecimento infeliz, casual ou não, e de que resulta ferimento, dano, estrago, prejuízo, avaria, ruína, etc., desastre". O JN procurou a Umanizzare, que administra o presídio em Manaus, para comentar as declarações do ministro da Justiça, mas não obtivemos resposta. PGR estuda pedido de intervenção. A Procuradoria-Geral da República estuda pedir intervenção no sistema penitenciário de quatro estados: Amazonas, Rondônia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Nesta quinta-feira (5), a Procuradoria pediu informações aos governadores desses estados e ao ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. Com base nos dados, a PGR pode considerar que é necessária uma federalização dos presídios, ou seja, que um interventor nomeado assumo o controle até normalizar a situação.</p>
217	<p>PF determina que governo do TO cancele contrato com Umanizzare <i>Empresa é a mesma que administra presídios do Amazonas. Foi contratada em 2011 para serviços como a segurança nas unidades.</i></p> <p>A Polícia Federal pediu que o governo do Tocantins cancele o contrato com a empresa Umanizzare - a mesma que administra presídios no Amazonas. A Umanizzare recebeu em 5 anos R\$ 165 milhões para cuidar do presídio Barra da Grota, em Araguaína, no Norte do Tocantins, e da casa de prisão provisória de Palmas. Ela foi contratada em 2011 para vários serviços - um deles a segurança nas unidades, como publicado no Diário Oficial do Tocantins. Em 2014 o contrato foi alterado para monitoramento e gerenciamento de presos. Mas, segundo o relatório de vistoria da Polícia Federal, a empresa continuou a exercer atividades típicas de carceragem, como a condução de presos das celas para o banho de sol, o controle disciplinar dos detentos, a revista de visitantes e a entrada e saída de pessoas nas unidades prisionais. Segundo a Polícia Federal, a Umanizzare presta o serviço de forma irregular por não ter registro para exercer atividade de segurança privada fornecida pela PF. O Ministério Público suspeita de facilitação na entrada de celulares, serras, e até ajuda na fuga de detentos. Em 2016, o número de presos que morreram nos presídios tocantinenses aumentou 120%. A maioria foi assassinada. A Polícia Federal determinou ao governo do Tocantins que a Umanizzare deixe de atuar nos presídios, além de entregar imediatamente armas e munições. A PF entende que vigiar e controlar os presos é uma obrigação do Estado. "É importante que essa atividade de segurança pública seja feita por pessoas habilitadas e capacitadas", afirma o delegado Helano Medeiros. A secretaria Estadual de Cidadania e Justiça do Tocantins confirmou a alteração nos contratos e disse que os serviços não se enquadram na condição de segurança privada. afirmou ainda que, nas duas unidades prisionais do Tocantins, a segurança externa, escolta, procedimentos administrativos e a coordenação são exercidas por servidores, agentes penitenciários da Polícia Civil. A Umanizzare afirmou categoricamente que seus funcionários nunca usaram armas, como a Polícia Federal alega. E declarou que sempre atuou de acordo com a Lei de Execução Penal, que é a que rege a atividade em presídios. A Polícia Federal disse que está analisando um recurso apresentado pela empresa Umanizzare. Reforço na segurança. Presídios de quatro estados do Norte do país aumentaram a segurança nesta sexta-feira (6). No Acre, o reforço foi feito com homens da Polícia Militar. Também foram adotadas medidas preventivas em Rondônia, Tocantins e Pará.</p>
218	<p>Plano de Segurança Nacional prevê reduzir superlotação nos presídios <i>Ministro da Justiça não divulgou valores que serão liberados pelo governo. Ações ainda dependem de acordos com os estados.</i></p> <p>O governo apresentou nesta sexta-feira (6) o Plano de Segurança Nacional, que prevê a redução da superlotação nos presídios. O ministro da Justiça não divulgou os valores que serão liberados pelo Governo Federal. As ações ainda dependem de acordos com os estados. O Plano Nacional de Segurança Pública tem três objetivos básicos: reduzir homicídios, feminicídios e a violência contra a mulher; combater o tráfico de drogas e de armas; racionalizar e modernizar o sistema penitenciário. Entre as principais ações propostas estão: criar núcleos de inteligência em todos os estados e no DF; ampliar o uso de tecnologia, como cercas eletrônicas, interligação de radares de videomonitoramento; implantar, em todo o país, até o fim de 2017, a comunicação de rádio digital, menos vulnerável a interferências e interceptações pelo crime organizado - fronteiras terão prioridade; instalar, em Brasília, um laboratório central de perícia criminal para dar suporte aos estados. Isso tudo, sem contar a liberação do fundo penitenciário para a construção de pelo menos um presídio em cada estado e ainda a promessa de construção de mais 5 presídios federais. "A solução não é só construir presídios. É que a situação no Brasil de construção dos presídios, na maioria dos estados foi tão ignorada que obviamente agora há necessidade de se construir em escala para que nós possamos ter o mínimo", disse Alexandre de Moraes, ministro da Justiça. O ministro gastou duas horas explicando o plano, que ainda vai ser fechado com governos estaduais, mas afirmou que os recursos já estão garantidos no orçamento. Na campanha contra homicídios, por exemplo, o ministro propõe um verdadeiro miriade nas regiões metropolitanas, mas isso depende de convênio com os estados. Para especialistas, as intenções do plano são boas, mas não atacam as emergências, como a violência nos presídios. "É um plano provisório, ele é limitado e não vai cessar essas rebeliões que nós estamos vendo hoje. Eu acho que emergencial é a separação da organização criminosa. Tirar o comando realmente de dentro dos estabelecimentos prisionais, transferi-los para presídios federais, que são presídios que têm uma outra ritualística, enquanto você consegue organizar melhor essa cultura de novo dentro do estabelecimento prisional", afirma Cristiane Damasceno, conselheira da OAB-DF.</p>
219	<p>Chacina mata 31 presos na maior penitenciária de Roraima <i>Mortes aconteceram 5 dias após rebelião em Manaus. Governo do estado classificou as mortes como barbárie.</i></p> <p>5 dias depois de rebeliões em presídios de Manaus provocarem a morte de 60 presos, um novo massacre foi registrado numa penitenciária do Norte do país. Dessa vez foi em Roraima. E deixou 31 mortos. As mortes na penitenciária agrícola de Monte Cristo foram de madrugada. Quem mora perto da unidade ficou assustado. "Bomba, tiro, grito, muito grito dos presos aí, apavorante". O massacre ocorreu em três alas do presídio, que tem capacidade para 750 presos. Mas abrigava nesta sexta-feira (6) 1.456. Policiais do Batalhão de Operações Especiais entraram na penitenciária. As polícias Rodoviária e Federal reforçaram a segurança. Parentes de presos foram para a frente da penitenciária. "Nada, até agora não informaram nada. Só pediram para a gente esperar." Carros de empresas funerárias foram chamados para retirar os corpos da unidade, mas o governo do estado de Roraima decidiu alugar um caminhão frigorífico para fazer esse trabalho. O veículo foi cedido por uma empresa. No Instituto Médico Legal de Roraima, mais desespero das famílias em busca dos nomes das vítimas. "Disseram que ia sair uma lista para nós e até agora essa lista não saiu". O diretor do IML em Roraima afirmou que não sabe se a unidade tem capacidade técnica para identificar todos os corpos. Alguns deles estão mutilados. E admitiu a falta de espaço na unidade. "Nós não temos agora a capacidade no IML em Roraima, haja vista esse número ser bastante expressivo, mais de 30 corpos. E pedimos o apoio de um caminhão frigorífico", disse o diretor do IML em Roraima, Rodrigo Matoso. Na terça-feira, depois do massacre em penitenciárias de Manaus, o governo do Amazonas emitiu um alerta para possíveis confrontos em outros presídios da Região Norte, inclusive em Roraima. O massacre desta sexta-feira (6) foi o maior já registrado no sistema penitenciário de Roraima. O governo do estado classificou as mortes como barbárie e negou que os assassinatos tenham ligação com as rebeliões nos presídios de Manaus no dia 1º de janeiro. "Não houve confronto de facções na penitenciária, o que houve foi uma barbárie. É um único grupo e entre eles próprios, não sabemos se é uma questão de liderança de poder ali dentro, o que houve. Foram mortes, nenhum morto foi identificado como pertencente a alguma facção criminosa", disse o secretário de Justiça de Roraima, Uziel Castro. Os presos foram mortos nesta sexta com armas artesanais. Não foram registradas fugas. Os responsáveis pelos assassinatos ainda não foram identificados. Em outubro de 2016 um confronto entre facções criminosas na mesma penitenciária deixou 10 mortos. Na época houve a transferência de detentos para outras unidades prisionais.</p>

220	<p>Governo de RR pediu no fim de 2016 ajuda para segurança em presídios <i>Governo federal negou envio da Força Nacional. Ministro disse que pedido não era para segurança em presídios.</i></p> <p>Depois da rebelião de outubro em Roraima, a governadora do estado Suely Campos pediu ajuda do governo federal na segurança dos presídios. O ministro da Justiça tratou o novo massacre como um acerto interno no presídio e não uma retaliação por causa da rebelião do dia 1º em Manaus. Sobre o pedido de ajuda feito em 2016 por Roraima, o ministro primeiro disse que não era para segurança em presídios. "O que foi solicitado pelo governo de Roraima foi o envio da Força Nacional para fazer segurança pública, não o envio para o sistema penitenciário. O pedido foi feito em virtude da questão dos venezuelanos, da entrada maior de venezuelanos", disse o ministro Alexandre de Moraes. O pedido do governo do estado foi feito depois da rebelião de outubro. Um documento de 21 de novembro mostra que a governadora Suely Campos pediu, sim, ajuda para segurança nos presídios. Ela solicitou ao ministro da Justiça apoio do governo federal e a presença da Força Nacional "em virtude das proporções dos últimos acontecimentos no sistema prisional". Mas o ministro Alexandre de Moraes negou. Respondeu mais de um mês depois, que "a Força Nacional estava em fase de preparação para operação de enfrentamento de homicídios e violência doméstica". E termina dizendo que "apesar do reconhecimento da importância do pedido, infelizmente, por ora, não poderemos atender ao seu pleito". O JN questionou novamente o ministro. Em nota, o Ministério da Justiça disse que no dia 18 de novembro, antes mesmo dos pedidos da governadora, Alexandre de Moraes explicou a ela que a Força Nacional não poderia atuar dentro dos presídios. Apenas, se houver necessidade de auxiliar em eventual rebelião. O presidente Michel Temer divulgou uma nota lamentando as mortes em Roraima. Temer telefonou para a governadora e colocou o governo à disposição. Mas, ainda segundo o Planalto, a governadora informou que a situação já se encontrava sob controle, que nesse momento não seria necessária a presença federal. Mas em Boa Vista, o secretário de Justiça do estado voltou a pedir ajuda. "Agora o governo federal veio com o paliativo de R\$ 44 milhões, que vai ser o momento para amenizar a situação. Precisamos de mais recursos, precisamos do apoio da Força Nacional que a governadora já pediu e agora eu peço para o ministro da Justiça encarecidamente que encaminhe efetivo da Força Nacional para que sejam evitadas novas mortes no estado de Roraima", disse Uziel Castro, secretário de Justiça de Roraima. Nesta sexta-feira (6), a OAB considerou a situação extremamente grave e disse que vai levar os casos de Manaus e de Boa Vista à Corte de Direitos Humanos da ONU. Sobre o pedido de apoio da Força Nacional feito pelo secretário de Roraima, o Ministério da Justiça informou que, se houver uma solicitação formal, vai analisar. Há pouco, a assessoria do ministério se corrigiu pela segunda vez sobre a data da audiência no ano passado entre o ministro e a governadora. Foi em 18 de outubro.</p>
221	<p>Vídeo mostra presos armados durante rebelião em presídio de Manaus <i>Nas imagens obtidas pelo JN, presos passam por um buraco feito no muro. Secretário confirmou que imagens são do presídio Anísio Jobim.</i></p> <p>O JN teve acesso a um vídeo que mostra os presos passando armados de uma unidade prisional para outra em Manaus, durante a rebelião que terminou com 56 mortos no começo da semana. A imagem gravada três horas depois do começo da rebelião mostra os presos passando por um buraco feito no muro. Eles avançam pela cerca. Um deles parece segurar uma arma. Depois o grupo invade o outro pavilhão. A empresa Umanizzare, que administra o presídio onde 56 presos foram assassinados, disse que, por questões de segurança, prefere não identificar a localização exata da sala que aparece na imagem. Mas confirmou que a movimentação se deu numa abertura no muro que divide as duas unidades prisionais do complexo. Uma delas recebe presos do regime fechado e é administrada pela Umanizzare. Já a unidade prisional de regime semiaberto, separada apenas por uma parede, é totalmente gerida pelo estado. O secretário estadual de Administração Penitenciária, Pedro Florêncio, viu a imagem obtida pelo JN, e confirmou que é do presídio Anísio Jobim. "Eles fizeram um buraco na parede. No dia da rebelião a gente pegou algumas armas e hoje foi arrecadada uma", disse. Um agente penitenciário que prefere não mostrar o rosto identificou os locais exatos por onde os presos se movimentavam. "Quando começou a rebelião, os internos do complexo semiaberto furaram o muro do fechado e passaram. Logo em seguida, cortaram uma grade e adentraram no pavilhão 01", disse ele. Um relatório de inteligência do dia 31 de dezembro a que a GloboNews teve acesso, divulgado na quinta-feira (5) pelo JN, já alertava sobre a presença de armas no complexo e de um possível plano de fuga em massa de presos do regime fechado do presídio Anísio Jobim. Nesta sexta-feira (6), policiais militares fizeram uma revista no presídio e encontraram caixas de som e vários objetos que poderiam usados como armas. À tarde, presos que foram transferidos para a cadeia pública Raimundo Vidal Pessoa começaram um tumulto pedindo transferência para um pavilhão maior. O repórter cinematográfico da GloboNews Henrique Lima flagrou o momento em que dois homens tentavam entrar na cadeia armados com facas durante a confusão. Nas ruas de Manaus, a sensação é de insegurança: 117 presos que fugiram no começo da semana ainda estão foragidos e o número de crimes violentos aumentou. 12 pessoas foram assassinadas entre a madrugada de quarta e sexta-feira.</p>
222	<p>15 detentos fogem de presídio na Região Metropolitana de Natal <i>Eles usaram um túnel para chegar ao muro da cadeia e escaparam de madrugada. 5 homens já foram capturados.</i></p> <p>15 presos fugiram esta madrugada do presídio de Parnamirim, na Região Metropolitana de Natal. Eles usaram um túnel pra escapar. 5 homens já foram capturados. Essa foi a segunda fuga em 20 dias.</p>
223	<p>Temer e Cármen Lúcia discutem a crise no sistema carcerário <i>Crise nos presídios foi tema de reunião neste sábado (7). Serviço de inteligência sabe que há clima de tensão em ao menos 5 estados.</i></p> <p>A crise nos presídios foi o assunto de uma reunião neste sábado (7), entre o presidente Michel Temer e a presidente do STF, Carmen Lúcia. Por volta das 10h, o presidente Michel Temer deixou o Palácio do Jaburu. Não usou carro oficial e dispensou o comboio que sempre o acompanha. Foi direto para a casa da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia. O encontro havia sido combinado na noite de sexta-feira (6), por telefone. Durou quase 3 horas. Temer saiu sem falar com os jornalistas. A ministra também optou pelo silêncio. Sabe-se que os chefes dos dois poderes estão preocupados com a violência nos presídios. Cármen Lúcia esteve esta semana em Manaus, conversando com os presidentes de tribunais de Justiça da região. Ela propôs ao Conselho Nacional de Justiça a criação de uma comissão para tratar da crise nas regiões Norte e Nordeste. O Serviço de Inteligência do governo federal sabe que há grave clima de tensão nos presídios de pelo menos 5 estados, envolvendo outras regiões. Ainda segundo o Serviço de Inteligência, há basicamente 30 focões em todo o país. A maioria gira em torno de organizações criminosas de SP e RJ. O governo federal está monitorando a situação, com secretarias de segurança dos estados, para tentar evitar novos conflitos, e classifica o risco de rebeliões a partir de uma escala que vai de alerta, tenso a conflito deflagrado, caso dos presídios de Manaus e Boa Vista.</p>
224	<p>Chega a 33 o número de mortos em penitenciária de Roraima <i>Os corpos de mais dois presos foram encontrados enterrados, durante varredura dentro do presídio, neste sábado (7).</i></p> <p>Subiu para 33 o número de mortos na Penitenciária Agrícola de Roraima. Os corpos de dois presos foram encontrados neste sábado (7), enterrados dentro do presídio. Os corpos foram encontrados durante uma varredura dentro da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, feita pelo Batalhão de Operações Especiais. A ação aconteceu depois que parentes de presos disseram que havia detentos desaparecidos e que não estavam na lista oficial de mortos com 31 nomes, divulgada neste sábado (7). "Recebi a ligação lá de dentro, anônima, e o rapaz me falou: 'Olha dona Simone, eu tô ligando pra lhe avisar que o seu Jaime não tá aí no IML, seu Jaime foi morto aqui dentro da cozinha. Enterraram ele dentro de um buraco'. E meu marido tá enterrado lá na cozinha", diz a dona de casa Simone Alves. Cozinha é como os presos chamam uma das alas da penitenciária, onde eles vivem em barracos. Em nota, a secretaria de Segurança de Roraima informou que os corpos foram encontrados nessa ala e que a perícia está na prisão para identificar os corpos. Neste sábado, policiais e agentes penitenciários confirmaram que fotos e vídeos recebidos em mensagens de celular por parentes de presos são autênticos. Nas imagens, detentos que participaram das mortes em Roraima dizem que elas foram uma retaliação ao massacre nos presídios do Amazonas. O governo de Roraima nega essa ligação entre os massacres. O Instituto Médico Legal (IML) começou a liberar neste sábado os corpos dos presos. "A perspectiva é que nós consigamos realizar todo o trabalho em pelo menos dois dias. A gente já tá dentro do início... Ou melhor, do final do primeiro dia. Se Deus quiser, até amanhã ou no mais tardar segunda-feira, a perspectiva é que se consiga", afirma o diretor do Instituto Médico Legal de Roraima, Rodrigo Matoso. Esta semana, antes dos crimes, a secretaria de Justiça pediu a transferência de oito chefes de facções criminosas para presídios federais de segurança máxima. O Ministério da Justiça afirmou que vai pesquisar a situação dos detentos, mas que as transferências dependem da autorização de um juiz estadual. O secretário de Justiça de Roraima disse neste sábado que vai pedir que o governo federal mande para o estado homens da Força Nacional. A ideia é que o efetivo da Força Nacional reforce a segurança que vem sendo feita por policiais militares e agentes penitenciários. "Na segunda-feira, o governo do estado vai requerer junto ao ministro da Justiça o envio da Força Nacional", explica o secretário de Justiça de Roraima, Uziel Castro.</p>
225	<p>Risco de massacre em Roraima faz Justiça mandar presos para casa <i>'Não tem segurança para reeducandos nem para agentes', disse OAB. Os 161 presos do regime semiaberto estão em prisão domiciliar.</i></p> <p>Todos os 161 presos do Centro de Progressão Penitenciária de Roraima deixaram a unidade e estão cumprindo prisão domiciliar. A Justiça mandou fechar o centro em caráter emergencial por causa do risco de um novo massacre no estado. Nas ruas de Boa Vista, o clima é de preocupação. "Me sinto inseguro por causa de tudo que está acontecendo lá dentro. Pode acontecer aqui fora", diz um homem. "A gente teme muito pela segurança de todo mundo", afirma uma mulher. O Centro de Progressão Penitenciária de Roraima está vazio. Os 161 presos que cumprem pena no regime semiaberto foram para casa. A Justiça atendeu a um pedido da Comissão de Direitos Humanos da OAB e determinou que eles fiquem em prisão domiciliar até o dia 13 de janeiro. Segundo a comissão, os presos estavam sendo ameaçados por facções criminosas. E a própria direção da unidade admitiu que não teria como garantir a segurança. O temor é de um massacre como o que aconteceu na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo que deixou 33 mortos. "É um risco iminente pois não tem segurança, tanto para os reeducandos quanto para os agentes que são muito poucos, três quatro agentes são irrisórios pra uma quantidade tão grande de reeducandos", aponta Sullivan Barreto, comissão de direitos humanos-OAB/RR. A governadora de Roraima, Suely Campos, do PP, enviou nesta segunda-feira (9) um novo pedido de ajuda ao Governo Federal. Ela quer o repasse de quase R\$ 10 milhões para ampliação de vagas nas unidades de detenção. E o envio ao estado de agentes penitenciários e de cem homens da Força Nacional de Segurança. "Nós precisamos que eles atuem no Presídio de Monte Cristo, no sistema prisional fazendo segurança externa e apoiando a segurança interna, e também a secretaria de segurança pode utilizá-los no policiamento da cidade", diz Uziel Castro, secretário de Justiça – RR. Além de Roraima e Amazonas, também pediram ajuda federal Rondônia e Mato Grosso. O ministro da Justiça está reunido com a equipe técnica para decidir como vai esse reforço em termos de equipamentos, armas, recursos financeiros e homens da força nacional. O Ministério ainda não divulgou o resultado da reunião.</p>

226	<p>Em Sergipe, enquanto unidades têm superlotação, presídio novo está vazio <i>Cadeia de Areia Branca não tem mobília nem equipamentos de segurança. Mais de 5 mil pessoas estão presas onde caberia menos da metade.</i> Em Sergipe, mais de 5 mil pessoas estão presas onde caberiam menos da metade. E um presídio novinho, pronto há quase um ano, continua vazio. São 5.500 metros quadrados de área construída com capacidade para 600 presos. O presídio de Areia Branca, no agreste de Sergipe, ficou pronto em março de 2015 e até agora está vazio. É que lá dentro falta tudo - mobília, equipamentos de segurança como extintores de incêndio, bloqueadores de celular, sistema de comunicação. O governo do estado disse que acabou o dinheiro. Já foram gastos R\$ 11,2 milhões com a obra. Quase todo o dinheiro veio do governo federal - apenas R\$ 150 mil são verba estadual. Quando estiver funcionando, o presídio vai receber presos à espera de julgamento. Enquanto isso, eles abarrotam os demais presídios do estado. Mais de 50% da população carcerária de Sergipe estão nesse presídio. São 2.800 presos, só que a capacidade é para 800. Segundo o Sindicato dos Agentes Penitenciários, os oito presídios do estado têm 2.391 vagas, mas abrigam 5.012, quase o dobro. "Isso, infelizmente, superlota as unidades públicas e fragiliza bastante a segurança. Quase um ano a obra está concluída e sem ser inaugurada, veja que absurdo", disse Luciano Nery, presidente do sindicato. A Secretaria de Justiça de Sergipe declarou que espera receber dinheiro federal do fundo penitenciário até março para contratar pessoal e comprar mobiliário.</p>
227	<p>Motim faz subir para 64 o número de mortos em presídios do AM <i>Paz só durou 6 dias em cadeia reativada que recebeu presos ameaçados. Segurança em volta do prédio foi reforçada e rua em frente foi fechada.</i> Um novo motim em Manaus fez o número de mortos em presídios do Amazonas subir para 64 em uma semana. Depois de dois meses fechada, a cadeia pública Raimundo Vidal Pessoa foi reativada para abrigar 284 presos que estavam sob ameaça depois do massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim. A paz só durou seis dias. Na madrugada de domingo (8), fogo e quatro presos mortos, três deles decapitados. A segurança em volta do prédio foi reforçada e a rua em frente foi fechada. 20 presos tiveram que ser transferidos. "Os direitos humanos não querem a morte de ninguém nem de quem é bom nem de quem é ruim, mas é o seguinte, hoje estão vindo as consequências de um sistema prisional inteiramente falido", disse Epitácio Almeida, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-AM. Os presos que foram transferidos também corriam risco de morte e, por isso, foram para um presídio fora da cidade, em Itacoatiara, a 276 quilômetros de Manaus. Com mais essa rebelião o número de mortos na crise carcerária do estado subiu para 64, em uma semana. Dois presos estão desaparecidos. A mudança dos presos para Itacoatiara deixou preocupados os familiares e moradores vizinhos da unidade que recebeu os detentos de Manaus. "Sem esses presos que acabaram de chegar, a gente já não dormia direito. Agora vai ficar pior", diz uma mulher. Depois das últimas mortes no domingo (8), o TJ do Amazonas determinou um mutirão carcerário nas varas criminais da capital e interior do estado. A situação dos presos provisórios vai começar a ser avaliada na terça-feira (20). A polícia ainda procura por 114, dos 184 que fugiram durante as rebeliões da semana passada. O governo do Amazonas pediu reforços para enfrentar a crise carcerária no estado. "No primeiro momento, nós tínhamos total controle com os nossos meios. Mas esses meios têm se mostrado insuficiente, porque a crise permanece. Então, nós precisamos agora de um efetivo apenas para cuidar do sistema prisional, porque a Força Nacional tem essa característica, ela é uma tropa ostensiva", comenta Sérgio Fontes, secretário de Segurança - AM.</p>
228	<p>Entrada de arma e celular em prisão do Tocantins tem tabela de preço <i>Presos oferecem R\$ 2 mil, R\$ 3 mil para colocar celular dentro do sistema, diz funcionário de empresa que administra cadeia.</i> No Tocantins, quem trabalha no presídio da capital convive com um comércio que tem tabela de preço e tudo. Celulares, drogas e facas artesanais já eram comuns nas prisões do Tocantins. Durante uma revista, no fim de dezembro, um policial encontrou uma arma num buraco dentro de uma cela. Um funcionário da Umanizzare, que pediu para não ser identificado, diz que existe uma tabela de preços para a entrada de objetos proibidos no presídio de Palmas. "Todo dia praticamente tem os presos que oferecem em torno de R\$ 2 mil, R\$ 3 mil para colocar um celular para dentro do sistema para eles. Celular, inclusive arma de fogo, para eles se preparar para uma futura briga entre facções. Arma de fogo em torno de R\$ 5 mil, R\$ 6 mil eles oferecem para colocar a arma, e sempre acaba entrando", afirma. A empresa administra a Casa de Prisão Provisória de Palmas, onde ficam os detentos que esperam julgamento, e um presídio em Araguaína, no Norte do estado, para os já condenados. Segundo o funcionário, os chamados agentes de socialização, funcionários da Umanizzare, cuidam dos presos sem ser fiscalizados, o que facilita a corrupção. "Esse tipo de esquema sempre teve. Dentro da empresa sempre teve. Sempre tem aquele que se vende por R\$ 2 mil, R\$ 3 mil, R\$ 4 mil para colocar um celular ou droga dentro do sistema penitenciário", conta. Para a Polícia Federal, a empresa, que atua desde 2011 no Tocantins, faz segurança privada sem autorização. A Umanizzare e o governo do estado negam. O governo do Tocantins afirma que policiais controlam os presos e promete punição para qualquer irregularidade. "Algum servidor que for identificado passando algum objeto ilícito vai ser automaticamente afastado, encaminhado à Corregedoria de Polícia e responderá criminalmente pelos seus atos", disse Darlan Corrêa, superintendente do Sistema Penitenciário do Tocantins. A Umanizzare vai receber em 2017 R\$ 45 milhões para cuidar das duas unidades. Cada preso gerenciado por ela custa por mês R\$ 4.100 para os cofres públicos, quase o dobro do que o estado investe nas cadeias que ele administra (R\$ 2.150). O Ministério Público quer que o governo do Tocantins assuma a responsabilidade por todos os presídios. "Não se pode possibilitar o trabalho com reeducandos de pessoas que não têm nenhuma formação policial e são contratadas pelo Sine", afirma o promotor de Justiça Alexandre Siqueira. A Umanizzare declarou que faz uma seleção rigorosa dos funcionários contratados, que adota as medidas necessárias quando constata falhas nos procedimentos e que o controle das prisões é feito em parceria com a polícia, responsável por vasculhar as celas. O governo do Tocantins afirmou que desde 2015 tem preparado a estatização da gestão das prisões e que até o fim do mês vai divulgar o resultado do concurso de servidores para trabalhar no sistema.</p>
229	<p>Video mostra festa de presas de colônia penal do Recife Presas da Colônia Penal Feminina do Recife fizeram uma festa. O vídeo foi divulgado na internet. Elas tiraram fotos com celulares, dançaram, beberam e consumiram drogas. A colônia tem capacidade para 200 presas, mas abriga quase 700. A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco afirmou que as festas foram identificadas e punidas, e abriu um inquérito para apurar como o material entrou no presídio. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
230	<p>Americano que matou 9 negros em uma igreja é condenado à morte Nos EUA, foi condenado à morte o atirador que assassinou 9 pessoas numa igreja no estado da Carolina do Norte em junho do ano passado. Dylan Roof, de 22 anos, tinha sido considerado culpado e o júri precisava decidir entre prisão perpétua ou pena de morte. A decisão unânime foi pela execução com injeção letal, mas o réu ainda pode recorrer. Dylan Roof é o primeiro americano condenado à morte por causa de um crime de ódio. As vítimas dele eram todas negras que estavam estudando a Bíblia em uma igreja batista. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
231	<p>Defensor anuncia mutirão para rever processos de presos O presidente do colégio nacional de Defensores Públicos Gerais, Ricardo Batista, anunciou um mutirão para rever os processos de presos no país, especialmente no Amazonas, que tem 13 mil processos. O objetivo do mutirão é identificar presos que podem receber a progressão de pena por não representarem perigo para a sociedade. Ricardo Batista disse que quase a metade da população carcerária no país está presa provisoriamente. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
232	<p>Roraima recebe 96 agentes da Força Nacional de Segurança <i>Eles vão apoiar a guarda dos presídios e a segurança do estado inteiro. Estado pediu reforço após morte de 33 presos na penitenciária agrícola.</i> A Força Nacional de Segurança também chegou a Roraima para ajudar a controlar a crise nas penitenciárias. 96 agentes da Força Nacional de Segurança desembarcaram nesta terça-feira (10) de manhã em dois aviões da FAB na base aérea de Boa Vista. Eles vão atuar em Roraima por dois meses. O Ministério da Justiça atendeu ao pedido do governo do estado depois do massacre de 33 presos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, na última sexta-feira (6). "A missão deles é apoiar e ajudar na guarda dos presídios e segurança na cidade e no estado de Roraima todo", explicou o secretário de Justiça, Uziel Castro. Em 2014, 30 homens da Força Nacional de Segurança foram para Boa Vista e ficaram 4 meses. A tropa que chegou nesta terça vai ter novamente o desafio de conter conflitos em um presídio lotado, com poucos agentes e sem nenhuma segurança. A Penitenciária Agrícola tem 130 mil metros quadrados divididos em oito alas. Só existe carceragem na entrada principal. São 10 agentes penitenciários por plantão para tomar conta de tudo. Dentro da unidade não há nenhum tipo de controle. Polícias militares também atuam no presídio. Eles fazem a segurança nas guaritas dos muros da penitenciária e numa base vizinha a unidade. Uma das alas consideradas críticas é batizada de Cozinha onde os presos vivem em barracos construídos por eles mesmos. Dois corpos de presos mortos no massacre de sexta-feira estavam enterrados na Cozinha. O prédio da penitenciária foi construído há mais de 30 anos para funcionar como uma colônia agrícola, mas, ao longo dos anos, foi sendo adaptado e ampliado. "A estrutura da penitenciária agrícola foi preparada para uma outra situação, então hoje ela não atende mais à sua finalidade. As paredes todo mundo sabe que com água e uma caneta se consegue atravessar", disse Lindomar Sobrinho, presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Roraima. Para conseguir fazer a escolta de presos do presídio para audiências judiciais, por exemplo, os agentes penitenciários só entram na unidade acompanhados de policiais militares. Em 2016, os detentos tentaram uma fuga em massa usando escadas feitas com pedaços de madeira. Eles aprederam nas guaritas. Em dezembro, agentes encontraram um túnel com mais de 30 metros de extensão. Só nesta terça a Secretaria de Justiça de Roraima divulgou a contagem de presos depois do massacre de sexta-feira. São 1.470. A capacidade da unidade é para 750.</p>

233	<p>Diretor de presídio em Manaus onde houve massacre é afastado <i>Ele é suspeito de receber propina de presos. Denúncias foram enviadas por presos à Defensoria Pública do estado.</i> O governo do Amazonas afastou o diretor do Complexo Penitenciário Anísio Jobim, onde 56 presos foram assassinados na semana passada. Ele é suspeito de receber propina de presos. A denúncia foi feita por dois presos em cartas do dia 10 de dezembro de do ano passado. Eles relataram que o diretor interino, que eles chamam pelo sobrenome Carvalho, ameaçava colocá-los em outra ala, onde corriam risco de morte. Segundo os presos, a intimidação começou por eles saberem que a direção recebia dinheiro para facilitar a entrada de drogas, celulares e armas. E de facilitar uma fuga no presídio. Nesta terça-feira (10), o governo do Amazonas afastou o diretor interino do complexo, José Carvalho da Silva, e declarou que vai investigar as denúncias. As cartas foram enviadas à Defensoria Pública do estado, que encaminhou um pedido para que um dos presos continuasse no local onde estava dentro presídio. O documento foi encaminhado à Vara de Execuções Penais, mas não houve resposta. Os dois presos que assinaram a denúncia foram assassinados na rebelião da semana passada, que resultou em 56 mortos no presídio. Na manhã desta terça, 20 presos que também sofriam ameaças de outros detentos retornaram para a cadeia pública Raimundo Vidal Pessoa. Na segunda-feira (9), eles tinham sido transferidos para um presídio na Região Metropolitana, mas a Justiça entendeu que eles também corriam riscos na nova unidade e determinou a volta para Manaus menos de 24 horas depois da transferência. A chegada foi tensa. "Não é para deixar a gente entrar para dentro cadeia, vão matar nós", disse um dos presos. "Tu vai morrer, safado. Eu vou ter o maior prazer de arrancar tua cabeça, seu safado. Vou arrancar tua cabeça eu, tu e desse outro safadinho aí. Safado", falou outro. O clima no retorno deixou os familiares preocupados do lado de fora. "A ida para Itacoatiara foi uma tentativa, lá em Itacoatiara seria o mesmo risco para um local que não tem risco. Olha, se tivesse outro lugar para colocar... na Vidal, sabe qual é vantagem? É que são só 270 pessoas para controlar", disse Sérgio Fontes, secretário de Segurança do Amazonas. Os reforços na segurança que o governo do Amazonas pediu ao Governo Federal começaram a chegar a Manaus. Cem homens da Força Nacional desembarcaram nesta terça e vão ajudar na guarda externa do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - local do massacre da semana passada. Agentes federais do Departamento Nacional de Penitenciárias chegam à cidade na quinta-feira (12) para analisar o sistema prisional do estado. A equipe do JN não conseguiu contato com o diretor afastado, José Carvalho da Silva. A Defensoria Pública do Estado reafirmou que fez o pedido para a justiça manter os presos em local seguro. O juiz da vara de execuções penais, Luis Carlos Valoá, confirmou que recebeu o pedido, mas disse que estava impedido de fazer transferências de presos por uma resolução do Ministério Público Estadual.</p>
234	<p>Preso que tem 3 celas, videogame e TV acusa Noruega de maus-tratos <i>Ele alega que passa por muitas revistas e não conversa com ninguém. Anders Breivik matou 77 pessoas; no tribunal, fez saudação nazista.</i> Faz 10 dias que as condições do sistema carcerário brasileiro voltaram ao centro das atenções. Mas, neste momento, um país muito desenvolvido, a Noruega, também está debatendo o tratamento dispensado aos presos. Ou, mais especificamente, a um preso. A entrada do réu confesso no tribunal exemplifica a busca da Justiça pela imparcialidade. Um homem que matou 77 pessoas, chocou o mundo, tem direito a julgamento justo e a um tratamento respeitoso. Anders Breivik repetiu a saudação nazista que tem feito desde o massacre em 2011. Foi quando ele acionou um carro-bomba que matou oito pessoas e feriu 209, em Oslo. Depois, Breivik se dirigiu para uma reunião de jovens do Partido Trabalhista norueguês numa ilha a 40 quilômetros da capital. Vestido de policial, atirou para todos os lados durante uma hora e meia. Matou outras 69 pessoas e feriu 33. Sem munição de tanto atirar, acabou se rendendo. Disse que "tentava proteger a Noruega do multiculturalismo que adulterou o sangue puro norueguês". O único lamento foi por não ter matado mais. Pegou 21 anos de prisão, a pena máxima do país. Desde então, é mantido isolado, por segurança. Breivik ocupa três celas com acesso a TV, com computador sem conexão à internet, videogame, DVD, sala de ginástica e livros. Ainda assim, ele processou o estado por maus-tratos. Os advogados alegaram que Breivik era submetido a revistas em excesso, que tinha o sono interrompido de hora em hora por carcereiros e que vivia isolado como numa solitária: sem falar com ninguém. O argumento convenceu a Justiça de primeira instância, em 2016. Uma juíza de Oslo entendeu que o tratamento viola a Convenção Europeia de Direitos Humanos. Como pena, o estado teve que pagar os custos da defesa de Breivik. Mas o governo recorreu. O advogado-geral da Noruega disse nesta terça-feira (10) que Breivik está mais radical do que nunca e que é preciso garantir que ele não cometa atrocidades na cadeia. A decisão sai na semana que vem. A corte de apelações tenta entender se o isolamento prejudicou o processo de reabilitação, se a falta de diálogo manteve Breivik preso às mesmas ideias.</p>
235	<p>Em Recife, presos falam ao celular logo após revista que apreendeu armas Uma revista de presos no Complexo do Curado, no Recife, terminou com dezenas de armas, celulares e drogas apreendidos, mas 5 minutos depois, os presos já andavam tranquilamente pelo pátio falando ao telefone. Muitos mexiam nas paredes e nos telhados retirando objetos. Outros usavam drogas. Dois atravessaram o pátio carregando facões enormes. A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos afirmou que as revistas não garantem a apreensão de 100% do material ilegal e que está se esforçando para impedir a entrada e a permanência desse material nas unidades prisionais. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
236	<p>Cármen Lúcia se reunirá com presidentes de TJs para tratar de presídios A presidente do STF, ministra Carmen Lúcia, vai tratar da situação dos presídios em reunião amanhã com os presidentes dos 27 Tribunais de Justiça dos estados e do DF. Na semana passada, a ministra teve uma reunião parecida em Manaus com presidentes de tribunais da região norte, do Maranhão e do Rio Grande do Norte. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
237	<p>Parecer da ONU de 2015 cita presídio de Manaus: 'exemplo de descontrole' <i>Relatório detalha antigos problemas já encontrados em 2012. Superlotação dos presídios brasileiros continua problemática, diz texto.</i> Em novembro de 2016, um documento da Organização das Nações Unidas sobre presídios brasileiros já alertava para os problemas que levaram ao massacre em penitenciárias da Região Norte. O relatório foi entregue às autoridades brasileiras no dia 24 de novembro. Mas só agora foi divulgado na página da Secretaria dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Pelo acordo assinado com a ONU, o Brasil tem até o fim de maio para responder sobre as medidas adotadas para atender às recomendações feitas no relatório e apresentar um cronograma de implementação para as que não puderem ser colocadas em prática imediatamente. Os 5 comissários da ONU visitaram prisões, centros de detenção, delegacias e penitenciárias no RJ, Brasília, Pernambuco e Amazonas de 19 a 30 de outubro de 2015. O relatório detalha antigos problemas já encontrados pela ONU no Brasil em um outro relatório entregue em 2012. Os comissários falaram da grande preocupação com a extrema violência, inclusive homicídios, que aconteceram em presídios superlotados. E destacaram que, apesar das recomendações feitas no relatório de 2012, a superlotação dos presídios brasileiros continua problemática. E como num prenúncio da chacina que matou 56 pessoas no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, cita o local como um exemplo de descontrole. Lembra que 12 presos foram mortos no presídio em 2002. Cita a decapitação de um preso em 2015. E alerta para o risco de o incidente voltar a se repetir a qualquer momento. Os comissários da ONU relataram sérias dificuldades de acesso durante a visita criadas no Amazonas por autoridades de alto escalão no estado. O relatório da ONU também destacou a grande preocupação com a falta de controle de autoridades brasileiras em alguns presídios, onde grupos criminosos assumiram a responsabilidade sobre a distribuição de tarefas. Presos foram flagrados com as chaves de alas e celas. Esta estrutura legal de controle, segundo a ONU, aumenta as chances de torturas sistêmicas, ou mesmo mortes, porque os responsáveis pelos crimes se beneficiam da impunidade. O desmando visto em alguns locais levou a ONU a recomendar que os planos de privatização de prisões sejam cuidadosamente avaliados e, se implementados, incluam programas de treinamento rigorosos sob a supervisão e monitoramento do estado para evitar que os presos se autogovernem. O relatório também recomenda que o Brasil aja para coibir a tortura praticada por policiais contra os presos. Cita entre as medidas necessárias a independência de comando dos IMLs em relação às autoridades policiais, para que os legistas tenham condições de denunciar as marcas de torturas encontradas nos exames de corpo de delito. A Secretaria Especial de Direitos Humanos afirmou que está analisando o relatório da ONU com outros órgãos do governo federal; que ainda não há respostas para as recomendações do documento porque elas envolvem a articulação de vários órgãos diferentes; e que por isso a ONU estabelece um prazo de seis meses. O governo do Amazonas não respondeu ao contato do JN.</p>
238	<p>ONG resalta condição precária do sistema prisional no Brasil <i>Human Rights Watch divulgou relatório sobre direitos humanos em 90 países. No Brasil, ONG relatou condições precárias do sistema prisional.</i> A organização não-governamental Human Rights Watch divulgou nesta quinta-feira (12) um relatório sobre a situação dos direitos humanos em 90 países em 2016. No Brasil, a ONG relata as condições precárias do sistema prisional. Foi um ano marcado pela intolerância contra os grupos mais vulneráveis. Segundo a Human Rights Watch, metade dos crimes contra mulheres ainda acontece em ambiente doméstico. O relatório critica o aumento da violência policial no Brasil, que prejudica a população e a própria PM. "As ações ilegais de alguns policiais criminosos estão colocando em risco o resto da polícia, o resto dos policiais. Por exemplo: quando você tem traficantes que sabem que vão ser executados, se eles se renderem, eles vão atirar", diz César Muñoz, pesquisador da Human Rights Watch. E quando o assunto é o sistema carcerário nacional, a ONG vê um cenário de desastre. Pelos números oficiais, mais de 622 mil adultos estão atrás das grades, 67% a mais do que as prisões comportam. Os pesquisadores dizem que a lei de drogas de 2006 ajudou a aumentar a população carcerária, porque a linguagem vaga permite que usuários sejam processados como traficantes. E o que dizer do descontrole do estado no comando? No Complexo de Curado, no Recife, a ONG encontrou presos que ficam com as chaves das celas. E assim como no Complexo Anísio Jobim, em Manaus - onde 56 detentos foram mortos -, as facções criminosas estão em quase todos os presídios do país. "O vazio do estado nos presídios do Brasil é o que facilitou a formação, a criação das facções criminosas", afirma Muñoz. Superlotação, falta de comida e de água também são problemas graves em instituições socioeducativas, que abrigam menores infratores, de acordo com o relatório. Na quarta-feira (11), três adolescentes fugiram de um centro no Rio, que tem capacidade para 32 internos e abrigava 48. Eles promoveram um tumulto e usaram cadeiras, esquadrias metálicas e vidros quebrados para ferir os agentes. "É um sistema superlotado, um sistema violento e um sistema que não dá qualquer possibilidade de ressocialização dos adolescentes", diz Maria Laura Canineu, diretora da Human Rights Watch Brasil. Segundo a Human Rights Watch, o Brasil é um dos países com maior violência carcerária da América Latina. No RJ, o cenário degradante do sistema prisional fez o Ministério Público pedir nesta quinta-feira (12) a criação de um plano urgente de redução da superlotação. No pedido, o MP revela que o estado tinha 50 mil presos em 2016, 50% a mais que há três anos. A taxa de ocupação dos presídios chegou a 185%. Faltam 23 mil vagas. Das 36 penitenciárias masculinas, 29 estão superlotadas. Parentes dos presos relatam as consequências da superlotação, que é agravada pela crise financeira do Rio: "Faltando água, que é o principal. A comida está sendo racionada e eles estavam sem luz durante um período", conta um parente de preso. "Eu espero que a gente pare num lugar melhor do que nós estamos hoje. Porque acho que a gente tem várias instituições trabalhando, organismos interessados e as pessoas estão discutindo o tema. Porque pior do que está vai ser uma situação drástica, uma situação extremamente lamentável", diz o promotor de Justiça Murilo Bustamante. A Secretaria de Administração Penitenciária do Rio declarou que está construindo duas unidades prisionais, que a falta d'água já foi resolvida e que não houve problemas com energia nem interrupção do fornecimento de comida. O governo do estado de Pernambuco não quis comentar o relatório.</p>

239	<p>Em Manaus, número de fugitivos nas rebeliões é maior do que o divulgado <i>Governo havia informado que total de fugitivos era de 184. Segundo reportagem, 225 fugiram e 80 foram recapturados.</i></p> <p>Uma reportagem de presos em Manaus revelou que o número de fugitivos nas rebeliões do começo do mês é maior do que o divulgado pelo governo. As fugas ocorreram no Instituto Penal Antônio Trindade e no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, onde 56 presos foram assassinados há 13 dias no regime fechado. Durante a reportagem na quinta-feira (12), a Secretaria de Administração Penitenciária descobriu que faltavam mais 41 detentos. Ao todo, então, 225 presos fugiram, 80 foram recapturados e 145 estão foragidos, de acordo com os novos dados oficiais. Na semana passada, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, já havia alertado que o número de fugitivos era maior do que os 184 divulgados pelo governo do Amazonas. "Fuga que efetivamente acabou ocorrendo. Foram mais de duas centenas de presos que fugiram", disse o ministro em 4 de janeiro. A segurança do estado tinha rebatido a conta. Agora pretende reforçar as buscas. "Nós trabalhávamos com a contagem que a Seap nos deu. A força tática e outras polícias especializadas que estavam empregadas na área do Compaj, agora, com a Força Nacional também vão ser liberadas. Então a estimativa é que a gente possa aumentar e aumentar muito o número de recapturas agora", disse Sérgio Fontes, secretário de Segurança do Amazonas. A confirmação de um número maior de fugas nos presídios de Manaus veio seguida da exoneração do secretário de Administração Penitenciária do estado. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, Pedro Florêncio pediu para sair e o governo do Amazonas aceitou a demissão. Ele estava à frente da secretaria desde outubro de 2015. Foi ele quem autorizou que acompanhantes dormissem no presídio no Natal e no Ano Novo. Medida que foi criticada pela empresa que administra o presídio, mas que o ex-secretário defendeu, mesmo depois da divulgação de um alerta do serviço de inteligência de que armas teriam entrado com os visitantes. "Isso foi a medida buscando a melhoria, a humanização e a ressocialização das pessoas encarceradas", afirmou Pedro Florêncio, ex-secretário de Administração, da Penitenciária em 5/1. Quem assume a pasta agora é o tenente-coronel Cleitman Rabelo, que era o comandante do policiamento especializado. Ele disse que pretende continuar o projeto de humanização nas cadeias, mas com foco na disciplina. "O preso não vai escolher o que vai fazer dentro do presídio, ele vai cumprir o que é previsto em lei", disse Cleitman Rabelo, secretário de Administração Penitenciária/AM.</p>
240	<p>Em Boa Vista, 161 presos que estavam em casa vão voltar para o semiaberto <i>Os 161 presos do Centro de Progressões Penitenciárias de Boa Vista vão voltar hoje à noite ao regime semi aberto. No sábado, a Justiça determinou que eles fossem para casa cumprir temporariamente prisão domiciliar porque detentos estavam sendo ameaçados e a própria direção da unidade admitia que não tinha como garantir a segurança. Mas hoje a Secretaria de Justiça do estado afirmou que fez reformas no prédio e que a Força Nacional vai patrulhar a área externa do presídio. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>
241	<p>MG tem primeiro presídio construído e administrado por empresa <i>Em quatro anos de funcionamento, apenas um preso conseguiu fugir. Participação do setor privado divide especialistas no sistema carcerário.</i></p> <p>Em Minas Gerais, funciona o primeiro presídio construído e administrado por uma empresa privada. É um assunto que ainda divide as opiniões de especialistas no sistema carcerário. A fortaleza de R\$ 330 milhões fica em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A empresa que construiu os três pavilhões tem o direito de administrar o complexo por 27 anos. Uma auditoria externa verifica o cumprimento de mais de 300 itens de segurança. Há multa quando uma norma é infringida. Em caso de rebelião e motim, por exemplo, pode chegar a R\$ 1 milhão. Em quatro anos de funcionamento, um único preso conseguiu fugir do complexo. Lá a tecnologia é um diferencial. Tudo é automatizado. São quase 800 câmeras para acompanhar o que os detentos fazem 24 horas por dia. Até o comando para os presos saírem das celas vem de lá. A monitora, por rádio, comunica o agente, que chama o preso, que vai até uma grade e, de costas, é algemado. Só depois de algemado é que o preso fica frente a frente com o agente e é conduzido. "É mais seguro, tanto para os funcionários da concessionária, como para os agentes. Graças a Deus, está tranquilo", diz Gauberte Rocha, diretor do presídio. São 2.016 presos condenados nos regimes fechado e semiaberto. Não são aceitos estuproadores nem integrantes de facções. Nas celas ficam, no máximo, quatro detentos. Cada preso custa, em média, R\$ 3.500 por mês. Metade do valor é o custo real do preso. A outra metade é referente à construção do complexo. Quando a construção for paga, o valor passa a ser o lucro da concessionária. Nos presídios administrados pelo governo de Minas, cada detento custa, em média, R\$ 2.700 por mês. Na parceria público-privada, os presos trabalham, estudam, participam de cursos profissionalizantes, oficinas de arte e cinema. "Comecei a ler mais, participar mais das coisas da escola", disse um preso. Os presos têm à disposição médicos, psicólogos e dentistas com consultórios bem equipados. "Se nós não vamos a esses atendimentos, o pessoal vem e procura saber por que a gente não está indo", explica o preso Davison Faria, chefe da biblioteca. No presídio, detentos fabricam bancos de couro para carros e recebem por isso. Para o preso Jonas dos Santos, trabalhar na prisão foi uma oportunidade de mudar de vida. "Eu recebi proposta de trabalho em outro lugar, proposta de trabalhar fora, inclusive meu sonho de reconstituir minha família, ter minha esposa de volta que eu amo muito ela. Amo muito os meus filhos", afirma. O professor de Direito Constitucional da UFMG José Luiz Quadros de Magalhães é contra a adoção de PPPs para presídios. Para ele, o mais importante é diminuir a criminalidade e, em consequência, o encarceramento. "Acho muito perigoso, porque está mexendo com uma atividade privada, que envolve lucro, ou seja, o objetivo de uma empresa privada é o lucro, ela vive do lucro. Se não tiver lucro, ela fecha. E esse lucro depende do encarceramento. E encarceramento depende da criminalidade. Nós temos que esvaziar essas penitenciárias de outra maneira. Temos que ter políticas inteligentes de combate à criminalidade, de combate às drogas e outra forma de ressocializar essas pessoas porque presídio não ressocializa ninguém", disse Marcelo Costa, advogado especialista em sistema prisional, acredita que, apesar de ser gerenciado por uma empresa, para o modelo dar certo a presença do estado é fundamental. "Parceria público-privada tem aí um ente diferente na gestão prisional, que é o empresário. Nós precisamos melhorar as relações entre o estado e o setor privado. E como é que a gente melhora essas relações? Se você tem regras sólidas, rígidas, que objetivam o sucesso, objetivam realmente trazer aquele resultado, o custo disso é diluído, porque o que acontece na parceria público-privada é que os investimentos a longo prazo são feitos pelo parceiro privado. Então, é uma maneira de o estado ter um investimento a longo prazo, mas, ele não pode se afastar, porque o sucesso depende, exclusivamente, do controle do estado", afirma.</p>
242	<p>Chefe de facção tido como foragido estava escondido em presídio em RR <i>MP diz que governo de Roraima poderia ter evitado chacina em cadeia. Promotores sugeriram a separação dos presos, o que não aconteceu.</i></p> <p>O Ministério Público de Roraima afirma que tinha recomendado ao Governo do Estado a adoção de medidas que poderiam ter evitado o massacre na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, na semana passada. Neste sábado (14), a unidade viveu momentos de tensão, quando 10 presos de uma facção estavam sendo transferidos. A movimentação intensa de tropas da Força Nacional de Segurança do lado de fora da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo - onde ocorreu o massacre de 33 detentos - indicava que alguma coisa estava errada. A suspeita era de que um dos chefes da facção criminosa que comandou a matança teria fugido. Adeilson Eliotério dos Santos, conhecido como Pato, não foi encontrado no presídio. A Secretaria de Justiça percebeu isso na hora da transferência dele e de outros 9 detentos perigosos. Mas depois descobriu que ele estava escondido numa outra cela, dentro da própria penitenciária. "Possivelmente o Pato tenha se beneficiado de algum indivíduo ali que abriu uma cela. Ele estava ali dentro na ala dele mesmo, sabe? Naquele momento que tiraram aqueles 9, não voltaram para fazer uma revista minuciosa, esperaram o momento adequado e foi feito a revista à noite", explicou Uziel Castro, secretário de Justiça de Roraima. No fim de do ano passado, 65 presos foram condenados pela Justiça por manter uma organização criminosa dentro da penitenciária, entre eles os 10 chefes da facção. Em 2014, todos foram denunciados pelo Ministério Público estadual por criar um poder paralelo responsável por assassinatos, assaltos e tráfico de drogas em Roraima. Além de punir os criminosos, a ideia do Ministério Público era enfraquecer o poder deles. Para isso, sugeriu a separação dos presos, o que não aconteceu. Hoje os condenados e aqueles que ainda aguardam julgamento ficam nas mesmas celas, o que para o Ministério Público fortaleceu a facção. "Foi feita uma denúncia justamente com os propósitos secundários: coibir o ingresso de novos membros, desmobilizar o ingresso de novos membros. De forma pedagógica, a denúncia tinha esse propósito e parece que não vem sendo alcançado diante das mazelas do sistema prisional e da própria omissão do estado", disse o promotor de Justiça Marco Antônio Azeredo. A Secretaria de Justiça e Cidadania de Roraima afirma que depois da recomendação do Ministério Público Estadual começou a separar presos pertencentes a facções criminosas. E diz também que a construção do presídio de Rorainópolis e de outras três unidades vai permitir a separação dos presos do regime semiaberto e do regime fechado.</p>
243	<p>Rebelião de presos no Rio Grande do Norte tem mortos e feridos <i>Governo do estado diz que motim é de grandes proporções. Grupo de Operações Especiais tenta contornar a situação.</i></p> <p>O Brasil vive mais um dia de terror no sistema penitenciário. Desta vez, foi no maior presídio do Rio Grande do Norte. Segundo o governo do estado, é uma rebelião de grandes proporções. A Secretaria de Justiça diz que houve um confronto entre facções rivais e que há mortos e feridos. A rebelião prosseguia às 20h30 no maior presídio do Rio Grande do Norte, o presídio de Alcaçuz, que é um presídio administrado pelo governo do Rio Grande do Norte. As informações eram de que a rebelião teria começado por volta das 16h30 horário local, 17h30 horário de Brasília. Presos do pavilhão 1 teriam invadido o pavilhão 5 e teriam dominado e teria havido um confronto lá dentro. Havia muito barulho de quebra-quebra, de trocas de tiro. Havia presos nos telhados dos pavilhões. O Grupo de Operações Especiais tentava contornar a situação. Ambulâncias do Samu também foram ao local. O governo do estado ainda não confirmou o número de mortos e o número de feridos. A situação permaneceu tensa no presídio. O ministro da Justiça, Alexandre Moraes, falou em São Paulo que o combate ao crime organizado dentro dos presídios vai ser intensificado, e falou sobre a rebelião no Rio Grande do Norte. "Nós estamos aguardando eventualmente o pedido de algum auxílio. Obviamente, em havendo esse pedido, o auxílio será imediato. O sistema está superlotado há muito tempo. Eu costumo repetir: não há passe de mágica para solucionar um problema crônico no Brasil, um problema que governo após governo vem se ampliando, nós temos aproximadamente hoje 650 mil presos com um déficit de quase 300 mil vagas. Obviamente, isso acaba tornando o sistema um barril de pólvora. Nós já anunciamos que vamos criar 27 núcleos de inteligência, um em cada estado, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e agentes do sistema penitenciário". Por volta das 21h a rebelião continuava fora de controle e havia relatos de 5 mortos.</p>

244	<p>Nos primeiros 15 dias do ano, 142 morreram em presídios no Brasil <i>Imprensa internacional deu destaque às rebeliões nas prisões. Temer quer comissão permanente de combate à crise penitenciária.</i> Só nos primeiros 15 dias do ano, foram 142 mortes em presídios. A crise dos presídios no país voltou a ser destaque na imprensa internacional. Os três massacres nos 15 primeiros dias do ano foram notícia no "The New York Times", no "Le Monde", da França, no britânico "The Guardian" e no espanhol "El País". Os números da crise penitenciária são assustadores: foram 142 mortes até agora. Resultado de briga entre facções rivais dentro dos presídios. Mais mortes do que no massacre do Carandiru, em São Paulo, em 1992, quando morreram 111 presos. O sistema penitenciário é responsabilidade dos estados. Mas a gravidade da crise reverbera na capital. Os governadores já pediram ajuda da Força Nacional de Segurança e a transferência de 32 presos para presídios federais - para que fiquem isolados sem chance de comunicação com outros integrantes das facções. Existe também a possibilidade do procurador-geral da República, Rodrigo Janot pedir a intervenção federal nas penitenciárias em piores condições. Ele aguarda apenas respostas de quatro inquéritos abertos logo após os massacres de Manaus e Boa Vista. Nesta segunda, o presidente Michel Temer chamou o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para uma conversa no Palácio do Planalto. Quer montar uma comissão permanente de combate à crise penitenciária. Nem o ministro, nem o presidente falam publicamente sobre o encontro. Na terça (17), Alexandre de Moraes tem outra reunião. Vai se encontrar com os secretários de segurança dos estados. Na quarta, o presidente recebe os governadores. No STF, a presidente Cármen Lúcia recebeu o advogado público geral federal para discutir como por em prática uma decisão do próprio Supremo, de 2015, que obriga a revisão da situação dos presídios. Uma medida que poderia responder a questões fundamentais: quantos presos estão nas penitenciárias sem julgamento? Quantos já cumpriram a pena? Quantos estão nos presídios, mas têm direito ao regime semiaberto? Quantas novas vagas precisam ser criadas? "Se tem gente com direito a progressão, que se faça. Se há medidas alternativas à prisão para crimes não violentos e para crimes de menor potencial, que isso seja feito através de outras medidas, como tornozeleira eletrônica, prisão domiciliar. E isso não é novidade trazida agora pela Defensoria Pública da União. Tudo isso está nos regimentos e nas normativas das "brasileiras", disse Carlos Eduardo Paz, Defensor Público Geral Federal. A Secretaria de Segurança do Paraná anunciou que dois dos presos que fugiram no domingo da penitenciária estadual de Piraquara, no Paraná, morreram, nesta segunda, num confronto com a polícia. Os fugitivos estavam numa casa na região metropolitana de Curitiba. No domingo, escaparam por um buraco, aberto por comparsas no muro da penitenciária com explosivos. E 24 presidiários continuam foragidos.</p>
245	<p>Presos continuam clima de rebelião em presídio do Rio Grande do Norte <i>JN tem acesso a vídeos gravados pelos próprios detentos. Por causa do clima tenso, revista e transferência de presos foram adiadas.</i> É tensa a situação no maior presídio do Rio Grande do Norte. No fim de semana, morreram 26 presos e o clima de rebelião ainda não terminou. No início da manhã os presos voltaram a ocupar os telhados dos pavilhões e trocaram ameaças com os rivais. Por causa do clima tenso, a revista e a transferência de detentos tiveram que ser adiadas. Do lado de fora, familiares mantêm contato com os presos por telefone, indicando que os bloqueadores de sinal de celular não estão funcionando. "Com certeza não. Porque o celular está funcionando", diz uma mulher. Por volta das 13h, hora de Brasília, homens do Batalhão de Choque, do Bope e do Grupo de Operações Especiais entraram em Alcaçuz. O helicóptero do governo do estado sobrevoou a área. A segurança foi reforçada. O JN teve acesso a vídeos gravados pelos próprios detentos nesta segunda-feira (16) pela manhã, e que estão em poder dos investigadores. Nas imagens, os detentos estão soltos nas áreas externas dos pavilhões. Alguns carregam o que parecem ser pedaços de pau. Detentos vigiam um dos portões. Outros caminham em direção aos demais pavilhões. Em outro vídeo, gravado por um agente penitenciário, detentos aparecem em cima do que restou de um dos telhados. O motim começou no fim da tarde de sábado (14). O confronto entre presos de facções rivais resultou em 26 mortes e o governo chegou a anunciar que tinha o controle da situação domingo de manhã. Mas admitiu dificuldades: des de março de 2015, os presos ficam soltos nos pavilhões porque as grades das celas foram arrancadas numa rebelião. "A gente trabalha com as piores possibilidades possíveis, mas vamos reforçar, de fato já reforçamos, para tentarmos controlar de vez e acalmar os ânimos até que tudo volte à normalidade", disse Walber Virgolino Ferreira, secretário de Justiça e Cidadania. No presídio provisório, na Zona Norte de Natal, presos também fizeram um motim durante a madrugada. O prédio também está superlotado, com o dobro de presos da capacidade. A situação foi controlada duas horas depois. No Instituto Técnico e Científico de Polícia, a identificação dos corpos dos mortos na rebelião em Alcaçuz começou com a coleta de digitais e raios-x das arcadas dentárias. Como os corpos estão decapitados, o trabalho pode demorar até 30 dias. Por causa da informação de que o número de mortos seria maior, foi enviado um caminhão para Alcaçuz para que seja feito o esgotamento das fossas e, logo depois, a vistoria. Mas no fim da tarde, os presos voltaram a ocupar os telhados dos pavilhões. Na Paraíba, dois homens foram presos. Eles disseram ter fugido de Alcaçuz no sábado. Em 2016, mais de cem presos fugiram de Alcaçuz. Na noite desta segunda-feira, o clima continua tenso, mas já não há mais confrontos. Os familiares ficam ao redor do presídio para tentar obter algum tipo de informação. No fim da tarde, 5 presos apontados como principais responsáveis pela rebelião foram transferidos para outra penitenciária. O governo do estado divulgou que quatro corpos já foram identificados. O governador do Rio Grande do Norte, pela rede social do governo do estado, informou que já pediu ao presidente Michel Temer o reforço de homens da Força de Segurança Nacional para ajudar a retomar o controle do maior presídio do Rio Grande do Norte.</p>
246	<p>Forças Armadas poderão atuar nos presídios estaduais, diz governo <i>Decisão de Temer acontece com o agravamento da situação carcerária. Facções rivais voltam a se enfrentar em presídio do Rio Grande do Norte.</i> O agravamento da situação carcerária levou o governo federal a declarar que a crise ganhou contornos nacionais. E a decidir dar sinal verde para a atuação das Forças Armadas dentro dos presídios. Três dias depois da morte de 26 presos num confronto de facções, um novo motim ocorreu nesta terça-feira (17) na Penitenciária de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte. Tiros, correria e gritos. As câmeras registraram o momento em que policiais militares posicionados nas guaritas atiraram em direção à parte interna do presídio. Uma tentativa de conter os presos de facções criminosas rivais que voltaram a se enfrentar nesta terça-feira (17) em Alcaçuz, o maior presídio do Rio Grande do Norte. Desta vez, segundo os agentes, presos do pavilhão 4 avançaram em direção ao pavilhão 5, uma aparente retaliação ao ataque do fim de semana quando detentos do 5 invadiram o 4. Morreram 26 presos no sábado (14), a maioria foi decapitada. No confronto desta terça quatro detentos ficaram feridos. Eles foram socorridos pelos próprios companheiros. Três horas depois do início da rebelião em Alcaçuz começam a chegar os grupos de elite da Polícia Militar para tentar retomar o controle no presídio. Minutos depois um comboio saiu com uma ambulância. A tensão que persiste desde sábado aumentou por volta do meio-dia, horário de Brasília. Os presos subiram nos telhados dos pavilhões, arrancaram telhas, forros e pedaços de madeira do prédio para usar como armas e fazer barricadas. Há pelo menos um ano, os presos em Alcaçuz ficam soltos nos pavilhões, depois terem destruído as grades numa rebelião. Um vídeo gravado por um agente de segurança, ao qual o JN teve acesso, mostra como as facções estão dividindo o presídio em duas alas. Com pedaços de paus, os detentos se posicionam atrás da barricada. É possível ver a facção rival do outro lado do pátio. O governador Robinson Faria, do PSD, disse em Brasília que está preocupado em evitar o confronto entre presos e policiais e que a Tropa de Choque está sendo usada para separar as facções e ajudar em transferências dos chefes da rebelião. "É pedaço de ferro, claro, eles destruíram a instalação. É para querer intimidar. O que o estado está fazendo. Vai entrar e vai matar? Temos que evitar a fuga. Vamos fazer uma separação no Rio Grande do Norte. Vamos separar os presídios. Essa separação agora é fundamental. Até então, nunca tinha tido um confronto, até hoje, dentro de presídios. Agora virou uma guerra que começou no Amazonas, que foi uma retaliação, essa briga não é do Rio Grande do Norte, é uma retaliação ao que está acontecendo no Amazonas. Uma vingança ao caso de Amazonas. Aconteceu no meu estado infelizmente", disse o governador. Na segunda-feira (16), 5 presos apontados como os responsáveis pelo início da rebelião foram retirados de Alcaçuz. Desde a segunda-feira à noite eles prestam depoimento. "O inquérito especial foi instaurado para apurar os crimes de organização criminosa, membro de organização criminosa e homicídio", disse Caio Bezerra, secretário de Segurança Pública. As transferências, de acordo com o secretário de Justiça estão só começando, já que o pavilhão 5, também chamado de Rogério Coutinho, está totalmente destruído. "A intenção da Sejuc é isolar o Rogério Coutinho, ou seja, construir um muro, reformar o presídio Rogério Coutinho. Para isso ele ficará esvaziado em relação a esse tempo do conserto. Os presos serão custodiados em Alcaçuz e em unidades do Rio Grande do Norte que a gente ainda está estudando", explicou o secretário Walber Virgolino. Por volta das 20h30, a situação era bastante tensa no presídio e do lado de fora era possível ouvir muito barulho de gritos. A PM não parou de fazer rondas no entorno do presídio para tentar evitar fugas. O governo do estado informou que, além de construir uma parede para isolar os pavilhões 4 e 5, também vai fazer a pavimentação do entorno do presídio e contratar 700 agentes penitenciários temporariamente. A medida que foi contestada pela presidente do sindicato dos agentes que diz que prefere a contratação efetiva por concurso público pois acha que essa medida não vai resolver o problema.</p>
247	<p>Rebelião em MG deixa oito presos e um agente penitenciário ferido A crise começou na região Norte, passou pro Nordeste e agora tem ecos também no Sudeste, né Renata? Oito presos e um agente penitenciário ficaram feridos ontem à noite em uma rebelião na penitenciária Dutra Ladeira, que fica em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte. Segundo a polícia os presos atearam fogo a colchões e quebraram celas. Em vídeos publicados na internet, eles reclamaram da superlotação e pediram a saída do diretor do presídio. São 2100 presos para 1160 vagas. A situação foi controlada durante a madrugada. Hoje à tarde, parentes dos presos fizeram um protesto em frente ao presídio. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
248	<p>Justiça do Rio solta 19 dos 26 corinthianos presos em Bangu A Justiça do Rio soltou 19 dos 26 torcedores do Corinthians que estavam no Complexo Penitenciário de Bangu. Eles estavam presos desde o tumulto no jogo do Flamengo no Maracanã em junho do ano passado. Eles vão aguardar o processo em liberdade, mas estão proibidos de ir a jogos do Corinthians. Uma hora antes de cada partida do clube, eles vão ter que se apresentar em delegacias e sair meia hora depois que os jogos terminarem. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>

249	<p>Tropa de choque retira de Alcaçuz 220 presos de uma facção <i>Eles estavam amotinados há 5 dias no maior presídio do RN. Durante a transferência, 9 ônibus e um carro foram incendiados.</i> Policiais da tropa de choque e do Bope retiraram nesta quarta-feira (18) 220 presos de uma das facções amotinadas há 5 dias no maior presídio do Rio Grande do Norte. Nas ruas de Natal, houve atos de vandalismo contra ônibus. O vídeo mostra o primeiro alvo dos bandidos: um carro oficial do governo do estado foi incendiado, em Natal, no meio da tarde. Pouco depois um ônibus foi incendiado na rua. Dentro de um terminal de transporte coletivo mais veículos queimados. Não houve vítimas. As empresas recolheram os 630 veículos para as garagens no fim do dia e informaram que nenhum veículo vai circular à noite. Cerca de 400 mil pessoas ficaram sem ônibus. Uma onda de ataques semelhantes foi comandada de dentro das cadeias por 9 dias, em 2016, depois da instalação de bloqueadores de sinal de celular no presídio estadual de Parnamirim. E foi deste mesmo presídio que saíram nesta quarta-feira (18) 119 presos remanejados numa operação para amenizar a crise na Penitenciária de Alcaçuz, o maior do estado. O clima continua tenso em Alcaçuz, onde facções rivais se enfrentaram no sábado (14), e 26 presos foram decapitados. Barricadas dividem o presídio em duas alas, cada uma ocupada por uma facção. O presídio está praticamente destruído. Às 14h30, hora de Brasília, o helicóptero do governo do estado levantou voo. A segurança já foi reforçada e começava a retirada dos presos de Alcaçuz para outro presídio. O carro blindado do Batalhão de Choque avançou aos poucos enquanto policiais armados no helicóptero acompanhavam tudo do alto. Uma das facções foi contida durante a saída de 220 presos da facção rival. A Força Nacional e a Polícia Militar se dividiram na segurança do lado de fora do presídio. A operação, que segundo secretário de justiça demoraria duas horas, se arrastou pela tarde inteira. O objetivo é evitar novos confrontos entre facções rivais. "Vamos transferir esses presos dentro das unidades prisionais do Rio Grande do Norte, baixar a superlotação de Alcaçuz, e efetivamente começamos a reconstruir, principalmente o presídio vizinho, pavilhão 5, o Rogério Coutinho, reconstruir e fechar todos esses indivíduos que participam de facções criminosas", disse o secretário Walber Virgolino Ferreira, secretário de Justiça e Cidadania. O Rio Grande do Norte tem 32 presídios com 3.500 vagas, mas o número de detentos, segundo a Secretaria de Justiça passa de oito mil. Nesta quarta-feira, o governo do estado oficializou o pedido para que as Forças Armadas atuem nos presídios no estado. "Toda ajuda é bem-vinda. No Brasil hoje nenhum estado pode se dar ao luxo de não querer ajuda, colaboração. Mas esse contato com o Ministério da Justiça, com o presidente da República fica a cargo do governador do estado, que é o nosso gestor maior. Ele, com certeza, saberá conduzir essa crise e superá-la da melhor forma possível", afirmou o secretário.</p>
250	<p>Investigação mostra como quadrilhas agem dentro de presídios <i>Celular de menor tinha números de chefes de grupo criminoso. Bloquear celulares é a proposta para impedir comunicação de presos.</i> Bloquear o uso de celulares nos presídios e aumentar a fiscalização nas visitas são algumas das propostas para impedir a comunicação entre os criminosos. A reportagem de William Santos e José Roberto Burnier mostra como essa comunicação controla o tráfico de drogas fora dos presídios. Você já ouviu a gente falar várias vezes, aqui no JN, sobre quadrilhas que agem dentro e fora dos presídios. Nesta reportagem, vamos mostrar como isso funciona na prática. É o resultado de uma investigação de 9 meses de policiais de São Paulo, que, com autorização da Justiça, gravaram ligações telefônicas feitas por celulares que mostram bandidos comandando crimes de dentro da cadeia. Com 15 mandados de prisão expedidos pela Justiça, os policiais foram a vários pontos da Grande São Paulo atrás de integrantes de uma das maiores facções criminosas do país. Todos acusados de tráfico de drogas. Quatorze foram presos. A investigação começou em maio de 2016, quando um menor foi apreendido vendendo maconha. No celular dele estavam registrados números de chefes do grupo criminoso. Com escutas autorizadas pela Justiça, a polícia descobriu que as ordens vinham de dentro de presídios. Numa gravação, conversam Marclio Ferreira do Nascimento, um dos chefes do grupo que está preso no Oeste do estado, e um traficante conhecido como Aldo, que está foragido. Marclio Cobra o dinheiro da venda de uma grande quantidade de droga. Marclio: Eu quero saber de dinheiro, mano! Até agora você não falou de dinheiro. Fala de dinheiro, vai Aldo: Ah, de dinheiro! A notícia boa que o nôia tá trazendo ali acho que é mais 5 mil (reais), certo? Só peguei 20 (quilos), não peguei 50 (quilos), entendeu? Marclio: É o que falei pra você, truta, os caras "traz" 50, 100 quilos, nós "traz" é mil, dois (mil quilos). Em outra interceptação, Aldo pede a um comparsa os números de contas bancárias para transferir o dinheiro do tráfico. Para a polícia, a resposta do comparsa revela que a atuação da quadrilha já atravessou fronteiras. Aldo: Tá ligado naquela conta lá pro cara transferir o dinheiro lá? Traficante: De qual que você fala? Aldo: O cara tá com, com 1 milhão e meio (de reais) ali, certo? Pra transferir. Eles "quer" umas contas pra sacar o dinheiro. Traficante: Mas que país que é? Aldo: Não, eu acho que é no Brasil mesmo aqui. O delegado confirma: quem controla os pontos investigados de venda de droga é um presidiário. "Normalmente ele não aparece muito, fica à distância, mas controla toda a movimentação. Inclusive, nesse caso, nós temos um que faz parte do sistema penitenciário, está preso. Ele se comunica por meio de algumas ligações ou trocando informações com visitas, e essas informações chegam até aqui, chegam até os pequenos traficantes, os vendedores de drogas", disse o delegado Igor Vilhota Noya.</p>
251	<p>Facções rivais entram em confronto de novo no presídio de Alcaçuz <i>Pelo menos dois detentos morreram em confronto nesta quinta (19). Vandalismo em Natal deixa a população sem ônibus durante horas.</i> Pelo menos dois detentos morreram, nesta quinta-feira (19), num novo confronto entre as facções que desde o sábado estão rebeladas no presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte. O confronto entre os presos recomeçou pouco antes de 12h, hora de Brasília. Um deles, no canto direito do vídeo, avança com um revólver em punho, e dispara... uma, duas, três vezes. As facções estavam separadas apenas por barricadas improvisadas pelos próprios detentos. Uma das facções avançou em direção aos pavilhões 1 e 3. Os presos usaram paus, pedras, barras de ferro. Houve mortes. Os feridos foram socorridos pelos companheiros. Um preso foi levado pelo Samu. Das guaritas, os policiais fizeram disparos em direção ao pátio. O confronto que começou de manhã prosseguiu à tarde. Um dos pavilhões foi incendiado. O governador do estado anunciou que iria retomar o controle do presídio. "Vamos iniciar a ocupação em Alcaçuz", contou Robinson Faria, PSD, governador do Rio Grande do Norte. Em entrevista por telefone à GloboNews, ele detalhou o plano: "O Batalhão de Choque, o Bope, o GOE, que são as unidades de forças especiais, neste momento, estão se preparando para entrar daqui a pouco em Alcaçuz para devolver e fazer um paredão humano até que tenhamos a construção de uma parede física, uma obra de engenharia emergencial". Pouco antes, o secretário de Justiça disse que preferia aguardar. "Nós temos que seguir algumas regras de segurança, a polícia não pode entrar de forma apodada, desastrosa, isso pode aumentar ainda mais a confusão e recair sobre o estado de uma maneira mais concreta", afirmou Walber Virgolino Ferreira, secretário de Justiça e Cidadania/RN. No fim do dia, as tropas do Bope e do Choque entraram no presídio. Na noite de quarta-feira (18), no presídio de Caicó, a 280 quilômetros de Natal, os presos se rebelaram; 7 detentos ficaram feridos e um foi morto. A situação foi controlada. Na quarta, um remanejamento de presos entre as unidades do sistema foi feito para tentar isolar uma das facções que atuam em Alcaçuz. Os 220 presos ligados a uma facção foram retirados de Alcaçuz e levados para a Penitenciária Estadual de Parnamirim. O governo planejava fazer uma permuta e levar para Alcaçuz 116 detentos sem ligações com facções que estavam em Parnamirim. Mas a juíza corregedora responsável pelo presídio, Nivalda Torquato, não permitiu. Com isso, esses 116 foram levados para a Cadeia Pública, na Zona Norte de Natal. Com as transferências, os pavilhões 4 e 5 de Alcaçuz agora abrigam presos da mesma facção. Nos outros três pavilhões ficam os da facção rival. Enquanto as transferências ocorriam, ainda na quarta, começou uma série de ataques. Os alvos foram carros oficiais, ônibus, um caminhão, prédios públicos. Ninguém ficou ferido. Os ataques foram registrados em 10 cidades. Os ônibus não circularam durante a madrugada e voltaram mais cedo para as garagens nesta quinta também. Quatrocentas mil pessoas foram prejudicadas. Por volta das 20h30, os policiais do Bope e do Choque saíram de dentro do presídio e seguiram para passar a noite na parte administrativa de Alcaçuz.</p>
252	<p>Polícia entra em Alcaçuz para instalar barreira que vai separar presos rivais <i>Nos pavilhões 4 e 5 do presídio vão ficar presos da mesma facção. Nos outros três, os da facção rival.</i> A crise no presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, entra na segunda semana. Neste sábado (21), o IML recolheu corpos de presidiários mortos durante os confrontos entre facções. E a polícia começou a instalar a barreira que vai separar os presos rivais. A tropa do Batalhão de Choque entrou no fim da manhã em Alcaçuz, foi escoltar a equipe que está levando pra dentro do presídio os contêineres que vão isolar os presos de facções rivais que há oito dias vêm se enfrentando. Nos pavilhões 4 e 5 vão ficar presos de uma facção. Nos outros três, os da facção rival. "Esses contêineres ficarão numa linha entre duas guaritas, quem se aproximar desses contêineres terá que enfrentar a força da Polícia Militar que estará ocupando as guaritas", afirma o coronel André Azevedo, comandante da PM do Rio Grande do Norte. Além da barreira para separar as facções rivais, a operação deste sábado (21) tem também o objetivo de retirar os corpos dos presos mortos no último confronto. No primeiro confronto, sábado (14), 26 presos morreram. Os corpos de 22 já foram identificados. "Esses quatro que restam é porque também não apareceu nenhum familiar. Não apareceu ainda nenhum parâmetro de comparação para realização da identificação humana", comenta o diretor do Instituto Técnico e Científico de Polícia, Marcos Brandão. Na quinta-feira (19) um novo confronto resultou em pelo menos 20 feridos e mais mortes. Mas o clima tenso com a troca constante de ameaças entre as facções rivais impediu o trabalho dos peritos. Só no começo da tarde deste sábado (21), com apoio do Choque, o Instituto Técnico e Científico de Polícia conseguiu entrar no presídio de Alcaçuz. Ainda não há um número oficial de corpos, as famílias dos presos que permanecem em Alcaçuz temem pela segurança deles. "Meu filho hoje tá vivo, mas é amanhã como é que meu filho vai tá daqui pra mais tarde?", questiona uma mãe. Nas ruas de Natal, desde a noite de sexta-feira (20), militares estão reforçando a segurança, ao todo são 1,8 mil homens da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. O objetivo é coibir a ação dos bandidos que já atacaram 7 prédios públicos e tocaram fogo em 34 veículos, a maioria ônibus. Na madrugada deste sábado (21), quatro homens atearam fogo em um carro e fugiram. Nenhum deles foi preso. Onze cidades do estado já foram afetadas pelos ataques. Por causa da insegurança, pelo terceiro dia consecutivo, quem depende de transporte coletivo foi prejudicado. Só uma das seis empresas de Natal liberou parte da frota para circular neste sábado (21). "Sai de casa pensando que fosse chegar aqui e fosse encontrar um ônibus", diz usuária de transporte público. "Infelizmente, vou voltar pra casa e avisar a empresa", lamenta trabalhadora..</p>
253	<p>Rebelião tem um morto e 13 feridos no agreste de Pernambuco Em Santa Cruz do Capibaribe, no agreste de Pernambuco, um preso morreu e 13 ficaram feridos durante uma rebelião. Segundo o governo do estado, os presos se revoltaram durante uma revista de rotina. A situação foi controlada pela polícia militar e pelos agentes penitenciários, mas três presos fugiram. Parentes dos presos protestaram contra a falta de informações. O presídio tem capacidade para 186 detentos e hoje abriga 455. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>

254	<p>Operação prende diretores de presídios em Mato Grosso do Sul <i>Segundo o MP, presos pagavam propina aos diretores para garantir as regalias dentro da cadeia. Cantina vendia maconha para detentos.</i> Em Mato Grosso do Sul, policiais e promotores prenderam diretores de presídios. Os diretores dos presídios estavam nos cargos há dois anos, e foram presos pela manhã desta segunda (23) por agentes do Gaeco - Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, do Ministério Público. São suspeitos de facilitar entrada de drogas e dinheiro dentro dos presídios de segurança média e do regime semiaberto de Corumbá, na região do Pantanal. O Gaeco afirma que o traficante Pedro Antunes Chalega comandava o tráfico de dentro da cadeia com a ajuda dos diretores. "Nós encontramos uma dezena de celulares, grande quantidade de dinheiro, droga. Então, encontramos especificamente droga no regime fechado, na gaveta de um agente penitenciário, encarregado pela disciplina do presídio", destaca Cristiane Mourão, coordenadora Gaeco/MS. O vereador e fisioterapeuta Youssef Mohamad El Salla é suspeito de ajudar os presos a sair da cadeia. De acordo com o Gaeco, ele emitia atestados falsos para simular a necessidade de tratamentos médicos. Segundo o Ministério Público, os presos pagavam propina aos diretores para garantir as regalias dentro da cadeia. Os investigadores encontraram uma cantina dentro de um dos presídios com R\$ 17 mil no caixa. Só que ela não vendia só comidas e bebidas. Os promotores disseram que o local funcionava como uma boca de fumo, e vendia até maconha aos detentos. Um irmão do traficante também foi preso em casa, onde os promotores encontraram mais R\$ 60 mil em dinheiro. A agência que administra os presídios do estado vai abrir uma investigação interna para saber se outros servidores também estavam envolvidos. "A partir das provas que forem produzidas nós dá a possibilidade desse processo administrativo, que está sendo instaurado para apurar todos os acontecimentos que ocorrem ali naquelas unidades", destaca Ailton Stroppa, presidente Ag. de Adm. Penitenciária. O vereador Youssef El Salla disse que sempre atendeu todos os pacientes sem se importar se eram presos ou não. E que os tratamentos eram, sim, realizados.</p>
255	<p>Presos voltam a usar túneis para tentar fugir de Alcaçuz <i>Força Nacional de Segurança encontra três túneis na penitenciária de Alcaçuz. PM diz que presídio continua sob controle de detentos.</i> A Força Nacional de Segurança encontrou túneis em Alcaçuz. A penitenciária continua sob controle dos presos. O terceiro túnel encontrado - em menos de dois dias - pela Força Nacional fica próximo ao muro de Alcaçuz. É ao lado do Pavilhão 5, onde estão os presos que iniciaram o confronto com a facção rival, há 10 dias, e que resultou na morte de, pelo menos, 26 presos. O repórter Kleber Teixeira mostra como o presídio, construído sobre dunas, é vulnerável. São 10 guaritas, mas, normalmente, pela falta de pessoal, apenas três funcionam. O repórter mostra o único lugar que o guarda tem para ficar e vigiar os presos. É tudo improvisado. Nos últimos dias, os peritos retiraram de Alcaçuz partes de três corpos. Soldados do BOPE recolheram do pátio barras de ferro, armas artesanais e o material usado para fazer as barricadas. A operação para empilhar os containers, que agora fazem uma divisão entre os pavilhões de facções rivais, vai ser retomada nesta terça-feira (24), segundo a assessoria da Secretaria de Segurança do Estado. Além disso, será construído também um muro com 90 metros de extensão por seis metros de altura no mesmo local. "Estamos agora atuando maciçamente para retomar o controle e a primeira providência: instalar barreira física", diz o coronel André Azevedo, comandante da PM. De madrugada (23), um preso foi ferido no braço, pelo agente da guarita, ao tentar fugir pulando o muro. A polícia ainda não fez a revista em dois pavilhões. Por isso, não há informações oficiais de fugitivos. Nesta segunda-feira, não houve registro de ataques no estado - 28 ônibus foram incendiados na semana passada e 1,8 mil homens das Forças Armadas reforçam a segurança em Natal. Depois de um fim de semana sem transporte coletivo, os ônibus voltaram a circular nesta segunda.</p>
256	<p>Em Bauru (SP), 152 presos fogem durante motim; 90 foram recapturados 152 presos fugiram numa rebelião hoje de manhã em Bauru, no centro oeste de São Paulo. Os detentos incendiaram pavilhões do Centro de Progressão Penitenciária 3 depois que um agente encontrou um celular. Ninguém ficou ferido nas 5 horas de motim. 52 fugitivos ainda estão foragidos. A penitenciária abriga presos do regime semi aberto e está super lotada. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
257	<p>Tropa de choque da PM entra no presídio de Alcaçuz e separa rivais <i>É a quinta intervenção em 11 dias de rebelião. Caminhões levaram areia e brita para a construção do muro.</i> Depois de onze dias de rebeliões, a Tropa de Choque da Polícia Militar entrou nesta terça (24) no maior presídio do Rio Grande do Norte e separou os presos rivais. Pela manhã, presos ainda ocupavam alguns telhados dos pavilhões do presídio e usavam celulares, inclusive com fones de ouvido. Mas logo chegaram reforços policiais para a quinta intervenção em Alcaçuz desde o começo da rebelião. Às 11h15, hora de Brasília, os policiais do Batalhão de Choque e do Batalhão de Operações Especiais começaram a entrar no presídio de Alcaçuz, o maior do estado, que foi tomado pelos presos desde o dia 14 de janeiro. Ao lado do blindado, os policiais do Bope avançaram. O helicóptero da Polícia Rodoviária Federal, com homens armados, sobrevoou a área. Na parte externa, a Força Nacional cuidou da ronda. Dentro do presídio, clima de tensão. Os policiais seguiram avançando sem reação dos presos. Logo depois mais policiais entraram no presídio e começou a revista. Os próprios presos ajudaram na limpeza da área tirando telhas quebradas e outros objetos usados no motim. Já não havia bandeiras demarcando o espaço das facções. Enquanto isso, caminhões levaram areia e brita para a construção do muro de concreto. Contêineres também foram empilhados formando uma barreira de 5 metros de altura para separar as facções rivais. De um lado estão agora os pavilhões 4 e 5, com presos que comandaram o início da rebelião, há 11 dias. Do outro, estão três pavilhões, ocupados pela facção que ordenou os ataques aos ônibus e aos prédios públicos durante 5 dias. Foram mais de seis horas de operação. O governo do Rio Grande do Norte anunciou outras medidas para retomar o controle de Alcaçuz. "Vamos implantar sistema de vídeo monitoramento. Também vamos realizar um concretamento na base da murada de Alcaçuz a fim de dificultar a escavação de túneis e também concluir a iluminação externa no entorno de Alcaçuz", disse Caio Bezerra, secretário de Segurança do Rio Grande do Norte. O Ministério da Justiça anunciou que 100 agentes federais e estaduais vão reforçar a segurança dos presídios do Rio Grande do Norte a partir desta quarta (25).</p>
258	<p>Ex-prefeito condenado por exploração sexual tem pena extinguida no AM <i>Justiça do Amazonas concedeu indulto a ex-prefeito de Coari. Ministério Público foi favorável à extinção da pena.</i> A Justiça do Amazonas extinguiu a pena do ex-prefeito de Coari Adail Pinheiro. Ele foi condenado por crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes quando ainda era prefeito da cidade, em 2014. O juiz da Vara de Execuções Penais, Luís Carlos Valois, entendeu que Adail Pinheiro se enquadrava nos requisitos do perdão presidencial publicado em dezembro de 2016 pelo presidente Michel Temer. O chamado indulto pode ser concedido para condenados por crimes sem grave ameaça ou violência que já tiverem cumprido um quarto da pena menor que 12 anos. Em novembro de 2014, Adail foi condenado a 11 anos e 10 meses de prisão, entre outros crimes, por manter local onde ocorria prostituição e por submeter criança ou adolescente à exploração sexual. Os supostos casos de pedofilia em Coari foram revelados em reportagens do Fantástico em janeiro daquele ano. A decisão do juiz foi baseada em parecer favorável do Ministério Público do Amazonas. O ex-prefeito, que cumpria prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica, está livre de qualquer pena referente a esse processo. Nas redes sociais, o juiz disse que tanto o advogado quanto o Ministério Público concordavam com direito de Adail ao benefício e que, como não havia conflito, não havia nada para ser julgado. Assim que foi condenado, o ex-prefeito foi expulso do PRP. Nesta quarta-feira (25) ele também usou as redes para dizer que é vítima de uma armação de inimigos políticos e que se enquadrava nos requisitos do indulto. O decreto presidencial que estabelece as regras para o indulto diz que condenados por crimes de abuso sexual contra crianças e adolescentes não podem ser beneficiados. O JN procurou o Ministério Público do Amazonas e o juiz que concedeu o benefício pra saber por que Adail Pinheiro não foi enquadrado nesse regra. O promotor Álvaro Granja disse que não houve condenação do ex-prefeito por estupro ou abuso sexual e sim por exploração sexual, que é um crime diferente. O juiz Luís Carlos Valois não atendeu as nossas ligações.</p>
259	<p>Após 12 dias de rebeliões, governo do RN diz que 56 fugiram de Alcaçuz <i>Mas foi só a polícia sair e presos voltaram a circular com facções e celulares. Força Nacional descobriu oito túneis perto dos muros do presídio.</i> Depois de 12 dias, o governo do Rio Grande do Norte divulgou que 56 presos fugiram do presídio de Alcaçuz, durante as rebeliões. É a primeira vez que o governo admite que houve fugas do presídio de Alcaçuz, o maior do Rio Grande do Norte. Durante a contagem feita na terça-feira (24), os agentes concluíram que 56 presos estão foragidos e 26 morreram. "Foram quebrados todos os pavilhões, os que eram divididos entre dois presídios passaram a habitar um único local, então a dificuldade da extensão de Alcaçuz provocou esse retardo no fornecimento de informações", Walber Virgolino, secretário de Justiça do Rio Grande do Norte. Desde o começo da rebelião a Força Nacional descobriu oito túneis perto dos muros do presídio. Depois da operação que durou seis horas na terça-feira (24), foi só a polícia sair e os presos voltaram a circular em Alcaçuz com facções e celulares. A Secretaria de Justiça afirmou que nenhuma revista foi feita, apesar de ter sido anunciada pelo secretário de segurança na véspera da operação. No maior presídio do Rio Grande do Norte, os presos continuam circulando livremente. Nesta quarta-feira (25), não havia nenhuma movimentação que indicasse a implantação das medidas anunciadas pelo governo para tentar retomar o controle da penitenciária. Agentes que fazem parte da força-tarefa criada pelo governo federal chegaram ao estado. Eles vão reforçar os serviços de guarda, segurança e custódia dos presos. O Rio Grande do Norte é o primeiro estado do país a receber os agentes da força-tarefa de intervenção penitenciária. Eles vão permanecer no estado por 30 dias e vão agir principalmente em Alcaçuz. 7 dos 16 integrantes do Conselho de Política Criminal pediram demissão. Todos foram nomeados no governo da ex-presidente Dilma Rousseff para o Conselho -- que é um órgão consultivo ligado ao Ministério da Justiça. O grupo manifestou discordância das ações do ministro Alexandre de Moraes para enfrentar a crise carcerária. O Ministério da Justiça declarou que o grupo se identificava com a gestão anterior e que o descalabro no sistema penitenciário do país existe há décadas.</p>
260	<p>Segurança de presídios do RN ganha reforço de 78 agentes penitenciários 78 agentes penitenciários chegaram ao Rio Grande do Norte para reforçar a segurança nos presídios. Eles vão participar de reuniões de planejamento e só devem começar a atuar semana que vem, em Alcaçuz, onde os presos estão rebeldes há 13 dias. O governador Robson Faria, do PSD, pretende desativar a penitenciária até o fim deste ano. Ele disse que a construção foi um grande equívoco e que até a construção de três presídios novos, só vai tomar medidas mínimas para manter o prédio. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>

261	<p>Em Goiás, moradores constroem cadeias sem ajuda do governo <i>Dinheiro vem de doações e de acordos judiciais proposto pelo MP a réus. Presos menos perigosos ajudam na construção das cadeias.</i></p> <p>Em Goiás, moradores decidiram resolver o problema das cadeias por conta própria, sem ajuda do governo. A cadeia de Orizona, a 130 quilômetros de Goiânia, fica numa casa antiga sem grade nem muro. Está superlotada e fica bem no centro da cidade. "Você acaba tendo muito medo porque sempre eles escapolem, fogem da cadeia, né", diz um frentista. Foi por isso que o juiz e o promotor decidiram agir. Nas audiências de crimes de menor potencial ofensivo, como o som alto, o acusado tinha a opção de pagar uma multa ou o processo continuava. "O senhor aceita a proposta de transação penal agora feita pelo Ministério Público?", pergunta o juiz. "Sim, senhor, aceite!", responde o acusado. O dinheiro da multa ia para uma conta do conselho da comunidade. E os conselheiros também foram para as ruas em busca de mais doadores. O seu Arnaldo ajudou, assim como outros 31 fazendeiros, e o gado deles foi leiloado. "Quando a sociedade participa a coisa fica mais transparente, mais honesta e também quando a gente doa pode cobrar porque a gente participou do processo", afirma o fazendeiro Arnaldo Paganelli. Quase R\$ 1 milhão foi arrecadado com as doações dos moradores de Orizona e também com as decisões das audiências na Justiça e esse dinheiro todo foi usado pela comunidade para construir um presídio tem capacidade para mais de 70 presos. "E a comunidade tem mostrado que o velho jargão: a união faz a força. E é realmente isso que aconteceu aqui na comarca de Orizona", disse o juiz Ricardo de Guimarães Souza. Numa outra cidade os moradores também estão mostrando o quanto é importante estarem unidos. As paredes ainda estão bem no começo, mas a ideia é que no local, nos próximos meses, funcione o novo presídio cidade. O atual, que fica atrás do muro, está superlotado. Os presos menos perigosos ajudam na construção. "Pelo fato de não ter vagas, nós estávamos selecionando quem prendia, e quem sofria era a população de Pontalina", contou a juíza Danila Lesuer Ramaldes. É por isso que moradores estão ajudando. "Eu trouxe três sacos de cimento para vocês aqui hoje. Para ver se melhora bastante esta cadeia que eles tão tentando construir tem muito tempo e não tem ajuda de ninguém. Então cada um ajuda da maneira que pode", disse outro frentista. O governo de Goiás afirmou que vai equipar e assumir a gestão do presídio que está pronto em Orizona. E que vai auxiliar os moradores na conclusão e na estruturação da unidade em construção, em Pontalina.</p>
262	<p>RN diz que retomou controle de Alcaçuz após 14 do início do motim <i>PMs e agentes penitenciários ocuparam pavilhões de presídio. Na primeira revista, foram apreendidos um revólver e 50 facas.</i></p> <p>O governo do Rio Grande do Norte afirmou que conseguiu retomar o controle do presídio de Alcaçuz, 14 dias depois do início das rebeliões. A Polícia Militar e agentes penitenciários estaduais e federais ocuparam os pavilhões 4 e 5 do presídio de Alcaçuz logo cedo. Na primeira revista desde as rebeliões, foram apreendidos um revólver, mais de 50 facas artesanais, drogas e cerca de 30 celulares. Começaram também os reparos nas instalações do presídio deprecadas pelos detentos. Nos pavilhões retomados nesta sexta-feira (27) não se vê mais presos fora das celas. Nos próximos dias os agentes vão estender a operação para todo o presídio. "Hoje Alcaçuz está praticamente sob controle, não posso jurar, mas acho que teoricamente já controlamos Alcaçuz. Vamos recuperar alguns pavilhões", disse o governador Robinson Faria. Foram 14 dias de rebeliões que resultaram em 26 presos mortos e 56 foragidos. Os agentes federais de execução penal enviados pelo governo federal vão ficar por 30 dias em Alcaçuz até que as obras sejam concluídas e a rotina retomada. Nas ruas, 1.800 homens das Forças Armadas fazem rondas e atuam com a Polícia Militar desde a madrugada do domingo não há registro de ataques a ônibus ou prédios públicos. "Eu acho que transmitiu uma sensação de segurança para o natalense e a vida cotidiana, a vida normal e de segurança tem sido, se já não foi, tem sido recuperada de forma paulatina", diz o tenente-coronel Martins Mota, porta-voz da Operação Potiguar 2. A previsão é que as tropas federais permaneçam no estado até segunda-feira (30), mas o governador Robinson Faria do PSD já anunciou o pedido de prorrogação do prazo. O governo federal declarou que não recebeu pedido para prorrogar a permanência das forças armadas no Rio Grande do Norte. Em Roraima, a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo está passando por uma vistoria. O estado é o primeiro a usar os militares dentro de presídios: 335 soldados do Exército fazem a revista. Os militares não têm contato com os presos. Eles só entram nas celas depois de agentes penitenciários e policiais levam os detentos para outras áreas da penitenciária. Os militares encontraram, entre outros materiais proibidos, 56 celulares e 136 armas brancas ou objetos cortantes. No dia 6 de janeiro, um massacre na unidade deixou 33 mortos.</p>
263	<p>Vídeo mostra presídio de Alcaçuz depois do governo retomar controle <i>Imagens são do Pavilhão 4 e revelam buracos nos muros e paredes quebradas. Grades das celas foram arrancadas e até um túnel foi encontrado.</i></p> <p>Duas bases da Polícia Militar de Natal, no Rio Grande do Norte, foram alvo de disparos, no início da tarde deste sábado (28). Os criminosos também atingiram viaturas da PM. Ninguém ficou ferido. Um vídeo foi gravado na sexta (27), logo depois que o governo retomou o controle do Presídio de Alcaçuz, pondo fim à rebelião que já durava 14 dias. As imagens são do Pavilhão 4 e revelam buracos nos muros e paredes quebradas. As grades das celas foram arrancadas e até um túnel foi encontrado numa delas. O presídio foi retomado após a intervenção da Polícia Militar e de agentes penitenciários estaduais e federais. A rebelião entre duas facções rivais deixou 26 presos mortos. Segundo a Secretaria de Justiça e Cidadania do estado do Rio Grande do Norte, os reparos nos pavilhões já começaram.</p>
264	<p>No Piauí, preso deixa cadeia para prestar concurso para a PM <i>Ele não passou na prova física e culpou cadeia por falta de treino. Decisão de juiz de deixar o preso sair causou polêmica.</i></p> <p>Um homem acusado de assaltar dois carros-fortes recebeu autorização da Justiça pra sair da prisão e fazer a prova de um concurso. Concurso público. Atrás das grades está um detento do sistema carcerário do Piauí. Ele veio ao Maranhão para fazer um dos testes físicos para o concurso da Polícia Militar do estado. O candidato a PM Luís Carlos Rodrigues de Oliveira foi preso em dezembro, em Teresina, suspeito de roubar R\$ 1,5 bilhão em dois assaltos a carros-fortes. De acordo com a acusação, houve troca de tiros na hora da prisão. Luís Carlos e outro suspeito foram presos. Com o grupo foi apreendido um arsenal, com armas de grosso calibre e até dinamite. Foi o juiz Lirton Nogueira Santos que autorizou a saída temporária de Luís Carlos da prisão para fazer a segunda etapa do concurso para a PM do Maranhão, que são os testes físicos. Na decisão, ele justificou que o "denunciado tem um filho de 11 anos e uma esposa acometida por uma grave enfermidade". Luís Carlos chegou para os testes sem escolta e usou calça porque estava usando uma tornezeira eletrônica. Luís Carlos Rodrigues de Oliveira foi reprovado, mas a decisão judicial que autorizou que saísse da cadeia para participar do concurso da PM surpreendeu até a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, que defende a ressocialização de detentos, mas não dentro de uma instituição como a Polícia Militar. "É uma decisão também inusitada. Em segurança pública eu acho que não é o espaço adequado para esse tipo de ressocialização. A possibilidade de infiltração hoje no país é muito grande, inclusive pelas organizações criminosas", disse o presidente da sociedade, Luis Antonio Pedrosa. A Associação dos Policiais Militares de São Luís também se manifestou contrária à participação de um detento no concurso. "Para maior espanto nosso, ele não só trocou tiros com policiais do Piauí. Ele trocou tiros com pessoas do próprio estado, da própria polícia do estado que hoje ele quer engrossar nas fileiras." Mailson Costa, representante da Associação da PM de São Luís. Luís Carlos disse que a falta de treino da cadeia atrapalhou o desempenho dele nos testes. "Faltou 200 metros pra eu terminar a prova. Vou tentar novamente, entendeu? Até porque eu sou um cidadão. Não sou bandido", disse Luís Carlos. A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão declarou que respeita e cumpre decisões judiciais.</p>
265	<p>Ex-senador Luiz Estevão vai para a solitária na Papuda <i>Agentes acharam cafeteira, cápsulas de café e chocolate na cela. Ele está preso por desvio de dinheiro público em obras do TRT-SP.</i></p> <p>A Justiça do DF pôs o ex-senador Luiz Estevão numa cela isolada pelos próximos 10 dias no Presídio da Papuda. Estevão desrespeitou um delegado que revistou a cela dele, na semana passada. Na revista, descobriu-se que ele tinha uma cafeteira, cápsulas de café, chocolates e macarrão importado. A defesa de Luiz Estevão não quis comentar a punição.</p> <p>O ex-senador cumpre pena de 31 anos de prisão por ter roubado dinheiro público em obras do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo.</p>
266	<p>JN mostra imagens exclusivas das celas de Sérgio Cabral e sua mulher <i>Cela de Cabral tem 16 metros quadrados, a de Adriana, seis. Ex-governador passa maior parte na biblioteca com ar-condicionado.</i></p> <p>O JN teve acesso com exclusividade a imagens das celas onde estão o ex-governador do Rio, Sérgio Cabral, e a ex-primeira dama, Adriana Ancelmo em Bangu. O casal responde por lavagem de dinheiro e organização criminosa. Sérgio Cabral também é acusado de corrupção passiva. Cento e cinquenta metros separam o ex-governador da ex-primeira dama do Rio Adriana Ancelmo. As fotos são exclusivas e mostram a cela de Sérgio Cabral: 16 metros quadrados. Ele dorme na cama de baixo de um beliche onde estão um livro - a biografia de Winston Churchill, ex-primeiro-ministro do Reino Unido - os óculos, embaixo do travesseiro, e um relógio pendurado. Embaixo da cama, um par de tênis e garrafas de água mineral. Numa outra foto, dá para ver que a porta da cela e a janela são cobertas com tela verde para a proteção contra insetos. São 5 ventiladores, dois na parede e três no chão e uma televisão pequena. No banheiro, uma parede separa dois vasos sanitários e, atrás da cortina, está o chuveiro de água fria. Os presos usam baldes para lavar o banheiro. A comida é a mesma para todo mundo: uma quentinha com arroz, ou macarrão, feijão, carne ou ovo. Sérgio Cabral passa a maior parte do tempo lendo e a biblioteca tem ar-condicionado. Já a ex-primeira-dama Adriana Ancelmo está sozinha numa cela de seis metros quadrados com livros, uma bíblia, dois terços pendurados, um ventilador, pão de forma, adoçante e o controle remoto da televisão. No banheiro, o sanitário é um buraco no chão. Baldes com roupas de molho. Garrafas de água são usadas para a faxina que ela mesma faz. Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária, quando os presos são de uma mesma família eles podem se visitar. O ex-governador Sérgio Cabral e a ex-primeira-dama Adriana Ancelmo se cadastraram e passaram por um processo de aprovação e foram autorizados. Esta quarta-feira (1º) é dia de visita. Eles se encontram toda quarta-feira no pátio do presídio onde está Sérgio Cabral. É ela quem vai até ele. O encontro vai de 9h às 16h.</p>
267	<p>Em Santos, o goleiro Edinho deixa a prisão por decisão do STF <i>Em Santos, o ex-jogador Edinho deixou a prisão por decisão do STJ. Ele foi condenado em 2014 por lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de drogas. Na última quinta-feira, o TJ-SP reduziu a pena de 33 para 12 anos de prisão. (TRAN SCRITAÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>

268	<p>Homem inocente passa mais de 48 horas preso após tentar renovar RG <i>Corretor foi preso durante visita ao Poupatempo. No sistema de informações criminais, havia mandado de prisão contra aquele número de RG.</i> No ABC paulista, um cidadão inocente passou dois dias preso. A visita ao Poupatempo de São Bernardo do Campo era apenas para renovar a carteira de identidade. Mas o corretor de seguros Eduardo José Moreno acabou preso ali mesmo, no sábado (4). No sistema de informações criminais, havia um mandado de prisão contra aquele número de RG. O mandado era de agosto de 2008, expedido pela vara criminal de Paramirim, no interior da Bahia. "Acionamos uma advogada que começou a levantar algumas informações sobre o suposto Eduardo, então ele foi preso em setembro de 2005 e fugiu em maio de 2006. Então, começamos a procurar documentos que provavam que o Eduardo, meu marido, de fato estava solto neste período", contou Daniele Marques Moreno, mulher de Eduardo. O corretor de seguros perdeu vários documentos, entre eles a carteira de identidade e o título de eleitor, em 1998, e fez um boletim de ocorrência. Para tentar convencer a polícia do engano, a advogada de defesa apresentou comprovantes de que ele votou em outubro de 2005 e até vendeu um carro no mesmo mês. Mas, só nesta segunda-feira (6), com a chegada dos documentos da Bahia, é que o caso foi esclarecido. O homem que aparece na foto foi condenado por roubo de carga e formação de quadrilha. Eduardo foi libertado no início da noite desta segunda (6), depois de passar mais de 48 horas preso indevidamente. Esse caso do Eduardo serve de alerta para muita gente. Qualquer um de nós pode perder ou ter o documento roubado. Se a pessoa que achou ou roubou falsificar sua carteira de identidade e cometer um crime, é você que vai responder à Justiça. Fazer boletim de ocorrência ajuda? Claro que ajuda e deve ser feito. Mas nem sempre ele evita o constrangimento e a prisão indevida. "Hoje temos o quê? Um sistema que funciona com uma rapidez invejável para prender, mas não é capaz de detectar uma informação que também deveria estar integrada a esse sistema, que é capaz de elucidar uma falha nessa prisão", disse Fernando Castelo Branco, professor de processo penal da PUC-SP.</p>
269	<p>Moro mantém prisão preventiva de Eduardo Cunha O juiz Sergio Moro manteve a prisão preventiva do ex-deputado Eduardo Cunha, que responde por corrupção e lavagem de dinheiro. Moro afirmou que Eduardo Cunha tentou constranger o presidente Michel Temer com perguntas sem ligação com a ação penal e que isso seria para provocar algum tipo de intervenção a favor do preso. O juiz disse ainda que Cunha continua com poder político e citou o legado do ministro do Supremo Teori Zavascki, morto em janeiro. Zavascki havia negado o pedido de habeas corpus de Cunha dizendo que o ex-deputado ameaçou e chantageou testemunhas mesmo preso. A defesa disse que vai recorrer. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
270	<p>Por oito votos a um, Supremo mantém Eduardo Cunha preso Por oito votos a um, os ministros do STF decidiram manter preso o ex-deputado Eduardo Cunha em Curitiba. O relator da Lava Jato, ministro Luiz Edson Fachin afirmou que a ação apresentada pela defesa de Cunha não foi adequada e que é prematuro o Supremo avaliar um pedido de soltura antes da manifestação de instâncias inferiores. O único voto pela libertação de Cunha foi do ministro Marco Aurélio. Ele defendeu medidas alternativas à prisão porque ainda não houve condenação. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
271	<p>STF diz que estado deve indenizar presos por superlotação e maus-tratos O Supremo admitiu a possibilidade de o poder pública reparar financeiramente danos morais causados a detentos submetidos a condição precárias. Superlotação ou maus tratos, por exemplo. Por unanimidade, os ministros decidiram que, como responsável pela integridade física e psíquica dos presos, o Estado deve compensar eventuais sofrimentos infligidos a eles. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
272	<p>Exército faz varredura em presídio de Rondônia e encontra mais de 500 facas Em Porto Velho, o exército fez uma varredura nas celas do presídio Urso Branco, que é o maior de Rondônia. A operação conjunta com a Secretaria de Segurança encontrou mais de 500 facas e armas fabricadas pelos presos, além de celulares e drogas. A vitória atende a um pedido do governo de Rondônia com base no decreto presidencial que permite a entrada das forças armadas em unidades prisionais. O presídio abriga 640 presos, o que significa mais que o dobro da capacidade. Nas últimas rebeliões, em 2002 e 2004, 39 detentos foram assassinados. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
273	<p>Porto Alegre inaugura centro de triagem para abrigar 84 presos <i>Prédio foi construído para tentar desafogar a superlotação das delegacias. Presos aguardavam vaga em presídios algemados em diferentes locais.</i> O JN mostrou, nos últimos meses, algumas consequências da falta de estrutura nas delegacias e presídios do Rio Grande do Sul. Presos algemados em corrimãos, em lixeiras, ou até mantidos dentro dos camburões. Uma obra inaugurada nesta segunda-feira (20) pode aliviar o problema. Os primeiros 10 presos chegaram no fim da tarde ao centro de triagem. O local foi criado para tentar desafogar a superlotação das delegacias. Oito delas que ficam em Porto Alegre e na região metropolitana abrigam 113 presos. Alguns estão há mais de 15 dias esperando transferência para os presídios. Faltam 10 mil vagas nas cadeias gaúchas. A situação já provocou cenas de detentos algemados no corrimão da calçada, em frente às delegacias, em lixeiras, dentro de viaturas e até em ônibus. De acordo com a Polícia Civil, o tempo máximo de permanência em celas de delegacias deveria ser de 24 horas. "Quanto mais assa o tempo, mas ficam agressivos, mas revoltados eles se tornam, o que dificulta muito o trabalho da Polícia Civil que não tem treinamento para desenvolver as atribuições de carcereiros", disse Eduardo Hartz, diretor do Departamento de Polícia Metropolitana. A expectativa é que o prédio inaugurado nesta segunda-feira possa amenizar o problema. O centro terá capacidade para abrigar 84 presos. Por enquanto, o funcionamento ainda é parcial, apenas duas das seis salas previstas ficaram prontas. O prédio tem 230 metros quadrados, dividido em dois blocos. Cada um com três alojamentos, de dois metros e meio de altura. Há grades no teto, nas portas e um pequeno banheiro. A construção foi um acordo entre a Secretaria de Segurança do estado e o Exército. "A obra total vai ser em torno de R\$ 280 mil. A secretária deu o material e o Exército deu a tecnologia e a mão de obra", disse o secretário de Segurança, Cezar Schirmer. Nesta segunda-feira também o Ministério da Justiça prorrogou a permanência dos 71 agentes da Força Nacional de Segurança que estão reforçando o policiamento nas ruas de Porto Alegre desde agosto de 2016. Outros 129 são esperados para os próximos dias.</p>
274	<p>Polícia encontra túnel preparado para fuga de presos no carnaval no RS <i>Entre 200 e mil criminosos pretendiam fugir, de acordo com a investigação. Túnel seguia em direção ao presídio central de Porto Alegre.</i> A polícia do RS descobriu um túnel preparado para uma fuga de presos no carnaval. Os policiais chegaram de surpresa na casa que parecia estar em obras e encontraram os criminosos trabalhando dentro do túnel. Um a um, eles foram sendo retirados. 7 homens e uma mulher foram presos. A casa - vizinha do presídio - foi comprada em 2016 e há três meses estava em obras. O trabalho era feito dia e noite. Os vizinhos contaram que chegavam a ouvir barulhos. A reforma da casa era apenas um disfarce. O tempo todo os criminosos trabalharam no fundo. Montaram uma estrutura para esconder que estavam abrindo um túnel em direção ao presídio central. Segundo as investigações, o túnel sairia exatamente abaixo da galeria onde estão alguns dos bandidos mais perigosos do estado. O plano previa uma fuga em massa durante o feriado de carnaval. Entre 200 e mil criminosos pretendiam fugir da cadeia, de acordo com a investigação. A polícia apreendeu documentos, celulares e objetos pessoais. O material vai ajudar a identificar quem financiou a obra. "Chamou a atenção a alta estrutura, questão da iluminação completa do início ao fim do túnel. Estrutura montada com ventiladores, para recolhimento de areia com baldes de água. Tudo chama a atenção num plano buscado, de altíssimo investimento, que nós acreditamos ter estancado hoje o maior projeto criminoso da história do estado do RS até esta data", destaca Rafael Soares Pereira, delegado. A segurança do presídio central de Porto Alegre foi reforçada.</p>
275	<p>Condenado a prisão perpétua, Hosni Mubarak, ex-ditador do Egito, é libertado O ex-ditador do Egito, Hosni Mubarak, foi libertado hoje. Ele estava preso em um hospital militar no Cairo. Em 2012, Mubarak tinha sido condenado a prisão perpétua pelo assassinato de mais de duzentas pessoas nos protestos contra o governo dele que fizeram parte da Primavera Árabe. Mas, no início desse mês, o tribunal de apelação do Egito o considerou inocente. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
276	<p>Família de Eliza Samúdio se diz revoltada com libertação de Bruno <i>'Se tivesse prisão perpétua, não ia trazer a vítima de volta', afirmou Bruno. Ex-goleiro diz que pagou por um erro. Ele não vai usar tornozeleira.</i> A família de Eliza Samúdio declarou que está revoltada com a libertação, na noite de sexta-feira (24), do ex-goleiro Bruno. Assim que deixou o presídio, Bruno Fernandes foi para a casa do advogado. Ele estava preso preventivamente desde 2010. Em 2013, foi condenado em primeira instância a 22 anos e três meses por homicídio triplamente qualificado e ocultação do cadáver da ex-amante Eliza Samúdio e também pelo sequestro e cárcere privado do filho dela. O goleiro foi solto porque conseguiu uma liminar do ministro Marco Aurélio, do Supremo, para aguardar em liberdade o julgamento de recursos. Na sexta à noite, Bruno falou sobre o caso. "Daqui pra frente, é... independente do tempo que eu fiquei também, quero deixar bem claro, se eu ficasse lá, tivesse prisão perpétua, por exemplo, no Brasil, não ia trazer a vítima de volta. Paguei por um erro", disse. Bruno não vai usar tornozeleira eletrônica. Está livre, sem qualquer tipo de monitoramento. Mas a liminar determina que ele deve atender à Justiça toda vez que for chamado e informar o endereço de onde vai morar. O STF ainda vai julgar o habeas corpus. Se for negado, Bruno terá que voltar para o presídio. Em Campo Grande, a advogada da mãe de Eliza Samúdio disse que a cliente está revoltada. "A dona Sônia tem essa lacuna, esse vazio, essa necessidade de saber onde colocar o corpo da filha dela, por que tudo isso, é isso que ela revolta, o silêncio total. E ele ainda consegue aguardar o julgamento em liberdade", disse Maria Lúcia Borges Gomes.</p>
277	<p>Supostos operadores do PMDB presos em Miami chegam ao Brasil <i>Eles são investigados pela Lava Jato e tinham prisão preventiva decretada. Jorge e Bruno Luz foram citados em delações de ex-diretores da Petrobras.</i> Os lobistas Jorge e Bruno Luz chegaram neste sábado (25) a Brasília, depois de terem sido detidos nos EUA. Eles são investigados na Lava Jato. O avião que veio direto de Miami pousou em Brasília às 7h30. As viaturas da Polícia Federal estavam no pátio do aeroporto. Os dois desembarcaram antes dos outros passageiros e foram levados primeiro ao Instituto Médico Legal para fazer exame de corpo de delito. E depois, para a Superintendência da PF. Jorge e Bruno Luz são lobistas e apontados pela força tarefa da Lava Jato como os operadores de propina para o PMDB. Eles são acusados de desviar US\$ 40 milhões em 10 anos. O mandado de prisão preventiva contra eles foi dado na última quinta-feira (23) na 38ª fase da Operação Lava Jato. Os dois estavam em Miami e foram presos na sexta-feira (24) pela polícia de imigração americana. Jorge Luz e Bruno Luz estavam na lista de procurados da Interpol. Jorge e Bruno foram citados em delações premiadas da Lava Jato. Em uma das delações, Nestor Cerveró, ex-diretor da Área Internacional da Petrobras, disse que durante um jantar na casa de Jader Barbalho, do PMDB, com Paulo Roberto Costa, Jorge Luz, Renan Calheiros, também do PMDB, e Sérgio Machado ficou acertado o repasse de US\$ 6 milhões ao partido. E que, depois do segundo turno, em um novo jantar, Jader Barbalho agradeceu. Jorge Luz e o filho Bruno Luz vão ficar em Brasília durante todo o Carnaval. Só devem ser levados para Curitiba na próxima quinta-feira (2). De acordo com a Polícia Federal, ficam em Brasília por causa do alto custo das passagens aéreas no feriado. A defesa diz que nos últimos dois anos eles já prestaram alguns depoimentos para a polícia e para o Ministério Público e que vão continuar colaborando com as investigações. Os senadores Jader Barbalho e Renan Calheiros, do PMDB, negaram as irregularidades apontadas por Jorge e Bruno Luz. A defesa do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, não quis se manifestar. Os advogados de Paulo Roberto Costa também não se manifestaram neste sábado (25). Mas, na quinta-feira (23), declararam que ele já prestou esclarecimentos na delação premiada. O presidente do PMDB, senador Romero Jucá, disse que os envolvidos nesta operação não têm relação com o partido e nunca foram autorizados a falar em nome da legenda.</p>

278	<p>Noruega mantém preso e isolado neonazista que matou mais de 70 <i>Corte de Apelações negou o recurso impetrado pelo preso. Anders Breivik, que vive em três celas, processou o país por maus-tratos.</i></p> <p>A Corte de Apelações da Noruega decidiu manter preso e isolado o neonazista que matou dezenas de pessoas - e depois processou o país por maus tratos. A falta total de remorso e o histórico violento mantiveram o assassino sem convívio com outros presos. A Corte de Apelações entendeu que Anders Breivik é perigoso e a solitária, uma necessidade. Ele ocupa sozinho três celas: tem acesso a computador, videogame, sala de ginástica, TV e livros. Mesmo assim, o neonazista processou o Estado por maus-tratos. Uma juíza da primeira instância tinha visto na solitária uma violação dos direitos humanos. Mas a Corte de Apelações entendeu que o próprio Breivik estaria em risco se o isolamento acabasse. O crime dele chocou inclusive outros detentos. Em 2011, Breivik detonou um carro-bomba que matou oito pessoas e feriu 209, em Oslo. Depois, o assassino disfarçado de policial se dirigiu para uma reunião de jovens do Partido Trabalhista norueguês. Matou outras 69 pessoas a tiros, e feriu 33. Breivik disse que protegia a Noruega dos imigrantes. Pelas próximas décadas, a Noruega protege até presos dele.</p>
279	<p>STJ suspende a prisão do ex-goleiro Edinho <i>O STJ suspendeu a prisão do ex-jogador Edinho. Em 2014, Edinho foi condenado por lavagem de dinheiro oriundo do tráfico de drogas. Ele é filho de Pelé, o rei do futebol. Na última quinta-feira, o TJ-SP reduziu a pena de 33 para 12 anos de prisão. Edinho foi preso no dia seguinte, mas deve ser libertado amanhã. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>
280	<p>Adriana Ancelmo, mulher do ex-governador Sérgio Cabral, vai cumprir prisão domiciliar <i>Adriana Ancelmo, mulher do ex-governador do Rio Sérgio Cabral, vai sair da cadeia e cumprir prisão domiciliar. Ela é ré na operação Lava Jato. O juiz Marcelo Bretas entendeu que os filhos menores de Adriana Ancelmo e Sérgio Cabral não podem ser privados simultaneamente do convívio dos dois, que são presos. Mas Adriana Ancelmo não vai poder ter nenhum tipo de dispositivo eletrônico, como celular, nem acesso à internet. A Polícia Federal também vai poder fazer varreduras na casa sem aviso prévio. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>
281	<p>Doleiro Alberto Youssef passa a cumprir pena em regime aberto <i>Um dos presos mais famosos da Lava Jato passou para o regime aberto hoje. O doleiro Alberto Youssef foi um dos primeiros a fazer acordo de delação premiada. O regime aberto dele é considerado diferenciado. À noite, ele precisa ir para casa. Também não pode sair aos fins de semana e nem nos feriados e continua com a tornozeleira eletrônica. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>
282	<p>Justiça revoga prisão domiciliar de Adriana Ancelmo, mulher de Cabral <i>O TRF do Rio suspendeu a transferência da mulher do ex-governador Sérgio Cabral para a prisão domiciliar. Adriana Ancelmo é ré na Lava Jato.</i></p> <p>O juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal, tinha convertido a prisão preventiva em domiciliar para os filhos menores do casal não serem ser privados do convívio com pai e mãe ao mesmo tempo. Mas o MPF recorreu. O desembargador Abel Gomes não viu fatos novos para justificar a mudança, e observou que outras mulheres presas preventivamente não conseguem o mesmo direito. O advogado de Adriana Ancelmo afirmou que a decisão viola jurisprudência do próprio TRF e que vai recorrer da decisão. O julgamento do mérito do processo ainda não tem data. Adriana Ancelmo não chegou a deixar a cadeia. O ministro Luiz Felipe Salomão, do STJ, negou nesta segunda-feira (20) um pedido da defesa do ex-governador Sérgio Cabral para que as investigações contra ele, no Paraná e no RJ, fossem enviadas para o STJ. Na ação, os advogados de Sérgio Cabral argumentaram que o ex-governador já estaria sendo investigado no STJ em processos que envolvem o atual governador do Rio, Luiz Fernando Pezão. Sérgio Cabral alegou "constrangimento ilegal" por parte dos magistrados de primeira instância. Mas fontes ligas à Lava Jato suspeitam que, como Luiz Fernando Pezão tem foro privilegiado, essa foi uma tentativa de conseguir o mesmo direito para Sérgio Cabral. O JN apurou que o ministro Luiz Felipe Salomão julgou o pedido improcedente. Com base nas informações dos magistrados de Curitiba e do RJ, o ministro considerou que o objeto das investigações de Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão não é o mesmo. O ministro Luiz Felipe Salomão também entendeu que como já há um pedido de arquivamento das investigações contra Luiz Fernando Pezão no STJ, o pedido de Sérgio Cabral teria perdido o objeto, ou seja, não tem razão para prosseguir. A defesa do ex-governador não quis se manifestar.</p>
283	<p>Mulher de Cabral consegue liminar para cumprir prisão domiciliar <i>Juiz havia concedido benefício, mas MP recorreu e perdeu. Em casa, Adriana Ancelmo não poderá ter telefone, celular nem internet.</i></p> <p>A mulher do ex-governador do Rio Sérgio Cabral, Adriana Ancelmo, presa desde dezembro, conseguiu uma liminar no STJ para cumprir prisão domiciliar. A decisão reestabelece o que havia sido deliberado pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio. Na semana passada, ele concedeu a prisão domiciliar por causa dos filhos, menores de idade, já que o pai, o ex-governador Sérgio Cabral, também está preso. Mas o Ministério Público recorreu. Adriana Ancelmo só deve deixar a prisão no início da próxima semana. Em casa, ela não terá telefone fixo ou celular nem acesso à internet. Ainda cabe recurso.</p>
284	<p>Antes de Adriana Ancelmo deixar prisão, PF vai vistoriar apartamento <i>Preso em Bangú, ele ganhou benefício de prisão domiciliar. Rua do Leblon onde ela mora, na Zona Sul do Rio, teve protesto.</i></p> <p>A Polícia Federal vai fazer uma vistoria na casa da ex-primeira dama do RJ Adriana Ancelmo, antes que ela deixe o presídio para cumprir prisão domiciliar. A manifestação foi no endereço do Leblon, Zona Sul da cidade, onde a ex-primeira-dama do estado deve cumprir prisão domiciliar. Adriana Ancelmo vai sair da cela em Bangú para o apartamento onde vivia com o ex-governador Sérgio Cabral e os dois filhos do casal, de 10 e 14 anos. A decisão do STJ saiu na sexta-feira (24). Em 17 de março o juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, tinha autorizado a saída de Adriana Ancelmo da cadeia com base na lei que prevê a prisão domiciliar para detentas com filho menor de 12 anos. O MPF conseguiu derrubar a decisão, mas a defesa recorreu ao STJ. A ministra Maria Thereza de Assis Moura manteve o benefício. "A lei determina que a presa que é mãe de uma criança menor de 12 anos tem o direito a prisão domiciliar. O que a está sendo aplicado a ela é a lei que deve ser aplicada a outras também", explica o advogado Alexandre Lopes. A decisão também mantém as condições para a transferência. Adriana Ancelmo ficará proibida de sair de casa, a não ser em caso de doença. O apartamento não pode ter qualquer dispositivo de acesso à internet e qualquer pessoa, inclusive filhos, tem que deixar o celular do lado de fora. Visita só de parentes até o terceiro grau e advogados que representam Adriana Ancelmo. A Polícia Federal poderá fazer inspeções no apartamento entre 6h e 18h sem aviso prévio. Fora desse horário, só com autorização da Justiça. A família da ex-primeira-dama entregou à Justiça um relatório mostrando que o apartamento já está adaptado. Uma empresa foi contratada para desligar o telefone e a internet. Nesta segunda-feira (27) ao final do dia, o juiz Marcelo Bretas encaminhou um ofício dando um prazo de 24 horas para Polícia Federal inspecionar o apartamento. A PF precisa apresentar um laudo ao juiz liberando o imóvel. Só então Adriana Ancelmo será transferida da cadeia para casa. Caso ela descumpra as condições, poderá voltar para Bangú. O colegiado do STJ vai ter que julgar o mérito da liminar que concedeu a prisão domiciliar. O MPF ainda pode recorrer da decisão para tentar manter Adriana Ancelmo na cadeia</p>
285	<p>Mulher de Cabral deixa cela em Bangú para cumprir prisão em casa <i>Adriana Ancelmo é ré na Lava Jato e estava presa há quase quatro meses. Ela não pode sair de casa nem ter acesso a celulares, telefones e internet.</i></p> <p>A ex-primeira-dama do RJ deixou no início da noite desta quarta-feira (29) o complexo de Bangú para cumprir prisão domiciliar. Adriana Ancelmo é ré na Lava Jato e estava presa há quase quatro meses. A ex-primeira-dama já está no quarto andar de um prédio no Leblon, na Zona Sul da cidade, onde vai cumprir prisão domiciliar. O carro da Polícia Federal chegou na rua por volta das 20h e foi cercado por manifestantes. Ela ouviu muitos gritos, muitos protestos. Adriana Ancelmo também já tinha sido hostilizada na saída do complexo de Bangú. A transferência foi concedida pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, com base na lei que concede o benefício a mães detentas que têm filhos menores de 12 anos. Ela tem um filho de 10 anos, mas na prisão domiciliar vai ter que cumprir algumas exigências: ela não pode sair de casa, só mesmo se for uma emergência médica; não pode ter acesso a telefone nem internet; visita só mesmo de parente de até terceiro grau e de advogados constituídos por ela; e também os filhos e empregados não podem usar telefone celular, ninguém pode usar celular dentro de casa. Adriana Ancelmo não vai usar tornozeleira e também não vai ser policiada, não vai ter policiamento no prédio, mas a Justiça Federal já autorizou que policiais façam inspeções no apartamento entre 6h às 18h, sem aviso prévio. Fora desse horário só mesmo com mandado judicial. A Justiça já avisou que ela vai voltar para a cadeia caso descumpra algumas destas condições.</p>
286	<p>STJ liberta os 5 conselheiros do TCE do Rio que cumpriam prisão temporária <i>O STJ mandou soltar os 5 conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio que cumpriam prisão temporária por suspeita de corrupção. O ministro Félix Fischer determinou o afastamento dos cargos por 180 dias. Os conselheiros estão proibidos de entrar no prédio do Tribunal e terão que entregar os passaportes. Eles vão continuar a receber os salários. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>
287	<p>Seis presos são assassinados no complexo penitenciário de Manaus <i>Seis presos foram assassinados no complexo penitenciário de Manaus. A polícia está na unidade de Puraquequara e investiga se houve mais mortes. No início do ano, numa briga de facções, 65 presos morreram e mais de 200 conseguiram fugir. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>
288	<p>5 conselheiros do TCE-RJ são soltos com autorização do STJ <i>Na saída de Bangú, o conselheiro Marco Antônio Alencar foi o único a falar. Conselheiros ficam afastados do tribunal por 180 dias.</i></p> <p>Já estão em liberdade os 5 conselheiros do Tribunal de Contas do Rio, acusados de envolvimento num esquema de cobrança de propina. Eles foram soltos com autorização do STJ. O conselheiro Marco Antônio Alencar foi o único a falar com a imprensa, na saída de Bangú, ontem (7) à noite. Ele e os outros quatro conselheiros do Tribunal de Contas do Estado são acusados de receber propina para fazer vista grossa em contratos com empreiteiras em obras públicas do Rio. O esquema foi denunciado pelo ex-presidente do TCE, Jonas Lopes, e pelo filho dele, Jonas Lopes Neto. Os delatores confessaram que ficavam com um percentual do dinheiro ilegal e repassavam uma parte para o ex-governador Sérgio Cabral e para os conselheiros. Marco Antônio Alencar negou participação: "Eu fiquei 10 dias preso em Bangú, vítima de uma farsa feita por dois bandidos confessos, pai e filho. Não há uma prova contra mim, eu não tenho meu nome citado por nenhum empresário. Completamente inocente, a minha vida está aí, podem vasculhar, podem fazer o que quiser." O ministro do STJ, Félix Fischer, que autorizou a liberação dos conselheiros, impôs algumas condições. Qualquer descumprimento pode resultar num novo mandado de prisão. Eles ficam afastados do tribunal por 180 dias, não podem se aproximar do prédio do TCE, nem ter contato com servidores de lá. Também receberam ordem para entregar os passaportes e ficam proibidos de deixar o país. Mas todos continuam recebendo salários. O JN não conseguiu contato com Jonas Lopes, com o filho dele, nem com os outros conselheiros citados.</p>
289	<p>Clima é de apreensão em penitenciária de Manaus <i>O clima é de apreensão numa penitenciária de Manaus. Agora há pouco, foi confirmada a morte de mais um preso. Hoje, mais de cem policiais militares entraram no presídio de Puraquequara para revistar as celas. As visitas foram suspensas depois do assassinato de seis presos na sexta-feira. A Secretaria de Administração do presídio afirma que as mortes foram provocadas por disputa entre facções criminosas. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>

290	<p>Odebrecht deu R\$ 50 milhões para obra de presídio em PE, diz delação <i>Delatores dizem que pedido foi feito por Eduardo Campos. Mas as obras não andaram e muita coisa está por fazer.</i></p> <p>Delatores da Odebrecht disseram que a empresa deu R\$ 50 milhões para o término da construção de um presídio de Pernambuco. O pedido foi feito pelo então governador Eduardo Campos. Apesar da ajuda que começou em 2012, até hoje a obra não foi concluída. Mais de cem mil metros quadrados de área construída, capacidade para receber 3.500 detentos. A obra seria a solução para o problema da superlotação dos presídios de Pernambuco. A construção começou em 2010, depois que as empresas Advance e Socializa venceram a licitação. O consórcio formado por essas duas empresas seria responsável pela execução das obras e pela operação do Centro Integrado de Ressocialização durante 30 anos. Mas o consórcio trabalhou durante dois anos e se retirou. O que seria uma parceria público-privada de sucesso virou uma dor de cabeça para o então governador Eduardo Campos. Foi aí que, segundo o delator Marcelo Odebrecht, Eduardo Campos pediu ajuda à empresa. Marcelo: Uma certa feita ele pediu a gente para ver como é que a gente ajudava esse projeto que estava parado. Eu disse: "Olha, eu não posso entrar aparecendo". E mais uma vez a gente encontrou uma equação que foi através dessa empresa desse meu amigo, a DAG, Demerval. Ele ser o veículo. Utilizando a DAG, a Odebrecht começou a injetar dinheiro na obra. Marcelo: A estimativa que nos tinham dado era que custaria algo como R\$ 10 milhões, no máximo, resolver, R\$ 20 milhões, no máximo, resolver todos os problemas. Quando a gente viu, a gente já tinha gasto uns R\$ 50 milhões nesse processo. Outro delator da Odebrecht revelou que o cuidado com a obra aumentou por causa da candidatura de Eduardo Campos à Presidência da República. Fernando Reis: A maior preocupação dele era que esse presídio não fosse um calcanhar de Aquiles na campanha dele, essa era a preocupação número um. Mas as obras praticamente não andaram. E o que ficou, precisa ser refeito, como por exemplo, o alambrado instalado para impedir fugas. Ele está fora dos padrões, é similar a uma tela de galinheiro. Em julho de 2014, a Odebrecht queria desistir da obra. Um mês depois, Eduardo Campos morreu num desastre de avião. O governo atual decretou a intervenção do imóvel. "O contrato foi desfeito em razão do descumprimento do contrato por parte do parceiro privado, que não deteve as condições econômico e financeiras de conclusão da obra, que foi abandonada. E também executou a obra com diversas desconformidades em relação ao projeto básico e às exigências próprias desse tipo de construção", explicou o procurador-geral do Estado, César Caúla. Em janeiro, a obra foi reiniciada em apenas uma das 5 unidades, que deve abrigar mil detentos no segundo semestre. As construtoras DAG e Socializa não se manifestaram. A Advance declarou que terminou 85% das obras - e que não concluiu o restante por falta de apoio na infraestrutura. O PSB, partido de Eduardo Campos, declarou que vai atuar em todas as instâncias para que o nome e a honra dele jamais sejam maculados.</p>
291	<p>Imagens revelam desperdício de dinheiro público em presídio do Rio <i>JN exhibe imagens exclusivas do abandono no conjunto de presídios onde está preso Sérgio Cabral, ex-governador do RJ.</i></p> <p>Imagens exclusivas, obtidas pelo JN, mostram o abandono e o desperdício de dinheiro público no conjunto de presídios onde está preso o ex-governador do Rio Sérgio Cabral. Complexo Penitenciário de Gericinó. Bangu. Zona Oeste do Rio. O prédio era para ser a cadeia pública para jovens adultos. Ia abrigar 500 detentos entre 18 anos e 24 anos. Mas as obras pararam no fim de 2016. E o que se vê por lá é abandono. A cadeia teria 84 celas coletivas e 30 individuais. A obra custou R\$ 17,5 milhões. Começou em setembro de 2014 e deveria ter sido entregue em agosto de 2015, durante o governo de Sérgio Cabral, do PMDB. O ex-governador do Rio está preso a poucos metros dali. Só no Complexo Penitenciário de Gericinó são 26 cadeias e quase 27.600 detentos. Os agentes penitenciários que trabalham lá diariamente denunciam o total abandono nesses presídios. "Nós temos em unidades como Vicente Piragibe, Carvalho, nós temos 3.600 presos e temos 5 inspetores penitenciários, seis, no máximo 7 por plantão. Isso dá um cálculo mais ou menos de 500 presos pra cada inspetor penitenciário", conta Gutemberg de Oliveira, do Sindicato dos Servidores do Sistema Penal. Dentro do presídio de Bangu, mais um sinal de descaso. Na rua uma fila de carros abandonados. Caminhões do grupamento de escolta do sistema penitenciário, ônibus, carros e ambulâncias. Perto dali um depósito de carcaças de veículos. "Ver viaturas novas jogadas ao relento, ao céu lá e nada. Pátio de viaturas que virou um cemitério a céu aberto, pra doenças como dengue e outros tipos de qualquer coisa. É um total desrespeito não só à população, o dinheiro, a tudo e o funcionário sem receber, salário atrasado", denuncia um homem. Para o coordenador do núcleo do sistema penitenciário, é uma falta de investimento que tem custado muito caro ao estado: "Mesmo no momento em que não havia crise, houve pequenos investimentos na infraestrutura, o que fez a gente estar no cenário de hoje. Então, uma ausência de planejamento desde 2012 pra cá trouxe a gente pra situação que a gente está". A Secretaria de Obras do Rio afirmou que as construções foram paralisadas por causa da crise financeira do estado. Já o Ministério da Justiça deu outra explicação: declarou que as obras sequer foram iniciadas e que, por isso, o contrato com o governo do estado foi cancelado. Já a Secretaria de Administração Penitenciária afirmou que os veículos mostrados no reportagem estão ali porque o terreno fica ao lado do Departamento de Manutenção.</p>
292	<p>Segunda Turma do Supremo solta Bumlai e Genu; Dirceu continua preso <i>Mas ministros aceitaram pedido para analisar recurso de Dirceu. Segunda Turma manteve prisão domiciliar do lobista Fernando Moura.</i></p> <p>A Segunda Turma do STF acolheu recursos de quatro condenados na Lava Jato que pediram para aguardar a decisão da segunda instância em liberdade. Os pedidos de liberdade foram analisados pela Segunda Turma do Supremo, formada por 5 ministros, que julgam recursos das defesas na Operação Lava Jato. O primeiro caso foi o do pecuarista José Carlos Bumlai. Ele foi preso em novembro de 2015, suspeito de ter participado de uma operação fraudulenta em que um contrato da Petrobras acabou sendo usado para saldar uma dívida do PT. Conseguiu converter a prisão preventiva em domiciliar alegando que sofria um câncer na bexiga. Está preso em casa desde novembro. Nesta terça-feira (25), por três a dois, os ministros decidiram conceder liberdade a Bumlai, também levando em conta a saúde do pecuarista. Entenderam também que ele não representa risco às investigações. Os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Celso de Mello votaram nesse sentido. E os ministros Ricardo Lewandowski e Edson Fachin, atual relator da Lava Jato, entenderam que o estado de saúde Bumlai não é motivo para conceder liberdade. Nesse caso, deveria ser mantida a prisão em casa, como já havia decidido o então relator da Lava Jato, Teori Zavascki, em novembro de 2016. Os ministros mantiveram a prisão domiciliar do lobista Fernando Moura, preso em maio de 2016 por ter mentido na delação premiada. O então relator da Lava Jato, Teori Zavascki, mandou Fernando para a prisão domiciliar alegando que mentir na delação não é motivo para ficar em regime fechado. Nesta terça, a Segunda Turma manteve esse entendimento. Ministros decidiram ainda dar liberdade a João Cláudio Genu, ex-tesoureiro do Partido Progressista.</p>
293	<p>Supremo decide mandar o goleiro Bruno de volta para a cadeia <i>Bruno Fernandes foi solto no dia 21 de fevereiro. Ministro relator entendeu que a decisão do júri em Minas é soberana e votou contra a liminar.</i></p> <p>O STF determinou que o goleiro Bruno volte para a prisão enquanto aguarda o julgamento do recurso. Em fevereiro, o ministro Marco Aurélio entendeu que o julgamento do recurso de Bruno no TJ em Minas estava demorando. Para Marco Aurélio, como a condenação não foi confirmada em segunda instância, o goleiro deveria esperar essa decisão em liberdade. Bruno Fernandes de Souza foi solto no dia 21 de fevereiro. Ele estava na cadeia desde 2010. Em março de 2013, foi condenado a 22 anos e 3 meses de prisão em regime fechado por sequestro, agressão física, assassinato e ocultação do corpo da mãe do filho dele, Eliza Samudio. O corpo dela nunca foi encontrado. Assim que saiu da cadeia, o ex-goleiro do Flamengo fechou contrato com o Boa Esporte Clube, de Varginha, interior de Minas. O advogado do goleiro alegou que se o recurso ainda não foi julgado, a culpa não é de Bruno. "Para mim, a justiça é a manutenção da liminar permitindo que Bruno continue trabalhando. É o moço mais visível do mundo. Se ele tropeçar na calçada, no segundo seguinte o Brasil sabe", diz Lúcio Adolfo da Silva, advogado do Bruno. O ministro relator Alexandre de Moraes entendeu que a decisão do júri em Minas é soberana e votou contra a liminar de Marco Aurélio: "Após a condenação pelos jurados, a presidente do tribunal do júri, em sua sentença, salientou a conduta social e personalidade do réu. Entre aspas, disse a juíza: 'Demonstrou-se pessoa fria, violenta e dissimulada. Sua personalidade é desvirtuada e fuge dos padrões mínimos de normalidade. Há informações nos autos de que tinha envolvimento com o tráfico de drogas, envolvimento, ainda, do réu Bruno Fernandes na face obscura do mundo do futebol'. Foram três votos a um pela derrubada da decisão que havia soltado Bruno. Rosa Weber e Luiz Fux concordaram com o relator. Fux ressaltou que os crimes cometidos pelo goleiro foram hediondos e que a pena dele ainda não foi cumprida. "Nós somos cidadãos e vivemos no mundo real e não só o que está no processo e o que está nas informações. Eu ouvi esse cidadão dizer que já tinha cumprido a parte dele, ele já cumpriu a parte dele. A moça não foi achada, uma criança foi dada ao abandono, a motivação do crime é torpe, o meio de realização é cruel e nossa jurisdição é toda no sentido de que gravidade no crime, conduta pessoal são meios que justificam a própria custódia preventiva. Não se dá liberdade provisória em crime hediondo", disse o ministro do Supremo Luiz Fux. Fux reforçou o papel do tribunal do júri. "Será que o júri, depois de assentar essas características desse ilícito hediondo, será que esse júri responderia sim para o pedido de liberdade provisória? Eu tenho absoluta certeza que não. Não há julgamento mais democrático do que julgamento pelo júri", disse. Bruno se apresentou espontaneamente no fim da tarde desta terça-feira (25) na Delegacia Regional de Varginha. Depois de 15 minutos, ele foi liberado. Estava acompanhado do presidente e de dois diretores do Boa Esporte. Da delegacia, ele voltou para o hotel e como tem sido nos últimos dias, não falou com a imprensa. Nesta quarta-feira (26), Bruno deve se apresentar ao juiz da Vara de Execuções Penais de Varginha, Oílson Hoffman. Isso está previsto para o meio dia. Só depois a Justiça vai decidir para qual presídio ele será levado.</p>

294	<p>Adriana Ancelmo aguardará em casa decisão sobre volta à prisão <i>TRF decide mandar de volta para cadeia a ex-primeira-dama do Rio. Mas ela pode continuar em prisão domiciliar enquanto a defesa recorrer da decisão.</i></p> <p>O TRF da 2ª região decidiu mandar de volta para cadeia a ex-primeira-dama do Rio, Adriana Ancelmo, mas ela pode continuar em prisão domiciliar enquanto a defesa recorrer da decisão. Adriana Ancelmo é ré na Lava Jato, acusada de lavar dinheiro da organização criminosa chefiada pelo marido, o ex-governador Sérgio Cabral. Foi o placar de dois a um que deu a Adriana Ancelmo o direito de continuar em casa, mesmo com a decisão do TRF favorável ao MPF. A procuradoria tinha pedido a revogação da prisão domiciliar alegando que a ex-primeira-dama poderia destruir provas e ocultar patrimônio ilícito. Se a votação desta quarta-feira (26) tivesse sido unânime, ela só poderia entrar com recursos em tribunais superiores e teria que aguardar o resultado do julgamento na cadeia. Agora, a defesa tem 10 dias para recorrer ao TRF, e Adriana Ancelmo pode ficar em casa esperando o resultado. Nesta quinta-feira (27) a ex-primeira-dama tem uma audiência com o juiz Sérgio Moro, em Curitiba, ao lado do marido, o ex-governador Sérgio Cabral. Na tarde desta quarta, ela chegou a deixar o apartamento no Leblon, onde cumpre a prisão domiciliar há quase um mês. Mas, na noite desta quarta, foi levada de volta pela Polícia Federal.</p>
295	<p>Justiça determina que Eike Batista fique em prisão domiciliar <i>Determinação inclui medidas cautelares como a vistoria da Polícia Federal em casa sem aviso prévio. Decisão é do juiz federal de plantão.</i></p> <p>O empresário Eike Batista vai cumprir prisão domiciliar, que inclui medidas cautelares como a vistoria da Polícia Federal em casa sem aviso prévio. A decisão é do juiz federal de plantão, Gustavo Arruda Macedo. Ele atendeu a determinação da liminar do STF. Na sexta-feira (28), o ministro do Supremo Gilmar Mendes concedeu habeas corpus a Eike Batista e determinou a análise de medidas cautelares. O empresário está preso desde janeiro, acusado de pagar propina ao ex-governador do Rio Sérgio Cabral em troca de contratos com o estado. Com a decisão deste sábado (29), o empresário pode sair do presídio a qualquer momento.</p>
296	<p>José Dirceu sai da prisão com tornozeleira eletrônica <i>Ele não pode deixar Brasília nem falar com acusados da Lava Jato. Condenado duas vezes, ele poderá esperar o recurso em liberdade.</i></p> <p>O ex-ministro José Dirceu está em liberdade. Ele saiu da prisão no fim da tarde desta quarta-feira (3). Dirceu foi direto para a Justiça Federal, onde colocou uma tornozeleira eletrônica. Em frente ao prédio, grupos favoráveis e contrários ao ex-ministro bateram boca. Além do uso da tornozeleira, ele está proibido de deixar Brasília, cidade onde irá morar a partir de agora. É obrigado a comparecer à Justiça sempre que for chamado e não poderá se encontrar com outros acusados da Lava Jato. José Dirceu passou um ano e 9 meses preso em Curitiba. Já foi condenado duas vezes pelo juiz Sérgio Moro. A primeira condenação foi em maio de 2016, a 20 anos e 10 meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa. A segunda, em março de 2017, a 11 anos e três meses de prisão por corrupção. Na condenação, o juiz Sérgio Moro decretou que Dirceu continuasse na prisão, mas os advogados recorreram ao STF e, na terça-feira (2), conseguiram reverter a decisão. José Dirceu poderá aguardar o julgamento do recurso na segunda instância em liberdade. Ao votar a favor do habeas corpus, o ministro Ricardo Lewandowski disse que um condenado não pode ficar indefinidamente preso aguardando a instância superior. "Já se vão quase dois anos de prisão cautelar sem que sequer haja previsão para data de julgamento pelo TRF da 4ª Região, não se podendo impor ao paciente que aguarde preso indefinidamente eventual condenação no segundo grau de jurisdição", disse Lewandowski. No caso do ex-ministro José Dirceu, o recurso chegou ao TRF-4 em agosto de 2016, há 9 meses. Não há prazos nem datas pré-estabelecidas, mas o caminho dos processos é sempre o mesmo. Os casos da Lava Jato vão direto para o relator responsável, o desembargador João Paulo Gebran Neto. Ele então estabelece prazo para defesa e o Ministério Público apresentarem seus argumentos. Nesse processo de Dirceu, a entrega foi feita em janeiro. A etapa seguinte é a elaboração do voto do relator, que é a fase em que se encontra o processo do ex-ministro neste momento. A próxima etapa é a entrega do voto para um revisor. Depois o voto é disponibilizado para o outro desembargador da Turma e finalmente o julgamento é marcado. Desde o início da Lava Jato, há pouco mais de três anos, o TRF já recebeu 651 procedimentos referentes à operação. A grande maioria, pedidos de habeas corpus. Sentenças de condenação pelo juiz Sérgio Moro, como as de José Dirceu, são 18. 9 já foram julgadas. Um levantamento mostra que da chegada ao Tribunal até o julgamento, as sentenças levam em média 11 meses e 24 dias. Na maioria dos casos, o TRF manteve as decisões de Moro. Além dos julgamentos do TRF, parte da Lava Jato é julgada pelo STF sempre que os investigados têm foro privilegiado. No Supremo, as ações seguem um caminho parecido. São entregues para o relator, o ministro Edson Fachin, que ouve defesa e Ministério Público antes da elaboração do voto e depois o apresenta para julgamento. Mas o tempo de tramitação costuma ser maior que na segunda instância. A Fundação Getúlio Vargas fez um levantamento que mostra que uma ação penal no Supremo leva, em média, um tempo três vezes maior do que no TRF-4: três anos e quatro meses para ser julgada. No caso do mensalão, o maior caso criminal até a Lava Jato, o inquérito chegou ao tribunal em 2005, virou ação penal em 2007 e as condenações saíram em 2012, 5 anos depois. Os últimos recursos foram julgados em 2014.</p>
297	<p>Polícia procura 20 presos que fugiram de presídio no Maranhão <i>A polícia do Maranhão procura 20 presos que fugiram do complexo penitenciário de Pedrinhas, o maior do estado. Ontem à noite, bandidos usaram dinamite para derrubar o muro e libertar 32 detentos. Houve troca de tiros com os guardas. Três presos morreram e 9 foram recapturados. Além do inquérito policial, o governo do Maranhão abriu uma sindicância para apurar se houve facilitação da fuga por alguém que trabalha no presídio. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>
298	<p>PF prende irmã e 5 filhos de Fernandinho Beira-Mar <i>Beira-Mar continuava controlando tráfico de dentro da cadeia. Ele ordenava também a compra de armas e drogas do exterior.</i></p> <p>A Polícia Federal prendeu nesta quarta-feira (24) a irmã e 5 filhos do traficante Fernandinho Beira-Mar. A operação foi em 5 estados e no DF. De dentro de um presídio de segurança máxima, Beira-Mar controlava o tráfico em favelas da Baixada Fluminense e ordenava a compra de armas e de drogas do exterior. Madrugada na prisão. Na cela 20B, um fio é lançado com um objeto na ponta. A primeira tentativa não dá certo. Ao lado, quase imperceptível, um segundo objeto também amarrado a um fio. Na segunda tentativa, o primeiro objeto vai mais longe. Os dois fios se cruzam e são puxados para a cela 19B, onde está preso Fernandinho Beira-Mar. Menos de um minuto depois, dois pedaços de papel são puxados para a cela 20B. Era assim que um dos maiores traficantes do país continuava dando ordens para a quadrilha. O preso da cela vizinha repassava o bilhete para a companheira dele durante a visita íntima e ela levava a mensagem a diante. Principalmente para a irmã de Beira-Mar, Alessandra da Costa, presa na operação desta quarta (24). Também foram presos 5 filhos do traficante, a sogra, sobrinhos e três advogados. Fernandinho Beira-Mar estava em um presídio federal de segurança máxima, em Porto Velho, Rondônia, a 2.700 quilômetros de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde ele começou no crime. O traficante estava isolado, sem direito a visita íntima, sob vigilância máxima. Mesmo assim, os policiais descobriram que ele continuava comandando com mão de ferro as atividades criminosas e até o fornecimento de serviços como venda de gás, internet e moto-táxi a pelo menos 13 comunidades. "Conseguimos descobrir que Beira-Mar chega a auferir um lucro líquido mensal de aproximadamente R\$ 1 milhão. Seu patrimônio identificado até o momento chega a cerca de R\$ 30 milhões", afirmou Leonardo Marino, delegado da Polícia Federal de Rondônia. Mas a investigação descobriu que os negócios criminosos iam muito além de Caxias. A polícia apreendeu cerca de 50 bilhetes escritos por Beira-Mar ou enviados a ele. Em um deles, o traficante dá instruções para compra de drogas na Bolívia, ordena a compra de 300 quilos de base de cocaína pura de cada traficante e ainda manda enviar drogas para a África, mil quilos. Em outro bilhete, Beira-Mar orienta a troca de um avião por um hidroavião. Segundo a polícia, o objetivo era levar dinheiro e produtos químicos para Bolívia. Beira-Mar vai ser transferido na quinta-feira (25) para outro presídio federal.</p>
299	<p>Na Grande Natal, 89 presos fogem de penitenciária por túnel <i>Foi a maior fuga em massa da história do Rio Grande do Norte. Presos cavaram túnel de 30 metros de extensão; 9 foram recapturados.</i></p> <p>89 detentos fugiram, de madrugada, da Penitenciária de Parnamirim, na região metropolitana de Natal. Foi a maior fuga em massa da história do Rio Grande do Norte. 9 presos já foram recapturados. Os presos que estavam no Pavilhão 1 cavaram um túnel de cerca de 30 metros de extensão até a parte externa da penitenciária. Os policiais militares demoraram a perceber a movimentação. Foi quando começaram a atirar. O secretário de Justiça, que está há um mês no cargo, admite que houve uma série de falhas na segurança da penitenciária, construída para 436 detentos, mas que está superlotada. "Quatro agentes para tomar conta de 589 internos. É totalmente humanamente impossível fazer o procedimento com essa quantidade de gente. Vai ser sanado com concurso público que está em andamento ainda. Seria necessário, só no plantão, 15 agentes por turno para poder fazer o serviço", diz o secretário de Justiça e Cidadania do Rio Grande do Norte, Luís Mauro Albuquerque. Desde a rebelião de 2015 os presos ficam soltos nos pavilhões porque as grades arrancadas não foram repostas. E a obra mais recente acabou ajudando na fuga. Desde que o muro foi construído na Penitenciária Estadual de Parnamirim, as guaritas não foram reposicionadas, de forma que a maioria dos presos que fugiu esta madrugada ganhou o mata-gal sem sequer ser percebida pela polícia. Essa é a segunda fuga de 2017 em Parnamirim. Em janeiro, 14 presos fugiram também do Pavilhão 1 por um túnel. Ainda em janeiro, houve uma rebelião e uma fuga em massa da Penitenciária de Alcaçuz, a cerca de 30 quilômetros de Parnamirim. Depois disso, a penitenciária recebeu agentes da Força Nacional e da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária. Sobre a falta de reposição das guaritas em Parnamirim, a secretaria de Justiça do Rio Grande do Norte declarou que ainda não há previsão para a obra, por falta de recursos.</p>
300	<p>Em Goiás, três são presos por explosão de muro de presídio em Guapó <i>Em Goiás, três são presos por explosão de muro de presídio em Guapó. A polícia de Goiás prendeu três suspeitos de participar da explosão de parte de um presídio em Guapó, na região metropolitana de Goiânia. Onze presos escaparam pelo buraco na parede e até agora só quatro foram recapturados. Com a explosão, parte da casa colada ao presídio foi abaixo e soterrou uma moradora. Ela foi resgatada pelos vizinhos e está internada. A Superintendência Executiva de Administração Penitenciária de Goiás anunciou que uma licitação para reforma do presídio está marcada para amanhã. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>
301	<p>Rebelião deixa 7 mortos em centro para menores infratores na Paraíba <i>Segundo a direção, tumulto começou durante fuga. Houve briga, e colchões e móveis foram queimados. Algumas vítimas morreram carbonizadas.</i></p> <p>7 adolescentes morreram durante uma rebelião num abrigo para menores infratores, na Paraíba. Foi na cidade de Lagoa Seca, perto de Campina Grande. A movimentação de parentes foi grande do lado de fora do Centro Educativo Lar do Garoto durante o dia todo. Alguns chegaram a subir no portão em busca de notícias dos mortos, e a cada nova informação, as mães se desesperavam. Quem era convidado a entrar recebia a má notícia. Já estava escuro quando a lista com os nomes dos feridos e dos 7 mortos foi divulgada. Segundo a direção, o tumulto começou por volta das duas da manhã deste sábado (3), durante uma fuga. 17 adolescentes conseguiram escapar, mas os que ficaram começaram a brigar. Colchões e móveis foram queimados. Algumas vítimas morreram carbonizadas. Só no meio da manhã, quando polícia e Corpo de Bombeiros conseguiram entrar, os corpos foram retirados. "Foi uma ação muito violenta, não tem um motivo diretamente ligado. Eles falam da fuga, que houve uma fuga e que houve covardia, a fala deles é nesse sentido", diz o comandante da PM de Campina Grande, Victor Lamark. A superlotação pode ser um dos motivos da rebelião. O lar tem capacidade para cerca de 90 jovens, mas abrigava mais de 200.</p>
302	<p>Dois menores morrem em rebelião em instituto no Grande Recife <i>Dois adolescentes morreram durante rebelião em uma unidade socioeducativa em Abreu e Lima, na região metropolitana do Recife. 34 conseguiram fugir. O grupo saiu por um buraco no muro perto de uma guarita que tem câmera de monitoramento. A unidade tem capacidade para 98 internos e abriga 174. A polícia militar apreendeu 11 furtivos. A direção da unidade afirmou que vai investigar a causa das mortes. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</i></p>

303	<p>Rocha Loures, ex-assessor da Presidência, é transferido para o presídio da Papuda O ex-assessor da Presidência da República, Rodrigo Rocha Loures, foi transferido hoje para o presídio da Papuda, 30 quilômetros de Brasília. Ele estava na Superintendência da Polícia Federal desde sábado. Segundo os advogados, o depoimento de Rocha Loures foi remarcado para sexta-feira. Antes a defesa quer ter acesso ao material completo da investigação. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
304	<p>Justiça Federal determina a transferência de Henrique Eduardo Alves para Brasília A Justiça Federal determinou a transferência do ex-deputado e ex-ministro Henrique Eduardo Alves de Natal para Brasília. Henrique Eduardo Alves foi preso na terça-feira suspeito de receber propina de empreiteiras investigadas na Lava Jato. Ele está detido na Academia de Polícia Militar de Natal, num quarto com ar condicionado e banheiro. Como não há refeitório, a comida é levada pelos advogados. O Departamento Penitenciário do Rio Grande do Norte alega que as cadeias do estado não têm cela para acusados com diploma universitário. A defesa do ex-ministro recorreu da decisão. Declarou que o pedido de transferência tem como objetivo a execução pública do cliente. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
305	<p>Fachin autoriza transferência de Rocha Loures da Papuda para a PF <i>Defesa citou 'ameaças diretas e indiretas à vida' de Rocha Loures. Geddel coloca sigilos bancário e fiscal e passaporte à disposição do STF.</i> O relator da Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, autorizou a transferência de Rodrigo Rocha Loures do presídio da Papuda para a Polícia Federal, em Brasília. A defesa alegou que Rodrigo Rocha Loures corria riscos na Papuda, presídio de Brasília para onde ele foi transferido semana passada. De acordo com o relator da Lava Jato no Supremo, ministro Luiz Edson Fachin, a defesa disse que havia notícias de "ameaças diretas e indiretas à vida" do ex-assessor do presidente Michel Temer. E que, na quinta-feira (8), o pai do ex-deputado teria recebido uma ligação de um conhecido da família que lhe avisou que Loures estava correndo risco de vida caso não concordasse com a delação. Os advogados disseram ainda que não seria de se ignorar que o interior de prisões é local "propício para se encaminhar um matador, um executor de sua execução". Com base nesses argumentos, a defesa de Loures pediu que ele fosse para prisão domiciliar, e que uma equipe da Polícia Federal fizesse a segurança dele e da família. O ministro Luiz Edson Fachin disse que, mesmo sem provas, os fatos são graves o suficiente para que sejam analisados pelo Ministério Público, e decidiu: Loures volta para a carceragem da Polícia Federal até decisão posterior. No início da noite desta terça-feira (13), a subsecretaria do sistema penitenciário informou que não houve nenhuma ocorrência de ameaça a Loures dentro do presídio. No mesmo inquérito que investiga Loures e Temer, a defesa de outro aliado do presidente também se manifestou, como antecipou o jornal "Folha de S.Paulo". O ex-ministro Geddel Vieira Lima comunicou ao Supremo que está disposto a falar se for chamado com mais antecedência. Geddel diz que há rumores de que ele seria o próximo alvo de uma operação, e resolveu se antecipar. Ele alega que não é necessário decretar medidas judiciais contra ele e coloca os sigilos bancário e fiscal e o passaporte à disposição do STF. Em mais uma frente dessas investigações, a perícia das conversas de Joesley Batista com Temer, que começou no fim de maio, entra em fase decisiva. Os peritos que analisam os diálogos e os gravadores vão trabalhar no feriado para fechar as últimas análises. Há uma expectativa interna de que esse laudo saia até quarta-feira (21), antes do fim do prazo de 30 dias, informado ao Supremo. Até agora, os peritos conseguiram recuperar trechos inaudíveis, ou seja, partes em que não era possível saber o que estava sendo dito; saber que o sistema do gravador era o "vox", um tipo de processamento que diferencia voz de outros ruídos; e, preliminarmente, detectar interrupções nos diálogos. Mas só o parecer final dirá, com certeza, se essas interrupções foram provocadas pelo gravador ou se há algum indício de edição de conteúdo. Segundo a nota da defesa do empresário Joesley Batista, ele está no Brasil desde domingo, e disse que estava fora para proteger sua família. Ele também negou a informação de que estivesse em Nova York, como chegou a ser noticiado. Disse que estava na China e fez uma proteção à família ao sair do país. O JN apurou que ele prestou depoimento na segunda-feira (12), na Procuradoria-Geral da República, em Brasília, na chamada Operação Bullish, que investiga um suposto favorecimento do BNDES à JBS em alguns empréstimos e operações financeiras. Isso porque ele foi ouvido quando prestou depoimento na Lava Jato, e na delação disse que passou dinheiro para os ex-presidentes Lula e Dilma, no total de US\$ 150 milhões, e há uma suspeita de que a origem desse dinheiro seja o BNDES. Por isso, a investigação da Lava Jato, no qual ele fez esse relato, também acaba cruzando caminho com essa Operação Bullish, por isso, o depoimento foi prestado na Procuradoria-Geral da República, no DF. Essa parte foi aberta exclusivamente sobre o repasse aos ex-presidentes. Esse depoimento foi uma iniciativa do procurador da República Ivan Cláudio Marx, na investigação sobre o suposto pagamento de propina da JBS aos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, do PT. Correção: O JN informou que o depoimento de Joesley Batista à Procuradoria da República, em Brasília, foi determinado pela Justiça. Na verdade, foi uma iniciativa do procurador da República Ivan Cláudio Marx, na investigação sobre o suposto pagamento de propina da JBS aos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, do PT. E segundo o delator Joesley Batista, as contas vinculadas aos ex-presidentes totalizavam 150 milhões de dólares, e não de reais, como o JN afirmou. O texto foi alterado. Pelos dois erros, o JN pede desculpas. Os ex-presidentes negam ter recebido qualquer valor da JBS.</p>
306	<p>Após uma semana na Papuda, Rocha Loures volta para carceragem da Polícia Federal Por ordem do Ministro Edson Fachin, do Supremo, o ex-assessor especial do presidente Michel Temer, Rodrigo Rocha Loures, foi transferido da Penitenciária da Papuda para a carceragem da Polícia Federal, em Brasília. A defesa alegou que Loures recebeu ameaças e corria risco de vida. Ele passou uma semana no presídio. A Subsecretaria do Sistema Penitenciário declarou que não houve nenhuma ocorrência de ameaça contra Rocha Loures na Papuda. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
307	<p>Justiça da Espanha autoriza extradição de advogado preso em Madri A justiça da Espanha autorizou a extradição do advogado Rodrigo Tacha Duran, ele foi preso em novembro do ano passado, em Madri, na trigésima sexta fase da operação Lava-Jato. O advogado é suspeito de ter trabalhado para o setor de propinas da Odebrecht, operando várias contas no exterior. Rodrigo alegou à justiça espanhola que correria risco de vida no Brasil e apelou à dupla nacionalidade para permanecer no país, mas os juízes rejeitaram os argumentos. A decisão ainda vai ser avaliada pelo governo espanhol. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
308	<p>Morre nos EUA estudante americano que ficou preso na Coreia do Norte <i>Em janeiro de 2016, ele foi preso por furtar um cartaz. Governo norte-coreano mandou rapaz de volta aos EUA em coma.</i> Morreu nesta segunda-feira (19) nos EUA um estudante americano que passou quase um ano e meio preso na Coreia do Norte. Otto Warmbier tinha 22 anos e morreu num hospital do estado de Ohio. Otto viajou para a Coreia do Norte a turismo e passou alguns dias lá. Em janeiro de 2016, ele foi preso por furtar um cartaz com propaganda da ditadura norte-coreana. Otto foi acusado de "ato hostil contra o regime", julgado pela Suprema Corte da Coreia do Norte e condenado a 15 anos de trabalhos forçados. Já fazia mais de um ano que as autoridades americanas não conseguiam notícia dele. Alguns dias atrás, a família recebeu informação de que Otto tinha contraído botulismo e entrado em coma depois de receber um remédio para dormir, e que já estaria em coma há mais de um ano. Na semana passada, Otto foi libertado pela Coreia do Norte e levado de volta aos EUA. Os médicos que o examinaram nos EUA disseram que ele tinha uma grande perda de tecido cerebral e que esse padrão de lesão normalmente é provocado por uma parada cardiorrespiratória - quando o cérebro fica por um período sem circulação suficiente de sangue. Otto abria os olhos, respirava sem necessidade de aparelhos, mas não se comunicava nem reagia a qualquer estímulo. A família declarou nesta segunda-feira que a feição de Otto mudou pouco depois que ele retornou aos EUA, que parecia em paz. Três americanos continuam presos na Coreia do Norte, país que usa o programa nuclear para tentar intimidar os EUA. O presidente Donald Trump lamentou a morte e disse que a Coreia do Norte é governada por um regime brutal.</p>
309	<p>Justiça concede prisão domiciliar a Roger Abdelmassih <i>O ex-médico Roger Abdelmassih ganhou direito a prisão domiciliar. Ele foi condenado a 181 anos de prisão por 48 estupros de 37 pacientes.</i> Roger Abdelmassih tem 73 anos e cumpria pena em um presídio em Tremembé, interior de São Paulo, desde agosto de 2014. Em março, a defesa do ex-médico pediu indulto humanitário, ou seja, perdão da pena por ele estar doente, mas a Justiça negou. Na época, a perícia médica revelou que ele tinha emagrecido, estava com aspecto depressivo, mas lúcido, com a memória preservada e coração em ritmo regular. Em abril, o quadro de saúde de Abdelmassih se agravou. Ele foi internado no dia 18 de maio num hospital particular em Tremembé, e até conversou com o repórter Valmir Salaro. Repórter: Tá passando mal, seu Roger? Abdelmassih: Como vai? Repórter: Tudo bem. E o senhor? O que aconteceu com o senhor? Abdelmassih: Tô com insuficiência cardíaca. O diagnóstico dos médicos lista oito doenças, muitas delas relacionadas a problemas do coração, como arritmia e hipertensão arterial, que podem causar infarto. A Justiça determinou que Roger Abdelmassih cumpra prisão domiciliar e que faça um tratamento em casa, já que o sistema prisional não tem condição de oferecer. Ele terá que fazer exames periódicos e provar que são autênticos. O ex-médico deve deixar o hospital na quinta-feira (22) de manhã, com uma tornozeleira eletrônica. E se o quadro de saúde dele melhorar, a Justiça já deixou claro: o ex-médico terá que voltar à prisão.</p>
310	<p>Andrea Neves, irmã do senador afastado Aécio Neves, do PSDB, saiu da cadeia em Belo Horizonte Depois de passar pelo IML, e pelo exame de corpo de delito, ela foi levada para o condomínio onde mora. Também ganharam direito à prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica, Frederico Pacheco, primo de Aécio, e Menderson Souza, que é ex-assessor do senador Zezé Perrela, do PMDB. O Ministério Público acusa Andrea de ter pedido dinheiro ao empresário Joesley Batista, em nome de Aécio. Menderson e Frederico teriam atuado como intermediários da suposta propina. Todos negam as acusações. Hoje o Ministro Marco Aurélio, do STF, mandou para a primeira instância da Justiça Federal em São Paulo, a investigação sobre Andrea, Frederico e Menderson. O ministro Marco Aurélio autorizou a abertura de uma nova investigação sobre Aécio Neves por lavagem de dinheiro. O inquérito vai apurar se Aécio tentou ocultar a origem de dois milhões de reais que teriam sido destinados a ele pelo empresário Joesley Batista. O Ministério Público afirma que era propina para que o senador tucano atuasse em favor da JBS. Aécio já havia sido denunciado por corrupção e obstrução de Justiça. A defesa do senador Aécio Neves afirmou que a investigação vai demonstrar que não se pode falar em lavagem de dinheiro ou em propina. Segundo a defesa, trata-se de dinheiro de origem lícita numa operação entre pessoas privadas que não envolveu recursos públicos ou qualquer contra partida. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
311	<p>Superintendência não tem condições de manter Rocha Loures por muito tempo, diz PF A Polícia Federal informou ao ministro Luiz Edson Fachin que a Superintendência do órgão no DF não tem condições de manter preso o ex-deputado Rodrigo Rocha Loures por muito tempo. Fachin tinha pedido que a Polícia Federal se manifestasse por escrito sobre um novo pedido de transferência do ex-deputado, que alega estar sofrendo tortura psicológica. A defesa argumentou que ele está numa cela sem banheiro, não tem banhos de sol diários, e não pode receber visitas nos fins de semana. Na semana passada, a defesa de Loures já tinha pedido prisão domiciliar, ou escolta dentro da Papuda, onde ele estava preso. Mas Fachin determinou a transferência para a Superintendência da Polícia Federal e pediu informações à PF. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>

312	<p>Ex-médico Roger Abdelmassih já está casa para cumprir prisão domiciliar O ex-médico Roger Abdelmassih já está na casa dele em São Paulo para cumprir prisão domiciliar. Abdelmassih chegou ontem à noite. Ele estava em um hospital do interior paulista com inflamação dos pulmões. A juíza Suely Armani, da Vara de Execuções Penais, concedeu a prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica. Abdelmassih tem 74 anos e foi condenado a 181 anos de prisão por estuprar pacientes na clínica dele de reprodução humana. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
313	<p>Ex-presidente e ex-dirigentes da CBDA deixam à prisão O ex-presidente da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, Coaracy Nunes e outros três ex-dirigentes da CBDA deixaram hoje a prisão. Mas aqui vai uma correção: ao contrário do que nós dissemos ontem, aqui no JN, eles não vão cumprir prisão domiciliar. Em liberdade condicionada, vão cumprir algumas medidas cautelares alternativas, como, por exemplo, a proibição de irem à sede da CBDA. Sobre o uso de tornozeleiras, a decisão da Justiça afirma que "eles serão monitorados eletronicamente quando possível". Coaracy Nunes e os ex-dirigentes são alvos da Polícia Federal na operação Águas Claras, que investiga desvios de dinheiro público repassados à CBDA. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
314	<p>Fachin, do Supremo, manda soltar Rocha Loures, ex-assessor de Temer Amanhã, sábado, o ex-assessor do presidente Michel Temer, Rodrigo Rocha Loures, vai poder sair da Superintendência da Polícia Federal, onde está preso, e voltar para casa usando tornozeleira eletrônica. A decisão é do Ministro Edson Fachin, do STF. Rocha Loures foi flagrado na saída de uma pizzaria, em São Paulo, correndo com uma mala de dinheiro. Inicialmente, ele ficou no presídio da Papuda, em Brasília. E logo nos primeiros dias, alegou que tinha sido ameaçado de morte. A defesa pediu que ele fosse transferido para a carceragem da polícia federal, também em Brasília, e foi atendida pelo ministro Fachin. Mas, em seguida, a defesa voltou a pedir a liberdade ou a transferência do preso para um batalhão da polícia militar ou mesmo para a Papuda, argumentando que Rocha Loures não tinha banho de sol, nem banheiro na cela, na polícia federal. Em resposta a esse pedido, o ministro Fachin decidiu hoje colocar Rocha Loures em recolhimento domiciliar. É uma medida cautelar, em que o preso só precisa ficar em casa durante as noites, os fins de semana e os feriados. Rodrigo Rocha Loures foi preso no dia 3 de junho, por determinação do relator da Lava-Jato no Supremo, ministro Luiz Edson Fachin. O ministro disse que considerou a influência de Loures, a gravidade dos crimes, e a possibilidade que ele viesse a cometê-los de novo. Ele foi filmado recebendo uma mala com 500 mil reais, propina da JBS, entregue no estacionamento de uma pizzaria, em São Paulo. Na decisão de hoje, Fachin lembrou que Loures, ex-assessor especial de Temer, foi denunciado junto com o presidente por corrupção passiva, e essa vinculação foi um dos argumentos usados para soltá-lo. Segundo Fachin, como a denúncia contra Temer tem que passar por um longo rito na Câmara, o ex-assessor de Temer não poderia ficar preso à espera dessa tramitação, porque casos de pessoas presas exigem urgência do judiciário. Na decisão, Fachin disse que somente após essa decisão do parlamento é que se analisará, de modo mais concreto, a situação processual do ora segregado. Além disso, Fachin disse também ter levado em conta para soltar Loures, a decisão da primeira turma do Supremo. Na semana passada, o colegiado concedeu prisão domiciliar para a irmã de Aécio Neves, Andrea Neves. "Nada obstante, a solução dada pela respeitável decisão colegiada, entendo que o atual momento processual vivenciado pelo então segregado, autoriza a adoção de providência semelhante, em homenagem ao tratamento isonômico, que deve inspirar a jurisdição." Apesar disso, sem entrar em detalhes, Fachin considerou que ainda persistem motivos que levaram Loures a ser preso, e impôs restrições ao ex-assessor presidencial. Rocha Loures terá que ficar em casa de segunda à sexta, entre oito da noite e seis da manhã. Nos fins de semana e feriados, ele não poderá sair de casa, usar tornozeleira eletrônica, não pode manter contato com investigados, réus ou testemunhas, entregar o passaporte, não deixar o país, e comparecer à Justiça para informar e justificar atividades quando for chamado. Em sua decisão, o ministro Fachin afirma que deu a Loures tratamento isonômico ao dado a Andrea Neves, irmã do senador Aécio Neves, mas na verdade Andrea está em prisão domiciliar, sem poder sair de casa, enquanto Loures poderá sair de casa durante o dia. A defesa de Rodrigo Rocha Loures disse agora há pouco que vai pedir ao STF que ele seja solto ainda hoje. Ele ainda não foi liberado porque Brasília está sem tornozeleira eletrônica e o equipamento só deve chegar amanhã de Goiânia. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
315	<p>Justiça manda ex-médico Roger Abdelmassih voltar para a cadeia <i>Ele foi liberado para cumprir pena em casa devido a problemas de saúde. Abdelmassih foi condenado a 181 anos de prisão por estupro de pacientes.</i> A Justiça de São Paulo determinou a volta do ex-médico Roger Abdelmassih para a cadeia. Ele foi condenado a 181 anos de prisão por estupro de pacientes, e há uma semana está cumprindo a pena em casa. Num prédio de luxo em São Paulo o homem condenado por estuprar 48 vezes 37 pacientes aguarda para voltar para cadeia. O ex-médico Roger Abdelmassih foi solto no fim da semana passado com tornozeleira eletrônica, depois de uma decisão de uma juíza de Vara de Execuções Penais. Abdelmassih, de 73 anos, cumpria 181 anos de prisão em um presídio de Tremembé, no interior de São Paulo, desde agosto de 2014. O ex-médico sofre de problemas relacionados a doenças do coração. Ele foi para a prisão domiciliar porque a juíza considerou que as condições de saúde pioraram e o sistema prisional não teria condições de oferecer tratamento adequado. Nesta sexta-feira (30), uma liminar do TJ-SP reformou a decisão. O desembargador que relatou o caso confirmou que Abdelmassih é portador de doença coronariana grave com recomendação de tratamento clínico, não havendo indicação da impossibilidade desse tratamento ser realizado no sistema prisional, que conta com hospital inclusive. Se não bastasse, os médicos do presídio relataram que Abdelmassih deixou propositalmente de medicar-se para criar uma situação que possibilitasse o afastamento do cárcere. O TJ-SP informou que a liminar será enviada para o fórum de Taubaté, no interior do estado, onde fica a vara responsável pela execução da pena. É lá que será emitido o mandado de prisão. Isso pode acontecer ainda este fim de semana. O JN não conseguiu contato com a defesa de Roger Abdelmassih.</p>
316	<p>Imagens mostram regalias em Bangu 8, no Rio, onde Cabral estava preso <i>Ex-governador circulava livremente pelo presídio e recebia encomendas. Em março, juiz de Vara de Execuções Penais mandou apreender imagens.</i> No último mês de março, o juiz Guilherme Schilling, da Vara de Execuções Penais do Rio, mandou apreender as imagens de câmeras de vigilância do presídio Pedrolino Werling de Oliveira, que é mais conhecido como Bangu 8. E comprovou que, para alguns dos presos, a vida era mais fácil do que para outros. O banho de sol e as atividades ao ar livre deveriam terminar às 12h30. Mas era comum levar o jogo para a prorrogação: a câmera mostra os presos jogando bola às 14h07. Entre os que aparecem circulando livremente pelo presídio está Sérgio Cabral. Na quadra, nos corredores, e até fora da área reservada aos presos, o ex-governador aparece tendo regalias que superam até mesmo as regras bem flexíveis de Bangu 8. Durante os seis meses em que esteve preso ali, Sérgio Cabral também recebia encomendas não permitidas. No dia 10 de março, às 10h28, três homens se aproximam do portão de Bangu 8. Eles entregam um pacote a um inspetor de camisa azul. Às 10h29, o inspetor entra na galeria com o embrulho e vai até um local que não tem câmeras. Um minuto depois quem surge do local carregando o embrulho é Sérgio Cabral. O ex-governador segue tranquilamente para a cela, e o inspetor volta já de mãos vazias. O contato tão frequente com o mundo lá fora permitia a chegada de notícias em tempo real. O dia 17 de março, por exemplo, parece ter sido o mais feliz de Sérgio Cabral desde que foi preso. Ele completava quatro meses em Bangu e, no corredor recebeu abraços, cumprimentos e o carinho dos companheiros de cela e de presídio. Tudo porque tinha chegado a notícia de que a ex-primeira-dama AdrianaANCELMO iria sair de Bangu para a prisão domiciliar. As visitas fora de hora eram rotina. Em 27 de fevereiro, às 21h06, as celas já estão fechadas e não há ninguém no corredor. Mesmo assim, um homem acompanhado de um inspetor vai até a cela onde estão Sérgio Cabral e outros presos da Operação Lava Jato. O homem entra na cela e fica sozinho com os presos. O JN apurou que esse não só é considerado um procedimento irregular, mas também um risco à segurança do presídio, já que os presos tinham sido contatados e conferidos para o período noturno. E quem era esse visitante? Essa informação chama ainda mais atenção. O homem era um agente da Sispem, o serviço de inteligência ligado diretamente ao secretário de Administração Penitenciária. O serviço não tem a missão de fiscalizar celas nem de acompanhar a rotina dos presos. As câmeras de Bangu 8 registraram outras visitas de agentes da Sispem, todas destinadas à mesma cela. Uma cena mostra um preso recebendo um produto diretamente no portão do presídio. O entregador ainda confere o dinheiro ali mesmo, nota por nota. Recebida a encomenda e feito o pagamento, no fim o preso informa: a saída é por ali. As imagens foram encaminhadas ao Ministério Público, que agora vai investigar todas as irregularidades gravadas pelas câmeras. No fim de maio, os 146 presos da unidade foram transferidos para a cadeia José Frederico marques, em Benfica. Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária, são presos com curso superior ou por não pagamento de pensão. Como não são de alta periculosidade, não precisam de todo o isolamento do complexo de Bangu. A Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio declarou que os presos estavam soltos porque iriam para o banho de sol. Sobre o lanche recebido pelo detento, afirmou que é da cantina da cadeia, que fica do lado de fora do presídio e que o entregador era um funcionário da lanchonete. O JN não conseguiu localizar a defesa de Sérgio Cabral.</p>
317	<p>Abdelmassih volta para cadeia depois de uma semana em prisão domiciliar <i>Um dos argumentos foi o antecedente da fuga. Abdelmassih foi condenado a 181 anos de prisão pelo estupro de 37 pacientes.</i> O ex-médico Roger Abdelmassih voltou, neste sábado (1), para o presídio onde cumpria pena no interior de São Paulo. Foi no banco de trás do carro da polícia que Roger Abdelmassih deixou o prédio onde passou a semana com a mulher e dois filhos em prisão domiciliar. Chegou pouco depois das 12h deste sábado (1) de volta ao presídio de Tremembé, no interior de São Paulo, onde cumpria pena desde 2014. Ele está na mesma cela que já dividia com três presos numa ala para condenados com problemas de saúde. O estado de saúde de Roger Abdelmassih ganhou os tribunais em outubro do ano passado quando a defesa pediu à justiça indulto humanitário alegando que ele tem graves problemas do coração. A juíza da vara de execuções penais de Taubaté não concedeu o perdão, mas sim a prisão domiciliar. O Ministério Público recorreu, o TJ aceitou os argumentos do promotor e determinou em liminar a volta do ex-médico para a cadeia. Um dos argumentos foi o antecedente da fuga. Em novembro de 2010, Abdelmassih foi condenado a 181 anos de prisão pelo estupro de 37 pacientes. O então especialista em reprodução humana dopava e se aproveitava da fragilidade das vítimas. Mesmo assim conseguiu um habeas corpus do ministro Gilmar Mendes para recorrer em liberdade. Depois disso sumiu. Só foi recapturado três anos e 7 meses depois no Paraguai onde levava uma vida de luxo com a mulher e os filhos. Além da gravidade dos crimes e da fuga, o promotor citou a possibilidade do ex-médico estar manipulando o uso dos medicamentos. Em março deste ano um cardiologista designado pela Justiça examinou Abdelmassih duas vezes. Na primeira, ele estava bem. 15 dias depois, piorou. "Tem um relato de um médico do presídio que ele contou pro médico que ele havia parado de tomar o diurético, é um dos medicamentos", conta Larantine Cunha Ferraz, cardiologista. Na decisão, o desembargador José Raul Gavião de Almeida argumentou que a prisão domiciliar para o preso com histórico de evasão só pode ser concedida em caso de absoluta necessidade. Lembrou que Abdelmassih tem condições de ser tratado no sistema prisional e que pode ter manipulado o uso de seus remédios. Os advogados do ex-médico vão recorrer.</p>

318	<p>Rodrigo Rocha Loures deixa a cadeia e vai para casa com tornozeleira <i>Ex-assessor de Temer estadia preso há quase um mês. Antes de ir para casa, Rocha Loures foi para Goiânia para colocar tornozeleira.</i> O ex-assessor do presidente Michel Temer e ex-deputado pelo PMDB, Rodrigo Rocha Loures, deixou, neste sábado (1), a superintendência da Polícia Federal, em Brasília. Ele estava preso há quase um mês. Antes de ir para casa, Rocha Loures esteve em Goiânia para colocar uma tornozeleira. Rodrigo Rocha Loures deixou a superintendência da Polícia Federal pouco depois das 10h. O ex-assessor de Michel Temer ficou 28 dias preso. Loures parece mais magro, está de barba e com cabelos mais grisalhos. Ele foi levado para Goiânia onde colocou uma tornozeleira eletrônica, porque em Brasília o equipamento está em falta. O uso da tornozeleira é uma das exigências do ministro Luiz Edson Fachin, do STF, que mandou libertar Rocha Loures. Por volta das 13h, o ex-assessor da Presidência saiu da Casa do Albergado, uma unidade do complexo prisional de Goiás, onde ficam os detentos em regime aberto, segurava um documento referente à instalação da tornozeleira e voltou para Brasília. Às 16h, sob escolta da Polícia Federal, ele chegou em casa para cumprir as medidas de recolhimento domiciliar determinadas pelo relator da Lava Jato no STF. As medidas restringem a circulação de Rocha Loures. De segunda a sexta, Loures pode sair durante o dia, mas tem que ficar em casa entre 20h e 6h. Nos fins de semana e feriados, ele não pode sair em horário nenhum. A superintendência-executiva de administração penitenciária do estado de Goiás, que cedeu a tornozeleira, vai ser a responsável pelo monitoramento do aparelho. De acordo com a superintendência, por causa de formalidades o equipamento não podia ser transferido automaticamente para Brasília. Por isso, Rocha Loures teve que ir para Goiânia. Rocha Loures foi preso no dia 3 de junho. No dia 28 de abril, numa ação controlada da Polícia Federal, ele foi filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil, propina da JBS, entregue no estacionamento de uma pizzaria em São Paulo. Na decisão em que mandou substituir a prisão preventiva de Rocha Loures pelo recolhimento domiciliar, Fachin lembrou que o ex-assessor de Michel Temer foi denunciado junto com o presidente por corrupção passiva. Essa vinculação foi um dos argumentos usados para soltá-lo. Segundo Fachin, como a denúncia contra o presidente ainda tem que passar por um longo rito na Câmara, Rocha Loures não poderia ficar preso à espera dessa tramitação, porque casos de pessoas presas exigem urgência do Judiciário.</p>
319	<p>Em pedido de prisão, procurador chama Geddel de 'criminoso em série' <i>Ele está preso na Papuda, na ala de presos com nível superior. Geddel Vieira Lima era um dos ministros mais próximos de Temer.</i> O ex-ministro Geddel Vieira Lima já está no presídio da Papuda, em Brasília. No pedido de prisão, a Procuradoria da República afirmou que ele é um criminoso em série. Preso em Salvador, o ex-ministro Geddel Vieira Lima chegou a Brasília na madrugada desta terça-feira (4). Ele foi filmado pela equipe do JN ainda no hangar da Polícia Federal, no aeroporto, carregando a própria mala. Na entrada da Superintendência da PF, onde passou a primeira noite numa cela, Geddel escondeu o rosto. À tarde, ele foi transferido para a penitenciária da Papuda. Por precaução, a Secretaria de Segurança Pública do DF decidiu colocar Geddel em uma ala diferente de onde está o doleiro Lúcio Bolonha Funaro. Geddel vai ficar na ala dos presos que têm nível superior, numa cela junto com outros 9 presos. Funaro segue na ala dos vulneráveis, que recebeu condenados do mensalão. A medida foi tomada porque Funaro disse que Geddel procurou várias vezes a mulher dele para sondar se o doleiro faria delação premiada. Esse fato - considerado gravíssimo pelo juiz Vallisney de Oliveira - é um dos principais motivos da prisão do ex-ministro. No pedido de prisão, a Procuradoria afirmou que a prisão de Geddel serve para "preservar a ordem pública, em um quadro de corrupção sistêmica e de reiteração delitiva". E que "além de prevenir o envolvimento de Geddel em outros esquemas criminosos, também terá o salutar efeito de impedir ou dificultar novas condutas criminosas". O Ministério Público também disse que há indícios de participação de Geddel em diversos outros esquemas criminosos semelhantes ao da situação analisada, investigados em outras operações da Polícia Federal. E que "Geddel se adequa à figura do 'criminoso em série', ou seja, criminoso habitual que faz de uma dada espécie de crime (neste caso, crimes financeiros e contra a administração pública) sua própria carreira profissional". Geddel Vieira Lima era um dos ministros mais próximos do presidente Michel Temer. Saiu do governo em novembro de 2016, quando foi acusado pelo ex-ministro da Cultura Marcelo Calero de tê-lo pressionado para liberar uma obra, na Barra, em Salvador. Geddel é dono de um apartamento no projeto. Além de Geddel, outros ex-auxiliares de Temer já foram presos. Henrique Eduardo Alves, ex-ministro do Turismo está na prisão desde junho. O ex-deputado Rodrigo Rocha Loures e o ex-vice-governador do DF Tadeu Filipelli já estão em liberdade. Ambos são ex-assessores do presidente. Outros dois aliados de Temer: o atual ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, são investigados em inquéritos no Supremo. Integrante dessa ala de políticos do PMDB, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha está preso em Curitiba. Geddel não prestou depoimento desde que foi preso. O celular de Geddel foi apreendido e vai passar por uma perícia. O objetivo é confirmar o teor das mensagens trocadas com o doleiro Lúcio Funaro e outros investigados. Resposta: A defesa de Geddel Vieira Lima afirmou que a prisão foi uma medida desnecessária, que não há qualquer elemento novo de prova e que vai recorrer. Todos os outros citados já afirmaram que não cometeram qualquer crime.</p>
320	<p>Ex-médico Roger Abdelmassih volta a cumprir pena em casa <i>Ele foi condenado a 181 anos de prisão por estuprar pacientes. MP quer volta a regime fechado; defesa pede perdão da pena.</i> O STJ autorizou o ex-médico Roger Abdelmassih a voltar a cumprir a pena em casa. Ele foi condenado a 181 anos de prisão por 48 estupros de 37 pacientes. Em 13 dias, a forma que Roger Abdelmassih cumpre a pena já mudou três vezes. No dia 21 de junho, a Justiça de Taubaté, no interior do estado, decidiu que ele deveria ficar em regime de prisão domiciliar. O ex-médico estava internado num hospital e de lá foi levado para o apartamento da família, em São Paulo. Na sexta-feira (30), o TJ aceitou os argumentos do Ministério Público e cassou o direito dele de ficar em casa. Os policiais foram até o apartamento e, no sábado (1º), Roger voltou para o presídio, em Tremembé. O regime fechado durou três dias. Nesta terça-feira (4), outra reviravolta. Roger vai ficar preso em casa. O STJ ainda não decidiu de vez como Roger vai cumprir a pena. O Ministério Público tinha pedido que o ex-médico voltasse para o presídio por meio de um mandado de segurança. A ministra Laurita Vaz, presidente do STJ, considerou um erro o recurso usado pelo MP. Ela concedeu uma liminar para que Abdelmassih cumpra prisão domiciliar, enquanto o TJ-SP não julgar definitivamente o pedido dos promotores para que ele fique em regime fechado. O Ministério Público queria acelerar esse julgamento. "O mandado de segurança se presta, justamente, a dar mais celeridade a esse julgamento, para que o réu não fique em casa, como no caso concreto, cerca de seis meses a um ano, com possibilidade de fuga, o que faria que a punição por parte do estado fosse prejudicada", disse o promotor Marcelo Negrini. Assim que deixar o presídio, o ex-médico deverá voltar para o prédio, em São Paulo, onde ele ficou na semana passada. Ele só poderá sair para tratamento médico. A defesa quer mais que isso. Quer o perdão da pena. "Ele não tem condição hoje de se automedicar, ele necessita do suporte de terceiros assim como realizar atividades cotidianas. Ele tem muita dificuldade de fazer a barba, de fazer a higiene pessoal, a situação dele é calamitosa. Por isso que nós insistimos que o caso é muito além de uma concessão de domicílio. É caso de indulto humanitário porque em 2016 ele já preenchia os requisitos legais que, no fundo, são os mesmos da prisão domiciliar", disse o advogado Antônio Celso Fraga. Abdelmassih foi condenado a 181 anos de prisão por 48 estupros de 37 pacientes. O ex-médico de 73 anos será monitorado por uma tornozeleira eletrônica. Uma das vítimas não concorda. "A nossa vida volta a ser uma vida de desespero, de sentimentos confusos, de dor que renasce na gente. Eu acho injusto porque, para mim, na minha opinião esse homem deveria ficar na cadeia até o fim", disse a artista plástica Sílvia Franco. Roger Abdelmassih deixou o presídio de Tremembé por volta das 21h, numa ambulância, a caminho de São Paulo, onde mora.</p>
321	<p>MP de Goiás investiga se Rocha Loures teve privilégios para conseguir tornozeleira O Ministério Público de Goiás vai apurar se o ex-assessor de Temer, Rodrigo Rocha Loures, foi privilegiado ao receber tornozeleira eletrônica no último sábado. Rocha Loures foi flagrado recebendo uma mala com 500 mil reais de propina da JBS. Ele mora em Brasília e viajou até Goiânia para receber a tornozeleira, menos de 24 horas depois do ministro do Supremo Edson Fachin anunciar a decisão de soltá-lo. Segundo os promotores, 4 mil presos de Goiás aguardam o equipamento para poder cumprir pena fora da cadeia. A Secretaria de Segurança Pública de Goiás nega qualquer privilégio à Rocha Loures, afirma que o Estado tem o equipamento disponível e que Goiás e o DF trabalham em parceria em diversas circunstâncias. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
322	<p>Líder da oposição na Venezuela vai para prisão domiciliar <i>Leopoldo López passou três anos na prisão. Há relatos de que ele foi torturado e viveu em condições insalubres na cadeia.</i> Um dos principais líderes da Venezuela voltou para casa depois de passar três anos preso. Leopoldo López comemorou a decisão da Justiça abraçada com os filhos. Ele vai cumprir prisão domiciliar devido a problemas de saúde. Há relatos de que López foi torturado e viveu em condições insalubres na prisão. López foi condenado a mais de 13 anos de cadeia acusado de incitar a violência durante os protestos contra o presidente venezuelano, Nicolás Maduro.</p>
323	<p>Polícia do Rio descobre que presos ordenam brigas entre torcidas <i>Gravação interceptada mostra preso dando ordens de ataque entre torcidas. Partida do sábado (8) entre Flamengo e Vasco terminou em brigas e morte.</i> A Polícia Civil do RJ descobriu que ordens para brigas entre torcidas nos estádios de futebol partem de dentro dos presídios. "Convoca a tropa, só os melhor. Tô agarrado aqui, mas nada mudou, mano. Sábado é o dia do confronto, é o dia do caô. Separa as madeiras, as barras de ferro pra cima deles", disse o preso. A gravação foi feita dentro de uma cadeia, na Baixada Fluminense. O homem que dá as ordens e planeja uma briga de torcidas é Vitor Portêncio da Silva, conhecido como "Gringo". Ele está preso há mais de três meses, acusado de participação no assassinato brutal de um torcedor do Botafogo. Diego Silva dos Santos, de 28 anos, foi espancado e morto a golpes de espeto de churrasco, em fevereiro, do lado de fora do Engenho, no Rio. "Ele teve uma participação direta na morte do Diego, uma vez que ele foi um dos líderes daquele bando que atacou a vítima e socou a vítima diversas vezes com ela já caída no chão, facilitando com que o outro investigado, o Rogério, espetasse-a com 5 golpes de espeto de churrasco no peito", explicou o delegado Daniel Rosa. A GloboNews teve acesso, com exclusividade, aos áudios gravados pelo detento. Esses áudios foram enviados por uma rede social de uma torcida organizada do Flamengo, na véspera do jogo entre Flamengo e Vasco, sábado (8), em São Januário. A partida terminou em confusão e o quebra-quebra dentro e fora do estádio. Um torcedor morreu com um tiro no peito. "É pra ir pra cima, botar aquele carro 5 da manhã e arrebentar logo quando for comprar café da manhã, igual a gente sempre fazia", disse. "Gringo" e outros 7 integrantes da Torcida Jovem do Flamengo foram denunciados pelo Ministério Público pelo assassinato do torcedor do Botafogo. Depois de ouvir os áudios, a promotora deve pedir a transferência de "Gringo" para um presídio de segurança máxima. "Dentro da prisão cautelar, podemos pedir agravamento das condições, transferência para Bangu 1, talvez até um regime disciplinar diferenciado dentro de Bangu 1", disse o delegado. A Secretaria de Administração Penitenciária do Rio disse que fez vistorias na segunda-feira (10) e no domingo (9) na cadeia onde está preso Vitor Portêncio da Silva, o "Gringo", e que apreendeu 5 celulares, além de drogas. A secretaria informou também que vai abrir uma sindicância. O JN não conseguiu contato com a defesa de Vitor Portêncio da Silva.</p>
324	<p>Desembargador transfere Geddel Vieira Lima para prisão domiciliar com tornozeleira O desembargador Ney Belo do TRF da 1ª Região decidiu transferir o ex-ministro Geddel Vieira Lima para prisão domiciliar com tornozeleira. O desembargador disse que não há indícios de que Geddel estaria atropelando as investigações, nem provas de que ele tenha ameaçado a mulher do doleiro Lúcio Funaro. Geddel foi preso há 9 dias, suspeito de tentar atrapalhar investigações de fraude na liberação de crédito da Caixa. Ainda não se sabe quando ele vai deixar o presídio da Papuda em Brasília. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>

325	<p>Homem bate em carro de PM, vai preso e aparece morto em cela no DF <i>Motorista da Caixa foi encontrado enforcado com a camisa que usava. Polícia diz que foi suicídio; advogado da família não pôde ver a perícia.</i> A Corregedoria da Polícia Civil do DF investiga a morte de um homem dentro de uma delegacia. Ele tinha sido preso depois de bater no carro de um policial militar. Luiz Cláudio Rodrigues completaria neste sábado (15) 49 anos. A família havia preparado um almoço para comemorar a data. O acidente foi numa cidade há 30 quilômetros de Brasília. Luiz Cláudio, que é motorista de carreira da presidência da Caixa Econômica Federal, bateu no carro de um policial militar, que estava de folga. O PM chamou a polícia. Luiz Cláudio foi levado para a delegacia. Lá, a polícia diz que ele fez de livre e espontânea vontade o exame do bafômetro, que atestou que estaria bêbado. Luiz Cláudio foi preso. Três horas depois, foi encontrado morto dentro da cela, enforcado com a camisa polo que usava. A polícia afirma que foi suicídio. A família só soube da morte depois que pagou a fiança de R\$ 1.200 para soltar Luiz Cláudio. "A gente não sabe ao certo o que aconteceu. A gente foi efetuar o pagamento da fiança e lá ficamos sabendo que ele veio a óbito" contou Eduardo Feitoza, primo de Luiz Cláudio. O advogado da família disse que pediu para ir à cela acompanhar a perícia. Não foi autorizado. "A família não acredita que ele fosse capaz de ceifar a própria vida porque ele tinha muitos projetos, muitos planos", afirmou Paulo César Machado. A Secretaria de Segurança do DF se limitou a dizer que está investigando o caso. Não divulgou o nome do PM envolvido no acidente de trânsito, não confirmou as circunstâncias em que Luiz Cláudio foi levado para a delegacia nem informou detalhes da autópsia no corpo de Luiz Cláudio que teria atestado morte por asfixia. O resultado oficial da perícia só fica pronto em 30 dias.</p>
326	<p>Condenada pela morte de Isabella Nardoni vai a regime semiaberto Vai passar para o regime semi-aberto, em São Paulo, a mulher condenada pelo assassinato da menina Isabella Nardoni, que era enteada dela. Ana Carolina Jatobá está presa em Tremembé, no interior de São Paulo, há 9 anos, agora poderá sair para trabalhar, contanto que volte para dormir na prisão. Ela também terá direito a 5 saídas temporárias por ano. Ana Jatobá foi condenada a 26 anos e 8 meses de prisão pelo assassinato da menina Isabella Nardoni, de 5 anos, que era enteada dela. Isabella foi jogada do sexto andar do prédio onde o pai morava, em março de 2008. O pai dela Alexandre Nardoni e a madrasta Ana Jatobá foram considerados culpados e condenados por homicídio. Agora a juíza da Vara de Execuções Criminais de Taubaté Sueli Zeraik considerou que Jatobá preencheu os requisitos da lei para a progressão de pena, como bom comportamento. Disse ainda que ela foi submetida a um exame criminológico feito por uma comissão que atestou que a possibilidade de reincidência é nula atualmente, embora ela não reconheça a culpa. O Ministério Público disse que por causa desse laudo concordou com o pedido de progressão de pena feito pelos advogados de Ana Jatobá. "Concordamos com base no laudo criminológico suscrito por psiquiatra, por um assistente social e por um psicólogo, todos se posicionando amplamente favoráveis à promoção prisional". Ana Carolina Oliveira, mãe da menina Isabella, falou ao G1, portal de notícias da Globo, contou que está arrasada e chocada. Disse que ninguém que cometeu um crime como esse pode ficar tão pouco tempo presa em regime fechado. A próxima saída temporária para os presos que tem direito será no mês que vem, no dia dos pais, mas por lei, Ana Jatobá não deve sair, porque precisa passar por um período de adaptação. "A rigor ela tem que aguardar 30 dias, a partir de agora, para usufruir da primeira saída temporária atinente ao regime prisional semi-aberto". (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
327	<p>Marcos Valério é transferido para instituição onde presos ficam soltos <i>Condenado no mensalão do PT, ele estava numa penitenciária de segurança máxima.</i> Marcos Valério, condenado no Mensalão do PT, foi transferido de uma penitenciária de segurança máxima para a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de 7 Lagoas, em Minas, onde os presos ficam soltos no pavilhão e tomam conta das chaves das celas. Marcos Valério cumpre pena de 37 anos e 5 meses. Em abril deste ano, a Justiça Federal do RJ o condenou a mais 18 anos por corrupção ativa e formação de quadrilha. Ele ainda é réu em ação penal do Mensalão tucano de Minas. De acordo com o TJ de Minas Gerais, a transferência de Marcos Valério atendeu a um pedido da Polícia Federal para concluir um processo ou procedimento de colaboração premiada que está sendo analisado pelo STF. Já o STF declarou que não confirma se há procedimento de colaboração em andamento. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
328	<p>Ídolo polêmico do futebol americano, O.J. Simpson deixa a cadeia <i>O.J. ganhou liberdade condicional após cumprir 9 anos de prisão. Inocentado pela morte de ex-mulher, ele acabou condenado por roubo.</i> Um dos maiores e mais polêmicos astros do esporte americano ganhou liberdade condicional nesta quinta-feira (20), depois de mais de 9 anos na cadeia. Baixando a cabeça e agradecendo, O.J. Simpson reagiu aliviado com a decisão favorável da Justiça americana. Ele foi ator de cinema e um dos jogadores mais bem pagos do futebol americano. Até hoje detém recordes no esporte. Orenthal James Simpson, mais conhecido pelas iniciais O. J., era um ídolo dos americanos até junho de 1994, quando foi preso como suspeito pelo assassinato da ex-mulher dele Nicole Brown, e de um amigo dela, Ron Goldman. O julgamento, que acabou inocentando O.J. Simpson pelo duplo assassinato, mobilizou a opinião pública nos EUA nos anos 1990. As famílias das vítimas processaram O.J. na corte civil e ele foi obrigado a pagar US\$ 25 milhões de indenização. Em 2008, O.J. Foi condenado a 33 anos de prisão por roubar objetos de um hotel em Las Vegas. Nesta quinta, com 70 anos, o ex-jogador foi ouvido da prisão onde cumpre a pena. Numa sessão televisada ao vivo em diversos canais do país, o comitê do estado de Nevada decidiu por unanimidade que ele deveria ser solto. O.J. Simpson vai ser libertado no dia 1º de outubro e se mudará para a Flórida. Mas para as famílias de Nicole Brown e Ron Goldman, o assassinato dos dois continua a ser um crime para o qual não se fez justiça.</p>
329	<p>AGU recorre contra autorização de visita íntima para 68 presos <i>Benefício está suspenso desde maio nos presídios federais. Especialista diz que a proibição dessas visitas é válida em casos excepcionais.</i> A Advocacia-Geral da União recorreu à Justiça Federal para tentar barrar uma decisão que autorizou a visita íntima pra um grupo de 68 presos. O benefício estava suspenso desde maio nos presídios federais. O vai e vem da justiça, proibindo e liberando as visitas íntimas a presos perigosos, ocorre num momento de crise no sistema penitenciário brasileiro. Os traficantes mais perigosos do país estão em presídios chamados de segurança máxima, com vigilância maior. Mas isso não tem impedido que eles ordenem ações criminosas. Em maio, a psicóloga Melissa de Almeida Araújo, que trabalhava no presídio de Catanduvas foi assassinada a tiros de fuzil numa emboscada em Cascavel, no Paraná. A polícia diz que o crime foi uma retaliação de uma facção criminosa, insatisfeita com a prisão de seus integrantes. Outros dois agentes do sistema federal já tinham sido mortos nos últimos meses: um em Catanduvas e outro em Mossoró. As três mortes levaram o Departamento Penitenciário Nacional a adotar uma medida rigorosa. No dia 29 de maio, o Depen proibiu visitas íntimas em quatro presídios: Porto Velho, Campo Grande, Mossoró, no Rio Grande do Norte, e Catanduvas, no Paraná. A medida valia por 30 dias e foi prorrogada por mais 30 em junho para preservar a vida, a integridade física e a segurança de agentes penitenciários. A defesa do traficante Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, condenado por dois assassinatos, recorreu. Ele está no presídio de Mossoró. O juiz Marcus Vinicius Reis Bastos, da 12ª Vara Federal de Brasília, autorizou as visitas a Marcinho VP. Em seguida, estendeu a medida a outros 68 presos, a maioria traficantes do RJ. Entre eles, estão Elias Maluco, responsável pelo assassinato do jornalista Tim Lopes e que também está no presídio de Mossoró; Fabiano Atanásio da Silva, o FB; preso em Campo Grande; e Marcelo Santos das Dores, o Menor P, chefe do tráfico da Favela da Maré, no Rio, que está preso em Catanduvas. O desembargador Cândido Ribeiro, do Tribunal Federal da Primeira Região, com sede em Brasília, atendeu a um pedido da Advocacia Geral da União, e Marcinho VP voltou a ser proibido de receber as visitas íntimas. Mas os outros 68 presos continuam com o benefício. Na sexta-feira (21), a Advocacia Geral da União entrou com novo recurso, pedindo que a decisão aplicada a Marcinho VP se estenda aos outros beneficiários das quatro penitenciárias federais. O especialista em segurança pública Fernando Veloso diz que a proibição dessas visitas é válida em casos excepcionais. "Não há direito nenhum absoluto. Então, ele é um direito, mas ele deve ser restrito na medida que ele coloca em risco outros direitos. No caso de chefes de organizações criminosas, pessoas ligadas a organizações criminosas, fica mais perceber que esse direito não deve ser concedido em uma forma tão ampla ou tão fácil. É fácil perceber que essas pessoas vão tentar usar a visita íntima como uma forma de continuar passando mensagens, administrando suas organizações criminosas. Então é fácil a gente perceber que esse direito deve ser restrito", afirma.</p>
330	<p>Filho de desembargadora preso por tráfico de drogas é solto no MS <i>TJ trocou cadeia por internação em clínica psiquiátrica. Defesa alega que filho de magistrada tem síndrome de borderline.</i> A Justiça de Mato Grosso do Sul mandou tirar da cadeia e internar numa clínica psiquiátrica um homem que foi preso por tráfico de drogas e de armas. E que é filho de uma desembargadora. Breno Fernando Solo Borges, de 37 anos, ficou pouco mais de três meses preso numa penitenciária em Três Lagoas. De acordo com informações obtidas pelo JN, ele está em uma clínica em Campo Grande. Ele foi detido em abril com 130 quilos de maconha, centenas de munições de fuzil e uma pistola 9 milímetros. Breno é filho da desembargadora Tânia Garcia, presidente do Tribunal Regional Eleitoral e integrante do TJ de Mato Grosso do Sul. A saída do presídio aconteceu depois de dois habeas corpus. A defesa alega que Breno sofre de síndrome de borderline, uma doença psiquiátrica, e que por isso não seria responsável por seus atos. A desembargadora entrou com processo de interdição do filho, e se se apresentou como responsável por ele. Depois pediu a transferência para uma clínica psiquiátrica. Os advogados da família apresentaram dois laudos médicos. Na primeira instância o juiz Idail de Toni Filho negou habeas corpus, depois de consultar a direção do presídio e descobrir que a instituição tem tratamento psiquiátrico aos internos. Nem Breno nem a família tinham comunicado anteriormente a doença. A defesa recorreu ao TJ e um colega de Tânia Garcia, o desembargador Ruy Celso Barbosa Florence, determinou que ele fosse transferido da prisão para uma clínica no estado. Mas outro mandado de prisão pegou os advogados de surpresa. Breno também é investigado também pela Polícia Federal pela participação no plano de fuga de um chefe do tráfico de drogas. Ele seria resgatado por homens armados na saída da penitenciária para fazer um exame médico. Novamente os advogados recorreram, e o pedido caiu nas mãos de outro desembargador. José Ale Ahmad Netto deu novo habeas corpus, e ainda criticou a decisão do juiz de primeira instância, afirmando que ele havia "implicando obstáculo indevido ao direito do paciente, que necessita de imediata submissão a tratamento de saúde". Breno já tinha sido preso antes, no carnaval, com uma pistola, e responde processo por porte ilegal de arma. Um psiquiatra afirma síndrome de borderline não compromete a capacidade de entendimento do paciente. "Difícilmente são pessoas que vão chegar a um crime. É um paciente que conhece e sabe a diferença entre o certo e o errado e, muitas vezes, ele consegue se determinar de acordo com esse conhecimento", disse. A desembargadora Tânia Garcia, mãe de Breno, não quis se pronunciar.</p>
331	<p>Presos de Centro de Detenção Provisória em SP ateiam fogo em colchões Presos de um centro de detenção provisória se rebelaram hoje em São Paulo. Eles atearam fogo em colchões, roupas e plástico. O fogo foi controlado e os detentos levados para um dos pátios. O chamado Cadeião de Pinheiros abriga detentos sem condenação e está superlotado. A capacidade para 521 detentos provisórios mas quase 1400 estão lá dentro. A Secretaria de Administração Penitenciária declarou que está construindo 15 presídios e participando de audiências de custódia para reduzir o número de pessoas incluídas no sistema prisional. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>

332	<p>Moro faz defesa enfática da prisão de condenados em 2ª instância O juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato em Curitiba, voltou a defender neste sábado (26) a possibilidade de um condenado ir para a cadeia logo depois da decisão na segunda instância da Justiça. Segundo o juiz, esta é uma das principais medidas adotadas pelo país para combater a corrupção. O juiz Sérgio Moro participou de um congresso neste sábado (26) em São Paulo sobre estudos criminais e aproveitou para dar um recado sobre a prisão de condenados em segunda instância. Esta semana o assunto voltou à tona depois que o ministro Gilmar Mendes, do STF, deu um habeas corpus a um homem condenado em segunda instância que pediu para recorrer em liberdade. No voto, o ministro disse que deve mudar seu próprio entendimento sobre o julgamento do Supremo para garantir que os acusados possam aguardar em liberdade a resposta dos recursos. Na palestra deste sábado, o juiz Sérgio Moro considerou a possibilidade como um desastre. Disse que a prisão logo depois de condenação em segunda instância é hoje uma das principais medidas de combate a corrupção. "Há uma crença que talvez tenha chegado ao fim o tempo da impunidade dos barões da corrupção, mas para que esse tempo realmente chegue ao fim, nós precisamos não só de bons casos concretos, mas nós precisamos também de alterações mais gerais no nosso sistema jurídico. Para que o Brasil, no entanto, possa eliminar esses quadros de corrupção sistêmica, é preciso dar passos firmes em reformas e uma delas, essencial, é não retroceder", diz o juiz. O juiz Sérgio Moro está preocupado porque o STF pode analisar novamente a questão. Não há previsão de data para isso. O primeiro julgamento foi há um ano e meio, quando o STF deu aval a esse tipo de prisão. Foi em 17 de fevereiro de 2016, que o Supremo admitiu pela primeira vez ao julgar um habeas corpus, que um condenado em segunda instância poderia recorrer, mas na cadeia. Na época, o placar ficou em 7 a 4. Na segunda votação do Supremo, a decisão passou a ser vinculante, ou seja, seguida pelas instâncias inferiores. Só que o placar foi mais apertado seis a quatro. A ministra Rosa Weber não participou. Neste sábado (26), o ministro Gilmar Mendes não quis se manifestar, mas sua assessoria voltou a divulgar o voto em que ele enfatizou que a prisão em segunda instância é permitida, mas não obrigatória. E que a mudança seria para garantir que os acusados possam aguardar em liberdade a resposta do STJ, a chamada terceira instância. O ministro Luiz Fux tem entendimento contrário. Ele votou a favor da prisão depois da segunda instância e disse que deve manter seu voto. Segundo Fux, essa decisão garante direitos fundamentais para a sociedade. "Quando o processo chega no STF, o réu já foi denunciado, o réu já foi condenado em primeira instância, o réu já foi condenado pelo Tribunal. De sorte que não entra na cabeça de ninguém que o réu possa chegar no Supremo presumidamente inocente. É uma regra que ninguém absolutamente entende. Digamos assim, não está de acordo com o sentimento constitucional do povo e acaba acarretando no descrédito do Poder Judiciário. E sem crença na Justiça não há paz social", afirma o ministro Luiz Fux. O jurista Modesto Carvalhos reforça a defesa da prisão depois do julgamento em segunda instância: "Em nenhum país democrático existe terceira instância e quarta instância para a condenação de réus condenados em matéria penal. Portanto, a condenação em segunda instância, ainda que provisória, ela tem que ser uma medida necessária para a segurança da própria sociedade. Sob pena de nós termos todos os condenados que sejam brancos e ricos jamais cumprirem pena nenhuma, como acontecia no Brasil antes da Lava Jato".</p>
333	<p>AGU recorre de liberação de visitas íntimas em presídios federais <i>Proibição tinha começado em maio após morte de três agentes. Mas juiz liberou as visitas íntimas nas quatro penitenciárias federais</i> A Advocacia-Geral da União recorreu nesta quinta-feira (27) da decisão do juiz federal Marcus Vinicius Reis Bastos, que liberou as visitas íntimas nas quatro penitenciárias federais. Para o governo, é uma questão de segurança. Em maio, depois que três funcionários de penitenciárias foram mortos, o Depen, Departamento Penitenciário Nacional, proibiu as visitas íntimas aos 561 presos do sistema penitenciário federal. O Depen diz que os crimes foram encomendados durante as visitas íntimas. "O nosso sistema não estava atendendo à demanda inicial que era o isolamento dos líderes das facções criminosas, através desses familiares eles continuavam suas ações criminosas mesmo extramuros", diz a representante do Sindicato de Agentes em Execução Penal, Daniela Rodrigues. As quatro unidades de segurança máxima ficam em Porto Velho, Campo Grande, Mossoró, no Rio Grande do Norte, e Catanduvas, no Paraná. O Depen, Departamento Penitenciário Nacional, passou a permitir só visitas pelo parlatório quando o visitante só fala com o preso por telefone, através de um vidro. Mas o juiz Marcos Vinicius Reis Bastos restabeleceu o direito a visitas para o traficante Marcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, que está preso em Mossoró, e estendeu a decisão a outros 68 presos, que fizeram o mesmo pedido. Entre eles, traficantes perigosos, como Elias Maluco, condenado pela morte do jornalista Tim Lopes, e Marcelo Santos das Dores, o "Menor P", chefe do tráfico da favela da Maré, no Rio. Na semana passada, o desembargador Cândido Ribeiro, do TRF da 1ª Região, voltou a proibir as visitas a Marcinho VP, e a Advocacia-Geral da União entrou com um recurso pedindo que a proibição fosse estendida aos outros presos que também ganharam o benefício. O recurso foi atendido. Mas na terça-feira (25), saiu essa outra decisão do juiz Marcus Vinicius, suspendendo a portaria que proibia as visitas. O juiz proibiu também a renovação da medida. A decisão atendeu a um mandado de segurança feito pelo Instituto Anjos da Liberdade. Nesta quinta, o ministro da Justiça lembrou que a medida foi adotada depois que investigações revelaram que o traficante Fernandinho Beira-Mar comandava uma rede criminosa por meio de bilhetes repassados à namorada de um vizinho de cela durante as visitas íntimas. "É questão de segurança a todos os serviços de fiscalização. Foi feita uma ameaça de execução de agentes penitenciários, uma psicóloga foi executada em casa depois que deu parecer contrário à progressão de pena de um detento, de modo que todos esses fatos é que levaram a essa conclusão de segurança. Conclusão de segurança que tem o apoio de 100% dos agentes penitenciários", afirma o ministro da Justiça, Torquato Jardim. No pedido desta quinta, a Advocacia-Geral da União entende que o risco aos agentes continua e lembra que a lei permite a suspensão temporária por razões de segurança que a justifiquem. Correção: Na quinta-feira (27), o JN cometeu um erro de identificação na reportagem sobre visitas íntimas nos presídios federais. Ao nos referirmos a Marcinho VP, mostramos imagens de um outro traficante, que tinha o mesmo apelido, e morreu em 2003. O Marcinho VP que está preso na penitenciária federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, é o que aparece no final do vídeo.</p>
334	<p>Em prisão domiciliar, ex-ministro Geddel Vieira Lima não é monitorado O ex-ministro Geddel Vieira Lima não está sendo monitorado na prisão domiciliar que cumpre em Salvador. Geddel deixou o presídio da Papuda, em Brasília, há quase duas semanas. Ele deveria estar usando uma tornozeleira eletrônica ou sendo acompanhado pela Polícia Federal porque não pode se deslocar nem ter contato com outros investigados, mas a Bahia não tem tornozeleiras. A Polícia Federal declarou que não recebeu nenhuma intimação da Justiça Federal sobre o assunto e que sem isso não pode fazer nada. Já a Justiça Federal afirma que determinou à 10ª Vara Federal de 1ª instância que tomasse as medidas que entendesse cabíveis. Geddel Vieira Lima é suspeito de interferir nas investigações de fraudes na liberação de créditos da Caixa. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
335	<p>Megaoperação transfere 27 presos do RS para três penitenciárias federais Uma megaoperação retirou hoje 27 presos do Rio Grande do Sul. Chefes de quadrilhas que comandavam o tráfico de drogas, roubos e assassinatos de dentro das cadeias gaúchas foram levados para penitenciárias federais de Rondônia, do Rio Grande do Norte e de Mato Grosso do Sul. Três mil policiais federais e estaduais participaram. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
336	<p>Ex-goleiro Bruno visita instituição onde vai dar aulas de futebol para jovens O ex-jogador de futebol Bruno Fernandes de Souza visitou hoje a instituição em que vai dar aulas de futebol para jovens, em Minas Gerais. Bruno recebeu autorização da justiça para trabalhar com 60 crianças e adolescentes, filhos de detentos de Varginha. À noite, ele terá que voltar para a cadeia. O ex-jogador foi condenado à 22 anos de prisão pela morte de Eliza Samudio. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
337	<p>Governo de SP rompe contrato com empresa que monitora tornozeleiras <i>Administração Penitenciária diz que equipamentos têm muitos defeitos. Fornecedora das tornozeleiras tem 5 dias para apresentar recurso.</i> O governo de São Paulo rompeu o contrato com a empresa de tornozeleira eletrônica que monitora 7 mil presos. O usuário mais famoso de tornozeleira eletrônica em São Paulo é o ex-médico Roger Abdelmassih, condenado a 181 anos de prisão por estupro 37 pacientes. O governo do estado mandou trocar o equipamento porque o aparelho perdia o sinal e a bateria descarregava rapidamente. Nesta quarta-feira (9), a Secretaria de Administração Penitenciária começou a recolher os equipamentos dos presídios. As tornozeleiras eletrônicas são usadas pelos presos em saídas temporárias, no regime semiaberto e em prisão domiciliar. A secretaria disse que os aparelhos apresentavam rompimento do lacre sem alerta, mau funcionamento dentro das residências, dificuldade de conexão, falta de sinal por até uma hora, problemas na bateria, superaquecimento e que a empresa não entregou todos os aparelhos previstos em contrato. "O governo não pode pagar um serviço, que aliás é caro, não é barato, que não é prestado adequadamente", disse o governador Geraldo Alckmin. Desde setembro de 2017, as tornozeleiras são fornecidas pela Synergie Tecnologia, que tem prazo de 5 dias úteis para apresentar recurso. Se a decisão for mantida, a segunda colocada na concorrência deve assumir o serviço. O diretor da Synergie, Marcelo de Almeida, disse que na casa de Abdelmassih não havia cobertura para a transmissão dos dados, mas que o equipamento armazenava as informações e transmitia quando o ex-médico ia para uma área com cobertura. A empresa vai recorrer da decisão. "Todo o serviço que envolve tecnologia, você acaba tendo problemas. São problemas pontuais que são solucionados. Já monitoramos mais de 20 mil sentenciados, estamos presentes em mais de seis estados e nunca tivemos uma rescisão da forma que está sendo feita", disse Almeida. A decisão foi tomada poucos dias antes do Dia dos Pais, no próximo fim de semana, uma das datas em que um grande número de presos deixa os presídios para saídas temporárias. Até a terça-feira (8), saíram com tornozeleiras eletrônicas. A partir desta quarta, não. Com a tornozeleira, a intenção era que a Polícia Militar fosse avisada imediatamente no caso de fuga. Sem o equipamento, vai demorar mais para ir atrás dos fugitivos. "Nós teremos menos capacidade de evitar, por exemplo, fugas, evitar que pessoas que têm saída temporária cometam outros crimes e, mais do que isso, só torna mais complexa a segurança pública no Brasil, ainda mais num momento onde o país vive situações como vários estados com taxas crescentes de criminalidade", disse Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.</p>
338	<p>Ex-médico Roger Abdelmassih vai perder o direito à prisão domiciliar O ex-médico Roger Abdelmassih vai perder o direito à prisão domiciliar. Assim que tiver alta do hospital em que está internado para combater uma infecção, ele vai ser encaminhado a um centro hospitalar do sistema penitenciário. A tornozeleira eletrônica dele vai ser retirada por causa do fim do contrato do governo do Estado de São Paulo com a empresa que fornece o equipamento. O ex-médico foi condenado a 181 anos de prisão pelo estupro de pacientes. Roger Abdelmassih está em prisão domiciliar desde 24 de junho. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
339	<p>Ex-médico Roger Abdelmassih tem alta do hospital e volta a cumprir prisão domiciliar O ex-médico Roger Abdelmassih recebeu alta do hospital e voltou a cumprir prisão domiciliar. Na sexta-feira, uma juíza de Taubaté tinha suspenso a prisão domiciliar de Abdelmassih, por causa do fim do contrato do Governo de São Paulo com a empresa que fornecia as tornozeleiras eletrônicas. Mas no domingo, um desembargador suspendeu a decisão da juíza, alegando que o preso não pode ser penalizado por uma falha do Estado. O ex-médico foi condenado a 181 anos de prisão por 48 estupros de pacientes. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
340	<p>Ex-médico Roger Abdelmassih vai voltar para hospital penitenciário O vai-e-vem de decisões judiciais sobre o ex-médico Roger Abdelmassih teve hoje mais um movimento. Dessa vez, o TJ-SP determinou que Abdelmassih volte para a cadeia ou para um hospital do sistema penitenciário. Ele estava preso em casa sem tornozeleira. Agora, a Justiça considerou que ele não pode ficar sem o monitoramento, porque tem um histórico de fuga. Essa foi a quinta decisão judicial em dois meses sobre o destino do ex-médico. Roger Abdelmassih foi condenado a 181 anos de prisão pelo estupro de 37 pacientes. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>

341	<p>Ex-médico condenado por estupro faz périplo atendendo à Justiça <i>Roger Abdelmassih teve destino mudado 6 vezes em menos de 2 meses. Idas e vindas começaram quando a saúde do ex-médico se agravou.</i></p> <p>Depois de mais uma decisão judicial, o ex-médico Roger Abdelmassih voltou nesta sexta-feira (18) para um hospital penitenciário. Carregado de lá para cá, o ex-médico Roger Abdelmassih teve o destino mudado seis vezes pela Justiça em menos de dois meses. Na manhã desta sexta, foi preso em casa e levado para o Departamento de Capturas, e transferido para o hospital penitenciário do Carandiru. As últimas idas e vindas começaram quando a saúde do ex-médico se agravou depois de ficar apenas três dias preso e ser internado com problemas cardíacos em um hospital particular em Tremembé. No dia 21 de junho, a Justiça de Taubaté determinou a saída dele do hospital para seu apartamento para cumprir prisão domiciliar com tornozeleira, porque o sistema prisional não teria condição de tratá-lo. Em 30 de junho, esse direito foi cassado pela Justiça Estadual, porque ele poderia fugir. Consta na sentença também que Abdelmassih deixou de tomar os remédios de propósito para conseguir o benefício da prisão domiciliar. Ele voltou para o regime fechado, mas ficou apenas três dias. No dia 4 de julho, o STJ, em Brasília, mandou o ex-médico de volta para casa. Justificativa: o Ministério Público cometeu um erro processual. Do apartamento, Abdelmassih foi ao Hospital Albert Einstein para tratar uma infecção urinária. Ficou internado por oito dias no começo de agosto. No dia 11, nova decisão da Justiça de Taubaté: o ex-médico deveria voltar para a cadeia quando saísse do hospital. Motivo: não havia tornozeleira disponível, mas essa decisão foi cassada. No dia 13, um desembargador ordenou que ele fosse do hospital para a sua casa, onde permaneceu sem monitoramento. Na quinta-feira (17), a última decisão, por enquanto. O TJ-SP determinou a volta do ex-médico para um hospital do sistema penitenciário. A Justiça considerou que ele não pode ficar sem o monitoramento, porque tem um histórico de fuga. É que, em 2011, Abdelmassih fugiu do país e ficou três anos foragido no Paraguai, até ser descoberto e preso, em agosto de 2014. Só conseguiu fugir, porque não foi preso logo depois da condenação - se beneficiou de um habeas corpus do STJ para responder em liberdade. Roger Abdelmassih era um dos mais conhecidos especialistas em reprodução humana por fertilização in vitro do país, mas foi denunciado por abusar de suas pacientes e condenado a 181 anos de prisão por 48 estupros contra 37 mulheres. A consequência desse vai e volta de decisões judiciais é que as vítimas de Abdelmassih, primeiro, não sentem que Justiça esteja sendo feita. E, segundo, com as notícias constantes sobre o ex-médico indo e vindo, fica mais difícil para elas pôr um ponto final nesse caso triste e virar a página. "Por mais que eu esqueça, sempre vem alguém e lembra. Para mim é juma tortura", diz Cislaine Afanasiev. Gislaine é uma das vítimas de Abdelmassih e acha que ele está sendo privilegiado e que deveria cumprir a pena na cadeia. "O que ele fez foi uma coisa muito grave, ele distribuiu lares - não foi o meu caso. Acabou com casamentos, então, ele tem que pagar. Ele não é melhor que ninguém", afirmou ela.</p>
342	<p>MP pede volta de acusado solto por Gilmar à cadeia por ameaça a presos</p> <p>O MPF do RJ revelou novas informações sobre dois acusados da Operação Ponto Final, que foram soltos pelo habeas corpus do ministro Gilmar Mendes. Rogério Onofre, ex-presidente do Detro, saiu da prisão na tarde desta quinta-feira (24). Ele foi preso em julho na Operação Ponto Final, acusado de receber mais de R\$ 40 milhões do esquema do ex-governador Sérgio Cabral. Depois do habeas corpus concedido pelo ministro Gilmar Mendes, os procuradores pediram que Onofre continuasse na cadeia. Segundo os procuradores, ele estava ameaçando outros presos da operação. O MPF também apresentou um áudio gravado dias antes da prisão de Onofre. "Vê se você me arruma o meu dinheiro aí, dá um jeito, vocês não estão dando solução de nada, vocês não estão conversando, vocês têm imóveis aí, não dão nada. Vocês não estão acreditando, rapaz, na sorte. Vocês ainda não morreram porque eu quero receber, mermão. Agora eu tô percebendo que vocês não vão pagar mesmo, aí então... Nós vamos resolver isso de...". O juiz Marcelo Bretas recebeu na quarta-feira (24) o novo pedido de prisão de Rogério Onofre. O juiz afirmou que, apesar de as denúncias serem gravíssimas, não poderia analisar a questão diante do habeas corpus concedido pelo ministro Gilmar Mendes. Marcelo Bretas encaminhou ao ministro um ofício relatando os fatos novos. Nesta quinta, o blog do jornalista Gerson Camarotti, no G1, noticiou que, em um ofício, o ministro Gilmar Mendes disse que "remanesce como de regra a competência do juiz de quinta para a apreciação de pedido de prisão preventiva". Ou seja, a decisão de uma nova prisão de Rogério Onofre está nas mãos do juiz federal Marcelo Bretas. Um outro preso da Operação Ponto Final, que também recebeu habeas corpus do ministro Gilmar Mendes, saiu da prisão no sábado (19). Jacob Barata Filho é um dos maiores empresários de ônibus do Rio. Segundo o MPF, documentos revelam que, antes da prisão, ele planejou fugir para Portugal. Imagens mostram Jacob Barata Filho prestes a embarcar para Lisboa, dia 2 de julho. Ele levava na mala um documento sigiloso. Era a ordem judicial da quebra do sigilo bancário dele e de outros investigados na operação. As investigações indicam que Jacob Barata Filho recebeu a ordem judicial da Caruana S.A. Sociedade de Crédito, uma empresa de financiamento para o setor de ônibus. Segundo os procuradores, depois de ter o documento em mãos, Jacob Barata Filho comprou uma passagem só de ida. Na conversa por e-mail com a secretária, Jacob Filho deixa claro que não tem data para voltar ao Brasil. Ela pergunta sobre a viagem para Portugal, ele responde que decidiu ir naquela noite junto com a filha, Bia. A secretária pergunta se ele comprou ida e volta e Jacob Filho responde que só vai com passagem de ida. O que dizem os citados: A defesa de Jacob Barata Filho disse em nota que o encadearamento de fatos da denúncia está incorreto e que nunca houve uma tentativa de fuga; que Jacob tomou conhecimento do ofício de forma regular e que a viagem foi marcada quase 10 dias depois disso, com datas de ida e de volta. A Caruana, que atua no financiamento do setor de ônibus, informou que desconhece o teor e até a existência da investigação, e que sempre operou com transparência, ética e de forma legal. O JN não conseguiu falar com a defesa de Rogério Onofre. A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, e o ministro Gilmar Mendes não quiseram comentar as manifestações dos procuradores e da associação de juizes.</p>
343	<p>RJ pagou R\$ 76 milhões por café da manhã de presos em seis anos <i>Segundo TCE, preço pago a organização social foi superfaturado. Pagamentos foram feitos sem nota fiscal ou comprovante de serviço.</i></p> <p>No sistema prisional do estado do Rio, investigações encontraram operações suspeitas. Durante seis anos, a Secretaria de Administração Penitenciária pagou R\$ 76 milhões para uma organização social fazer o café da manhã de presos, sem nota fiscal, sem nenhum comprovante do serviço e, segundo o Tribunal de Contas do Estado, esse preço foi superfaturado. Café expresso e um sanduíche de queijo numa das charutarias mais badaladas de São Paulo. Café preto e um pão com manteiga na maior penitenciária do RJ, Bangu. Duas imagens tão diferentes e com muito mais em comum do que se pode notar. Na penitenciária, durante seis anos, o café da manhã e o lanche da tarde de cerca de 30 mil presos foram servidos por uma organização social de interesse público - Oscip. E foi um negócio bem mais que rentável para uma entidade que se diz sem fins lucrativos. A Iniciativa Primus nunca pagou pelo espaço nos presídios, pelos ingredientes nem pela mão de obra dos presos. Mesmo assim, recebeu do governo R\$ 76 milhões entre julho de 2010 e junho de 2015. O valor já foi considerado superfaturado pelo Tribunal de Contas do Estado, mas o pior é que, apesar da conta milionária, o dinheiro saiu dos cofres públicos sem nenhum tipo de comprovante nem nota fiscal. E mais estranho: apesar de ter tido alguns sócios nesses anos, ninguém sabe - ou não quer apontar - quem é o verdadeiro dono da organização. No endereço que consta como sede da organização sem fins lucrativos, nada. O JN encontrou o advogado que assinou o primeiro contrato com a secretária. Bernardo Safady Kaiuca não gravou entrevista, mas disse que saiu da sociedade e que quem estava à frente do negócio era Felipe Paiva. Carlos Felipe de Paiva Nascimento é um advogado carioca. Ele era o dono da empresa que serviu café da manhã e lanche para os presos antes da Iniciativa Primus. Perdeu o contrato por irregularidades. Ele também é ligado a outra empresa que usou mão de obra de presos para fabricar embalagens de alumínio. No papel, os donos desta empresa são o casal Wedson Gedeão de Farias e Maria do Carmo Nogueira de Farias. Mas por um outro papel, uma procuração, eles deram a Felipe Paiva o poder sobre tudo que eles têm. O casal mora num conjunto habitacional em Cosmos, na Zona Oeste do RJ. Tudo indica que eles levam uma vida bem simples. Mas não é pouco o que aparece relacionado ao nome do casal. Tem uma lancha avaliada em cerca de R\$ 2 milhões. E lembra do restaurante num bairro chique em São Paulo? É do Wedson. Ele é um dos donos, apesar de nunca ter sido visto por lá. A família de Wedson não quer conversa. "O seu telefone está anotado, com certeza você vai ser retornado", disse a mulher que atendeu a reportagem. Nunca ligaram. Nem para falar sobre os bens nem sobre Felipe de Paiva, o homem que responde por tudo que está no nome deles. E até agora não há uma resposta sobre como um estado falido paga R\$ 76 milhões sem comprovante e sem saber quem levou o dinheiro. O que dizem os citados: A Secretaria de Administração Penitenciária informou que rompeu unilateralmente o contrato com a Iniciativa Primus. O ex-secretário de Administração Penitenciária Cesar Rubens de Carvalho, responsável pela entrada da organização no governo do estado, disse que exigiu a prestação de contas. O Esch Café não respondeu às perguntas sobre Wedson Gedeão de Farias, um dos sócios.</p>
344	<p>Polícia do Amazonas inicia 210 por massacre de 56 presos em cadeia <i>Inquérito concluiu que massacre foi motivado por briga de facções. Mais de 200 presos fugiram da prisão de segurança máxima.</i></p> <p>A Polícia Civil do Amazonas iniciou 210 pessoas pelo massacre de 56 presos no complexo penitenciário Anísio Jobim, o Compaq, no começo de 2017. Depois de oito meses de investigação, a Polícia Civil concluiu: "O intuito foi efetivamente exterminar ou disseminar uma facção para demonstrar poder em relação a uma outra facção", disse o presidente do inquérito, Ivo Martins. Em um dos depoimentos, a confirmação de que a ordem para a ação partiu do Presídio Federal de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, em novembro de 2016, onde está preso Zé Roberto, acusado de comandar o tráfico no Amazonas. O massacre foi no primeiro dia de 2017: 56 mortes em 17 horas de violência gravadas pelas câmeras de segurança. Alguns trechos analisados pela polícia foram divulgados nesta sexta (1º) e mostram com detalhes o massacre. Era pouco mais de 16h. Os presos tomam uma área isolada da prisão. Parentes ainda saíam da visita de Ano Novo. A recepção também foi tomada pelos presos. Houve troca de tiros com a polícia que fazia a guarda. Agentes penitenciários viraram escudos. A câmera de segurança foi quebrada. Em uma outra ala, presos por estupro tentam se proteger tacando fogo na entrada da cela, mas muitos deles acabaram mortos. A coordenadora da força-tarefa que investigou o massacre, afirmou que a maior parte das mortes não foi aleatória. "Existiam alguns que eram determinados, que já vieram com a sentença de morte decretada", afirmou a coordenadora da força-tarefa, Emília Ferraz. Em outro ponto do presídio, presos tentaram fugir do massacre, mas foram cercados e mortos. Nos fundos da penitenciária, a fuga em massa. Um a um, mais de 200 presos saíram da unidade de segurança máxima do estado usando uma escada. O inquérito ainda será encaminhado à Justiça; 350 pessoas foram ouvidas ao longo da investigação e a polícia concluiu que as mortes foram cometidas apenas por presidiários - 210 detentos foram indicados. O Ministério Público estadual vai analisar o inquérito e afirmou que outras questões relacionadas à chacina vão ser apuradas. "Há, sem sombra de dúvidas, a questão da corrupção, então não pode ter entrado nada, principalmente aquela quantidade de armamento se não for com a complacência dos funcionários do setor", disse o procurador-geral de Justiça, Fábio Monteiro. O que dizem os citados: A Secretaria de Administração Penitenciária do Amazonas afirmou que depois das mortes reduziu o número de visitas, aumentou as revistas preventivas e comprou aparelhos de raio-x. A concessionária Umanizzare afirmou que atuou de forma inequívoca para reestabelecer os serviços, que voltaram a normalidade em menos de 24h.</p>

345	<p>Ministério da Defesa divulga balanço de revistas em presídios <i>Penitenciárias do Amazonas e do Acre foram as mais vistoriadas. Rondônia registrou a maior apreensão de armas brancas: 963.</i> O Ministério da Defesa divulgou, nesta quarta-feira (6), o balanço das revistas das Forças Armadas em 26 presídios e apontou os principais problemas do sistema carcerário brasileiro. Os militares atuaram em 7 estados. As operações começaram no dia 27 de janeiro quando Roraima recebeu 375 homens do Exército para uma revista na Penitenciária Agrícola do Monte Cristo, onde 35 detentos foram mortos em uma chacina entre presos. A presença de militares nos presídios faz parte das medidas anunciadas pelo Ministério da Defesa para tentar reduzir a violência nas unidades do país. Os estados do Amazonas e do Acre foram os que mais receberam vitórias: seis, em cada estado. O presídio com o maior número de detentos revistados foi o Jair Ferreira de Carvalho, em Mato Grosso do Sul: foram 2.256. Foram apreendidos 58 celulares na unidade. Rondônia registrou a maior apreensão de armas brancas: 963. Mais do que revistar e apreender objetos ilícitos dentro das cadeias, as varreduras demonstraram o quanto as unidades prisionais estão vulneráveis. Faltam desde bloqueadores de celular até policiais nas guaritas. Entre os principais problemas encontrados estão ainda a falta de locais adequados para as visitas e a facilidade de contato entre presos dos regimes semiaberto e fechado, o que permite a troca de informações e de objetos. "O nosso sistema penitenciário não tem controle. Praticamente uma peneira. Entra lá dentro o que se quer, o que o crime deseja entra lá dentro. Para você ter uma ideia, um em casa três presos tem uma arma; uma arma branca ou um outro tipo de arma. As gangues, os chefes das gangues presos estão se comunicando com o crime que está nas ruas e por isso mesmo levando o terror às populações", afirmou o ministro da Defesa, Raul Jungmann.</p>
346	<p>Escrivã que se recusava a casar gays sai da cadeia nos EUA <i>Juiz decidiu libertá-la porque subordinados dela deram andamento às certidões e Davis não vai poder impedir a emissão dos documentos.</i> Nos EUA, saiu, nesta terça-feira (8), da cadeia, a escritvã que tinha sido presa por invocar motivos religiosos pra não registrar casamentos entre homossexuais. Kim Davis foi saudada por uma multidão. O juiz decidiu libertá-la porque subordinados dela deram andamento às certidões e Davis não vai poder impedir a emissão dos documentos. Nos EUA, os casamentos entre pessoas do mesmo sexo foram legalizados em junho.</p>
347	<p>Delatores da J&F cumprem prisão temporária na PF de Brasília <i>Joesley Batista e Ricardo Saud se entregaram à PF de SP no domingo. Manifestantes soltaram fogos na chegada de Joesley à PF de Brasília.</i> Os delatores da J&F Joesley Batista e Ricardo Saud já estão presos em Brasília. Eles foram transferidos da Polícia Federal em São Paulo no meio da tarde. Endereços deles, do terceiro delator, Francisco de Assis, e também do ex-procurador Marcelo Miller foram alvos de buscas e apreensões na manhã desta segunda-feira (11). Foi uma operação simultânea em 5 endereços. No RJ, às 6h, policiais foram ao apartamento do ex-procurador da República Marcelo Miller. Ficaram lá uma hora e 40 minutos e saíram levando sacolas com documentos e arquivos de computador. Nesta segunda-feira (11), o escritório Trench, Rossi e Watanab, que não foi objeto de mandato de busca e apreensão, entregou documentos sobre um processo de compliance de investigação interna feita pelo escritório, que culminou na demissão do ex-procurador Marcelo Miller e de uma advogada do escritório. Os documentos foram solicitados na semana passada pelo procurador Rodrigo Janot e o escritório se ofereceu para entregar os relatórios espontaneamente. A mansão do empresário Joesley Batista, no elegante bairro do Jardim Europa, também foi alvo da Polícia Federal. Depois de três horas de buscas, uma funcionária do MPF deixou a residência sem dar entrevistas. Os agentes saíram carregando um malote e algumas pastas. Alguns quilômetros dali, no bairro do Morumbi, policiais federais também fizeram buscas no apartamento de Ricardo Saud, executivo do grupo J&F. O outro alvo da Operação Boca foi Francisco de Assis e Silva. Os policiais pegaram documentos em dois endereços do diretor jurídico do grupo. Na casa dele, em Higienópolis, e na sala dele na sede da J&F. No escritório dele, os agentes recolheram documentos, um laptop e arquivos digitais. Todo o material apreendido durante a operação vai ser analisado em Brasília. A operação desta segunda (11) foi um desdobramento da prisão decretada sábado (9) pelo ministro do STF Edson Fachin a pedido do procurador-geral Rodrigo Janot. Eles se entregaram no domingo (10), no início da tarde, na sede da Polícia Federal em São Paulo. Joesley Batista e Ricardo Saud estavam nervosos quando entraram no prédio. Na hora em que foi levado para a carceragem, Joesley se emocionou. Os dois passaram a noite em celas separadas no terceiro andar. Cada cela tem 10 metros quadrados, uma cama de alvenaria com colchão, uma mesa com um banco também feito em cimento, um chuveiro e um vaso sanitário. Às 10h29 desta segunda-feira (11), os dois presos saíram em carros separados, escoltados por policiais federais em direção ao aeroporto de Congonhas. Joesley carregava um terço nas mãos. O trajeto levou cerca de 30 minutos. Os dois presos tiveram que esperar até que os policiais trouxessem para o aeroporto todos os documentos apreendidos durante a manhã. Só três horas depois é que Joesley Batista e Ricardo Saud entraram no jato que levou os dois de São Paulo para Brasília. Manifestantes soltam fogos na chegada de Joesley à PF de Brasília. O avião da Polícia Federal pousou no aeroporto de Brasília às 15h23. Trazia Joesley Batista e Ricardo Saud, além de provas colhidas nas buscas desta segunda-feira (11). Pouco depois das 15h30, os executivos da J&F desembarcaram acompanhados de policiais federais. Do aeroporto, o comboio seguiu para a superintendência da Polícia Federal. Às 15h52, Joesley e Saud entraram na PF. Joesley estava de braços cruzados. Quando os dois desceram dos carros, os manifestantes soltaram fogos de artifício. Eles vão ficar em uma cela de 9 metros quadrados, sem janela. Não terão direito a banho de sol. Na superintendência da PF fica mais fácil para os executivos receberem os advogados e para a polícia ouvi-los em depoimentos. Às 17h30, os dois saíram da Polícia Federal. Pouco antes das 18h chegaram ao IML para o exame de corpo de delito. O pedido de prisão dos dois executivos e do ex-procurador Marcelo Miller foi feito pelo procurador-geral da República Rodrigo Janot e divulgado nesta segunda (11) com novos detalhes da investigação. O ministro Luiz Edson Fachin autorizou a prisão dos executivos e negou a de Marcelo Miller. Janot reforça que as gravações feitas no dia 17 de março indicam que o ex-procurador Marcelo Miller agiu ilegalmente para defender os interesses dos executivos da J&F quando ainda era do MP, sem o conhecimento de seus superiores. O procurador descreve que escritório de advocacia que contratou Miller para atuar na leniência da J&F - uma espécie de delação premiada das empresas - fez uma investigação interna sobre a atuação de Miller no escritório e entregou documentos. Janot cita que há, por exemplo, trocas de e-mails entre Marcelo Miller e uma então advogada do mencionado escritório em época em que ainda ocupava o cargo de procurador da República, com marcações de voos para reuniões, referências a orientações à empresa J&F e início de tratativas em benefício à mencionada empresa. Em um e-mail que o escritório entregou à Procuradoria, a advogada Esther Flesch relata a Marcelo Miller o que já tinha comunicado ao diretor jurídico da J&F Francisco de Assis e Silva. A mensagem trata de honorários para ela e Miller por êxito em caso de sucesso na assinatura dos acordos de leniência e de delação da J&F. No dia 31 março, quando Marcelo ainda era procurador, Esther Flesch - então sócia do escritório de advocacia - enviou este e-mail: "Gostaria de falar com você, especialmente para te explicar algumas adições que fiz". Esther anexa uma mensagem que já tinha enviado ao diretor jurídico da J&F, Francisco de Assis e Silva, em que fala sobre honorários por êxito. Um trecho diz: "alcançada a etapa de negociação da premiação dos acordos de leniência e colaboração, as partes estabelecerão valor de referência para a aferição do êxito da negociação, conforme critérios aqui estabelecidos", e que "o êxito da negociação será aferido pela diferença entre o valor de referência e o valor global de premiação, que abrange o conjunto dos acordos de colaboração premiada e de leniência celebrados no mesmo âmbito de negociação". Marcelo Miller pediu exoneração do Ministério Público em fevereiro, mas ela só começou a valer no dia 5 de abril, o que mostra que ele participou de negociação com a J&F enquanto era procurador. Esther Flesch foi demitida do escritório após apuração interna que descobriu esses documentos levados ao Ministério Público. Janot diz que tudo indica que, em princípio, Miller teria orientado os colaboradores a escamotear fatos, filtrar informações e ajustar depoimentos e declarações. Tudo isso em nome de terceiros que poderiam estar inseridos no grupo criminoso. O procurador-geral também afirmou que, nas conversas que levaram a suspensão dos benefícios, há referências sobre a existência de outras gravações. Entre elas, uma conversa de Saud com o ex-ministro da Justiça do governo Dilma, Jose Eduardo Cardozo. No depoimento, Saud afirma que contou a Miller que gravou Cardozo. Janot reproduziu um trecho do depoimento de Ricardo Saud prestado na última quinta-feira (7), na Procuradoria Geral da República, em que Saud conta que conversou com Miller sobre as gravações e sobre ajustes em provas. Saud disse que houve uma briga quando falou para Miller sobre Jose Eduardo Cardozo; Miller disse que Saud pararia na cadeia se aquilo, a gravação, fosse verdade e que iriam para cima dele, Saud, e de Jose Eduardo Cardozo. Saud disse que depois dessa conversa, Marcelo Miller saiu da sala e estava mandando mensagens no celular; que achou isso estranho, o fato de mandar mensagens logo após essa conversa; e que não mostrou a gravação de Cardozo a Miller, apenas mostrou um pen drive. Janot destaca que as gravações não foram entregues aos investigadores e ainda foram levadas para fora do país. "Há referências a outras gravações, conversa com José Eduardo Cardozo, que não apenas deixaram de ser entregues ao MPF como foram levadas ao exterior, em aparente tentativa de ocultação dos arquivos das autoridades o que reforçam o intento de omitir alguns fatos, após a orientação de Marcelo Miller", disse Saud em depoimento sobre Miller. A suspensão de benefícios da delação dos executivos também levou a uma outra medida: essa no âmbito da empresa. O juiz Vallisney de Souza Oliveira, da 10ª Vara da Justiça Federal em Brasília, suspendeu parte do acordo de leniência firmado entre a J&F e o MPF que poderia beneficiar outros funcionários e colaboradores em ações criminais. Isso vale até uma decisão definitiva do Supremo sobre a validade das delações premiadas dos executivos do grupo.</p>
348	<p>Eduardo Cunha é transferido de Curitiba para Brasília para prestar depoimento O Ex-Presidente da Câmara Eduardo Cunha foi transferido de Curitiba para Brasília, onde vai prestar depoimento. O ex-deputado chegou num avião da Polícia Federal, passou pelo IML, e foi para a carceragem do departamento de polícia especializada. Ele vai depor num processo que investiga desvios no fundo de investimento do FGTS. Deputado quer falar alguma coisa? Eu não posso, nesse momento eu não posso. Eduardo Cunha responde a 4 ações penais, 4 inquéritos e foi condenado na Lava-Jato. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>

349	<p>Traficante Nem, preso em Rondônia, ordenou invasão, diz polícia <i>Nem não estaria satisfeito com o substituto dele no comando do tráfico. Rogério 157 invadiu um hotel de luxo na praia de São Conrado, em 2010.</i></p> <p>A polícia diz que a ordem para invadir a favela da Rocinha partiu de bem longe do Rio. 3400 quilômetros separam o RJ da capital de Rondônia. Mas esta distância não é uma barreira para o traficante Antônio Francisco Bonfim Lopes. Ele está no presídio federal de segurança máxima de Porto Velho e, mesmo assim, desafia as autoridades. De lá mandou as ordens para a invasão da Rocinha no último fim de semana. Nem não está satisfeito com o substituto dele no comando do tráfico. Rogério Avevino da Silva, o Rogério 157, é o mesmo criminoso que em 2010 invadiu um hotel de luxo na praia de São Conrado. Ele acabou preso, mas em janeiro de 2012 foi solto por uma decisão da Justiça. Rogério age como um miliciano. Impõe a cobrança de taxas para o comércio, domina a venda de gás, água mineral e carvão, distribui sinal clandestino de TV a cabo e internet e ainda cobra pedágio de mototaxistas e motoristas de vans que circulam pela Rocinha. Nessa guerra de bandido contra bandido, Nem tentou de longe frear Rogério e colocar um aliado no comando do tráfico na Rocinha, o que não deu certo. O traficante consegue dar ordens do presídio federal, mesmo com todo o aparato de segurança. A unidade de Porto Velho tem aparelhos de raio x, detectores de metais e câmeras de monitoramento. As visitas íntimas estão suspensas desde março deste ano. Mas o traficante tem direito a visitas de advogados e parentes. No dia 1º de setembro, Nem recebeu a visita da mãe dele e de um filho. No dia seis, do neto e de um filho. Os agentes penitenciários dizem que estas visitas, mesmo supervisionadas, são um risco e que todos os encontros deveriam ser separados por vidros, como acontece com os presos do Regime Disciplinar Diferenciado. "Preso na federal é contato zero com o mundo externo. E aí a gente vai ver o reflexo disso na rua. Vamos isolar os caras. Totalmente. É mudar a lei. Preso na federal é sem contato, só no vidro", disse um agente federal de execução penal. Os agentes penitenciários suspeitam que o traficante Nem também tenha contato com a ajuda de outros presos. Neste mesmo presídio, em maio de 2016, o JN mostrou que o traficante Fernandinho Beira-Mar usava uma corda improvisada para trocar bilhetes com vizinhos de cela. "O exército vai atuar fazendo cerco de comunidades se for necessário, vai fazer patrulhamento nas ruas se for necessário, fará varreduras de presídios, que me parece essencial, se for solicitado. Um grande número das unidades prisionais, prisões, penitenciárias são escritórios, o home office do crime organizado", disse o ministro da Defesa, Raul Jungmann. O JN pediu entrevista ao Departamento Penitenciário Nacional, que é um órgão ligado ao Ministério da Justiça, para saber como um traficante consegue dar ordens de dentro de um presídio de segurança máxima. O ministério declarou que está apurando a denúncia e que, por questões de segurança, não pode passar informação sobre a rotina do preso Antonio Francisco Bonfim Lopes.</p>
350	<p>Defensoria quer que Rio receba de volta detentos de presídios federais <i>Rio receberia pelo menos 55 criminosos considerados perigosos. Forças Armadas saem da Rocinha e tiroteios continuam.</i></p> <p>No dia em que as Forças Armadas encerraram a operação na favela da Rocinha, cidadãos do RJ tomaram conhecimento de que a Defensoria Pública da União quer que o estado receba de volta chefes do tráfico de drogas que estão em presídios federais. E isso em nome da lei. Os últimos militares deixaram a Rocinha nesta sexta-feira (29) no começo da manhã. Na quinta (28) à noite houve mais tiroteios dentro da favela. Um homem morreu. O governo do estado pediu o reforço das tropas federais na semana passada, depois que grupos de traficantes rivais entraram em guerra pelo controle da venda de drogas na comunidade. Nos 7 dias em que os quase mil homens fizeram o cerco da favela, as forças de segurança encontraram 25 fuzis, 14 granadas e prenderam 24 suspeitos. Mas nenhum chefe do tráfico foi encontrado. "O que eu achava era que estava mais tranquilo, porque pelo menos a bandagem, aqueles que eram mais perigosos, sumiram, no momento eles sumiram", disse um morador. A polícia disse que aumentou o número de homens na Rocinha para substituir as Forças Armadas. Policiais dos Batalhões de Operações Especiais estiveram na comunidade nesta sexta. À tarde, o secretário de Segurança foi à favela conversar com moradores. Um homem se entregou aos PMs depois de ter esfaqueado um rapaz. Ele contou que é o pai de um dos dois adolescentes que foram torturados por traficantes na quinta-feira e que cometeu o crime por vingança. O adolescente disse que foi confundido com um rival do bando: "Levou nós dois para uma casa onde só tinha o colchão e pia. Aí amarrou a gente e deixou a gente lá. Aí falaram que ia tacar fogo na gente. Aí nessa que eles estavam jogando óleo, ele falou assim: 'O, os cana, ó os cana. Piou, piou, piou'. Aí saiu correndo. Deixou a gente lá trancado dentro de casa e a janela aberta." Acusado de tentativa de homicídio, o pai foi liberado e voltou para a Rocinha. O rapaz esfaqueado, identificado como um dos 81 investigados por tráfico, também voltou para casa. A violência na Rocinha e a saída do Exército da comunidade não são as únicas preocupações com a segurança no Rio. A Defensoria Pública da União pediu um habeas corpus para que todos os presos que estão em presídios federais há mais de dois anos sejam mandados de volta para cadeias dos estados de onde saíram. O jornal "O Globo" publicou a notícia nesta sexta. O RJ receberia pelo menos 55 criminosos considerados perigosos, como Fernandinho Beira-Mar, Antonio Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha, e Elias Maluco, que matou o jornalista Tim Lopes. "A permanência de presos por prazo superior a 720 dias não atende ao princípio da ressocialização da pena, porque causa a degeneração da saúde mental dos detentos e não atende aos princípios constitucionais que asseguram ao preso integridade do seu direito à vida e à saúde", disse o defensor público federal Anginaldo Oliveira Vieira. A decisão para a volta ou não dos criminosos para o RJ é do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Não há uma data para a análise do habeas corpus, mas autoridades reagiram contra o pedido da defensoria. "Isso significa dar uma mãozinha ao crime organizado porque esse pedido é rigorosamente não a favor dos direitos humanos, mas a favor da bandagem, das quadrilhas e dos criminosos que matam, que sequestram e que infelicitam não apenas o RJ, mas Brasil afora", disse o ministro da Justiça, Raul Jungmann. "Aqui o combate ao crime, são três facções, é milícia. Então nós vamos conversar com a Justiça com muita calma, com muita tranquilidade, mostrar que é importante ainda eles continuarem lá", afirmou o governador do RJ, Luiz Fernando Pezão. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, informou que pediu uma reunião com o ministro Alexandre de Moraes. O MPF quer ser ouvido antes de o relator tomar uma decisão. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, também disse que vai se reunir com o ministro do Supremo. "Fazer um pleito como carioca, como fluminense, para que ele não tome essa decisão, não atenda a esse pleito da Defensoria porque isso vai ser muito ruim para o RJ, vai ampliar ainda mais essa instabilidade que a gente tem na área de segurança", disse Maia. "O que o STF deve analisar é exatamente a legalidade ou não e, obviamente, dentro da legalidade, é o Supremo, e especificamente neste caso, eu, por ser o relator, leve em conta a questão importantíssima que é a segurança pública", disse o ministro Alexandre de Moraes.</p>
351	<p>Decisão do STF determina que Abdelmassih volte a prisão domiciliar <i>Ex-médico foi condenado a 181 anos de prisão pelo estupro de 37 pacientes. Será a sétima vez que ele deixa a prisão.</i></p> <p>O ex-médico Roger Abdelmassih, condenado a 181 anos de prisão pelo estupro de 37 pacientes, vai voltar a cumprir a pena em casa. Basta chegar o alvará de soltura para que o ex-médico Roger Abdelmassih deixe a prisão pela sétima vez. Um documento foi enviado, na noite de sábado (29), pelo STF, para a Justiça de Taubaté, no interior de São Paulo. É um comunicado de que o STF concedeu o habeas corpus. Roger vai voltar a cumprir prisão domiciliar. Roger é o preso que mais entrou e saiu da cadeia nos últimos três meses. As idas e vindas começaram no dia 21 de junho, quando o estado de saúde dele se agravou. A defesa pediu e a Justiça de Taubaté autorizou a prisão domiciliar. 9 dias depois, Roger voltou para o presídio. Na sentença, o juiz escreveu que Abdelmassih deixou de tomar os remédios para o coração de propósito para conseguir ficar preso em casa. Quatro dias depois, o TJ-SP mandou o ex-médico de volta para casa. Após um tratamento médico, a Justiça de Taubaté mandou Roger voltar para o presídio. Dois dias depois, a decisão foi cassada. Roger voltou para casa, com uma tornozeleira eletrônica. Mas a bateria da tornozeleira não carregava e o sistema penitenciário não tinha outra para substituir. Isso porque o governo paulista rompeu o contrato com a empresa que fornecia as tornozeleiras, alegando que elas funcionavam mal. Sem tornozeleiras, Roger Abdelmassih voltou para a prisão pela sexta vez. Hoje, não há novas tornozeleiras eletrônicas disponíveis. A Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo tentou contratar a empresa que ficou em segundo lugar na licitação. Mas a concorrente que foi retirada conseguiu na Justiça o bloqueio desse processo. O STF entendeu que mesmo sem o monitoramento eletrônico, o ex-médico não oferece risco. "A falha do governo do estado de São Paulo em providenciar o serviço de monitoramento eletrônico não pode impedir a prevalência de uma prisão domiciliar de caráter humanitário, que foi deferida, uma vez preenchidos todos os requisitos legais", diz Antônio Celso Fraga, advogado. A prisão domiciliar ainda é provisória. Roger Abdelmassih foi condenado a 181 anos de prisão, mas só ficou - até agora - três anos atrás das grades.</p>
352	<p>Falta de vagas nas cadeias do Sul deixa presos até dentro de camburões <i>No Rio Grande do Sul, a situação do sistema carcerário é crítica. Não tem vagas nas cadeias para tanto preso. A cela de uma delegacia, em Novo Hamburgo, na região metropolitana de Porto Alegre, está superlotada e a polícia teve que improvisar. Um grupo de presos fica na garagem, a poucos metros da calçada. São 14 detentos algemados uns aos outros e acorrentados às pilastras. Eles são vigiados por quatro PMs e dois guardas municipais. Situação crítica também em Gravataí. 30 presos estão amontoados em 5 carros estacionados em frente à delegacia. Alguns já estão no local há um mês. Além de fazer a segurança, os policiais dão comida e levam os detentos ao banheiro. "Chegam 5 a 10 presos por dia, saem três, quatro, e a tendência é sempre aumentar", diz o delegado Paulo Karnarek. Neste mês, dos 30 detentos que estavam na delegacia de Alvorada, a Justiça mandou soltar 17. Só este ano, mais de 300 presos deixaram a cadeia antes do cumprimento da pena. 3A maioria dos liberados têm antecedentes criminais. Alguns por roubo de veículos, tráfico de drogas e tentativa de homicídio. "A polícia vai acabar, daqui a uma semana, 15 dias, vai acabar tendo que fazer retrabalho de capturar de novo, porque eles são reincidentes", explica a promotora de justiça, Melissa Passos Soares. O juiz responsável pelas solturas afirma que os detentos estavam na cadeia pública e deveriam ir para o regime semiaberto. "Você acaba escolhendo qual é a parte da lei que você vai cumprir. Não há como cumprir integralmente a lei, porque não tem estrutura material para isso", fala o juiz da vara de execuções criminais de Porto Alegre, Sidnei Brzuska. O secretário de Segurança do Estado admite a gravidade do problema. Faltam mais de 12 mil vagas no sistema carcerário gaúcho. Para tentar resolver o problema, o governo anunciou a abertura de 144 novas vagas no Presídio de Canoas, na região metropolitana, em até três semanas. Mas apenas seis presos foram transferidos até agora. Outra medida prometida para esvaziar as delegacias é a construção de centros de triagem. "Em Canoas e Novo Hamburgo, enfim, na grande Porto Alegre, onde estão os problemas. Mas pela velocidade, intensidade e quantidade de presos ainda assim será insuficiente", diz o secretário de Segurança, Cezar Schirmer.</i></p>
353	<p>Vistoria do MP encontra drogas, celulares e dinheiro em cadeias do Rio <i>No RJ, uma vistoria do Ministério Público encontrou drogas, celulares e dinheiro no maior complexo penitenciário do estado. Complexo penitenciário de Bangu, no Rio. No local, estão 30 mil detentos em 21 presídios. Um deles é o Instituto Penal Benjamin de Moraes Filho, com 950 presos. A penitenciária conta com detectores de metal e até um scanner corporal para controlar o que entra nas celas. Mas, segundo reportagem do jornal O Globo, uma vistoria feita pelo Ministério Público encontrou 9 celulares, dezenas de chips e carregadores e ainda maconha, cocaína, uma balança para pesar drogas e dinheiro. Apreensões comuns nas vistorias. 12 mil reais foram encontrados em março na cadeia pública Bandeira Stampa. No presídio vizinho, as grades não barraram a entrada de macarrão, frango, rabanada, bebidas. E a certa feita foi registrada pelos próprios presos com celulares. Tudo isso, apesar de a Secretaria de Administração Penitenciária dizer que faz inspeções diárias nos presídios do Rio. As apreensões mostram que nos presídios do Rio, as celas funcionam como centrais do crime, e é de onde muitas vezes saem as ordens para a quadrilha que agem do lado de fora. E esses presídios - com falhas na segurança - podem receber presos perigosos que hoje cumprem pena nos presídios federais. Esta semana, a defensoria pública da União pediu ao STF que os presos há mais de dois anos em presídios federais voltem para as cadeias estaduais. O RJ receberia pelo menos 55 criminosos como o traficante Fernandinho Beira-Mar, Elias Maluco, que matou o jornalista Tim Lopes, e Antonio Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha. Neste sábado (30), o procurador-geral de Justiça do Rio divulgou uma nota criticando o pedido. Eduardo Gussek escreveu que a medida é um despropósito, que está totalmente dissociada da realidade do estado. E que os chefes das facções criminosas não podem ser tratados da mesma forma que criminosos comuns. "Anda é muito falho o sistema prisional do RJ. Líderes de facções criminosas no sistema penitenciário do RJ conseguem comunicação com o mundo externo, conseguem receber coisas que não deveriam entrar, então, é extremamente perigoso receber de volta esses líderes de facções criminosas", destaca Breno Melaragno, presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB-RJ.</i></p>

354	<p>Dodge é contra transferência de presos para seus estados de origem <i>No parecer, a procuradora-geral da República afirmou que os presos podem ficar mais de dois anos em presídios federais.</i> A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, opinou nesta terça-feira (3) contrariamente ao pedido para que presos do sistema federal sejam transferidos para seus estados de origem. No parecer, a procuradora-geral da República afirmou que os presos podem ficar mais de dois anos em presídios federais. Segundo Raquel Dodge, apesar do cumprimento da pena em presídio federal ser por tempo determinado, em nenhum momento a lei limitou o número de renovações do prazo de permanência nestas penitenciárias.</p> <p>O pedido de transferência dos presos para os estados de origem foi feito pela Defensoria Pública da União. A decisão está nas mãos do ministro do STF Alexandre de Moraes. A procuradora-geral, Raquel Dodge, também disse que, ao que tudo indica, as condições são melhores nos presídios federais. Pelos muros e portões das cadeias do estado do Rio passa de tudo, até arma. A Secretaria de Administração Penitenciária encontrou uma pistola em uma das celas, além de munição. Um caminhão trazia arroz para um dos presídios do complexo de Bangu, mas no meio da refeição dos presos, tinha maconha, cocaína e celulares escondidos em uma parede falsa. Desta vez, a carga foi apreendida antes de chegar nas celas. O Ministério Público do RJ faz vistorias constantes nos presídios e afirma que faltam agentes penitenciários e que a punição para aqueles que cometem desvios de conduta não é transparente. Os promotores também criticam o pouco investimento em equipamentos e inteligência para monitorar os presos.</p> <p>"A gente está com uma tecnologia é obsoleta para poder fazer o acompanhamento de inteligência desses presos dentro do sistema prisional do RJ. A gente recebia presos de extrema periculosidade. No estado do RJ, no quadro atual, é inviável", diz André Guilherme Freitas, promotor de Justiça de execuções penais.</p> <p>A Secretaria de Administração Penitenciária do Rio declarou que faz vistorias diárias. E que tem uma corregedoria para apurar a conduta dos servidores.</p>
355	<p>Vice-presidente do Equador começa a cumprir a prisão preventiva O vice-presidente do Equador começou a cumprir a prisão preventiva determinada pela Justiça do país. Jorge Glas é suspeito de ter recebido propina da Odebrecht quando foi ministro e vice-presidente de Rafael Correa. Com a eleição de Lenin Moreno, Jorge Glas permaneceu no cargo mas estava afastado por causa da investigação. Ele nega ter cometido qualquer irregularidade. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
356	<p>Agentes encontram garoto debaixo da cama de preso no Piauí. No Piauí, agentes de um presídio fizeram uma vistoria numa cela, no último fim de semana, e debaixo da cama de um preso condenado por estupro encontraram um menor de 12 anos. Os pais relataram ao Conselho Tutelar que foram ao presídio visitar um amigo da família e que iriam buscar o menino no dia seguinte. O adolescente passou por um exame de corpo de delito que descartou qualquer agressão. O Ministério Público estuda pedir a prisão dos pais do menor e o afastamento dos agentes que estavam de plantão no dia da visita. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
357	<p>STF nega transferência de presos perigosos para estados de origem O ministro Alexandre de Moraes negou o pedido da Defensoria Pública da União. Só o estado do Rio poderia receber de volta mais de 50 criminosos.</p> <p>O ministro do Supremo Alexandre de Moraes negou, nesta quarta-feira (4), o pedido da Defensoria Pública da União para que todos os detidos há mais de dois anos no sistema federal voltem para os seus estados de origem. Só o estado do RJ poderia receber de volta mais de 50 criminosos. O ministro entendeu que a lei não estabelece um prazo máximo nesses casos.</p>
358	<p>Casal de marqueteiros começa a cumprir prisão domiciliar com tornozeleira O casal de marqueteiros petistas João Santana e Mônica Moura começou a cumprir a pena de um ano e meia de prisão domiciliar, ambos com tornozeleira eletrônica. O benefício faz parte do acordo de delação premiada na Lava Jato. O casal foi condenado duas vezes por lavagem de dinheiro, ficou preso por seis meses e saiu da cadeia ao pagar fiança. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
359	<p>Comitê Olímpico Internacional afasta Nuzman e suspende COB, após prisão <i>Atletas brasileiros continuam autorizados a participar de competições. Presidente do COB está no mesmo presídio onde se encontra Cabral.</i> No dia seguinte à prisão de Carlos Arthur Nuzman, o Comitê Olímpico Internacional impôs medidas contra dirigente brasileiro. Nuzman passou a primeira noite dele na prisão, no mesmo presídio onde se encontra o ex-governador do Rio Sérgio Cabral. Dormiu num colchão que foi usado por um atleta na Olimpíada. Ele está numa cela para quatro pessoas. Nuzman está sob prisão temporária, que dura 5 dias, podendo ser renovada por mais 5. Como principal dirigente do esporte brasileiro no mundo, Nuzman recebeu nesta sexta-feira (6) uma punição do Comitê Olímpico Internacional. A decisão do conselho executivo do COI suspendeu Carlos Arthur Nuzman provisoriamente de todos os direitos, prerrogativas e funções decorrentes do seu cargo como membro honorário do COI, além de retirá-lo da comissão de coordenação dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. Em relação ao Comitê Olímpico do Brasil, o COI suspendeu subsídios e pagamentos. O Comitê Olímpico Internacional fez questão de frisar que essa decisão não afetará os atletas brasileiros, que vão continuar a receber bolsas olímpicas. E também vão poder participar normalmente dos próximos Jogos Olímpicos de Inverno, no ano que vem em PyeongChang, na Coreia do sul. A comissão de atletas do COB, representada por 19 esportistas, emitiu nota a favor da investigação, e pediu que fosse separado o Comitê Olímpico do Brasil do nome de Carlos Arthur Nuzman. "Acho que o sistema de esporte no Brasil tem que mudar. Tem que mudar radicalmente. É um sistema muito pouco democrático, é um sistema fechado", afirmou o atleta Nalbert. "Eu espero que agora a gente possa mudar o esporte, resgatar a credibilidade e que esses ventos das mudanças venham para valer", disse Lars Graef. No comunicado, o COI também deixou claro que a relação com o Comitê Organizador da Olimpíada do Rio está suspensa e que considera que tudo o que o COI tinha a pagar para a Olimpíada do Rio, já foi pago. O que é um problema porque a organização dos Jogos ainda tem uma dívida enorme: R\$ 132 milhões e qualquer esperança de uma negociação ou ajuda acabou.</p>
360	<p>Ministro quer o monitoramento das visitas em todos os presídios do país O ministro da Defesa, Raul Jungmann, pediu apoio à OAB para a proposta de aumentar o controle das visitas a presos perigosos.</p> <p>O ministro da Defesa, Raul Jungmann, pediu nesta sexta-feira (6) apoio à OAB para a proposta de aumentar o controle das visitas a presos perigosos.</p> <p>O ministro da Defesa quer o monitoramento de todas as visitas em todos os presídios do país. São 1,4 mil penitenciárias estaduais. O ministro quer que parentes, amigos e advogados dos presos sejam acompanhados, como já acontece nas quatro penitenciárias federais, em Porto Velho, Campo Grande, Mossoró e Catanduvas. Nesses presídios existem parlatórios, cabines onde o advogado fala com o preso por telefone, através de um vidro. O ministro se encontrou nesta sexta com o presidente da OAB. Jungmann lembrou que só os três maiores traficantes cariocas, entre eles, Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem, tem 37 advogados. "Nós precisamos monitorar todos aqueles, todos aqueles, e eu faço questão de dizer, não apenas advogados, todos aqueles que entram em contato com os chefes do crime organizado, dos grandes grupos e de alta periculosidade. Sei que tem um custo, sei que isso não pode ser feito do dia para noite, mas eu defendo que isso, de fato, venha a acontecer", disse o ministro. Numa rede social, Jungmann disse que a ideia também é defendida pelo juiz Sérgio Moro. A OAB afirma que o sigilo da conversa entre advogado e preso é garantido pela lei. "A gravação livre, a OAB ela é contrária, porque isto é uma garantia da sociedade, isto uma garantia do estado democrático de direito, ou seja, a conversa reservada e privada entre o advogado e o cliente é a regra. Mas isto não significa dizer que não se possa ter em casos excepcionais, autorizados pela Justiça, porque o advogado possa estar sendo investigado, eventualmente há quebra deste sigilo. E mais: nas penitenciárias federais hoje existe um sistema de inteligência que já está monitorando diversos desses aspectos", disse o presidente da OAB, Cláudio Lamachia. Além de já monitorar as conversas dos presos mais perigosos, os presídios federais controlam as visitas. Uma portaria do Ministério da Justiça, emitida em 30 de agosto, vetou visitas íntimas. As únicas exceções são presos delatores. As visitas sociais - de parentes e amigos - ocorrem nos pátios, com câmeras e agente penitenciário monitorando, acompanhando o tempo todo. Apesar disso tudo, a polícia do Rio diz que a recente invasão da comunidade da Rocinha foi ordenada por Nem de dentro do presídio federal em Rondônia. O ministro da Justiça, Torquato Jardim, disse está estudando como as polícias Federal e Rodoviária, o Departamento Penitenciário e a Força Nacional de Segurança devem atuar na força-tarefa para combater o crime no Rio. Sobre o monitoramento de advogados, disse que é preciso ver caso a caso. "Os absolutos em geral são burros. Eu prefiro decidir caso a caso. Cada caso, o promotor, a autoridade policial requer perante ao juiz e o juiz delibera se autoriza aquele caso específico", afirmou o ministro da Justiça. O ministro Raul Jungmann sabe que a lei impede a aplicação de uma série de medidas para evitar que presos continuem comandando suas quadrilhas de trás das grades. Por isso, ele pretende até propor mudanças na legislação, para que o Brasil passe a vigiar os presos como já acontece, por exemplo, na Itália. Lá, segundo o ministro, todas as visitas a bandidos perigosos, como os mafiosos, são 100% monitoradas.</p>
361	<p>Depois de preso, Nuzman pede afastamento do cargo no COB <i>Nuzman é suspeito de intermediar a compra de votos para que o Rio fosse eleito sede da Olimpíada.</i> Numa carta divulgada neste sábado (7), Carlos Arthur Nuzman pediu afastamento do cargo de presidente do Comitê Olímpico do Brasil. Ele está preso há dois dias e declarou que precisa se dedicar à defesa. Nuzman é suspeito de intermediar a compra de votos para que o Rio fosse eleito sede da Olimpíada do ano passado. Os advogados afirmam que ele é inocente e entraram com um pedido de habeas corpus.</p>
362	<p>Agentes são suspeitos de ajudar detentos a sair da cadeia para visitas <i>Mimos incluem até o transporte e a escolta dos detentos em Goiás.</i> Em Goiás, agentes penitenciários foram presos, depois de terem sido flagrados dando regalias a presos. Regalias surpreendentes. A van da agência prisional estaciona e o preso, sem almagas, é o primeiro a descer. Só depois, três agentes penitenciários, que estão fardados e com armas, entram na casa, que fica na região metropolitana de Goiânia. A visita durou cerca de 20 minutos. O suficiente para o condenado a 36 anos por tráfico de drogas se encontrar com a família. Deu tempo até para abrir uma lata de bebida. No final da visita, um dos agentes aparece numa imagem recebendo, segundo o Ministério Público, um maço de dinheiro. De acordo com a denúncia, seriam R\$ 6 mil, que os agentes dividiram entre eles. Logo em seguida, o preso se despede da família e o grupo sai de casa para voltar ao presídio. O Ministério Público descobriu que os agentes desviaram a rota depois de uma consulta no hospital. E não era só essa regalia. Os promotores investigam até idas ao banco para sacar o dinheiro usado no pagamento de propina aos agentes. E presos ainda teriam recebido privilégios na transferência para outras penitenciárias. Casos que estão sob investigação. Os três agentes que aparecem nas gravações estão em prisão preventiva. Um quarto agente também está preso suspeito de envolvimento no esquema de cobranças de propina dentro da maior penitenciária de Goiás. "O preso, ele tem que ser recolhido na penitenciária para cumprir pena, e esses agentes estão fazendo exatamente o contrário, fazendo como se fosse um serviço particular de escoltar para o preso ir até a residência. O que é um absurdo", afirma Ramiro Carpenedo, promotor. A Superintendência Executiva de Administração Penitenciária de Goiás declarou que três dos agentes presos não são mais servidores. E que combate comportamentos ilícitos de funcionários.</p>
363	<p>Escolas de cidade do Piauí suspendem aulas após fuga de 85 presos Na cidade de Esperantina, no norte do Piauí, quase 9 mil alunos foram dispensados das aulas por causa de uma fuga de presos. Dos 85 detentos que escaparam no final de semana de um presídio, 53 continuam foragidos. Por questão de segurança, as escolas só devem reabrir amanhã. O estado reconheceu a situação de crise no sistema prisional e hoje pediu ajuda ao governo federal. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>

364	<p>STF abranda medidas impostas a Eike e determina recolhimento noturno</p> <p>A segunda turma do Supremo decidiu hoje pelo recolhimento domiciliar noturno de Eike Batista, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. Os ministros abrandaram as medidas que tinham sido impostas ao empresário, em abril, foi quando ele deixou o presídio de Bangu, no Rio, e passou para o regime de prisão domiciliar. Agora Eike só vai precisar ficar em casa a noite, nos feriados e nos fins de semana. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
365	<p>Nuzman renuncia à presidência do COB, seis dias depois de ser preso</p> <p>Ele é suspeito de intermediar a compra de votos para que o Rio fosse eleito sede da Olimpíada. Nuzman presidiu o COB por 22 anos. Seis dias depois de ser preso, Carlos Arthur Nuzman renunciou à presidência do Comitê Olímpico do Brasil. Ele é suspeito de intermediar a compra de votos para que o Rio fosse eleito sede da Olimpíada. Nuzman presidiu o COB por 22 anos.</p>
366	<p>Leonardo Gryner tem prisão temporária revogada</p> <p>O juiz Marcelo Bretas revogou a prisão temporária de Leonardo Gryner, que foi diretor geral de operações da Olimpíada do Rio. O juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal, revogou a prisão temporária de Leonardo Gryner. Ele foi diretor geral de operações da Olimpíada do Rio. Gryner foi preso no último dia 5 na operação Unfair Play. De acordo com o MPF, ele e o ex-presidente do Comitê Olímpico do Brasil, Carlos Arthur Nuzman, intermediaram a compra de votos para que o Rio fosse escolhido sede dos jogos de 2016. Na decisão de hoje, o juiz Marcelo Bretas diz que não existem mais motivos para que a prisão temporária de Leonardo Gryner seja prorrogada. E determina que o alvará de soltura seja expedido imediatamente.</p>
367	<p>AGU encaminha parecer favorável à revisão da prisão em 2ª instância</p> <p>A Advocacia-Geral da União encaminhou um parecer ao STF favorável à revisão da prisão em segunda instância. O governo defende que sejam esgotados todos os recursos da defesa antes da decretação de uma prisão. A informação foi publicada neste sábado (14) pelo jornal O Estado De São Paulo. A TV Globo também teve acesso ao parecer. A manifestação, assinada pela advogada-geral da União, Grace Mendonça, expressa a opinião do presidente Michel Temer sobre o tema, que há um ano foi debatido no STF. Em outubro do ano passado, os ministros mudaram o entendimento que vigorava desde 2009 e decidiram que é possível um condenado ser preso após decisão em segunda instância. Os ministros consideraram que o início da execução da pena, mesmo com a possibilidade de recursos, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência. No parecer, a AGU afirma que essa decisão no ano passado alterou o entendimento do tribunal, deixando de analisar o artigo 283 do Código Penal, que determina a "necessidade do trânsito em julgado da sentença penal condenatória para o início da pena". E que o novo entendimento do STF está "suscitando incertezas e insegurança, abrindo a possibilidade de ajuizamento de uma ação direta de constitucionalidade perante o Supremo para um pronunciamento definitivo". Numa rede social, o procurador da equipe da Lava Jato, Carlos Fernando dos Santos Lima, falou sobre o parecer. Disse que depois da última decisão do STF, é compreensível a AGU, a mando de Temer, de tentar reverter a decisão de prisão após a decisão de segundo grau e que em nenhum momento anterior a Lava Jato esteve tão a perigo quanto agora. Assim como a Presidência, a Câmara, o Senado e a Procuradoria-Geral da República também foram consultados por determinação do ministro Marco Aurélio, do STF. Ele é o relator de duas ações que pedem a suspensão da possibilidade de prisão de um réu depois de uma condenação em segunda instância. O ministro já está com o voto em fase final de conclusão. O julgamento ainda não tem data marcada para acontecer.</p>
368	<p>Presos são confinados em jaula no Maranhão</p> <p>Defensoria Pública vai pedir habeas corpus coletivo para retirar presos do local. Há 11 dias, preso sofreu AVC e morreu após 18 horas no 'gaiolão'. A Defensoria Pública do Maranhão vai pedir um habeas corpus coletivo para os presos que estão em uma delegacia do município de Barra do Corda. Alguns ficam em uma cela parecida com uma jaula, conhecida como "gaiolão". Há 11 dias, um preso morreu depois de chegar de um hospital. Segundo a família, ele sofreu um acidente vascular cerebral depois de mais de 18 horas lá dentro. O governo do estado declarou que o local serve, apenas, para o banho de sol, mas parentes dos presos dizem que eles ficam lá por mais de 24 horas seguidas.</p>
369	<p>Nuzman deixa prisão, no Rio, depois de 15 dias</p> <p>Ex-presidente do COB é acusado de participação na compra de votos na escolha do Rio como sede da Olimpíada. Agora, Nuzman é réu no processo. O ex-presidente do Comitê Olímpico do Brasil deixou a prisão no Rio. Carlos Arthur Nuzman estava preso desde o dia 5, acusado de comprar votos para eleger o Rio como sede da Olimpíada. Agora, Nuzman é réu e só pode deixar a cidade com autorização da Justiça. A defesa de Carlos Arthur Nuzman declarou que vai provar a inocência dele.</p>
370	<p>Agente fazendário Ary Ferreira da Costa Filho é solto neste sábado (21)</p> <p>Foi solto hoje o agente fazendário Ary Ferreira da Costa Filho, apontado pela Justiça como um dos principais operadores do esquema de corrupção comandado pelo ex-governador do Rio Sérgio Cabral. Ary Filho foi condenado pela Lava-Jato a 9 anos e 4 meses de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa. A sentença saiu ontem mas ele poderá recorrer em liberdade. Sérgio Cabral, condenado ontem pela terceira vez na Lava- Jato recebeu a visita de 3 filhos na cadeia de Benfica na Zona Norte do Rio. (TRANSCRIÇÃO FEITA PELA PESQUISADORA)</p>
371	<p>Aluno que matou colegas em GO é transferido para centro de internação</p> <p>O adolescente, que disparou contra seis pessoas numa escola particular em Goiânia, ainda vai ser ouvido pelo Juizado da Infância e Juventude. O adolescente que disparou contra seis colegas e matou dois em uma escola de Goiânia foi transferido nesta segunda-feira (23) para um centro de internação. Era 16h30 quando o adolescente de 14 anos deixou a delegacia. Um colete da polícia encobriu o rosto do jovem que, por lei, não pode ser identificado. O adolescente seguiu de carro para um centro de internação onde vai ficar provisoriamente até uma audiência com o juiz da Infância e Juventude, que ainda não tem data marcada. "Ele vai ficar apreendido 45 dias. Isso é provisório. O juiz vai deliberar a sentença definitiva sobre a internação definitiva, que, no máximo, será um período de três anos", afirmou o delegado Luiz Gonzaga. De manhã, o pai do atirador, que é policial militar, prestou depoimento durante uma hora e meia. Ele disse ao delegado que o filho nunca se queixou de sofrer bullying na escola. Contou que o adolescente pegou a arma de trabalho da mãe, que também é policial militar, em cima do guarda-roupa. Mas não soube dizer como o filho conseguiu as munições, que estavam trancadas em uma gaveta. A mãe não prestou depoimento ainda porque ficou em estado de choque e está hospitalizada. A perícia ainda prepara um relatório sobre o ataque, mas informou ao delegado que foram disparados entre 10 e 12 tiros e a maioria atingiu as vítimas dentro da única sala do 8º ano do colégio. O tablete do adolescente atirador de 14 anos foi apreendido e vai ser periciado. Nesta segunda-feira (23), a PM abriu um inquérito policial militar para apurar se houve imperícia por parte dos pais no caso. A família de João Vitor Gomes, um dos dois adolescentes mortos, lembrou da amizade entre o filho e o atirador: "Ele não frequentava a minha casa, mas eu sabia que era amigo dele porque ele falava que eles jogavam juntos no recreio, eles estavam fazendo um projeto da escola agora juntos", disse Kátiuscia Gomes Fernandes, mãe de João Vitor. Muitas homenagens foram deixadas na porta da escola. Nesta segunda, pais e estudantes foram buscar as mochilas que ficaram para trás no dia do ataque. "No momento, agora, eu quero deixar ele à vontade. Então, estar perto dele porque nesse momento eu acho que o amor da família é o que importa", disse Rita Valéria, mãe de um aluno. Nesta segunda, a direção decidiu as aulas vão ser retomadas na próxima segunda-feira (30). Três feridas no ataque continuam internadas. O estado de saúde de Isadora de Moraes, que era grave, agora é regular. Marcela Rocha saiu da UTI. Lara ainda se recupera do tiro na mão. "Pensar na recuperação dos que estão internados e força para família dos que perderam seus filhos", disse Vitor Hugo Mota, amigo das vítimas. Hyago foi o primeiro estudante baleado a receber alta. Ele já faz planos: "Voltar a estudar, jogar bola. Agora é curtir mais, respeitar, dar valor aos pais", disse. O exame mostra que a bala ficou alojada no tórax, a 5 milímetros da medula óssea. "Pego a tomografia dele, fico olhando, agradecendo a Deus por a bala não ter andado mais meio milímetro, se não meu filho hoje estava na cadeira de rodas. Então eu tenho só que agradecer a vida inteira", afirmou o pai de Hyago, Thiago Barbosa Gomes.</p>

372	<p>Juiz determina transferência de Cabral para presídio federal <i>Decisão do juiz Marcelo Bretas atendeu a um pedido do MPF, feito durante audiência nesta segunda-feira (23).</i> O juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, determinou a transferência do ex-governador Sérgio Cabral para um presídio federal, fora do estado. Foi um pedido do Ministério Público, durante a audiência desta segunda-feira (23). O depoimento durou quase uma hora. Logo no começo, Sérgio Cabral reclamou das duas sentenças já dadas pelo juiz contra ele. Cabral: Os processos já transcorreram na primeira instância, e vossa excelência já sentenciou, uma a 45 anos e outra a 13 anos. Verifica-se que vossa excelência não acredita em mim. Bretas: Aqueles fatos já estão julgados, eu queria falar desse assunto aqui. Cabral: Sobre esses fatos, eles estão na primeira denúncia. O assunto era a acusação de que o ex-governador comprou R\$ 4,5 milhões em joias para lavar dinheiro. Ao responder, Sérgio Cabral disse que o juiz Marcelo Bretas devia conhecer o assunto porque parte da família do magistrado trabalha com bijuterias. O juiz não gostou. Cabral: Não se lava dinheiro comprando joias. Vossa excelência tem um relativo conhecimento sobre o assunto, porque sua família mexe com bijuterias. Se não me engano, é a maior empresa de bijuterias do estado. Então, a vossa excelência conhece... Bretas: Eu discordo... Cabral: São as informações que me chegaram... Bretas: Eu acho melhor fazer perguntas, porque eu não quero que o senhor conte histórico da minha família, não estou interessado em saber o que o senhor conseguiu a respeito. O senhor comprou essas joias? O senhor comprou? Cabral: Vossa excelência sabe que joias, quando são compradas, e saem da loja, elas já saem sem o valor da vitrine Bretas: Eu não sei nada, senhor Sérgio. Eu quero que o senhor me diga: o senhor comprou essas joias todas que estão com o estado? Cabral: Então, sobre a denúncia, o que eu estou lhe dizendo que eu comprei as joias, fruto de caixa dois de campanha, o que vossa excelência não acredita Bretas: Não acreditei. Cabral: Eu fui o maior arrecadador, não foi fruto de propina. Depois, o juiz quis saber se Sérgio Cabral usou joias como parte do pagamento de outras joias. Sérgio Cabral fez ironias contra a acusação. Cabral: Usou joias para comprar joias mais caras fica um pouco, digamos, folclórico. Bretas: Diga como quiser. Cabral: Aliás, esse teatro das joias... Bretas: Não, não. Aqui não há teatro... Cabral: Não, não, não! Eu não estou dizendo o senhor, não... o senhor não é diretor do teatro não, o senhor é juiz. A minha defesa, eu estou dizendo, é um teatro construído pelo Ministério Público. Esse é um teatro. Isso é um roteiro mal feito, um roteiro de corta e cola. Quando Sérgio Cabral tentou explicar com que dinheiro comprava as joias, houve mais um desentendimento com o juiz. Bretas: O senhor diz que foi questão de pagamento de eleição e tudo mais, mas os períodos são constantes, não só em época de eleição. Cabral: O senhor não entendeu ainda que o processo eleitoral se dá antes, durante e depois de campanhas, e que eu chefeiei, eu fui, queira o senhor ou não, eu fui o líder desse estado. Queira o senhor ou não. Bretas: Como assim queira? Não estou entendendo. Cabral: Não, eu digo o seguinte: entenda o senhor ou não, eu fui o líder desse estado. Eu realizei nesse estado. Eu trabalhei por esse estado. E os empresários faziam fila para me ajudar financeiramente. Em seguida a situação ficou tensa. Bretas: O senhor está querendo criar, mais uma vez, aquele discurso de injustiçado... Cabral: Eu não estou querendo criar discurso nenhum, eu já fiz muito discurso na vida. Eu estou sendo injustiçado. Eu estou sendo injustiçado. Mas é o meu direito de dizer que eu estou sendo injustiçado. O senhor está encontrando em mim uma possibilidade de gerar uma projeção pessoal, projeção pessoal, e me fazendo um calvário, me fazendo um calvário, claramente... Bretas: Eu espero que o advogado não esteja orientando essa linha de defesa. Advogado de Cabral: É ofensivo o senhor dizer isso para mim. Mas eu vou lhe pedir a suspensão do ato, um pouquinho. Antes de suspender a sessão por 5 minutos, o juiz Marcelo Bretas deu um aviso à defesa de Cabral. Bretas: Eu não recebi com bons olhos o interesse manifestado pelo acusado de informar que a minha família trabalha com bijuteria, por exemplo. Isso é o tipo da coisa que pode, subliminarmente, ser entendido como um tipo de ameaça. Cabral: Ameaça? Eu tô preso. Eu tô preso. Na volta, a audiência seguiu mais tranquila. No fim do depoimento, o MPF pediu que o ex-governador seja transferido para um presídio federal por causa dos comentários que fez sobre a família do juiz. O procurador entendeu que o ex-governador está tendo acesso a informações que não deveria dentro da cadeia no Rio. O juiz Marcelo Bretas aceitou o pedido. Bretas: Será possível que isso aqui representou algum tipo de ameaça velada? Eu não sei. É inusual. De fato, é. Bom, o fato é que como seja, ainda que levemente, sutilmente, existir a possibilidade de que se esteja tentando de alguma forma obstaculizar ou impedir que prossigam os trabalhos, seja por demonstração de que a segurança ou o controle na custódia não é tão efetivo assim, não está funcionando, eu concordo com a preocupação do Ministério Público. Portanto, eu determino que ele seja transferido para um estabelecimento federal. O Ministério da Justiça informou que ainda não foi comunicado sobre o pedido de transferência. A defesa de Sérgio Cabral considerou a decisão arbitrária e ilegal, e já recorreu. Mas reconheceu que a menção do ex-governador à família do juiz foi um "comentário desnecessário".</p>
373	<p>Desembargador mantém transferência de Cabral para presídio federal <i>Desembargador Abel Gomes, relator da Lava Jato no Rio, teve que analisar a questão, porque a defesa de Cabral recorreu contra decisão do juiz Bretas.</i> Um desembargador do TRF, no Rio, decidiu manter a transferência do ex-governador Sérgio Cabral para um presídio de segurança máxima fora do estado. O desembargador Abel Gomes, relator da Lava Jato no Rio, teve que analisar a questão, porque a defesa de Sérgio Cabral recorreu contra a decisão do juiz Marcelo Bretas. Abel Gomes considerou que o ex-governador não só se referiu à vida pessoal do juiz, como também a postura e tom adotados na audiência constrangeram a autoridade do magistrado. Na segunda-feira (23), o ex-governador do Rio prestou depoimento sobre a acusação de que comprou R\$ 4,5 milhões em joias para lavar dinheiro. Sérgio Cabral discutiu várias vezes com o juiz e chegou a dizer que Marcelo Bretas devia conhecer o assunto, porque parte da família do magistrado trabalha com bijuterias. Cabral: Não se lava dinheiro comprando joias. Vossa excelência tem um relativo conhecimento sobre o assunto, porque sua família mexe com bijuterias, se não me engano, é a maior empresa de bijuterias do estado. Então, o senhor conhece. Bretas: Eu discordo. Cabral: São as informações que me chegaram. Bretas: Eu acho melhor fazer perguntas, porque eu não quero que o senhor conte histórico da minha família, não estou interessado em saber o que o senhor conseguiu a respeito. O senhor comprou essas joias? O senhor comprou? Cabral: Vossa excelência sabe que joias, quando são compradas, e saem da loja, elas já saem sem o valor da vitrine. Bretas: Eu não sei nada, senhor Sérgio. Eu quero que o senhor me diga: O senhor comprou essas joias todas que são com o estado? No fim do depoimento, o MPF pediu que Cabral fosse transferido para um presídio de segurança máxima em outro estado. O procurador alegou que o ex-governador demonstrou ter acesso a informações que não deveria dentro da cadeia no Rio. O juiz aceitou o pedido. Os advogados do ex-governador argumentaram que a informação sobre os negócios da família do juiz já tinha saído na imprensa, e que não se trata de informação privilegiada ou indício de que as normas penitenciárias foram burladas, mas eles reconheceram que foi um comentário desnecessário. A Associação dos Juizes Federais do Brasil repudiou qualquer tentativa de intimidação ou ameaça aos juizes federais. Na decisão, nesta terça-feira (24), o desembargador diz que Sérgio Cabral claramente enfrentou o juiz para intimidá-lo por diversas vezes e que o incidente ocorreu na referida audiência, na verdade expõe um problema mais complexo e que se arrasta há meses. O cenário é, segundo o desembargador, sem dúvida, de tratamento diferenciado com tantos contatos que certamente amealhou nos diversos setores da administração pública durante os anos de comando do governo, que esteja de fato atuando para seguir interagindo com o exterior com todas as condições de estar pesquisando a vida das autoridades. Por isso, Abel Gomes também considerou as condições do presídio do Rio são inadequadas para manter Sérgio Cabral preso. Quem escolhe o presídio de segurança máxima para onde Sérgio Cabral vai é o Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça. O juiz responsável pelo presídio escolhido ainda vai ter que dizer se aceita ou não o ex-governador. Só depois disso, Sérgio Cabral será transferido. Em todos os presídios de segurança máxima, as regras para os presos são as mesmas. Sérgio Cabral não poderá ver TV nem ouvir rádio. Terá direito a duas horas de banho de sol, sempre vigiado por agentes e câmeras. As outras 22 horas do dia o ex-governador vai ficar trancado em uma cela individual. A decisão desta terça-feira já está valendo, mas é liminar. O mérito ainda vai ser julgado pela primeira turma do TRF, no Rio. A defesa de Sérgio Cabral diz que vai aguardar esse julgamento para decidir o que fazer.</p>

374	<p>Cabral será transferido para presídio de segurança máxima em MS <i>Departamento Penitenciário Nacional não divulgou a data da transferência. No presídio estão principalmente traficantes e chefes de facções.</i> O ex-governador do Rio Sérgio Cabral vai ser transferido para Mato Grosso do Sul, no presídio de segurança máxima de Campo Grande. A transferência foi um pedido do MPF depois que Cabral fez comentários sobre a família do juiz Marcelo Bretas, da Lava Jato no Rio, durante uma audiência. O presídio de Campo Grande é uma das quatro penitenciárias federais de segurança máxima do Brasil. Elas foram construídas e equipadas com sistemas modernos de vigilância para isolar presos perigosos de todo o país. Em Campo Grande estão, principalmente, traficantes e chefes de facções. Mas Sérgio Cabral vai ficar em uma ala separada desses criminosos. Ele vai ocupar uma das 208 celas. As celas são individuais, têm mais ou menos 7 metros quadrados, uma cama, banheiro e uma escrivaninha. Em Benfica, no Rio, onde ele está hoje, são 16 metros quadrados. O ex-governador divide o espaço com outros 4 detentos e pode ver TV. Em Campo Grande, não terá esse direito. Pelas regras da penitenciária de segurança máxima, visita só uma vez por semana e contato com advogado apenas no parlatório, onde as conversas são por telefone. Sérgio Cabral terá duas horas de banho de sol, sempre vigiado por agentes e câmeras. As outras 22 horas do dia, o ex-governador vai ficar dentro da cela. Sérgio Cabral vai ser levado de avião para Campo Grande. Mas, por segurança, o Departamento Penitenciário Nacional não vai divulgar a data exata da transferência do ex-governador. Ainda não sabe o tempo que o ex-governador vai ficar em Campo Grande, mas o juiz responsável pelo presídio federal informou ao juiz Marcelo Bretas, da Lava Jato no Rio, que a vaga de Sérgio Cabral está garantida por 360 dias.</p>
375	<p>Cabral e outros presos da Lava Jato têm sala de cinema na cadeia <i>Equipamentos da sala de cinema são de fazer inveja. Televisão de 65 polegadas custa R\$ 7,5 mil.</i> Na cadeia em que está preso, no Rio, o ex-governador Sérgio Cabral tem benefícios inimagináveis num presídio de segurança máxima. Por exemplo, uma sala com televisão de 65 polegadas. Os equipamentos da sala de cinema são de fazer inveja. Uma televisão de 65 polegadas que custa R\$ 7,5 mil. Home theater com seis caixas de som e um aparelho para rodar 160 filmes comprados exclusivamente para as sessões dentro do presídio. O luxo está à disposição dos detentos da cadeia pública José Frederico Marques. É lá que estão os presos da Operação Lava Jato no Rio. Entre eles, o ex-governador Sérgio Cabral. A Secretaria de Administração Penitenciária declarou que a videoteca está prevista na Lei de Execuções Penais e apresentou um termo mostrando que os aparelhos foram doados pela Igreja Batista do bairro do Méier e a Comunidade Cristã Novo Dia. Mas não foi o que o JN descobriu ao falar com todos os envolvidos na alegada doação dos equipamentos. O custo da sala de cinema ficou em pelo menos R\$ 8 mil. Tudo pago em dinheiro, e até agora não apareceu ninguém assumindo ter financiado o privilégio para os detentos. O JN foi até a Igreja Batista do Méier. Sem saber que estava sendo gravada, a missionária Adenice Baptista disse desconhecer a doação. Repórter: A igreja não doou? Missionária: Que eu saiba, não. Em seguida, ela liga para outra missionária e é avisada que houve, sim, a doação. Adenice pediu que o JN falasse com a outra missionária. Por telefone, Clotilde de Moraes, coordenadora do trabalho nos presídios, disse que a igreja apenas emprestou o nome para os equipamentos poderem entrar no presídio. Clotilde de Moraes: Porque tinha que ter sido feito uma doação para televisão entrar, entendeu? Eles "disse" que fizeram uma vaquinha lá para comprar essa televisão. Produtor: Eles quem? Clotilde de Moraes: Os "membro" lá da igreja. Produtor: De dentro do presídio? Clotilde de Moraes: Os "preso". É, lá da igreja. A missionária disse que o subdiretor do presídio sabia. Clotilde de Moraes: Eu falei com o subdiretor: 'Escuta, essa televisão... o senhor está ciente?' 'Não, está tudo bem. Eu estou ciente'. Se um diretor está ciente... O pastor Cesar Dias de Carvalho, da Comunidade Cristã Novo Dia, que também assinou a doação, confirmou que foi uma farsa. Cesar Dias de Carvalho: Não foi uma questão plenamente ajustada e acertada, não. Foi equivocada mesmo. O JN teve acesso à nota fiscal da TV. O aparelho foi comprado em uma loja no começo do mês. Uma funcionária confirmou que a compra foi paga em dinheiro. A nota fiscal está no nome de Eliana Nogueira do Carmo. O endereço no documento não existe. O JN conversou com ela, por telefone. Ela disse que é estudante de direito e que teve o nome usado. Repórter: Você está lembrada que você fez a compra dessa TV no começo do mês? Eliana Nogueira: De jeito nenhum. Repórter: Não? Eliana Nogueira: Compra de TV? Repórter: É. Eliana: Não. Repórter: Você não sabe de alguém que possa ter usado seu nome para comprar uma TV? Você emprestou o seu nome para alguém? Eliana: De jeito nenhum. Não emprestei meu nome para ninguém. Uma fonte do JN dentro da cadeia revelou que o dinheiro para a compra da TV veio de Wilson Carlos. O Ministério Público Estadual investiga o caso. Wilson Carlos é ex-secretário de governo e colega de cela de Sérgio Cabral. Ele vai cuidar das exposições da cinemateca com direito a ter redução de pena pelo trabalho. Depois que os móveis forem instalados, Sérgio Cabral vai poder desfrutar do conforto da sala de cinema. A missionária da igreja disse que já esteve com o ex-governador. Entre os assuntos na época, regalias e impunidade. "Conversei com o Cabral, dei um livro para ele, "O que o dinheiro não compra", mostrando para ele que os caminhos que ele tomou foi errado. Falei sério com ele. Ele abaixou a cabeça e me ouviu com atenção. Como eu falei com todos os outros. Para mim, era um preso como outro qualquer, que errou e precisava saber até onde ele foi", contou Adenice Baptista. O que dizem os citados: Em nota, a Igreja Batista do Méier declarou que não autorizou qualquer doação e que vai apurar e disciplinar membros envolvidos no episódio. A Comunidade Cristã Novo Dia também disse que não fez doações ao presídio e que não sabe de onde vieram os aparelhos. A Secretaria estadual de Administração Penitenciária declarou que vai retirar todos os equipamentos de vídeo da cadeia, porque eles se tornaram irregulares e que vai suspender qualquer tipo de doação feita por entidades religiosas para unidades prisionais. A defesa de Wilson Carlos negou que ele tenha pagado pelos equipamentos. O advogado do ex-governador Sérgio Cabral disse que a entrada dos aparelhos é uma questão administrativa e que a cinemateca é um direito do preso, não uma regalia.</p>

ANEXO V - EQUIPE DE ASSISTENTES DE PESQUISA

Colaboradores do Grupo Candango de Criminologia - GCCRIM

Ana Letícia Rodrigues da Costa Bezerra

Diogo da Silva Ferreira

Elis Bandeira Alencar Brayner

Giovanni Castiglioni Castilho

Igor Souza Neres

Isabela Fruet de Freitas

Lauriane Matos da Rocha

Michelle Cardoso Schonarth

Vinício Luis Silva Oliveira

Vitor Nunes Lages

Jornalista

Victor Pires Ferreira Corrêa